The image shows a highly decorative border from an illuminated manuscript. It features intricate floral and foliate designs in shades of blue, green, red, and gold, set against a light background. The border is framed by a thin gold line. In the center of the page, there is a white rectangular area containing text.

Atas dos Encontros da Primavera 2021

# Omni Tempore

Faculdade de Letras da Universidade do Porto





Na capa, pormenores do fólio 1v do manuscrito Add MS 2627 da British Library, designado Bíblia de Lisboa e comprado pelo British Museum no século XIX. São três volumes de textos bíblicos escritos em hebraico datados de 1482, copiados por Samuel ibn Musa e iluminados em Portugal.

Disponível em: [https://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Or\\_2627](https://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Or_2627)

Página em branco

*Omni Tempore*

*Atas dos Encontros da Primavera 2021*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Página em branco

## **Ficha técnica**

**Título:** *Omni Tempore – Atas dos Encontros da Primavera 2021*

**Volume:** 7

**Organização:** Ana Catarina Fernandes Pinto

Ana Maria Carvalho Marques

Hugo Filipe Pinto Cardoso

João Manuel Caetano Pereira

Nicole Ferreira de Noronha Silva

**Edição:** Biblioteca Digital – Faculdade de Letras, Universidade do Porto

**Local de edição:** Porto

**Data de edição:** novembro de 2022

**DOI:** <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-46-5/omni7>

**ISBN:** 978-989-9082-46-5

**Capa:** Comissão Editorial a partir de uma digitalização da British Library em *public domain*.

**Contacto:** [encontrosprimavera@letras.up.pt](mailto:encontrosprimavera@letras.up.pt)

**Website:** <https://omnitempore.wordpress.com/>

## **Comissão Científica**

Amélia Polónia, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Conceição Meireles Pereira, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Gaspar Martins Pereira, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Luís Carlos Amaral, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Luís Miguel Duarte, CITCEM – FLUP, CEPSE, Universidade do Porto

Maria Inês Amorim, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Todos os artigos desta publicação foram submetidos a arbitragem científica independente e aprovados pela maioria dos revisores científicos.

## **Revisores**

Adelaide Millán da Costa (Universidade Aberta)

Ana Sofia Ferreira (FCSH, Universidade Nova de Lisboa)

Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora)

Arnaldo Sousa Melo (Universidade do Minho)  
Carla Sequeira Ferreira (FLUP, Universidade do Porto)  
Daniel Marques (CITCEM)  
Eduardo Cintra Torres (Universidade Católica)  
Hermenegildo Fernandes (FLUP, Universidade do Porto)  
Hugo Ribeiro da Silva (FLUP, Universidade do Porto)  
Isilda Monteiro (ESE de Paula Frassinetti)  
João Luís Fontes (FCSH, Universidade Nova de Lisboa)  
José Augusto Sotto Mayor Pizarro (FLUP, Universidade do Porto)  
Leandro Ribeiro Ferreira (CEPESE)  
Lurdes Correia Fernandes (FLUP, Universidade do Porto)  
Marco Alexandre Ribeiro (FLUL, Universidade de Lisboa)  
Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)  
Maria das Graças Andrade Leal (Universidade do Estado da Bahia)  
Maria do Rosário Morujão (Universidade de Coimbra)  
Maria Filomena Andrade (Universidade Aberta)  
Priscila Maria Weber (Universidade de São Paulo)  
Rosa Capelão (CITCEM)  
Sara Maria Costa Pinto Gomes (CITCEM)  
Saul António Gomes (Universidade Nova)  
Teresa Sousa Nunes (FLUL, Universidade de Lisboa)

## Índice

Ficha técnica.....	6
Editorial.....	10
Época Medieval.....	15
O culto e os milagres de Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos: estudo comparativo.....	16
Crime e castigo: criminalidade judaica no reinado de D. João II.....	49
Filhos de Algo - Os Sás como alcaides-mores do Porto entre 1392 e 1449.....	75
Entre a espada e o Guadiana: a batalha de Valverde (outubro de 1385).....	96
O julgado de Vermoim nas inquirições de 1288: a propriedade, usurpação e violência.....	128
Época Moderna.....	158
A mulher e a espiritualidade na Época Moderna: modelos comportamentais e critérios de exemplaridade no Agiológio Lusitano.....	159
Santa Casa da Misericórdia e Câmara Municipal em Arrifana de Sousa: vínculos entre as estruturas de poder entre 1741 e 1751.....	198
As representações da rainha Nzinga.....	229
Época Contemporânea.....	254
Marcas e denominações de origem de vinhos no início da República.....	255
O auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto às crianças desprotegidas (1915-1917).....	287
Marcas da construção da identidade brasileira na imprensa – dois exemplos de 1849.....	324



Página em branco

## **Editorial**

O periódico *Omni Tempore* pertence aos estudantes de História – foram os seus fundadores e são os seus continuadores: organizam-na, editam-na e publicam os seus trabalhos de investigação desenvolvidos no âmbito dos Seminários em História Medieval, Moderna ou Contemporânea do último ano da licenciatura.

Esta é uma primeira oportunidade profissionalizante para os recém-licenciados. Os seus relatórios de seminário são transformados em artigos e revistos pela Comissão Científica que incansavelmente sugere inúmeros melhoramentos, atentamente seguidos pelos autores. Os alunos que compõem a Comissão Editorial são responsáveis pelo desenvolvimento deste processo, recebendo a dupla oportunidade de perceberem o funcionamento interno de uma revista científica enquanto também contribuem para ela com os seus trabalhos.

Ainda que se intitule *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera*, a *Omni Tempore* e os Encontros da Primavera dissociaram-se, principalmente com a pandemia de 2020. Os estudantes que participaram nos volumes 6 e 7 não tiveram o privilégio de apresentarem publicamente os seus trabalhos, mas foi igualmente gratificante publicar as investigações que ocuparam o seu último ano de licenciatura e que tanto os ajudaram a amadurecer enquanto historiadores.

O volume nº 7 segue a ordem tradicional da *Omni Tempore*: inicia-se com cinco artigos de História Medieval, seguindo-se três de História Moderna e, por fim, três de História Contemporânea. Em primeiro lugar, queremos agradecer aos autores destes artigos, os nossos colegas, pois revelaram-se sempre disponíveis e facilitaram o desempenho das nossas tarefas enquanto Comissão Editorial.

Em seguida, agradecemos à Comissão Científica. Foi graças a ela que o nosso periódico tem o rigor científico que tanto nos orgulha. Entre a azáfama da vida pessoal e profissional, cumprindo prazos desafiantes, os revisores não descuraram a avaliação destes trabalhos e analisaram-nos minuciosamente, ensinando-nos como preparar os artigos para a sua publicação e, a longo prazo, como ser historiadores completos e imparciais. Ao Departamento de História e Relações Internacionais, em particular à Sra. Prof. Dra. Inês Amorim, agradecemos igualmente a preciosa ajuda. E, claro, aos professores orientadores dos Seminários de História Medieval, Moderna e Contemporânea pelo apoio, exemplo e amizade: Sr. Prof. Dr. Luís Carlos Amaral, Sr.

Prof. Dr. Luís Miguel Duarte, Sra. Prof. Dra. Amélia Polónia, Sra. Prof. Dra. Conceição Meireles e Sr. Prof. Dr. Gaspar Pereira.

Agradecemos ainda o contributo da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: a diretora Dra. Isabel Pereira Leite, Dra. Mariana Selas e Dra. Ana Paula Soares.

Por último, deixamos a nossa sentida gratidão particularmente à Comissão Editorial do volume anterior pelas orientações e recursos que facilitaram, encaminhando-nos por esta jornada. Desejamos aos nossos sucessores uma viagem tão enriquecedora quanto a nossa.

A Comissão Editorial,  
Ana Catarina Fernandes Pinto  
Ana Maria Carvalho Marques  
Hugo Filipe Pinto Cardoso  
João Manuel Caetano Pereira  
Nicole Ferreira de Noronha Silva

Porto, novembro de 2022

*In memoriam*

Padre José Marques (1937-2021)

Maria Filomena Lopes de Barros (1968-2021)

Eugénio Francisco dos Santos (1937-2022)

*... cada um deles é um lugar vazio nesta mesa onde  
como sozinho. mas irão estar sempre aqui.  
na hora de pôr a mesa, seremos sempre cinco.  
enquanto um de nós estiver vivo, seremos  
sempre cinco.*

José Luís Peixoto, in *A Criança em Ruína*



Em homenagem a Remy Tasso Mendes Souza.



**I**  
**É p o c a M e d i e v a l**

## O culto e os milagres de Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos: estudo comparativo

Ana Catarina Fernandes Pinto  
anacatarina.p9@gmail.com

### Resumo

Para a sociedade medieval, o milagre era um acontecimento muito desejado porque significaria a cura e o fim absoluto do sofrimento. Simultaneamente, materializaria a santidade da entidade associada ao milagre, revelando a presença de Deus. Este estudo analisa e compara o culto e os milagres de Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos, procurando demonstrar como os santos são distintos, mas os milagres têm pontos de encontro, nomeadamente a cura de maleitas físicas e espirituais. Enquanto a Nossa Senhora de Oliveira não está associada a nenhuma relíquia (apenas a uma cruz) e os seus milagres se restringem aos anos de 1342 e 1343, os despojos humanos dos mártires de Marrocos são alvo de devoção, estendendo-se os seus milagres entre os séculos XIII e XVI. Mesmo com diferenças, estas ocorrências circunscrevem-se no panorama dos restantes milagres medievais: processam-se de maneira semelhante e incidem sobre o mesmo género de problemas, tendo um significado particularmente importante para a instituição e comunidade a que se associam (a Colegiada de Guimarães e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, respetivamente).

**Palavras-chave:** Nossa Senhora de Oliveira; Mártires de Marrocos; Milagre; Santidade; Cura.

### Abstract

Miracles were desired moments in the medieval society as they meant an absolute cure to all suffering. While materializing the sanctity of an entity related to the miracle, they were also a visible symbol of God's presence. This study aims to analyze and compare the cult and miracles of Nossa Senhora de Oliveira and the martyrs of Morocco in order to reveal how they are distinct but still have aspects in common, such as the cure of physical and spiritual ailments. While Nossa Senhora de Oliveira is not associated with a relic (only a cross) and her miracles happened between 1342 and 1343, the human remains of the martyrs of Morocco are a center of devotion and their miracles occurred between the 13th and 16th centuries. Despite their differences, these miracles are not far from the medieval ones: their focus is the same, and they occur in a similar way, having the same focus and a special meaning to the institution and community involved (Collegiate of Guimarães and monastery of Santa Cruz de Coimbra).

**Key-words:** Nossa Senhora de Oliveira; Martyrs of Morocco; Miracle; Sanctity; Healing.

### Abreviaturas

LMNSO – *Livro dos Milagres de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Oliveira*

LMSM – *Livro dos Milagres dos Santos Mártires*

TVMCMM – *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos*

## Introdução

O presente artigo procurará comparar o culto e os milagres de Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos, recorrendo ao *Livro dos Milagres de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Oliveira da Real Colegiada de Guimarães (apógrafo de 1351)*<sup>1</sup> e ao *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos*<sup>2</sup>, complementado pelo *Livro dos Milagres dos Santos Mártires*<sup>3</sup>, para o seu levantamento e análise.

A pertinência desta comparação prende-se com o facto de estes santos parecerem tão distantes, tanto na sua história e culto, como no registo dos seus milagres. Como se verá, o LMNSO apresenta características únicas, já que foi escrito por um tabelião, e os milagres ocorreram num curso de cinco meses entre 1342 e 1343. Quanto aos mártires de Marrocos, o seu livro de milagres é a compilação da história destes franciscanos e dos milagres a si associados desde o século XIII até ao século XVI. Neste contexto, será interessante perceber se, mesmo com estas diferenças, registam pontos de convergência e como se inserem no panorama geral dos milagres ocorridos na Idade Média. Haveria santos especializados em maleitas específicas? O alvo destes milagres seriam mais homens, mulheres, crianças... e teriam alguma ligação com o santo?

Estas são duas questões que procurarão ser respondidas. Este estudo iniciar-se-á com uma explicação do significado do sagrado e do milagre na Idade Média, bem como a sua importância para as instituições e comunidades envolvidas, particularmente se, associado ao santo, existirem relíquias. Em seguida, definirá a fonte – os livros de milagres: a sua relevância e as suas funções para, mais uma vez, as instituições e comunidades envolvidas; as suas características e discurso narrativo; as informações presentes na descrição dos milagres e as tipologias destes.

Nas duas alíneas seguintes, o foco estará em explicitar e comparar, em primeiro lugar, o culto e, depois, os milagres da Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos. Será fornecida uma contextualização histórica e/ou religiosa das instituições, do culto e das fontes indicadas. Segue-se uma análise pormenorizada dos milagres, destacando-se a tipologia, os miraculados e informações recolhidas a seu respeito, as

---

<sup>1</sup> FERNANDES, Cristina Célia – *O Livro de Milagres de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Oliveira da Real Colegiada de Guimarães (apógrafo de 1351)*. Opera Omnia: Guimarães, 2006 (a partir daqui referido como LMNSO).

<sup>2</sup> *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos* (introdução, notas e índice de António Gomes da Rocha Madahil). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928 (a partir daqui referido como TVMCMM).

<sup>3</sup> FERNANDES, Maria Alice – *Livro dos Milagres dos Santos Mártires. Edição e Estudo*. Lisboa, 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (a partir daqui referido como LMSM).

testemunhas e/ou os presentes aquando da ocorrência milagrosa. Para facilitar e esquematizar este estudo, recorrer-se-á a tabelas, gráficos e a um mapa.

## 1. Livros de milagres

O milagre pode ser interpretado como uma manifestação do sagrado. É uma intervenção de Deus por intercessão de um santo, como a Virgem Maria ou os mártires de Marrocos, o que simultaneamente prova a existência divina e a santidade destes agentes<sup>4</sup>. Estes eventos não ocorreriam sem a intervenção de um poder sobrenatural, o que não significa que contradigam as leis da natureza – não seria expectável que acontecessem dada a ordem natural dos acontecimentos, daí serem testemunhos dos propósitos de Deus, que criou as condições necessárias para que o milagre acontecesse<sup>5</sup>.

Para o cristianismo, as figuras que protagonizam os acontecimentos sobrenaturais (milagrosos ou não) podem estar vivas ou mortas, podem ser más (Satanás, demónios) ou boas (Deus, anjos, santos), “conforme decidissem castigar ou premiar os vivos”<sup>6</sup>. Os milagres estão associados ao bem e são desejados, provocando a gratidão dos visados<sup>7</sup>. Como afirma Benedicta Ward, representam a conversão interior e a cura exterior, ou seja, são simultaneamente curas da alma e do corpo, no caso de existir um problema físico e/ou visível<sup>8</sup>.

A Baixa Idade Média foi um período particularmente próspero no que diz respeito a milagres, sobretudo póstumos (ou seja, que aconteceram após a morte do santo, reforçando a doutrina da vida depois da morte)<sup>9</sup>. Sendo uma época em que se viviam fomes frequentes ou não se ingeriam os nutrientes suficientes, a quantidade de doenças de todos os foros e a sua rápida propagação não eram surpreendentes. Como também a medicina era pouco desenvolvida, era natural recorrer-se às forças divinas para a resolução destes problemas. Explica-se, assim, o porquê da maioria dos milagres encontrados (tanto da Nossa Senhora de Oliveira, como dos mártires de Marrocos e de

---

<sup>4</sup> NASCIMENTO, Aires A. – “Milagres medievais”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani). Lisboa: Editorial Caminho, 1993, pp. 459-460.

<sup>5</sup> BASINGER, David – “What is a Miracle?”, in *The Cambridge Companion To Miracles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 19-21.

<sup>6</sup> MATTOSO, José – *Poderes invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 21.

<sup>7</sup> BASINGER, David – “What is a Miracle?”..., pp. 19-21.

<sup>8</sup> WARD, Benedicta – “Miracles in the Middle Ages”, in *The Cambridge Companion To Miracles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 155.

<sup>9</sup> WARD, Benedicta – “Miracles in the Middle Ages”..., p. 156.

outros santos) se destinarem à cura de maleitas físicas – os santos eram vistos como “médicos”, nas palavras de Robert Bartlett<sup>10</sup>.

O maravilhoso e o imaginário faziam parte do quotidiano medieval, sendo entendidos “como a ordem normal dos acontecimentos, como natural”<sup>11</sup>. Os milagres eram encarados como realidade e normalmente registados por escrito. De facto, não importa se aconteceram ou não – importa sim o significado que tiveram para as pessoas envolvidas e as suas consequências para a história de determinada população, instituição e região<sup>12</sup>.

A ocorrência de milagres conferia prestígio às instituições eclesiásticas e às comunidades envolvidas, fortemente identificadas pelos seus santos, cujo poder era comprovado por estes acontecimentos. Seria ainda mais importante se, neste espaço, existissem relíquias, a presença física do sagrado<sup>13</sup>, como no caso das relíquias dos mártires de Marrocos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Desta forma, o registo escrito dos milagres contribuía para testemunhar a santidade do agente associado e a relevância do templo, o que simultaneamente fomentava a peregrinação e a devoção (e as próprias economias da Igreja)<sup>14</sup>.

Sendo assim, os livros de milagres apresentam duas funções principais: a promoção “do santo como um intermediário entre o crente e Deus” e a “catequização”<sup>15</sup>. Não obedecem a um género literário único, porque serviam diretamente a comunidade a que estavam associados<sup>16</sup>, mas são semelhantes entre si porque se baseiam noutros textos religiosos e na própria Bíblia, o que os valida. Valorizam os elementos de aproximação dos santos, o que consequentemente atenua as suas características individuais: “aquilo que era transversal aos santos tinha mais valor que aquilo que compunha a individualidade de cada um”<sup>17</sup>. Este objetivo de catequização conseguia-se a partir da repetição de

---

<sup>10</sup> BARTLETT, Robert – *Why can the dead do such great things? Saints and worshippers from the martyrs to the reformation*. New Jersey: Princeton University Press, 2013, pp. 342-352.

<sup>11</sup> LMNSO, p. 19.

<sup>12</sup> BARTLETT, Robert – *Why can the dead do such great things? ...*, p. 33.

<sup>13</sup> CAPELÃO, Rosa – *El culto de reliquias en Portugal en los siglos XVI-XVII: contexto, norma, funciones y simbolismo*. Porto, 2011. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 62.

<sup>14</sup> LMNSO, p. 21.

<sup>15</sup> CORREIA, Ângela – “Sobre a funcionalidade da narrativa hagiográfica”, in *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Lisboa: Edição Cosmos, 1993, pp. 122-123.

<sup>16</sup> NASCIMENTO, Aires A. – “Literatura religiosa”, in *Dicionário de História Dicionário de História Religiosa de Portugal* (direção de Carlos Moreira Azevedo), vol. J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, p. 113.

<sup>17</sup> SOUSA, Liliana Oliveira – *Milagres e Milagrosos em Hagiografias medievais (século XII)*. Porto, 2019. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 35-36.

palavras ou frases<sup>18</sup>. No LMNSO, todos os registos incluem a expressão “fez milagre” e, à exceção dos milagres nº 1, 38 e 40, variações da frase: “o chantre e cabydoo e clérigos da villa veendo este milagre fforo ly ffazer prosiçom”.

Estes registos podem incluir referências espaciais e temporais, informações sobre os miraculados (nome, alcunha, idade, ocupação, origem, familiares...), o seu problema e o contexto em que ocorreu o milagre, testemunhas (no caso de LMNSO) e pessoas que presenciaram o milagre (referidos neste artigo como presentes). A cura milagrosa leva à “alegria da ação de graças, à expressão pública e à exaltação do santo”<sup>19</sup> através da devoção ou de ofertas. No caso dos mártires de Marrocos, no milagre nº 12, Vasco Martins iniciou a tradição da procissão dos nus como forma de agradecimento por estes santos o terem protegido a si e à sua família da peste.

Para interpretar melhor os milagres estudados, foi definida uma tipologia a partir da sua análise prévia. Assim sendo, as categorias definidas foram:

- + Milagres curativos do corpo (53 milagres): consistem na resolução de problemas de saúde, destacando-se em maior número os casos relacionados com a cegueira e a visão em geral.
- + Milagres curativos da alma (26 milagres): consistem em acontecimentos vinculados ao foro espiritual, frequentemente ligados ao pecado e à salvação das almas, sendo que a maioria se relaciona com possessões demoníacas.
- + Milagres de cariz social (um milagre): o único milagre recolhido nesta categoria consiste na libertação de um preso.

Tendo em conta o que foi anteriormente referido sobre as condições de saúde na Idade Média, percebe-se o porquê do maior número de milagres curativos do corpo. Relativamente à predominância de curas de cegueira ou de problemas de visão, segundo Cristina Célia Fernandes, “o maravilhoso ordena-se em volta do apelo a um sentido, quase sempre a visão, representada nas visões ou até mesmo nas aparições para assim ganhar terreno ao próprio sobrenatural”<sup>20</sup>. Desta forma, a quantidade de milagres associados a problemas de visão está correlacionada com a iluminação espiritual do miraculado (a luz é associada ao bem), com a sua ligação e devoção à religião, a Deus e aos santos.

Quanto aos milagres curativos da alma, metade são curas de possessão demoníaca. Para o cristianismo, a capacidade de expulsar um demónio e de curar o endemoninhado

---

<sup>18</sup> NASCIMENTO, Aires A. – “Literatura religiosa”, in *Dicionário de História...*, p.119.

<sup>19</sup> NASCIMENTO, Aires A. – “Milagres medievais”, in *Dicionário da Literatura...*, p. 460

<sup>20</sup> LMNSO, p. 19.



é evidência do poder milagroso de um santo<sup>21</sup>. A sociedade medieval acreditava que “os demónios teriam como propósito enganar os indivíduos, induzi-los em situações ambíguas e provocar doenças”<sup>22</sup>, apropriando-se do seu espírito. A sua expulsão ocorre normalmente perto de um santuário dedicado a um santo e com recurso a um exorcista – na maioria das vezes, um religioso. Este aborda o demónio e pergunta-lhe o seu nome e a razão para a possessão, pedindo-lhe em seguida que abandone o endemoninhado em nome do respetivo santo. É comum que o demónio vá buscar um sinal “como símbolo da sua partida e como forma de atestar a veracidade do acontecimento”<sup>23</sup>.

Bartlett demonstra que existe uma preponderância de miraculados (60%) em relação às miraculadas e aponta uma possível explicação: um homem teria mais facilidade e liberdade em viajar (ou, neste caso, ir em peregrinação) do que uma mulher, daí os milagres visarem sobretudo pessoas do género masculino. É de referir ainda que os santos curavam um maior número de homens, ao contrário das santas, que curavam mais mulheres<sup>24</sup>.

Estas reflexões serão tidas em conta na análise dos milagres de Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos. Estes foram recolhidos a partir das respetivas fontes e organizados, apresentando-se aqui um quadro-síntese dos 80 milagres reunidos:

Tabela 1 – Tipologia dos milagres de Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos (LMNSO, TVMCMM e TMSM).

	<b>Milagres curativos do corpo</b>	<b>Milagres curativos da alma</b>	<b>Milagre de cariz social</b>	<b>Total</b>
<b>Nossa Senhora de Oliveira</b>	33	12	0	45
<b>Mártires de Marrocos</b>	20	14	1	35
<b>Total</b>	53	26	1	80

<sup>21</sup> BARTLETT, Robert – *Why can the dead do such great things?...*, p. 343.

<sup>22</sup> GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios: casos de possessão demoníaca no Portugal Medieval*. Lisboa, 2019. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, p. 45

<sup>23</sup> GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios...*, pp. 43, 67 e 74-78.

<sup>24</sup> BARTLETT, Robert – *Why can the dead do such great things?...*, pp. 346-347.

## 2. O culto

Para comparar o culto em torno da Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires de Marrocos, o primeiro passo é necessariamente esclarecer o enquadramento histórico de cada um. Iniciaremos pelo martírio dos franciscanos por uma questão cronológica.

Em 1219, Francisco de Assis apelou aos seus irmãos para realizarem uma cruzada espiritual de modo a “difundir os preceitos da mensagem redentora da fé cristã no seio do Islão”<sup>25</sup>. Por este motivo, em 1220, seis frades italianos de Toscana deslocaram-se até Marrocos para evangelizar, por “vontade de Deus e em obediência a S. Francisco”<sup>26</sup>: Vital, Berardo, Otto, Pedro, Adjuto e Accursio. Como explica Maria Alice Fernandes, o exemplo destes homens foi essencial para a definição do ideal missionário franciscano que conjuga a inspiração divina e a meta do martírio<sup>27</sup>.

Após saírem de Itália, os frades pararam em Aragão, onde Vital abandonou a missão por motivos de doença. Em seguida, entraram em Portugal e passaram por Coimbra, onde se encontraram com a rainha D. Urraca. Fruto de uma revelação divina (depois de um período de jejum, disciplina e oração), os italianos ficaram a saber do seu futuro martírio e da morte da rainha aquando da chegada dos seus corpos a Coimbra. Na cidade seguinte, Alenquer, D. Sancha, irmã do rei D. Afonso II, forneceu-lhes outras roupas para conseguirem atravessar o reino mouro de Sevilha. Contudo, aqui, o rei prendeu-os, castigou-os e planeou degolá-los. De acordo com o TVMCMM, os frades entregaram-se a este martírio, mas, por influência do filho do rei sevilhano, tal não aconteceu e embarcaram para Marrocos, onde foram acolhidos pelo infante D. Pedro<sup>28</sup>.

Em Marrocos, estes franciscanos propagavam publicamente a sua fé, apesar de D. Pedro os alertar para não o fazerem. Berardo não se coibiu de pregar em frente ao rei (conhecido na historiografia portuguesa como Miramolim). Para evitar o enfurecimento do seu povo, o Miramolim ordenou que fossem levados para Ceuta. Contudo, na viagem, os frades fugiram e, mais uma vez, demonstraram sem pruridos a sua crença. Como resultado, foram vítimas de violência por parte dos mouros e presos durante 20 dias<sup>29</sup>.

Já libertos, os italianos dirigiram-se novamente às praças para pregarem a sua fé e o rei voltou a mandá-los para Ceuta, mas eles conseguiram retornar. D. Pedro acolheu-

---

<sup>25</sup> PACHECO, Milton Pedro Dias – “Os protomártires de Marrocos. Das fontes hagiográficas às obras iconográficas”, in *Guerreiros e Mártires. A Cristandade e o Islão na Formação de Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2020, p. 55.

<sup>26</sup> PACHECO, Milton Pedro Dias – “Os protomártires de Marrocos”..., p. 55.

<sup>27</sup> LMSM, pp. 10-11.

<sup>28</sup> LMSM, pp. 12-13. TVMCMM, p. 10 e pp. 16-30.

<sup>29</sup> TVMCMM, pp. 30-35.

os, mas não conseguiu impedi-los de irem pregar para a cidade, onde os mouros os atacaram com muita brutalidade. O TVMCMM reforça a calma e a paciência demonstradas pelos frades enquanto eram violentados porque sabiam que o martírio era o seu destino e esperavam a vida eterna. Após este episódio, foram levados até ao Miramolim que os tentou demover das suas crenças através de ameaças e até com a oferta de jovens virgens, mas não conseguiu e, portanto, prendeu-os<sup>30</sup>.

Aproveitando a ausência do rei marroquino e do infante D. Pedro e o clima de guerra vivido em Marrocos, os franciscanos libertaram-se. Neste contexto, Berardo protagonizou dois momentos marcantes: a vitória numa discussão com um mouro letrado e o milagre do aparecimento de água no deserto, terminando com a seca sentida (“com hum pao pequeno, escarvou com ele a terra e loguo sayo aguo com tanta avondança”<sup>31</sup>). Mesmo tendo conhecimento do milagre, o Miramolim não aceitou que os frades voltassem a pregar em público e procedeu à degolação de todos pelas suas próprias mãos a 16 de janeiro de 1220<sup>32</sup>.

A mando de D. Pedro, os cristãos tentaram recolher os corpos. Foram impedidos pelos mouros que tentaram incendiar os cadáveres, que não arderam – este é o milagre que comprova a santidade dos mártires de Marrocos. Depois deste acontecimento, os cristãos conseguiram reunir os corpos e D. Pedro mandou secar as carnes. O infante viajou de Marrocos até Astorga para enviar as relíquias para Portugal. Assumindo que a rainha D. Urraca morreu a 3 de novembro de 1220, as relíquias terão chegado a Santa Cruz de Coimbra poucos dias ou semanas antes<sup>33</sup>.

A ligação entre os frades e o reino de Portugal é uma constante, culminando no transporte das suas relíquias para Coimbra. Para alcançarem o seu destino, os franciscanos não precisariam de passar por Portugal. Segundo Maria Alice Fernandes, ainda que não se saiba com certezas, é possível que tenham estado em Coimbra e Alenquer porque D. Urraca e D. Sancha foram duas figuras importantes na implantação e proteção da Ordem Franciscana no reino<sup>34</sup>. Aliás, o TVMCMM conta com um capítulo dedicado “ao mosteiro que a Iffante fez em Alanquer pera a ordem de sam Francisco per contemplaçam dos religiosos que alli vieram e por sua devoçam”<sup>35</sup>, no qual são reforçadas a devoção que D.

---

<sup>30</sup> TVMCMM, pp. 35-41.

<sup>31</sup> *Crónica de Portugal de 1419* (edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado). Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998, p. 115.

<sup>32</sup> TVMCMM, pp. 41-45.

<sup>33</sup> PACHECO, Milton Pedro Dias – “Os protomártires de Marrocos”..., pp. 56-59. TVMCMM, pp. 45-50.

<sup>34</sup> LMSM, p. 20.

<sup>35</sup> TVMCMM, p. 14.

Sancha tinha a S. Francisco e a sua dedicação ao ideal franciscano. A santidade deste mosteiro dedicado aos frades é tal que o padre guardião teve uma revelação divina e conseguiu expulsar o demónio que tinha entrado na instituição em forma de homem que se apresentava como físico e cirurgião<sup>36</sup>.

É ainda de referir o papel crucial de D. Pedro. O infante era filho do rei D. Sancho I e abandonou Portugal aquando da morte do pai, possivelmente por conflitos com o irmão, D. Afonso II, daí não ter entregado pessoalmente as relíquias em Coimbra e ter permanecido em Astorga. Fixou-se em Marrocos ao serviço do Miramolim e, a partir de 1220, mudou-se para a corte do rei D. Afonso IX de Leão, participando em conquistas e cruzadas<sup>37</sup>. Foi o responsável pela preservação das relíquias e pela construção do relicário após assistir aos milagres cujos visados foram dois dos seus escudeiros<sup>38</sup>. Assim, é-lhe atribuído o protagonismo no início da “evangelização cristã do norte de África” e no engrandecimento do “poder espiritual do Mosteiro conimbricense com as relíquias”<sup>39</sup>.

Nos anos seguintes ao martírio, o prior-mor de Santa Cruz de Coimbra procurou reunir os testemunhos dos envolvidos no transporte dos restos mortais dos mártires de Marrocos “para fixar a narrativa santoral e a partir desta difundir a fama do tesouro de relíquias”<sup>40</sup>, que contribuíram para a dignificação do mosteiro. Contudo, verificou-se falta de interesse no culto dos mártires durante o século XIV, o que explica a inexistência de um registo de milagres. Santa Cruz conservava as relíquias de S. Teotónio e o corpo de D. Afonso I, alvos de maior atenção, mas rivalizava com o mosteiro de Santa Clara por causa da popularização do culto da rainha Santa Isabel, principalmente no século XV<sup>41</sup>.

Esta pode ser uma justificação para os numerosos milagres ocorridos neste século, nomeadamente com o prior D. Gonçalo (1414-1437) que se esforçou pela reanimação do culto. Seria uma forma de conseguir a canonização dos mártires (que acontecerá a 7 de agosto de 1481). Os maus anos agrícolas facilitaram este projeto porque, no contexto da crise agrícola que ocorreu possivelmente entre 1422 e 1427, o mosteiro de Santa Cruz de

---

<sup>36</sup> TVMCMM, pp. 12-16.

<sup>37</sup> DIAS, Isabel – “D. Pedro Sanches e a lenda dos cinco mártires de Marrocos”, in *O Imaginário Medieval* (coordenação de Carlos Guardado da Silva). Torres Vedras: Edições Colibri, 2014, pp. 123-131.

<sup>38</sup> TVMCMM, pp. 51-52 e 57.

<sup>39</sup> DIAS, Isabel – “D. Pedro Sanches”..., p. 127.

<sup>40</sup> PACHECO, Milton Pedro Dias – “Os protomártires de Marrocos”..., pp. 59-60.

<sup>41</sup> KRUS, Luís – “Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos mártires de Marrocos e a devoção dos nus”. *Estudos Contemporâneos*, Porto, nº6 (1984), pp. 36-38.

Coimbra disponibilizou o seu celeiro para alimentar a população<sup>42</sup> – “uma esperança e uma graça concedida por Deus”<sup>43</sup>.

Em 1568, D. Jorge de Barbosa, então prior de Santa Cruz, mandou traduzir do latim e imprimir os relatos do século XIII, juntamente com a descrição dos milagres dos séculos seguintes, originando o TVMCMM<sup>44</sup>. Não se conhece o autor da crónica resultante<sup>45</sup>, mas esta narra a viagem dos frades franciscanos desde Itália até Marrocos, o martírio e o transporte das relíquias. Alguns milagres inserem-se na descrição dos episódios, enquanto outros estão à parte no final da crónica, cada um com uma entrada específica. Já o LMSM foi elaborado entre 1220 e 1530 pelos cónegos de Santa Cruz, que registavam estes fenómenos conforme aconteciam ou lhes eram contados<sup>46</sup>.

Em 1576, cumprindo um pedido régio, o notário apostólico de Santa Cruz, Diogo de Coutinho, descreveu os manuscritos existentes no respetivo cartório relativos aos feitos dos mártires de Marrocos, de S. Teotónio e da rainha Santa Isabel: *Sumário das Vidas e milagres dos SS. Mártires de Marrocos, e de S. Teotónio primeiro Prior do Mosteiro de Santa Cruz da Cidade de Coimbra e da Rainha Santa Isabel escrito em forma pública autêntica*. Um deles era o LMSM e o notário dá conta de que este é um instrumento público, já que foi redigido e assinado pelo tabelião público de Coimbra, Jorge Vaz. Este tabelião registou os últimos três milagres e transcreveu os restantes, compondo, assim, o mencionado livro de milagres – era “um livro aberto de registo de milagres com carácter documental”<sup>47</sup>.

No dia 21 de janeiro de 1530, Estevão Nogueira, licenciado, cidadão e juiz da Confraria dos Santos Mártires, dirigiu-se ao Paço do Concelho de Coimbra e afirmou que, no Dia dos Mártires (dia 16 de janeiro), “nosso senhor por eles fezeraom certos milagres em pessoas que se a eles devotamente encomendarao”<sup>48</sup>. Pediu a Jorge Vaz que registasse estes acontecimentos e o tabelião dirigiu-se às casas de Violante Dias, Beatriz Nunes e Rodrigo Pires, acompanhado por testemunhas (o licenciado Heitor Teixeira e o doutor Rodrigo Toscano) para anotar estes milagres<sup>49</sup>.

---

<sup>42</sup> KRUS, Luís – “Celeiro e relíquias”..., pp. 22, 23, 32, 36, 38 e 39,

<sup>43</sup> KRUS, Luís – “Celeiro e relíquias”..., p. 27.

<sup>44</sup> PACHECO, Milton Pedro Dias – “Os protomártires de Marrocos”..., p. 61.

<sup>45</sup> TVMCMM, p. IX.

<sup>46</sup> LMSM, p. 40-41.

<sup>47</sup> LMSM, pp. 26-28 e 32.

<sup>48</sup> LMSM, p. 155.

<sup>49</sup> LMSM, pp. 155-159.

A natureza dos santos em estudo não poderia ser mais diferente: os frades franciscanos são mártires, enquanto a Nossa Senhora de Oliveira é uma invocação da Virgem Maria. Inicialmente a sua devoção circunscreveu-se a Guimarães, mas, tendo em conta as dezenas de milagres ocorridos em meados do século XIV, expandiu-se. Entre os séculos XIII e XV, a sua igreja impôs-se como um dos principais centros de romaria<sup>50</sup>. Os monarcas D. Afonso IV e D. João I recorreram à Santa Maria de Guimarães para proteção aquando das batalhas do Salado<sup>51</sup> e de Aljubarrota, respetivamente. Também o condestável Nuno Álvares se dirigia a Guimarães antes de combater<sup>52</sup>.

Na Idade Média, a Virgem Maria estava no “centro da devoção popular”<sup>53</sup>. Como mãe de Jesus e associada à compaixão, misericórdia, proteção, saúde e bem-estar, assumindo um papel maternal e sendo simultaneamente virgem, ocupou um lugar de excelência na mediação entre o crente e o sagrado – era “a síntese de todas as virtudes mulheris e por isso digna de adoração”<sup>54</sup>. Não se aponta um espaço único de devoção à Santíssima Virgem porque não existem restos mortais, portanto a veneração podia acontecer em qualquer lugar e assumir diferentes invocações<sup>55</sup>. No caso de Guimarães, a cruz simboliza a presença da Virgem Maria, pois é junto dela que ocorreram grande parte dos milagres, com destaque para as curas de possessão demoníaca.

No Portugal medieval, os monarcas “privilegiaram sempre o culto Mariano”<sup>56</sup>. Avelino de Jesus da Costa aponta a Virgem Maria como a verdadeira padroeira dos portugueses. Desta forma, não é de estranhar a existência de um elevado número de instituições religiosas dedicadas à Santíssima Virgem que progressivamente se tornaram centros de peregrinação<sup>57</sup>. A ocorrência de milagres e o seu posterior registo escrito também contribuía para a valorização e divulgação da importância destas instituições.

A Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira de Guimarães nasce de um mosteiro antigo, datado de meados do século X e mandado edificar por Mumadona Dias, cumprindo a vontade do seu já falecido marido, Hermenegildo Mendes. A referência mais

---

<sup>50</sup> COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”. *Lusitana Sacra*, nº 2 (1957), pp. 21-22.

<sup>51</sup> MELO, Jacinta de Fátima Carvalho de – *A Colegiada de Guimarães no reinado de D. João I*. Porto, 2020. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 52.

<sup>52</sup> COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria”..., p. 22.

<sup>53</sup> LMNSO, p. 17.

<sup>54</sup> LMNSO, p. 19.

<sup>55</sup> LMNSO, p. 17.

<sup>56</sup> MELO, Jacinta de Fátima Carvalho de – *A colegiada de Guimarães no reinado de D. João I*..., p. 51.

<sup>57</sup> COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”..., pp. 18-20.



antiga a este cenóbio é uma doação do rei Ramiro II do período entre 931 e 950. Como o conde Hermenegildo Mendes surge na documentação até 943, situa-se a sua fundação entre este ano e 950<sup>58</sup>.

O espaço onde o mosteiro foi edificado era propício à fixação humana pela presença de água e pela facilidade de defesa, ainda para mais quando Mumadona mandou erguer também um castelo por causa da chegada dos normandos ou dos muçulmanos à costa da Galiza. Assim, Guimarães tornou-se num espaço de “segurança dos corpos e das almas”<sup>59</sup>.

Mais tarde, como explica Maria da Conceição Falcão Ferreira, implementou-se aqui a estrutura paroquial: a igreja de S. Miguel do Castelo instalou-se na parte alta da cidade e a igreja de Santa Maria na parte baixa. Contudo, foi o mosteiro e a sua comunidade monástica que mais se destacaram no desenvolvimento da cidade<sup>60</sup>, sobretudo a partir de 959 com a sagração da sua igreja e a doação de Mumadona: “um vasto património em terras, igrejas, mosteiros e bens imóveis, que incluem servos, gado e ainda uma riquíssima biblioteca, um conjunto de alfaias litúrgicas e outros ornamentos de grande valor”<sup>61</sup>.

No século XII, fruto da decadência da família patronal vimaranense após a batalha de Pedroso, não restavam marcas do poderio do mosteiro. A Colegiada de Guimarães surgiu «sobre o lugar, e provavelmente, sobre o património» do cenóbio<sup>62</sup>. Atribui-se a sua fundação aos condes de Portucale, D. Henrique e D. Teresa, tornando-a na “primeira colegiada no território que viria a ser o reino de Portugal”<sup>63</sup>. Desta forma, nos séculos seguintes, a sua relevância não cessou de crescer, concentrando muitos peregrinos, doações e promessas: por um lado, graças à imagem que possuía da Virgem; por outro, pela sucessão de milagres (e seu registo escrito) a partir de 1342<sup>64</sup>. Após a colocação da cruz em frente à igreja, a oliveira que aí se encontrava refloresceu, daí a adoção da designação Santa Maria de Oliveira<sup>65</sup>.

---

<sup>58</sup> RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Porto, 1991. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 49-51.

<sup>59</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal, 1989, pp. 8-12.

<sup>60</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite...*, pp. 13-19.

<sup>61</sup> MELO, Jacinta de Fátima Carvalho de – *A colegiada de Guimarães no reinado de D. João I...*, p. 26.

<sup>62</sup> RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães...*, pp. 83-84.

<sup>63</sup> MELO, Jacinta de Fátima Carvalho de – *A colegiada de Guimarães no reinado de D. João I...*, p. 41.

<sup>64</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite...*, pp. 13-19.

<sup>65</sup> LMNSO, p. 23.

Como causa e consequência da sua importância, os reis concederam privilégios, benefícios e proteção à colegiada. D. João I elegeu a Virgem como sua padroeira e prometeu-lhe uma romaria caso vencesse a batalha de Aljubarrota<sup>66</sup>. Como patrono, promoveu ainda a independência da colegiada face à arquidiocese de Braga<sup>67</sup>, tendo “solicitado à Santa Sé que fosse dada a esta instituição e às igrejas dela anexas a isenção de toda a jurisdição arquiépiscopal tornando-a dependente diretamente de Roma”<sup>68</sup>. O conflito entre Guimarães e Braga já se estendia há muito tempo: no final do século XII, o mosteiro vimaranense não aderiu à reforma cluniacense, muito defendida pelo bispo bracarense, D. Geraldo<sup>69</sup>. A presença do arcebispo D. Gonçalo Pereira e de D. Pedro, conde de Barcelos (território pertencente a Braga), em Guimarães a 1 e 2 de fevereiro de 1343 pode representar a permanência deste problema. Sendo que os sucessivos milagres de Nossa Senhora de Oliveira se estendiam desde o ano anterior e seriam alvo de grande atenção, Braga não tardou a revelar a sua curiosidade, enviando o próprio arcebispo, claramente numa tentativa de analisar o fenómeno que estava a beneficiar Guimarães.

Esta disseminação do culto a Nossa Senhora de Oliveira teve um avanço crucial com o registo escrito dos seus milagres no século XIV, ultrapassando a partir de então as fronteiras regionais. A elaboração do livro de milagres conclui a já decorrente dignificação da colegiada. As promessas e romarias consequentes constituíram gestos de devoção e gratidão à Virgem Maria e concentraram numerosos crentes em Guimarães<sup>70</sup>.

O LMNSO é “a primeira colecção de milagres conhecida escrita em português e identificada como tal”<sup>71</sup>. Foi elaborado pelo tabelião de Guimarães, Afonso Peres, mas não a pedido da Colegiada de Nossa Senhora de Guimarães. Os cónegos só pedirão uma cópia em 1351 ao notário Antoninho Lourenço para motivar os fiéis a contribuírem para as obras<sup>72</sup>. Contudo, ainda que não se saiba quem pediu este registo, na introdução, Afonso Peres dirige-se ao rei de Portugal, o que pode significar que estaria a dar-lhe

---

<sup>66</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite...*, p. 20.

<sup>67</sup> LMNSO, p. 32.

<sup>68</sup> MELO, Jacinta de Fátima Carvalho de – *A colegiada de Guimarães no reinado de D. João I...*, p. 121.

<sup>69</sup> RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães...*, p. 84.

<sup>70</sup> LMNSO, pp. 22-23 e 33.

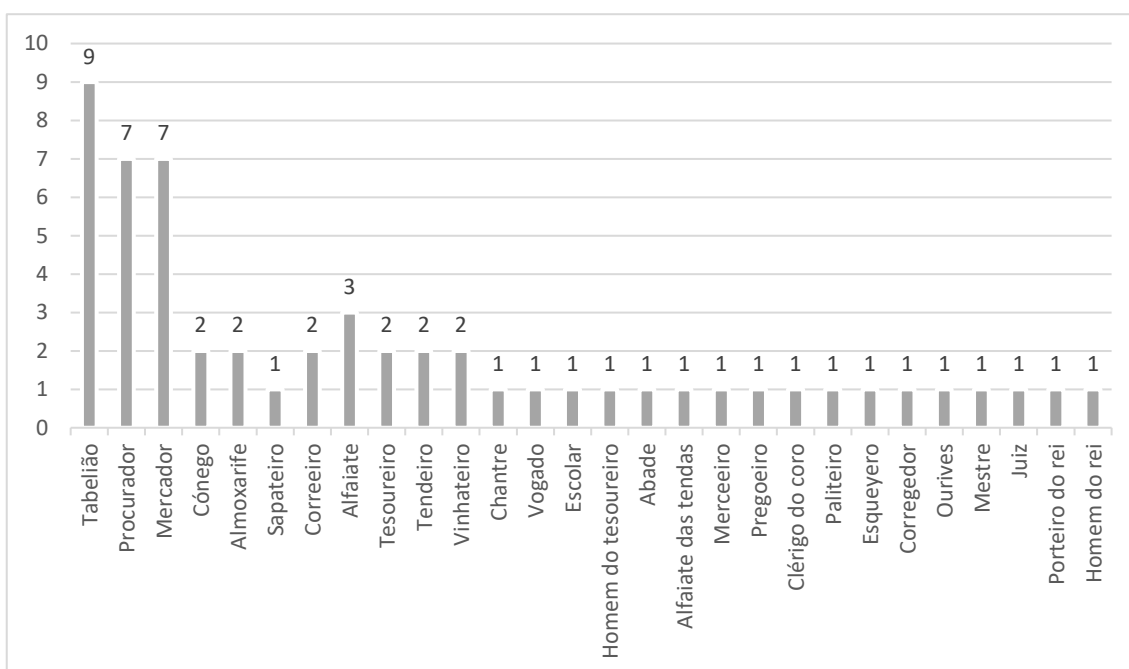
<sup>71</sup> NASCIMENTO, Aires A. – “Afonso Peres”, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani). Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 21.

<sup>72</sup> MARTINS, Mário – *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Brotéria, 1957, p. 173.

conhecimento dos milagres<sup>73</sup>: “Senhor Affonso Perez tabaliom na vossa villa de Guimaraas ffaço saber a vosa merçe”<sup>74</sup>.

Como foi redigido por um tabelião, este livro de milagres apresenta duas particularidades: segue um formato tabeliônico e, conseqüentemente, tem testemunhas. Passe a redundância, são testemunhas jurídicas, presentes aquando da elaboração do documento, portanto ratificam-no – é “um acontecimento narrado, documentado e certificado”<sup>75</sup>. Entre os 45 milagres, só três não têm testemunhas (n<sup>os</sup> 6, 19 e 32). Estas pessoas confirmam o milagre, não só pela sua presença, mas também pelo seu estatuto social, já que o registo fornece informações sobre as ocupações de várias testemunhas<sup>76</sup>. Em número superior, destaca-se a presença de tabeliões, possivelmente pela sua importância para a comunidade medieval, já que eram os responsáveis pelo registo dos acontecimentos, pela construção da memória. Assim, ao confirmarem o milagre, conferiam-lhe veracidade.

Gráfico 1 – Ocupações das testemunhas dos milagres de Nossa Senhora de Oliveira.



Também se assinalam testemunhas sem qualquer referência à sua ocupação. No entanto, contrapondo os dois grupos (ocupações mencionadas e não mencionadas), é possível que alguns nomes correspondam às mesmas pessoas, ainda que, dada a estrutura

<sup>73</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios no Portugal medieval*. Porto: Fio da palavra, 2010, p. 108.

<sup>74</sup> LMNSO, p. 107.

<sup>75</sup> LMNSO, p. 27.

<sup>76</sup> LMNSO, p. 63.

das frases, não se possa ter certezas. A título de exemplo, o milagre nº 20 conta com as seguintes testemunhas: “Vaasco Domjnguez almoxeife Airas Juaez Martjnz Romeu Gil Lourenço Martjnz Annes taballions”. Percebe-se que Vasco Domingues era almoxarife, mas não se pode confirmar que Aires Joanes, Martim Romeu, Gil Lourenço e Martim Anes fossem todos tabeliães. De qualquer forma, há casos em que as datas dos milagres em que pessoas com o mesmo nome testemunharam são próximas ou até coincidentes, o que reforça a ideia de serem uma única pessoa. Martim Moreira assistiu aos milagres nº 7 e 8 que aconteceram ambos no dia 4 de janeiro de 1343, mas a sua ocupação (tabelião) só é referida no primeiro.

**Tabela 2 – Associação de testemunhas com ocupação referida e testemunhas com o mesmo nome, mas sem ocupação referida (LMNSO).**

<b>Testemunhas com ocupação referida</b>	<b>Testemunhas sem ocupação referida</b>
João Bordão, procurador (nº 36)	João Bordão (nºs 3 e 4)
Tomé Afonso, tabelião (nºs 16, 24, 28, 38, 42, 43)	Tomé Afonso (nº 5)
Gil Peres, tabelião (nºs 2, 12, 15, 27, 30, 39)	Gil Peres (nºs 5 e 21)
Lourenço Domingues, ourives (nº 36)	Lourenço Domingues (nºs 7 e 8)
Martim Moreira, tabelião (nº 7)	Martim Moreira (nºs 8, 14 e 27)
Gil Domingues, procurador (nºs 2 e 4)	Gil Domingues (nºs 9 e 44)
Bartolomeu Peres, alfaiate (nº 7)	Bartolomeu Peres (nºs 10, 14 e 21)
Martim Anes, tabelião (nºs 11, 12, 14, 20, 21, 25, 27, 35, 40, 42, 43, 45)	Martim Anes (nºs 10 e 34)
Francisco Anes, tesoureiro (nº 44) e merceeiro (nº 26)	Francisco Anes (nº 17)
Gil Lourenço, tabelião (nºs 2, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 45)	Gil Lourenço (nºs 21, 30 e 34)
João Mendes, mercador (nº 39)	João Mendes (nº 38)

É importante referir duas testemunhas: o tabelião Gil Lourenço e Teresa Candeia. Gil Lourenço é mencionado 25 vezes<sup>77</sup> (n<sup>os</sup> 2, 4, 7, 9 a 14, 18, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43 e 45), sendo a testemunha mais presente. Por outro lado, Teresa Candeia só é mencionada no milagre n<sup>o</sup> 31, não existindo mais informações sobre ela sem ser o nome, mas é a única testemunha do género feminino.

Seria interessante analisar a proveniência das testemunhas. No entanto, o LMNSO só fornece informações relativas a cinco: Gil Peres e Gil Lourenço (milagre n<sup>o</sup> 2) e Estevão Pais (milagre n<sup>o</sup> 23) eram de Guimarães, sendo que o último vivia na “rua Caldeiroa”; Martim Peres (milagre n<sup>o</sup> 12) era abade de Burgueiros, uma localidade em Fafe; Martim Peres (milagre n<sup>o</sup> 15) vivia em Barqueiros que poderá corresponder a uma localidade em Barcelos ou Mesão Frio. Percebe-se que estas testemunhas vivem nas proximidades de Guimarães, sendo Mesão Frio o sítio mais distante entre os mencionados.

A partir do respetivo relato histórico e de uma introdução aos livros de milagres em questão, percebe-se a diferença entre o culto dos mártires de Marrocos e de Nossa Senhora de Oliveira, além da já mencionada natureza da santidade e da presença de relíquias. Os frades franciscanos tiveram um percurso “internacional” que culminou num repouso “nacional”. Ou seja, estes italianos realizaram uma viagem por territórios europeus e africanos, cruzando-se diversas vezes com Portugal, fossem as passagens por Coimbra e Alenquer, fosse o contacto próximo com D. Urraca, D. Isabel e D. Pedro. E, claro, é importante referir que as relíquias repousaram em Santa Cruz de Coimbra.

Em contrapartida, o culto de Nossa Senhora de Oliveira começou num âmbito regional, pois restringiu-se a Guimarães numa fase inicial, mas ganhou projeção sobretudo no Norte de Portugal, ainda que envolva também Coimbra e Lisboa, como se verá. Porém, esta projeção não significou a ocorrência de milagres fora do território vimaranense, pois a quase totalidade decorreu junto à cruz.

Mas o que dizem estes livros de milagres sobre o que realmente aconteceu? Como explica Cristina Sobral, existe um debate sobre a «especificidade da hagiografia enquanto género literário ou género histórico e sobre a sua validade documental»<sup>78</sup>. Ora, como foi anteriormente referido, não importa se o milagre aconteceu, mas sim as repercussões que

---

<sup>77</sup> Este número não inclui Gil Lourenço dos milagres n<sup>os</sup> 21, 30 e 34 porque, apesar do nome ser o mesmo, como não é referida a sua ocupação, não há certezas de que seja a mesma pessoa.

<sup>78</sup> SOBRAL, Cristina – “O modelo discursivo hagiográfico”. *Modelo: actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (2005), p. 97.

teve para todos os envolvidos, desde o miraculado à instituição associada. Claramente ambos os livros de milagres foram elaborados com o objetivo de justificar o culto aos respetivos santos. No caso dos mártires de Marrocos, estes acontecimentos relacionam-se em grande parte com o percurso que os frades e as próprias relíquias fizeram.

Quanto a Nossa Senhora de Oliveira, o seu livro de milagres foca-se somente nestes acontecimentos porque, além de a santa ser uma invocação da Virgem Maria e não se revelar necessário contar a sua história, o intuito aparenta ser somente a divulgação destes feitos. Esta afirmação é reforçada por uma informação dada por Cristina Sobral: «quanto menor é a distância entre o tempo narrado e o tempo do hagiógrafo, menor é a presença do maravilhoso e mais subjectivo ele se apresenta»<sup>79</sup>. Se o hagiógrafo neste caso é Afonso Peres, o tabelião assistiu aos milagres e registou-os por escrito no momento. Ora, significa que este documento divulgava mais o prestígio da Colegiada do que provava a presença de Deus em Guimarães.

Seguindo esta linha de raciocínio, o TVMCMM foi compilado durante séculos para justificar a santidade dos mártires, uma questão que se revelou complexa para a comunidade franciscana.

Desde o início, Francisco de Assis terá pensado num “projecto de evangelização na escala do universo, fundada sobre uma pregação itinerante”<sup>80</sup> e não apenas em território cristão. Em 1213, iniciou a viagem até Marrocos, mas não a concluiu porque adoeceu e teve de regressar a Itália. O ideal franciscano pressupunha passar por tormentos, desafios e até morrer para difundir a palavra de Cristo<sup>81</sup>. Porém, após o martírio de 1220, este assunto tornou-se problemático para os franciscanos. A própria Regra refletiu esta situação. A primeira versão, elaborada em 1221, explica que os frades em missão evangelizadora podem comportar-se de duas formas: evitar confrontos e ser discretos, mas nunca escondendo a sua fé, ou o total oposto, não descartando a morte, como a atuação dos mártires de Marrocos. Já a segunda versão, datada de 1223, não especifica qualquer comportamento e determina que estas missões nunca devem partir de iniciativa própria<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> SOBRAL, Cristina – “O modelo discursivo hagiográfico”..., p. 102.

<sup>80</sup> VAUCHEZ, André – *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos VIII a XIII)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 129.

<sup>81</sup> VAUCHEZ, André – *Francis of Assisi. The Life and Afterlife of a Medieval Saint*. Yale: Yale University Press, 2012, pp. 83 e 89.

<sup>82</sup> HEULLANT-DONAT, Isabelle – “Martyrdom and Identity in the Franciscan Order (Thirteenth and Fourteenth Centuries)”. *Franciscan Studies*, vol. 70 (2012), pp. 433-434.

De acordo com Isabelle Heullant-Donat, poderá ter sido a morte dos italianos que provocou estas alterações, pois demonstrou que era necessário controlar a conduta dos evangelizadores para sua própria segurança e sobretudo para segurança dos cristãos que viviam em territórios muçulmanos. Na verdade, durante cerca de um século, a procura voluntária do martírio perdeu força, regressando em 1320 com a evangelização franciscana na Ásia Central, Índia e Egipto<sup>83</sup>.

Assim, no século XIV, o martírio aliou-se à pobreza como características fundamentais da identidade franciscana e tornou-se numa estratégia de unificação da ordem e de aproximação ao poder papal, após problemas com o papa João XXII. Os números cresciam, também porque a Inquisição condenava e queimava frades por considerá-los heréticos<sup>84</sup>.

No século seguinte, sucedem-se perto de uma dezena de milagres, como se verá, e um deles origina a prática da romaria em devoção aos mártires, o que não é de estranhar, dado que a canonização também data do século XV. O TVMCMM surge no século XVI, no que aparenta ser uma tentativa encabeçada por Santa Cruz de Coimbra para relembrar a associação destes santos à instituição.

### 3. Os milagres

Novamente por ordem cronológica, comecemos pelos mártires de Marrocos.

Entre o TVMCMM e o LMSM, foram recolhidos 35 milagres compreendidos entre os séculos XIII e XVI: 20 curativos do corpo, 14 curativos da alma e um de cariz social. A crónica refere que, além destes, “outros muitos milagres tem feito nosso senhor por merecimento destes sanctos Martyres”<sup>85</sup>. Já o livro de milagres inclui uma nota: “dentro está uma carta em papel avulso (escripta na Serra do Pilar) narrando mais um milagre dos Santos, em 1502; com muitas assignaturas de testemunhas”<sup>86</sup>.

Relativamente aos milagres recolhidos a partir do TVMCMM (30 no total), os n<sup>os</sup> 1 a 3 e 5 a 12 enquadram-se no relato dos episódios em Marrocos, durante a viagem para Portugal e aquando da chegada das relíquias a Coimbra. Os n<sup>os</sup> 13 a 28 e 31 a 33 correspondem a entradas diferentes no final da crónica. A partir do LMSM, reuniram-se os n<sup>os</sup> 4, 29, 30, 34 e 35.

---

<sup>83</sup> HEULLANT-DONAT, Isabelle – “Martyrdom and Identity in the Franciscan Order”..., pp. 435-441.

<sup>84</sup> HEULLANT-DONAT, Isabelle – “Martyrdom and Identity in the Franciscan Order”..., pp. 447-450.

<sup>85</sup> TVMCMM, p. 76.

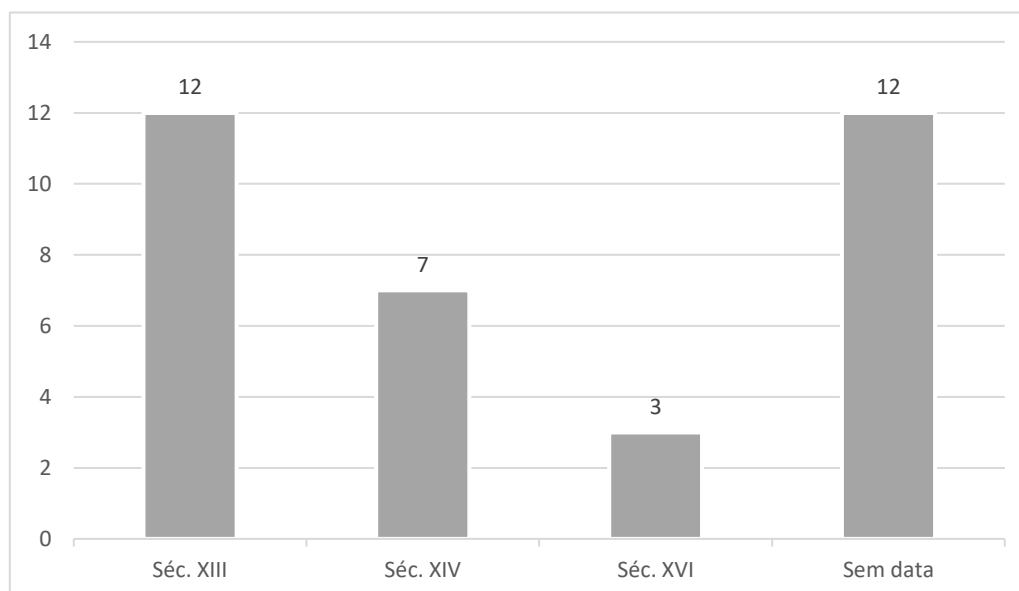
<sup>86</sup> LMSM, p. 25.



Da narração dos milagres, em geral, podem extrair-se informações sobre a data, o/a miraculado/a (nome, local onde morava<sup>87</sup>, ocupação, estatuto social, familiares<sup>88</sup>) e sobre pessoas que presenciaram o acontecimento (os presentes), mas estes registos não apresentam todos os mesmos elementos.

Quanto à cronologia, 12 milagres não apresentam data<sup>89</sup>, 12 ocorreram no século XIII (1220 e 1225)<sup>90</sup>, sete no século XIV<sup>91</sup> e três no XVI (1530)<sup>92</sup>. Além do ano, oito milagres referem ainda o dia e/ou o mês<sup>93</sup>. Analisando os milagres datados, percebe-se o porquê de se registar um maior número no século XIII: o martírio aconteceu em 1220, portanto estas ocorrências inserem-se na lógica de construção da santidade dos frades, justificando-a e exemplificando-a.

Gráfico 2 – Cronologia dos milagres dos mártires de Marrocos.



Verifica-se um número mais elevado de homens (23) do que mulheres (cinco) visados pelos milagres. Deve-se ter ainda em conta que o nº 13 diz respeito a Vasco Martins e aos seus cinco filhos varões, Afonso, Joanes, Estevão, Álvaro e Gonçalo<sup>94</sup>, o que aumenta o número de miraculados. Destacam-se também os nºs 5 a 8 e 12, pois os miraculados são compostos por grupos de pessoas (o infante D. Pedro e os seus

<sup>87</sup> Milagres nº 14, 19 a 23, 26, 29 a 31, 33 e 34.

<sup>88</sup> Milagres nº 13, 15, 19 a 21, 25, 28 a 31, 33 e 34.

<sup>89</sup> Milagres nº 14 a 18, 20 a 24, 34 e 35.

<sup>90</sup> Milagres nº 1 a 12.

<sup>91</sup> Milagres nº 13, 19 e 25 a 30.

<sup>92</sup> Milagres nº 31 a 33.

<sup>93</sup> Milagres nº 19, 25, 26, 28, 30 e 31 a 33.

<sup>94</sup> LMSM, pp. 125-127.



companheiros e mouros), não se podendo concluir com exatidão quantas do género masculino e do género feminino estiveram envolvidas.

Salienta-se ainda a inexistência de miraculados nos n<sup>os</sup> 1 e 10, mas ambos comprovam a santidade dos frades franciscanos: no primeiro, os cadáveres não ardem; no segundo, a mula que transportava as relíquias dos mártires guia-se sozinha até à porta do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Em 16 milagres<sup>95</sup> não é referido o nome do miraculado. O nome da miraculada do n<sup>o</sup> 22, Catarina Pires, não é mencionado no TVMCM, tendo sido recolhido do LMSM. Além do nome, vários registos aludem direta ou indiretamente à idade do miraculado, verificando-se um maior número de crianças e jovens:

- + “moço” (n<sup>os</sup> 19, 25, 27, 28);
- + “mulher” (n<sup>os</sup> 20, 22 e 29);
- + “menino” (n<sup>os</sup> 33 e 35);
- + “menino com dois anos” (n<sup>o</sup> 30);
- + “moço fidalgo” (n<sup>o</sup> 4);
- + “homem de trinta anos” (n<sup>o</sup> 9);
- + “viúva com muita idade” (n<sup>o</sup> 32).

Ou, então, ao cargo ou estatuto social:

- + Infante D. Pedro (n<sup>os</sup> 5 a 9);
- + Companheiros do infante D. Pedro (n<sup>os</sup> 5 a 9);
- + Sacristão (n<sup>o</sup> 11), cónego (n<sup>o</sup> 15), prior (n<sup>o</sup> 16) e delegado papal (n<sup>o</sup> 18);
- + Escudeiro (n<sup>os</sup> 2, 3 e 24);
- + Marinheiros (n<sup>o</sup> 8);
- + Tabelião (n<sup>o</sup> 17);
- + Criada (n<sup>o</sup> 30).

Alguns milagres contam com pessoas que presenciaram o acontecimento milagroso. Estas são: mouros e cristãos (n<sup>o</sup> 1), o infante D. Pedro e o cónego de Santa Cruz (n<sup>o</sup> 2), o infante D. Pedro e “quantos estavam presentes” (n<sup>o</sup> 9), D. Afonso II, D. Urraca e o povo (n<sup>o</sup> 10) e o rei Miramolim e os mouros (n<sup>o</sup> 12).

Nos n<sup>os</sup> 2, 21, 31 e 34, os miraculados têm contacto direto ou indireto com as relíquias dos frades. Já nos n<sup>os</sup> 11, 23 e 27, os mártires surgem para, no primeiro, informarem o sacristão da morte de D. Urraca e, nos outros dois, curarem os miraculados.

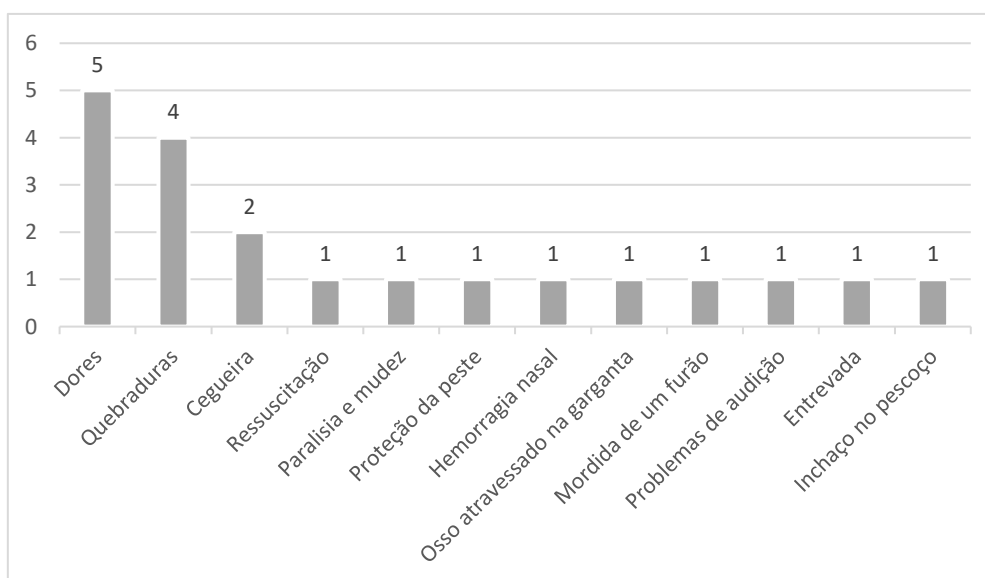
---

<sup>95</sup> Milagres n<sup>os</sup> 4 a 9, 12, 18 a 21, 25, 28, 30, 33 e 35.

Em relação à tipologia dos milagres, o único de cariz social consiste na libertação de um preso após realizar uma romaria em devoção aos mártires (nº 24). Em maior número estão os curativos do corpo (20, correspondente a 57% do total). Luís Krus afirma que os mártires tinham um *poder especializado*, já que curavam sobretudo indivíduos do género masculino com quebras (hérnias), uma condição que impossibilitava o desempenho de atividades agrícolas e próprias de cavaleiros, contribuindo para uma “imagem virilmente degradante” na época, até pela probabilidade de serem estéreis<sup>96</sup>. Contudo, após a análise dos milagres, as curas de quebras não se destacam porque se registam somente quatro, o que não é um resultado expressivo. Na verdade, contam-se cinco casos de dores em diferentes partes do corpo.

De referir que, no milagre nº 32, afirma-se que a miraculada está “entrevada”, o que pode ser uma paralisia ou dificuldade de deslocação.

Gráfico 3 – Milagres curativos do corpo realizados através dos mártires de Marrocos.



Quanto aos 14 milagres curativos da alma (40%), podem ser divididos em três conjuntos:

1. Um conjunto de milagres em território marroquino:
  - a. Os mouros tentaram incendiar os corpos dos mártires, mas estes não arderam (nº 1), o que comprova a sua santidade;
  - b. Dois escudeiros pecadores sofreram consequências por estarem na presença das relíquias ou lhes tocarem (nºs 2 e 3);

<sup>96</sup> KRUS, Luís – “Celeiro e relíquias”..., pp. 40-41.

- c. A fome e peste em Marrocos terminaram após os cristãos aí residentes serem autorizados a praticar a sua fé (nº 12).
2. Um conjunto de milagres ocorrido na viagem de Marrocos até Portugal, quando as relíquias protegeram e ajudaram D. Pedro e os seus acompanhantes em vários momentos (nºs 5 a 8);
3. Um conjunto de milagres em Portugal, iniciando-se com a chegada das relíquias, quando a mula que as carregava foi guiada pelos mártires até Santa Cruz de Coimbra (nº 10). Depois, o sacristão foi avisado pelos mártires da morte da rainha D. Urraca (nº 11). Além disso, uma mula ressuscitou (nº 18), duas mulheres endemoninhadas foram curadas (nºs 20 e 21) e um agricultor sentiu tremores por estar a trabalhar no Dia dos Mártires (nº 26).

No total, os milagres dos mártires de Marrocos distribuem-se por três espaços: África (nºs 1 a 8 e 12), Astorga (nº 9) e Portugal (nºs 10, 11 e 13 a 35).

O caso de Nossa Senhora de Oliveira é manifestamente diferente, já que os 45 milagres ocorreram em 1342 e 1343 apenas em Guimarães. São apresentados na forma de registo documental para conhecimento público, semelhante aos instrumentos lavrados em pública forma pelos tabeliães. Em geral, estruturam-se da seguinte forma: uma menção ao dia, mês e ano (por vezes, com alusão ao dia da semana e à altura do dia), informações sobre o miraculado e o seu problema, a respetiva solução e uma procissão realizada pelos clérigos vimaranenses<sup>97</sup>. Todos os milagres aconteceram perto da colegiada, nomeadamente da cruz, e a cura processou-se no momento, à exceção dos nºs 9 e 31 (ao “gallo cantante), 37 (na casa da miraculada) e 38 (na manhã seguinte).

Desconhece-se o nome de quatro miraculados (nºs 10, 25, 39 e 43). Contudo, é possível que o nome da miraculada do milagre nº 43 seja Domingas Gonçalves. No milagre nº 43, uma *molher* cega, filha de Gonçalo Martins e Domingas Gonçalves, foi curada por Nossa Senhora de Oliveira. O miraculado do milagre seguinte ficou curado da sua cegueira após Domingas Gonçalves lhe soprar nos olhos, referida como a “sobre dicta Domingas Gonçalvez que sancta Maria assy alumyou”, isto é, que Nossa Senhora de Oliveira curou da cegueira.

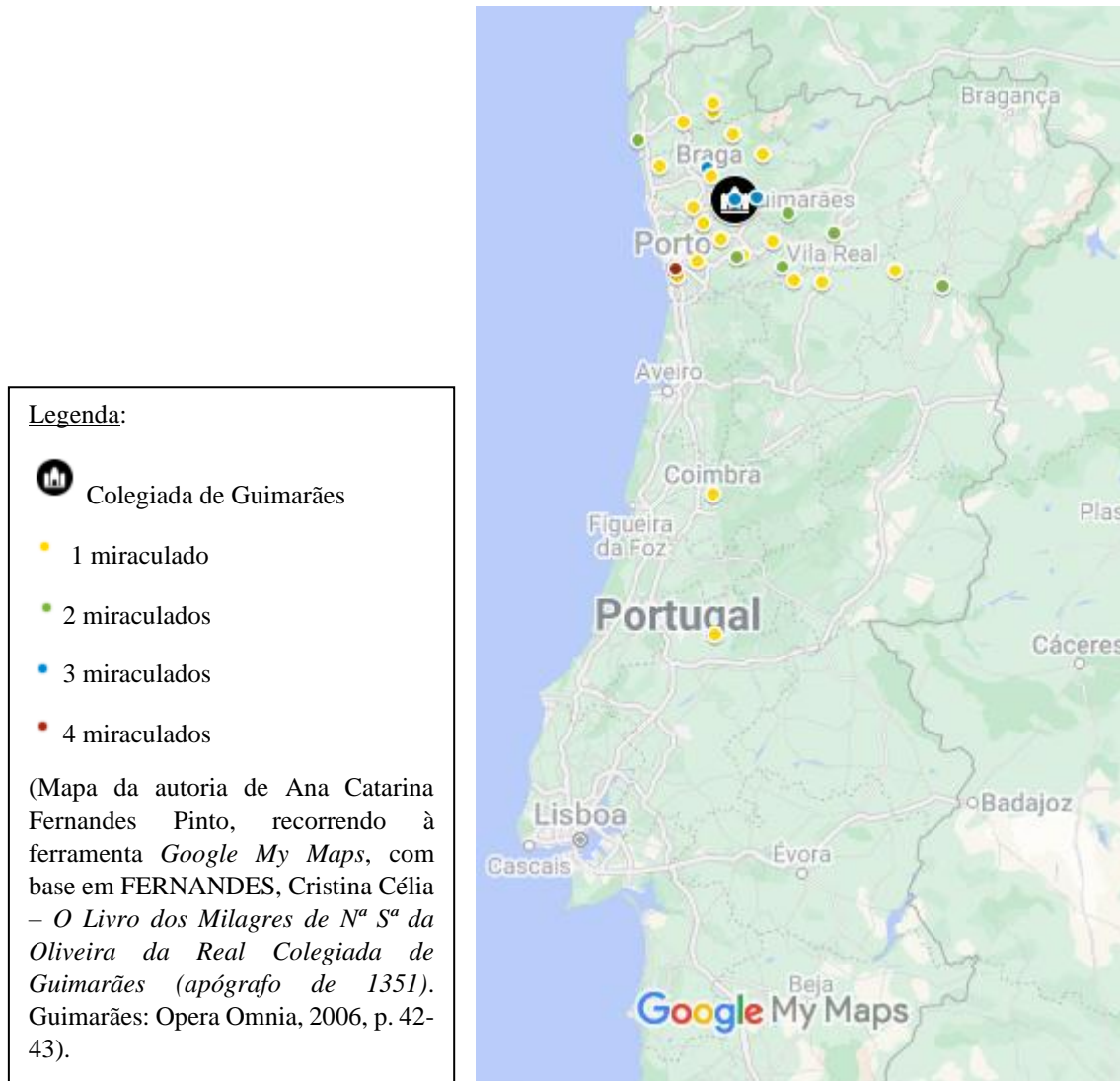
São ainda apresentados outros dados pessoais, como a origem geográfica dos miraculados. Percebe-se que, na sua grande maioria, provêm de localidades próximas de Guimarães e da colegiada, mas não só, o que demonstra que o culto de Nossa Senhora de

---

<sup>97</sup> LMNSO, pp. 24-25.

Oliveira já ultrapassava as fronteiras vimaranenses. Destaca-se o miraculado do milagre nº 33 cuja proveniência é a mais distante – Tomar.

Mapa 1 – Origem geográfica dos miraculados de Nossa Senhora de Oliveira.



Quanto à idade e estatuto social, verifica-se uma predominância de jovens:

- + Moça (n<sup>os</sup> 3, 5, 6, 14, 31, 36, 37 e 40);
- + Mulher (n<sup>os</sup> 27, 28, 29, 32, 34, 35 e 43);
- + Manceba (n<sup>os</sup> 15, 17, 22, 39, 41 e 45);
- + Moço pequeno (n<sup>os</sup> 2, 18, 21 e 23);
- + Homem (n<sup>os</sup> 19, 24, 30 e 44);
- + Moço (n<sup>os</sup> 4, 12 e 13);
- + Mulher casada (n<sup>o</sup> 10);

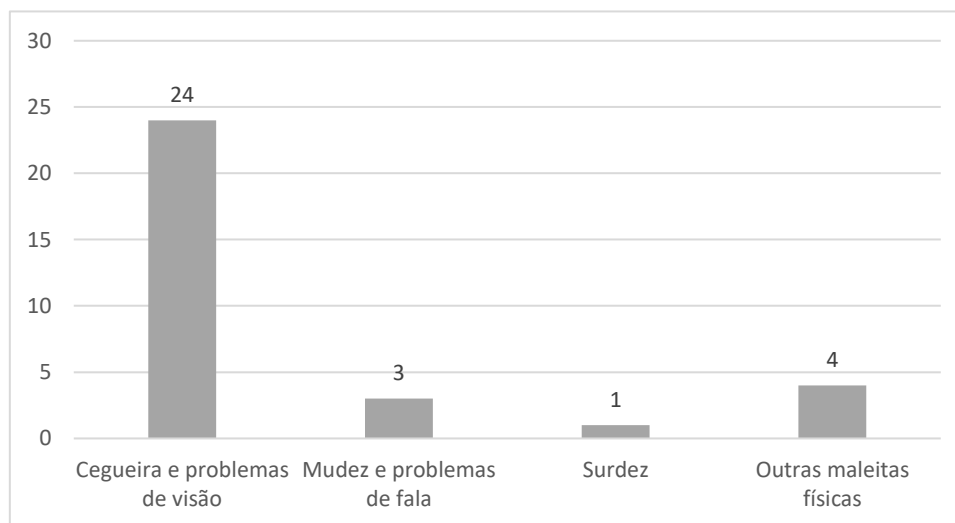
- + Moça pequena (nº 20);
- + Dona (nº 25);
- + Mancebo (nº 33).

Além das testemunhas já referidas, o registo de Afonso Peres menciona outras pessoas que simplesmente presenciaram o milagre, mas que não são testemunhas porque não atestam os documentos. Só os milagres nºs 1 e 38 não as têm. Os presentes eram:

- + Conterrâneos do/a miraculado/a (nºs 27 a 29 e 35).
- + Familiares (nºs 2 a 6, 12, 14, 18, 30 e 40).
- + Chantre, cabido e clérigos ou clérigos do coro (nºs 2 a 37, 39, 41 a 45).
- + Não mencionado<sup>98</sup>.

Quanto à sua tipologia, os 45 milagres dividem-se entre aqueles que “curam doenças físicas e aqueles que restabelecem a paz do espírito”<sup>99</sup>. Desta forma, contam-se 33 milagres curativos do corpo (73%) e 12 milagres curativos da alma (27%). No primeiro conjunto, regista-se uma maior incidência para a cura de cegueiras e problemas de visão:

Gráfico 4 – Milagres curativos do corpo realizados através de Nossa Senhora de Oliveira.



Quanto aos 12 milagres curativos da alma, 11 são curas de possessão demoníaca. A exceção é o nº 1, que enceta este período particularmente milagroso em Guimarães e corresponde ao renascimento de uma oliveira, três dias depois de Pero Esteves colocar uma cruz na “alvaçaria” da Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira. Este mercador

<sup>98</sup> João Peres e Gonçalo, filho de João Peres Aranha (milagre nº 35), Domingos Romanes e Martim Miguéis de Vila Frol (milagre nº 36), Diogo Gil, filho de Gil Domingues de Guimarães (milagres nºs 39 e 45), João Anes Avela, Domingas Miguéis e Martim Domingues (milagre nº 42), Domingas Gonçalves e Gil Domingues (milagre nº44) e Estevão Lourenço (milagre nº 45).

<sup>99</sup> LMNSO, pp. 24-25.

explicou que o fez por vontade de Deus e o seu irmão, Gonçalo Esteves, deslocou-se ao porto de Anafrol na Normandia para ir buscar a cruz<sup>100</sup>.

Em relação a este primeiro acontecimento, Maria de Lurdes Rosa esclarece algumas informações. Em primeiro lugar, afirma que “alvaçaria” seria a alcaçaria, uma zona de comércio, daí o protagonista ser um mercador, não se referindo qualquer clérigo, e mencionar-se Anafrol, um porto onde os mercadores portugueses usufruíam de privilégios régios e onde se encontrava um santuário mariano. Em seguida, explica que este milagre não ocorreu no dia 8 de outubro, mas sim no dia 8 de setembro, Dia de Natividade de Nossa Senhora<sup>101</sup>. Mário Martins defende o mesmo em relação à data, corrigindo o que tinha defendido anteriormente<sup>102</sup>, e explica que o LMNSO «são páginas de grande interesse, pela sua origem do século XIV, mas linguisticamente deformadas por uma genealogia de copistas»<sup>103</sup>, pois foi copiado novamente em 1572 e em 1630<sup>104</sup>. Assim sendo, parece-nos coerente que a cruz tenha sido colocada para assinalar o Dia de Natividade de Nossa Senhora, ao contrário do que surge na edição crítica de Cristina Célia Fernandes<sup>105</sup>, pelo que o presente estudo considerará 8 de setembro.

Os milagres n<sup>os</sup> 4, 9, 15, 17, 31, 33, 35, 36, 39, 41 e 45 são curas de possessão demoníaca. Ocorriam geralmente junto da cruz, o que é comum neste género de milagres: o santuário dedicado ao santo envolvido é o espaço privilegiado para o “confronto entre os exorcistas e os demónios”<sup>106</sup>. Os n<sup>os</sup> 31 e 39 são os únicos que não referem a cruz, mas apresentam um pormenor em comum – frases semelhantes: “aprometerom a esta Sancta Maria de Oliveira pera lhy fazer merçe com sa candea e com obrada e que a trouxesem a Sancta Maria de Olvera de Guimarães com candea de seu estado”. Nos n<sup>os</sup> 31, 35, 36 e 41, é colocada uma estola no pescoço dos endemoninhados.

Os n<sup>os</sup> 4, 9, 15 e 17 não especificam quem é o exorcista. Pelo contrário, nos n<sup>os</sup> 31, 33, 39, 41 e 45, o exorcista é Diogo Gil, filho de Gil Domingues de Guimarães. Ainda que estejam apresentados de forma diferente, os exorcistas dos n<sup>os</sup> 35 e 36 podem ser a mesma pessoa, já que aconteceram a 15 e 16 de março e ambos estão ligados a João Peres de Aranha. No primeiro caso, diz-se que Gonçalo é filho deste homem. No segundo caso,

---

<sup>100</sup> LMNSO, p. 107.

<sup>101</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios...*, pp. 108-109.

<sup>102</sup> Em 1953, também colocou “outubro” (“O Livro de Milagres de Nossa Senhora da Oliveira, de Afonso Peres”. *Revista de Guimarães*, n<sup>o</sup> 63 (1953), p. 106).

<sup>103</sup> MARTINS, Mário – *Peregrinações...*, p. 175.

<sup>104</sup> MARTINS, Mário – *Peregrinações...*, pp. 173-174

<sup>105</sup> LMNSO, p. 107.

<sup>106</sup> GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios...*, p. 67.

Gonçalo Peres é homem do cónego João Peres Aranha. A maioria dos exorcistas presentes nos milagres de Nossa Senhora de Oliveira são leigos e pelo menos um será religioso<sup>107</sup>.

Os miraculados dos n<sup>os</sup> 17, 36, 41 e 45 foram dados ao demónio pelas mães nos três primeiros casos e pelo irmão no último. O único que fornece mais informações é o n<sup>o</sup> 17: explica-se que a mãe deu a filha ao demónio porque “nom quis casar hu era vontade de ssa madre”. Constitui, então, uma maldição punitiva, de acordo com a investigação de Artur Filipe dos Santos Gonçalves, já que alguém é castigado por desobediência a um familiar<sup>108</sup>.

Em oito dos casos, o demónio revela o seu nome (n<sup>os</sup> 9, 15, 17, 31, 33, 36 e 45) e metade das vezes especifica de onde é originário (n<sup>os</sup> 9, 15, 17 e 31). Alguns divulgam também a sua ocupação (n<sup>os</sup> 17 e 33) ou quem são os seus pais (n<sup>os</sup> 9 e 31). No n<sup>o</sup> 41, o demónio especifica quem são os seus “companheiros”: Estevão Domingues de Paços, Estevão Peres, Geraldo de Paços, Rodrigo Aires e Domingos Gonçalves. Também são referidos companheiros no n<sup>o</sup> 45.

Quando a cura está consolidada, o demónio entrega um sinal através do endemoninhado: oito expelem uma moeda pela garganta (n<sup>os</sup> 4, 9, 17, 31, 33, 39, 41 e 45), enquanto um expele um quadrado de cera (n<sup>o</sup> 15) e outro uma pedra (n<sup>o</sup> 36). O milagre n<sup>o</sup> 35 não especifica qual é o sinal. Por vezes, o demónio desloca-se para ir buscar o sinal: a Riba de Douro (n<sup>os</sup> 15 e 17), a Lisboa (n<sup>o</sup> 33) ou ao Alentejo (n<sup>o</sup> 35). Os cónegos expunham os sinais no altar, “como forma de manter a memória dos acontecimentos e de incrementar a fé dos fiéis para com a santidade”<sup>109</sup>.

Convém referir ainda que, nos n<sup>os</sup> 9 e 31, o demónio afirma que só abandonará as endemoninhadas ao “gallo cantante”.

Como se constata, as curas de possessão demoníaca presentes no LMNSO têm semelhanças entre si, seja pela repetição dos nomes de endemoninhados ou familiares destes, de demónios ou de localidades. Desta forma, é possível «desenhar/descobrir uma rede de locais diabólicos»<sup>110</sup> cujo epicentro se localiza no Norte de Portugal, nas proximidades de Guimarães, à exceção de dois milagres que se focam nas zonas Centro e Sul<sup>111</sup>. Simultaneamente, verifica-se «a existência de um núcleo de pessoas que praticava reuniões de carácter mágico, associadas pelos seus denunciante (e/ou

<sup>107</sup> Tendo em conta a incerteza de Gonçalo e Gonçalo Peres serem a mesma pessoa.

<sup>108</sup> GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios...*, pp. 60-61.

<sup>109</sup> GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios...*, p. 78.

<sup>110</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios...*, p. 114.

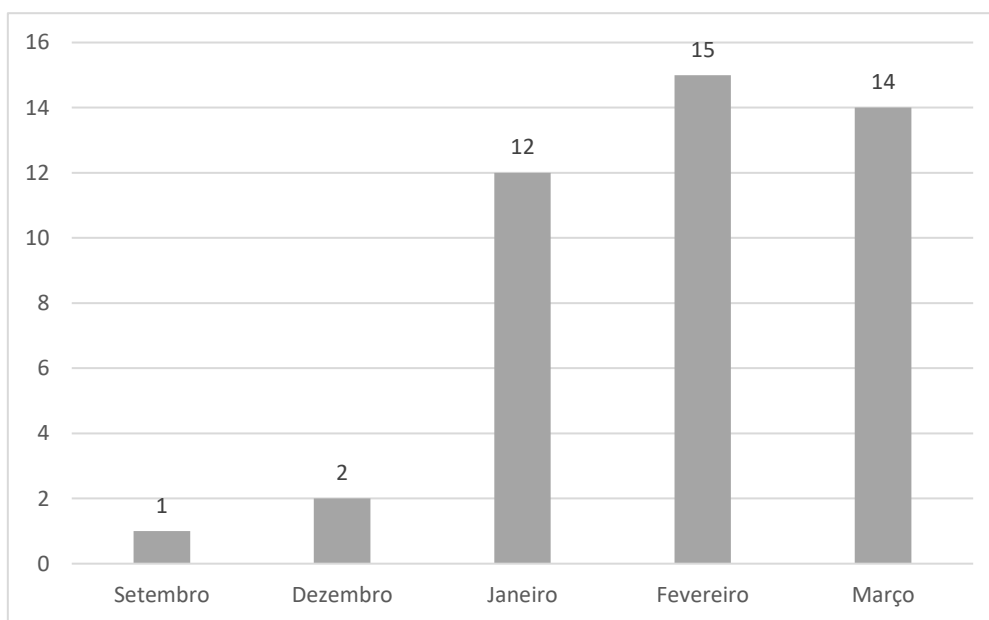
<sup>111</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios...*, p. 115.



participantes) a “campanhas diabólicas”»<sup>112</sup>. Levanta-se, então, uma dúvida para a qual dificilmente se obterá resposta: existiria alguma intenção de denunciar as práticas e seus envolvidos aquando do registo destes milagres, principalmente tendo em conta a sua comunicação ao rei? Como afirma Maria de Lurdes Rosa, não há notícias de um procedimento legal associado a estes casos<sup>113</sup>. No entanto, com as informações reveladas sobre endemoninhados, demónios e seus companheiros, dificilmente não existiria o objetivo de expor este diabolismo, o que pode explicar a quantidade deste tipo de milagres no LMNSO. Pelo contrário, só é associada aos mártires de Marrocos uma cura de possessão demoníaca, pois não havia a necessidade de expor «redes de pessoas vivas que, de algum modo, são conotadas com práticas diabólicas»<sup>114</sup>.

No que diz respeito à periodicidade dos milagres, o ano de 1342 só contou com três milagres (um em setembro e dois em dezembro), sucedendo os restantes em 1343. Curiosamente, março não é o mês com maior número de registos, ainda que o dia de Santa Maria de Oliveira seja no dia 25. Apenas sete milagres coincidiram com dias de festa: o Dia da Natividade de Nossa Senhora a 8 de setembro (nº 1), a festa da Purificação a 2 de fevereiro (nºs 17 a 24), o dia de Santa Maria de Oliveira e a festa da Anunciação no mesmo dia (nº 42)<sup>115</sup>.

Gráfico 5 – Periodicidade dos milagres de Nossa Senhora de Oliveira (em meses).



<sup>112</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios...*, p. 125.

<sup>113</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios...*, p. 123.

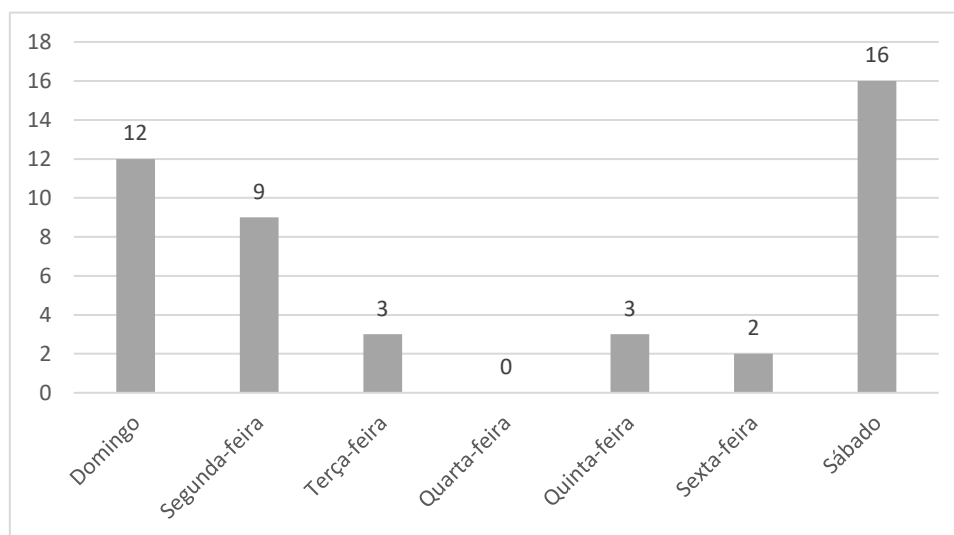
<sup>114</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios...*, p. 115.

<sup>115</sup> LMNSO, p. 59.



Sábado é o dia da semana em que aconteceram mais milagres e não se regista nenhum à quarta-feira. Também há uma maior tendência para ocorrerem de dia (29) do que à noite (16).

Gráfico 6 – Periodicidade dos milagres de Nossa Senhora de Oliveira (em dias de semana).



Analisados os conjuntos de milagres, começamos por introduzi-los num panorama mais generalizado deste tipo de fenómenos na Idade Média. Em ambos os casos, foram registados com o intuito de promover o culto dos santos e as instituições associadas, como normalmente acontece com a elaboração de livros de milagres. Assim, Coimbra e Guimarães usufruíram da concentração de crentes, peregrinos, doações, promessas, sedimentando a sua importância como centros de devoção em Portugal. O registo escrito justifica e perpetua esta relevância.

Em relação aos milagres, constata-se uma preponderância de resolução de maleitas físicas (66,25%), seguindo-se as questões espirituais (32,5%), metade das quais são curas de possessão demoníaca. Neste aspeto, não se afastam do que recorrentemente se verifica na Idade Média, como já se mencionou.

E quanto aos miraculados e miraculadas? Teriam os mártires de Marrocos mais miraculados e a Nossa Senhora de Oliveira mais miraculadas? Ora, neste aspeto, os milagres analisados também não se afastam da ‘norma’ medieval. No primeiro caso, 85% dos visados são homens. Quanto à Virgem, a percentagem é igualmente expressiva: 62% são mulheres. Desta forma, conclui-se que o mais comum seria a correspondência do género do santo ao do miraculado – mas porquê? Este aspeto é intrigante e não se encontrou uma explicação na bibliografia consultada. Avancemos com uma razão: a Nossa Senhora de Oliveira, enquanto invocação da Virgem Maria, representaria as

principais virtudes femininas, daí a possibilidade de as mulheres recorrerem mais frequentemente à mãe de Deus. O mesmo se passaria com os mártires de Marrocos no que respeita ao universo masculino.

Concretamente sobre o registo dos milagres, considerava-se que o LMNSO tinha a característica singular de ter sido escrito por um tabelião sob a forma de instrumento público, apresentando testemunhas. É um facto, mas não se pode ignorar que, de acordo com o LMSM, os três últimos milagres foram redigidos e assinados por um tabelião e testemunhados por duas pessoas. Além disso, é de referir que ambos contam com presentes, o que também contribui para a validação dos acontecimentos.

O LMNSO segue claramente uma estrutura homogénea na descrição dos milagres, enquanto o TVMCMM se foca maioritariamente no relato da viagem e do martírio dos frades franciscanos, bem como na recolha e transporte das relíquias, pois é necessário contar a sua história. Por este motivo, apresenta menos pormenores sobre os miraculados, já que o mais importante é explicar a pertinência do culto a estes ‘novos’ santos, tarefa para a qual contribui a existência de relíquias. Como se referiu anteriormente, a devoção à Virgem Maria era já uma prática muito comum na Idade Média, portanto a Nossa Senhora de Oliveira seria aceite pela população mais rapidamente, ainda para mais com a sucessão dos seus milagres.

Deve salientar-se que alguns milagres presentes no TVMCMM estão mais próximos de prodígios – exemplo disso é a aparição dos frades franciscanos ao sacristão de Coimbra (nº 11). Também é comum os miraculados curarem-se após terem contacto com as relíquias, algo que não acontece com a Nossa Senhora de Oliveira, mas, neste caso, os fenómenos acontecem perto da cruz, o símbolo da sua presença – a cruz funcionou como relíquia.

Já se mencionou que, ao contrário do que Luís Krus avança, os mártires de Marrocos não aparentam ter um poder especializado. Pelo contrário, a Nossa Senhora de Oliveira estaria claramente vocacionada para solucionar problemas de visão, já que 64% dos milagres curativos do corpo são curas de cegueira. Os relatos do TVMCMM são mais diversificados, pois dizem respeito a múltiplos problemas de saúde e ocorrem em diferentes contextos, respondendo a obstáculos que surgem na viagem de Marrocos para Portugal, traçando a história das relíquias e reafirmando a santidade dos mártires. No entanto, como se assemelham mais a prodígios, estão igualmente ligados à visão, como as visões dos frades franciscanos e as aparições dos mártires aos miraculados.

Debruçando-nos agora sobre as possessões demoníacas, das 12 curas recolhidas dos dois conjuntos de milagres, 10 têm mulheres como alvo. Esta tendência feminina exemplifica o que Artur Filipe dos Santos Gonçalves expõe na sua tese: “as endemoninhadas seriam as mulheres, conotadas como fracas, de quem os demónios mais facilmente se apossavam”<sup>116</sup>. Além disso, a mulher é vista pela Bíblia como a responsável pela “perdição do género humano” e particularmente pecaminosa, portanto não seria de estranhar a sua associação recorrente ao demónio<sup>117</sup>.

No entanto, evidencia-se uma diferença entre as curas de possessão demoníaca por intercessão de Nossa Senhora de Oliveira e dos mártires. No primeiro caso, o demónio é expulso após um exorcismo, em que o exorcista o aborda e questiona e pede para sair do corpo da vítima. O demónio também participa, respondendo às perguntas que lhe são colocadas e fornecendo informações sobre si próprio. No final, em geral, entrega um sinal que simboliza a sua partida. No segundo caso, as endemoninhadas vêm-se livres da sua possessão depois de uma oração, no milagre nº 24, e de uma romaria, no milagre nº 22. Neste, à semelhança do que se verifica em alguns registos do LMNSO, os demónios também revelam o seu nome.

Tanto os milagres por interceção da Nossa Senhora de Oliveira, como dos mártires de Marrocos, são seguidos por uma procissão. No primeiro caso, a prática acontece em todas as curas, à exceção dos milagres nº 1, 38 e 40, a partir da segunda ocorrência. No outro, apenas se pratica a partir de 1423 (milagre nº 13) e anualmente, no Dia dos Mártires (16 de janeiro) até ser proibida no final do século XVIII<sup>118</sup>.

Para finalizar, gostaríamos de relembrar algumas conclusões apresentadas ao longo deste estudo comparativo. Verificou-se que os milagres por intercessão dos mártires de Marrocos e de Nossa Senhora de Oliveira partilham várias semelhanças com outros acontecimentos medievais do mesmo foro. Porém, não significa que o seu estudo não tenha importância.

Os milagres espelham ânsias e necessidades das comunidades envolvidas, mas que não eram específicas destas pessoas. Perante os recorrentes problemas de saúde vividos na Idade Média e a inexistência de solução médica, particularmente numa sociedade profundamente religiosa, a resposta encontrava-se em Deus. A omnipresença

---

<sup>116</sup> GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios...*, p. 47.

<sup>117</sup> GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios...*, p. 47.

<sup>118</sup> KRUS, Luís – “Celeiro e relíquias”..., p. 21.

da religião contribuía igualmente para a crença em demónios que tomavam o corpo dos ‘pecadores’ e obrigava à sua posterior expulsão. Contudo, também a falta de conhecimento médico se revela nestes milagres: o que pensavam ser uma possessão demoníaca poderia ser uma doença do foro psicológico, por exemplo, mas não conseguiam encontrar uma explicação.

No entanto, a atividade dos santos não era inocente – digamos, das instituições religiosas às quais estavam associados e que frequentemente detinham as suas relíquias, pois fomentavam este género de fortúnios, nomeadamente através do seu registo escrito. A partir desse momento, a popularidade dos milagres crescia e concentrava mais peregrinos, o que estimulava a multiplicação destas ocorrências. O derradeiro objetivo era orientar todos para a luz, para a salvação – para Deus – e, assim, os miraculados ficariam eternamente gratos ao santo e à instituição a ele associada. Desta maneira, o prestígio destes mosteiros, colegiadas, etc., ampliava, bem como os seus cofres.

Na Idade Média (e não só), independentemente de qualquer intenção ou benefício próprio, estas instituições religiosas desempenhavam um papel fundamental: atender às aflições das comunidades e dar-lhes uma resposta, tornando-se indispensáveis para assegurar o equilíbrio da sociedade. Desta forma, entende-se a tipologia dos milagres, nomeadamente os curativos do corpo e da alma.

### **Fontes impressas**

*Crónica de Portugal de 1419* (edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado). Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. ISBN 972-8021-58-5.

“O Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira, de Afonso Peres”. *Revista de Guimarães*, nº63 (1953), pp. 83-132

*O Livro dos Milagres de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Real Colegiada de Guimarães (apógrafo de 1351)* (edição crítica de Cristina Célia Fernandes). Guimarães: Opera Omnia, 2006. ISBN 972-99985-2-3.

*Tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos* (introdução, notas e índice de António Gomes da Rocha Madahil). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

## Estudos

BARTLETT, Robert – *Why can the dead do such great things? Saints and worshippers from the martyrs to the reformation*. New Jersey: Princeton University Press, 2013. ISBN 978-0-691-15913-3.

BASINGER, David – “What is a Miracle?”, in *The Cambridge Companion to Miracles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 19-35. ISBN 9780511976391.

CAPELÃO, Rosa – *El culto de reliquias en Portugal en los siglos XVI-XVII: contexto, norma, funciones y simbolismo*. Porto, 2011. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORREIA, Ângela – “Sobre a funcionalidade da narrativa hagiográfica”, in *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Lisboa: Edição Cosmos, 1993. ISBN 972-8081-05-7.

COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”. *Lusitana Sacra*, nº 2 (1957), pp. 7-79. ISSN 0076-1508.

DIAS, Isabel – “D. Pedro Sanches e a lenda dos cinco mártires de Marrocos”, in *O Imaginário Medieval* (coord. Carlos Guardado da Silva). Torres Vedras: Edições Colibri, 2014, pp. 123-131. ISBN 978-989-689-407-8

*Dicionário de História Religiosa de Portugal* (direção de Carlos Moreira Azevedo), vol. J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. ISBN 972-42-2459-7.

*Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani). Lisboa: Editorial Caminho, 1993. ISBN 972-21-0871-9.

FERNANDES, Cristina Célia – *O Livro dos Milagres de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Real Colegiada de Guimarães (apógrafo de 1351)*. Guimarães: Opera Omnia, 2006. ISBN 972-99985-2-3.

FERNANDES, Maria Alice – *Livro dos Milagres dos Santos Mártires. Edição e Estudo*. Lisboa, 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal, 1989.

*Guerreiros e Mártires. A Cristandade e o Islão na Formação de Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2020.

GONÇALVES, Artur Filipe dos Santos – *Pandemónios: casos de possessão demoníaca no Portugal Medieval*. Lisboa, 2019. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval.

HEULLANT-DONAT, Isabelle – “Martyrdom and Identity in the Franciscan Order (Thirteenth and Fourteenth Centuries)”. *Franciscan Studies*, vol. 70 (2012), pp. 429-453. ISSN 1945-9718.

KRUS, Luís – “Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos mártires de Marrocos e a devoção dos nus”. *Estudos Contemporâneos*, Porto, nº6 (1984), pp. 21-42.

MATTOSO, José – *Poderes invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2490-2.

MARTINS, Mário – *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Brotéria, 1957.

MELO, Jacinta de Fátima Carvalho de – *A Colegiada de Guimarães no reinado de D. João I*. Porto, 2020. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Porto, 1991. Dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROSA, Maria de Lurdes – *Santos e demónios no Portugal medieval*. Porto: Fio da palavra, 2010. ISBN 978-989-8171-26-9.

SOUSA, Liliana Oliveira – *Milagres e Miraculados em Hagiografias medievais (século XII)*. Porto, 2019. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VAUCHEZ, André – *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos VIII a XIII)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. ISBN 85-7110-332-8.

VAUCHEZ, André – *Francis of Assisi. The Life and Afterlife of a Medieval Saint*. Yale: Yale University Press, 2012. ISBN 978-0300198379.

WARD, Benedicta – “Miracles in the Middle Ages”, in *The Cambridge Companion To Miracles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 149-164. ISBN 9780511976391.

## Crime e castigo: criminalidade judaica no reinado de D. João II

Ana Maria Carvalho Marques  
up201703760@letras.up.pt

### Resumo

A criminalidade medieval tem sido, já desde o século XX, bastante explorada. Não obstante, a criminalidade praticada pelas minorias étnicas nunca teve, nestes trabalhos, um papel principal. Assim, o nosso objetivo com este artigo é fazer um estudo intensivo de cartas de perdão emitidas a pedido de judeus, de forma a concluirmos se a criminalidade judaica tem características específicas.

**Palavras-chave:** Criminalidade; Judeus; D. João II; Cartas de perdão.

### Abstract

Medieval criminality has been explored extensively since the twentieth century. Nevertheless, criminality committed by ethnic minorities has never played a major role in these works. Thus, our aim with this article is to make an intensive study of pardon letters issued at the request of Jews, during the reign of D. João II, in order to conclude if Jewish criminality has specific characteristics.

**Keywords:** Criminality; Jews; D. João II; Pardon letters.

### Introdução

#### a) Tema e Cronologia

O estudo da criminalidade na Idade Média Portuguesa não é uma novidade. Exemplo disso são os inúmeros trabalhos dedicados ao tema. Na década de 80 do século XX, Humberto Baquero Moreno publica *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos séculos XIV e XV*<sup>1</sup> e menos de uma década depois assistimos à publicação de uma das obras mais importantes para o estudo da criminalidade medieval portuguesa, a tese de doutoramento *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*<sup>2</sup> de Luís Miguel Duarte. Contudo, e não descurando a importância das obras referidas anteriormente, é necessário apontar que o judeu não é a personagem principal destes trabalhos. Concluimos que a historiografia portuguesa reserva um espaço um tanto quanto reduzido ao judeu – temos obras que se dedicam, sem dúvida, ao estudo do antissemitismo característico da sociedade medieval portuguesa. Porém, aquilo que podemos reter das mesmas acaba por ser uma constante repetição de estereótipos. Ficamos a conhecer o

---

<sup>1</sup>MORENO, Humberto Baquero - *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal Nos Séculos XIV e XV*. Estudos de História ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

<sup>2</sup>DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Porto: Universidade do Porto, 1993.



judeu mercador, o judeu físico-cirurgião e até mesmo o judeu usurário. Não obstante, apesar da vasta historiografia portuguesa que se debruça sobre a sociedade medieval, esta nunca – ou raramente – nos mostra a “outra face” do judeu.

Sabemos que sofre e é discriminado; sabemos que é vítima de crimes violentos por parte de cristãos; sabemos que a exclusão é uma realidade. Porém, a questão levanta-se: como ser humano que é, constantemente alvo de rejeição e de preconceitos infundados – inúmeras vezes criados no seio da própria corte<sup>3</sup> –, não teria momentos de revolta e de violência? O judeu, ao contrário do cristão, não roubava? Não cometia adultério? Será que o judeu não praticava crimes de índole sexual?

Apesar da informação que temos relativamente aos judeus portugueses – ao ponto de acreditar-se que o tema estava já esgotado – graças à tese de doutoramento de Maria José Ferro Tavares, publicada no ano de 1984, denominada *Os Judeus em Portugal no Século XV*<sup>4</sup>, - a criminalidade praticada pelo judeu nunca foi explorada. Temos apenas, graças a autores como Meyer Kayserling com a obra intitulada *História dos Judeus em Portugal*<sup>5</sup>, uma noção clara da legislação e das instâncias judiciais que envolvem os judeus, desde D. Afonso Henriques até à expulsão de D. Manuel.

Graças à falta de informação que temos relativamente à criminalidade judaica, tema que nos parece central para entendermos a sociedade medieval, optamos por escolher tratá-la. Decidimos centrar-nos essencialmente no reinado de D. João II, graças às variadíssimas *cartas de perdão* presentes na respetiva chancelaria.

## Fontes

### a) Leis, Ordenações e Posturas.

As fontes consultadas para compreender a legislação que envolve o judeu foram quatro: *Ordenações de D. Duarte*<sup>6</sup>, *Ordenações Afonsinas*<sup>7</sup>, o *Livro de Leis e Posturas*<sup>8</sup> e o *Livro das Posturas antigas*<sup>9</sup>. Encontramos não só legislação antisemita como leis que favoreciam os judeus. Estas últimas eram muitas vezes revogadas, sendo já possível

<sup>3</sup> Recordemos as Cantigas de Santa Maria.

<sup>4</sup> FERRO, Maria José - *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979. ISBN 972-665-425-4.

<sup>5</sup> KAYSERLING, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

<sup>6</sup> *Ordenações D’El-Rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

<sup>7</sup> *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1792.

<sup>8</sup> *Livro das Leis e Posturas*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971

<sup>9</sup> *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.



estabelecer que a lei medieval portuguesa era extremamente instável. Vejamos um exemplo:

Quando algum cristão quiser prouar alguma coussa contra o Judeu deue-o prouar per cristãos E per Judeus E pode nomear ataa trinta testemunhas se quiser antre Judeus E cristão entende a prouar ualha-lhe assy como sse o prouasse per mujtos Outrossy sse o Judeu quiser prouar contra algum cristão pode prouar per essa mesma guissa Outra tal proua aja antre o mouro forro E o cristão E o cristão contra ele<sup>10</sup>

Porém, isso muda:

(...) a lley que era posta per que nom uallese testemunho de cristaaos sem Judeus contra Judeus E contra seus aueres E punha por ley que daqui adiante vallese contra eles E contra seus aueres testemunho de cristaaos tanto que sejam homens de boa vida<sup>11</sup>

Em suma: inicialmente, para o cristão testemunhar contra um judeu teria de testemunhar perante cristãos, mas também perante judeus – o mesmo acontecia se o judeu quisesse testemunhar contra um cristão. Contudo, no ano de 1321, a mesma lei é revogada: a partir daquele momento, estabelecia-se por lei que qualquer testemunho cristão contra um judeu seria válido desde que o testemunho partisse de “homens de boa vida”.

Com menos referências a esta minoria étnica, também o *Livro dos Pregos* se mostrou essencial para este trabalho, permitindo responder a questões levantadas relativas ao julgamento do judeu quando os crimes fossem por ele perpetrados:

(...) Tenho por bem/ E mando que quando acontecer que algum crisptaaos de querrella d alguu m judeu de ffecto crimjnall que contra ell aia ffecto tambem na judiaria come ffora que uos conheçades desses ffectos taaes E que façades per tal guisa que sse compra hi Justiça e direito como deue.<sup>12</sup>

## b) Cartas de Perdão

A base deste trabalho será a análise de *cartas de perdão* - diplomas régios através dos quais “o monarca outorga o seu perdão a um ou mais súbditos, na consequência de um crime ou de um delito (...) este acto pode antecipar-se a qualquer sentença de qualquer instância e de qualquer meio (...), pode suspender a execução de uma sentença já proferida, libertando o sentenciado de toda a pena, de parte dela ou comutando-lha por outra mais leve. O acusado vê respostas (...) e obtém a promessa de não ser mais incomodado pelas justiças régias; os direitos das partes ofendidas são geralmente

<sup>10</sup> *Ordenações D’El-Rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p.131.

<sup>11</sup> *Livro das Leis e Posturas*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, fól. 58.

<sup>12</sup> *Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Arquivo Municipal, 2016. (Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa nº 2). Doc. 42. F.37 e 37v.

salvaguardados”<sup>13</sup>, sendo este um ato exclusivo do rei. Vamos encontrá-las, em maior número, na *Chancelaria de D. Afonso V*, bem como na de *Chancelaria de D. João II*.

A importância das referidas cartas explica-se devido à quantidade de informação que podemos retirar das mesmas. Vejamos o seguinte exemplo:

Solita<sup>14</sup>, judia, de 12 anos de idade e moradora na Vila de Portalegre, filha de Mestre Roquez, encontrava-se a lavar roupa com cristãs e estas decidiram importuná-la. Perguntaram-lhe se acreditava em Deus, e acrescentaram que era uma “perdida”. A jovem judia respondeu que sim e interpela uma das cristãs presentes, Joana, perguntando-lhe se ela acreditava em Deus e nas coisas que ele fez. Joana responde que sim, ao qual a suplicante responde: “pois crê neste meu cú que ele o fez”. Em resposta, as cristãs agrediram Solita “dando-lhe (...) muitas pancadas per ela, per razão da palavra desonesta.”. A suplicante acrescenta ainda que Jorge Martins fez queixa da sua atitude, a qual perdoou. Pede, então, perdão às justiças do reino. Relativamente à decisão, o rei decretou perdão consoante o pagamento de 1500 reais para a Arca da Piedade, arrecadados por Frei João de Santarém, Esmoler. Temos também conhecimento do nome do escrivão da corte: Lopo Dias.

Concluindo, desta fonte podemos retirar inúmeros aspetos significativos para a compreensão dos diversos crimes: O nome do suplicante, a sua profissão, a sua idade, respetiva família (raro) e tipologia (mouro, cristão, judeu); somos também informados relativamente ao sítio onde viviam ou local de nascimento, sendo que o segundo é menos comum; o tipo de crime, em que contexto aconteceu, quais os motivos do mesmo, quem são e quantos são os querelosos; temos, por fim, conhecimento da decisão do rei.

## **b) Bibliografia Crítica**

Tal como citado anteriormente, a obra *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos séculos XIV e XV* de Humberto Baquero Moreno, a tese de doutoramento *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* de Luís Miguel Duarte e títulos como *Crimes na Serra*, *A Retórica da Salvação (Histórias de morte e vida em*

---

<sup>13</sup> DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Porto: Universidade do Porto, 1993, p. 33.

<sup>14</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João II*. Livro 5, Fólio 133v-2º.

*Portugal há quinhentos anos), Um luxo para um país pobre? A pena de morte no Portugal medievo, Marginalidade e marginais*<sup>15</sup> foram o ponto de partida para este trabalho<sup>16</sup>.

Saindo da historiografia portuguesa, encontramos obras igualmente essenciais para a compreensão da criminalidade medieval: *Delincuencia Y criminalidade En El Pais Vasco En La Transicion De La Edad Media A La Moderna* de Inaki Bazan Diaz<sup>17</sup>, bem como a obra de Claude Gauvard - «*De Grace Especial*». *Crime, État et Société en France à la fin du Moyen Âge*<sup>18</sup>. Barbara A. Hanawalt e David Wallace, em 1999, publicam *Medieval Crime and Social Control*<sup>19</sup>. Mais recentemente, Trevor Dean escreve *Crime and Justice in Late Medieval Italy*<sup>20</sup> e, em 2002, Alan Harding publica *Medieval Law and the Foundations of the State*<sup>21</sup>.

Porém, como o título indica, este trabalho irá focar-se na criminalidade envolvendo os judeus no final da centúria de quatrocentos. Desta forma, foi necessário debruçar-nos sobre os clássicos da historiografia portuguesa. Em 1895, Joaquim Mendes dos Remédios publicou a sua dissertação para concurso ao magistério na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra com o título *Os Judeus em Portugal*<sup>22</sup>. Esta encontra-se dividida em 10 capítulos e, apesar de estar naturalmente datada, com os seus 125 anos, deparamo-nos com especiais informações sobre a organização judicial das judiarias. Maria José Ferro Tavares, no ano de 1984, presenteia-nos com uma extensa tese de doutoramento: *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Esta, dividida em dois volumes, será indispensável para a realização deste trabalho - graças aos seus levantamentos, Maria José Ferro catalogou 400 cartas de perdão relativas a crimes cometidos por judeus.

Nas últimas décadas foram muitos os trabalhos dedicados ao estudo dos judeus portugueses. Como exemplo, François Soyer com *A Perseguição Aos Judeus e Muçulmanos de Portugal – D. Manuel e o Fim da Tolerância Religiosa (1496-1497)*<sup>23</sup>,

---

<sup>15</sup> DUARTE, Luís Miguel – “Marginalidade e Marginais”. Em MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Ed.) - *História da Vida Privada em Portugal*. 2o ed. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, ISBN 334437/11, pp. 170–196.

<sup>16</sup> Outros artigos do mesmo autor, como: *Crimes do Mar e Justiças da Terra; Crimes na Serra; Um luxo para um país pobre? A pena de morte no Portugal Medievo; Sarilhos no Campo e A Retórica da Salvação (Histórias de morte e vida em Portugal há quinhentos anos)* foram igualmente consultados.

<sup>17</sup> BAZÁN DIAS, Iñaki - *Delincuencia Y criminalidade En El Pais Vasco En La Transicion De La Edad Media A La Moderna*. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Interior, 1995.

<sup>18</sup> GAUVARD, Claude - *"De Grace especial": crime, état et société en France à la fin du Moyen Age*. Editions de la Sorbonne, 1991.

<sup>19</sup> HANAWALT, Barbara A., WALLACE, David – *Medieval Crime and Social Control*. Medieval Cultures, vol.16. University of Minnesota Press, 1999.

<sup>20</sup> DEAN, Trevor – *Crime and Justice in Late Medieval Italy*. Cambridge University Press, 2007.

<sup>21</sup> HARDING, Alan – *Medieval Law and the Foundations of the State*. Oxford University Press, 2002.

<sup>22</sup> REMÉDIOS, Joaquim Mendes – *Os Judeus em Portugal*. F. Franca Amado, 1895.

<sup>23</sup> SOYER, François – *A Perseguição aos Judeus e Muçulmanos de Portugal*. Edições 70.

na qual encontramos informações preciosas relativamente à administração das comunas judaicas. Obras mais gerais como *A História do Povo Judeu*<sup>24</sup> de Werner Keller, *A História dos Judeus*<sup>25</sup> de Simon Schama; *Jewish Life in the Middle Ages*<sup>26</sup> de Israel Abrahams e *The Jews in the Legal Sources of the Early Middle Ages*<sup>27</sup> de Amnon Linder mostraram-se igualmente necessários para compreendermos não somente o quotidiano das judiarias, mas também de que forma é que os judeus seguiam e encaravam a sua lei.

Foram consultados alguns artigos como *A Presença de Judeus no Porto: Da Idade Média à Modernidade*<sup>28</sup>, *O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus – Por uma dobra e um açougue*<sup>29</sup> que nos parecem demasiado datados e, como tal, não nos serão úteis<sup>30</sup>. Em 1936 J. Leite de Vasconcelos faz uma compilação de alguns escritos de Gama Barros - *Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados (Apontamentos Histórico-Etnográficos)*, cujas passagens foram importantíssimas para perceber alguns dados ao longo da elaboração deste trabalho.

A estas obras acrescentamos também uma outra pouco conhecida e que se mostrou de enorme valor para compreender a legislação medieval: *O Tempo dos Judeus Segundo as Ordenações do Reino*<sup>31</sup>, de Elias Lipiner. Esta encontra-se dividida em três partes – a primeira debruça-se sobre as leis que envolvem os judeus, a importância do rabi-mor e a vida interna nas judiarias medievais; sendo que a segunda e a terceira parte são duas compilações de leis referentes aos judeus nas ordenações afonsinas e manuelinas,

---

<sup>24</sup> KELLER, Werner – *História do Povo Judeu: Da Destruição do Templo ao Novo Estado de Israel*. Galeria Panorama, 1972.

<sup>25</sup> SCHAMA, Simon – *A História dos Judeus: Encontrar as Palavras. 1000 A.C.-1492 D.C.* Temas e Debates, 2013.

<sup>26</sup> ABRAHAMS, Israel – *Jewish Life in the Middle Ages*. R.G Fuks-Mansfeld, 1896.

<sup>27</sup> LINDER, Amnon – *Jews in the Legal Sources of the Early Middle Ages*. Wayne State University Press, 1998.

<sup>28</sup> DIAS, Geraldo – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade.” Em: *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*. Vol.1, p.425-330. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2003.

<sup>29</sup> DIAS, Geraldo – *O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus – Por uma dobra e um açougue*. Braga. Gráfica da Livraria Cruz, 1983.

<sup>30</sup> Como exemplo: no artigo “Presença dos Judeus no Porto – Da Idade Média à Modernidade” encontramos a seguinte passagem: “Apesar das medidas do IV Concílio de Latrão (1215), urgindo a determinação duma “terra de ninguém” entre os cristãos e os judeus – o famigerado Ghetto – e o uso de distintivos – a estrela vermelha ou amarela na roupa -, os nossos reis não formaram a sua aplicação contra os judeus.”, porém, nas ordenações Afonsinas encontramos exatamente uma lei a contrariar o que o autor afirma: “o dito Senhor Estabelececo, e pouse por Ley, que todolos Judeos do seu Senhorio tragam signaaes vermelhos de seis pernas cada huu no peito a cima da boca do estamago; e que estes signaaes tragam nas roupas, que trouxerem vestidas em cima das outras; e sejam os signaaes tam grandes, como o seu seello redondo; e que os tragam bem descobertos, de guisa que pareçam; e qualquer, que o nom trouver, perca as roupas, que trouver vestidas, e seja preso ataa merce d’el Rey (...)” in *Ordenaçoes do Senhor Rey D. Affonso V -*. Collecção ed. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1792, p. 500.

<sup>31</sup> LIPINER, Elias – *O tempo dos judeus segundo as ordenações do reino*. Nobel, 1982.

respetivamente. A Elias Lipiner acrescentamos o autor Meyer Kayserling com a obra intitulada *História dos Judeus em Portugal*<sup>32</sup>: dividida em duas partes, vai focar-se na história dos rabinatos, das comunidades e na jurisdição que envolve os judeus ao longo de 9 reinados. Para este trabalho, vamos focar as atenções apenas na primeira parte. Igualmente importantes foram os títulos *Judiarias, Judeus e Judaísmo*<sup>33</sup>, publicado em 2013, bem como *Uma notável comunidade num tempo instável: os judeus no Portugal de 1385*<sup>34</sup>.

Ao mesmo tempo, três obras chamaram a nossa atenção. Publicada em novembro de 2020, *Jews and Crime in Medieval Europe*<sup>35</sup>, de Ephraim Shoham-Steiner; *The Intolerant Middle Ages*<sup>36</sup> de Eugene Smelyansky e do já citado François Soyfer foi há pouco mais de um ano divulgada a obra intitulada *Medieval Antisemitism*<sup>37</sup>?

## 1. As Instâncias Jurídicas dos Judeus

Os judeus viviam apartados dos cristãos nas judiarias. Estas vão possuir magistrados, uma câmara de vereação e um tribunal, que reúne na sinagoga. A jurisdição judaica era diferente da dos cristãos – isto mantêm-se para ambas as questões, tanto criminais como cíveis, tendo estes leis e direitos que, apesar de distintos da maioria dominante, eram reconhecidos pelo Estado.

A figura de maior importância era o rabi-mor, que, para além de funcionário da corte e próximo ao monarca, era aquele que representava os judeus do reino. Quando alguma questão se levantava, questões estas que por vezes punham em causa a segurança dos judeus, era o rabi-mor que se dirigia ao rei para resolver as contendas e apresentar os problemas, bem como para fazer algum pedido – D. Fernando define esta figura como intermediário entre os judeus e o rei, estando em seu poder a convocação das comunas para assembleias gerais onde se faziam representar por procuradores<sup>38</sup>.

---

<sup>32</sup> KAYSERLING, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

<sup>33</sup> SILVA, Carlos Guardado da – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Edições Colibri, 2013.

<sup>34</sup> *Uma Notável Comunidade num tempo instável: os judeus no Portugal de 1385 em Portugal*, uma retrospectiva. 1385. (Dir. Rui Tavares. Coord. Maria de Lurdes Rosa). Lisboa: Tinta da China e Público, 2019, pp.78-90.

<sup>35</sup> SHOHAM-STEINER, Ephraim – *Jews and Crime in Medieval Europe*. Wayne University Press, 2020.

<sup>36</sup> SMELYANSKY, Eugene – *The Intolerant Middle Ages: A Reader (Readings in Medieval Civilizations and Cultures)*. University of Toronto Press, 2020.

<sup>37</sup> SOYER, François – *Medieval Antisemitism?* Cambridge University Press, 2020.

<sup>38</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal No Século XV*. FCSH. Lisboa. 1982, p. 112.

Cabe ao seu foro desembargar causas cíveis e crimes entre judeus<sup>39</sup> - tal foi restringido por D. Fernando, mas D. João I dá todo o poder ao rabi-mor, embora este fique dependente do corregedor da corte nos locais onde o monarca se encontra. Os representantes do rabi-mor são os ouvidores da corte; para além destes deve estar sempre presente junto do rabi-mor outro ouvidor letrado, um “Legista judeu, bom conhecedor do Talmud”<sup>40</sup>. Ao rabi-mor era permitido exercer a correição entre os judeus, tal como o corregedor da Corte fazia entre os cristãos. Devia visitar oficialmente as comunas do país pelo menos uma vez por ano. Ao chegar, anunciava publicamente que aqueles que quisessem apresentar queixa contra os rabinos locais ou contra funcionários da comuna poderiam apresentar-se perante ele. Os tabeliões entregavam-lhe, então, os relatórios que respondiam às questões jurídicas – sobre as quais pronunciava a sua sentença final - e aos casos criminais que se encontravam pendentes – neste caso, mandava prender os culpados que seriam, posteriormente, entregues aos rabinos regionais para serem investigados<sup>41</sup>.

Segundo Maria José Ferro, os rabi-mor e as suas ouvidorias teriam chancelaria própria. Estes chanceleres, judeus ou cristãos, guardavam os selos e selavam as cartas assinadas pelos oficiais da justiça para os judeus. Teriam também direito a uma escrivadinha cada, a qual era ocupada por um escrivão cristão ou judeu – estes regiam-se pelo estatuto dos cristãos da corte<sup>42</sup>. Por fim, também um “*porteiro*” acompanhava o rabi-mor. Este executava sentenças penais e efetuava penhoras<sup>43</sup>.

Apesar das suas variadas competências, o rabi-mor não podia conceder cartas de perdão ou outorgar privilégios. Não podia, ao mesmo tempo, expedir cartas de segurança “salvo naqueles casos, que as dam os Corregedores das Comarcas”<sup>44</sup>. Ao rabi-mor não era autorizado julgar em primeira instância as “Injúrias verbais e crimes policiais” – estas eram competência do foro dos rabinos locais<sup>45</sup> - e não lhe era concedido o direito de prender pessoas<sup>46</sup>.

---

<sup>39</sup> *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V* -. Collecção ed. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade. 1792. Título 81.

<sup>40</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal No Século XV*. FCSH. Lisboa. 1982.

<sup>41</sup> KAYSERLING, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p.11.

<sup>42</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal No Século XV*. FCSH. Lisboa. 1982, p. 109.

<sup>43</sup> *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V* -. Collecção ed. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade. 1792. Título 81.

<sup>44</sup> *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V* -. Collecção ed. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade. 1792 Título 81.

<sup>45</sup> *Ibidem*, Título 81.

<sup>46</sup> *Ibidem*, Título 81.



Importante figura para a organização comunal seria a do rabino-local. Eleito pela comunidade e era supervisionado pelo rabi-mor. Estava a seu cargo a jurisdição civil e criminal sobre os feitos dos judeus da localidade. Sob a sua alçada encontrava-se o “magarefe” ou “carneiro”, que abatia os animais, de forma *kosher*<sup>47</sup>, para os judeus locais<sup>48</sup>. Já os negócios feitos dentro das judiarias eram administrados por “procuradores, e thezoueiros”<sup>49</sup>. Para a redação destes contratos entre judeus, as judiarias tinham tabeliães à sua disposição. Inicialmente eram escritos em hebraico, porém D. João determina que se usasse a língua do país, sob pena de morte.

O judeu tinha três instâncias judiciais às quais poderia recorrer em casos criminais: os rabinos locais, que julgavam em primeira instância. Após decisão deste, se uma das partes apelar, podia seguir para a correição do rabi-mor caso este se encontrasse no local. Para além do rabi-mor, o judeu poderia recorrer aos ouvidores e, segundo Kayserling, “se os casos criminais fossem tais que comportassem apelação superior, não eram levados ao termo, mas seriam julgados em última instância pelos juízes do reino.” É, no entanto, proibido o recurso aos magistrados cristãos, sob pena de pagamento de 1000 dobras de ouro<sup>50</sup>. As provas usadas nas questões judiciais eram o juramento e o testemunho – este podia ser, no entanto, contestado, se o crime fosse entre judeus e cristãos. Só era válido o depoimento do judeu contra o cristão se um cristão depusesse. Inicialmente, os depoimentos de cristãos contra judeus seguiam esta ordem, mas a lei que o estabelece é revogada e qualquer depoimento de cristãos contra judeus passa a ser válido segundo a lei canónica- “(...) a lley que era posta per que nom uallesc testemunho de cristaaos sem Judeus contra Judeus E contra seus aueres E punha por ley que daqui adiante vallesc contra eles E contra seus aueres testemunho de cristaaos tanto que sejam homens de boa vida”<sup>51</sup>.

Por fim, em questões cíveis entre judeus e cristãos, quando o judeu era o acusado, este era julgado pela própria lei – esta seria o direito talmúdico e jurariam sobre a tora<sup>52</sup>.

---

<sup>47</sup> Produtos kosher, ou alimentos kosher, são todos aqueles que são preparados segundo a lei judaica.

<sup>48</sup> *Ibidem*, Título 74.

<sup>49</sup> *Ibidem*, Título 81.

<sup>50</sup> *Ibidem*, Título 81.

<sup>51</sup> GOMES, Nuno Espinosa - *Livro das Leis e Posturas*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, fól. 58.

<sup>52</sup> A lei talmúdica “não prevê a pena de morte, pelo que a máxima punição é o herem ou excomunhão, proposta pelo rabi da comuna e confirmada pelo rabi-mor ou seus ouvidores. Esta penalidade religiosa com ressonância na vida socioeconómica e religiosa não só do individuo que a sofria, mas de todo o agregado familiar, é também objeto de regulamentação régia. D. João I ordena que só em situações de extrema gravidade (...) ela seja usada. É provável que em Portugal (...) a justiça judaica use um sistema penal semelhante ao cristão, com penas que vão desde a multa, à flagelação, ao degredo ou à morte.” Em

Os casos criminais só podiam ser julgados pelo juiz criminal da coroa, mesmo que o judeu fosse aquele que cometeu o crime<sup>53</sup>. Crimes de Blasfémia contra a religião cristã são julgados pelo juiz da casa do cível e os presos iriam, não para a judiaria, mas para a cadeia do concelho<sup>54</sup>. Os rabis teriam poder para multar, ordenar castigos corporais, degredar ou lançar excomunhão. O judeu podia apelar a sentença. Os crimes eram, então, julgados no Bet-Din que se reunia na sinagoga e “a ele presidem os rabis e os vereadores da comunidade”<sup>55</sup>.

## **2. A criminalidade e delinquência de e contra Judeus**

### **2.1. Tipologia dos Crimes**

O estudo da criminalidade judaica é feito essencialmente através da análise de cartas de perdão, que nos revelam as transgressões cometidas por ou contra os judeus. Contudo, esta documentação é incompleta e, como tal, as conclusões tiradas podem ser enviesadas – há que ter em conta que apenas temos conhecimento dos crimes perdoados e que escapam à ação da justiça e não aqueles que sofrem a pena máxima. Não sabemos que penas recairiam sobre o suplicante – através da análise das ordenações podemos ter uma ideia das mesmas, mas não sabemos se estas eram ou não aplicadas. Ao mesmo tempo, não temos acesso aos casos julgados pelos tribunais das judiarias (bet-din), o que seria essencial para não só entender que penas eram aplicadas através da lei talmúdica, mas também para compreender melhor a criminalidade de e contra judeus.

Para a compreensão da criminalidade é necessário fazer uma análise quantitativa dos crimes. Das 129 cartas de perdão analisadas, 7 correspondem a crimes cometidos por mulheres. Tal significa que, no espaço temporal de 10 anos, 98,44% dos crimes de e contra judeus foram cometidos por homens. Destas 7 cartas, dois dos crimes correspondem a relações com homens casados<sup>56</sup>, enquanto um deles, o único do género em mais de 100, corresponde à prática de feitiçaria<sup>57</sup> por uma judia, a pedido de uma

---

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal No Século XV*. FCSH. Lisboa. 1982, p. 113.

<sup>53</sup> *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V* -. Collecção ed. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade. 1792 Título 92.

<sup>54</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal No Século XV*. FCSH. Lisboa. 1982, p. 119.

<sup>55</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal No Século XV*. FCSH. Lisboa. 1982, p. 119

<sup>56</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João II*. Livro XIII, Fól.24-2º; Livro XIII, Fól.73v-1º

<sup>57</sup> *Ibidem*, Livro V, Fól. 34v-2º



mulher cristã. Outros crimes apresentados são a heresia<sup>58</sup>, a agressão contra um judeu<sup>59</sup> e “induzir testemunhas”<sup>60</sup>. Na criminalidade masculina, as transgressões mais comuns são a blasfêmia, cuja pena podia ser particularmente cruel<sup>61</sup>, a agressão que, muito comumente vem associada a outros crimes, como, por exemplo, tentativas de violação – temos o exemplo de Fraim Aziz, judeu gibiteiro, acusado por Franca de lhe ter dado “muitas pancadas e bofetadas, e que a ferira na mão direita de três dedos, e que lhe fizera em dicta e revindicta e de propósito”. Esta agressão deu-se após Franca ter resistido a várias tentativas de violação pela parte do suplicante<sup>62</sup>. Associado ao crime de agressão aparece também o roubo e o homicídio, este último com menor incidência<sup>63</sup>.

Outro crime comum entre os homens era a fuga da cadeia que, tal como a agressão, está sempre associada a outro crime – o suplicante estava encarcerado por algum motivo. Temos conhecimento, através do perdão da fuga, outros crimes por ele cometidos: furtos, tentativas de violação, agressão, dívidas, entre muitos outros. Ao todo, das 103 cartas, 17 são fugas de cadeia. O furto é bastante comum – ao todo são 5 cartas que o referem. O contrabando também se verifica, apesar de só ser referido numa carta. Temos conhecimento de tentativas de violação ou violações consumadas. Ao todo, 6 cartas aludem a este tipo de crime.

O homicídio é dos crimes com menos ocorrência. Na nossa amostra somos deparados apenas 3, sendo que a intencionalidade de um destes é impossível de ser comprovada – Mestre Isaac e a sua esposa, Formosa, agrediram dois mercadores da cidade do Porto, Isaac Abeca e a sua mulher, aos quais deram “muitas pancadas e espaldeiradas e couces e bofetadas”, de tal forma que ela “movera uma criança de três meses”<sup>64</sup>. Ainda em menor número registam-se crimes que desrespeitam a lei essencial das ordenações régias que proibia o contacto carnal entre cristãos e pertencentes a outro credo religioso – 2 destes crimes são referentes a relações sexuais entre cristãos e judeus.

<sup>65</sup> O contrabando, a falsificação de selos e moedas, o roubo de gado e o rapto também

---

<sup>58</sup> *Ibidem*, Livro V, Fól.113v-2°

<sup>59</sup> *Ibidem*, Livro XX, Fól.101v-2°

<sup>60</sup> *Ibidem*, Livro XXIV, Fól. 148v-1°

<sup>61</sup> Temos o exemplo da carta de perdão dada a Isaque Montesinho, na qual somos informados que, após ser acusado de difamar a “Santa Fé Católica, e de nosso senhor Deus e de Santa Maria sua Madre” foi julgado pelos desembargadores da casa da suplicação e a pena decidida fora, para além do degredo, o açoite publico com uma agulha na língua. Em *Ibidem*, Livro VIII, Fól.15-15v.

<sup>62</sup> *Ibidem*, Livro 13, Fól. 5v-1°.

<sup>63</sup> *Ibidem*, Livro 20, Fól. 204-204v.

<sup>64</sup> *Ibidem*, Livro 20, Fól. 204-204v.

<sup>65</sup> *Ibidem*, Livro 20, Fól. 166v-3° e Livro 19, Fól.39-3°.

estão presentes nesta chancelaria, porém, em número bastante reduzido<sup>66</sup>. O mesmo irá acontecer com o crime de induzir testemunhas<sup>67</sup>.

### 3. O Crime: Agentes e Circunstâncias

Apresentada a tipologia dos crimes mais comuns, é agora necessário analisá-los para depois sugerir algumas hipóteses e conclusões.

#### 3.1. Agressões

O judeu, na chancelaria de D. João II, é, grande parte das vezes, o acusado e não a vítima. O cristão vai atacar o judeu, sim. Porém, entre dezenas de tentativas de agressão, apenas 6 destas cartas referem o cristão como aquele que agride o judeu fisicamente. Não obstante, algumas destas agressões têm uma particularidade: segundo os relatos que chegam até nós, algumas acontecem sem explicação. A primeira relata que Vasco Garcia é acusado de agredir Moisés Faro com um punhal – atitude esta de vingança<sup>68</sup>. Estevão Nunes, por sua vez, envia dizer que tivera uma discussão com Isaque Escalam, judeu, morador da Vila de Portel, sobre borzeguins que ele não lhe queria fazer. Depois de três meses encontrara o judeu na dita vila e dera-lhe “com um pau 5 ou 6 pancadas, das quais o dito judeu mostrara inchaços e querelara dele”<sup>69</sup>. Já Álvaro Palmeiro foi acusado por Abraão Zarco de o agredir de propósito durante a noite numa estrada, enquanto se dirigia à vila de Avis. Dera-lhe “muitas pancadas e feridas per parte do seu corpo, uma ferida na cabeça”<sup>70</sup>. Também os jovens Diogo e Afonso feriram dois judeus castelhanos e Gonçalo Gomes dera de propósito uma ferida na cabeça de Caçam<sup>71</sup>. Já Gonçalo Dias prendera, em sua casa, com ferros, Vivas d’Alça que fora agredido, num braço, por Sebastião Ferreira<sup>72</sup>.

As restantes agressões parecem acontecer sem grande explicação: o judeu encontra-se numa estrada, “indo ele seguro sob guarda de deus e nossa”, geralmente de noite, quando o cristão ataca-o com violência – geralmente as feridas são graves: Samuel Vizinho, judeu, acusa Álvaro da Cunha, um fidalgo, dizendo que enquanto montava uma

---

<sup>66</sup> Temos apenas um exemplo de uma tentativa de rapto e de roubo de gado; a falsificação de selos e moedas aparece apenas uma vez, respetivamente, enquanto o contrabando é citado três vezes.

<sup>67</sup> Ana, judia, é acusada de “induzir testemunhas”, sendo por isso presa e mandada degredar por 2 anos, pagando 1200 reais para a rendição dos cativos. In *Ibidem* – Livro 14, Fól. 148v-1º.

<sup>68</sup> *Ibidem*, Livro 8, Fól. 24-24v.

<sup>69</sup> *Ibidem*, Livro 15, Fól. 111-112.

<sup>70</sup> *Ibidem*, Livro 20, Fól. 184-184v.

<sup>71</sup> *Ibidem*, Livro. 9, Fól. 139.

<sup>72</sup> *Ibidem*, Livro 7, Fól. 6ºv.

besta o suplicante o obrigara a descer dela e “lhe dera muitas pancadas e o enforcara e lhe fizera outras opressões com tenção de o roubar”<sup>73</sup>. Gomes Dinis é igualmente acusado de agressão por três judeus, dando “duas feridas, uma em um ombro e a outra em uma coxa...fazendo-lhe de noite às desoras”<sup>74</sup>. Vítimas dos cristãos são também as mulheres judias, que, tal como os homens, sofrem com as suas agressões. Estas, porém, são pouco recorrentes. A explicação poderá estar presente no facto de que o contacto entre mulheres judias e homens cristãos, ou vice-versa, era muito mais restrito do que entre homens judeus e homens cristãos<sup>75</sup>.

Voltando ao judeu-agressor, a maior parte dos conflitos surge entre a própria comunidade: entre as cartas de perdão analisadas que concernem esta tipologia de crime, 26 são agressões entre judeus: Samuel Baralha foi preso na prisão da correição de Trás-os-Montes por ser acusado de dar uma ferida a Juda Gatinho. Foi sentenciado a um degredo de dois anos para Tânger; Abraão acusou Çadías de lhe dar uma punhada “de que lhe fizera uma olheira”.<sup>76</sup> Mousem Bahollam, judeu, discutiu com Marcos, também este judeu. Por isso, uma noite, Mousem assaltou “com homens armados para o haver de ferir...dando-lhe com uma espada certas espadeiradas, fazendo-lhe de propósito.” – apesar de ter sido perdoado, tivera que pagar 600 reais para a Arca da Piedade.

São raras as vezes que judeus agridem cristãos, à exceção de Juda do Porto, acusado de atacar Pedr’Esteves com uma bofetada no rosto<sup>77</sup> e Mosé Cominete, acusado de mutilar um dedo a João Álvares, alfaiate da cidade do Porto<sup>78</sup>. Já Salomão de Almeida fora acusado de ter dado uma “lançada acima da mama” a Lourenço Domingues, cristão<sup>79</sup>.

Das dezenas de agressões nossas conhecidas entre judeus, em nenhuma sabemos o motivo por trás das mesmas. Porém, em vários casos sabemos que tal ato teria sido premeditado. É o exemplo de Abraão Lerma e Aviziboa, sua esposa, que agrediram Antão, outro judeu, “de propósito, dando-lhe com um buxo uma grande ferida na cabeça, aberta e sanguenta, e a dita Aviziboa o tomara pelos cabelos e lhe deram punhadas”<sup>80</sup>. O

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, Livro 8, Fól. 39v-3°.

<sup>74</sup> *Ibidem*, Livro 15, Fól. 31v-23.

<sup>75</sup> D. Duarte vai decretar uma lei que proíbe que judeus – à exceção de físicos, cirurgiões, alfaiates, desde que um cristão esteja presente - entrem na casa de cristãs.

<sup>76</sup> *Ibidem*, Livro 15, Fól. 115v-2°.

<sup>77</sup> *Ibidem*, Livro 13, Fól. 149v-2°.

<sup>78</sup> *Ibidem*, Livro 13, Fól. 133v-2°.

<sup>79</sup> *Ibidem*, Livro 4, Fól. 112v.

<sup>80</sup> *Ibidem* - Livro 20, Fól. 101v-2°.

mesmo acontece com José Pequeno e Samuel Peço<sup>81</sup>. Contudo, estas cartas não nos vão fornecer informações relativamente às circunstâncias em que o crime ocorre.

### 3.2. Crimes Sexuais

Debrucemo-nos sobre os crimes sexuais. Nestes, a vítima é invariavelmente a mulher, sejam os atacantes judeus ou cristãos. O criminoso normalmente entra na habitação da mulher, à noite, podendo esta estar ou não sozinha<sup>82</sup>, e a violação é, em todos os casos, acompanhada de agressões físicas.

No caso das violações, temos um cristão<sup>83</sup> que efetivamente viola uma mulher judia, e duas tentativas de violação não chegaram a ser consumadas: Pedro foi acusado por Dora de tentar violar a sua filha, Lima-O-Vinho-do-Ervedal [sic],

e lançara dela mão pera com ela dormir, e lhe dera couces, punhadas e bofetadas das quais lhe fizera um inchaço em uma face e a tratara mal por o corpo e que assi dera couces em um Jacob, seu irmão, filho da dita dona, lançando a dita Lima muito sangue dos punhados que lhe assim ele dera por os narizes.”<sup>8485</sup>.

Em todos os outros casos são homens judeus que praticam (ou tentam praticar) o crime: Fraim Aziz foi acusado por Franca, judia e viúva de Salamam Alberruxo, de exigir várias vezes que ela dormisse com ele e que sempre que a via a assediava fisicamente, bem como a difamava em público. Várias vezes a tentou violar, bem como lhe quisera “cortar os narizes e lhe dera muitas pancadas e bofetadas, e que a ferira na mão direita de três dedos...”<sup>86</sup> Samuel Salter, ourives, fora acusado por Dona, sua sogra, de “saltar em sua casa e tomar Benvinda, filha de Dona, e fizera dela o que lhe prouvera”<sup>87</sup>. e Fraim Oziz fora acusado de tentar violar Franca, mulher de Salomão Rafaia, chegando mesmo, durante estas tentativas, a causar-lhe uma ferida na mão<sup>88</sup>. Moisés Pinto foi acusado por Simão Alegua e a sua mulher de uma noite, depois de uma agressão violenta, violar a dita mulher de Simão. Desta relação forçada nasce uma criança, sem a mãe saber se seria do seu marido ou do violador<sup>89</sup>.

---

<sup>81</sup> *Ibidem* - Livro 20, Fól. 79v-1°.

<sup>82</sup> Exemplo disto é Isaac Querido, acusado de abrir “uma porta de uma das casas d’Aviziboa, judia, mulher que foi de Salomão Araviado, jazendo a dita judia e outra que se chama Rei Pinta (...) donas da dita casa, e que jazendo as ditas judias de noite dormindo em sua cama, ele entrara nas ditas casas com elas para dormir com elas.” *Ibidem*, Livro 13, Fól. 93v-2°.

<sup>83</sup> *Ibidem* - Livro 15, Fól. 31v-32.

<sup>84</sup> *Ibidem* - Livro 19, Fól. 150-2°.

<sup>85</sup> *Ibidem* - Livro 15, Fól. 31v-32.

<sup>86</sup> *Ibidem* - Livro 13, Fól. 5v-1°.

<sup>87</sup> *Ibidem* - Livro 19, Fól. 118-1°.

<sup>88</sup> *Ibidem* - Livro 12, Fól. 171-2°.

<sup>89</sup> *Ibidem* - Livro 15, Fól. 163v-104.

Acredito que o fenómeno seja de fácil explicação – mais uma vez, o contacto entre homens e mulheres judias era mais facilitado do que entre mulheres judias e homens cristãos. Se os judeus não vivessem apartados nas suas judiarias, os números seriam certamente diferentes. Contudo, apesar de termos casos de homens cristãos que agredem sexualmente mulheres judias, não temos casos de homens judeus que o fazem a mulheres cristãs.

Também as relações sexuais entre pessoas de credos diferentes eram condenadas pelas ordenações afonsinas<sup>90</sup>, e estas, apesar de não aparecerem frequentemente na Chancelaria de D. João II, aconteciam – Salomão Ben Hasson é acusado de dormir com Ana Rodrigues, uma cristã castelhana<sup>91</sup>. Pedro Gil é, por sua vez, acusado numa inquirição devassa de se deitar carnalmente com uma judia solteira, de nome Jamila, a qual ficara grávida de uma criança que “lançara morta”<sup>92</sup>. Já Juda Marcos fora preso na vila de Setúbal por ter sido acusado por Jacob Durães de dormir com a sua mulher, sendo o suplicante judeu. Percebemos que um judeu ter relações carnavais com uma mulher cristã é bem mais problemático que um cristão dormir com uma mulher judia através do pagamento de Jacob: 7 mil reais para a despesa da Relação<sup>93</sup>. Um caso curioso é o de Jacob, rabi da judiaria de Lisboa, que recebera uma manceba castelhana para casar com um judeu, também este castelhano, que se encontrava na dita judiaria. O judeu (castelhano) demandou ao rabi uma licença para ambos se casarem, o qual o rabi não cede pois acredita que “não era serviço de deus ela casar com o tal judeu e o judeu com ela”. Jacob acrescenta ainda que muitas pessoas o culpavam e difamaram-no, dizendo que a tal manceba não era judia e, como tal, esta devia ser presa e/ou justificar às justiças como ela era confessa<sup>94</sup>. Teria este rabi ocultado um crime, indo contra as ordenações do reino?

---

<sup>90</sup> Nas Ordenações Afonsinas, no título “Do Judeu, ou Mouro, que dorme com alguã Christaã, ou do Christaão, que dorme com alguã Moura, ou judia”, lemos o seguinte: “ (...) Que nenhum Christaão nom aja ajuntamento com nenhuã Moura, ou Judia, nem alguã Christaã com alguu Judeu, ou Mouro, por serem gentes de Leyx desvairadas, e de tal ajuntamento se poderia ligeiramente seguir cousa de grande desserviço ao Senhor DEOS: Portanto poems por Ley e mandamos, que nenhuu Christaão nom aja ajuntamento carnal com alguã Judia, ou Moura, nem Christaã com Mouro, ou Judeu : e que qualquer, que o contraíro fezer, moira porem.”

<sup>91</sup> *Ibidem* - Livro 20, Fól. 166v-3º.

<sup>92</sup> *Ibidem* - Livro 19, Fól. 39-3º.

<sup>93</sup> Curioso fora a forma que Juda arranjou para fugir da cadeia: “juntamente com outros homens tomaram o carcereiro às mãos e lhes ataram os polegares e o morderam na garganta e nas mãos e lhe deram uma pequena ferida em um ombro.” – *Ibidem* – Livro 12, Fól. 77-77v.

<sup>94</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól.66v-2º.

### 3.3. Crimes Contra Deus – Blasfémia e Heresia

O judeu vai ser inúmeras vezes acusado de agir contra Deus, praticando a heresia e a blasfémia. Relativamente ao primeiro, encontramos três judeus, homens, acusados de renegarem S. Paulo e S. Pedro<sup>95</sup>; renegar Deus<sup>96</sup> e “renegar Nosso Senhor e seus santos”<sup>97</sup>, respetivamente. O crime de blasfémia era, porém, mais comum que a heresia. Este acontecia, normalmente, quando um cristão e um judeu estavam em desacordo e para o último atacar o primeiro, utilizava-se da fé do mesmo. Isaac Bar Rosque, ao arrecadar a renda a um homem do Torrão que era devedor à dita chancelaria, o quereloso dissera-lhe que antes de entregar o dinheiro ao mesmo, o judeu “primeiro ia ver Deus”, ao qual o suplicante respondera que “primeiro havia de ver o Demo”<sup>98</sup>. Mestre Abraão foi também acusado de Blasfémia: ao sentir que Rodrigo Eanes, pedreiro, duvidava das suas capacidades enquanto físico, dissera-lhe que o curaria da doença de que este padecia e que se não conseguisse, os seus deuses também não conseguiriam<sup>99</sup>. Enquanto os primeiros apenas tiveram que pagar alguns reais, o caso de Isaque Montesinho não tinha sido tão fácil – acusado de difamar “A Santa Fé católica, e de nosso Senhor Deus e de Santa Maria sua Madre” foi julgado pelos desembargadores da Casa da Suplicação para que fosse publicamente açoitado com uma agulha na língua e fosse degredado para todo o sempre para as ilhas de S. Tomé. Por se dizer “judeu órfão e desamparado”, pediu que o seu degredo fosse alterado para a Vila de Alcácer, o que acontece sob o pagamento de 15.000 reais<sup>100</sup>. O mesmo acontece com Samuel Monção, que enviou dizer que no ano de 1487-1486 foi acusado na vila de Elvas de dizer palavras desonestas sobre a fé católica durante uma discussão e, por tal, “lhe foram dados 20 açoutes com uma agulha d’Albarda por a língua”. Desta forma era visto como infame e não podia ser recebido a alguns atos judiciais nem extrajudiciais, bem como ofícios públicos e privados<sup>101</sup>.

Muitos judeus afirmavam que tinham sido injustamente acusados, pelos cristãos, de blasfémia ou heresia. José Sarcol, por exemplo, enviou dizer que, porque algumas pessoas lhe desejavam mal, difamaram contra ele, dizendo que renegara S. Paulo e S.

---

<sup>95</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól. 39v-2º.

<sup>96</sup> *Ibidem* – Livro 20, Fól.127v-1º.

<sup>97</sup> *Ibidem* – Livro 12, Fól. 19-2º.

<sup>98</sup> *Ibidem* – Livro 22, Fól. 7-vº.

<sup>99</sup> *Ibidem* – Livro 12, Fól. 20-20v.

<sup>100</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól. 15-15v.

<sup>101</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól. 75v-2º.

Pedro<sup>102</sup>. Já Abraham dizia que alguns inimigos seus o culpavam numa inquirição devassa, dizendo que ele dissera que “Santa Maria nossa senhora fora judia e Jesus Cristo fora sapateiro ou alfaiate” e dissera que “deus era um e os cristãos faziam dele três”, motivo pelo qual fora preso e fugira da prisão, andando amorado<sup>103</sup>.

### 3.4. Furtos e Roubos

As contendas entre cristãos e judeus, todavia, não se ficam pelas agressões e violações. São frequentes os furtos – Vasco Eanes foi acusado de furtar 20 alqueires de azeite a Shemtob Abrez<sup>104</sup> e Lourenço Gonçalves, escudeiro, acusado de furtar uma porta e dois bancos a Josep Penso<sup>105</sup>. No caso judaico, Judas Gagim furtara um cofre com joias e dinheiro a Mécia Vasques, cristã<sup>106</sup>, mas este crime era mais comum entre a própria comunidade. Samuel Peco teria sido acusado de assaltar a casa de Ester Pinta, judia, e “lhe quebrara uma fechadura de uma porta que descia à camara (...) e entrara dentro e britara um cofre, do qual lhe levava joias de ouro e prata que bem poderiam valer 40 ou 50 mil reais”,<sup>107</sup> Samuel Naamias tinha sido vítima de um assalto por parte de Josepe Farnel, também ele judeu<sup>108</sup>. Já Samuel Lombrosso fora preso na prisão da comuna dos judeus da cidade de Lisboa por ser acusado numa inquirição devassa de certos furtos e de “ser um homem de mau viver”, razão pela qual fora condenado na casa do Cível a que fosse degredado por 2 anos para Arzila, com baraço e pregão pela cidade<sup>109</sup>. Moisés Abeul conseguiu ser cruel – não furtara, mas sim decepara uma mula que pastava na vila de Castelo Branco. Mula esta que pertencia a Abram Amado<sup>110</sup>.

Mestre Isaac, por sua vez, fora preso na vila de Guimarães por requerimento de Mordofai Benanim e de Salomão Levi, judeus e moradores na mesma vila, acusando-o de dever à conta dos judeus de Guimarães 1.120 reais<sup>111</sup>.

Voltando aos furtos entre judeus e cristãos, a história de Salomam Matrutel, judeu alfaiate, é algo curiosa: estando ele, moço pequeno, com Jacob, seu cunhado, armeiro do reino, fora-lhe feito um furto de certa malha que tinha, pertencente a alguns fidalgos. Foi

---

<sup>102</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól. 39v-2º.

<sup>103</sup> *Ibidem* – Livro 14, Fól. 25, 25ºv.

<sup>104</sup> *Ibidem* – Livro 20, Fól. 99-2º.

<sup>105</sup> *Ibidem* – Livro 13, Fól.72v-73.

<sup>106</sup> *Ibidem* – Livro 20, Fól. 101-1º.

<sup>107</sup> *Ibidem* – Livro 22, Fól. 71-1º.

<sup>108</sup> *Ibidem* – Livro 5, Fól. 133-133v.

<sup>109</sup> *Ibidem* – Livro 15, Fól. 98-98v.

<sup>110</sup> *Ibidem* – Livro 15, Fól. 102v-103.

<sup>111</sup> *Ibidem* – Livro 19, Fól. 64-3º.



por isso preso e julgado “que fosse metido a tormento de açoites com varas”. Mas, porque era muito moço fora absolvido e livre deste malefício por ser dele sem culpa. Porém, até hoje, era, tanto por judeus e cristãos, apelidado de “o açoitado”<sup>112</sup>. Mestre Manuel, judeu, juntamente com David Pinto e Isaque Trangolo, furtou vinte e cinco ou vinte e seis cabeças de carneiro e de cabras. Segundo as testemunhas, para além de furtarem gado, também o degolaram e “levaram escondido em sacos pera a cidade”. Achando que a querela iria ficar resolvida entre os três assaltantes e os senhores do dito gado, estes pagaram dois mil e duzentos reais. Como os três homens obtiveram carta de segurança “e citaram as duas partes, e que ele suplicante e os outros por serem judeus e pessoas fracas, não esperaram seguir a dita carta de segurança nem os termos dela, razão pela qual o suplicante andava amorado”<sup>113</sup>.

### 3.5. Fuga da Cadeia

Sem dúvida que o crime mais comum entre a comunidade hebraica portuguesa era a fuga da cadeia. Estas eram quase sempre acompanhadas de “desculpas” pelo ocorrido. Isaac Serrano, por exemplo, fuge da cadeia por temer ficar preso por um longo período<sup>114</sup>, o mesmo acontece com Isaac Verdugo<sup>115</sup>, com Juda Capão e Efraim Curumbel<sup>116</sup>. Samuel Medina fuge da cadeia por ser inocente daquilo pelo que era preso.<sup>117</sup> Outros, como Vivas de Aça, simplesmente aproveitaram a más condições materiais – “diz que na pousada onde pousaram aqueles que o levavam preso, que a eles pedira licença para ir mijar à porta, e que eles lha deram, tendo-o polo rabo da cadeia, e que ele se soltara de um elo que trazia quebrado e fugira (...)”<sup>118</sup>. Já Jacob Aragonês afirma que “estando assim na casa da cadeia sem prisão alguma, diz que saíra dela e foi para o mosteiro de S. Francisco”<sup>119</sup>. Apesar de fugirem da cadeia garantiam na carta de segurança que ao fugirem “não quebrara parede”; “fugira sem quebrar ferros nem outras prisões”; “sem quebrar ferros nem portas nem outra cousa”.

No contexto prisional não nos poderemos esquecer de outro tipo de crime: a fuga, mesmo que não seja deliberadamente, de um preso. Por vezes um determinado criminoso

---

<sup>112</sup> *Ibidem* – Livro 3, Fól. 76.

<sup>113</sup> *Ibidem* – Livro 5, Fól. 86v-2º.

<sup>114</sup> *Ibidem* – Livro 12, Fól.109v-6º.

<sup>115</sup> *Ibidem* – Livro 12, Fól. 133v-2º.

<sup>116</sup> *Ibidem* – Livro 19, Fól. 62v-3.

<sup>117</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól. 87v2º.

<sup>118</sup> *Ibidem* – Livro 19, Fól. 78-78v.

<sup>119</sup> *Ibidem* – Livro 20, Fól. 95-95v.



é entregue a um carcereiro que tem, como função, vigiar o preso. O que acontece é que o preso consegue escapar-se e, dependendo do crime, o carcereiro terá, não só, que obter o perdão do rei, mas, para isso, obter também o perdão da família (por exemplo, se o crime cometido for um homicídio). Outro caso comum é quando algum judeu ajuda outro a fugir da cadeia ou a libertar-se de quem o leva preso<sup>120</sup>.

### 3.6. Homicídios

Tentativas de homicídio são unilaterais – não conhecemos casos de judeus que tentam assassinar cristãos, mas o contrário acontece: Rodrigo Álvares fora preso na cadeia da correição de Trás-os-Montes por ser acusado do assassinato de Junça, um judeu. Não sabemos os motivos do assassinato nem quando é que aconteceu<sup>121</sup>. No que concerne aos homicídios, é o judeu quem mais mata judeus. Temos pelo menos três exemplos: Isaac e Formosa agrediram Isac Abeca e a sua mulher, fazendo com que a mesma perdesse uma criança de três meses<sup>122</sup>. Questionei, previamente, se este homicídio teria sido ou não intencional. Entre judeus, a maior vítima deste crime são as mulheres. Das quatro cartas que referem este crime, uma já explicada anteriormente, duas delas relatam um homicídio e uma tentativa de homicídio contra duas mulheres. O primeiro, Vidal, é acusado de assassinar Soleima Azarrel<sup>123</sup>. Azorra, por sua vez, é acusado de tentar matar uma moça<sup>124</sup>. Por último, Mossé Adida vai ser acusado de uma série de crimes, mas, essencialmente, o de ameaçar Abraão Çide, “prometendo-lhe que lhe havia de tirar a vida”<sup>125</sup>. O motivo? Não sabemos. A carta apenas relata que Abraão, estando numa noite na sinagoga dos judeus da cidade (...) sem dizer nem fazer mal a ninguém, fora ameaçado por Mossé Adida e outros, que começaram a levantar motivos para o matar como já haviam feito anteriormente, o que significa que não seria o primeiro judeu que estes iriam assassinar.

Caso curioso é o de Faim Franco – este, que se encontrava em fuga nos reinos de Castela, apresentara um alvará assinado pelo rei no qual dizia que se Faim Franco trouxesse para o reino Salomão Navarro, também judeu, que assassinou Toledão, que se encontrava igualmente homiziado nos reinos de Castela, lhe perdoavam de qualquer culpa

---

<sup>120</sup> *Ibidem* – Livro 21, Fól. 14v.

<sup>121</sup> *Ibidem* – Livro 5, Fól. 89-89v.

<sup>122</sup> *Ibidem* – Livro 20, Fól. 204-204v.

<sup>123</sup> *Ibidem* – livro 22, Fól. 14-14v.

<sup>124</sup> *Ibidem* – livro 19, Fól. 55v-2º.

<sup>125</sup> *Ibidem* – Livro 13, Fól. 554-54v.

e pena, assim como qualquer crime cível pelos selos falsos que foram encontrados em sua casa. Faim conseguiu trazer Salomão para o reino e obteve perdão total<sup>126</sup>. Apesar de Faim não ter cometido nenhum homicídio, mas sim Toledão, é curioso perceber a forma como se atuava à época – pedir a um homem que falsificara selos para trazer um homicida que se encontrava fugido de volta para o reino, como forma de perdão... certamente não terá sido tarefa fácil.

### **3.7. Sodomia**

Menos comum que todos estes crimes era a sodomia. Temos apenas um relato de judeus acusados de cometerem esta transgressão – as cartas não entram em grandes pormenores, apenas se sabe que ambos os judeus acusados de sodomia fugiram da prisão<sup>127</sup>. Outro crime incomum é o cárcere privado, cometido por um cristão: Lopo Esteves é acusado por Belhami de fazer cárcere privado da sua mulher e filhos. Não temos casos de judeus que cometem este crime.

### **3.8. Crimes Contra a Moral e os Bons Costumes**

Chegam até nós cartas de perdão cujo principal crime é atacar, ou tentar atacar, a moral do outro. Neste caso, a grande parcela destes ataques acontece entre judeus. O motivo destas querelas se darem maioritariamente entre esta comunidade é-nos desconhecido, porém, podemos especular o que se encontra por trás delas: não nos podemos esquecer que na idade média os judeus viviam apartados dos cristãos – ignorando, obviamente, os judeus mais poderosos, tal como referido anteriormente, que poderiam viver fora do local que lhes fora “atribuído” – como tal, conviviam muito mais entre si na judiaria, que podia (ou não) ser bastante reduzida. Assim, calculamos que grande parte dos judeus se conheceriam pessoalmente, sabendo perfeitamente os pontos fracos uns dos outros. Ao conhecer o tendão de Aquiles do outro, seria muito mais fácil atacar. Observamos um exemplo curioso: Juda Manchuria, morador em Setúbal, manda dizer ao rei que um Mem Calado, juntamente com dois cristãos – Luís Afonso e Rui Fernandes – difamaram dele às justiças do reino, dizendo que Juda dormia com cristãos, oferecendo-lhes joias em troca, razão pelo qual fora preso na prisão da vila de Setúbal<sup>128</sup>. Mosé D’Alva, vereador e ouvidor do Arrabi, por sua vez, queixara-se de Mosé Adida por

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, Livro 5, Fól. 70v, 3º -71-1º.

<sup>127</sup> *Ibidem* - Livro 15, Fól. 28-28v.

<sup>128</sup> *Ibidem* – Livro 4, Fól. 67vº.

este último injuriar contra ele. Contra Josepe Branco outros judeus diziam que dormia com uma criada, o que fez com que pagasse 8 mil reais (para o casamento da mesma) e fosse degredado, para a cidade de Tanger, com baraço e pregão pela cidade de Lisboa<sup>129</sup>. A própria autoridade máxima da judiaria podia ser vítima destas injurias, como foi o caso de Rabi Jacob. Jacob Aragonês difamara deste, dizendo que o Rabi dormira com a mulher de Abraão Baalu<sup>130</sup>. Já Jusepe Alformiz, judeu, fora acusado por Jaqué Zarel de induzir testemunhas contra ele sobre jogar cartas e dados.

Atentando contra a instituição sagrada que é o casamento, Rabi Jacob e a sua mulher tiveram uma discussão, no fim da qual ele jurara pela vida do rei que não viveria mais com ela. Apesar de obter perdão, paga 500 reais para a Arca da Piedade<sup>131</sup>.

### 3.9. Crimes Profissionais

Mesmo dentro do espaço profissional, ou por motivos profissionais, os judeus podiam cometer ou serem vítimas de determinados crimes. Isaque Escalam, referido já anteriormente, fora agredido por Estevão Nunes por se negar a fazer-lhe uns borzeguins<sup>132</sup>. Já José Sadica, alfaiate, fora acusado por Isaque Escabana e outro judeu de não cumprir um, feito pelos três, contrato fechado com juramento<sup>133</sup>. Isaac do Barco, alfaiate, foi acusado por Pero, escudeiro, de lhe danar e furtar um capuz e um pelote que lhe dera a talhar para o seu filho, mandando-o por isso citar perante os almotacés. Abraão, alfaiate, fora chamado perante o juiz para testemunhar, dizendo que “faleceu na dita obra uma quarta do dito pano e dizia que se perdera por ele o danar no taalho”. O almotacé mandou Isaac para a cadeia e levou os autos à camara da Vila de Setúbal, onde os oficiais acordaram e deram sentença – que Isaac fosse levado ao pelourinho com o dito capuz e estivesse ali certas horas com um colar no pescoço, “dizendo que assim como danara aquela obra que assi danaria outras”.

Manohem, alfaiate, “fora fazer hua pouca d’obra” a Pero do Salto, “o qual lhe pagara a obra que lhe fizeram em um alqueire de garbanzas em preço de quarenta reais e que depois a cabo de dias o dito pero salto viera aquerelar dele dizendo que o suplicante lhe furtara três mil e trezentos reais e um brinco [?] de prata”<sup>134</sup>.

---

<sup>129</sup> *Ibidem* – Livro 5, Fól. 7,8.

<sup>130</sup> *Ibidem* – Livro 10, Fól. 95-95v.

<sup>131</sup> *Ibidem* – Livro 20, Fól. 148v-2º.

<sup>132</sup> *Ibidem* – Livro 15, Fól. 111-112.

<sup>133</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól. 101-2º.

<sup>134</sup> *Ibidem* – livro 21, Fól. 95.

### 3.10. As Mulheres

As mulheres vão ser poucas vezes referidas nas cartas de perdão, e quando o são, normalmente são a vítima, à exceção de quatro casos. Um deles de feitiçaria: Aviziboa, judia, é acusada de, juntamente com Leonor Pires, cristã, praticar feitiçaria contra o seu marido, dando-lhe a comer um bolo para ele “lhe querer bem e outras coisas”. A cristã acrescenta então o seguinte: “Que a dita judia (...) tomava chumbo derretido com terra, e lançava-o em água, e fazia uma figura de homem e outra de mulher, de barro, e que lhes dava com um cordel, e dizia sobre estos suas orações e palavras, e que per esta via o dito marido lhe queria grande bem, e não faria salvo o que a suplicante quisesse, segundo que nas ditas culpas mais cumprimente se continha”<sup>135</sup>. Nas restantes cartas, o crime de qual as judias são acusadas é de terem relações com homens casados<sup>136</sup>, ambas recebem perdão total do rei, e de induzir testemunhas<sup>137</sup>.

### 3.11. Outros

Dois judeus terão falsificado selos<sup>138</sup> e umas moedas<sup>139</sup> - ao contrário de agressões físicas e violações, o pagamento para obter o perdão em caso da falsificação de moedas é muitíssimo elevado – 14.000 reais para a arca da piedade. No caso da falsificação de selos, ambos os judeus obtiveram perdão total. Relativamente ao contrabando, temos pelo menos 2 casos – Josep Paredes mandou passar ouro e prata do reino de Portugal para Castela contra as ordenações do reino do ano de 1483, sendo preso por Gonçalo Alvares<sup>140</sup>. Já Abraão Alufo contrabandeou bois, vacas, cabras, ovelhas, carneiros e bodes que valiam 10 mil reais.<sup>141</sup> Samuel Beca, judeu castelhano, conta-nos que “5 meses antes vendera vinho na cidade de Évora do qual recebera 3 cruzadas e espadins d’ouro e 2 reais de prata e os levava pera o reino de Castela per sua despesa”. Acabando por ser apanhado pelo alcaide, fora preso<sup>142</sup>. Cristóvão Alvarez, morador em Alegrete, andando ele e um Afonso Pirez guardando a dita Vila acharam dois judeus – Rabi e Marafem e perguntaram-lhes se levavam dinheiro ou coisas proibidas, ao qual estes responderam que

---

<sup>135</sup> *Ibidem* – livro 5, Fól. 34v-2°.

<sup>136</sup> *Ibidem* – Livro 13, Fól. 24-2°; Livro 13, Fól. 73v-1°.

<sup>137</sup> *Ibidem* – Livro 14, Fól. 148v-1°.

<sup>138</sup> *Ibidem* – Livro 10, Fól. 7, 7v.; Livro 5, Fól. 70v-3°; 71v-1°.

<sup>139</sup> *Ibidem* – Livro 26, Fól. 130-3°.

<sup>140</sup> *Ibidem* – Livro 8, Fól. 72-3°.

<sup>141</sup> *Ibidem* – Livro 7, Fól. 31v-32.

<sup>142</sup> *Ibidem* – Livro 24, Fól. 149v-3°.

não. Cristóvão e Afonso revistaram os judeus, sendo que Rabi trazia um espadim de ouro e sete vinténs, metidos dentro de um pão e um livro de hebraico escrito em papel que valia 400 reais, segundo os ditos judeus<sup>143</sup>.

## Conclusão

É difícil, através das fontes que consultamos, concluir que os judeus eram vítimas de uma criminalidade específica. Quando os cristãos aparecem nas cartas de perdão são normalmente acusados de agressão contra os hebraicos. Porém, o número de casos é tão baixo que é difícil concluirmos que este crime seria algo comum.

Contudo, havia uma criminalidade típica entre judeus – a agressão dentro da própria comunidade, a violação de mulheres judias, a heresia e a blasfémia, furtos e fugas de cadeia vão aparecer às dezenas. Tal como referido anteriormente, a agressão era geralmente violenta e existiriam motivos por trás da mesma – é quase sempre declarado que a agressão era feita em vingança de algo que teria acontecido anteriormente. Ao mesmo tempo, os níveis de criminalidade mostram-se controlados e com uma relação aparentemente estabilizada com a maioria cristã – não se pressentem aqui as raízes da expulsão que se avizinha, nem do pogrom de Lisboa que acontecerá nos inícios do século seguinte.

As penas vão variar bastante. Deparamo-nos apenas com uma referência a pena capital – João de Nebra, que fora queimado na vila de Santarém. De resto, vamos encontrar castigos corporais como o açoite. Porém, o degredo e a prisão são os exemplos mais comuns que vamos encontrar ao longo das cartas analisadas. Relativamente aos pagamentos para obter perdão, estes também vão ser instáveis. Por vezes o criminoso pode obter perdão total e outro que cometeu exatamente o mesmo crime é degredado ou açoitado, ou poderá pagar quantias absurdas de dinheiro.

Por fim, há um aspeto que gostaríamos de acrescentar: ao longo das múltiplas cartas de perdão analisadas, a maior parte das acusações contra judeus são feitas por...judeus! Temos o exemplo de Jacob Arrandim que fora acusado por João de Nebra, queimado na vila de Santarém por ser “mau cristão”, de o convidar para celebrar com ele festividades judaicas como a “páscoa das cabanas”<sup>144</sup> e que aceitara dele “dinheiros e

---

<sup>143</sup> *Ibidem* – Livro 14, Fól. 41.

<sup>144</sup> Possível referência à celebração do Sukkot, também conhecida como “festa dos tabernáculos” ou “festa das tendas”. Esta festa relembra os 40 anos de êxodo dos hebreus no deserto após a saída do Egito. Como os judeus eram nómadas, viviam em pequenas tendas ou cabanas – assim, durante a celebração do Sukkot, os judeus fazem as suas refeições em cabanas ao ar livre.

muitas outras coisas para a sinagoga”<sup>145</sup>. Temos também o caso de Mestre Isaac, que fora preso por requerimento de Mordofai Benammim e de Salomão Levi, que o acusaram de dever dinheiro aos judeus da vila<sup>146</sup>. Idealmente imaginamos que uma comunidade que é constantemente ostracizada pelos outros, alvo de inúmeras perseguições, se defenderia mutuamente. A verdade é que, como vemos, isso não acontece...muito pelo contrário.

## Fontes

### Fontes Manuscritas

ANTT, *Chancelaria D. João II*.

### Fontes Impressas

*Ordenações D’El-Rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

*Livro das Leis e Posturas*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971.

*Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

*Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V* -. Collecção ed. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1792.

*Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Arquivo Municipal, 2016. (Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa nº 2).

## Bibliografia

ABRAHAMS, Israel – *Jewish Life in the Middle Ages*. R.G Fuks-Mansfeld, 1896.

DIAS, Geraldo – *O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus – Por uma dobra e um açougue*. Braga. Gráfica da Livraria Cruz, 1983.

DIAS, Geraldo – *Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade*. Em: *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*. Vol.1, p.425-330. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2003.

DUARTE, Luís Miguel - *A Retórica a Salvação (Histórias de morte e vida em Portugal há quinhentos anos)*. Em: *La Chispa ’97. Selected Proceedings*, 1997

DUARTE, Luís Miguel - *Crimes do Mar e Justiças da Terra*. *Revista da Faculdade de Letras*. 8:1991) 43–74.

DUARTE, Luís Miguel - *Crimes na Serra*. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Volume II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 81-102

---

<sup>145</sup> *Ibidem* – Livro 15, Fól. 36v-3º.

<sup>146</sup> *Ibidem* – livro 19, Fól. 64-3º.

DUARTE, Luís Miguel - *Histórias de morte e vida há quinhentos anos*. Em *La Chispa '97: Selected Proceedings: Louisiana Conference on Hispanic Languages and Literatures*. New Orleans. ISBN 972977630X.

DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Porto: Universidade do Porto, 1993.

DUARTE, Luís Miguel - *Sarilhos no campo*. Universidade do Porto. 1999.

DUARTE, Luís Miguel - *Um luxo para um país pobre? A pena de morte no Portugal Medieval*. Clío & Crímen: Revista del Centro de História del Crimes de Durango. 4:2007) 63–94.

FERRO, Maria José - *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979. ISBN 972-665-425-4.

KAYSERLING, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

KELLER, Werner – *História do Povo Judeu: Da Destruição do Templo ao Novo Estado de Israel*. Galeria Panorama, 1972.

LINDER, Amnon – *Jews in the Legal Sources of the Early Middle Ages*. Wayne State University Press, 1998.

LIPINER, Elias – *O tempo dos judeus segundo as ordenações do reino*. Nobel, 1982.

NIRENBERG, David - *Religiones Vecinas - Cristianismo, Islam Y Judaismo en la Edad Media Y en La Actualidad*. The University of Chicago, 2016.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes – *Os Judeus em Portugal*. F. Franca Amado, 1895.

SCHAMA, Simon – *A História dos Judeus: Encontrar as Palavras. 1000 A.C.-1492 D.C.* Temas e Debates, 2013.

SHOHAM-STEINER, Ephraim – *Jews and Crime in Medieval Europe*. Wayne University Press, 2020.

SILVA, Carlos Guardado da – *Judiarias, Judeus e Judaismo*. Edições Colibri, 2013.

SMELYANSKY, Eugene – *The Intolerant Middle Ages: A Reader (Readings in Medieval Civilizations and Cultures)*. University of Toronto Press, 2020.

SOYER, François – *A Perseguição aos Judeus e Muçulmanos de Portugal*. Edições 70.

SOYER, François - *Medieval Antisemitism?:* Amsterdam University Press, 2019. ISBN 9781641890076.

STEINER, Ephraim-Soham - *Jews and Crime in Medieval Europe*: Wayne State University Press, 2020. '

MARQUES, Ana Maria Carvalho – “Crime e castigo: criminalidade judaica no reinado de D. João II”, in *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 49-74.

*Uma Notável Comunidade num tempo instável: os judeus no Portugal de 1385*. Em: Portugal, uma retrospectiva. 1385. (Dir. Rui Tavares. Coord. Maria de Lurdes Rosa). Lisboa: Tinta da China e Público, 2019, pp.78-90.



## **Filhos de Algo - Os Sás como alcaides-mores do Porto entre 1392 e 1449**

Hugo Filipe Pinto Cardoso  
hfpc10@gmail.com

### **Resumo**

Este trabalho procura analisar as relações entre os alcaides-mores pertencentes à linhagem dos Sás e a cidade do Porto, recorrendo aos livros de Atas de Vereação correspondentes ao período em estudo, a documentação avulsa e bibliografia diversa. Pretende-se compreender como a condição destes fidalgos terá afetado a sua relação com o burgo portuense, famoso por confrontar várias vezes a nobreza. Ao longo deste estudo tocamos vários aspetos, como redes de clientelismo e a linhagem dos Sás.

**Palavras-Chave:** Alcaide-mor; Vereação; Fidalgo; Porto.

### **Abstract**

This work seeks to analyze the relationships between the mayors belonging to the lineage of the Sás and the city of Oporto, utilizing the books of minutes corresponding to the period under study, we will also use separate documentation and diverse bibliography. We intend to understand how the condition of these nobles may have affected their relationship with the city of Oporto, famous for confronting the nobility several times. During the development of this study, we touched on several aspects, such as patronage networks and the lineage of the Sás.

**Keywords:** Mayor; Council; Nobleman; Oporto.

### **Siglas e abreviaturas**

ADP – Arquivo Distrital do Porto.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo.

doc. – documento.

fól. – fólio, fólhos.

### **Enquadramento Temático**

A Alta Idade Média caracteriza-se, de um modo geral, pela ruralização e pelo despovoamento das cidades, assinalando-se uma tendência para a dispersão populacional. Na Baixa Idade Média esta tendência inverteu-se e experienciou-se um ressurgimento das cidades que progressivamente cresceram em tamanho e importância, muitas delas assumir-se-iam como bastiões do poder local, reivindicando para si direitos e privilégios. O Porto medieval era uma destas cidades, sendo caracterizado pela grande influência da sua elite municipal, na cronologia correspondente a este estudo.

Tendo em conta o domínio exercido por estas elites, a proibição da permanência de fidalgos dentro dos muros da cidade durante períodos alargados<sup>1</sup> não é surpreendente, visto que os “homens da Câmara” não queriam entraves ao poder que exerciam no município. Para além disso, a presença de fidalgos era dispendiosa e prejudicial para o quotidiano do Porto, porque a fidalguia causava “grandes danos e vergonças” aos vizinhos e moradores da cidade<sup>2</sup>.

Tipicamente, os homens que exerciam o cargo de alcaide-mor eram fidalgos. Então como é que os membros da família Sá exerceram o cargo de alcaide-mor nesta cidade privilegiada? Será que vinham ao Porto somente quando tinham assuntos a resolver dentro das suas imediações, ou será que eram uma exceção a este privilégio? Estas são algumas das principais temáticas a explorar neste estudo. Para a sua realização mostra-se importante conhecer a cidade do Porto e a família Sá, pelo que dedicaremos parte do nosso trabalho a estas questões. A cronologia encontra-se balizada pelas datas de 1392 e 1449. Esta seleção deve-se aos dois primeiros Sás que exerceram o cargo de alcaide-mor da cidade do Porto. Portanto, o ano de 1392 corresponde à atribuição do cargo a João Rodrigues de Sá<sup>3</sup> e 1449 ao ano da morte de Fernão de Sá<sup>4</sup>.

## 1. O Porto nos finais do século XIV

O Porto medieval do final do século XIV era uma cidade marcadamente comercial e marítima, que se destacava relativamente aos restantes centros urbanos do Norte, sendo capaz de dominar a atividade económica regional graças à posse de um dos maiores portos nacionais<sup>5</sup>. Esta preponderância económica tornou o Porto numa das mais importantes cidades em Portugal e esta importância só aumentou com a expansão do seu termo por D. Fernando e por D. João I<sup>6</sup>. Apesar da grande relevância do Porto no Portugal medieval, não existia um castelo na cidade<sup>7</sup>. Em vez disso, para a sua defesa existiam duas muralhas<sup>8</sup>, a cerca velha que rodeava “os paços do concelho e a moradia do bispo

<sup>1</sup> DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 87.

<sup>2</sup> FERREIRA, J. A. Pinto – O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 287.

<sup>3</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fól. 65.

<sup>4</sup> GOMES, Saul António - *D. Afonso V: O africano*. (...), p. 76.

<sup>5</sup> TEIXEIRA, Helena Regina Lopes - *Porto, 1114-1518: a construção da cidade medieval*. (...), pp. 49-50.

<sup>6</sup> DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), pp. 13-14.

<sup>7</sup> Costumava chamar-se castelo à zona circundada pela cerca velha, ainda assim não existia no Porto um “verdadeiro castelo” no sentido da palavra.

<sup>8</sup> Ver anexo 1.

residente”, representando o poder eclesiástico<sup>9</sup>, e a “muralha fernandina”, cuja construção se iniciou no reinado de D. Afonso IV e terminou no reinado de D. Fernando. Esta nova muralha circundou grande parte do novo Porto, que “assumia novos poderes e influências”<sup>10</sup>, no qual se destacam as elites municipais.

Toda a cidade com castelo tinha um alcaide-mor que teria em sua posse as respetivas chaves. Apesar da ausência de um castelo no Porto, existia um alcaide-mor. Na altura da regência do Infante D. Pedro, o concelho do Porto mencionou o facto de não ter castelo, quando lhe pediu o direito de eleição dos alcaides-mores, referindo que “«punha sempre huu honrado cidadaao por alcaide nesta cidade que não tem castelo ataa o tempo que o derom a João Rodriguez de Saa a Rogo delRej uosso auoo». Insistiam junto do regente, logo que Fernão de Sá deixasse a alcaidaria, para que os seus privilégios não fossem quebrados”<sup>11</sup>.

Este pedido acabou por ser indeferido e o alcaide-mor que se seguiria seria João Rodrigues de Sá, a quem foi confirmada a alcaidaria-mor do Porto no dia 16 de junho de 1449<sup>12</sup>. O rei não permitia que os municípios seleccionassem o alcaide-mor devido à importância estratégica do cargo, que acarretava funções de cariz militar, sendo, por isso, crucial para a manutenção de uma forte presença régia nos municípios, daí a escolha de homens de confiança para esta função.

O alcaide-mor era um oficial régio que tinha como função o desempenho de tarefas de cariz administrativo, judicial e militar, tendo a seu encargo o comando dos fossados da guarnição. A qualidade destes indivíduos como membros da nobreza levava a que, por vezes, tivessem de acompanhar os reis, por isso podiam delegar a sua autoridade num substituto designado de alcaide-menor ou pequeno, que tinha sobretudo atividade civil<sup>13</sup>. Os alcaides menores ou pequenos eram subordinados do alcaide-mor e a sua seleção era feita pela Vereação a partir de três nomes indicados pelo dito alcaide-mor<sup>14</sup>. Estes oficiais guardavam a cidade e eram auxiliados nesta função por um grupo de homens ajuramentados.

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Rui Eduardo de Sá - *Duas muralhas, duas cidades: a história militar do Porto medieval*. (...), p. 30.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pp. 936-937.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 940.

<sup>13</sup> MATOS, Gastão de Melo – “Alcaide”, in *Dicionário de História de Portugal*. (...), p. 81.

<sup>14</sup> MACHADO, Maria de Fátima Pereira - *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*. (...), p. 214.

Segundo Torquato de Sousa Soares, antes da passagem do Porto para o senhorio da Coroa, o alcaide era nomeado pelo bispo, a quem prestava menagem da fortaleza e da torre onde se guardavam os presos<sup>15</sup>. Seguindo esta linha de pensamento, presume-se que só na altura em que terminou o domínio de D. Gil Alma sob o Porto é que o direito de nomeação do alcaide teria passado para o rei.

A análise de algumas fontes prova que esta não é uma questão tão linear como o parágrafo anterior faz parecer. Uma carta de mercê de João I dirigida a João Rodrigues de Sá faz saber que o rei o “fez alcaide da cidade do Porto e seu termo, tal como o fora Pedro Rodrigues”<sup>16</sup>. Este Pedro Rodrigues foi alcaide até 1392<sup>17</sup>, tendo sido selecionado para o cargo por D. João I. No ano de 1392, o mestre de Avis faria mercê da alcaidaria a João Rodrigues de Sá<sup>18</sup>, tudo isto terá acontecido enquanto a cidade ainda pertencia ao bispo. Para além disto, encontramos no *Corpus Codicum* um documento datado do ano de 1383, no qual o rei D. Fernando intercede junto da Câmara a favor de João Rodrigues Portocarreiro, seu vassalo e alcaide da cidade do Porto<sup>19</sup>. Este documento evidencia que os alcaides do Porto já responderiam à Coroa mesmo quando a cidade era senhorio do bispo.

A alcaidaria da cidade do Porto foi doada a João Rodrigues de Sá no ano de 1392<sup>20</sup>, no entanto esta certeza deixa-nos também com uma questão por resolver. A cidade só passou para o senhorio da Coroa no ano de 1406, complicando uma tentativa de perceber quando é que o fidalgo começou a exercer a função de alcaide-mor de modo efetivo. Sabemos que a primeira ata na qual João Rodrigues de Sá é chamado de alcaide-mor corresponde à reunião do dia 25 de dezembro de 1401<sup>21</sup>, mais certezas do que esta não conseguimos dar.

Apesar das dúvidas, sabemos que esta transação foi o culminar de um longo processo constituído por várias etapas, que Armindo de Sousa esquematiza do seguinte

---

<sup>15</sup> SOARES, Torquato de Sousa – Nova organização Municipal da cidade, in *História da Cidade do Porto*, (...), p. 337.

<sup>16</sup> ANTT, *Casa de Abrantes*, cx. 88, doc. 4930.

<sup>17</sup> Ver anexo 2.

<sup>18</sup> *Corpus Codicum*, vol.III, p. 429.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>20</sup> Durante a leitura das vereações dos anos 1390 a 1395 encontramos um indivíduo chamado João de Cinfães que também terá começado a exercer o cargo de alcaide no ano de 1392. Nunca aparece referido como alcaide pequeno, nem como homem de João Rodrigues de Sá e em 1393 João de Cinfães ainda surge como alcaide da cidade. Para além do que vimos nas atas, não encontramos mais informação relativa a este homem. *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. (...), pág. 125, 132, 136, 189, 203, 211, 218, 375.

<sup>21</sup> *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. (...), p. 70.

modo: a convivência pacífica (1120-1176); A luta contra o poder episcopal (1176-1314); A vitória do poder civil (1314-1345); A laicização do concelho (1345-1406)”<sup>22</sup>. Este confronto entre os membros das elites municipais e as entidades eclesiásticas não é único ao Porto, tendo também ocorrido noutras cidades medievais.

Os homens pertencentes a esta elite municipal eram, segundo Armindo de Sousa, sedentos de prestígio e para se diferenciarem procuraram distinções como símbolos e privilégios. Todavia, toda esta simbólica a que se agarraram não era original, sendo uma cópia dos meios e modos dos fidalgos e homens do clero<sup>23</sup>. Na obra *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*, os membros do grupo “da Câmara” são descritos como “homens abastados, de negócios (...), politicamente muito experientes e frios, hábeis nas contas e desembaraçados na escrita”<sup>24</sup>.

Estas duas obras mostram-nos uma elite municipal reivindicativa e lutadora, que não hesitava em fazer frente a quem quisesse violar os seus privilégios. Claro que esta postura irreverente não significa que a elite municipal portuense desejava destruir o sistema no qual estava integrada, pelo contrário, mostra-nos que jogavam com o sistema e que se aproveitavam dele quando possível, sendo que o maior desejo de grande parte destes homens era ascender socialmente.

É nesta cidade que os alcaides-mores da família Sá se veem inseridos. Fidalgos num Porto no qual supostamente não podiam permanecer mais do que três dias, numa cidade à qual não interessava a presença de nobres. Quem eram estes Sás, de onde é que vinham e o que é que os levou à alcaidaria-mor do Porto?

## 2. A linhagem dos Sás

Não existem grandes certezas relativamente às origens da família, mas é mencionado no *Armorial lusitano* que o apelido terá origem na quinta de Sá no termo de Guimarães. De acordo com a obra, o antepassado mais antigo conhecido é Rodrigo Anes de Sá, pai de Paio Rodrigues de Sá, que terá vivido durante o reinado de D. Dinis. Paio Rodrigues de Sá teve um filho chamado João Afonso de Sá, que viveu no período dos reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I e que era senhor da já falada quinta de Sá. João

---

<sup>22</sup> SOUSA, Armindo – Tempos Medievais, in *História do Porto*, dir. Luís de A. Oliveira Ramos, (...), p. 238.

<sup>23</sup> *Ibidem*, pp. 244-245.

<sup>24</sup> DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 83.

Afonso casou com Teresa Rodrigues de Berredo e teve vários filhos que continuaram a linhagem<sup>25</sup>.

O estudo de Manuel Moreira de Sá Monteiro não corrobora a informação presente no *Armorial Lusitano*, colocando Afonso Anes de Voeire, Abade de Lousada, como pai de João Afonso de Sá, sendo este o produto de uma relação com Maria Peres, uma mulher solteira. Segundo Manuel Monteiro, João Afonso foi legitimado a 3 de maio de 1315 e foi vassalo de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. Era também cavaleiro, patrono da igreja de S. Miguel de Gemunde e senhor da quinta de Sá no termo de Guimarães. Segundo este estudo, João Afonso terá casado com Maria Martins, não com Teresa Rodrigues de Berredo. Rodrigo Anes de Sá, o seu filho, foi alcaide-mor de Gaia e pai de João Rodrigues de Sá, o das Galés<sup>26</sup>.

Luís Lencastre e Távora considera Gonçalo Pires de Sá, contemporâneo dos reis D. Afonso III e D. Dinis, o mais antigo varão da família. Este estudo opõe-se ao *Armorial Lusitano* na medida em que não atribui a paternidade de João Afonso de Sá a Paio Rodrigues, em vez disso, o autor do estudo acredita que estes dois eram irmãos. Luís de Lencastre fundamenta a sua proposta mencionando que João Afonso de Sá e Paio Rodrigues de Sá eram coproprietários da quinta de Sá. O autor considera este dado significativo, porque não acredita que João e Paio poderiam ser ambos proprietários da quinta se o primeiro fosse filho do segundo. A João Afonso sucedeu Rodrigo Anes de Sá, alcaide-mor de Gaia e pai de João Rodrigues de Sá<sup>27</sup>.

A análise destes três trabalhos comprovou a nebulosidade inerente às origens dos Sás de que se fala no *Armorial Lusitano*<sup>28</sup>, obra que não oferece uma descrição muito detalhada das origens desta família. O trabalho de Manuel Monteiro também não é muito minucioso, tendo sido fortemente criticado por Luís de Lencastre<sup>29</sup>, autor que sustenta os argumentos presentes na sua investigação com fontes que os corroboram. A genealogia que Lencastre apresenta parece bem elaborada, graças à quantidade de documentação na qual o autor baseia o seu estudo, por isso, pensamos que este seja o mais fidedigno dos três trabalhos.

---

<sup>25</sup> *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. (...), p. 483.

<sup>26</sup> MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, *Boletim de Trabalhos Históricos (do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta)*, (...), pp. 105-107.

<sup>27</sup> TÁVORA, Luís de Lencastre e – A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), pp. 572-573.

<sup>28</sup> *Armorial lusitano: genealogia e heráldica* (...), p. 483.

<sup>29</sup> Ver *A Heráldica da Casa de Abrantes: Adenda ao IV Tomo*, [consultado a: 28/12/2020, 18:49:00]. Disponível em: [https://www.amap.pt/static/uploads/c/bth/1984/bth1984\\_6.pdf](https://www.amap.pt/static/uploads/c/bth/1984/bth1984_6.pdf).

Apesar das suas diferenças, todas as obras consultadas mencionam João Afonso de Sá e tanto Manuel Monteiro como Luís de Lencastre o colocam como pai de Rodrigo Anes de Sá, que perfilhou João Rodrigues de Sá, um dos protagonistas deste trabalho.

O ano de 1392 corresponde à nomeação de João Rodrigues de Sá para o cargo de alcaide-mor do Porto, sendo o primeiro da sua família a exercer esta função. Ao longo da crise de 1383-1385, este fidalgo provou múltiplas vezes ser leal ao rei D. João I<sup>30</sup>. João Rodrigues levou a cabo grandes feitos no campo de batalha<sup>31</sup>, tendo alegadamente libertado uma galé, que estava tomada por castelhanos, apenas com uma lança e a ajuda de um escudeiro, na altura do cerco de Lisboa.

O feito valer-lhe-ia quinze feridas no corpo e duas na cara, juntamente com o epíteto de “Sá das Galés”<sup>32</sup>. As façanhas deste fidalgo não se esgotam aqui, porque João Rodrigues supostamente atacou sozinho um grupo de 20 inimigos durante a conquista de Guimarães<sup>33</sup>. Para além disso, combateu ainda em Aljubarrota e em Ceuta, tendo protagonizado num episódio caricato antes do início da batalha contra os castelhanos: conta-se que João Rodrigues jurou desancar Martim Afonso de Sousa, que havia prometido a Deus que se saísse vivo do confronto em Aljubarrota passaria uma quarentena com a sua amante, a abadessa de Rio Tinto, irmã de João Rodrigues<sup>34</sup>. Em relação à sua participação na tomada de Ceuta, sabe-se que o patriarca da família Sá era um dos “principaes que hiam com el Rey”<sup>35</sup>.

Sucedeu a João Rodrigues de Sá no ano de 1425<sup>36</sup> o seu filho varão, Fernão de Sá, que herdou todas as suas propriedades, menos a terra de Aguiar, que ficou para Gonçalo de Sá, um dos seus irmãos<sup>37</sup>. A informação relativa a Fernão é escassa, mas sabemos que o primogénito de João Rodrigues o substituiu no cargo de camareiro-mor de D. João I<sup>38</sup> e que se destacou na defesa da praça de Ceuta, que era frequentemente atacada.

---

<sup>30</sup> Para conhecer os títulos de João Rodrigues de Sá, consultar: MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, (...), pp. 112-113.

<sup>31</sup> Muitos dos quais são relatados por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*.

<sup>32</sup> DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 19.

<sup>33</sup> MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, (...), p. 113.

<sup>34</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da sala de Sintra*. (...), p. 208.

<sup>35</sup> ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. (...), p. 153.

<sup>36</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113.

<sup>37</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 9, fól. 91 e ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 8, fól. 106.

<sup>38</sup> D. Duarte acabaria por retirar este cargo a Fernão. Apesar da suposta não hereditariedade do cargo, este manteve-se quase sempre nas mãos do chefe da casa dos Sás até ao séc. XVIII, exceção a isto foram os reinados de D. Duarte e D. João III. TÁVORA, Luís de Lencastre e – *A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 581.



Baquero Moreno fala-nos também das orientações políticas deste fidalgo, que simpatizava com a causa de D. Leonor, na altura em que esta disputou a regência do reino com o D. Pedro. Apesar de não ser partidário do Infante, Fernão não teve grandes problemas durante o governo deste, tendo até recebido algumas doações da mão do regente. Quando o Infante caiu em desgraça, a escolha certamente não terá sido difícil para Fernão que, lembrando a lealdade para com a causa de D. Leonor, se colocou do lado do seu filho em Alfarrobeira, batalha na qual perdeu a vida<sup>39</sup>.

Pedro Brito estudou as famílias mais importantes do Porto quinhentista e de entre todos os agregados familiares que constituem a elite portuense do século XVI, o autor dá primazia aos Sás. O autor aponta que o prestígio do qual os Sás gozavam dentro da cidade, na época abrangida pelo estudo, se deve essencialmente à posse do cargo de alcaide-mor e à personalidade daquele que o exercia na altura, João Rodrigues de Sá, trisneto do Sá das Galés<sup>40</sup>, homem que esteve intimamente ligado ao humanismo português<sup>41</sup>. Sabemos então que a influência dos Sás se manteve depois da morte dos protagonistas deste estudo.

Brito acredita que o privilégio da cidade que impedia a permanência de fidalgos durante mais de três dias não se aplicava aos membros desta família<sup>42</sup>; admitimos esta possibilidade, até porque os Sás tinham uma casa na cidade<sup>43</sup>, prova disto são as referências aos “paços de João Rodrigues de Sá” que se encontram na documentação<sup>44</sup>. A existência destes “paços de João Rodrigues de Sá” por si só é estranha, visto que “já antes de 1339 nenhum fidalgo não pod(ia) haver moradia na dita cidade, nem aí possuir propriedades”<sup>45</sup>. Apesar da existência desta casa, não se sabe se os alcaides efetivamente passavam lá tempo, não sabemos também quando é que esta residência passou a pertencer aos Sás.

---

<sup>39</sup> MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pp. 936-937.

<sup>40</sup> BRITO, António Pedro da Costa Mesquita – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes no Porto: 1500 – 1580*. (...), p. 30.

<sup>41</sup> Para conhecer a ligação à corrente humanista e a produção cultural dos descendentes do Sá das Galés, consultar: FARDILHA, Luís de Sá - *A nobreza das letras: os Sás de Meneses e o Renascimento português*. Porto: [Edição do Autor], 2003.

<sup>42</sup> BRITO, António Pedro da Costa Mesquita – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes no Porto: 1500 – 1580*. (...), p. 30.

<sup>43</sup> Ver anexo 3.

<sup>44</sup> ADP, *Cabido da Sé do Porto, Livro dos Originais*, Livro 30, fól. 21 e *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. (...), p. 171.

<sup>45</sup> *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo* (...), p. 450.



### 3. A relação dos alcaides com a Câmara do Porto

Para a realização desta análise registamos<sup>46</sup> todas as menções a João Rodrigues de Sá e a Fernão de Sá que encontramos nos livros de atas publicados. Entre estas menções estão incluídas sessões em que os alcaides estiveram presentes e em que não estiveram presentes, sessões nas quais os alcaides intervieram diretamente e também reuniões nas quais simplesmente foram mencionados. Contamos 22 em que os nomes João Rodrigues de Sá ou Fernão de Sá foram mencionados. Destas 22 sessões, os ditos alcaides estiveram presentes em 13, tendo estado ausentes em 9 delas. Todas estas presenças são de Fernão de Sá, por isso, tanto quanto as fontes permitem apurar, durante todo o tempo em que ocupou o cargo de alcaide-mor do Porto, João Rodrigues de Sá nunca esteve presente numa sessão da Câmara.

A hipótese apontada parece-nos improvável, tendo em conta que João Rodrigues de Sá exerceu o cargo de alcaide-mor do Porto durante cerca de 33 anos, ainda assim, a sua ausência nas atas analisadas é um dado significativo<sup>47</sup>. Consideramo-lo um dado valioso porque pode demonstrar que o primeiro alcaide da família Sá procurava não se envolver nos assuntos da cidade. Isto é verdadeiro no que toca à segurança do Porto, da qual ficavam incumbidos os seus subordinados, como é evidenciado na sessão de 25 de dezembro de 1401.

Pensamos que João Rodrigues tinha negócios que envolviam a cidade, como se vê pela intervenção que os seus representantes fizeram em nome de Pulgão na sessão de 8 de julho 1390. A reunião de 9 de janeiro de 1432 também corrobora esta ideia, sendo que nesta se falou do envolvimento das naus de João Rodrigues no transporte de pescado pertencente a um mercador castelhano cujo nome não é especificado.

As relações de João Rodrigues com a Câmara caracterizam-se pela ausência de grandes conflitos e todos os dados que temos indicam-nos que o alcaide era uma exceção ao privilégio da cidade relativo à permanência de nobres dentro das suas muralhas. Uma das reuniões aqui faladas trata a construção de umas casas por parte do Sá das Galés e o levantamento do embargo que a Câmara colocou sobre a sua edificação em troca da construção de uma viela à conta do fidalgo.

---

<sup>46</sup> Ver anexo 4 no qual todas as referências documentais são apresentadas.

<sup>47</sup> É importante recordar que os livros de atas não cobrem muitos dos anos nos quais João Rodrigues ocupou o cargo de alcaide-mor.

O facto de a Câmara permitir a construção destas casas a João Rodrigues pode significar que este era tido em maior consideração do que Fernão Coutinho<sup>48</sup>, fidalgo com o qual a Câmara teve um conflito em relação à construção de habitações dentro da cidade<sup>49</sup>. A utilização da influência de João Rodrigues para a venda do vinho de Pulgão é outro fator que mostra que o nome do alcaide era tido em boa conta pela Câmara, ou talvez o reconhecimento de uma figura que certamente seria influente na Corte.

As boas relações entre a Câmara e João Rodrigues, são postas em causa por uma *Lembrança* para a qual Pinto Ferreira chama a atenção no seu trabalho “O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História)”. Nesta *Lembrança*, redigida em meados do século XV pelos regedores da cidade para a memória de regedores futuros, encontram-se nomeadas várias figuras consideradas pouco favoráveis aos interesses do concelho do Porto. Nesta lista onde estão presentes indivíduos que antagonizaram ativamente a cidade, como o duque de Bragança, encontramos também João Rodrigues de Sá. Não sabemos, no entanto, qual o João Rodrigues em causa, podendo ser o Sá das Galés ou o seu neto<sup>50</sup>. Tendo em conta a altura em que as lembranças terão sido redigidas, talvez digam respeito ao filho de Fernão de Sá; ainda assim mostram que a cidade olhava os Sás com alguma desconfiança, muito provavelmente devido à sua condição como fidalgos, no entanto, parece-nos que a presença dos membros desta família na cidade era tolerada pelos “homens da Câmara”.

Acreditamos também que João Rodrigues era um homem mais influente do que o seu filho no que toca a política do reino. Esta suposição tem como base o facto de D. Duarte, numa quebra com as escolhas de seu pai, não ter selecionado Fernão de Sá para ser seu camareiro-mor. Outra das razões que nos leva a pensar desta maneira foi o facto de Fernão não ter apoiado a regência do Infante D. Pedro, decisão que o terá levado a perder influência e a ser afastado da Corte. Por sua vez, o Sá das Galés era próximo de D. João I, apoiando-o durante grande parte da crise dinástica, mesmo quando parecia que o mestre de Avis não ia sair vitorioso, graças à sua lealdade acabou por ser recompensado, como já mencionamos.

Outro momento que demonstra a confiança do mestre de Avis em João Rodrigues foi o facto de o primeiro ter selecionado o segundo para ser seu emissário ao Papa, no

---

<sup>48</sup> A permissibilidade da Câmara relativamente à construção das ditas habitações poderá também dever-se ao facto de João Rodrigues ser um oficial régio enquanto Fernão Coutinho não o era.

<sup>49</sup> Anexo 4, ver a sessão do dia 13 de julho de 1443.

<sup>50</sup> FERREIRA, J. A. Pinto – O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 288.

âmbito de obter dele as “bulas necessárias para anularem os votos que D. João I fizera, como mestre de Avis, de modo a poder contrair matrimónio”. Luís de Lencastre e Távora aponta o facto de João Rodrigues ser descendente dos Colonnas<sup>51</sup>, uma das mais influentes famílias de Roma, como uma das razões para a seleção de João Rodrigues para esta tarefa<sup>52</sup>. Depois desta missão diplomática, João Rodrigues também seria incumbido de receber Filipa de Lencastre, na altura em que esta chegou ao Porto, juntamente com o arcebispo de Braga e o bispo do Porto<sup>53</sup>.

Assumimos a figura de Fernão de Sá como um homem politicamente menos relevante que seu pai<sup>54</sup>. É provável que não acompanhasse a Corte por ter deixado de ser camareiro-mor no tempo de D. Duarte e por não ser apoiante da regência de D. Pedro. Devia por isso, passar mais tempo nos seus domínios ou até mesmo na sua casa no Porto; acreditamos que esta seja uma das razões que levou a uma maior assiduidade nas reuniões da Câmara do que o seu antecessor. Nem todas as sessões em que Fernão esteve presente contam com intervenções da sua parte ou com menções à sua pessoa.

A primeira sessão em que surge o nome de Fernão de Sá decorreu no ano de 1432; nesta falou-se do local onde “se corregeo” a sua nau, como ponto de referência. Esta nau pode ser a mesma que é mencionada nas atas que dizem respeito a João Rodrigues, tendo em conta que Fernão herdou grande parte das posses do seu pai. Será possível que o filho de João Rodrigues também se envolvesse no trato comercial, continuando a realizar o mesmo tipo de negócios paternos. Nas reuniões seguintes deparamo-nos com uma sessão em que se tratam pagamentos que a cidade ia fazer e duas com atas incompletas que não nos permitem aferir o conteúdo das discussões.

A sessão de 18 de maio de 1443 contém mais informação do que as anteriores e Fernão até interveio na reunião camarária. Nesta sessão leu-se uma carta da rainha, filha de D. Pedro, em que se pediu para Álvaro Gil servir novamente como escrivão da Câmara. Fernão aproveitou a oportunidade para pedir a renovação do cargo de um dos seus subordinados, Diogo Lourenço, alcaide pequeno. Na sessão seguinte estava presente

---

<sup>51</sup> Não é muito provável que a mãe de João Rodrigues de Sá fosse efetivamente Júlia (ou Cecília) Colonna. Esta descendência prestigiante só começou a ser divulgada pelos nobiliários a partir do século XVI, e por João Rodrigues de Sá de Meneses, humanista, autor das *Quintilhas Heráldicas*. MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, (...), pp. 108-110.

<sup>52</sup> TÁVORA, Luís de Lencastre e – A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 576.

<sup>53</sup> DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 31.

<sup>54</sup> Isto não significa, claro está, que Fernão de Sá era completamente irrelevante.

Afonso Anes de Fernão de Sá, criado do fidalgo, 5 anos depois este mesmo Afonso Anes era vereador da Câmara.

Entre os anos de 1448 e 1449 assiste-se a uma tentativa régia de dominar a cidade do Porto, que durante um longo período de tempo tinha sido beneficiada pela governação do Infante<sup>55</sup>. D. Afonso V, ou por iniciativa própria, ou por influência do seu tio, o duque de Bragança, passou a ver o regente como seu inimigo. O Porto, tendo apoiado a governação do Infante, tornou-se num alvo para o rei e para o duque, que procuraram intrometer-se na Vereação do município, como é evidenciado nas sessões de 16 de setembro de 1448, 4 de outubro de 1448 e de 18 de janeiro de 1449.

Na sessão de 16 de setembro de 1448, Álvaro Gil, homem de D. Pedro, foi destituído do cargo de escrivão da Câmara, passando a exercer esta função um homem do duque de Bragança, o rei solicitou também que Diogo Lourenço, subordinado de Fernão de Sá, fosse mantido no cargo de alcaide-pequeno. Acreditamos que o pedido para a continuação de Lourenço no cargo evidencia, de certa maneira, a complacência de Fernão para com a causa do rei já desde 1448. Esta lealdade para com D. Afonso V talvez esteja relacionada com a inclinação de Fernão para com a causa da sua mãe durante o confronto pela regência, ou talvez tenha sido simplesmente uma tentativa de voltar à Corte e de adquirir algum do prestígio e influência de que João Rodrigues de Sá foi senhor.

A 4 de outubro de 1448 o rei mandou romper todos os pelouros dos oficiais da Câmara e que se fizessem novas eleições. A 18 de janeiro de 1449 D. Afonso V nomeou Heitor de Teive, um dos seus escudeiros, para um cargo na Câmara, continuando desta maneira a intromissão régia na Vereação da cidade do Porto.

Uma análise atenta das datas nos parágrafos anteriores mostra-nos como estas são próximas do confronto que viria a ocorrer em Alfarrobeira, que vitimaria Fernão de Sá, o Infante D. Pedro e muitos outros. Olhando para algumas destas sessões vemos uma espécie de prelúdio a Alfarrobeira, no qual o rei tenta colocar grilhetas numa cidade que provavelmente via como possível apoiante do seu tio regente. Fernão não teve um papel muito ativo neste processo, mas esteve presente nas sessões e nunca se opôs às deliberações régias, muito provavelmente por ser partidário do rei D. Afonso V.

A última sessão em que surge o nome de Fernão de Sá corresponde ao dia de 15 de março de 1449. Fernão não esteve presente e falou-se do facto de este, juntamente com Diogo Lourenço, se irem ausentar para se dirigirem a “cassa del Rey”. A exercer as

---

<sup>55</sup> DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), pp. 76-79

funções de Diogo ficou Álvaro Gonçalves. Sabendo que o recontro de Alfarrobeira ocorreu no dia 20 de maio do ano de 1449, talvez isto signifique que o rei já estava a reunir os seus homens para confrontar D. Pedro. Esta terá provavelmente sido a última presença de Fernão numa sessão da vereação.

#### **4. Redes de clientelismo**

Para a realização desta reconstituição recorreremos às atas de vereação, a bibliografia e a alguma documentação presente em arquivo. Existe uma grande discrepância entre o número de associados de ambos os alcaides, esta diferença deve-se provavelmente ao facto de as atas de vereação utilizadas no estudo cobrirem melhor o período durante o qual Fernão ocupou o cargo de alcaide-mor.

Outra possível explicação para esta discrepância poderá ser a importância, no contexto da política do reino, de cada um destes fidalgos. João Rodrigues era um dos principais homens do rei D. João I, sendo provável que o acompanhasse nas suas deslocações pelo reino. A proximidade ao rei e a vida na Corte provavelmente não lhe permitiam ter tempo para se envolver na política do burgo portuense, podem também ter levado a algum desinteresse por aquilo que se passava na cidade. Talvez esta seja a razão pela qual não encontramos uma reunião na qual João Rodrigues tenha estado presente.

Por sua vez, Fernão não foi selecionado por D. Duarte para ser seu camareiro-mor e não apoiou a regência de D. Pedro, o que poderá ter levado a um afastamento da Corte. É possível que este afastamento tenha resultado num maior interesse pelas questões da cidade, o que pode explicar a sua presença em várias reuniões da Vereação. Tendo em conta este maior envolvimento, a promoção de homens de confiança para cargos de importância na Câmara e noutras instituições da cidade, como a Casa da moeda, não são surpreendentes. Estas movimentações políticas de Fernão provavelmente foram úteis para partido do duque de Bragança e de Afonso V, que desejavam neutralizar a cidade do Porto para que esta não pudesse apoiar o regente.

##### **4.1. Associados de João Rodrigues de Sá**

###### João Afonso de Carapeços, alcaide pequeno

Escudeiro de João Rodrigues de Sá que se comprometeu com o juiz Lopo Dias e com a Câmara a guardar melhor a cidade, sob a condição de lhe ser atribuída a

remuneração devida<sup>56</sup>. A análise dos índices das atas levou-nos a um João Afonso, alcaide. Acreditamos que este João Afonso seja João Afonso de Carapeços e que o seu nome tenha sido abreviado, isto porque a cronologia é muito próxima. João Afonso de Carapeços surge no dia 25 de dezembro de 1401 e João Afonso aparece nas sessões dos dias 22 de abril e 8 de junho de 1402<sup>57</sup>.

#### Pulgão, homem bom, mercador?

Surge na ata do dia 8 de julho de 1390, altura na qual é pedido que a Câmara permita a entrada de dez “toneeis” de vinho vermelho na cidade. Possível sócio de João Rodrigues de Sá<sup>58</sup>.

#### **4.2. Associados de Fernão de Sá**

##### Gonçalo de Sá, senhor de Aguiar, coudel dos vassallos da cidade do Porto

Filho segundogénito de João Rodrigues de Sá, recebeu de seu pai a terra de Aguiar que lhe foi confirmada duas vezes, a primeira por D. Duarte e a segunda pela regência. No ano de 1440 foi nomeado coudel dos vassallos da cidade do Porto. Baquero Moreno assume que Gonçalo lutou do lado de Afonso V em Alfarrobeira devido à sua presença em Santarém junto do rei dois meses antes da batalha, altura na qual a terra de Aguiar lhe foi confirmada uma terceira vez<sup>59</sup>.

##### Afonso Anes, criado de Fernão de Sá, vereador

Vereador da cidade desde 24 de junho de 1448 até 4 de outubro de 1448, data na qual todos os pelouros foram rompidos de acordo com uma ordem régia<sup>60</sup>.

##### Tomé Martins, criado de Fernão de Sá, branqueador da moeda

Foi nomeado para o cargo de branqueador na Casa da moeda do Porto, sucedendo João Velho no ano de 1444. A sua nomeação foi confirmada por D. Afonso V<sup>61</sup>.

---

<sup>56</sup> MORENO, Humberto Baquero – A Manutenção da ordem pública no Porto quatrocentista. *Revista de História*, (...), p. 366.

<sup>57</sup> *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. (...), pp. 70-71, 123 e 137.

<sup>58</sup> *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. (...), pp. 17-18.

<sup>59</sup> MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), p. 939.

<sup>60</sup> *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*, (...), pp. 281, 320, 323, 331, 338, 341, 350 e 474

<sup>61</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 5, fól. 2.

### Diogo Lourenço, alcaide pequeno

Acreditamos que fosse o principal homem de confiança de Fernão de Sá. É possível que também tenha lutado em Alfaroqueira, tendo abandonado o Porto no dia 20 de março de 1449 em conjunto com o fidalgo. No caso de Diogo Lourenço ter lutado na batalha, parece que acabou por sobreviver ao recontro, visto que o seu nome é mencionado no *Corpus codicum*. A informação presente na obra dá a entender que no ano de 1454 Diogo Lourenço era ainda alcaide pequeno da cidade, no nome de João Rodrigues de Sá, alcaide mor da cidade do Porto<sup>62</sup>.

### Álvaro Gonçalves, criado de Fernão Anes, alcaide pequeno

Substituiu Diogo Lourenço quando este se ausentou da cidade juntamente com Fernão de Sá<sup>63</sup>.

### Diogo Leite, alcaide pequeno

O seu nome aparece numa carta na qual o rei pede que a Câmara deixe Diogo Leite servir como alcaide pequeno. (esta informação aparece num índice escrito com letra de uma época posterior)<sup>64</sup>.

## **Considerações finais**

Fica realizada a análise das relações dos primeiros alcaides-mores da família Sá, João Rodrigues e Fernão, com a Câmara do Porto. Procuramos também fazer uma descrição do espaço que trabalhamos, uma breve análise das origens da família Sá e uma reconstrução das casas de ambos.

Neste “novo Porto” livre do jugo eclesiástico, a elite do município suplantou o poder do bispo e dos seus homens. Estas elites eram constituídas por homens de negócios experimentados e calculistas que não hesitavam em desafiar fidalgos, ou homens do clero para defenderem os seus direitos e interesses. Estes conflitos não derivavam de um carácter propício ao confronto, mas sim da consciência política de que estas elites eram dotadas. Eram estas as supostas opositoras dos protagonistas deste trabalho, supostas porque nunca sucedeu grande conflito entres estes dois partidos, tendo em vez disso existido uma

---

<sup>62</sup> *Corpus codicum*, vol. III, p. 153.

<sup>63</sup> *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*, (...), p. 411.

<sup>64</sup> *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*, (...), p. 314.



relação desconfiada entre ambos. A desconfiança levou por vezes a alguns momentos de conflito, no entanto, esta nunca chegaria a níveis irreconciliáveis que resultassem numa quebra de relações.

Os Sás cujo nome deriva de uma quinta em Guimarães, família de passado nebuloso, acabariam por ter um dos seus no cargo de alcaide-mor de Gaia, Rodrigo Anes de Sá, que alegadamente terá casado com uma mulher da família italiana dos Colonna, desta união nasceria João Rodrigues. Em relação a ele e a Fernão, podemos dizer que ambos eram guerreiros, verdadeiros *bellatores*, tanto um como o outro viveu pela espada, mas só um acabou por morrer em batalha.

João deixou um legado mais famoso, sendo celebrado como o Sá das Galés, herói durante o cerco de Lisboa, os seus feitos e apoio ter-lhe-ão valido a gratidão do mestre de Avis, que o recompensou múltiplas vezes de modo generoso. Fernão, por sua vez, nunca terá alcançado o prestígio do pai, morreria em batalha, mas conseguiria fortalecer as bases de uma casa que se manteria influente durante um longo período de tempo.

Ficam algumas dúvidas, especialmente no que toca à questão da alcaidaria-mor antes da mercê do cargo a João Rodrigues e em relação ao período da transição do senhorio do bispo para o rei. Ainda assim, espera-se que se tenha preenchido uma das lacunas existentes na História da Cidade da Porto, na qual grandes investigadores já deixaram um enormíssimo contributo. Pretendemos também que este trabalho leve à elaboração de novos estudos que reinventem, aprofundem e analisem dados novos ou antigos de modo a continuar com o labor interminável que o estudo da História constitui.

## Fontes

### Fontes Manuscritas

ADP, *Cabido da Sé do Porto, Livro dos Originais*, Livro 30, fól. 21

ANTT, *Casa de Abrantes*, cx. 88, doc. 4930.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 5, fól. 2

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 9, fól. 91

ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fól. 65.

ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113

ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 8, fól. 106



### Fontes Impressas

*Corpus codicum latinorum et portugalsium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum iusso curiae municipalis editum*. 1891-1978. Vol. 3: Livro da contenda entre a cidade e o conde de Penaguiam.

LOPES, Fernão (1983) - *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. Porto, Livraria Civilização, 2 vols.

*Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. Porto: Câmara Municipal, 1937. (Documentos e memórias para a história do Porto).

*Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [imp.1980]. (Documentos e memórias para a história do Porto).

*Vereações: 1431-1432: Livro I (com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados)*. Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto: Arquivo Histórico, 1985. (Documentos e memórias para a história do Porto).

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

### Bibliografia

*Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. 3ª ed. Lisboa: Enciclopédia, 1987, coord. Afonso Eduardo Martins Zúquete.

BARROS, Amândio Jorge Morais – Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol.1, 2006, [consultado a: 15/12/2020, 19:18:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/9433>.

BRITO, António Pedro da Costa Mesquita – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes no Porto: 1500 – 1580*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico, 1997. (Documentos e memórias para a História do Porto)

CRUZ, António; PERES, Damião (dir.) – *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965.

*Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999-2000. Coord. Joel Serrão.

DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Porto: Quidnovi. 2010. História do Porto, Vol. 4.

FARDILHA, Luís de Sá - *A nobreza das letras: os Sás de Meneses e o Renascimento português*. Porto: [Edição do Autor], 2003.

FARDILHA, Luís de Sá - João Rodrigues de Sá de Meneses na Corte de D. Manuel. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 20, 2003,

FERREIRA, J. A. Pinto – O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* – vol. XI (1948).

FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

GOMES, Saul António - *D. Afonso V: O africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MACHADO, Maria de Fátima Pereira - *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, *Boletim de Trabalhos Históricos (do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta)*, Guimarães, 1982, [consultado a: 15/12/2020, 19:48:00]. Disponível em: [https://www.amap.pt/static/uploads/c/bth/1980/bth1980\\_4.pdf](https://www.amap.pt/static/uploads/c/bth/1980/bth1980_4.pdf).

MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral, 1979-1980.

MORENO, Humberto Baquero – Alguns aspetos da marginalidade social na cidade do Porto, nos finais da Idade Média in *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*, Lisboa, Presença, 1990, [consultado a: 03/01/2021, 01:22:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/8874>.

MORENO, Humberto Baquero – A Manutenção da ordem pública no Porto quatrocentista. *Revista de História*, 02, Porto, 1979, [consultado a: 03/01/2021, 01:25:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/13186>.

OLIVEIRA, Rui Eduardo de Sá - *Duas muralhas, duas cidades: a história militar do Porto medieval*. Porto: [Edição do Autor], 2013, [consultado a: 15/12/2020, 19:52:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/75217>.

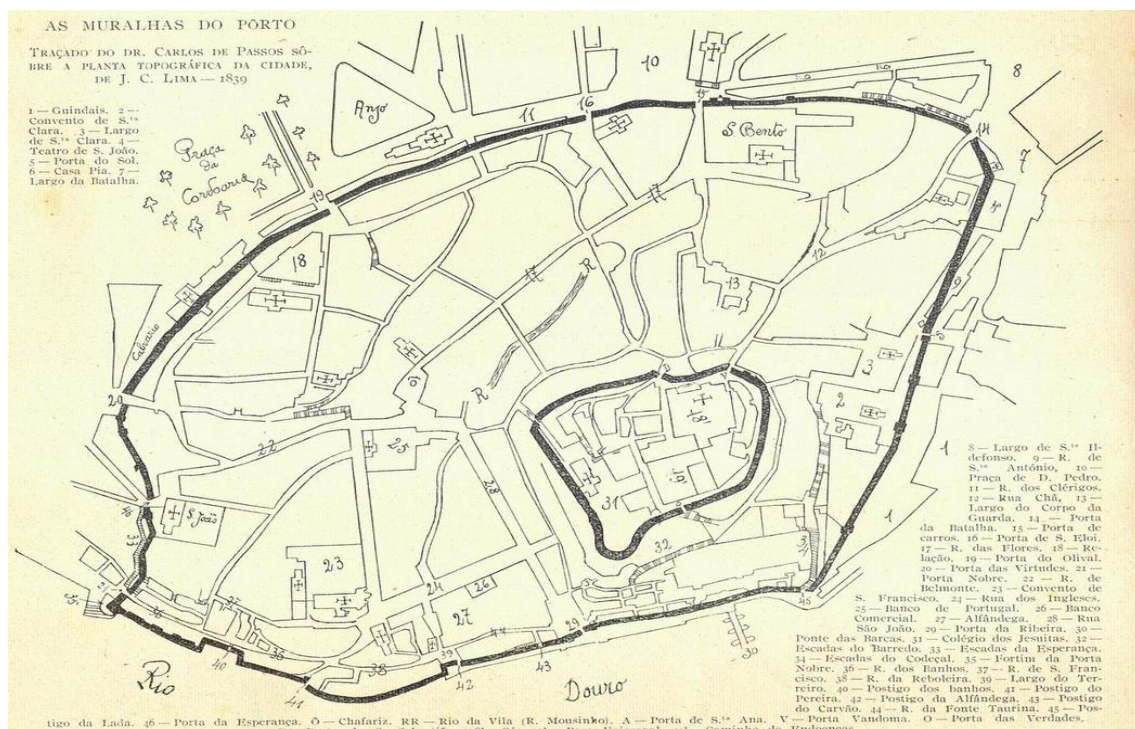
RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. 3ª ed. Porto: Porto Editora, 2000.

TÁVORA, Luís de Lencastre e – A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vols. XXXII.

TEIXEIRA, Helena Regina Lopes - *Porto, 1114-1518: a construção da cidade medieval*. Porto: [Edição do Autor], 2010, [consultado a: 26/12/2020, 22:10:00]. Disponível em: [https://www.academia.edu/39863529/Porto\\_1114\\_1518\\_A\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_cidade\\_medieval](https://www.academia.edu/39863529/Porto_1114_1518_A_constru%C3%A7%C3%A3o_da_cidade_medieval).

## Anexos

**Anexo 1:** Muralhas medievais da cidade do Porto. Traçado do Dr. Carlos de Passos sobre a planta topográfica da cidade, de J. C. Lima - 1839<sup>65</sup>



**Fonte:** *Muralhas Medievais do Porto*. Centro Histórico do Porto, Património Mundial [Em linha]. [Consultado a 29.12.2020, 23:13:00]. Disponível em: <https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>

**Anexo 2:** Alcaides-Mores da cidade do Porto de 1383 a 1579

Alcaide	Tempo no cargo
João Rodrigues Portocarreiro	1383? - 1386 <sup>66</sup>
Pedro Rodrigues	1390? - 1392 <sup>67</sup>
João de Cinfães	1392 - 1393 <sup>68</sup>

<sup>65</sup> *Muralhas Medievais do Porto*. Centro Histórico do Porto, Património Mundial [Em linha]. [Consultado a 29.12.2020, 23:13:00]. Disponível em: <https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>.

<sup>66</sup> *Corpus codicum*, vol. III, pág. 267.

<sup>67</sup> *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. (...), pág. 60, 64, 69, 71, 101, 118.

<sup>68</sup> *Ibidem*, pág. 125, 132, 136, 189, 203, 211, 218, 375.



João Rodrigues de Sá	1392 - 1425 <sup>69</sup>
Fernão de Sá	1425 - 1449 <sup>70</sup>
João Rodrigues de Sá	1449 - 1511 <sup>71</sup>
Henrique de Sá e Meneses	1511 - 1524 <sup>72</sup>
João Rodrigues de Sá e Meneses	1524 - 1579 <sup>73</sup>

### Anexo 3: Paço dos Alcaides/Solar dos Duques de Lafões



Solar dos Duques de Lafões, no antigo Largo do Corpo da Guarda

**Fonte:** Desconhecido – (2012/10/19). *Monumentos Desaparecidos*. [Solar dos Duques de Lafões (Porto)], [Consultado a 19.01.2021, 21:25:00]. Disponível em: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2012/10/solar-dos-duques-de-lafoes-porto.html>

<sup>69</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fól. 65 e ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113.

<sup>70</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113 e MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pág. 937.

<sup>71</sup> MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pág. 937 e 944.

<sup>72</sup> MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pág. 944 e MACHADO, Maria de Fátima Pereira - *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*. (...), pág. 214.

<sup>73</sup> FARDILHA, Luís de Sá - João Rodrigues de Sá de Meneses na Corte de D. Manuel. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 20, 2003, pág. 305 e 316.

**Anexo 4:** Tabela com informação relativa às sessões da Câmara

Data	Livro	Página	Presença	Alcaide em questão	Detalhes mais relevantes das sessões
8 de julho 1390	<i>Vereações: anos de 1390-1395</i>	17	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	Representantes de João Rodrigues de Sá pediram permissão para a venda de 10 toneis de vinho vermelho na cidade, o vinho pertencia a um homem bom chamado Pulgão.
25 de dezembro 1401	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	70	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	Alguns moradores queixaram-se ao Juiz de que a cidade não era bem guardada nem regida por falta de homens do alcaide, que não a guardavam nem rondavam de noite. João Afonso de Carapeços, alcaide pequeno e escudeiro de João Rodrigues, foi incumbido de guardar a cidade e de assegurar a ordem civil.
21 de abril 1403	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	170	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	Trataram-se tópicos diversos, o nome de João Rodrigues de Sá surgiu quando se falou de locais para a venda de lenha: "o que vier pela porta de cyma de villa venha a ciuidade ante os paços de Joham rrodriguez de saa E aly sse venda".
30 de abril 1403	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	155	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	A câmara fez um acordo com João Rodrigues de Sá. Em troca do fim do embargo que lhe havia sido colocado, devido à construção de umas casas, este deveria construir uma viela à sua custa.
19 de janeiro 1432	<i>Vereações: 1431-1432</i>	83	Não estava presente (Já estava morto nesta data)	João Rodrigues de Sá	(assumimos que os fólhos 26v e 27 dizem respeito à sessão de 19 de Janeiro de 1432, devido à assinatura do bispo no fólho 27 e ao registo da presença do "Bispo do Porto" no fólho 24, é neste fólho que se encontra registada a data de 19 de Janeiro de 1432). Nesta sessão falou-se de um episódio que envolveu João Rodrigues de Sá. Numa data não especificada, um mercador castelhano que transportava pescado numa nau de João Rodrigues foi embargado pela câmara, mas esta situação não durou muito porque o embargo foi rapidamente levantado.
12 de abril 1432	<i>Vereações: 1431-1432</i>	100	Não estava presente	Fernão de Sá	Usou-se o local onde se "corregeo" a nau de Fernão de Sá como ponto de referência para se falar de umas obras que se iam fazer nesse local.
1 de agosto 1442	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	200	Estava presente	Fernão de Sá	Conversou-se sobre vários pagamentos que a cidade ia fazer.
1 de dezembro 1442	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	231	Estava presente	Fernão de Sá	Ata incompleta.
21 de dezembro 1442	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	238	Estava presente (terá entrado mais tarde na sessão)	Fernão de Sá	Ata incompleta.
18 de maio 1443	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	272	Estava presente	Fernão de Sá	Chegou uma carta da rainha em que era pedido que Álvaro Gil, servo do regente, fosse selecionado novamente para o cargo de escrivão. A câmara aceitou o pedido da rainha. Determinou-se também que todas as cartas que fossem redigidas só poderiam ser enviadas depois de serem apresentadas e acordadas numa reunião da Vereação. De seguida, Fernão de Sá terá referido que não iria poder estar presente no dia de S. João, data na qual iria propor candidatos para o cargo de alcaide pequeno, por isso pediu que Diogo Lourenço, se mantivesse no cargo de alcaide pequeno durante mais 3 anos. O pedido foi aceite.
25 de maio 1443	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	281	Não estava presente	Fernão de Sá	Estava presente na sessão, Afonso Anes, criado de Fernão. Nada do que foi tratado toca o alcaide.
13 de julho 1443	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	305	Estava presente	Fernão de Sá	Leu-se a resposta do rei aos emissários que a cidade havia enviado no âmbito de resolver o problema com Fernão Coutinho, que queria construir casas dentro da cidade. Falou-se também de dois oficiais que gastaram mais dinheiro do que o que a cidade lhes tinha dado, como o procurador não tinha dinheiro para pagar a diferença pediu-se que se pagassem as dívidas que existiam para com a cidade, de modo a que fosse possível fazer o pagamento aos ditos oficiais.
4 de julho de 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	474	Não estava presente	Fernão de Sá	Estava na sessão, Afonso anes, criado de Fernão de Sá, como vereador. Nada falado na sessão diz respeito ao alcaide.
16 setembro 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	341	Estava presente	Fernão de Sá	D. Afonso V, enviou uma carta na qual pediu que se mudasse o homem no cargo de escrivão da câmara. Álvaro Gil perdeu o cargo e Afonso Vasques de Calvos, criado do duque de Bragança, passou a ser o novo escrivão. O rei pediu também que se mantivesse Diogo Lourenço no cargo de alcaide pequeno.
4 de outubro 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	350	Estava presente	Fernão de Sá	O corregedor apresentou um documento, no qual o rei destituiu todos os oficiais da câmara ordenando que se nomeassem novos oficiais. O município acatou a ordem régia.
20 de novembro 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	373	Estava presente	Fernão de Sá	Tratou-se um problema que ocorreu no estrangeiro, que levou a que dois barcos portugueses fossem tomados por ingleses. Então escreveu-se ao rei e à duquesa da Borgonha para ajudarem a resolver o problema. Depois falou-se de um Afonso Anes que foi nomeado provedor do hospital de Santa Clara, selecionou-se também outro homem para guardar as chaves das "escripturas do conpelho".
18 de janeiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	391	Estava presente	Fernão de Sá	Foi lida uma carta na qual o rei nomeou um dos seus homens de confiança para um cargo no município.
1 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	395	Esteve presente (mas o seu nome não está registado no início da ata de 1 de fevereiro, o que comprova a sua presença é uma assinatura no fólho 235v.)	Fernão de Sá	Conversou-se sobre um homem de Ponte de Vedra que queria trazer sardinha para a cidade, referiu-se também que se tinha de pagar a Diego de Ferreira pelo trabalho que havia feito na ponte de Matosinhos.
5 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	398	Estava presente	Fernão de Sá	Ata incompleta.
12 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	400	Estava presente	Fernão de Sá	Ata incompleta.
19 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	402	Estava presente	Fernão de Sá	Foi à sessão um escudeiro da condessa de Vila Real, para discutir o facto de a cidade andar a influenciar localidades que estavam fora da sua jurisdição.

## Entre a espada e o Guadiana: a batalha de Valverde (outubro de 1385)

João Manuel Caetano Pereira  
joaomcp27@gmail.com

### Resumo

Esta investigação tem como foco a batalha de Valverde, que decorreu em outubro de 1385 perto de Valverde de Mérida, entre forças do Reino de Portugal e do Reino de Castela, durante o Interregno de 1383-85. Esta investigação centra-se nesta batalha pouco explorada, defendendo que esta foi muito mais importante do que anteriormente pensado, e tenta propor respostas às suas múltiplas questões. Quem eram os combatentes presentes? Quais foram as formações e ordens de batalha adotadas? Como o curso do confronto afetou as táticas utilizadas? Que repercussões teve nos reinos que derramaram o seu sangue sobre o Guadiana? A elaboração deste trabalho foi possível através do uso de três crónicas principais, elas sendo a *Crónica do Condestabre*, de autoria anónima, a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes e, por último, a *Cronicas de los Reyes de Castilla*, de Pero López de Ayala, apoiadas por bibliografia de História Militar recente, nomeadamente obras de João Gouveia Monteiro. Este confronto, que decorre perto da fronteira portuguesa-castelhana, é normalmente marginalizado pela mais famosa batalha de Aljubarrota, que decorreu anteriormente, sendo muitas vezes vista como a sua continuação ou o seu rescaldo. Defendemos que este evento foi um golpe militar decisivo ao esforço de guerra castelhano, por parte do condestável português D. Nuno Álvares Pereira, esta sendo a última grande contenda militar entre os dois reinos neste conflito.

**Palavras-Chave:** Valverde; Nuno Álvares; Incursão; Efetivos; Moral.

### Abstract

This work focuses on the battle of Valverde, that took place in October of 1385 near Valverde de Mérida, between forces of the Kingdom of Portugal and the Kingdom of Castille, during the Portuguese Interregnum of 1383-1385. This research explores this seldom studied battle, arguing that it has a much greater importance than before thought, and tries to propose possible answers to its many questions. Who were the combatants? Which formations and battle orders were applied? How did the course of the conflict affect the tactics used? What repercussions did it have on the kingdoms that shed their blood in the Guadiana? The making of this work was possible through the use of three main chronicles, those being the *Crónica do Condestabre*, written by an anonymous author, the *Crónica de D. João I*, by Fernão Lopes and, lastly, the *Cronicas de los Reyes de Castilla*, by Pero López de Ayala, supported by recent military history bibliography, namely the works of João Gouveia Monteiro. This conflict, which takes place near the portuguese-castilian border, is normally sidelined for the more famous battle of Aljubarrota, which took place earlier, often seen as a continuation or an aftermath it. We defend that this event was a decisive military blow to the castilian war effort by the portuguese constable, D. Nuno Álvares Pereira, this being the last major field battle of this war between the two kingdoms.

**Keywords:** Valverde; Nuno Álvares; Incursion; Soldiers; Moral.

## Abreviaturas

CC- *Crónica do Condestabre*

CDJ- *Crónica de D. João I*

CRC- *Crónicas de los Reyes de Castilla*

## Introdução

O tema a ser abordado é a batalha campal de Valverde, travada entre uma hoste portuguesa, sob o comando do condestável de Portugal, D. Nuno Álvares Pereira, e uma hoste castelhana, que cercou o exército português durante a sua travessia do rio Guadiana, atacando-o pela vanguarda e pela retaguarda. A batalha terminou em vitória portuguesa, após a morte do mestre da ordem de Santiago, levando à retirada das forças castelhanas. Este trabalho visa explorar o acontecimento militar decorrido em Valverde de Mérida, em Outubro de 1385. Este confronto permanece até aos nossos dias como a “ainda algo misteriosa batalha de Valverde”<sup>1</sup>, procurando-se formular hipóteses às múltiplas questões à contenda final em campo aberto desta guerra. Quem eram os combatentes presentes? Quais foram as formações e ordens de batalha adotadas? Como o curso do confronto afetou as táticas utilizadas? Que repercussões teve nos reinos que derramaram o seu sangue sobre o Guadiana?

Este estudo é aberto com uma breve análise da Crise de 1383-1385 de forma a introduzir não só o conflito em que decorre a batalha, mas também a conjuntura após o confronto em Aljubarrota e a personagem central deste estudo, D. Nuno Álvares Pereira, o condestável de Portugal e mordomo-mor do reino, desde o dia 6 de abril de 1385, após a conclusão da reunião das cortes em Coimbra<sup>2</sup>.

A dissecação do confronto irá consistir, em primeiro lugar, na análise da incursão, como decorreu e os seus possíveis objetivos, seguida por uma descrição das hostes presentes, que irá incluir os comandantes e notáveis presentes e o possível número de guerreiros e o seu estado, o seu moral e experiência em batalha. De seguida prosseguirá a análise do confronto de armas, disposições das forças, táticas e decisões tomadas durante a batalha, a sua conclusão e consequências imediatas após o triunfo do condestável.

---

<sup>1</sup> MONTEIRO, João Gouveia- *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do Condestável*. Barcarena: Letras & Diálogos, 2017. (Manuscrito). ISBN 978-989-8871-24-4. p. 116.

<sup>2</sup>*Ibidem*. p. 106.



No que toca às fontes, iremos recorrer somente a crónicas, sendo elas a *Crónica do Condestabre*, de autoria anónima, a *Crónica de D. João I*, da autoria de Fernão Lopes e, por último, a *Crónica dos Reis de Castela*, elaborada por Pero López de Ayala.

A *CC* é uma fonte de enorme importância, pois possui o relato mais antigo existente da batalha, que inclui uma descrição das forças combatentes, nomeadamente do lado português, tal como uma descrição da ação militar e do episódio da “reza”. É desconhecido o autor desta crónica, tendo esta sido escrita pouco depois da morte de Nuno Álvares (no ano de 1431), mas “que a *Corónica* deve ter saído da mão de alguém que acompanhou o condestável parece-nos inegável”<sup>3</sup>. Talvez este tivesse até participado na batalha, ou que talvez conseguiu acesso a alguma documentação relativa à batalha, um registo ou relato da ação militar, uma memória, uma carta, ou algo nessa vertente. A edição utilizada é da Academia Portuguesa da História, com preparação do texto e introdução por António Machado de Faria.

No que toca aos registos da batalha, é de imenso valor a *CRC* de Pero Lopez Ayala, que retrata os reinados de D. Pedro I até ao reinado de D. Henrique III de Castela, o que inclui o reinado de D. Juan I, o monarca castelhano durante a crise de 1383-1385. Pero López de Ayala foi não só contemporâneo da crise, mas um participante ativo, encontrando assim na sua obra o material ideal para a perspetiva castelhana do encontro militar. Apesar disto, é de notar que, ao contrário de Aljubarrota, Ayala não esteve presente no confronto em Valverde, já que tinha sido capturado como prisioneiro de guerra após a derrota castelhana na batalha anterior. A versão da *CRC* de Pero Lopez Ayala a que recorreremos é a de 1779, impressa pelo editor, impressor e encadernador espanhol Antonio de Sancha, com as emendas e críticas de Jerónimo Zurita e, mais tardiamente, Eugenio de Llaguno y Amírola.

Em último lugar apontamos a *CDJ*, da autoria de Fernão Lopes em 1443, o primeiro cronista oficial do Reino de Portugal. A edição desta crónica a que recorreremos é que possui uma introdução por Humberto Baquero Moreno. Seleccionamos esta crónica pois ela é incontornável em tudo o que toca à subida ao trono do mestre de Avis e o seu reinado como D. João I, Rei de Portugal até ao ano de 1411, sendo nesta cronologia que decorre a batalha a ser explorada.

A análise das crónicas deve ser sempre feita com um certo nível de ceticismo e cuidado, nomeadamente em relação a exageros de feitos, inflação do número de

---

<sup>3</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972. p. 28.

guerreiros e a perspetiva ideológica do cronista. Para esse fim, planeamos cruzar a informação presente nas três fontes, de forma a conseguir aproximar-nos melhor do que poderá ter sido a realidade do confronto.

Tendo isto em conta, procuramos nestas narrativas da batalha os movimentos das hostes, os números atribuídos a cada uma e possíveis alusões ao seu moral, o desenrolar e desfecho desta contenda, além do rescaldo destes eventos.

### **1. A crise de 1383/85, um rei bastardo e o seu condestável**

A morte do “formoso” rei D. Fernando, a 22 de outubro de 1383, deixou o Reino de Portugal numa situação algo precária pois, segundo os artigos do tratado de Salvaterra de Magos, se D. Fernando falecesse sem deixar um filho varão, a coroa passaria para D. Beatriz, sua filha, e o seu esposo, D. Juan I, rei de Castela. O filho varão desta união iria herdar a coroa de Portugal que, segundo os termos do tratado, se encontrava firmemente separada da coroa castelhana. Mas a possibilidade de uma união destes dois reinos ibéricos não era nenhuma conceção inimaginável, pois se deste matrimónio não surgisse um herdeiro, a linha de sucessão da coroa de Portugal passaria para o rei de Castela e os seus descendentes. Encontrava-se, entretanto, como regente a viúva do falecido rei, D. Leonor Teles, com o conde de Andeiro a seu lado<sup>4</sup>.

Nesta conjuntura, uma conspiração nasce para implantar uma nova regência, opondo-se a D. Leonor Teles, ao conde de Andeiro e o grupo de nobres à sua volta, encontrando-se no seio destes conspiradores João, o mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro e Teresa Lourenço. O mestre de Avis tinha sido posicionado como fronteiro no Alentejo pela regente, de forma a preparar uma defesa da região fronteiriça face a um antecipado ataque castelhano. É nesta altura que o Mestre ignora o seu posto e participa no assassinato do conde de Andeiro no Paço de Lisboa<sup>5</sup>.

Apesar das dúvidas em relação ao seu destino, o mestre de Avis aceita o cargo da regência, tomando o título de “Regedor e Defensor do Reino” e entra logo em ação para preparar a defesa do reino<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira- A Conjuntura, in *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Vol. 4 de: Nova História de Portugal/dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1987. p. 523.

<sup>5</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira- “D. João I” in *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas. 1999-2000 Vol. III, coord. Joel Serrão. p.383.

<sup>6</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira- A Conjuntura, in *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. (...). p. 534.

Nestes dias iniciais ao serviço de D. João, Nuno Álvares esteve presente em alguns confrontos militares, como por exemplo o cerco do castelo de Lisboa<sup>7</sup>, mas seria na batalha dos Atoleiros que ele iria demonstrar a sua aptidão como comandante, derrotando uma força numericamente superior, através de uma boa escolha de terreno e de boas táticas (desmontando os seus homens de armas, enfrentando a cavalaria castelhana com blocos disciplinados de infantaria equipados com lanças)<sup>8</sup>.

Apesar desta notável vitória, o balanço da guerra acabava de ficar muito desfavorável para a causa de D. João pois o final do mês de maio marca a chegada da hoste real de Castela perante as muralhas de Lisboa, apoiada por uma frota castelhana que bloqueava o porto da cidade, o cerco de Lisboa havia começado. Este prolongou-se até ao terceiro dia de setembro, dia em que o monarca castelhano, após sofrer pesadas baixas devido a um surto de peste, ordena a retirada da sua hoste. Em seguida, assistiu-se a uma consolidação de território por parte das forças leais ao mestre, aproveitando esta retirada para ocupar cidades que haviam favorecido a causa do monarca castelhano<sup>9</sup>.

No ano seguinte decorre uma reunião das Cortes do reino em Coimbra que, após uma prestação decisiva do Dr. João das Regras, aclamam o mestre de Avis como rei de Portugal, o décimo monarca a ascender ao trono. O seu braço militar, Nuno Álvares iria receber os cargos de condestável e mordomo-mor do reino, duas posições de extrema importância, que demonstram o seu valor para a causa de D. João I, nomeadamente ao seu domínio do campo de batalha, tornando-se assim a principal autoridade do exército português, só abaixo do próprio monarca na hierarquia militar. Mas esta ascensão ao trono não iria passar sem ser desafiada pelo monarca castelhano, que preparava agora um ataque concêntrico ao reino, de forma a punir esta aclamação<sup>10</sup>.

Este ataque viria a ser desafiado na sua entrada no reino, não pelo recente aclamado rei, nem pelo seu condestável, mas antes por forças locais. Nos últimos dias de maio, uma notícia veio aumentar a moral das forças leais a D. João, pois no campo de batalha de Trancoso, os fidalgos da Beira enfrentaram e infligiram uma derrota ao esforço militar castelhano<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> *Ibidem*. pp. 88-90.

<sup>8</sup> MONTEIRO, João Gouveia– “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449) - Os desafios da Maturidade”, in *Nova História Militar de Portugal*, coord. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004.- ISBN 972-42-3075-9. p. 262.

<sup>9</sup> *Ibidem*. pp. 264-268.

<sup>10</sup> MONTEIRO, João Gouveia- *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do Condestável*. (...). p. 106.

<sup>11</sup> MONTEIRO, João Gouveia- “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449) - Os desafios da Maturidade”. (...). p. 272.

A ofensiva castelhana foi deitada por terra em Trancoso, forçando D. Juan I a uma mudança de estratégia, optando por um impulso forte por Almeida, descendo por Coimbra, com Lisboa novamente como objetivo. Enquanto o exército marchava em direção à capital, saqueando pelo caminho, as forças de D. João I, por suposta pressão do novo condestável, decidiram enfrentar a força invasora no campo de batalha. Num planalto, demarcado por dois riachos em cada lado, fortificado por fossas e covas-de-loba, os apoiantes do Mestre de Avis triunfariam sobre a hoste de D. Juan I, que detinha uma vantagem numérica significativa, após a queda do estandarte real no momento crítico da batalha<sup>12</sup>.

## **2. A Batalha de Valverde**

### **2.1. A Campanha de Outono**

Após o triunfo no campo de batalha de Aljubarrota, as forças de D. João I reagruparam em Santarém, onde o monarca atribuiu o título de conde de Ourém ao vitorioso condestável. Após isto, as duas figuras seguiram caminhos distintos, enquanto o rei cavalgou para o norte do reino, Nuno Álvares dirigiu-se para Évora, onde se começava a preparar para uma nova campanha, reunindo vários contingentes de homens de armas, besteiros e peões. Esta hoste partiu para Estremoz, com intenções de entrar em Castela, passando por Vila Viçosa antes de atravessar o Guadiana. A hoste dirigiu-se para Badajoz<sup>13</sup>, onde ficou alojada. Segundo as crónicas, ocorreu durante esta estadia a matança de um grande porco, que foi interpretada como um presságio divino, que trazia consigo a mensagem que a morte de um grande senhor de Castela era iminente<sup>14</sup>.

Fernão Lopes, na *CDJ*, questiona a motivação desta incursão a Castela, apontando que houve quem dissesse que tinha sido sob ordem de D. João I, mas o cronista descarta esta opção, dizendo que o monarca não colocaria um comando destes sob o condestável imediatamente após tanto tempo de serviço sem pausa. Ainda menciona que o rei pode simplesmente ter ordenado o guardião da comarca de volta para o seu posto e, já em Évora, Nuno Álvares foi informado de entradas clandestinas em Portugal de castelhanos, procurando punir estas transgressões. Fernão Lopes defende que esta incursão decorreu porque o condestável, na sua experiência como militar, viu a oportunidade para invadir

---

<sup>12</sup> *Ibidem*. pp. 273-274.

<sup>13</sup> Ver Anexo 1.

<sup>14</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...). p. 147.

Castela após a pesada derrota em Aljubarrota<sup>15</sup>, que causou um decréscimo enorme na moral castelhana e originou um luto real até ao Natal de 1387<sup>16</sup>.

Nuno Álvares já se tinha provado como um general de qualidade, a nível tático e estratégico, e audaz nas decisões que tomava. Após o confronto de Aljubarrota, a iniciativa da guerra passava para a causa de D. João I, e procurando capitalizar após essa vitória, o condestável decide liderar uma incursão sobre uma Castela que se encontrava fragilizada<sup>17</sup>.

Apesar disto, surge a questão, qual o objetivo desta incursão? Para chegar a uma possível resposta, achamos necessário fazer um exercício de comparação a uma outra campanha militar semelhante a esta incursão, a “Chevauchée” do Príncipe Negro durante a Guerra dos 100 anos, que concluiu com a batalha de Poitiers.

Tal como em Valverde, a batalha de Poitiers aconteceu após uma hoste inglesa orquestrar uma expedição na zona da Aquitânia, onde tomaram uma política de saque e terra queimada<sup>18</sup>, até serem confrontados por um exército inimigo numericamente superior. Aqui, tal como o condestável, o Príncipe Negro tentou atravessar o Loire<sup>19</sup>, mas a sua travessia foi desafiada pela hoste inimiga. Ambas as batalhas terminaram com um contra-ataque da hoste expedicionária que, no caso inglês, capturou o monarca francês, e no caso português, terminou com a morte do mestre da ordem de Santiago.

É incerto se o objetivo do Príncipe Negro foi saquear e devastar território inimigo com o intuito de provocar uma batalha decisiva ou puramente para enfraquecer o abastecimento e esforço de guerra inimigo, mas o certo é que esta ação levou a um confronto dessa magnitude. A batalha de Valverde espelha de certa forma isto, especialmente quando temos em conta o episódio da “profecia” na *CC*, que apesar de não perder o seu cariz de embelezamento, alude a um pensamento muito mais profundo, em que o condestável procurava infligir um golpe pesado na liderança castelhana<sup>20</sup>, que acabou por se suceder com a morte do mestre da principal ordem militar presente em Castela.

---

<sup>15</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. Porto, Livraria Civilização, 1983. pp.139-140.

<sup>16</sup> MONTEIRO, João Gouveia- *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do Condestável*. (...) p. 114.

<sup>17</sup> É completamente plausível que Nuno Álvares estivesse também informado do luto proclamado em Castela através da sua rede de informação.

<sup>18</sup> Algo que é mencionado nas crónicas em relação a Valverde, com as mensagens dos nobres castelhanos durante os desafios cavaleirescos antes da batalha e um episódio em que guerreiros portugueses saqueiam e consomem imensos vinhos em Almendral, ambos abordados mais à frente.

<sup>19</sup> Guadiana no caso ibérico.

<sup>20</sup> Já extremamente abalada após a derrota de D. Juan I em Aljubarrota.

O possível desejo do condestável português de forçar uma batalha decisiva é reforçado pelas palavras de Fernão Lopes, apontando que “ele mandou primeiro perceber os castelhanos, dizendo que queria fazer a sua entrada e que tinha intenção de correr a terra. E eles perceberam logo, foram apelidadas todas as vilas e lugares daquela comarca, que de outra guisa não se juntaram em tão breve espaço tais senhores com tantas gentes se não foram deste jeito percebidos”<sup>21</sup>. É muito questionável se a audácia de Nuno Álvares tinha chegado ao nível de avisar os seus inimigos do seu ataque, especialmente quando o simples movimento da sua hoste na fronteira seria suficiente para atrair a atenção do inimigo, mas acredito que este procurava utilizar a iniciativa conseguida em Aljubarrota para forçar um confronto decisivo e infligir um golpe mortal à capacidade militar castelhana.

Esta comparação levanta ainda questões sob a hoste de Nuno Álvares, que se afasta da composição tradicional de uma força militar de um nobre, preferindo contingentes de homens de armas<sup>22</sup> e peões, apoiados com besteiros e arqueiros, à ferocidade e força, muitas vezes indisciplinada e de baixa coesão, da cavalaria pesada. Isto, combinado com o grau de autonomia que o condestável operou durante esta campanha, assemelha-se imenso às companhias de armas presentes na Guerra dos 100 Anos. João Gouveia Monteiro compara a hoste de Nuno Álvares com a companhia de armas do condestável francês Bertrand du Guesclin, que, muito como o seu homólogo português, procurava confrontos decisivos no campo de batalha, em vez da guerra de atrito e tempo de cerco após cerco, muito comum durante a época medieval<sup>23</sup>.

A hoste portuguesa será analisada com maior pormenor na secção seguinte, mas é de apontar que o Condestável reuniu uma hoste numerosa, proficiente e com o seu moral bem elevado.

De Badajoz, a hoste avançou pelo território castelhano até Almendral<sup>24</sup>, onde o exército ficou alojado pela noite, que não passou sem distúrbios, pois alguns dos guerreiros portugueses ficaram embriagados após a pilhagem de múltiplas pipas de vinho local. Talvez para reprimir os seus subordinados pelo seu comportamento, mas muito provavelmente por se encontrar já bem dentro de território inimigo, o condestável

---

<sup>21</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p.140.

<sup>22</sup> Apeados em mais que uma ocasião.

<sup>23</sup> MONTEIRO, João Gouveia- “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449) - Os desafios da Maturidade”. (...) p. 194.

<sup>24</sup> Ver Anexo 1.

reorganizou a hoste portuguesa para batalha no dia seguinte, antes que esta continuasse a sua marcha.

Esta ação demonstra que o condestável esperava ser confrontado. É possível que os batedores da hoste portuguesa tenham descoberto a concentração castelhana, ou simplesmente esta é a resposta natural de um comandante experiente, uma atitude cautelosa que indica que Nuno Álvares esperava um confronto iminente, que esta incursão não iria passar sem ser desafiada, mesmo apesar do luto declarado no reino de Castela após a batalha de Aljubarrota.

Após a atribuição da liderança dos diferentes contingentes da hoste, ela continuou a sua marcha, chegando a Parra, onde se depararam com o mestre de Alcântara, D. Martim Anes de Barvudo, acompanhado de 300 lanças, que, segundo as crónicas, fingia se aproximar dos animais de carga que acompanhavam a hoste. De um ponto de vista estratégico, a função principal desta unidade avançada deveria ser o reconhecimento e assediar a hoste portuguesa na sua marcha, procurando aberturas para pequenos ataques rápidos direcionados ao seu abastecimento. Nuno Álvares, acompanhado por um contingente, perseguiu o mestre de Alcântara, que retirou para uma serra local. A hoste portuguesa continuou a sua marcha em direção a Çafra<sup>25</sup>, o que deu a oportunidade às isoladas 300 lanças castelhanas para abandonarem a serra, mas, após um novo aparecimento da vanguarda portuguesa, elas voltaram a retirar. A coluna continuou a sua marcha, de Çafra para Vila Garcia<sup>26</sup>, terras do nobre D. Garcia Fernandez, cujo castelo foi encontrado abandonado, sendo assim ocupado pelas forças portuguesas<sup>27</sup>.

Durante a estadia da hoste portuguesa em Vila Garcia, os nobres castelhanos, que se reuniam para enfrentar os invasores, enviaram vários mensageiros ao condestável de Portugal, que lhe entregaram múltiplas varas e palavras de desafio. É possível que esta ronda de formalidades cavaleirescas por parte da liderança castelhana indique um certo grau de confiança, que pode ser justificada pela vantagem numérica face à hoste portuguesa, mas as palavras dos mensageiros revelam outra coisa, acusando todos o condestável de saques, razias e geral destruição das terras castelhanas. Naturalmente, o diálogo presente nas crónicas deve ser interpretado com ceticismo, mas tamanha repetição da mesma acusação não pode ser ignorada. Aqui surge a dúvida se isto seria a simples ação de guerreiros em marcha, pois a busca de espólios de guerra é uma parte integral de

---

<sup>25</sup> Ver Anexo 1.

<sup>26</sup> Ver Anexo 1.

<sup>27</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...). pp. 147-149.



qualquer campanha, ou uma tática deliberada do condestável para atrair os nobres castelhanos para o campo de batalha? Forçando assim a batalha decisiva que resultaria na antecipada morte de um “grande senhor de Castela”<sup>28</sup>.

O condestável desejava visitar o mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, mas abandonou esse trajeto para evitar danificar as suas terras, dando meia-volta e dirigindo-se para os arredores de Maguazela<sup>29</sup>, onde encontrou novamente o Mestre de Alcântara, reforçado com muitas mais lanças. Nuno Álvares lançou-se em perseguição de D. Martim Anes, obrigando-o a retirar para segurança, abrindo caminho para a marcha da hoste portuguesa para Vila Nova de Serena<sup>30</sup>, onde passaram a noite. No dia seguinte, a hoste continuou a sua marcha, dirigindo-se para a localidade de Valverde de Mérida<sup>31</sup>, com intenção de atravessar o Guadiana. Durante a marcha, o mestre de Alcântara regressou, agora acompanhado de mais de 1000 cavaleiros e homens montados, e assediou<sup>32</sup> a hoste portuguesa, gerando várias escaramuças. Estas escaramuças devem ter se resumido a ações de retaguarda por parte do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo e de Gonçalo Eanes de Abreu, os comandantes da retaguarda portuguesa, que se prolongaram até ao anoitecer. O condestável acantonou a sua hoste a caminho de Valverde, colocando vários guardas em volta do perímetro do acampamento<sup>33</sup>.

A hoste portuguesa ia ser desafiada em múltiplas ocasiões no dia seguinte, as forças de Nuno Álvares iriam confrontar uma força inimiga que detinha uma grande vantagem numérica e de terreno. O condestável reuniu uma última vez nessa noite os seus comandantes e cavaleiros para certificar-se que todos sabiam as suas posições e para os encorajar para o desafio que iam enfrentar. Nuno Álvares ponderou uma travessia noturna do Guadiana, de forma a apanhar a hoste inimiga de surpresa, desorganizada e não preparada para guerrear, mas descartou esta hipótese, devido ao facto de já ser demasiado tarde<sup>34</sup>.

Com as duas hostes posicionadas, a tentar encontrar umas últimas horas de descanso antes do seu inevitável encontro, o cenário estava montado para o confronto de armas de Valverde.

---

<sup>28</sup> *Ibidem*. pp. 150-152.

<sup>29</sup> Ver Anexo 1.

<sup>30</sup> Ver Anexo 1.

<sup>31</sup> Ver Anexo 1.

<sup>32</sup> A uma distância que não o comprometia a uma batalha campal.

<sup>33</sup> *Ibidem*. pp. 152-153.

<sup>34</sup> *Ibidem*. pp. 153-154.

## 2.2. As hostes presentes e a sua constituição

Antes de iniciarmos a análise dos respetivos efetivos de cada exército, gostaríamos de fazer um pequeno apontamento sobre a considerável dificuldade em apurar números de exércitos. Os efetivos que apresentamos são hipóteses, longe de serem factos concretos, baseados nos registos das crónicas. Esta análise não tem só em conta os números apontados pelos cronistas, mas também o contexto da crise em que a batalha decorre, as zonas e tempo de recrutamento e os feitos militares executados durante a batalha.

Os números apresentados de seguida foram calculados com as descrições da batalha em mente, e se tais operações eram possíveis com os números apresentados pelos autores. Nesta vertente, é importante ter em conta as divisões táticas de ambas as hostes, os seus movimentos táticos e feitos militares. Os auxiliares e acompanhantes da hoste são calculados como sendo 1/3 do número dos guerreiros.

No que toca ao número de efetivos da hoste do condestável, as crónicas divergem no número que atribuem aos guerreiros que foram reunidos para esta expedição, a CC e Pero López de Ayala falam em 800 lanças acompanhadas por 6000 peões, enquanto Fernão Lopes aponta 1000 lanças e 2000 peões e besteiros<sup>35</sup>.

Cada lança geralmente era composta por três guerreiros montados<sup>36</sup>, mas estes cavaleiros, em casos de maior poder e riqueza, podiam ser acompanhados por auxiliares montados ou apeados<sup>37</sup>, que em casos podiam ultrapassar a meia dúzia<sup>38</sup>.

Comparando a possibilidade de recrutamento em Portugal a regiões europeias mais populosas, como a França ou até mesmo Castela, é prudente limitar o número possível destas lanças a 3 efetivos, que deve também balançar bem entre lanças maiores e lanças menos numerosas. Esta atribuição deve oferecer uma boa aproximação do que poderá ter sido o contingente das lanças, que deverá ter rondados os 3000 homens.

No que toca aos peões, o número de 2000 efetivos apontado por Fernão Lopes parece muito pequeno, tendo em conta a escala da batalha de Valverde<sup>39</sup> e o tempo de preparação da campanha<sup>40</sup>, possivelmente um pormenor do cronista, que diminuiu

---

<sup>35</sup> Ver anexo 2.

<sup>36</sup> Cavaleiro, escudeiro e pajem.

<sup>37</sup> Homens de armas, peões, besteiros ou arqueiros.

<sup>38</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira- A Arte da Guerra, in *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Vol. 4 de: Nova História de Portugal/dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1987. p. 349.

<sup>39</sup> A execução do plano do Condestável português seria praticamente impossível com um número tão reduzido de efetivos.

<sup>40</sup> Que foi por volta de um mês.

consideravelmente o tamanho deste contingente, em relação à *CC*, para aumentar o heroísmo dos guerreiros portugueses.

Acredito também que os 6000 peões apresentados na *CC* seja um número um pouco exagerado, creio que seria prudente baixar ligeiramente este número, para 5000 peões. O que significaria que o Condestável contava consigo por volta dos 8000 guerreiros. Ainda é importante contabilizar os auxiliares e não combatentes que acompanhavam a hoste<sup>41</sup>, que deviam rondar os 2500. A hoste reunida por Nuno Álvares usufruiu de um mês de recrutamento e preparação, e atravessava a fronteira procurando um confronto decisivo no campo de batalha.

No que toca ao lado castelhano, a *CDJ* baliza a força castelhana entre 50.000 e 33.000 efetivos<sup>42</sup>, enquanto a *CC* não fala em números concretos, se não em relação às lanças do mestre de Alcântara<sup>43</sup> e a força inicialmente enfrentada pelos portugueses quando atravessaram o Guadiana, atribuindo-lhe sete a oito mil homens, semelhantes aos 10.000 atribuídos por Fernão Lopes, mas aponta que se reuniram as forças da Extremadura, Andaluzia e da Mancha de Aragão<sup>44</sup>, a que a *CRC* adiciona os cavaleiros de Córdoba e aponta ainda que as forças castelhanas continham peões em muito maior número que forças montadas<sup>45</sup>.

Fernão Lopes aponta ainda que “todos os autores (...) afirmam que era muita mais gente que a da batalha real, mas não eram tão grandes senhores nem gentes escolheita nem assim guardidos”<sup>46</sup>. E como vamos ter oportunidade de verificar na secção seguinte deste estudo, a força castelhana era volumosa o suficiente para, com apenas parte da sua força, cercar parcialmente a hoste portuguesa antes da sua travessia do Guadiana.

É certo que a nobreza castelhana regional se reuniu em força para responder a esta ameaça, múltiplos nobres e três ordens militares formam uma força notável, além de recrutarem de uma zona muito expansiva<sup>47</sup>. Ao contrário do que aponta Fernão Lopes, encontramos nomes como Gusmão e Lacerda, famílias muito poderosas da nobreza castelhana. A isto se adiciona o comentário de Ayala, que transmite que a força castelhana continha muitos mais peões do que homens montados. Tendo esta informação em conta,

---

<sup>41</sup> Cujo conceito é mais bem explorado na análise da hoste castelhana.

<sup>42</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 146.

<sup>43</sup> Que contava com mil lanças no seu último encontro com Nuno Álvares antes da batalha.

<sup>44</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...) p. 151.

<sup>45</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero- *Cronicas de los Reyes de Castilla: Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III*. Madrid, 1779. p. 239.

<sup>46</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 146.

<sup>47</sup> Andaluzia, Extremadura e a fronteira com Aragão, com contingentes de grandes cidades como Córdoba, Sevilha e Jaén.

conjugada com esta área grande de recrutamento, orquestrada por senhores com extensos domínios, e com o curto tempo de recrutamento, podemos considerar que a maior parte desta força não era composta por o que podemos considerar como guerreiros dedicados à guerra<sup>48</sup>, mas antes camponeses reunidos por obrigações feudais e milícias locais levantadas rapidamente.

Tendo em conta o ponto em que a batalha de Valverde decorre, o possível profissionalismo e experiência de batalha dentro de Castela diminui ainda mais. Os exércitos castelhanos haviam sofrido baixas extensas durante o cerco de Lisboa e no campo de batalha em Aljubarrota, a que se somavam as derrotas menores nos Atoleiros e em Trancoso. Ainda para mais, a hoste régia, que englobava os melhores contingentes do reino e auxiliares de qualidade para uma campanha militar bem-sucedida, não se encontrava presente, mas em recuperação após a sua derrota.

Podemos ponderar ainda que este número incluiu os não efetivos que seguiam o exército na carriagem, como ferreiros e artesãos que mantinham as armas dos guerreiros, ou aqueles que geriam as centenas de cabeças de gado que acompanhavam o exército, que compunha uma parte significativa de qualquer hoste. Como nos diz João Gouveia Monteiro, “tudo isto exigia o trabalho de milhares de pessoas, arrieiros e carroceiros, diretamente contratados pela administração régia e/ou por intermédio dos concelhos”<sup>49</sup>.

As circunstâncias que rodeiam este exército castelhano são muito diferentes do habitual, contando com um tempo de preparação curto e sem o apoio da administração régia na sua organização. Sem dúvida que a hoste organizou uma carriagem de abastecimento capaz de apoiar a sua mobilização, mas é seguro assumir que esta não incluía grande especialização, como ferreiros ou físicos.

É de apontar que tamanha era a vantagem numérica castelhana sobre a força portuguesa, que o mestre de Santiago se sentiu confiante ao ponto de dividir a sua força para assediar a travessia portuguesa do Guadiana, em vez de concentrar todos os seus guerreiros em uma das margens do rio.

Concluindo, acredito que a hoste reunida para enfrentar a incursão do condestável tenha numerado os 33.000 apontados por Fernão Lopes, incluindo milhares de carroceiros com os mantimentos necessários e auxiliares reunidos rapidamente. Tendo em conta a

---

<sup>48</sup> Homens de armas ou sargentos e besteiros, no caso dos peões.

<sup>49</sup> MONTEIRO, João Gouveia- “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449) - Os desafios da Maturidade”. (...). p. 223.

proporção certa dentro desta hoste<sup>50</sup>, estimamos que o número de guerreiros tenha sido por volta dos 25.000 efetivos<sup>51</sup>, dos quais 2/3 seriam os peões não profissionais já mencionados, apoiados por volta de 8.000 auxiliares e carroceiros.

Deste modo, podemos verificar que a hoste castelhana detinha uma vantagem numérica de 3 para 1 sobre a hoste portuguesa, algo que é representado na *CDJ* com “E quando o Condestável chegou, cercaram logo toda a sua hoste com tanta espessidão de gente, que os portugueses no meio dos seus inimigos pareciam uma pequena eira no espaçoso campo”<sup>52</sup>.

A disposição de batalha foi a habitual para um exército da época, contando com uma vanguarda e uma retaguarda, apoiada por contingentes em ambas as alas. A vanguarda estava sob o seu comando direto, rodeado de cavaleiros por si escolhidos, enquanto a liderança da retaguarda foi atribuída ao prior da ordem do hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo e a Gonçalo Eanes de Abreu, acompanhados de outros cavaleiros.<sup>53</sup> As alas estavam sob o comando de Gonçalo Annes de Castelo de Vide e Martim Afonso de Melo, cada um comandando um dos respetivos flancos<sup>54</sup>.

A força castelhana estava sob a liderança do mestre da ordem militar de Santiago, D. Pedro Moniz, e continha dentro do seu número as forças de D. João Afonso de Gusmão, conde de Nebra; Gonçalo Nunez de Gusmão, mestre da ordem militar de Calatrava; D. Gastão de Lacerda, o conde de Medina Celi; D. Gaston de Lacerda; D. Pedro de Ponce de León, senhor de Marchena; D. Afonso Fernandez de Córdoba, senhor de Aguilar, com o seus irmãos Gonçalo Fernandez e Diego Fernandez; Martim Fernandez Porto Carreiro acompanhado com outros 24 nobres de Sevilha<sup>55</sup>; além dos nobres portugueses D. Martim Anes de Barvudo, mestre da ordem militar de Alcântara, Fernão Gonçalves e Gonçalo Rodrigues de Sousa<sup>56</sup>.

As forças castelhanas estavam divididas em duas formações, a principal força encontrava-se posicionada na margem oposta do Guadiana, em posições defensivas nos cabeços e sob o comando do mestre de Santiago. Uma segunda força castelhana, de 15.000 guerreiros encontrava-se posicionada na outra margem do Guadiana.

---

<sup>50</sup> Um equilíbrio entre efetivos e auxiliares.

<sup>51</sup> Acredito que seja uma estimativa apropriada, tendo em conta os eventos da batalha e a estratégia castelhana.

<sup>52</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 147.

<sup>53</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...) p. 148.

<sup>54</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 142.

<sup>55</sup> Inclusive carregando o pendão da cidade.

<sup>56</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...) p. 151.

A hoste reunida por Nuno Álvares era composta por um grande contingente de homens de armas<sup>57</sup> e é muito provável que o contingente de peões contivesse, além de besteiros, sargentos, ou seja, era uma força treinada e bem equipada<sup>58</sup>. Além disto, é seguro presumir que uma parte significativa destes guerreiros eram veteranos que haviam acompanhado o Condestável nas outras batalhas anteriores da crise, como os Atoleiros ou Aljubarrota, ou mesmo de escaramuças fronteiriças de menor escala.

Ao analisar o lado castelhano, o número de possíveis veteranos é questionável, sendo mencionado nas crónicas que a grande maioria da nobreza que combateu em Valverde não tinha combatido ao lado do seu rei em Aljubarrota. Como foi mencionado em cima, Ayala aponta que as forças castelhanas continham muitos mais peões que homens montados, o que me faz acreditar que, conjugando o curto tempo de recrutamento e o tamanho grande da hoste, estes peões não eram na sua maioria guerreiros treinados.

Existem exceções claro, nomeadamente os contingentes das ordens militares presentes, das quais se encontravam três, Santiago, Alcântara e Calatrava, que mobilizaram os seus cavaleiros e homens de armas. Ainda é claro que os contingentes da nobreza não eram todos compostos por estes peões não profissionais, mas deviam incluir alguns sargentos, além dos homens de armas das suas lanças. Apesar disto, a larga maioria destes milhares de guerreiros mobilizados eram muito provavelmente não-profissionais, mobilizados rapidamente para responder a uma incursão inimiga.

É necessário ainda ponderar o possível moral das hostes presentes, ou seja, a sua disposição para combater. É lógico que praticamente todo o guerreiro, desde o peão obrigado a combater e ao cavaleiro que orientou a sua vida para a guerra, tinham medo de morrer no campo de batalha, ou de ser capturado e humilhado pelo inimigo. O medo é um fator importantíssimo do combate, como apontam João Gouveia Monteiro e Vasco Jorge Rosa da Silva, “(...) era um sentimento muito real e que influenciava de forma profunda a intervenção das gentes de armas nas campanhas e, inclusive, o seu comportamento em combate”<sup>59</sup>.

Observando a hoste portuguesa, apesar da elevada quantidade de veteranos e soldados profissionais presentes na companhia de armas de Nuno Álvares, estes encontravam-se numa situação muito indesejável. Na véspera da batalha, a hoste

---

<sup>57</sup> Presentes nas lanças.

<sup>58</sup> Companhia de armas.

<sup>59</sup> MONTEIRO, João Gouveia; SILVA, Vasco Jorge da– “O real: A experiência da Guerra”, in *Nova História Militar de Portugal*, coord. Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004. ISBN 972-42-3071. p. 28.

portuguesa estava dentro de território inimigo, com uma barreira imponente para passar<sup>60</sup> e com uma hoste castelhana pela sua frente, que possuía uma enorme vantagem numérica.

É possível que muitos temessem o confronto que se avizinhava, e quisessem fugir, render ou até mesmo desertar. É aqui que entra como fator chave o condestável, que já se tinha provado em batalhas anteriores como um líder capaz, conseguindo inspirar as fileiras da sua hoste, denegrindo o poder inimigo aos olhos de quem ia combater de forma a assegurar estabilidade na sua hoste<sup>61</sup>.

Além das palavras encorajadoras do condestável, é também de relembrar que a iniciativa da guerra estava do lado de D. João I, cujas forças tinham saído vitoriosas de múltiplas batalhas, como os Atoleiros e Aljubarrota. É então seguro afirmar que a hoste de Nuno Álvares se encontrava de bom moral, muito provavelmente confiante e segura, e preparada para o confronto que se avizinhava.

No que toca ao lado castelhano, dadas as circunstâncias, a derrota devia parecer muito improvável, com uma tamanha vantagem numérica e de terreno, numa ocasião normal, seria natural pensar que as fileiras castelhanas estivessem confiantes na vitória. Mas é prudente relembrar que a maior parte destes guerreiros provavelmente não eram soldados profissionais e foram retirados do seu quotidiano para arriscarem a sua vida em combate, o que não garante nenhuma espécie de solidez no moral geral da hoste.

É necessário ainda ter em mente que até à data da batalha, forças castelhanas já tinham sofrido várias derrotas, nomeadamente em Aljubarrota. Tamanho foi o impacto desta derrota em Castela, que o reino se encontrava em luto, o que sem dúvida deve ter impactado severamente o moral das fileiras castelhanas.

É de apontar ainda que a nobreza castelhana que reuniu e comandou a hoste não participou em Aljubarrota, e estava desejosa de recuperar a sua honra por não ter combatido ao lado do seu rei<sup>62</sup>. Mas enquanto os líderes nobres da hoste ansiavam pela oportunidade de combater, o mesmo não pode ser dito dos milhares de peões levantados rapidamente para responder a esta incursão.

Consideremos então as múltiplas derrotas sofridas na Crise, acompanhadas pelo luto régio e uma hoste composta na sua maioria por contingentes não-profissionais. É seguro afirmar que apesar da vantagem numérica, o moral geral da hoste estava

---

<sup>60</sup> Na forma do rio Guadiana.

<sup>61</sup> MONTEIRO, João Gouveia- *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998. (Poliedro da história). ISBN 972-46-0961-8. p. 473.

<sup>62</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 140-142.



consideravelmente baixo, e que esta iria perder a sua pouca coesão se algo impactante se sucedesse<sup>63</sup>.

### 2.3. O confronto de armas e o seu resultado

Com o amanhecer, a hoste portuguesa continuou a sua marcha em direção a Valverde, o único local nas imediações de travessia do Guadiana, que se encontrava a légua e meia do seu acampamento. A travessia do rio neste ponto iria ser altamente contestada pelas forças castelhanas, que já se encontravam posicionadas em ambas as margens<sup>64</sup>.

A chegada da hoste do Condestável ao campo de batalha foi imediatamente atribulada, sendo ela, segundo as crónicas, parcialmente rodeada pelos contingentes castelhanos presentes no seu lado do rio<sup>65</sup>. Esta primeira força castelhana, muito provavelmente cujo comando deve ter sido delegado ao Mestre de Calatrava ou ao conde de Niebla<sup>66</sup>, devia conter por volta dos 15.000 efetivos, na sua maioria contingentes não profissionais<sup>67</sup>.

Duvidamos que este tenha sido um cerco total, tal movimento seria muito difícil de executar, especialmente por contingentes não-profissionais, mas acredito que tenham conseguido barrar a travessia do rio à força invasora, e que a tenham parcialmente cercado, lançando ataques sobre a vanguarda, retaguarda e a ala que fazia frente à posição castelhana. Decorreram múltiplas escaramuças entre as duas hostes, que resultaram em muitas baixas para ambos os lados<sup>68</sup>.

Nuno Álvares sabia que ação tinha que ser tomada, pois a sua hoste, apesar da vantagem em experiência e qualidade, iria ser erodida pelas ondas castelhanas, e não iria ser capaz de completar a sua travessia. A decisão estratégica do condestável foi de atravessar o rio, onde se encontrava a segunda metade da força castelhana, numerando 10.000 efetivos, sob o comando direto do mestre de Santiago, D. Pedro Moniz. É possível que esta reserva possuísse os contingentes mais proficientes da hoste castelhana, contando com homens de armas e besteiros, sendo os seus efetivos descritos como “entre de cavalo e besteiros e homens de pé”<sup>69</sup>.

---

<sup>63</sup> Como é o caso da morte do seu comandante.

<sup>64</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...) p. 154.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>66</sup> Dois fidalgos importantes que não estavam presentes no cabeço do Mestre de Santiago.

<sup>67</sup> Ver anexo 4.

<sup>68</sup> *Ibidem*. p. 154.

<sup>69</sup> *Ibidem*. p. 155.

É então que o condestável reorganiza a sua formação de batalha, colocando a carriagem da hoste no meio, protegida pela vanguarda na sua frente, a retaguarda atrás e cada uma das alas nos flancos, e ordenou o avanço. Esta audaz estratégia foi liderada pela vanguarda, cujo trabalho foi desbaratar a linha castelhana, atravessar o rio e segurar a outra margem, enquanto as alas e a retaguarda a seguiam, debaixo de fogo. As forças castelhanas em ambas as margens abriram um fogo cerrado de lanças, pedras e setas sobre a hoste portuguesa. O movimento foi completado com sucesso, ao custo de múltiplos feridos e mortos para ambos os lados, apesar das crónicas apontarem que as baixas portuguesas não foram tão numerosas quanto as castelhanas<sup>70</sup>.

A barreira do Guadiana, com muitas dificuldades, foi atravessada, mas a batalha tinha acabado de começar. Esta margem era caracterizada por vários cabeços, pequenas colinas, ocupadas pelas forças castelhanas, e iam tornar-se o foco principal do confronto de armas. Com o rio atravessado, Nuno Álvares liderou a vanguarda portuguesa sobre o primeiro cabeço, onde estavam posicionadas mais forças castelhanas do que tinham estado na margem do rio para opor a sua travessia, conquistando a posição. Enquanto este ataque se sucedia, a retaguarda e alas permaneciam na margem, de forma a opor a travessia das restantes forças castelhanas. O avanço português continuou marchando sobre o cabeço seguinte, onde novamente o número de castelhanos tinha aumentado, mas foram incapazes de resistir ao ataque português<sup>71</sup>, que ocupou estas posições<sup>72</sup>.

A vanguarda portuguesa continuou o seu avanço sobre um terceiro cabeço, onde o número de castelhanos era, novamente, superior ao dos confrontos anteriores. Após uma colisão acesa, a posição foi conquistada e a força castelhana retirou, mas o condestável ordenou o avanço português parar<sup>73</sup>. Este ataque resultou em múltiplas baixas, entre mortos e feridos, para ambos os lados, e a vanguarda portuguesa estava exausta, após se encontrar praticamente em combate constante desde a sua travessia<sup>74</sup>.

É então que a retaguarda chama a atenção do comandante português, pois esta se encontrava fortemente pressionada pelas forças castelhanas que haviam sido deixadas para trás na outra margem. Temendo um colapso da sua retaguarda, o condestável português abandona a vanguarda, ordenando que esta aguarde a sua posição, deixando-os com o seu alferes Diogo Gil, que carregava a sua bandeira. Nuno Álvares percorreu a sua

---

<sup>70</sup> *Ibidem.* p. 155.

<sup>71</sup> *Ibidem.* p. 155.

<sup>72</sup> Ver anexo 5.

<sup>73</sup> Ver anexo 6.

<sup>74</sup> *Ibidem.* p. 156.

retaguarda, temporariamente empurrando as forças castelhanas, e retirando as suas forças mais para dentro de terra e reorganizando as suas linhas, movendo também a carriagem mais para dentro, continuando a ocupar o espaço entre a vanguarda e retaguarda<sup>75</sup>.

Após esta reorganização, o condestável regressa à sua vanguarda, momento em que é avistada uma forte posição castelhana num cabeço próximo, onde estavam as bandeiras do mestre de Santiago, do mestre de Alcântara, de D. Garcia Fernandez, entre outros senhores importantes, ou seja, estava aqui posicionada a liderança castelhana<sup>76</sup>.

Nuno Álvares viu aqui a oportunidade de terminar a batalha com um golpe decisivo, mas a defesa castelhana não vacilou face ao avanço português, atirando pedras, lanças e flechas à medida que as forças do condestável subiam o cabeço, causando múltiplos feridos, incluindo o próprio Nuno Álvares segundo a *CC*, que foi ligeiramente ferido por uma seta no pé. O ataque foi parado e a vanguarda retirou quando o comandante português se apercebeu que a situação na sua retaguarda estava crítica<sup>77</sup>.

As forças castelhanas presentes na outra margem estavam a atravessar em força o Guadiana, colocando uma pressão cada vez maior sobre a posição defensiva portuguesa. No momento em que Nuno Álvares chega, após novamente abandonar a vanguarda, a linha da retaguarda estava muito perto de quebrar. O condestável auxiliou na contenção das forças castelhanas e voltou a reorganizar as linhas portuguesas<sup>78</sup>, atribuiu novas instruções aos comandantes da retaguarda e das alas, além de inspirar as fileiras portuguesas com palavras de encorajamento<sup>79</sup>.

A força portuguesa encontrava-se num estado crítico, e se o ataque sobre o cabeço castelhano falhasse novamente, seria muito provável o colapso da hoste portuguesa, pois é muito duvidoso que a retaguarda, que necessitou de ser reorganizada duas vezes, aguentasse por muito mais tempo os ataques castelhanos, ou que a vanguarda tivesse a força para um terceiro ataque<sup>80</sup>.

É importante ainda a informação fornecida por Ayala, que nos conta que tamanha era a pressão castelhana sobre a linha portuguesa que alguns guerreiros se rendiam e se juntavam ao lado castelhano<sup>81</sup>. É muito plausível que o moral das forças portuguesas

---

<sup>75</sup> *Ibidem*. p. 156.

<sup>76</sup> *Ibidem*. pp. 156-157.

<sup>77</sup> *Ibidem*. p. 157.

<sup>78</sup> Possivelmente ocupando uma posição mais defensível num dos cabeços conquistados previamente – ver anexo 7.

<sup>79</sup> *Ibidem*. p. 157.

<sup>80</sup> Tendo em conta que a vanguarda, apesar de vitoriosa nas suas ofensivas sobre os cabeços, ia sendo desgastada a cada posição tomada, moralmente, fisicamente e nas baixas que acumulava.

<sup>81</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero - *Cronicas de los Reyes de Castilla*. p. 239.

estivesse no seu ponto mais baixo, o que poderá ter resultado em desertores, uma eventualidade comum na guerra, especialmente quando temos em conta que estavam presentes nobres portugueses na hoste castelhana. Se tais rendições decorreram, é quase certo que tenham acontecido na retaguarda portuguesa, que como já vimos esteve em combate aceso contra as forças castelhanas presentes na margem oposta.

Após reorganizar a sua retaguarda, o condestável regressou à posição da vanguarda, que descansava desde a ausência do seu comandante. Nuno Álvares ordenou que os seus guerreiros entrassem em formação e avançassem novamente sobre a posição castelhana no cabeço<sup>82</sup>.

É nesta fase da batalha que decorre o episódio da reza, em que Nuno Álvares terá abandonado a sua hoste para orar e pedir intervenção divina a favor da sua hoste pressionada. Segundo as crónicas portuguesas, o condestável efetuou a sua oração entre uns penedos isolados, enquanto os seus guerreiros eram bombardeados por projéteis castelhanos, muitos ficando feridos e alguns mesmo morrendo.<sup>83</sup> O comandante português foi eventualmente encontrado por um dos seus cavaleiros, que lhe pediu para regressar, sendo este pedido recusado por Nuno Álvares. Isto repetiu-se com mais cavaleiros, que imploravam que o seu líder regressasse e comandasse um contra-ataque, mas o condestável não cedeu, só se levantando após terminada a sua oração<sup>84</sup>.

Apesar da grande devoção e piedade demonstrada pelo condestável durante a sua vida<sup>85</sup>, este evento não deve passar de um elemento embelezador para a brutalidade de uma batalha. É extremamente difícil de acreditar que um comandante<sup>86</sup> abandonasse a sua hoste a meio de uma batalha, da qual não havia fuga possível, enquanto a moral dos seus homens devia estar perto de colapsar, estando a vanguarda sobre fogo castelhano oriundo do cabeço fortificado e a retaguarda fortemente pressionada.

É completamente plausível que Nuno Álvares, e todos os seus guerreiros, individualmente implorassem e orassem pela vitória, e a sua vida. O campo de batalha medieval era altamente movido pela fé, como aponta João Gouveia Monteiro “o sentimento religioso sempre auxiliava os combatentes a superar os seus medos”<sup>87</sup>.

---

<sup>82</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...) p. 157.

<sup>83</sup> *Ibidem*. p. 157.

<sup>84</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 150.

<sup>85</sup> Nuno Álvares terminou os seus dias como um humilde monge inclusive.

<sup>86</sup> Inclusive com a experiência de batalha de Nuno Álvares.

<sup>87</sup> MONTEIRO, João Gouveia- *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. (...) p. 467.

Mas uma ausência do seu comandante colocava, em primeiro lugar a hoste portuguesa sem liderança, o que muito provavelmente levaria a um colapso das linhas, altamente pressionadas, e do moral dos guerreiros, que eram sem dúvida inspirados pela coragem e habilidade marcial do condestável, e em segundo plano, poderia resultar na captura do condestável, isolado no caos da batalha, por forças inimigas, o que colocaria um fim imediato à batalha.

Colocando a veracidade deste pequeno evento de lado, a batalha iria agora entrar na sua fase final, que ainda se encontrava longe de decidida. Esta deve ter sido a última jogada por Nuno Álvares para inverter o rumo da batalha. Se este ataque tivesse sido repulso, muito provavelmente um contra-ataque castelhano quebrava o que restava da coesão da vanguarda portuguesa, que deve ter gastado as suas últimas energias nesta ofensiva. Enquanto este confronto decorria, a pressão castelhana sobre a retaguarda portuguesa aproximava-se cada vez mais de quebrar as linhas do Prior do Hospital, apanhando a vanguarda portuguesa em ambos os lados.

O condestável liderou a sua vanguarda num último ataque sobre o cabeço fortificado. Enquanto as forças portuguesas atacavam monte acima, os castelhanos contra-atacaram, descendo do cabeço contingentes de cavalaria e peões liderados pelo Mestre de Santiago, e confrontando a força inimiga na descida. Esta carga monte abaixo deu mais ímpeto à força castelhana, mas a vanguarda portuguesa, toda a pé não cedeu, e gerou uma dura batalha na encosta. A vanguarda portuguesa, pela sua vantagem de experiência ou simplesmente pela pura ferocidade do seu ataque, penetrou a linha castelhana, encontrando e derrubando D. Pedro Moniz do seu cavalo e decapitando o mestre de Santiago, tal como outros cavaleiros de renome castelhanos<sup>88</sup>.

As forças castelhanas, completamente desmoralizadas com a morte do seu comandante, iniciaram uma retirada desorganizada<sup>89</sup>, que rapidamente se tornou numa debandada geral, enquanto a restante nobreza castelhana abandonou o campo de batalha, temendo sofrer o mesmo final que o Mestre de Santiago<sup>90</sup>.

Ao observar as bandeiras portuguesas sobre o cabeço conquistado e a fuga da força principal, a hoste castelhana da margem oposta bateu também retirada, abandonando o campo de batalha. Nuno Álvares ordenou que os seus cavaleiros montassem novamente, perseguindo a força castelhana por uma légua, regressando à

---

<sup>88</sup> *Ibidem*. p. 151-152.

<sup>89</sup> Ver anexo 7.

<sup>90</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero- *Cronicas de los Reyes de Castilla*. p. 140.

força portuguesa ao cair da noite, que havia montado acampamento em Valverde. As baixas da vanguarda portuguesa neste último ataque foram consideráveis, mas reduzidas em comparação às infligidas à força castelhana<sup>91</sup>.

A CC aponta que a batalha durou dois dias, de sol a sol<sup>92</sup>. Isto parece-me muito improvável, primeiramente porque não há nenhuma informação presente sobre o fim de hostilidades e um regresso ao acampamento. E em segundo plano, seria um erro estratégico muito grande montar acampamento tão perto do inimigo, especialmente neste caso, pois as forças castelhanas rodeavam a posição portuguesa, e muito facilmente podiam marchar sobre os portugueses acampados durante a noite.

Pensamos que a batalha tenha decorrido ao longo do dia, tendo a hoste portuguesa chegado ao campo de batalha pela manhã, onde foram travados os primeiros combates. A travessia da hoste rodeada sucedeu-se por volta do meio-dia, depois disto a vanguarda passou o início da tarde nos combates pelos primeiros três cabeços. Sucederam-se então as duas reorganizações da retaguarda, com o primeiro ataque falhado sobre o cabeço do mestre de Santiago no seu meio, sendo o ataque decisivo lançado a meio da tarde, gerando umas horas de combate aceso, até à morte de D. Pedro Moniz, seguida de uma perseguição montada até ao anoitecer dos castelhanos que fugiam do campo de batalha.

#### **2.4. Considerações sobre Valverde e o regresso dos vitoriosos**

A vitória portuguesa deve-se a múltiplos fatores. A diferença de qualidade entre as hostes impactou muito o rumo da batalha, a proficiência da hoste portuguesa permitiu as estratégias arrojadas de Nuno Álvares, que lançou metade da sua hoste em múltiplos ataques sobre posições fortificadas por um inimigo numericamente superior, enquanto a outra metade defendeu, sem a sua presença, a margem recém-conquistada das restantes forças castelhanas.

O comando de Nuno Álvares Pereira foi importantíssimo, conseguindo responder a uma situação muito desfavorável. O condestável executou uma travessia de um rio debaixo de fogo, cercado por combate em ambas as margens, um feito militar notável. O ataque da vanguarda portuguesa, comandada pelo mesmo, foi muito eficaz, só parando na verdadeira barreira que era o último cabeço. Esta batalha exemplifica bem a excelência marcial do condestável, que conseguiu manter a iniciativa da batalha firmemente na sua mão, apesar de se encontrar numa enorme desvantagem numérica. Além disso, são de

---

<sup>91</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...). p. 152.

<sup>92</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...). p. 159.

notar as suas reorganizações da retaguarda, que estabilizaram a defesa portuguesa da margem. O seu comando a partir da linha da frente, combinado com a sua habilidade de inspiração, impediram ainda o moral português de colapsar.

É também de apontar a qualidade dos comandantes secundários da hoste portuguesa, nomeadamente o prior do Hospital, que liderou uma defesa forte da retaguarda face a múltiplos ataques castelhanos, que foi fulcral para a vitória portuguesa.

Em contraste, é de criticar a liderança castelhana, que não conseguiu atingir vitória sobre a força portuguesa, apesar da sua grande vantagem numérica e de terreno. A divisão da força castelhana em ambas as margens do rio foi um erro tático que condenou o lado castelhano. O cerco parcial montado na fase inicial da batalha foi uma manobra notável, mas foi incapaz de impedir a travessia por parte da hoste portuguesa. Após isto, a segunda metade do exército castelhano teve de atravessar o rio, de forma a perseguir a retaguarda portuguesa, que foi capaz de defender a margem do Guadiana, impedindo que esta viesse ao auxílio do Mestre de Santiago.

Mesmo apesar disto, a vitória estava bem ao alcance das forças castelhanas, mas a complacência da liderança castelhana condenou-os à derrota. As forças do Mestre de Santiago escolheram espalhar a sua força pelos diferentes cabeços, não usufruindo da sua vantagem numérica, caindo um atrás do outro para a vanguarda portuguesa. A liderança castelhana podia ter consolidado a sua força, e ter lançado um ataque coordenado a partir dos cabeços e da margem oposta, cercando novamente a hoste portuguesa. Se um novo cerco tivesse sido efetuado pela força castelhana inteira, a derrota da hoste invasora seria quase garantida.

O que levanta a pergunta, porquê a divisão da força castelhana? Se esta tivesse ficado unida na margem oriental, efetuando o mesmo cerco inicial com o número total dos seus efetivos, tinham triunfado sobre o condestável. É possível que a liderança castelhana pensasse que metade da sua força era suficiente para derrotar Nuno Álvares, ou pelo menos parar a sua travessia. Ou talvez o plano original castelhano fosse defender os cabeços do outro lado do rio com a sua força inteira, e a aproximação da hoste portuguesa os apanhou durante este movimento, decidindo adotar outra estratégia.

É muito difícil apurar número para as baixas de ambos os lados, mas seguro que as baixas foram altas para ambos os lados. Acredito que as baixas castelhanas tenham sido consideravelmente superiores às baixas da hoste portuguesa, mas, devido à grande diferença numérica, a percentagem de baixas dentro da força portuguesa deve ter sido notável. Podemos considerar então que, a nível tático, foi uma vitória pírrica para as



forças portuguesas, devido às baixas sofridas, mas uma vitória decisiva a nível estratégico. Nuno Álvares havia eliminado uma parte importante da liderança castelhana, tendo morrido em batalha o Mestre de Santiago, um dos mais importantes líderes militares de Castela, além do dano causado sobre importantes reservas de homens castelhanos, infligindo um golpe mortal ao esforço de guerra inimigo. Seria a última batalha desta escala no conflito, o que demonstra bem o seu impacto.

No que toca à mais notável das baixas castelhanas, D. Juan I substituiu o recém-falecido D. Pedro Moniz por D. Garcia Fernandez de Villagarcia como comendador maior de Castela na Ordem de Santiago<sup>93</sup>.

Após uma noite de descanso, a hoste portuguesa continuou a sua marcha em direção a Portugal, passando por Mérida, onde se tinham refugiado muitos sobreviventes da batalha que, segundo as crónicas, saíram da vila para observar a hoste portuguesa, sendo forçados a regressar por um destacamento enviado pelo condestável. A hoste acampou em Senerra, onde novamente foi observada, tendo supostamente ganho Nuno Álvares a admiração dos seus inimigos. Após estes episódios, a hoste marchou novamente em direção a Portugal, com o Condestável na retaguarda, caso houvesse alguma tentativa final de o parar, mas esta chegou tranquilamente a Elvas, onde foi recebida com entusiasmo pela população, expondo todos os prisioneiros, saque e gado capturados. Terminava assim a grande incursão de Nuno Álvares, após 18 dias de campanha<sup>94</sup>.

Sobre a data da batalha, ela é normalmente colocada na segunda ou na terceira semana de outubro, mas João Gouveia Monteiro propõe que esta tenha sido travada entre 5 e 7 de outubro, apontando que D. João I, que é informado dos acontecimentos ainda no Porto, só esteve presente na cidade até ao dia 14<sup>95</sup>, o que significaria que ela foi lançada na terceira semana de setembro, e que a preparação desta incursão tivesse começado ainda no mês de agosto.

Este pormenor da descoberta dos acontecimentos de Valverde pelo rei é exposto por Fernão Lopes, que revela que o rei D. João I não se encontrava informado desta expedição do seu Condestável. O que por si expõe claramente o grau de independência que Nuno Álvares tinha nas suas ações, além da confiança que o mestre de Avis tinha depositado no seu principal general. O monarca descobriu os eventos através do próprio

---

<sup>93</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero- *Cronicas de los Reyes de Castilla*. p. 140.

<sup>94</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 153.

<sup>95</sup> MONTEIRO, João Gouveia- *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do Condestável*. (...) p. 117-118.

Nuno Álvares, que lhe pediu perdão pelas suas ações. D. João ficou muito satisfeito com a campanha, recompensando o seu Condestável com o condado de Barcelos<sup>96</sup>.

## Conclusão

A batalha de Valverde foi um confronto de grandes proporções, e marca-se como a última batalha desta envergadura na Crise de 1383/85, apesar do conflito entre os reinos de Castela e Portugal se prolongar até 1411, quando paz foi finalmente acordada entre os dois beligerantes.

Este confronto surge como resultado de uma incursão por parte de uma hoste de número considerável e extremamente autónoma, sob o comando do condestável de Portugal, D. Nuno Álvares Pereira, que havia sido reunida em Évora desde o final de agosto, sendo a campanha lançada na terceira semana de setembro, durando 18 dias.

A incursão foi caracterizada pelo saque de muito gado e pilhagem dos povoamentos no caminho da hoste, resultando em grande destruição sobre as terras invadidas. O objetivo desta campanha é incerto, mas creio que a batalha de Valverde terá sido desejada pelo condestável. Nuno Álvares, além de preferir batalhas campais a cercos prolongados, desejava enfraquecer a liderança castelhana e o esforço de guerra de Castela, capitalizando após a grande vitória de Aljubarrota. Tomavam agora a iniciativa as forças de D. João I, enquanto os castelhanos eram colocados na defensiva.

Apesar de desejar uma batalha decisiva, duvidamos que o condestável estivesse à espera da resposta que recebeu, visto que a nobreza e as ordens militares reuniram uma grande força, que colocava a sua numa enorme desvantagem numérica, após um levantamento de tropas nas regiões da Andaluzia, Extremadura e a fronteira com Aragão, além das grandes cidades de Sevilha e Córdoba.

A hoste procurou atravessar o Guadiana, em Valverde de Mérida, de forma a regressar a Portugal, local onde foram confrontados. As forças de Nuno Álvares foram rodeadas na sua chegada ao campo de batalha, escolhendo o comandante português forçar a travessia do rio, de forma a estabilizar a sua frente de batalha. O confronto divide-se em dois focos, a defesa da margem do Guadiana pela retaguarda face aos ataques da força castelhana secundária, e os ataques da vanguarda sobre os cabeços em volta da margem.

O combate foi feroz, e após horas de combate, que viram Nuno Álvares alternar entre a vanguarda e a retaguarda, e ataques sem sucesso sobre a posição castelhana, a

---

<sup>96</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...) p. 162.

derrota era iminente. O condestável liderou um último ataque sobre um dos cabeços, após ter sido avistada a bandeira do mestre de Santiago, o comandante principal da força castelhana. Este ataque resultou na morte do mestre, o que quebrou a moral castelhana, que iniciaram uma debandada geral, sendo perseguidos por uma légua pela hoste de Nuno Álvares.

Esta investigação teve como objetivo a exploração da batalha de Valverde, um confronto de armas rodeado por múltiplas questões, tais como o objetivo desta campanha ou o número de guerreiros que nela participavam. No seu desenvolvimento, procuramos possíveis soluções para essas questões, com o auxílio das descrições presentes nas crónicas, que são a nossa única porta de entrada para este evento, acompanhadas da comparação a uma campanha sua contemporânea mais clara, com detalhes muito semelhantes, de forma a obter uma visão mais aproximada da realidade, e do uso de alguma especulação e reflexão, apoiada nas descrições das crónicas e na bibliografia selecionada.

Esperamos que este trabalho tenha sucedido nos seus objetivos, e que tenha contribuído para a exploração da batalha de Valverde, ao propor possíveis respostas às suas múltiplas perguntas. Pretendemos ainda demarcar a importância deste confronto de armas, que muitas vezes vive na sombra da batalha travada em Aljubarrota, sendo simplesmente vista como uma continuação dela, possivelmente como uma segunda ronda da batalha real. Propomos que Valverde tenha sido muito mais que isso. Apesar da vitória em Aljubarrota ter conferido a iniciativa da guerra ao lado de D. João I, na nossa ótica, Valverde foi o golpe devastador final à causa castelhana, orquestrado por Nuno Álvares, que viu não só um dos seus principais comandantes morto, mas também importantes reservas que não tinham participado na batalha ao lado de D. Juan, devastadas e derrotadas pelo condestável de Portugal. Propomos então que Valverde foi uma capitalização sobre a iniciativa ganha em Aljubarrota, sendo infligido um golpe mortal na capacidade militar castelhana, do qual o enfraquecido reino iria ter grandes dificuldades em recuperar.

## **Fontes Impressas**

*Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972.

LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. Porto, Livraria Civilização, 1983.

LÓPEZ DE AYALA, Pero- *Cronicas de los Reyes de Castilla: Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III*. Madrid, 1779: Imp. de Antonio de Sancha.

### **Bibliografia**

Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 1999-2000 Vols. I, II, III, V, coord. de Joel Serrão.

MARQUES, A. H. de Oliveira- *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987. Vol. 4 de: Nova História de Portugal/dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques.

MONTEIRO, João Gouveia- *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998. (Poliedro da história). ISBN 972-46-0961-8.

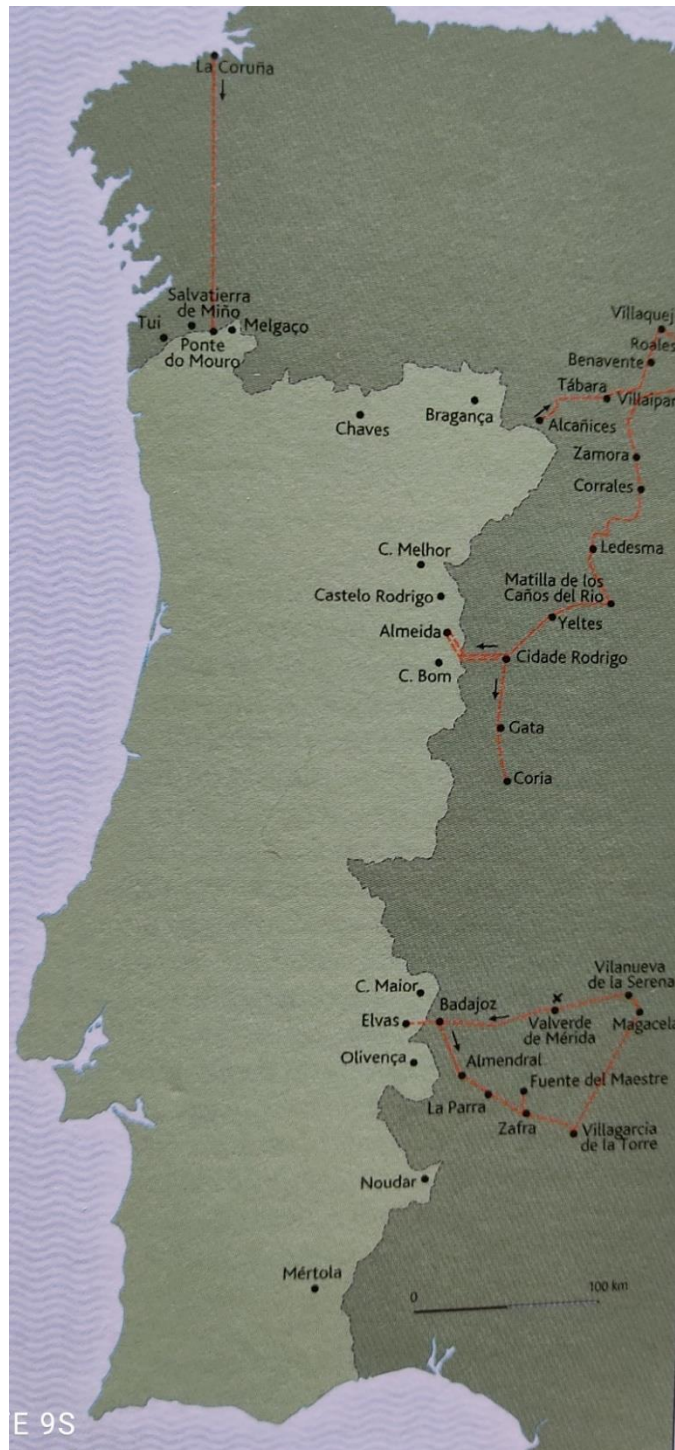
MONTEIRO, João Gouveia- “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449)- Os desafios da Maturidade”, in *Nova História Militar de Portugal*, coord. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004.- ISBN 972-42-3075-9.

MONTEIRO, João Gouveia- *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do Condestável*. Barcarena: Letras & Diálogos, 2017. (Manuscrito). ISBN 978-989-8871-24-4.

MONTEIRO, João Gouveia; SILVA, Vasco Jorge da – “O real: A experiência da Guerra”, in *Nova História Militar de Portugal*, coord. Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004. ISBN 972-42-3071, pp.12-41.

## Anexos

Figura 1- A guerra entre Portugal e Castela, 1385-1393



Fonte: A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, pág. 533.

Mapa in: MONTEIRO, João Gouveia- De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449)- Os desafios da Maturidade, in *Nova História Militar de Portugal*, coord. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004. pág. 275.

**Tabela 1- Tabela com as informações sobre número de efetivos presentes nas crónicas**

	Crónica do Condestável <sup>97</sup>	Crónica de D. João I <sup>98</sup>	Crónica dos Reis de Castela <sup>99</sup>
<i>Lanças</i>	800	1000	800
<i>Peões</i>	6000	2000 <sup>100</sup>	6000

<sup>97</sup> *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. (...). pág.147-148.

<sup>98</sup> LOPES, Fernão- *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. (...). pág.140.

<sup>99</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero- *Cronicas de los Reyes de Castilla*. pág. 239.

<sup>100</sup> Além de peões, Fernão Lopes aponta que este contingente de 2000 efetivos incluía besteiros.



**Figura 2- Panorâmica atual da região de Valverde, Mérida**



Imagem in: MONTEIRO, João Gouveia- “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449)- Os desafios da Maturidade”, in *Nova História Militar de Portugal*, coord. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004. pág. 276.

**Figura 3- Mapa da primeira da fase da batalha de Valverde, de autoria própria**

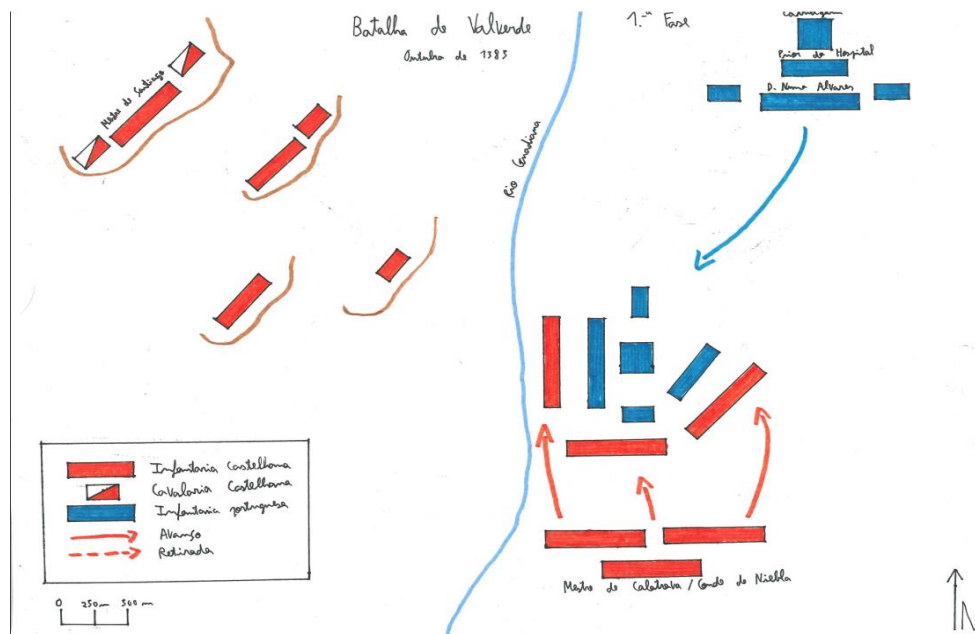




Figura 4- Mapa da segunda fase da batalha de Valverde, de autoria própria

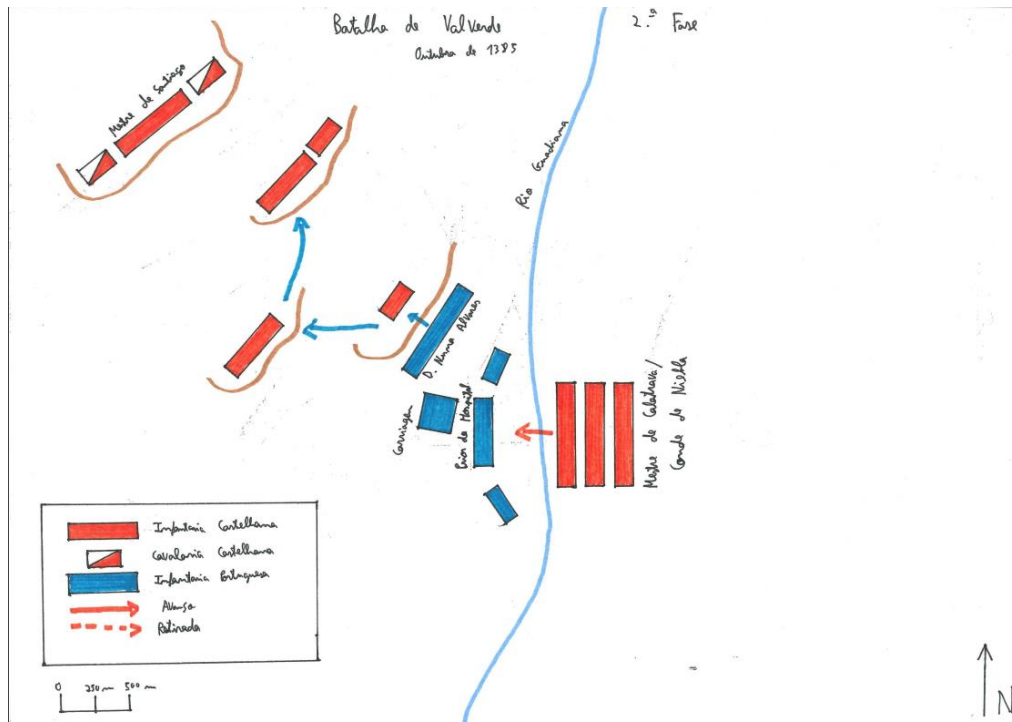


Figura 5- Mapa da terceira fase da batalha de Valverde, de autoria própria

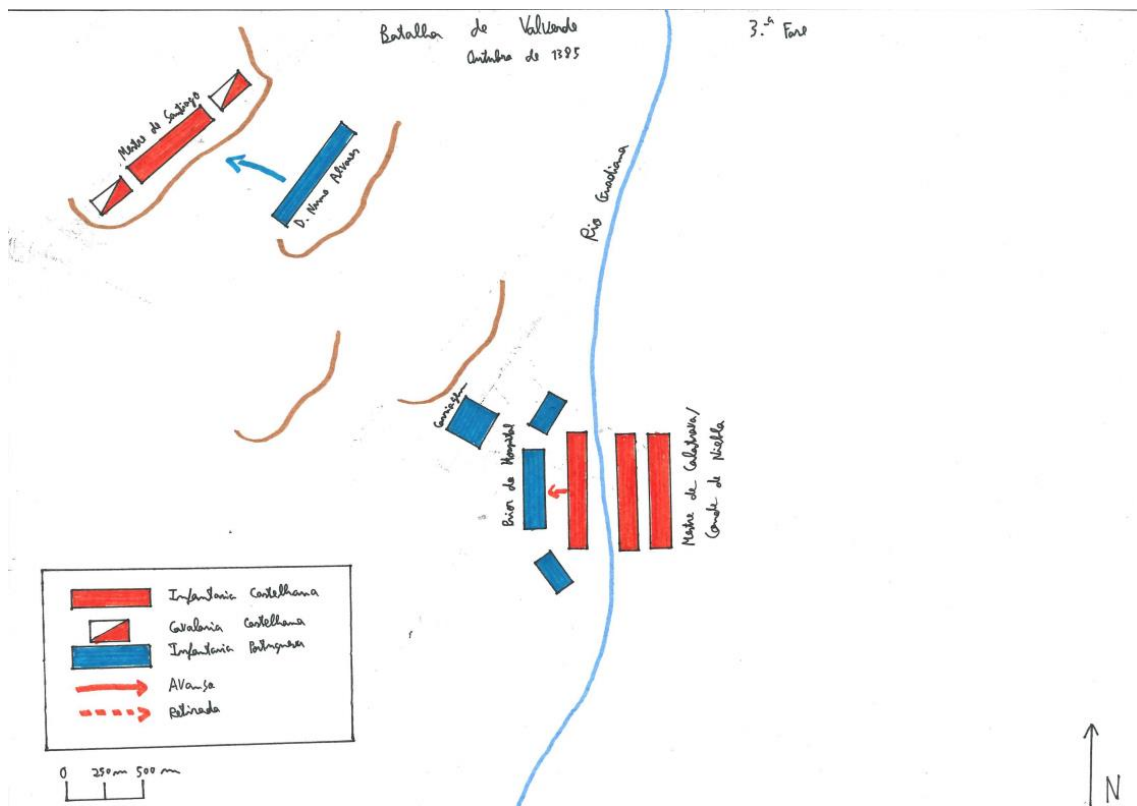
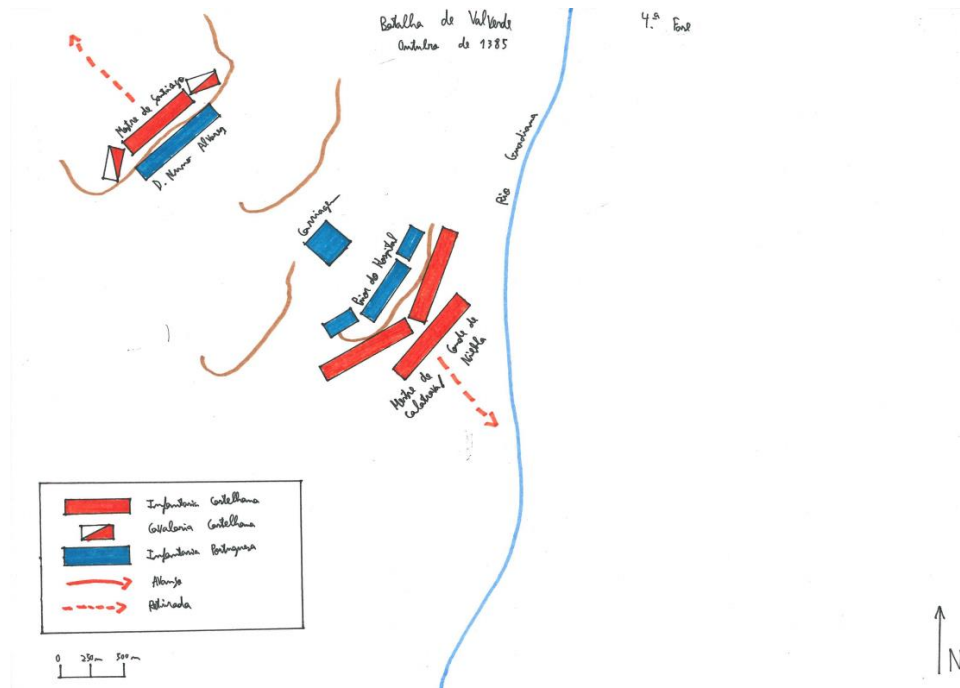


Figura 6- Mapa da quarta e última fase da batalha de Valverde, de autoria própria



## O Julgado de Vermoim nas inquirições de 1288: a propriedade, usurpação e violência

Paulo Manuel Moreira Lázaro Rodrigues  
laz1414@gmail.com

### Resumo

É nosso propósito com a realização deste artigo caracterizar sob o ponto de vista da organização do território o Julgado de Vermoim nos finais da centúria de Duzentos, sob a perspectiva das Inquirições de D. Dinis de 1288. Foi recolhida informação relativa à propriedade e proprietários, usurpações e a violência sobre os oficiais régios e também alguns aspetos peculiares registados pelos oficiais régios em 44 freguesias no Julgado de Vermoim, de acordo com a fonte supracitada. O Julgado de Vermoim corresponde territorialmente ao atual concelho de Vila Nova de Famalicão, com algumas exceções de freguesias agora integradas em concelhos limítrofes. O território em análise salienta-se por características gerais que passamos a sintetizar. A propriedade está em grande parte em mãos régias, da pequena nobreza local e de ordens religiosas, embora se tenha destacado a presença de pequenos proprietários por razões que adiante veremos.

**Palavras-chave:** Julgado de Vermoim; Propriedade; Usurpações; Violência; Séc. XIII.

### Abstract

It is our purpose with this article to characterize, from the point of view of the organization of the territory, the *Julgado de Vermoim* at the end of the 13th century, from the perspective of the *Inquirições* of D. Dinis in 1288. Information was collected regarding the property and owners, usurpations and violence against royal officers and also some peculiar aspects recorded by royal officers in 44 parishes in the Judiciary of Vermoim, according to the aforementioned source. The *Julgado of Vermoim* corresponds territorially to the current municipality of Vila Nova de Famalicão, with some exceptions of parishes now integrated into neighboring municipalities. The territory under analysis stands out for its general characteristics that we will summarize. The property is largely in royal hands, the local gentry and religious orders, although the presence of small landowners has been highlighted for reasons that we will see later.

**Keywords:** Julgado de Vermoim; Propriedade; Usurpações; Violência; Séc. XIII.

### Introdução

O Entre Douro e Minho medievo, pelas suas características da ocupação humana, da geografia e da coexistência no território de poderes com origens e características díspares (clero regular e secular, concelhos, terras reguengas e nobreza senhorial), oferece condições singulares para o estudo da sua organização territorial. O Julgado de Vermoim tinha os seus limites/confrontações, a sul, pelo rio Ave, a Este pelo Julgado de Guimarães, a Oeste pelo de Faria, e a Norte pelos Julgados de Penafiel de Bastuço e Braga. O território do Julgado de Vermoim em 1288, correspondia quase inteiramente ao atual território do

concelho de Vila Nova de Famalicão, com algumas exceções pontuais de freguesias que atualmente se encontram integradas em municípios vizinhos.

Trata-se de um espaço disputado pelos diversos poderes senhoriais, pela sua importância socioeconómica e política, que é “... consequência, em grande parte, da liberalidade régia e da necessidade do monarca velar pelo povoamento e correta administração do território, se tende a expandir muitas vezes como as próprias Inquirições comprovam à margem e não raramente à custa do património fundiário e dos direitos da Coroa.”<sup>1</sup>.

Para justificar a nossa seleção, tivemos três critérios importantes. Em primeiro, o facto de se verificar neste espaço a confluência de diferentes poderes senhoriais (leigos e não leigos), cujas relações merecem ser analisadas aprofundadamente. Em segundo lugar, pela falta de bibliografia/ estudos para esta cronologia, um vazio que pretendemos com este artigo colmatar. Por último, por possuímos uma ligação ancestral com o território designado.

Na senda de uma centralização precoce no contexto do Ocidente Europeu, os monarcas portugueses foram pioneiros ao lançar sucessivas Inquirições Gerais<sup>2</sup>. Estas foram um instrumento essencial para averiguar determinados aspetos da administração régia e senhorial, assim como para indagar acerca dos direitos régios e abusos e usurpações dos mesmos. Nas palavras de José Mattoso;

o facto de ter abrangido precisamente todas as terras em que predominava uma organização tradicional de tipo senhorial e nas quais passou a funcionar como instrumento demonstrativo da supremacia régia, o contacto direto que os funcionários régios tiveram com os dependentes das terras de regime senhorial, tudo isto fez com que as inquirições se tornassem, na prática, um dos mais firmes pontos de partida da centralização monárquica e do seu reconhecimento social<sup>3</sup>

Luís Krus define as várias Inquirições Gerais como “... uma das medidas jurídicas mais importantes para o fortalecimento do poder régio e para a construção de uma ideologia monárquica sobre que repousa a ideia de um país e em parte, a de nação.”<sup>4</sup>. D. Afonso II lança as bases para a consolidação do poder régio, num processo que Hermínia Vilar define como “Confirmar e Inquirir”<sup>5</sup>.

Numa primeira fase é solicitado aos concelhos, ordens religiosas e nobreza senhorial as cartas de doação que legitimam a suas propriedades e o direito de cobrar

---

<sup>1</sup> FONTES, João Luís Inglês – *A Terra de Vermoim nas Inquirições de 1220*, p.4.

<sup>2</sup> KRUS, Luís – “Inquirições” in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, p. 343.

<sup>3</sup> MATTOSO, José – *O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política*, p.906.

<sup>4</sup> KRUS, Luís – “Inquirições” in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, p. 344.

<sup>5</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II*, p.179.

impostos. O monarca reserva para si o direito de confirmar as doações anteriores, submetendo assim à autoridade do rei todos os senhores laicos e eclesiásticos. Entre 1217 e 1221 verifica-se um movimento de confirmações gerais por parte de D. Afonso II, Hermínia Vilar refere que o número de documentos relativos ao processo de confirmações baixa substancialmente em meados de 1220, devido à “... pressão decorrente das alterações e da turbulência que, entretanto, se desencadeiam e que irão marcar os últimos anos de governo e vida de Afonso II”<sup>6</sup>.

No entanto, o lançamento das confirmações gerais revela uma alteração de postura por parte do monarca relativamente ao controlo da propriedade régia e das fontes de rendimento. Com as Inquirições de 1220, as primeiras de âmbito mais alargado no território português, procura-se inventariar as terras e direitos devidos ao monarca, inquirindo sobre a sua situação atual, bem como a memória das testemunhas relativa a situações anteriores.

Largos espaços do norte da Beira, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho foram objeto do levantamento, que requereu a constituição de um grupo relativamente numeroso de inquiridores. As Inquirições de D. Afonso II são uma forma embrionária de controle e supervisão do património régio e a primeira iniciativa no sentido da consolidação do poder régio português que será continuada e aperfeiçoada pelos seus descendentes.

D. Afonso III entre 1253 e 1258 toma diversas medidas com o objetivo de consolidar a sua autoridade. Reuniu cortes em 1254 para avaliar o estado do reino e ouvir os representantes das três ordens num difícil contexto económico. Consciente de que o período antecedente à sua subida ao trono fora conturbado, pretendeu averiguar as usurpações de direitos régios bem como procurar restaurar a autoridade régia. Leontina Ventura<sup>7</sup> afirma que D. Afonso III utiliza a inquirição como instrumento de governo incorporando neste processo as vertentes administrativas, fiscais, económicas e também judiciais.

D. Afonso III promulga numerosos forais, aforamentos coletivos e cartas de povoamento, esforçando-se por facilitar o pagamento dos direitos régios em moeda e afirmando o seu direito de cunhar e partir moeda. O conflito com o Bispo de Porto relativamente à cobrança de direitos alfandegários que levará à confirmação régia do Foral de Vila Nova de Gaia captando para os cofres régios os respetivos direitos é um

---

<sup>6</sup> *Idem, Ibidem*, p. 192.

<sup>7</sup> VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, p. 108.

indicador da postura do monarca relativamente aos poderes senhoriais instalados no território<sup>8</sup>.

Era agora objetivo de D. Afonso III uma avaliação do estado dos bens e rendimentos da coroa. Para tal tornava-se imprescindível a elaboração de um cadastro da propriedade régia que aferisse com que exatidão os seus foros e direitos eram arrecadados e o grau das usurpações aos direitos régios. As Inquirições Gerais de 1258, cuja organização tinha sido cuidadosamente planeada durante o ano anterior, são a sequência natural do inquérito régio de 1220 ordenado por seu pai. Os inquiridores foram diligentemente escolhidos “... entre os homens da Igreja e das oligarquias urbanas para, *tanto no interesse do povo como no do rei*, procurarem saber... acerca dos direitos da coroa...”<sup>9</sup>. Os inquiridores percorreram as regiões do Minho, Trás-os-Montes e parte das Beiras divididos em cinco alçadas e com base nos depoimentos recolhidos através das declarações de testemunhas, foram inventariando os reguengos, as terras foreiras do rei, os padroados régios e as terras, que fraudulentamente, a nobreza e o clero tinham convertido em honras. Todos os depoimentos testemunhais foram registados por escrito, denotando a importância dada à redação administrativa como elemento de prova e sobretudo como memória para o exercício de um poder régio continuado, sendo na perspetiva de Luís Krus, uma evolução radical na relação entre o rei e a população, assim, “... entre o Norte e o rei passarão a estar os funcionários e os letrados, a aristocracia cortesã.”<sup>10</sup>.

Iria Gonçalves<sup>11</sup> salienta que o rei ou pelo menos a sua chancelaria, instalava-se habitualmente em centros urbanos de alguma importância, D. Afonso III acompanhou de perto o trabalho dos oficiais régios deslocando-se para Guimarães<sup>12</sup> onde permaneceu cerca de três meses, onde poderia ser consultado na eventualidade de surgirem obstáculos à realização do inquérito régio.

As inquirições levadas a cabo pelas cinco alçadas permitiram que D. Afonso III dispusesse de um retrato relativamente fiel da propriedade e proprietários, assim como dos direitos devidos à Coroa. Fez-se verificar, igualmente, uma forte implantação dos poderes senhoriais neste território que se traduz pela constatação de frequentes usurpações aos direitos régios registadas no inquérito, a este propósito Luís Krus declara;

---

<sup>8</sup> *Idem, Ibidem*, p.149-154.

<sup>9</sup> *Idem, Ibidem*, p.109.

<sup>10</sup> KRUS, Luís – *Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III*, p.76.

<sup>11</sup> GONÇALVES, Iria – *Por Terras de Entre Douro e Minho com as Inquirições de D. Afonso III*, p. 181.

<sup>12</sup> VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, p.108.

As Inquirições de 1258 corporizam um determinado modelo de sociedade: uma sociedade, ainda que tripartida, fundamentalmente binária, baseada num poder régio forte, aglutinador e neutralizador dos grupos sociais dominantes (clero e nobreza) e na importância dos concelhos que representariam sobretudo a população urbana; como garante e suporte, os letrados<sup>13</sup>.

Durante o reinado de D. Afonso III, foi aberto o caminho para a construção de uma máquina administrativa intermédia com um campo de atuação regional, constituída por oficiais régios locais que proporcionaram a consciencialização junto das estruturas de poder local da existência de uma cadeia de poder que tinha no topo o rei<sup>14</sup>. Os oficiais régios locais são um recurso humano, nas palavras de Amélia Andrade citada por Leontina Ventura, “imprescindível para dotar o reino de uma administração periférica ou pelo menos, abrir caminho para a sua formação”<sup>15</sup>.

D. Dinis prosseguiu o caminho de consolidação do poder régio lançando vários inquéritos por iniciativa da Coroa ao longo do seu reinado. O tempo de D. Dinis representou uma nova fase na consolidação do poder régio, iniciada por seu avô e prosseguida por seu pai. Em 1284 é ordenada a primeira Inquirição Geral do seu reinado, à superfície similar às realizadas em 1220 e 1258, todavia “... refletem um aumento significativo, quer quantitativo quer qualitativo, na recolha de informações sobre os abusos perpetrados pela nobreza”<sup>16</sup>. As Inquirições Gerais de 1284, abrangeram uma área bastante restrita, mas que parece ter sido judiciosamente escolhida pelo monarca para efetuar as primeiras inquirições do reinado, funcionando como um verdadeiro “banco de ensaios”, incidindo numa área que nunca tinha sido inquirida antes com a declarada intenção de detetar abusos senhoriais. Sendo um espaço de senhoriação relativamente recente e onde com mais facilidade se poderiam aferir esses mecanismos de usurpação de direitos régios, sem colidir com os núcleos dominiais das famílias mais poderosas<sup>17</sup>.

O inquérito seguinte, as Inquirições Gerais de 1288, atingiu uma área nunca antes inquirida, levando os inquiridores a percorrer o território entre a fronteira com a Galiza até ao rio Tejo. Tratou-se do maior levantamento da propriedade privilegiada jamais efetuado, assim como também simbolizou todo o esforço centralizador de D. Dinis, ao

---

<sup>13</sup> KRUS, Luís – *Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III*, p. 78.

<sup>14</sup> VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, p. 108.

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem*, p. 109.

<sup>16</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *D. Dinis*, p. 94.

<sup>17</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Para o estudo da fiscalidade régia em Portugal. As inquirições gerais dos séculos XIII e XIV*, p. 12.



longo de um reinado que ficaria marcado pela incessante vontade régia de controlar o grupo nobiliárquico<sup>18</sup>.

## 1. Metodologia

Foram apreciadas as 44 freguesias constantes do inquérito régio, num total de 101 depoimentos. A consulta do segundo volume da tese de doutoramento do Padre Avelino de Jesus da Costa<sup>19</sup>, revelou-se instrumental para a identificação e integração das freguesias do Julgado de Vermoim na organização territorial contemporânea, não tendo sido possível identificar a denominação atual de três freguesias, a saber, *Santo André de Pradooso*, *San Lourenço* e *Sanhoane de Cavalos*.

Fundamental para a prossecução deste trabalho era a elaboração de uma base de dados que concentrasse a informação contida em cada depoimento. Importou-nos recolher dados relativos à tipologia da propriedade, quantificação da propriedade privilegiada, proprietários, usurpações e episódios de violência.

A partir dos dados recolhidos na base de dados foram concebidos os gráficos e a cartografia presente neste artigo. A cartografia foi elaborada pelo Serviço de Infografia da FLUP. Aproveitamos para agradecer ao Dr. Miguel Nogueira e ao Serviço de Infografia pela disponibilidade e simpatia que sempre demonstrou para lidar com a nossa inexperiência, proporcionando-nos um percurso de aprendizagem e crescimento que muito valorizamos.

## 2. Balanço historiográfico

A pesquisa preliminar realizada durante a fase inicial do artigo, revelou pouca exuberância na quantidade de informação bibliográfica disponível relativamente ao julgado de Vermoim. O balanço que se segue foi organizado segundo um critério cronológico, mostrando o desenvolvimento do processo de consulta bibliográfica ao longo da investigação.

O segundo volume da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, permite um olhar generalista ao Portugal do século XIII e aos conflitos entre a alta nobreza senhorial e o poder régio numa fase de consolidação dos poderes político-administrativos

---

<sup>18</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *D. Dinis*, pp. 153-157.

<sup>19</sup> COSTA, P.e Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, vol. II.

e militares de D. Dinis, na sequência de um processo de centralização do poder régio, iniciado por seu avô e continuado por seu pai.

Consultamos de José Mattoso, *A escrita da História e Identificação de um País: Oposição-Composição*, a primeira como suporte à conceptualização deste artigo, a segunda como obra de consulta, a nosso ver, indispensável para a compreensão da Idade Média em Portugal. Foi consultado ainda *O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264*, permitindo-nos um olhar sobre os processos de consolidação do poder régio.

*D. Dinis*, de José Augusto Pizarro, afigura-se como o passo seguinte para a compreensão do intervalo cronológico 1288/1304, que o autor classifica como “O Ciclo do Apogeu”. No que às Inquirições de 1288 diz respeito, a leitura da biografia do *Rei Lavrador* revela que tão decisivo foi o processo de inquérito como as Sentenças de 1290, exigindo que as terras ilegalmente honradas fossem devassas.

*D. Afonso II* e *D. Afonso III* de Hermínia Vasconcelos Vilar e Leontina Ventura respetivamente, revelaram-se pertinentes para compreensão da evolução do processo de centralização do poder régio através das Inquirições.

De Luís Krus, *Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III*, permitiu-nos compreender os processos políticos e administrativos subjacentes aos inquéritos régios, com *D. Dinis e a herança dos Sousas*, recolhemos alguma informação relativa à honra de Estrufe do Julgado de Vermoim, uma honra “mui pecena”, onde se verificaram atritos entre o conde Gonçalo Garcia e uma povoação limítrofe que o conde pretendia anexar (Rebordelo). Retiramos um mapa toponímico que, apesar de limitado ao espaço geográfico de Estrufe, auxiliou na contextualização cartográfica do espaço geográfico de Vermoim. Foi consultada ainda a entrada “Inquirições” no *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*.

De Iria Gonçalves *Por Terras de Entre Douro e Minho com as Inquirições de D. Afonso III*, o artigo de José Mattoso, Luís Krus e Olga Bettencourt *As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - O julgado de Aguiar de Sousa*, a monografia de José Mattoso, Amélia Andrade e Luís Krus *Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias* e de José Mattoso, Amélia Andrade e Luís Krus *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XII*, apesar de na sua maioria contemplarem cronologias anteriores, ajudaram a definir a estrutura e conteúdos do trabalho que agora apresentamos, servindo de inspiração e modelo, naturalmente adaptado às idiossincrasias deste artigo.

O segundo volume da tese de doutoramento de Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, revelou-se essencial para a identificação de algumas freguesias referidas nas Inquirições, que nos suscitavam dúvidas quanto à sua denominação atual e à sua localização no território do Julgado de Vermoim.

*Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)* de André Marques, proporcionou-nos contexto para a classificação da estrutura da propriedade no Entre Douro e Minho medievo.

A comunicação de João Luís Inglês Fontes no segundo Congresso Histórico de Guimarães, *A Terra de Vermoim nas Inquirições de 1220*, aborda o povoamento e a propriedade régia em Vermoim, também a comunicação de Odília Gameiro ao mesmo congresso *A propriedade régia em Guimarães nas Inquirições de 1220*, permitiu-nos um olhar sobre a propriedade régia num espaço limítrofe ao território por nós estudado.

De José Augusto Sottomayor Pizarro, *A nobreza portuguesa no período Dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325)*, permitiu-nos aferir o comportamento da nobreza perante o processo de consolidação do poder régio e a identificação das grandes casas nobres presentes no território do Entre Cávado e Ave. *Para o estudo da fiscalidade régia em Portugal. As Inquirições Gerais dos séculos XIII e XIV*, contextualiza a evolução dos processos de inquérito desde o reinado de D. Afonso II até D. Afonso IV.

A dissertação de João Portugal, *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis*, permitiu-nos retirar e citar dados quantitativos dos episódios de violência no Julgado de Vermoim registados nas Inquirições de 1284 e 1288.

Maria João Oliveira Silva, *A Viela dos Cónegos: O espaço e os homens de uma rua do Porto na Idade Média (1221/1493)*, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. Dos alvares de Trezentos à Congregação de Santa Cruz* de Aires Gomes Fernandes e *O Mosteiro de Roriz* de Francisco Carvalho Correia, este conjunto bibliográfico possibilitou a recolha de informação mais específica relacionada com um cónego do Porto que é referenciado na Inquirição de 1288 e o esclarecimento relativo às Ordens às quais os mosteiros descritos no inquérito régio pertencem.

A leitura da dissertação de Daniel Filipe Costa Marques<sup>20</sup>, proporcionou a recolha de informação relevante, desde logo uma caracterização geográfica do Julgado de

---

<sup>20</sup> MARQUES, Daniel Filipe da Costa – *Usurpação de direitos, foros e outras formas de conflitualidade na segunda alçada das Inquirições Gerais de 1258* [em linha]. Dissertação de Mestrado. [Consult. 20 out.2020]. Disponível em

Vermoim, e a constatação de uma presença reduzida de linhagens nobres no território. De referir que esta dissertação se debruça sobre a Segunda Alçada, apenas aborda uma pequeníssima porção territorial do Julgado de Vermoim. A cronologia, separada apenas trinta anos das Inquirições de 1288, não nos parece demasiadamente longínqua para que obste à análise da informação disponibilizada. No entanto, a grande distância entre o que foi o questionário empregue em 1258 e aquele usado em 1288 fazem radicalmente alterar a tendência dos dados recolhidos.

### 3. Crítica da Fonte

As Inquirições de D. Dinis de 1288 são a fonte utilizada para a investigação, sendo a edição de José Augusto Sottomayor Pizarro<sup>21</sup>, o recurso utilizado para a recolha e compilação da informação lançada na base de dados.

Nas palavras de José Mattoso, “torna-se necessário, em primeiro lugar, reconstituir as condições de produção dessa fonte”<sup>22</sup>, neste contexto, e comparativamente aos inquéritos gerais prévios, as Inquirições de 1288 possuíram um questionário bem mais restrito, decorrentes da natureza e objetivos deste inquérito régio que propunha apurar a legitimidade de honras e coutos, aferir quem procedia à cobrança dos direitos devidos e averiguar casos de usurpação de terras reguengas. Este questionário muito direto e específico culminou sucintamente na depreensão dos territórios onde as propriedades privilegiadas se implantavam e se as mesmas haviam sido alvo de extensões potencialmente ilegais, assim como na constatação de novos bens imunes.

A questão, colocada às testemunhas pelos inquiridores sobre honras, coutos ou até à freguesia no seu todo, era *se em esta freguisya ha casa de cavaleyro ou de dona que se defenda por honra*<sup>23</sup>. Em caso de dúvida ou suspeita de coação da testemunha eram ouvidas outras com o objetivo da corroboração do declarado anteriormente.

---

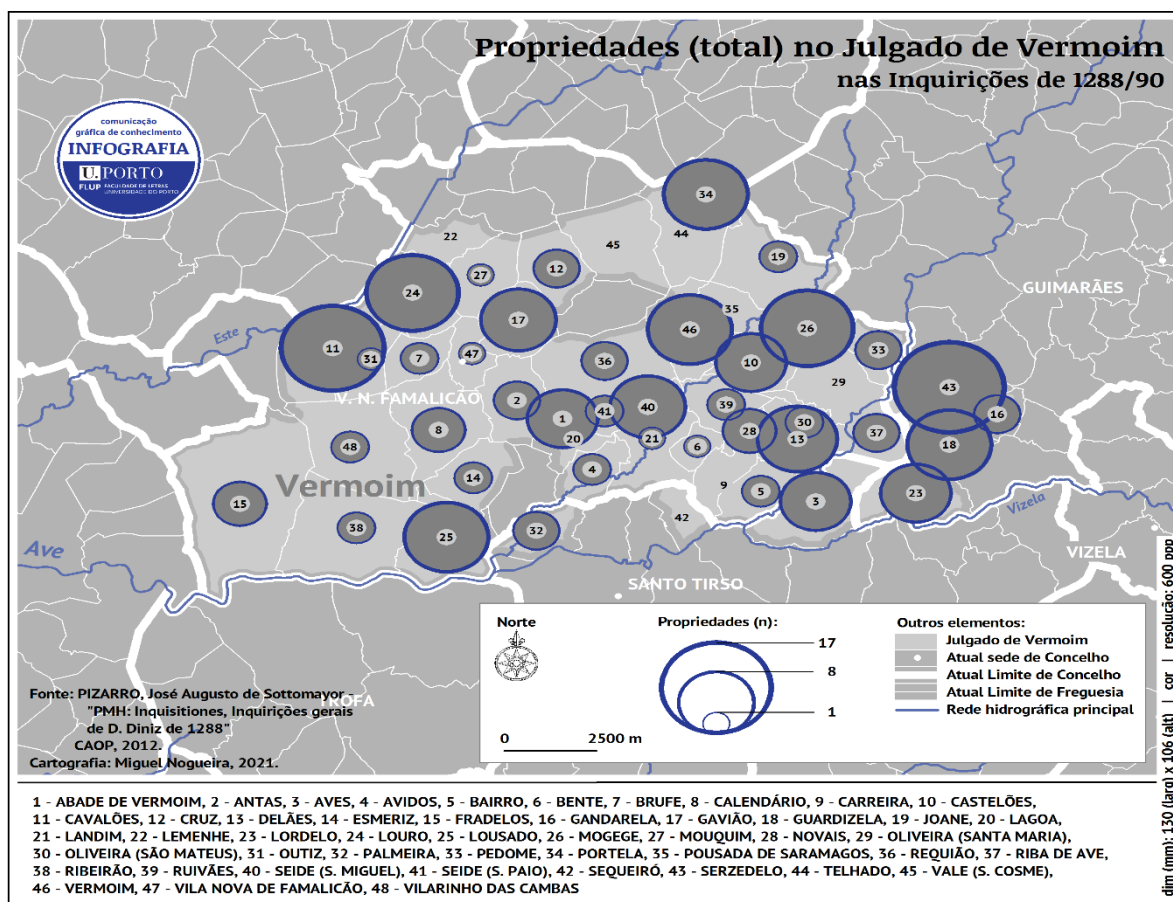
WWW:<[https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23\\_1/apache\\_media/YCH6C7CXFUSBBUDR5QL5RMPRHQAXNP.pdf](https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/YCH6C7CXFUSBBUDR5QL5RMPRHQAXNP.pdf).

<sup>21</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

<sup>22</sup> MATTOSO, José – *A Escrita da História*, p. 211.

<sup>23</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. XVII.

Mapa 1



No Julgado de Vermoim é visível um desequilíbrio de registos nas Inquirições Gerais de 1288, sendo na zona este do Julgado que se verificam o maior número de ilegalidades por parte dos poderes senhoriais.

Algumas freguesias do Julgado de Vermoim, *Villa Nova de Vermuy*, *Sam Martinho de Pousada*, *Sam Fiiz de Riba d’Ave* nada nos revelam, visto que “non ha hy honrra nenhuma”<sup>24</sup>.

A natureza das Inquirições de 1288 dificultam compreender a organização territorial do Julgado de Vermoim. Apesar deste *deficit* quantitativo de informação relativo à estrutura da propriedade, uma vez que só foram inquiridas as legitimidades das honras e coutos, permitiu-nos apenas estimar pelos relatos das testemunhas, o volume das usurpações. Assim, esta limitação transforma-se em potencialidade no que diz respeito às usurpações dos direitos régios, pois tornam-se mais claras e evidentes quando comparadas com outros inquiridos gerais.

<sup>24</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Diniz de 1288*, p. 591.

No que diz respeito à organização social deste território, a fonte em questão revela alguns obstáculos que condicionarão, indubitavelmente, os nossos resultados. Assim, saberemos muito mais sobre as freguesias que possuem bens imunes e muito menos sobre as demais.

#### 4. Abordagem às Inquirições de 1288

A política “anti senhorial” executada através dos esforços de concentração dos poderes político e económico na figura do monarca, mostrando que não hesitaria em pegar em armas se necessário fosse<sup>25</sup>, é um dos aspetos mais marcantes do reinado de D. Dinis. São ensaiadas políticas de controle senhorial, cujo exemplo mais marcante é a recuperação para a coroa do couto do Alvito, um dos poucos senhorios a sul do Tejo, doado por seu pai ao chanceler-mor Estevão Anes<sup>26</sup>.

As Inquirições, sendo por natureza iniciativas usadas para atingir o fortalecimento da autoridade régia, provocaram grande conflitualidade com a nobreza que via os seus privilégios ameaçados. A atitude enérgica de D. Dinis submetendo o infante D. Afonso, seu irmão, envia um sinal claro. Independentemente da posição social que ocupassem não seriam tolerados abusos. As queixas dos nobres nas Cortes de Lisboa em 1285 e Guimarães em 1288, que consideravam os inquéritos régios uma “... ingerência ofensiva aos seus direitos, privilégios e imunidades”<sup>27</sup>, são mais um sinal da conflitualidade entre o monarca e a nobreza. Introduzidas no reinado de D. Afonso II, estas iniciativas régias não se detinham apenas no controlo dos abusos da nobreza senhorial, os senhorios eclesiásticos foram também visados por uma série de leis de desamortização, proibindo os clérigos e as ordens de adquirir bens<sup>28</sup>.

Na sequência das Inquirições Gerais de 1284 e do processo de inquirição privado ao património dos Sousas em 1286/1287, onde D. Dinis se apresentou como parte potencialmente lesada na sucessão do património senhorial do conde Gonçalo Garcia, impondo aos herdeiros um inquérito régio<sup>29</sup>. Estes processos de inquérito geraram dentro da alta nobreza um ambiente de contestação ao monarca. Nas Cortes em Guimarães no ano de 1288, de novo o protesto contra os inquiridores que desrespeitaram os limites

---

<sup>25</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia - *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, pp. 49-51.

<sup>26</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *D. Dinis*, p. 93.

<sup>27</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *D. Dinis*, p. 154.

<sup>28</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II*, p. 85.

<sup>29</sup> KRUS, Luís – *D. Dinis e a herança dos Sousa*, p.5.



ancestrais das honras e dos coutos. Este protesto é manifestado ao rei com o infante D. Afonso à frente da nobreza, mas também o Arcebispo de Braga entre outros representantes eclesiásticos. É decidida nova inquirição com os objetivos de validar a legitimação de honras e coutos, esclarecimento sobre a legitimidade da cobrança dos direitos devidos e a averiguação das usurpações de terras reguengas<sup>30</sup>

No âmbito das referidas Cortes foi nomeada uma comissão representativa das diferentes partes. D. Pedro Martins, prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa em representação dos senhores eclesiásticos, o cavaleiro Gonçalo Rodrigues Moreira, pelos interesses dos fidalgos e o advogado de Braga Domingos Pais em nome da Coroa, representando esta comissão uma estratégia preparada “...astuciosamente para evitar uma confrontação direta, colocando a questão no plano do direito.”<sup>31</sup> por parte de D. Dinis. O registo e recolha dos testemunhos ficou a cargo de Paio Esteves, tabelião de Guimarães. Esta comissão deu início aos trabalhos no princípio do mês de agosto a partir de Melgaço.

As Inquirições de 1288 revestiram-se de uma característica inovadora, as Sentenças de 1290 determinando que as terras ilegalmente honradas fossem devassas. José Augusto Pizarro refere que, “...tudo leva a crer que pela primeira vez, os resultados obtidos pelas inquirições foram analisados pelo monarca, e muito particularmente pelos juristas da corte, emitindo-se no final as respetivas sentenças”<sup>32</sup>.

Estas sentenças resultantes das Inquirições de 1288, levantaram muitos protestos por parte da nobreza senhorial descontente, “... embora a legitimação de muitas honras... contribuisse para dividir a nobreza.”<sup>33</sup>, desta divisão entre os nobres beneficiou certamente o monarca, que ainda se debatia com a instabilidade provocada pelo infante D. Afonso que em 1299 inicia a sua terceira revolta com o mesmo resultado das anteriores, a submissão do infante<sup>34</sup>.

As Inquirições de 1288, cronologicamente situadas na fase mais evoluída da consolidação do poder régio por parte de D. Dinis, são o catalisador final antes da entrada no “ciclo do apogeu” Dionisino<sup>35</sup>.

---

<sup>30</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. XIV.

<sup>31</sup> *História de Portugal* – Dir. José Mattoso. Vol. 2, p. 137.

<sup>32</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. XVIII.

<sup>33</sup> *História de Portugal* – Dir. José Mattoso. Vol. 2, p. 138.

<sup>34</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia - *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, p. 49-50.

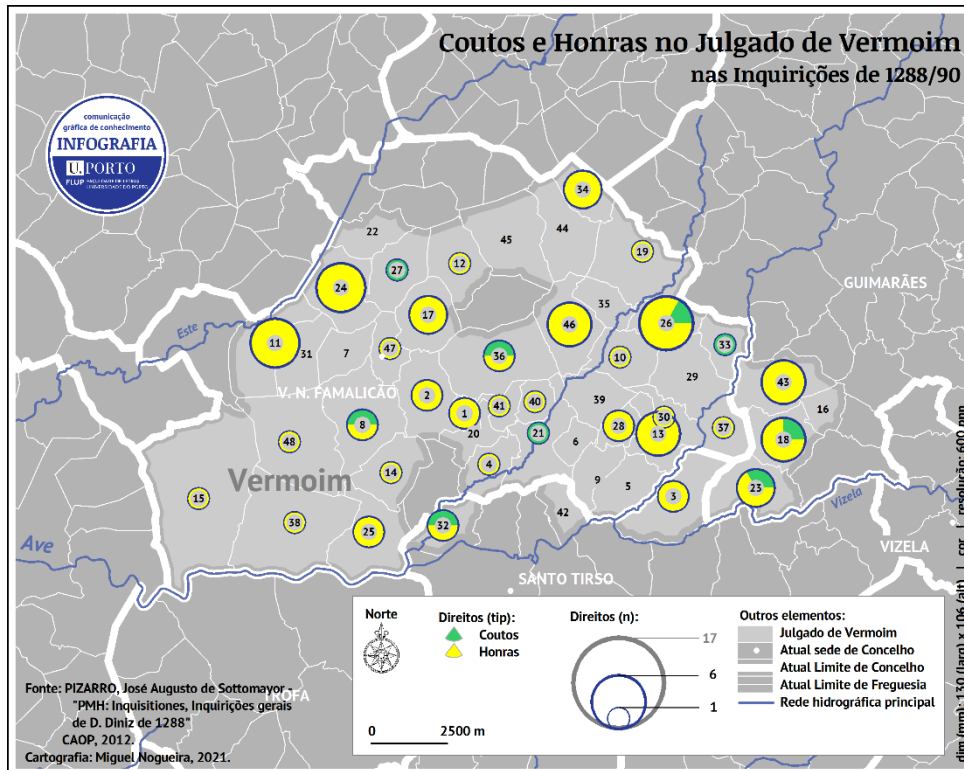
<sup>35</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *D. Dinis*, pp. 141-157.



## 5. O Julgado de Vermoim

### 5.1. Propriedade privilegiada no Julgado de Vermoim em 1288: Coutos e Honras

Mapa 2

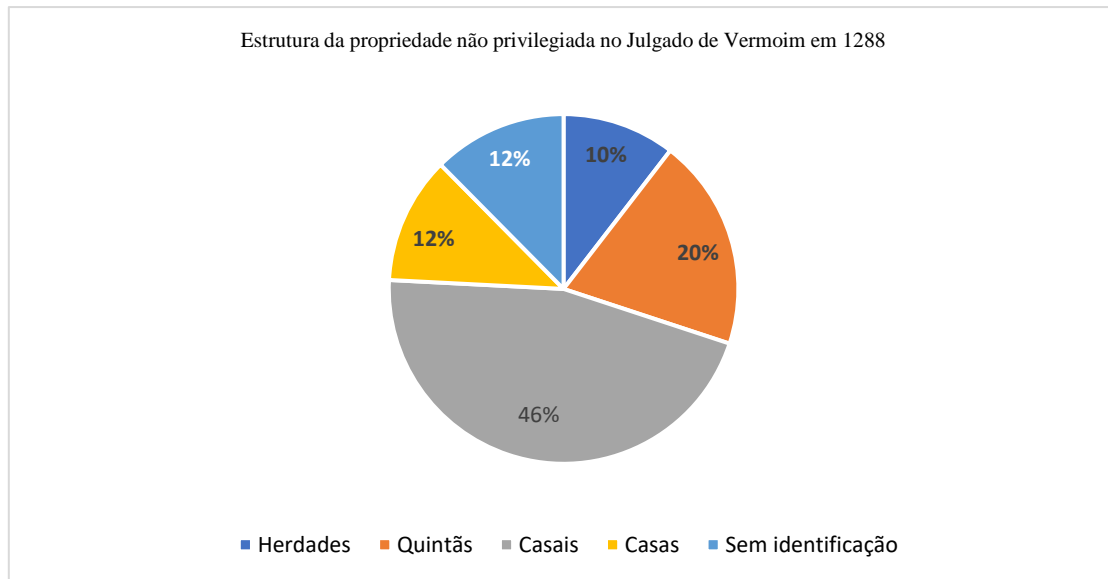


A propriedade coutada e honrada no Julgado de Vermoim, concentrava-se em áreas específicas, a Norte nas margens do rio Este, no núcleo central do território e a porção Este confinante com Guimarães e nas restantes bacias hidrográficas da região. Uma fatia importante das honras encontrava-se na proximidade de recursos hídricos disponíveis para a produção agrícola.

Verificamos uma predominância das honras relativamente aos coutos no total das propriedades privilegiadas, todavia não conseguimos aferir se esse indicador se refletiu na forma de organização territorial do Julgado de Vermoim em 1288.

## 5.2. Estrutura da propriedade não privilegiada no Julgado de Vermoim em 1288

Gráfico 1



Fonte: PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*.

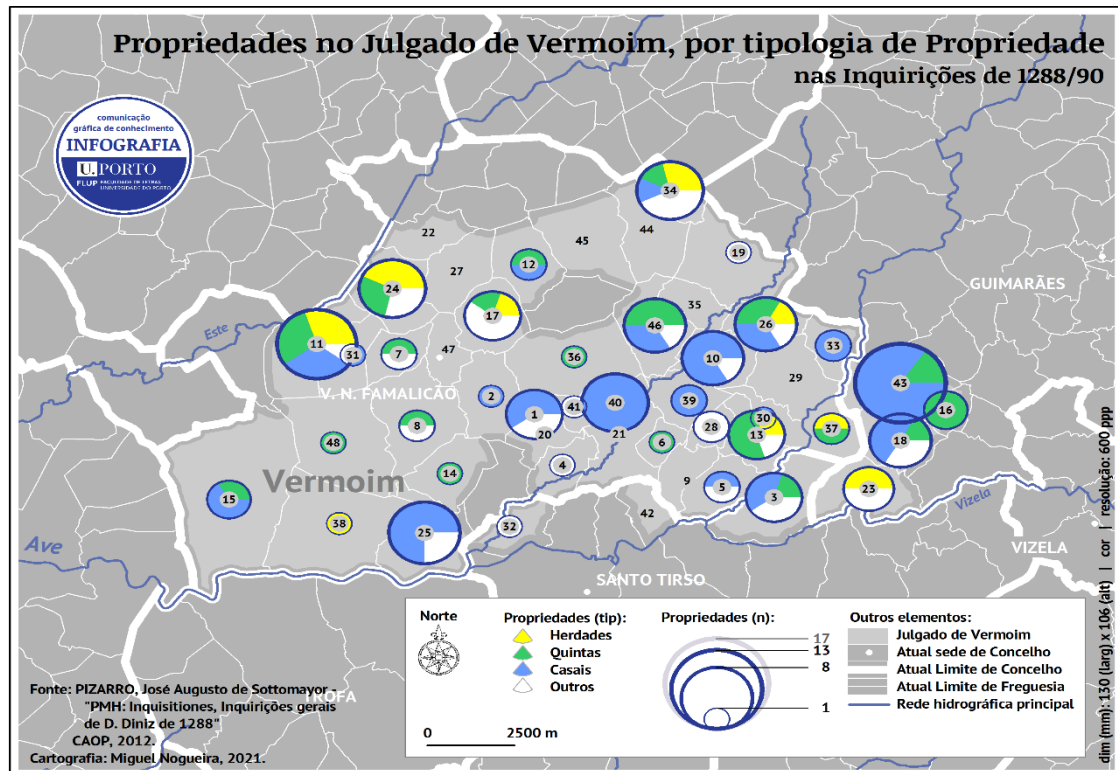
Neste subcapítulo consideramos a propriedade não privilegiada e a considerada devassa pelas Sentenças de 1290. A categoria *sem identificação* engloba os depoimentos exarados no inquérito régio de 1288, que devido a alguma ambiguidade na sua descrição impossibilitou a sua classificação.

O território de Vermoim era predominantemente composto por pequenas explorações agrícolas, destacando-se, em 1288 a tipologia do casal. O casal foi, durante toda a Idade Média, “a estrutura básica do trabalho da terra”<sup>36</sup>. André Marques refere que o casal no Entre Douro e Lima corresponde a uma unidade familiar de povoamento, exploração, e a sobretudo partir do século XII com o aumento da fiscalidade senhorial, de exação<sup>37</sup>. Quintãs e herdades correspondem a 30% do espaço inquirido, com as casas a perfazerem 12%.

<sup>36</sup> MATTOSO, José; ANDRADE, Amélia; KRUS, Luís — “Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias”, p. 200.

<sup>37</sup> MARQUES, André Evangelista - *Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*, p. 238.

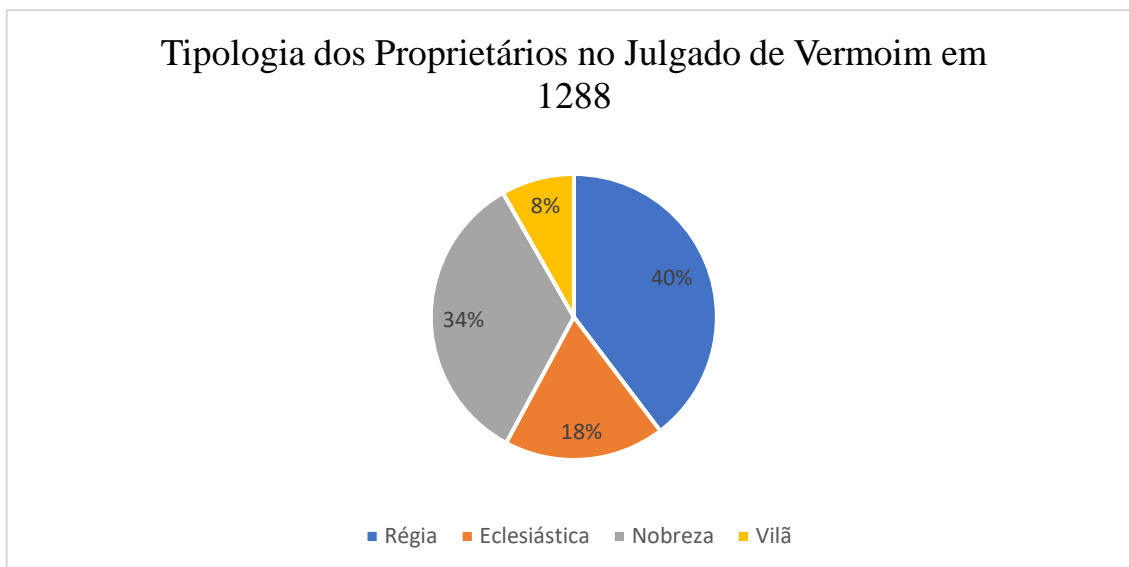
Mapa 3



A maior densidade de propriedades registadas no inquerito régio situava-se na área mais a Norte do Julgado. As condições orográficas do terreno, com o planalto do Louro e de Cavalões, poderão explicar a ocorrência de explorações agrícolas mais intensivas comparativamente a outras áreas deste espaço. Por oposição, os casais eram a parcela mais importante da propriedade nas zonas Sul e Este nos vales entre as bacias hidrográficas que atravessam este espaço, a que não deverá ser alheia a presença de mosteiros e terras reguengas que procediam a contratos de emparcelamento das terras de sua propriedade.

### 5.3. Tipologia dos proprietários no Julgado de Vermoim em 1288

Gráfico 2



Fonte: PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*.

As terras reguengas e nobres com 40% e 34% da propriedade registada no inquérito, representavam a maior fatia do território de Vermoim. Considerando que os bens abordados pelos inquiridores seria primordialmente as honras e coutos, a presença constante dos bens régios tende a apontar para a usurpação destes últimos pela parte dos restantes senhores.

Relativamente à nobreza não encontramos no Julgado de Vermoim, propriedade ligada às grandes famílias do Entre Douro e Minho e mais especificamente do Entre Cávado e Ave. José Augusto Pizarro refere que, neste espaço e sobretudo junto à foz do Ave “...vamos encontrar um outro grupo de famílias - Tougues, Ramirões e Cunhas”<sup>38</sup>, todavia, estas linhagens não são referidas no inquérito régio de 1288 no espaço do Julgado de Vermoim. Um elemento da família Pimentel, Dom Martim Fernandez Pimentel, é referido como proprietário em dois registos<sup>39</sup>. Esta linhagem ligada à corte desde o reinado de D. Afonso III<sup>40</sup>, é a única das grandes famílias nobres por nós identificadas no inquérito régio de 1288.

<sup>38</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *A nobreza portuguesa no período Dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325)*, p. 77.

<sup>39</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. 595 e 599.

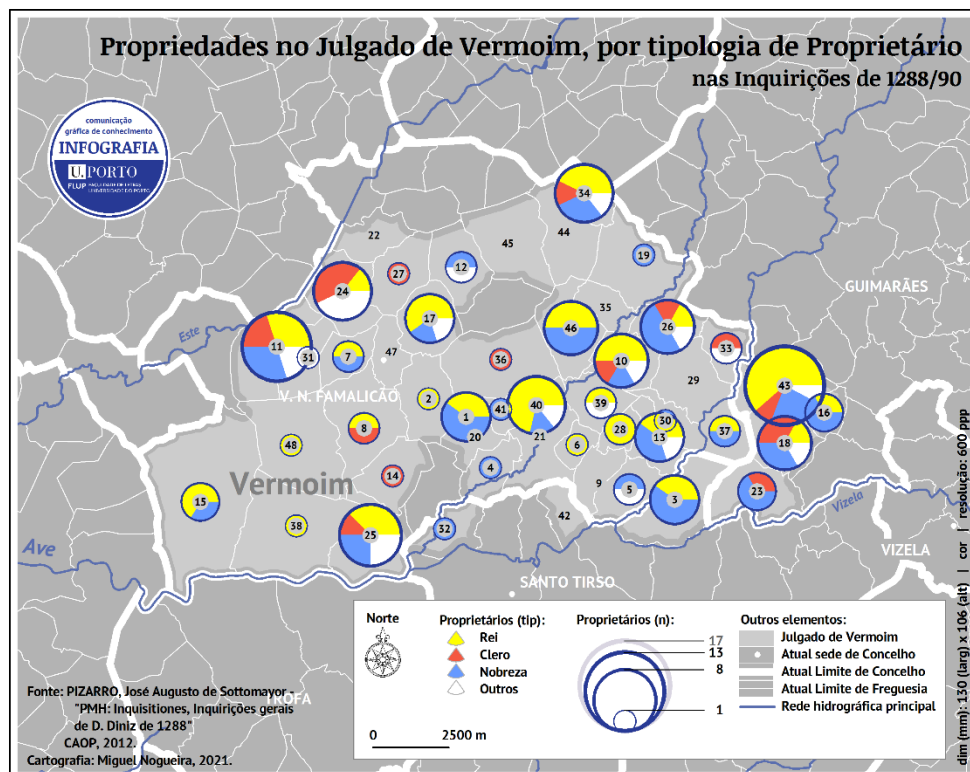
<sup>40</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *A nobreza portuguesa no período Dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325)*, p. 96.

José Mattoso refere que, durante o período Dionisino, “O vínculo da linhagem com a terra tornou-se então mais forte. Todas as famílias tinham a sua *honra*, por mais modesta que fosse, e reivindicavam para si o exercício dos direitos senhoriais e a isenção de qualquer dependência fiscal.”<sup>41</sup>. No Julgado de Vermoim tal parece acontecer, uma nobreza regional e cavaleiros compunham a parcela maioritária de proprietários nobres. Belmir, Fernandes, Ermigen, Jaime, Alfferez, Perez e Fernandez<sup>42</sup> são os apelidos destes proprietários nobres registados pelos inquiridores.

Da propriedade inquirida em 1288, apenas 8% pertenciam a herdeiros e pequenos proprietários.

A propriedade eclesiástica dividia-se entre mosteiros, a Ordem de Santiago e um “coonigo do Porto”, Abril Perez, que possui na freguesia de *Sam Martinho de Avidos* uma quinta.

Mapa 4



As terras reguengas encontravam-se disseminadas por todo o território não evidenciando qualquer tendência de concentração em áreas mais específicas, no entanto, verificamos que no extremo Este do Julgado, a propriedade régia tem uma representação

<sup>41</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um País: Oposição-Composição*, p. 198.

<sup>42</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Diniz de 1288*, pp. 574, 573, 579, 580, 582, 589, 595, 596, 599, 601.

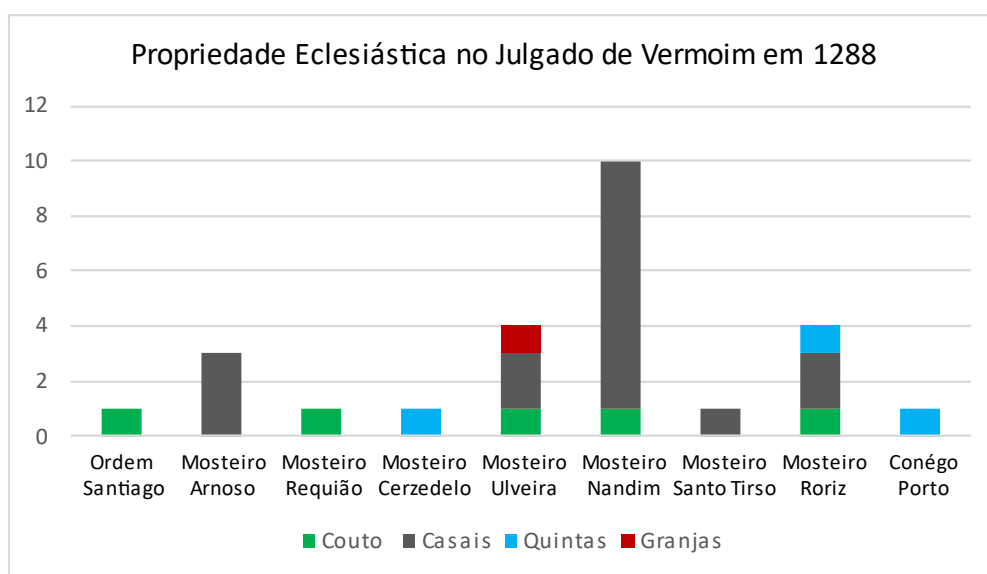
mais exuberante relativamente aos outros proprietários. A proximidade com o espaço de influência régia de Guimarães poderá ser uma explicação para esta disparidade de números<sup>43</sup>.

A propriedade em mãos da nobreza estava distribuída pelo território, predominantemente junto aos cursos de água e nos largos vales fecundos entre os rios Ave e Vizela<sup>44</sup>.

Nas bacias dos rios Pele e Pelhe encontramos uma grande parte dos pequenos proprietários registados pelos inquiridores em 1288, as pequenas explorações agrícolas nesta área são ainda prevalentes nos nossos dias<sup>45</sup>.

A propriedade eclesiástica é predominantemente “fronteiriça”, a maioria localizava-se nas áreas mais periféricas do Julgado de Vermoim excetuando o Couto de Requião, o território contava com 5 coutos, todos eles confirmados nas Sentenças de 1290<sup>46</sup>.

Gráfico 3



Fonte: PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*.

Os grandes proprietários eclesiásticos no Julgado de Vermoim em 1288, eram o Mosteiro de Landim<sup>47</sup>, casa monacal masculina que adotou a regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no final do século XII, agregando-se ao Mosteiro de São

<sup>43</sup> GAMEIRO, Odília Alves – *A propriedade régia em Guimarães nas Inquirições de 1220*, p. 173.

<sup>44</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um País: Oposição-Composição*, p. 79.

<sup>45</sup> Ver Mapa 4.

<sup>46</sup> Ver Mapa 2.

<sup>47</sup> FERNANDES, Aires Gomes – *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. Dos alvares de Trezentos à Congregação de Santa Cruz*, p. 73-75.

Salvador de Grijó, o Mosteiro de Ulveira ou d'Oliveira igualmente de regra crúzia, o Mosteiro de Roriz doado por D. Afonso Henriques em 1173 aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho<sup>48</sup>, o Mosteiro de Requião também ele pertencente à ordem dos monges negros, o couto da Ordem de Santiago e o Mosteiro de Santo Tirso. A Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho é por larga margem o maior proprietário eclesiástico do território do Julgado de Vermoim em 1288.

Uma referência a Abril Perez, *coonigo do Porto*, referido nas Inquirições como dono de uma quinta em Vermoim. A pesquisa por este cónego conduziu-nos ao Fundo da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita no ANTT<sup>49</sup> e a um artigo de Maria João Silva<sup>50</sup>, tendo sido possível apurar que Abril Perez foi cónego da Sé do Porto e prior da Colegiada de Cedofeita pelos finais da centúria de Trezentos, tendo em 1295 por disposição testamentária, deixado aos clérigos de Cedofeita cinco libras para pitação e ao Cabido uma casa na Rua do *Remolino*, na zona alta do burgo do Porto.

#### 5.4. Usurpações

As usurpações referidas aos inquiridores pelas testemunhas ouvidas durante o processo de inquérito, foram por nós selecionadas e posteriormente agrupadas em quatro diferentes tipologias:

- Honras declaradas indevidas pelas Sentenças de 1290. As testemunhas alegavam que a propriedade era honrada desde os tempos de monarcas anteriores, é referido com alguma frequência o tempo de “D. Sancho prestumeiro”<sup>51</sup>. Outras justificações eram dadas, alegando amádigo ou foreiros que tinham adquirido bens a fidalgos aproveitando a imunidade anterior.

- Extensão da honra a propriedades adjacentes à honra original. Percebe-se uma tendência para anexar terras reguengas vizinhas ou mesmo de uma vila inteira<sup>52</sup>, à honra de uma casa normalmente de cavaleiro.

- Apropriação de terras reguengas, alegando que era assim desde tempos antigos ou mesmo desconhecendo-se que eram bens do monarca.

---

<sup>48</sup> CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Roriz*, p. 3

<sup>49</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Fundo Colegiada de S. Martinho de Cedofeita*. maço 1.

<sup>50</sup> SILVA, Maria João Oliveira- *A Viela dos Cónegos: O espaço e os homens de uma rua do Porto na Idade Média (1221/1493)*, p. 105.

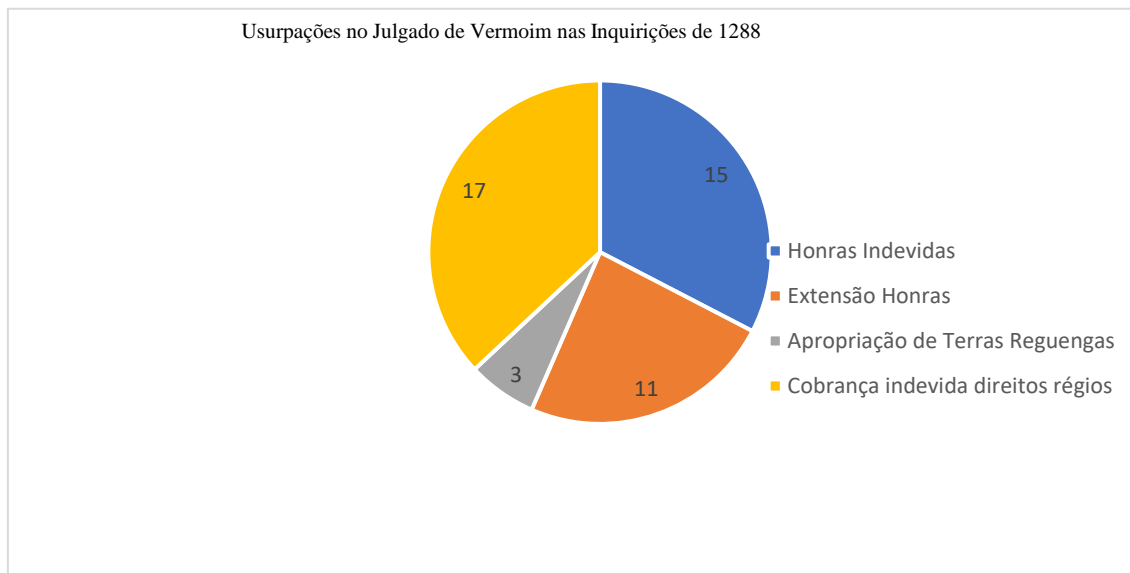
<sup>51</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, pp. 574, 577, 580, 582, 584, 586, 599.

<sup>52</sup> PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. 576.



- Cobrança indevida de direitos régios, por parte de senhores e ordens religiosas que exerciam controle sobre os rendimentos dos foreiros, desviando os direitos devidos à Coroa em proveito próprio.

Gráfico 4



Fonte: PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*.

A arrecadação indevida de direitos régios por parte da Ordem do Hospital compõe a maioria das ocorrências desta natureza no território do Julgado de Vermoim. O pagamento indevido da “encensoria ao Espital” representa 57% do total dos incidentes desta natureza registados pelos oficiais régios. A nobreza é responsável pelos restantes.

A apropriação de terras reguengas no Julgado de Vermoim é registada pela comissão de inquérito régia apenas em três ocasiões. A pouca exuberância dos números poderá indicar alguma relutância em adquirir propriedade ou na ocupação ilegal de propriedade régia sem o respaldo, mesmo que falso, de uma honra.

### 5.5. Violência sobre os Oficiais Régios

Para João Portugal<sup>53</sup> as Inquirições de 1288 tornam manifesto o uso frequente da violência por parte do poder senhorial, com o objetivo de consolidar a sua autoridade territorial. A violência ocorre como reação a situações concretas, em que o poder

<sup>53</sup> PORTUGAL, João Francisco Pereira de Castro — *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis*, p. 46.

senhorial considera que estão postas em causa práticas sociais ou valores considerados inerentes à sua condição por parte do poder régio.

O mesmo autor, após a análise dos documentos relativos às Inquirições de 1284 e 1288, elaborou uma tabela<sup>54</sup> com a distribuição das ocorrências de atos de violência por Julgado. O Julgado de Vermoim ocupa a segunda posição *ex aequo* com Faria como dos mais penetrados pela violência (8.33% dos casos estudados).

Nas Inquirições de 1288, são descritos sete episódios de violência sobre os oficiais régios. Identificamos homicídios, uso de violência física e uma decapitação seguida de desmembramento, sendo que dois dos episódios ocorreram na mesma quinta, propriedade de uma senhora, Dona Beringeira.

Esta quinta, situada na freguesia de *San Vereixemo da Vila Este*<sup>55</sup>, foi visitada por um mordomo régio durante o reinado de D. Afonso III, tendo sido alvo de um espancamento. Posteriormente outro mordomo entrou nessa propriedade tendo sido decapitado e desmembrado. As mãos e a cabeça foram colocadas num carvalho, presumivelmente à entrada da propriedade como alerta a outros oficiais régios que pretendessem aceder à propriedade.

Na freguesia de *Sancta Maria do Telhado*<sup>56</sup>, que o cavaleiro Gomez Fernandez trazia por honra, as testemunhas relatam dois homicídios, um mordomo e um porteiro, quando tentavam receber os direitos devidos ao rei. Os homicídios foram cometidos por um tio do cavaleiro.

Em *Sancta Marinha da Portela*<sup>57</sup>, mais dois episódios de violência. Um mordomo e um porteiro foram assassinados por, dizem as testemunhas, um homem de nome Aires Portela. O nome do mordomo chegou também até aos nossos dias, Lourenço.

As testemunhas referem em *Sancta Maria de Gradizela*<sup>58</sup>, a morte de um mordomo numa quinta quanto tentava “penhorar ovelhas”.

Tradicionalmente apontam-se as violências perpetradas nos oficiais régios como forma de tornar imunes determinados bens ou lugares, pois assim condicionava-se a ação das pessoas dedicadas à penhora dos direitos do monarca.

---

<sup>54</sup> PORTUGAL, João Francisco Pereira de Castro — *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis*, p. 53.

<sup>55</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. 578.

<sup>56</sup> *Idem, Ibidem*, p. 579.

<sup>57</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. 580.

<sup>58</sup> *Idem, Ibidem*, p. 598.

Os episódios de violência registados em 1288 no Julgado de Vermoim, não tiveram seguimento judicial nas Sentenças de 1290. As imunidades foram todas confirmadas e não encontramos nenhuma criminalização para os atos de violência, sendo mesmo inexistentes as referências aos atos em si.

João Portugal considera que com os inquéritos régios de 1284 e 1288, a identificação dos abusos estava feita e a não aplicação definitiva das sentenças não era certa. Assim, o poder senhorial deixa de sentir a impunidade que tinha pautado as suas ações nos séculos anteriores<sup>59</sup>.

### 5.6. Sentenças de 1290 e Execuções de 1291

A conclusão do processo de inquérito ocorreu entre o final de 1289 e os primeiros meses de 1290, em pleno processo de tréguas entre o rei e o Infante D. Afonso e durante uma difícil negociação com a Santa Sé que conduzirá à assinatura da Concordata em 1289<sup>60</sup>.

Este período sensível do reinado de D. Dinis para a condução da política interna e externa, é argumento de peso para “alguma prudência e tratamento discreto da questão das sentenças”<sup>61</sup>, no sentido de evitar conflitos desnecessários com as autoridades eclesiásticas, que leva a corte a só emitir as sentenças no final do ano de 1290. O fato de as Inquirições de 1288 só terem sido sentenciadas em 1290 revela a complexidade e morosidade associadas a este processo<sup>62</sup>. Pela primeira vez, o resultado de um inquérito régio era escrutinado pelos juízes da corte, que posteriormente emitiriam as correspondentes sentenças. A chancelaria régia emitiu um diploma em novembro de 1290, onde é referido todo o processo desde as Cortes de Guimarães com a nomeação dos inquiridores, a análise dos dados recolhidos, a publicação das sentenças e o seu despacho para os diferentes julgados<sup>63</sup>.

O texto da sentença é de uma forma geral curto, antecedido por um conciso resumo dos dados recolhidos no inquérito, sendo agrupadas todas as situações análogas, por exemplo, nos casos registados da prática do amádigo, a sentença é geral. Relativamente

---

<sup>59</sup> PORTUGAL, João Francisco Pereira de Castro — *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis*, p. 54.

<sup>60</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor — *D. Dinis*, p. 102.

<sup>61</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor — *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. XVIII.

<sup>62</sup> MATTOSO, José KRUS, Luís ANDRADE, Amélia - *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, p. 59.

<sup>63</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor — *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. XIX.

aos proprietários de quintãs, honras e de casais, muitas vezes não são identificados apenas é referido na sentença se os bens mantinham ou não o estatuto de imunidade.

Emitidas as sentenças em novembro de 1290, já em dezembro são registados alguns casos de execução, sendo, todavia, durante os primeiros meses do ano seguinte que se conhecem casos mais frequentes, abrangendo a maioria território compreendido entre os rios Minho e Ave<sup>64</sup>.

No caso de Vermoim, registamos cinquenta e uma sentenças ordenando a devassa das propriedades por parte dos oficiais régios para a cobrança dos direitos devidos. No entanto, apenas nove execuções foram levadas a cabo, oito das quais por amádigo e uma por falsas declarações<sup>65</sup>.

Estes números parecem indiciar alguma dificuldade dos oficiais régios em concretizar o determinado pelas sentenças, no entanto, são já a expressão visível do poder régio numa fase adiantada de consolidação da sua autoridade em pleno “norte senhorial”. A grande percentagem das execuções sendo relacionada com o amádigo, uma das práticas de senhorialização mais difundida, parece indicar uma predisposição dos oficiais para aplicar a legislação mais recente que proibia o amádigo desde abril de 1290<sup>66</sup>.

### 5.7. O roubo do sino

Surgiram nos registos do inquérito régio alguns aspetos peculiares nas declarações das testemunhas. O roubo de um sino é suficientemente peculiar para merecer menção especial da nossa parte.

Em *San Salvador de Lemenhe* existia uma ermida cujo orago era S. Salvador. O Arcebispo de Braga D. Martinho, mandou demolir a ermida com a intenção de construir uma igreja no seu lugar mantendo o orago e aglutinando neste novo templo todos os dízimos pagos pelas freguesias limítrofes, com as igrejas vizinhas a “ficarem ermas”. Foi também retirado o sino da igreja vizinha de S. André, para colocar no novo templo. Um habitante de *Sant’Andre de Pradoosso*, Pedro Belo, descontente com a situação, roubou o sino tendo declarado aos oficiais régios que o tem guardado em casa<sup>67</sup>.

Este episódio revela uma população estruturada em torno da sua paróquia, da sua igreja, ponto fulcral no dia a dia destas comunidades profundamente devotas do santo da

---

<sup>64</sup> *Idem, Ibidem*, p. XX.

<sup>65</sup> *Idem, Ibidem*, p. 711.

<sup>66</sup> *Idem, Ibidem*, p. XXI.

<sup>67</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Diniz de 1288*, pp. 575-576.

sua terra. A transferência do sino para outro templo, para aquelas populações representa a dessacralização da sua freguesia, um momento tão grave que justifica o roubo não se temendo represálias, uma vez que se estava a espoliar o próprio Arcebispo de Braga.

## Conclusão

O Julgado de Vermoim nos finais da centúria de Duzentos, apresenta-nos a pequena propriedade agrícola, o casal, que André Marques classifica como “Unidades de residência e/ou exploração”<sup>68</sup>, disseminada por todo o território com 46% do total da propriedade inquirida. Quintãs, herdades e coutos, constituem as restantes tipologias de propriedade. É notória a concentração da propriedade inquirida próximo das bacias hidrográficas presentes no território.

O rei é o maior proprietário em Vermoim, as terras reguengas apesar de dispersas encontram-se por todo o território <sup>69</sup>, no entanto, na área mais a Este do Julgado, as terras reguengas são predominantes.

A nobreza regional possui a segunda fatia mais importante da propriedade no Julgado de Vermoim, sendo normalmente associadas as terras a um paço ou uma casa. A nobreza que conseguimos caracterizar como proprietária, constitui-se essencialmente de cavaleiros. Das grandes casas nobres identificamos apenas um elemento da família Pimentel.

Os principais proprietários eclesiásticos foram cenóbios que representam a Regra de Santo Agostinho através de seis mosteiros, proprietários de 80% dos coutos e da única granja cadastrada nas Inquirições de 1288. Os restantes são os Beneditinos de Santo Tirso, a Ordem de Santiago e o cónego e prior da Colegiada de Cedofeita, Abril Perez.

Os pequenos proprietários detinham uma parcela importante na estrutura dos proprietários do Julgado de Vermoim, cerca de 8% do território é propriedade vilã, um dado que mereceria uma análise mais detalhada, mas dadas as características da fonte por nós trabalhada não foi possível encontrar mais informação complementar.

As imunidades são frequentemente justificadas pelas testemunhas com alusões a reinados anteriores “a honrou Rey dom Affonso avoo deste Rey”<sup>70</sup>, tendo sido por nós identificados para além de D. Sancho I, D. Afonso II, Sancho II e D. Afonso III. Na

---

<sup>68</sup> MARQUES, André Evangelista - *Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*, p. 237.

<sup>69</sup> Ver Gráfico 2 e Mapa 4.

<sup>70</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, p. 577.

freguesia de Sam Cosmade, a que se refere a citação anterior, as três entradas que constam das Inquirições duas são honradas por D. Afonso II e D. Sancho II e a terceira pela Ordem do Hospital.

A larga maioria dos incidentes reportados relaciona-se com as honras. A legitimidade é justificada frequentemente pelo amádigo ou por estar honrada desde tempos antigos. Também a anexação de freguesias inteiras, a um couto ou à honra de uma casa ou paço se encontra reportada pelos inquiridores. São os casos de *Sancta Maria de Telhado*, *San Silvestre de Requiam*, *Sam Martinho de Beruffe*, *Sancta Olalha de Palmeira*, *Sancta Maria d’Ulveira*, *Sam Pedro de Pedomem* e *Sancta Maria de Gradizela*.

A maioria das imunidades mencionadas pelas testemunhas no inquérito é declarada devassa pelas Sentenças de 1290. Contudo, verificamos uma tendência para salvaguardar a honra das casas e paços dos *filhos d’algo*. Quintãs, herdades e casais associados a estes núcleos residenciais que, pelos depoimentos testemunhais, estavam também honrados são considerados devassos<sup>71</sup>.

A usurpação de direitos régios representa 43% de todos registos das Inquirições de 1288, no Julgado de Vermoim. A anexação de territórios reguengos a honras (algumas ilegítimas), a honra ilegítima de *per se*, apropriação de terras reguengas para usufruto próprio e a cobrança de impostos devidos ao rei por parte de outras entidades senhoriais, são as tipologias encontradas após análise aos registos feitos pelos inquiridores.

Os direitos régios cobrados por outras entidades representam 37% do volume total das usurpações em Vermoim. Neste caso, os senhores recebem das populações os direitos devidos ao rei, por vezes dando em troca proteção. Nem sempre esta relação é pacífica, encontramos relatos de testemunhas que afirmam preferir o mordomo e o porteiro do rei aos oficiais senhoriais<sup>72</sup>. À Ordem do Hospital pertencem mais de metade das ocorrências registadas nesta tipologia de usurpações. As Sentenças de 1290 impõem a devassa da totalidade dos casos identificados por parte dos mordomos e porteiros “... del Rey per seus drectos.”<sup>73</sup>, confirmando assim a ilegitimidade da cobrança de direitos por parte dos senhores e da Ordem do Hospital. “Braga leva as teygas”<sup>74</sup> referido pelas testemunhas na freguesia de *Sancta Logriça* é apenas mais um dos exemplos encontrados, que nos

---

<sup>71</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, pp. 575, 580, 581, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 592, 595, 597.

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*, p. 592.

<sup>73</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 578, 581, 582, 587, 589, 591, 592, 593, 598.

<sup>74</sup> *Idem, Ibidem*, p. 576.

demonstram que a cobrança dos direitos devidos ao rei por outras entidades é transversal ao conjunto senhorial secular e eclesiástico.

Estes fenómenos encontram uma explicação possível nos mecanismos de controle da autoridade régia que se encontram nesta cronologia ainda em fase de desenvolvimento, não estando completamente implementados em territórios de grande complexidade social<sup>75</sup>. Estes números elevados de usurpações de todos os tipos, revelam um sentimento de impunidade que se vivia nestes finais do século XIII, causado por uma autoridade régia ainda débil propiciando situações desta natureza.

Os mordomos e porteiros régios viviam episódios de violência, algumas vezes extrema, resultante desta conjuntura favorável ao abuso e à impunidade. Estão registados no inquérito de 1288 sete episódios de violência sobre os oficiais régios no Julgado de Vermoim, sendo que seis são homicídios e um espancamento. Na maioria dos registos as testemunhas terminam os depoimentos com uma frase lapidar: “... desde entom nunca ahí entrou moordomo nem porteiro.”<sup>76</sup>.

A organização do território do Julgado de Vermoim em 1288 apresenta-nos a propriedade na sua grande parte em mãos régias ou de senhorios nobres e eclesiásticos, no entanto, os pequenos proprietários têm uma importância relativa no espaço de Vermoim. Serão os números da pequena propriedade em Vermoim idênticos ao restante Entre Douro e Minho?

Apesar dos constrangimentos da fonte estudada, é nosso entendimento que conseguimos com este pequeno contributo, ajudar a caracterizar do ponto de vista da organização territorial, um Julgado de Vermoim ainda pouco estudado para esta cronologia.

## Fonte e bibliografia

### Fonte

PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*. Lisboa: Academia das ciências de Lisboa, 2012. ISBN 978-972-27-2098-4.

---

<sup>75</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia - *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, pp. 49-51.

<sup>76</sup> PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições gerais de D. Dinis de 1288*, pp. 578, 580, 598.



## Bibliografia

*História de Portugal* – Dir. José Mattoso, Vol. 2: A Monarquia Feudal. Editorial Estampa, 1997. ISBN 978-97-2331-2638.

CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Roriz*. Santo Tirso: Câmara Municipal Santo Tirso, 1997. ISBN 972-8-180-02-0.

COSTA, P.e Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. 2ª ed. Coimbra: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 1959. Vol. II.

FERNANDES, Aires Gomes – *Os Cónegos Regrantés de Santo Agostinho no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. Dos alvares de Trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. [em linha] Tese de Doutoramento [Consult. 3 jan. 2021]. Disponível em :<URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20159/3/Aires%20Fernandes%20-%20c%C3%B3negos%20regrantés.pdf>

FONTES, João Luís Inglês – *A Terra de Vermoim nas Inquirições de 1220*. Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães [em linha]. Vol. 6, p. 95-107. [Consult. 19 dez. 2020]. Disponível em :<URL: <https://ch.guimaraes.pt/static/uploads/actas/2CH/vol6/2ch-vol6-006.pdf>

GAMEIRO, Odília Alves – *A propriedade régia em Guimarães nas Inquirições de 1220*. Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães [em linha]. Vol. 6, p. 148-179. [Consult. 21 dez. 2020]. Disponível em :<URL: <https://ch.guimaraes.pt/static/uploads/actas/2CH/vol6/2ch-vol6-010.pdf>

GONÇALVES, Iria – *Por Terras de Entre Douro e Minho com as Inquirições de D. Afonso III* [em linha]. Porto: CITCEM, 2011. [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: [https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23\\_1/apache\\_media/Q661T19MIQU1CL21B9S5P38SVK9J5A.pdf](https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/Q661T19MIQU1CL21B9S5P38SVK9J5A.pdf)

KRUS, Luís – “Inquirições” in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. PEREIRA, José Costa (coord.), Vol.1. Lisboa: Alfa, 1985.

KRUS, Luís – *Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III*. Estudos Medievais. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Nº 1 (1981) p. 59-79.

KRUS, Luís – *D. Dinis e a herança dos Sosas* – O inquerito régio de 1287. Texto policopiado, 1989. Prova Complementar de Doutoramento.

MATTOSO, José – *A Escrita da História*. Lisboa: Temas e Debates, 2019. ISBN 978-989-644-597-3.

MATTOSO, José – *Identificação de um País: Oposição-Composição*. Lisboa: Temas e Debates, 2015. ISBN 978-989-644-358-0.

MATTOSO, José – *O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política*. *Análise Social*, vol. XXXV: (2001), p. 899-935.

MATTOSO, José; ANDRADE, Amélia; KRUS, Luís — “Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias” in *Paços de Ferreira. Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga - *As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - O julgado de Aguiar de Sousa*. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Editora Sá da Costa, Nº 9 (1982) p. 17-74.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia - *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989. ISBN 972-33-0824-X.

MARQUES, André Evangelista - *Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto: CITCEM, 2014. ISBN 978-989-8351-31-9.

MARQUES, Daniel Filipe da Costa – *Usurpação de direitos, foros e outras formas de conflitualidade na segunda alçada das Inquirições Gerais de 1258* [em linha]. Dissertação de Mestrado. [Consult. 20 out.2020]. Disponível em WWW:<URL: [https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23\\_1/apache\\_media/YCH6C7CXFUSBBUDR5QL5RMPRHQAXNP.pdf](https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/YCH6C7CXFUSBBUDR5QL5RMPRHQAXNP.pdf)

PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *A nobreza portuguesa no período Dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325)*. *En la España Medieval*. nº 22 (1999), p. 61-176.

PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3483-5.

PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Para o estudo da fiscalidade régia em Portugal. As inquirições gerais dos séculos XIII e XIV*. *População e Sociedade*. vol.31 (2019), p. 1-23.

PORTUGAL, João Francisco Pereira de Castro — *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis*. Coimbra: [ed. de autor], 2016. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média.

SILVA, Maria João Oliveira- *A Viela dos Cónegos: O espaço e os homens de uma rua do Porto na Idade Média (1221/1493)*. *Revista Lusitânia Sacra*. Porto,2005. 2ª série, p. 93-116. [Consult 10 jan. 2021]. Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4486/1/LS\\_S2\\_17\\_MariaJOSilva.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4486/1/LS_S2_17_MariaJOSilva.pdf)>

RODRIGUES, Paulo Manuel Moreira Lázaro – “O julgado de Vermoim nas inquirições de 1288: a propriedade, usurpação e violência”, in *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 128-156.

VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. ISBN 972-42-3726-5.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3441-X.

Página em branco

**II**  
**É p o c a M o d e r n a**

## **A mulher e a espiritualidade na Época Moderna: modelos comportamentais e critérios de exemplaridade no Agiologóio Lusitano**

Ana Catarina Lebres Lopes

up201805590@up.pt

### **Resumo**

A principal temática do presente artigo prende-se com a situação e do estatuto da Mulher na época Moderna. Neste sentido, e partindo do conhecimento adquirido de que a sociedade do período moderno era, ainda, fortemente influenciada pela doutrina cristã e pela espiritualidade, questionou-se qual seria o perfil da mulher, quais seriam os critérios de exemplaridade e os comportamentos defendidos pela Igreja Pós-Trento, de modo que a Mulher vivesse em concordância com a fé católica. Desta forma, sendo a literatura hagiográfica um dos principais métodos utilizados, na Idade Moderna, para ensinar e educar a população na tradição cristã, espera-se, através da análise do Agiologóio Lusitano fundamentar o estudo em curso e aferir as características principais dos modelos femininos portugueses e os principais paradigmas comportamentais e virtudes esperados na Mulher portuguesa do século XVII e XVIII.

**Palavras-chave:** Mulher; Espiritualidade; Critérios de Exemplaridade; Agiologóio Lusitano; Época Moderna.

### **Abstract**

The main focus of this article is related to the situation and statute of Women in the Early Modern Period. In this sense and assuming the acquired knowledge that the society of this period was still strongly influenced by Christian Doctrine and Spirituality, it was questioned what would be the profile of the women, what would be the criteria of exemplarity and the behaviors defended by the Catholic Church, post-Trent, so that Women would live following their Faith. Therefore, being the hagiographic literature one of the main methods used, in the Early Modern Age, to teach and educate the population in the Christian tradition, it aims to assess the main characteristics of the Portuguese feminine models and the main behavioural models and virtues expected for Portuguese Women in the 17th and 18th centuries, through the *Agiologóio Lusitano*.

**Keywords:** Woman; Spirituality; Criteria of Exemplarity; Agiologóio Lusitano; Early Modern Age.

### **Abreviaturas**

3.ºOP .....	ORDEM TERCEIRA DE S. DOMINGOS
O. AVIZ .....	ORDEM MILITAR DE S. BENTO DE AVIZ
O. CISTER .....	ORDEM DE CISTER
O. CONCEP. ....	ORDEM DAS CONCEPCIONISTAS
O. MALTA .....	ORDEM DE MALTA
OC .....	ORDEM DE NOSSA SENHORA DO CARMO

OCD .....	ORDEM DOS CARMELITAS DESCALÇOS
OESA .....	ORDEM DOS EREMITAS DE S. AGOSTINHO
OP.....	ORDEM DOS PREGADORES
OSA.....	ORDEM DE S. AGOSTINHO
OSANT .....	ORDEM MILITAR DE SANTIAGO
OSB .....	ORDEM DE S. BENTO
OSBRIG.....	ORDEM DE S. BRÍGIDA
OSC .....	ORDEM DE S. CLARA
OSH.....	ORDEM DE S. JERÓNIMO
OSST .....	ORDEM DA SANTÍSSIMA TRINDADE
OTC.....	ORDEM TERCEIRA DO CARMO
OTSF .....	ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO
SJ.....	COMPANHIA DE JESUS

## Introdução

No presente artigo procura-se inferir a situação e o perfil da Mulher portuguesa na época Moderna, em particular nos séculos XVII e XVIII, a partir do esquadramento e verificação de um universo de mulheres selecionado do *Agiológio Lusitano*<sup>1</sup>. A questão da desigualdade entre géneros é uma das principais prioridades e preocupações da atualidade<sup>2</sup>, justificando, desde logo, o interesse por esta problemática, uma vez que o estudo da Mulher se revela crucial para o entendimento das respetivas desigualdades e clivagens em relação ao homem, que persistem até ao dia de hoje.

A Igreja, e os seus ensinamentos, são tidos como os grandes responsáveis pelo estabelecimento das condutas a serem seguidas na sociedade moderna portuguesa<sup>3</sup> e a literatura religiosa<sup>4</sup>, em particular, a literatura hagiográfica – que deve ser, aqui, entendida como uma orientação para uma vida virtuosa e para a elevação do espírito, através da apresentação de modelos – mostram-se essenciais, uma vez que os santos auxiliam no

---

<sup>1</sup> De modo, a simplificar a identificação e menção da obra: CARDOSO, Jorge – “*Agiológio Lusitano dos Sanctos e Varones illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652, e os restantes volumes II, III e IV, será designada somente por “*Agiológio Lusitano*” ou, simplesmente, “*Agiológio*”.

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas: As Metas Globais - Resultados de pesquisa [Em Linha]. [Consult. 04 out. 2020] Disponível em WWW: <URL: <https://www.globalgoals.org/>>

<sup>3</sup> HESPANHA, António Manuel (cord.) - “O Antigo Regime (1620-1807)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculos de Leitores, 1993, pp. 273-278.

<sup>4</sup> Quando nos referimos a literatura religiosa devemos ter em consideração que “a literatura religiosa ou de espiritualidade, em Portugal, na Época Moderna, implica pertinentes questões de definição e identidade, na medida em que o universo que hoje pode entender-se como tal estava nos séculos em causa imperfeitamente delimitado.” - [AZEVEDO, Carlos Moreira – “*Dicionário de História Religiosa de Portugal*”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Vol.1, 2, 3 e 4, p.125].



ensino e a hagiografia educa a população na tradição cristã. Este tipo de literatura era, muitas vezes, mais influente do que os decretos e vigilâncias institucionais, visto que apresentavam modelos e mimetismos acessíveis e que marcavam a espiritualidade dos fiéis. Posto isto, é indispensável interrogarmo-nos sobre qual é o perfil da Mulher portuguesa representada nesta literatura e quais são os critérios de exemplaridade defendidos e prezados na fé católica. Quem são estas pessoas ilustres? Quais são as principais características que estes modelos femininos possuem?

No seguimento destas questões pretendemos analisar o *Agiológio Lusitano* no sentido de, antes de mais, fazer uma divisão do seu conteúdo por género e, de seguida, procurar nas biografias aí presentes, critérios de perfeição, que se deveriam encontrar refletidos no comportamento das portuguesas em geral. Além disso, por não se tratar de uma obra redigida tendo como propósito o universo isolado das mulheres nem o disciplinamento do género feminino, procuramos sistematizar reiteradamente os dados necessários para a recolha de indicadores comuns que caracterizam os modelos de santidade. Seguindo este pressuposto, temos de alertar para o facto de que a Santidade foi um fenómeno ideológico, social e cultural que caracterizou a época Moderna e, portanto, não pode ser ignorado pela História.

De modo a priorizarmos um discurso lógico e encadeado, começaremos por analisar a bibliografia consultada e, de seguida, a fonte utilizada. Posteriormente, avançaremos para a apresentação da análise quantitativa e qualitativa dos dados recolhidos, sendo que a exposição se encontra dividida em três momentos: por um lado, trataremos de traçar o perfil das biografadas no *Agiológio Lusitano*, de forma a interpretar tendências verificadas, que possam ser estendidas no contexto nacional e auxiliar no entendimento da problemática da mulher associada à espiritualidade neste período; por outro, procuraremos indagar sobre alguns casos de manifestações e práticas extraordinárias referidos na fonte, que aproximavam o indivíduo da santidade; por fim, procederemos a uma abordagem mais complexa, que versa sobre os critérios de exemplaridade e os padrões comportamentais observados e que deveriam ser imitados.

## **1. Estado da Arte**

Esta investigação engloba e relaciona o tema da Mulher e da Espiritualidade, através do *Agiológio Lusitano* pelo que se tornou necessário contextualizarmos as grandes temáticas que a alicerçam. Vale, antes de mais, ressaltar que, da bibliografia selecionada,

se salientam os estudos de Maria de Lurdes Fernandes, que ao longo da sua carreira tem vindo a desenvolver diversos trabalhos referentes à mulher, espiritualidade e cultura no Portugal Moderno e, por essa razão, é possível identificar várias investigações científicas suas relacionadas com as três temáticas em análise.

Atualmente a História das mulheres pauta-se pela diversidade de temas e abordagens, contudo procura, ainda, o caminho, no sentido de consolidar uma perspetiva de história de género que reconheça nas mulheres agentes, a par dos homens, na construção da sociedade<sup>5</sup>. A leitura de uma vasta bibliografia dedicada a este tema teve o intuito de compreender a situação da Mulher na Europa da Idade Moderna, a sua vida, sociabilidade, funções e condições<sup>6</sup>, e permitiu inferir a ideia de que durante a história da Cristandade Ocidental, a Mulher foi considerada como um ser inferior ao seu homónimo masculino – incluindo na área jurídica e institucional – e, sem dúvida, a tradição cristã contribuiu para esta conceção redutora do feminino, demonstrando uma profunda desigualdade de género, nos diversos aspetos da vida social, económica e cultural, incentivada, igualmente, pelo Direito<sup>7</sup>.

Partindo do conhecimento de que se trata de uma época de profundas mudanças sociais e culturais, impulsionadas pela própria Reforma Católica, “materializada” no Concílio de Trento<sup>8</sup>, questionamo-nos sobre o que a literatura hagiográfica procurava inculcar na sociedade portuguesa no que concerne à Mulher. Para alcançarmos este

---

<sup>5</sup> FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Marques, Tiago Pires (cord.) – “*Vozes da vida Religiosa Feminina: Experiências, Textualidades e Silêncios (Séculos XV-XXI)*”. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, 2015, p.7.

<sup>6</sup> Para uma panorâmica geral, remete-se para DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.) – “*História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*”. Porto: Edições Afrontamento, [D.l. 1993-1995]. Vol.3.

<sup>7</sup> HESPANHA, António Manuel (cord.) - “*O Antigo Regime (1620-1807)*”, pp. 273-278.

<sup>8</sup> O Concílio de Trento marcou a história do catolicismo, no sentido em que representou o culminar dos movimentos da Reforma Protestante e da Contrarreforma. Neste, implementou-se um conjunto de medidas que procuraram, acima de tudo, reorganizar a Igreja Católica e fazer face às propostas do movimento Protestante. No século XVII português, na sequência deste movimento disciplinador pós-Trento – segundo Paula Mendes, embora exista discussão em torno deste conceito - a literatura religiosa e de espiritualidade revestiu-se de um peso significativo nos países católicos, como forma de combate às duras críticas colocadas pelos protestantes. Esta situação incluiu a própria hagiografia que era constantemente colocada em causa, em virtude do exagero conferido aos episódios relacionados com o “maravilhoso”, das vidas dos santos e nos milagres das pessoas ilustres, em detrimento da adoração de Cristo e do próprio Deus. Assim, assiste-se a um movimento editorial maior e que se manteve desde o século XVI, até finais do século XVIII. Tal fenómeno não pode ser somente explicado pela designada ofensiva contrarreformista no campo da hagiografia, em consequência dos decretos tridentinos relativos ao culto dos santos, deve também ligar-se ao gosto pela heroicidade que o período pós-Tridentino impulsionou, novamente, com os movimentos humanistas caracterizadores desta época. - [MENDES, Paula Cristina Almeida – “«Vidas», «Histórias», «Crónicas», «Tratados»: sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (séculos XVI -XVIII)”. In *Lusitana Sacra: revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, nº 28 (2013). pp.173-215]

objetivo, foi, antes de mais, imperioso ter o conhecimento, ainda que muito amplo, da Mulher, nas suas diversas vertentes: solteira, casada, viúva, religiosa ou beata.

Relativamente à aceção leiga, destacam-se três estudos. Analisando-os, foi possível conhecer o modelo de “boa esposa”, atentando na educação da mulher para as funções conjugais<sup>9</sup>. É, também, possível compreender mais detalhadamente os moldes comportamentais esperados na viúva<sup>10</sup>. E, por fim, contempla-se a nobre-donzela, casada ou viúva, possibilitando perceber os comportamentos que os textos educativos difundiam para a mulher nobre<sup>11</sup>. A fim de completar o conhecimento sobre esta dimensão, procurou-se utilizar obras que explorassem outras problemáticas, como o papel da mulher na família<sup>12</sup>, no casamento<sup>13</sup>, a sua presença no direito e jurisdição portuguesas<sup>14</sup> ou os estereótipos associados à mulher no período moderno<sup>15</sup>, o que possibilita o entendimento, por exemplo, da *mãe-exemplar*.

No que concerne à mulher religiosa, utilizaram-se, sobretudo, dois estudos que auxiliam na compreensão da mulher na vida religiosa, ou seja, por um lado, é contextualizada a situação da religiosa portuguesa na cronologia em questão e apresentadas as grandes expressões de religiosidade e misticismo em Portugal<sup>16</sup>. Por outro, explora-se a questão dos beatérios e a relação entre beatas e santidade, apresentando, assim, uma nova perspetiva relacionada com o grupo específico de mulheres seculares que almejavam a santidade e a vida religiosa<sup>17</sup>.

---

<sup>9</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Espelhos, Cartas e Guias: Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*”. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995.

<sup>10</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Viúvas ideais, viúvas reais: modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”. Separata in *Faces de Eva: estudos sobre a mulher*. Nº 1-2 (1999), pp. 51-86.

<sup>11</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Francisco de Monzón e a “princesa cristã”. Separata in *Espiritualidade e corte em Portugal: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987. (Anexo da Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas), pp. 109- 121.

<sup>12</sup> CAEIRO, Maria Margarida – “A Mulher na Família nos séculos XVI e XVII”. In *A Mulher na História: Actas do colóquio sobre temática da Mulher*. Moita: Câmara Municipal da Moita, 2000, pp. 192-202.

<sup>13</sup> SERRA, Pedro – “Da figura histórica à voz anónima. Aproximação aos exempla femininos no discurso moralístico sobre o casamento (séculos XVI- XVIII)”. In *eHumanista: Universidade da Califórnia*, 2001. Vol.1, pp.98-118.

<sup>14</sup> SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini – “*Direito e Género: Rui Gonçalves e o Estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)*”. Goiás: Universidade Federal de Goiás. Faculdade de ciências Humanas e Filosofia, 2007.

<sup>15</sup> LOPES, Maria Antónia - “Estereótipos de ‘a mulher’ em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”. In ROSSI, Maria Antonietta– *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*. Viterbo: Sette Città, 2017, pp. 27-44.

<sup>16</sup> FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Marques, Tiago Pires (cord.) – “*Vozes da vida Religiosa Feminina: Experiências, Textualidades e Silêncios (Séculos XV-XXI)*”.

<sup>17</sup> Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – “*Mulher: espírito e norma*”. Atas de São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2009.

Posteriormente, interessava-nos compreender a espiritualidade e a religiosidade em Portugal. A obra de Joaquim da Conceição<sup>18</sup> mostrou-se fundamental, uma vez que trata dos aspetos essenciais destes domínios no período pós-Tridentino e no qual são exploradas perspetivas sobre o culto das relíquias de Santos e os caminhos de santificação na cultura. Devo, ainda, fazer menção à distinta e célebre obra da autoria de José da Silva Dias<sup>19</sup>, cuja respetiva análise possibilitou a compreensão de diversas formas de sentir, viver e compreender as projeções espirituais da doutrina cristã.

As hagiografias são outra problemática que caracteriza a investigação. Neste contexto, distingue-se o estudo de Leonardo Rangel<sup>20</sup>, no qual se explora, nas obras de hagiografia portuguesas, a manifestação de virtudes associadas à santidade e se investigam as práticas ascéticas e as leituras devotas. Nesta linha de pensamento, também Maria de Lurdes Fernandes interveio, novamente, com estudos que alertam para a importância da história da espiritualidade no século XVII<sup>21</sup> e, com objetivo idêntico, outro estudo<sup>22</sup> da sua autoria, trata das hagiografias portuguesas e atenta para a inter-relação do social e do religioso no contexto das imagens de virtude e santidade. A complementar esta dimensão surge o artigo de Pedro Tavares<sup>23</sup>, que analisa os diversos caminhos para a santidade em Portugal. Quanto ao tema da santidade, é de evidenciar o trabalho de Paula Almeida Mendes, autora de três estudos essenciais na compreensão desta temática<sup>24</sup>.

Por último, julgamos, igualmente, necessário aprofundar as informações acerca da fonte primária a ser utilizada, confirmando-se, uma vez mais, a importância do trabalho

---

<sup>18</sup> CONCEIÇÃO, Joaquim Fernandes da – “*Espiritualidade e religiosidade no Portugal Moderno*”. Porto: [Edição do Autor], 1996.

<sup>19</sup> DIAS, José da Silva – “*Correntes de Sentimento Religioso em Portugal: séculos XVI a XVIII*” (Tomos I e II). Coimbra: Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

<sup>20</sup> RANGEL, Leonardo Coutinho de Carvalho – “*Esposas de Cristo: santidade e fingimento no Portugal seiscentista*”. Salvador: [Edição do Autor], 2018.

<sup>21</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Recordar os ‘Santos vivos’: leituras e práticas devotas em Portugal nas primeiras décadas do século XVII português”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 1994. Vol. 1, pp. 133-157.

<sup>22</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Entre a família e a religião: a vida de João Cardim: 1585-1615”. Separata in *Lusitânia sacra: revista do Centro de Estudos de História Religiosa*. 2ª série, tomo V (1993), pp.93-120.

<sup>23</sup> TAVARES, Pedro Vilas Boas – “Caminhos e invenções da santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII: Alguns dados, problemas e sugestões”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 1996. Vol.3, pp.163-216.

<sup>24</sup> MENDES, Paula Cristina Almeida – “*Paradigmas de papel: a escrita e a edição de ‘vidas’ de santos de ‘vidas’ devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*”. Porto: CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) 2017; MENDES, Paula Cristina Almeida – “‘Vidas’, ‘Histórias’, ‘Crónicas’, ‘Tratados’: sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (séculos XVI -XVIII)” In *Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2013. Vol.28, pp. 173-214; MENDES, Paula Cristina Almeida – “Entre a aprendizagem da santidade e a predestinação divina: algumas notas sobre a infância e a adolescência em «Vidas» de religiosas portuguesas (séculos XVII-XVIII)”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 2012. Vol. 19, pp. 123-143.

de Maria de Lurdes Fernandes, dado que esta é especializada no *Agiologio Lusitano*. Os seus estudos passam pela análise exaustiva da “Biblioteca” de Jorge Cardoso<sup>25</sup>, permitindo perceber quais eram as grandes correntes de espiritualidade da altura. A sua edição fac-similada<sup>26</sup> do Tomo I, do *Agiologio Lusitano*, explora o segundo autor, D. António Caetano de Sousa. Além de que através da fonte, a autora pretendeu dissertar sobre a história da santidade em Portugal<sup>27</sup>.

## 2. Fonte e autores

No que diz respeito à fonte, como foi já referido, utilizamos o *Agiologio Lusitano*. Este corresponde a um livro hagiográfico do século XVII e insere-se tipologicamente nas hagiografias, sendo que é a obra hagiográfica mais completa produzida em contexto nacional, amplamente estudado pela já mencionada Maria de Lurdes Fernandes.

Antes de apresentar a fonte, importa esclarecer que um dos propósitos das hagiografias se prendia com a mobilização dos fiéis, através do fornecimento de modelos de comportamento e códigos normativos. Assim sendo, ao proporcionar o conhecimento destas “vidas”, as hagiografias, que evidenciam um carácter *standarizado*, adquiriram uma importante e relevante ação didática, edificante, disciplinadora e, acima de tudo, pedagógica<sup>28</sup>. Aliás, segundo Paula Almeida Mendes, estas “vidas” de Santos e biografias devotas “constituem um observatório importantíssimo para (re)conhecer os critérios com que se julgava a santidade e os meios propostos para a conquistar”<sup>29</sup>.

Nesta sequência, é de destacar que o *Agiologio Lusitano* permite indagar sobre a visão da doutrina cristã e a própria mentalidade sobre a Mulher do Portugal Moderno. Assim, a sua escolha revelou-se elementar na medida em que ao apresentar uma ampla coletânea de vivências ascéticas e espirituais, de modelos de virtude e de santidade, forneceu paradigmas para admiração, culto e imitação e patenteou comportamentos

---

<sup>25</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “A biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor de *Agiologio Lusitano: cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2000.

<sup>26</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Agiologio Lusitano: Estudo e Índices (Encontros e compromissos da literatura hagiográfica e da história religiosa)*”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2002.

<sup>27</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “História, santidade e Identidade. O *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso e o seu contexto”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 1996. Vol.3, pp. 25-68.

<sup>28</sup> MENDES, Paula Almeida – “‘Vidas’, ‘Histórias’, ‘Crónicas’, ‘Tratados’: sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (séculos XVI -XVIII)”, p. 177.

<sup>29</sup> MENDES, Paula Cristina Almeida – “*Paradigmas de papel: a escrita e a edição de «vidas» de santos de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*”, p. 66.

adaptáveis a diferentes necessidades e realidades sociais.<sup>30</sup> Assim, possibilita uma abordagem, num lastro temporal alargado, sobre os principais modelos comportamentais que a Igreja Católica procurava encontrar refletidos não só nas religiosas, como também nas leigas portuguesas. Além disso, viabiliza estreitar o tempo cronológico abrangido pela investigação, pois a obra em análise engloba os séculos XVII e XVIII, ainda que grande parte das vidas biografadas sejam anteriores a estes séculos.

Ademais, é de destacar que a obra se encontra dividida em quatro volumes, sendo que os três primeiros foram escritos pelo padre Jorge Cardoso e editados respetivamente nos anos de 1652, 1657 e 1666 e um quarto volume escrito por D. António Caetano de Sousa, publicado no ano de 1744. Note-se que o autor optou por dividir a compilação hagiográfica cronologicamente, pelos meses do ano<sup>31</sup>.

Paralelamente ao enunciado, percebe-se que a obra constitui um instrumento fundamental para o conhecimento da cultura religiosa e das próprias mentalidades em Portugal até aos séculos XVII e XVIII, uma vez que foi escrita com o intuito de, não só passar a mensagem católica aos seus fiéis, mas também suscitar o sentimento religioso de imitação por parte dos seus leitores, leigos e religiosos.

Por fim, para se compreender inteiramente uma fonte é premente conhecer o seu autor e as condições e circunstâncias em que foi escrita. Assim sendo, atendendo ao mencionado, o facto de ter dois autores pressupõe, obviamente, estilos e formas distintas de escrever.

Maria de Lurdes Fernandes afirma que Jorge Cardoso nasceu em 1609 e dedicou quase toda a vida à história eclesiástica e à hagiografia. O seu projeto foi planeado e construído durante mais de trinta anos<sup>32</sup>. Almejava, sobretudo, realizar um inventário de todos os portugueses ou indivíduos que viveram na pátria e que, de algum modo, se evidenciaram pelos seus comportamentos e heroicas virtudes em vida, e que, por essa razão, deveriam ser lembrados e não cair no esquecimento. É, ainda, de ressaltar que consciente de que, por diversas razões, não conseguiria concluir o projeto que se propôs

---

<sup>30</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Agiologio Lusitano: Estudo e Índices (Encontros e compromissos da literatura hagiográfica e da história religiosa)*”, p.26.

<sup>31</sup> Atendendo a esta forma de organização cronológica, o primeiro volume corresponde aos meses de janeiro e fevereiro, o segundo contempla os meses de março e abril, o terceiro o mês de maio e o mês de junho e, por fim, D. António Caetano de Sousa ocupou-se dos meses de julho e agosto.

<sup>32</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*A biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor de Agiologio Lusitano: cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*”, [p.9].

desenvolver, afirmou que cederia gratuitamente todos os materiais e informações por si reunidas<sup>33</sup>, de modo a impulsionar futuros escritores a terminar o seu trabalho.

Em relação a D. António Caetano de Sousa, nasceu na década de 1670 e enveredou pelo estudo da história eclesiástica. Sousa conseguiu levar adiante o quarto volume preparado num curto espaço de tempo quando comparado com o de Jorge Cardoso<sup>34</sup>. Esta situação prefigurava, naturalmente, que desta diferença de tempos e de anos de trabalho resultasse uma obra diferente, desde logo, visível na própria forma de escrever e nas denominações e termos utilizados. Todavia, tal como destaca Maria de Lurdes Fernandes, uma das principais diferenças detetadas prende-se com o facto de Jorge Cardoso ter privilegiado, acima de tudo, a dimensão quantitativa da sua obra, isto é, procurou divulgar o maior número possível de exemplos e modelos portugueses, ao passo que D. António pretendeu, antes de mais, dar importância à qualidade da informação recolhida e à própria lição de cada biografado – daí que se verifique uma maior dimensão das narrativas hagiográficas e dos respetivos comentários<sup>35</sup>.

### 3. Análise dos Dados

Apraz esclarecer que a partir da análise do *Agiologio Lusitano* é possível desenvolver uma contextualização fundamentada sobre a Mulher e a Espiritualidade no Portugal Moderno e, através da recolha das principais características das biografadas do estudo, traçar o seu perfil de modo a responder, desde logo, à questão de quem eram estas pessoas ilustres e os modelos femininos que viviam em conformidade com a tradição cristã.

Neste sentido, acreditamos ser necessário explicar que dentro do enorme número de indivíduos, evocados para realçar as virtudes excecionais na fonte, aproximadamente 29% (733) são mulheres, pelo que apenas foram selecionadas para contemplar o universo em estudo aquelas em que o ano de morte é conhecido e coincidiu com os séculos XV, XVI, XVII e XVIII, perfazendo uma amostra de 559 biografias (o que equivale a cerca de 22% do total de biografados do *Agiologio*).

---

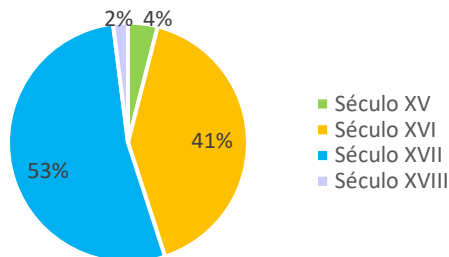
<sup>33</sup> Esta informação é fornecida pelo próprio Jorge Cardoso no tomo III do *Agiologio Lusitano*.

<sup>34</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Agiologio Lusitano: Estudo e Índices. (Encontros e compromissos da literatura hagiográfica e da história religiosa)*”, p. 34.

<sup>35</sup> FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Agiologio Lusitano: Estudo e Índices (Encontros e compromissos da literatura hagiográfica e da história religiosa)*”, p. 35.



**Gráfico 1: Distribuição cronológica das Biografadas**



**Fonte:** CARDOSO, Jorge – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV.

Nesta sequência, como é indicado no gráfico 1, o século XVII é aquele que ostenta uma maior representatividade de biografadas (53%), situação justificada, desde logo, pelo propósito enunciado pelo autor de mostrar à população os mais ilustres e veneráveis portugueses seus contemporâneos. Por esta razão, se compreende que, também o século XVI incluía 41% das mulheres estudadas e, numa posição oposta, se encontrem, o mais longínquo século XV que apenas apresenta 21 registos e o século XVIII com somente 2% do total da amostra – dado que o último volume foi produzido apenas na primeira metade de setecentos, e não contemple ainda um levantamento exaustivo de todo esse período.

### 3.1 O Perfil das biografadas

Deste modo, antes de iniciar o esquadramento da fonte, carece de salientar que nas “Advertencias necessárias ao Agiologio Lusitano”<sup>36</sup>, Jorge Cardoso divide os seus biografados em cinco classes religiosas: os santos canonizados, os beatificados, os ilustres em virtude e acreditados no Céu com maravilhas, os de vida exemplar e dignos de imitação e, por fim, os mártires. Da nossa análise vale ressaltar que a grande maioria dos casos pertence aos terceiro e quarto grupos, uma vez que não eram reconhecidas oficialmente como santas nem beatas, contudo, eram alvo de veneração e imitação, quer pelas suas companheiras, no caso das religiosas, quer pelas gentes da localidade em que se encontravam e, mesmo, do país.

#### 3.1.1. Abordagem Social

Atendendo à natureza e propósito desta investigação histórica, revela-se pertinente averiguar, tal como foi dito, as tipologias e modelos encontrados e

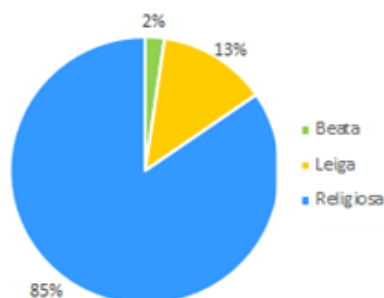
<sup>36</sup> CARDOSO, Jorge – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652, p. 52.

compreender se os paradigmas mais incentivados diziam respeito a mulheres religiosas ou leigas, pertencentes às diversas ordens sociais.

A partir da análise efetuada pretende-se descrever as principais características sociais encontradas, sendo, desde logo, possível destacar a presença de 193 mulheres vindas da nobreza, um estado tão eclético na altura, o que demonstra uma representatividade de, aproximadamente, 34,5% das mulheres – indicador de uma forte expressão de nobres nas hagiografias portuguesas do Antigo Regime. Esta situação não é surpreendente uma vez que, como comprova a fonte, as mulheres nobres ocupavam os cargos mais prestigiados dentro das instituições religiosas e, por essa razão, encontravam-se mais suscetíveis de serem notadas e distinguidas entre as restantes. Neste sentido, verificamos que entre as 245 referências a ofícios maior prestígio<sup>37</sup>, 98 correspondem a indivíduos do género feminino provenientes da nobreza. Devemos, ainda, referir a menção, no primeiro tomo da obra, a uma pastora, a saber, Maria da Cortiçada – residente na localidade de igual nome, em Castelo Branco – que representa a classe social mais baixa. Relativamente às restantes biografadas não foi possível inferir o seu estrato social visto que nenhum dos autores faz referência direta à origem social das mulheres.

Posto isto, de modo a organizar a informação recolhida, optámos por inserir os dados numa grelha Excel com os campos que pensamos serem os mais pertinentes para o estudo, pelo que circunscrevemos o estatuto religioso a três categorias: *Beata*, *Leiga* e *Religiosa*. Esta distinção permite conhecer qual o modelo comportamental preferido na espiritualidade da época Moderna, dado que aquele que apresenta uma maior representatividade é o padrão que, à altura, acreditavam aproximar mais a mulher moderna da santidade. À medida que formos expondo os resultados obtidos, procederemos a uma contextualização e explicação conceitual dos três termos utilizados.

Gráfico 2: O Estatuto Religiosa das Biografadas



Fonte: CARDOSO, Jorge – “Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas”. Vol. IV.

<sup>37</sup> Quando mencionamos “Ofícios de maior prestígio” referimo-nos a cargos que, de alguma forma, são considerados mais distintos e ilustres, nomeadamente os cargos de abadessa, priora, mestra ou madre.

O gráfico 2 demonstra, desde logo, a preponderância do modelo de religiosa, visto que cerca de 85% dos casos averiguados dizem respeito a mulheres que viviam sob uma regra monástica, ou seja, como esclarece Isabel Morujão, mulheres que privilegiavam uma vida retirada do mundo, em clausura e recolhimento no interior dos mosteiros<sup>38</sup>. Esta constatação explica-se pelo facto de, como foi mencionado anteriormente, a fonte ser escrita no século XVII e primar por oferecer exemplos contemporâneos à sua produção, sendo que neste século se "abriu as portas à valorização da vida feminina intraclaustral"<sup>39</sup>, na medida em que a Contrarreforma "veio acentuar, em termos espirituais, a religião como opção de vida (...) justificando o estado monacal e a renúncia voluntária ao século"<sup>40</sup>. Deste modo, torna-se fácil perceber que a Igreja Católica valorizava a vida conventual – acima de todos os outros estados –, sinónimo de uma vida virtuosa, assente no enaltecimento de determinados pressupostos espirituais, como a oração mental e o silêncio.

A segunda categoria mais representada é a aceção *Leiga*, com cerca de 73 mulheres (13%). Falar de laicado na época Moderna é uma empresa complexa uma vez que exige ter em atenção a profunda dependência do padrão de vida espiritual dos leigos em relação ao modelo monástico, o que não impediu práticas espirituais e atitudes devocionais particulares desta categoria<sup>41</sup>. Contudo, de forma generalizada, a mulher leiga define-se como alguém que não professou nem pertence a nenhuma ordem religiosa ou convento, isto é, vive no século, considerado pela Igreja como um estado de vida mais perigoso e sujeito ao pecado<sup>42</sup>. Ainda neste parâmetro, é de salientar que as mulheres seculares se encontravam intrinsecamente ligadas ao âmbito familiar, matrimonial e maternal, pelo que se verifica uma enorme panóplia de textos educativos direcionados à mãe-exemplar e à "boa esposa" que demonstram, desde já, a mentalidade e espiritualidade na época Moderna<sup>43</sup> – que não serão aqui aprofundadas.

---

<sup>38</sup> Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – “*Mulher: espírito e norma*”, p. 51.

<sup>39</sup> Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – “*Mulher: espírito e norma*”, p. 52.

<sup>40</sup> CONDE, Antónia Fialho – “Expressões de religiosidade e misticismo no jardim fresco de S. Bento de Cástris” In FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Marques, Tiago Pires (cord.) – *Vozes da vida Religiosa Feminina: Experiências, Textualidades e Silêncios (Séculos XV-XXI)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, 2015, p.92.

<sup>41</sup> Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – “*Mulher: espírito e norma*”, p. 88.

<sup>42</sup> SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini – “*Direito e Género: Rui Gonçalves e o Estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)*”, p. 32.

<sup>43</sup> Para um aprofundamento destas temáticas consultar: SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini – “*Direito e Género: Rui Gonçalves e o Estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)*”; LOPES, Maria Antónia - “Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”, pp. 27-44; FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Espelhos, Cartas e Guias: Casamento e*

Por último, em menor número surgem as *Beatas* que embora não correspondam a uma categoria religiosa, atendendo às suas características, julgamos pertinente individualizá-las, sendo que representam apenas 2% do universo de estudo. Neste sentido, definir o conceito é uma tarefa difícil, uma vez que a atual inteligibilidade de beata (exige um processo de beatificação ou canonização) difere do significado adquirido na época Moderna. Segundo Frei Manoel da Esperança<sup>44</sup>, “Chamamos beatas (...) às mulheres seculares que sendo mais reformadas na vida e no seu hábito parecem religiosas”<sup>45</sup>.

Assim sendo, é necessário distinguir os dois tipos de beata no *Agiológio*. Se atendermos ao conceito atual, observaram-se três mulheres cujo processo de beatificação foi iniciado na Igreja Católica, sendo que se verificaram dois desfechos possíveis: o pedido foi validado e a pessoa elevada ao título de beata, como acontece com a ‘Santa Princesa’ Joana, denominação atribuída a D. Joana de Portugal, filha do rei D. Afonso V, que pelas suas virtudes e excelência espiritual era considerada Santa pelo povo português e pelos bispos da época. Neste seguimento, no tomo IV do *Agiológio Lusitano*, D. António Caetano de Sousa refere que a Igreja Católica a declarou beata; ou, então, o processo não avançava e nesta situação, apresenta-se Maria das Chagas, nobre portuguesa que ao longo da sua extensa vida demonstrou um comportamento exímio e em concordância com a doutrina cristã - além de se evidenciarem algumas manifestações extraordinárias, nomeadamente, raptos e visões que contribuía para consolidar o seu processo de beatificação – e, por essa razão, o duque D. Teodósio II, em conjunto com os prelados de Évora, iniciou o processo para a sua beatificação que nunca foi aceite. Um outro caso é o de Margarida de Chaves, cujo processo com vista à sua beatificação foi um dos mais sustentados nos séculos XVI e XVII, ainda que não tenha conhecido o desfecho esperado.

Por outro lado, os demais casos mencionados não dispõem de qualquer oficialização da Igreja. Todavia, eram mulheres reconhecidas como tal na comunidade em que se inseriam, quer pelas suas virtudes, quer pelos padrões comportamentais, e por isso se invocava a sua veneração e imitação. A título de exemplo, observamos Ângela da Paixão que na morte foi aclamada santa pela população. Ademais, também encontramos as denominadas beatas conventualizadas que são todas as mulheres que integravam os

---

*Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*”; CAEIRO, Maria Margarida – “A Mulher na Família nos séculos XVI e XVII”, pp. 192-202.

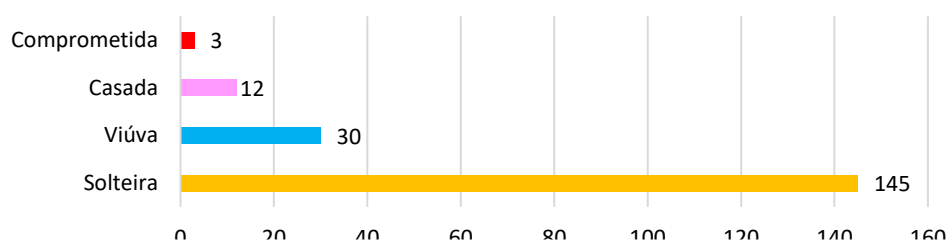
<sup>44</sup> Frei Manoel da Esperança era um religioso franciscano e cronista que viveu no século XVII.

<sup>45</sup> Frei Manuel da Esperança, na obra *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal*, citado por Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – “*Mulher: espírito e norma*”, p. 88.

designados Beatérios ou Recolhimento de beatas – “situação híbrida, de compromisso com o século e a religião”<sup>46</sup>– de que é exemplo Maria da Conceição – primeira regente do Recolhimento de Beatas do Espírito Santo de Vidigueira. Neste seguimento, importa esclarecer que estes recolhimentos eram, “concomitantemente com a emergência de outras formas não regulares de vivência religiosa feminina, de cariz sobretudo comunitário”<sup>47</sup>, pelo que posteriormente muitos deram origem a conventos. É o caso, por exemplo, do Mosteiro de S. Bento de Cástris<sup>48</sup>. Relativamente às beatas individuais, eram todas as mulheres que por iniciativa própria se organizavam e associavam nas suas casas ou na rua, de modo a aproximarem-se das práticas espirituais mais recompensadoras do ponto de vista ascético, como a oração mental<sup>49</sup>. Disso são exemplo Isabel de Jesus e Maria do Lado, que fundaram em suas casas uma espécie de recolhimento, com outras mulheres exemplares.

As mulheres, como afirma Giovanna Santos, eram igualmente classificadas pela Igreja, segundo a sua conduta civil e sexual: as virgens que renunciavam voluntária e conscientemente à sexualidade (*Solteiras* e *Comprometidas*), as *Viúvas* que renunciavam à sexualidade após a morte (comprovada ou inferida) do cônjuge e as mulheres *Casadas* que deviam limitar a um uso “parcimonioso do seu sexo no interior e em função da família”<sup>50</sup>. Nesta perspetiva, o estado virginal era associado à condição mais pura e genuína de castidade, o estado matrimonial o mais perigoso e o estado de viuvez intermédio, uma vez que se encontrava ‘contaminado’ pelo passado, mas elevado pela pureza prevista no futuro.

Gráfico 3: Estado Civil das Biografadas



Fonte: CARDOSO, Jorge – “*Agiologó Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “*Agiologó Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV.

<sup>46</sup> TAVARES, Pedro Vilas Boas – “Caminhos e invenções da santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII: Alguns, dados, problemas e sugestões”, p. 164.

<sup>47</sup> FONTES, João Luís – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”. In *Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2015. n. 31, p. 55

<sup>48</sup> Para aprofundar o conhecimento sobre recolhimentos que deram origem a conventos, consultar: FONTES, João Luís – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”, pp. 51-71.

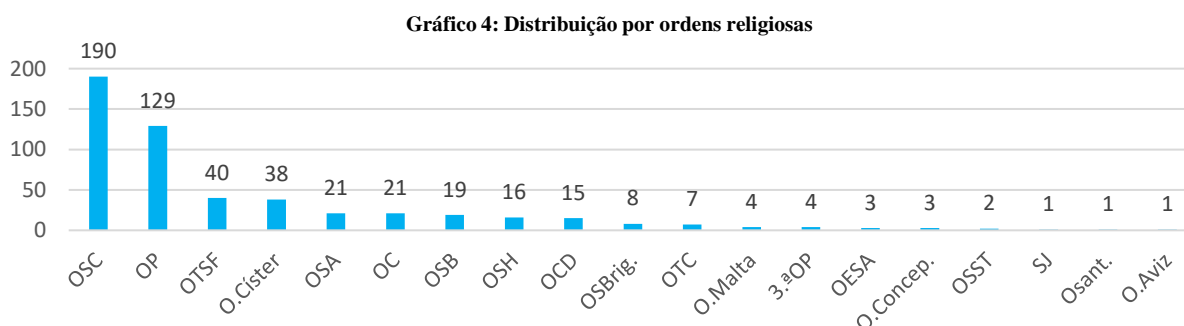
<sup>49</sup> Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – “*Mulher: espírito e norma*”, p. 100.

<sup>50</sup> SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini – “*Direito e Gênero: Rui Gonçalves e o Estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)*”, p. 153.

O gráfico apresentado permite corroborar a ideia, acima expressa, na medida em que, à exceção dos 369 registos (66%) nos quais não foi possível deduzir estas categorias, o estado de solteira é aquele mais representado, o que conjectura ser o mais desejável na ótica da Igreja, uma vez que, à semelhança da mulher comprometida, a solteira ainda não foi corrompida e encontra-se na mais pura condição de castidade e, por isso, mais próxima da santidade. De seguida, como era expectável, surgem as viúvas, com 30 registos. O limbo em que o estado de viuvez coloca as mulheres é importante para a compreensão da preferência destas sobre as casadas, já que o panorama comportamental de renúncia à vida pecaminosa e, muitas vezes, até mesmo da vida no século, é essencial para um futuro rigorosamente orientado pelas virtudes cristãs. Partindo deste pressuposto, na condição de casada que, no nosso estudo, se manifesta em apenas 12 mulheres, é mais complicado limitar e restringir as atitudes e comportamentos face à fé católica, até porque a mulher tem obrigações no âmbito familiar, nomeadamente no que diz respeito à procriação. Porém, são inúmeros os religiosos que procuraram estabelecer um conjunto de medidas e circunstâncias para orientar a mulher casada, com os denominados *tratados*.

### 3.1.2 Abordagem espiritual e devocional

Na abordagem espiritual, procura-se interpretar, à luz dos exemplos do *Agiologio*, quais as afiliações espirituais mais representadas e as instituições que maior número de biografadas ‘produziram’. Além disso, constatar quais as devoções mais referenciadas e que deveriam ser alvo de adoração pelas restantes portuguesas – visto que as hagiografias apresentavam modelos e mimetismos que marcavam a espiritualidade dos fiéis.



**Fonte:** CARDOSO, Jorge – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV.

análise do gráfico 4, rapidamente verificamos que a mais referenciada, ao longo de toda

a fonte, é a Ordem de S. Clara<sup>51</sup>, da família franciscana – cujas freiras eram usualmente conhecidas por Clarissas. Note-se, no entanto, que não é plausível estabelecer uma relação entre a sua predominância e determinadas características específicas que contribuíram para práticas exemplares. De seguida, surgem as cistercienses, beneditinas e jerónimas. Neste sentido, podemos também ressaltar a Ordem dos Pregadores ou a Ordem de S. Domingos, do ramo dominicano, – contabilizando 25% de todos os registos – a Ordem de S. Agostinho e a Ordem dos Carmelitas. Por fim, observamos a presença de ordens religiosas militares, em particular, a Ordem de Malta, a Ordem de Santiago e a Ordem de Aviz<sup>52</sup> – ainda que com muita pouca representatividade. Esta distribuição de biografadas pelas Ordens religiosas descortina, ainda que, superficialmente, a religiosidade da época Moderna em Portugal, caracterizada por uma forte presença de clarissas, dominicanas, cistercienses e franciscanas.

Após esta contextualização geral, importa elencar as principais instituições religiosas que produziram maior número de mulheres “ilustres veneráveis”, pelo que, desde logo, podemos destacar o Convento de Jesus de Aveiro, com 18 retratadas, seguido do Convento da Madre de Deus de Lisboa, com 15 mulheres referenciadas e o Convento de Salvador de Lisboa, com 13 menções. Vale, ainda, referir os Conventos de S. Dinis de Odivelas e da Nossa Senhora da Quietação com 11 referências, o Convento de S. Clara de Vila do Conde, de S. Alberto de Lisboa, que detém, respetivamente, 10 e 9 biografadas e o Convento de S. Catarina de Sena, do Salvador de Évora e de Nossa Senhora da Saudação que apresentam 8 mulheres. Em relação aos restantes, as menções não são muito representativas, apresentando 7 ou menos indivíduos.

Depois da análise quantitativa realizada, importa atentar sumariamente nas mais relevantes devoções que conseguimos identificar. No entanto, é necessário alertar para o diminuto número de devoções mencionadas – cerca de 92 registos – pelo que, desde já, esclarecemos que as tendências testemunhadas não podem ser estendidas no contexto nacional. Assim sendo, colocamos a hipótese de que, apesar de o *Agiológico* não procurar instituir o culto de determinados santos e venerações, a verdade é que indiretamente

---

<sup>51</sup> Na nossa análise, ainda que reconhecendo a existência de distinções internas, entre as clarissas da 1ª Regra, mais exigentes, as urbanistas, de uma reforma tardia da Ordem e as clarissas da Regra comum, não serão aqui tidas em consideração. O mesmo acontecia com as carmelitas.

<sup>52</sup> A presença de mulheres associadas a ordens religiosas que eram, por sua vez, somente masculinas, explica-se, por um lado, pelo facto de as biografadas não terem professado na ordem, mas trabalharem nela, isto é, podiam exercer outro tipo de atividades no mosteiro. Por outro lado, podiam pertencer a mosteiros femininos que se associavam a ordens religioso-militares como é o caso do mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação das Comendadeiras de Aviz.



influenciariam a mulher portuguesa, que procuraria, de algum modo, implementar no seu quotidiano as mesmas devoções. Posto isto, a devoção da Paixão de Cristo e as diversas variantes da veneração da Virgem Santíssima são as que mais se evidenciam no campo da espiritualidade retratada no universo feminino do *Agiologio Lusitano*, já que assumiram uma importância decisiva, orientando e reorientando devoções. Podemos, ainda, destacar o Sacramento do Altar e as Almas do Purgatório: as representações do Purgatório e das almas surgem, normalmente, como expressões de apelo à misericórdia divina, podendo ter, muitas vezes, também gestos de humildade e oração<sup>53</sup> – evidenciando já um dos comportamentos incutidos nas mulheres portuguesas. Muitas vezes, representa-se, igualmente, Cristo Crucificado, a Virgem, a Santíssima Trindade, Santo António ou São Francisco – devoções que estão também presentes no *Agiologio*<sup>54</sup>.

### 3.1.3. Abordagem de idades à morte e distribuição geográfica

A última componente de estudo associada ao perfil da Mulher do *Agiologio* é a abordagem das idades à morte das mulheres em estudo, e da sua distribuição geográfica. Neste sentido, atenta-se na idade no momento da *Morte*, uma vez que como clarifica Mendes a “narração da morte dos santos, beatos, veneráveis e varões e mulheres «ilustres em virtude» constitui o ponto crucial da sua «santa vida»”<sup>55</sup> e, portanto, é essencial compreender o valor simbólico das doenças e tipos de morte que aproximam a pessoa do caminho para a santidade.

O episódio da morte é crucial na narrativa hagiográfica, uma vez que assinala o final da vida terrena do biografado e, desse modo, da narrativa do autor. A partir deste pressuposto, o relato da morte enquadra-se nos instrumentos edificantes e exemplares presentes nas obras, exibindo um padrão de imitação, com atitudes e comportamentos que disponibilizam o paradigma ideal de *Boa Morte* e incitavam nos leitores o desejo e esperança de alcançar um fim idêntico e a própria salvação se imitassem as biografadas.<sup>56</sup> Deste modo, a partir dos séculos XV e XVI começou-se a difundir a ideia de que a

---

<sup>53</sup> RANGEL, Leonardo Coutinho de Carvalho – “*Esposas de Cristo: santidade e fingimento no Portugal seiscentista*”, p.175.

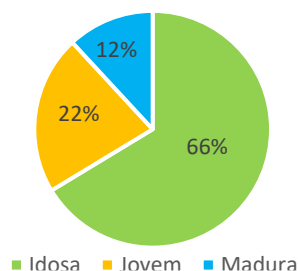
<sup>54</sup> Dado a natureza do presente artigo não nos é possível especificar as devoções a santos ou santas, informações que seriam muito importantes e reveladoras à luz do espírito de Trento: a centralização das devoções em Cristo e na Virgem Maria e o reforço do culto dos santos.

<sup>55</sup> MENDES, Paula Cristina Almeida – “*Paradigmas de papel: a escrita e a edição de «vidas» de santos de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*”, p.357.

<sup>56</sup> MENDES, Paula Cristina Almeida – “*Paradigmas de papel: a escrita e a edição de «vidas» de santos de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*”, p. 357.

salvação ou condenação de cada pessoa se determinava no leito da morte<sup>57</sup> e é este diálogo entre a morte física e o julgamento da alma que importa termos em consideração.

Gráfico 5: Fase da vida à morte



**Fonte:** CARDOSO, Jorge – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV.

Antes de mais é necessário percebemos o tempo de vida das biografadas, isto é, se viviam muito ou pouco e se isso tinha influência nos seus comportamentos e atitudes. Neste sentido, devemos alertar que, para calcular os dados presentes no gráfico 5, estabelecemos intervalos de tempo que correspondem às categorias de *Jovem* (1-30 anos de idade), *Madura* (31-59 anos de idade) e *Idosa* (60-122 anos de idade). Desta forma, à semelhança da informação obtida para as principais devoções encontradas, também, neste caso, se excetuam 319 registos, das quais não foi possível inferir a idade à morte. Porém, num universo de 240 mulheres, 66% faleceram com idade superior a 60 anos de idade, 22% correspondiam, ainda, a jovens e apenas 12% com idade madura.

No nosso entender, esta situação evidencia a hipótese de que a idade não era fator decisivo na ascensão à santidade e veneração, visto que, como seria de esperar, à medida que uma pessoa envelhece é-lhe conferida socialmente maior autoridade e respeito e, portanto, verificamos um grande número de idosas na amostra em estudo. Contudo, também temos indicação de jovens que faleceram cedo, das quais se destaca Brites de S. Agostinho, clarissa do Convento de S. Clara de Vila do Conde, que morreu com apenas 15 anos de idade.

Adiante, atendendo à visão da Morte refletida no *Agiologio Lusitano*, note-se a existência de religiosos que valorizavam e apreciavam a meditação sobre a morte. Por exemplo, verificam-se diversos casos em que é passível o entendimento da contemplação da morte, ou seja, averigua-se a presença de símbolos e elementos associados à morte, nomeadamente caveiras. Exemplo disso é a soror Isabel da Cunha, religiosa do Convento de S. Mónica de Évora, a qual “tinha na cabeceira hũa caveira, em cujos olhos mettia os

<sup>57</sup>MENDES, Paula Cristina Almeida – “*Paradigmas de papel: a escrita e a edição de «vidas» de santos de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*”, p. 358.

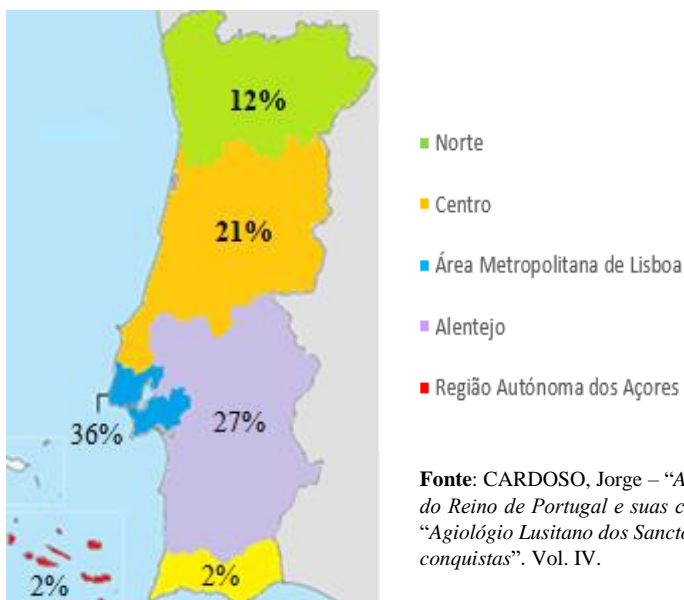
dedos, quando meditava na morte”<sup>58</sup>. Além disso, foi possível identificar em inúmeros casos, a previsão da morte, normalmente associada a práticas ascéticas e milagrosas e que, por si só, aproximavam a mulher do *pathos* para a santidade.

Relativamente aos tipos de morte, assistimos a 6 mártires, ou seja, mulheres que foram assassinadas em nome da fé católica e da preservação dos seus valores, sendo que vale ressaltar que, à exceção de Maria da Cortiçada – assassinada por um mancebo por preservar a sua pureza e castidade – todas as outras foram feitas mártires fora do território português, particularmente no Japão e em Jerusalém. Encontramos, igualmente, 23 biografadas que tiveram uma morte natural, isto é, faleceram pela avançada idade que detinham. Todavia a doença é, sem dúvida, a causa de morte mais comum, com cerca de 190 registos. As doenças mais referenciadas são as febres, mas também os tumores e cancro. Neste sentido todas as doenças causadoras de uma lenta agonia que preparava o indivíduo para uma *Santa morte*<sup>59</sup> eram mais desejadas pelas próprias biografadas que muitas vezes se alegravam com a chegada da morte – perceptível através dos relatos em que ansiavam o derradeiro momento.

Outro indicador que vale ressaltar é a *Residência* das biografadas, já que é plausível saber quais as localidades que albergaram maior número de mulheres, quer a nível nacional quer internacional. Para simplificar a apresentação de resultados, optamos

por distribuir as localidades portuguesas do *Agiologio Lusitano* pela atual Divisão Administrativa NUTS II.

Gráfico 6: Distribuição por região de Residência



Fonte: CARDOSO, Jorge – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV.

<sup>58</sup> CARDOSO, Jorge – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. III. Lisboa: Officina de Craesbeeck de Mello, 1666, p. 652.

<sup>59</sup> MENDES, Paula Cristina Almeida – “*Paradigmas de papel: a escrita e a edição de «vidas» de santos de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*”, p.361.

Da análise do gráfico 6, vemos que a região de Lisboa é a mais referenciada na fonte, ao apresentar 36% das menções a localidades, o equivalente a 194 referências. Esta situação pode ser explicada por dois pressupostos: pela grande concentração de instituições e congregações religiosas na capital portuguesa e nas localidades circundantes e pelo facto de ambos os autores da fonte residirem em Lisboa, o que presume um maior contacto e conhecimento da realidade desta região. O Alentejo apresenta-se como o segundo mais representado com 27% do total de indicações, seguido do Centro, Norte, Algarve e Açores – o que evidencia a própria distribuição eclesiástica no território português, uma vez que o maior número de conventos se instalou no sul do país, em particular, junto à capital.

De acordo com a informação recolhida a partir da análise intensiva da fonte, foi possível verificar a presença de mulheres portuguesas no exterior (Anexo 1). Utilizando a divisão atual dos países que integram os locais mencionados no *Agiológio*, aquele que teve maior número de portuguesas foi a Espanha, seguido do Japão, Itália, Índia e China, Israel, Síria e Polónia. Esta distribuição é explicada pelo facto de, no século XVI e XVII, Portugal possuir territórios ultramarinos e, consequentemente, missionários que convertiam a população local, como o caso de Isabel, Madalena e Marta, que foram convertidas e morreram a defender os ideais cristãos.

### **3.2. Manifestações e práticas extraordinárias. Alguns casos.**

Neste ponto da investigação, aquilo que pretendemos é, através de alguns casos específicos, compreender quais as manifestações e práticas extraordinárias, popularmente designadas por milagres, que são retratadas nas biografias do *Agiológio Lusitano*. Desta forma será possível compreender as correntes de misticismo que caracterizavam a espiritualidade e a literatura hagiográfica portuguesa.

Tendo em consideração o enquadramento social e religioso, na transição para a Idade Moderna, a perfeição pela Mística tornou-se um elemento relevante, quantitativa e qualitativamente e, por essa razão, à exceção de 201 mulheres (36% do total de biografadas) do nosso universo que não apresentam qualquer milagre descrito, foi possível descrever as respetivas práticas extraordinárias para as restantes. Nesta sequência, apresentaremos alguns modelos-exemplo que consideramos importante ressaltar na nossa investigação.

Neste sentido, verificamos a existência de manifestações extraordinárias e milagres em vida, como visões e raptos, revelações ou, então, a realização de milagres no pós-morte, como a existência de cheiros e fragâncias celestiais, tanto na morte como na abertura da sepultura ou, por sua vez, a aparição às companheiras e a cura de enfermos.

No que concerne às primeiras manifestações extraordinárias referenciadas, note-se que podemos, a título exemplificativo, evidenciar dois casos: Verónica Delgada, relativamente à ocorrência frequente de raptos – estado de quem se encontra maravilhado, encantado ou arrebatado, num estado de contemplação divina – sendo que, muitas vezes, durante a oração no coro, “foi vista junto de si uma claridade”<sup>60</sup> e elevada do chão. Neste raciocínio, o outro caso a referir, prende-se com a Madre Beatriz de S. Francisco, nobre portuguesa, dama de D. Isabel – filha do rei D. Manuel I – que após o falecimento do marido, prometeu seguir a vida religiosa e fundar um mosteiro. Nos anos que lhe restaram, afirmou ter tido várias visões, em sonhos, que consistiam numa procissão de clarissas.

A multiplicação de alimento constituiu uma outra prática extraordinária mencionada nas biografias do *Agiológio Lusitano*. Neste sentido, podemos destacar Benta de Aguiar que durante um ano estéril, caracterizado pela falta de trigo no mosteiro, fez sobre a tulha o sinal da cruz e o multiplicou em grande abundância. Numa situação semelhante encontra-se Teodósia de Querubins, que no mosteiro de S. Clara do Porto criou um celeiro a seu encargo sem ter mais do que seis alqueires de milho, contudo nunca faltou cereal, pelo contrário este cresceu contínua e constantemente.

Atendendo às Revelações, existe registo de 31 biografadas que tiveram revelações das suas próprias mortes ou da morte das companheiras, mas também a revelação de acontecimentos históricos daquele período, como por exemplo, a morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir.

Na mesma linha de continuidade e intrinsecamente associadas com as práticas anteriormente mencionadas, surgem as Aparições, as quais é possível dividir em três categorias: aparições santas, aparições demoníacas e aparições às companheiras. No que concerne ao primeiro parâmetro, verificam-se diversos exemplos, todavia, é necessário notar que a grande maioria das aparições santas mencionadas se relacionavam com o momento da morte das biografadas, no qual eram acompanhadas pelos seus santos prediletos e alvo de maior adoração, como a Virgem. Além disso, habitualmente correspondiam também aos santos padroeiros das ordens religiosas a que pertenciam –

---

<sup>60</sup> CARDOSO, Jorge – “*Agiológio Lusitano dos Sanctos e Varones illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. II. Lisboa: Officina Henrique Valente D’ Oliveira, 1657, p. 51.

quer na condição de religiosas, mantelatas ou freiras conversas – como, por exemplo, a agostinha Beatriz Vaz de Oliveira, à qual frequentemente apareceu S. Agostinho e S. Tomás. Por outro lado, foi possível identificar a presença de aparições demoníacas, isto é, a aparição do demónio e de figuras medonhas, horríveis e assustadoras – expressões utilizadas pelos autores para descrever estes acontecimentos – e que tinham o intuito de amedrontar, violentar e incomodar a biografada. Seguindo este ponto de vista, podemos apontar Beatriz Soeira: certa noite “apareceu-lhe um demónio, em horrenta e monstruosa figura que a acusou de todos os pecados cometidos até aí, mas surgiu uma mulher vestida de cândidas roupas que expulsou o demónio e a salvou”<sup>61</sup>. Aliás, devemos referir que optamos por destacar este caso uma vez que a violência sofrida foi de tal ordem que o autor menciona que Beatriz pensou em ser “homicida de si própria”.

Nesta sequência, é necessário mencionar as práticas de cura de algumas das mulheres do *Agiológio Lusitano*. A grande maioria destes milagres ocorriam já após a morte da biografada, sendo que os autores referenciam casos em que as suas alfaias curaram enfermos e intercederam junto de Deus. Nesta situação, encontrava-se Maria Baptista, que em vida foi venerada pelas religiosas do convento do Salvador de Évora, e, por essa razão, aquando da sua morte muitas das suas companheiras procuraram ficar com alguns dos seus pertences, sendo que afirmaram ter curado alguns doentes na enfermaria.

Por fim, tendo em atenção os milagres realizados no pós-morte, destaca-se a referência a fragâncias celestiais e agradáveis que exalavam das falecidas, assim como das suas sepulturas, como por exemplo, o caso de Ana de S. João, que segundo os relatos encontrados por Jorge Cardoso, na noite da sua morte, luzes e esplendores celestiais desceram sobre a cela, onde repousava o seu defunto corpo e aquando da sua sepultura, o claustro do convento encheu-se de celestial cheiro, pássaros e música. Aliás, anos após a sua morte brotou no seu coração uma roseira, impossível de secar.

No fundo, foram vários os casos singulares de milagres, práticas extraordinárias e manifestações ascéticas que compõem o *Agiológio Lusitano*, no entanto, necessitavam de uma atenção mais profunda do que aquela que foi possível realizar.

### **3.3 Critérios de Exemplaridade e padrões comportamentais**

#### **3.3.1. Tipologias**

---

<sup>61</sup> CARDOSO, Jorge – “*Agiológio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. III. Lisboa: Officina de Craesbeeck de Mello, 1666, p. 565.

Neste ponto, procura-se responder a uma das questões centrais da investigação e que consiste no contacto com os critérios de exemplaridade defendidos e visíveis nas mulheres seleccionadas no *Agiológio Lusitano*. Neste sentido, como temos vindo a aludir, a condição da mulher europeia na época moderna decorria dos modelos argumentados e defendidos nos livros de autoridade religiosa, nomeadamente, na Bíblia. No fundo, como esclarece a bibliografia, as várias conceções construídas pela Igreja Católica diziam respeito ao feminino e à sua relação com o corpo humano e o pecado<sup>62</sup> – daí que se assista a uma classificação da mulher segundo a sua conduta sexual, como foi já mencionado. Ainda nesta linha de pensamento e atendendo a uma perspetiva religiosa, é necessário ressaltar que as mulheres eram alvo de uma forte restrição, pois a “fraqueza do sexo” que as caracterizava era responsável pela sua passividade, luxúria ou vida pecaminosa, o que contribuía para assegurar a sua inferioridade.

Posto isto, a partir da análise intensiva da fonte identificamos um amplo leque de critérios e normas presentes que serviam como instrumentos edificantes do comportamento feminino tendo, sempre em atenção todas as condicionantes que traçavam o perfil das mulheres retratadas no *Agiológio* como a ordem social, o estatuto religioso ou o estado civil.

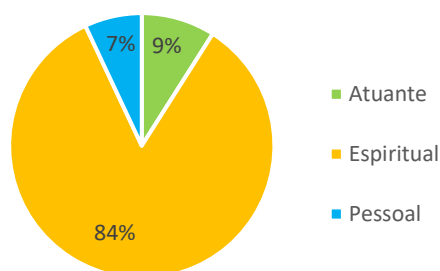
Para conseguirmos desenvolver uma exploração encadeada e clara foi útil estabelecer as tipologias dos diversos critérios encontrados, como forma de os organizar consoante o tipo de ação que evidenciavam. Deste modo, estabelecemos três tipos de classificação distintos: *Atuante*, *Espiritual* e *Pessoal*. Os critérios *Atuantes* dizem respeito a todos os comportamentos que demonstram uma ação ao nível social, isto é, comportamentos direcionados para o Outro. Por sua vez, as normas *Espirituais* representam todas as atitudes que evidenciam a relação com Deus, ou seja, condutas, muitas vezes presentes na Sagrada Escritura, que refletiam os preceitos intimamente católicos. Por fim, os critérios *Pessoais*, são aqueles que concernem à intimidade e individualidade da pessoa, por outras palavras, são os comportamentos que têm que ver com o carácter e condição de cada uma das biografadas.

---

<sup>62</sup> SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini – “*Direito e Gênero: Rui Gonçalves e o Estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)*”, p.150.



Gráfico 7: Critérios de Exemplaridade



Fonte: CARDOSO, Jorge – “*Agiologóio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “*Agiologóio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV.

Após o essencial esclarecimento acerca dos vários tipos de critérios, é necessário mencionar que as categorias utilizadas na construção do gráfico apresentado correspondem a uma classificação pessoal dos critérios de exemplaridade.

Depois de uma identificação minuciosa dos critérios de exemplaridade referidos (Anexo2), percebemos que a mulher portuguesa da época Moderna deveria pautar a sua conduta, sobretudo, por comportamentos de índole *Espiritual*, na medida em que perfazem 84% do total dos paradigmas verificados. Neste panorama, destaca-se a Oração (280) que se encontrava presente em todos os momentos da vida da mulher, uma vez que é, sem dúvida, o comportamento mais referenciado ao longo de todas as biografias selecionadas do *Agiologóio Lusitano*. As Mortificações (223) – castigos impostos pelas próprias, na tentativa de sublimar a alma em relação ao corpo – são, também, muito indicadas, nas suas várias vertentes: o autoflagelo, isto é, a dor voluntariamente infligida ao corpo; a privação de alimentos e outras necessidades ou a anulação de qualquer tipo de prazer. A Penitência (209) também, se encontra nitidamente presente. Atendendo, ainda, a critérios de cariz espiritual, devemos evidenciar a grande representatividade de qualificativos como a Humildade (206) – associada ao desprezo do mundano, da luxúria ou de si própria – que, desde logo, está marcadamente difundida na mensagem da Sagrada Escritura e a Devoção, que surge referida em 174 biografadas, nas quais, como foi explorado anteriormente, é plausível identificar para 92 casos as principais venerações narradas, destacando-se, sumariamente, a veneração da Paixão de Cristo, do Santíssimo Sacramento, das Almas do Purgatório – momentos bíblicos de adoração – ou da Virgem Maria, nas suas distintas aceções, e outros santos católicos.

Numa posição secundária surgem os critérios *Atuantes*, com uma representatividade de 9%, dos quais ressalta a Caridade (156), como o comportamento mais referenciado, que se interliga intrinsecamente com a Assistência (65) e o cuidado

com os pobres e doentes. Note-se que se manifestam alguns casos de mulheres que fizeram da sua casa ou da propriedade da família, autênticos hospitais de apoio aos mais pobres. Desta forma, verifica-se que era um comportamento retratado em todas as mulheres e, acima de tudo, característico da mulher casada e viúva, uma vez que correspondia a uma ação que facilmente podia ser partilhada com as religiosas, que, igualmente, nos conventos atuavam junto dos mais necessitados.

Por último, os dados quantitativos apurados a partir da fonte revelaram que 7% dos códigos comportamentais são de índole *Pessoal*, dos quais podemos, desde já, salientar a Virgindade, diretamente mencionada em 34 biografias, e que coincide com uma das virtudes mais defendidas e prezadas pela Igreja Católica. Aliás, como mencionado anteriormente, a conduta sexual feminina constituía um dos fatores diferenciadores e classificativos da condição da mulher católica, sendo que, por isso, também, a Castidade (20) era muito valorizada, uma vez que a aproximava da santidade. A Modéstia (34) é outro critério enaltecido ao longo do *Agiológio Lusitano*, no sentido em que é um comportamento de cariz pessoal e que se relaciona com a atitude individual de cada um. Além disso, devemos, ainda, ressaltar a Honestidade (22) como valor a ter em consideração já que se encontra associada à personalidade e ao carácter de cada uma das biografadas e corresponde ao quarto critério pessoal mais referenciado.

### **3.3.2. Modelos de exemplaridade. Alguns exemplos**

Após apresentarmos a análise estatística e quantitativa dos critérios de exemplaridade refletidos no *Agiológio Lusitano*, carece que procedamos ao estudo qualitativo dos comportamentos que deveriam ser imitados pela Mulher portuguesa católica. Neste seguimento, começaremos por dividir a exposição tendo em linha de conta a condição das mulheres, isto é, por um lado, iremos apresentar as principais condutas para a mulher religiosa e, por outro, para a mulher leiga – nas suas distintas aceções: solteira, casada e viúva – pelo que, de modo a “dar” vida à História, procuramos para cada uma das vertentes ilustrar com um exemplo real referenciado na fonte.

Não obstante, antes de mais, consideramos necessário divulgar a imagem vulgarizada da mulher portuguesa da idade Moderna patente na bibliografia escolhida. Deste modo, Antónia Conde alude que, em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, a invisibilidade das mulheres na vida social era muito significativa, visto que muitas viviam

encerradas em casa ou nos conventos, guardadas pelos pais, maridos e confessores<sup>63</sup>. No entanto, não se pode considerar esta situação como a regra geral no contexto nacional, pois a grande maioria das mulheres portuguesas pertenciam ao terceiro estado e tinham que trabalhar para auxiliar no sustento da família e, portanto, revelavam uma maior liberdade no que concerne ao controlo masculino.

No que diz respeito à mulher religiosa, o Padre Manuel Bernardes estabeleceu o modelo de *Boa Freira*<sup>64</sup>, traçando-lhe, em concreto, o perfil ideal:

pobre, que rezava e observava a Regra; que era pontual ao Coro e mais atos da comunidade; que ouvia a missa e lia livros devotos; que cumpria as obrigações do ofício; que visitava e servia as enfermas; que fazia penitência; que ajudava com o sufrágio das Almas do Purgatório, e que, enfim, trabalhava na almofada ou no bastidor e nas coisas necessárias na cela.<sup>65</sup>

Concomitantemente, na bibliografia<sup>66</sup> é possível assinalar, do mesmo modo, o modelo de *Perfeita Religiosa*, sendo que são apontadas precauções relativamente à manutenção da castidade, através do castigo dos cinco sentidos:

olhos baixos, para mortificar a vista; alimentos grosseiros, para mortificar o gosto; silêncio, para mortificar a audição; vestidos rugosos e leitos duros, para mortificar o tato; escrúpulo mesmo de cheirar uma flor, para mortificar o olfato.<sup>67</sup>

Os modelos acima descritos encontram-se marcadamente difundidos nas biografias do *Agiologia*, uma vez que, atendendo somente às mulheres religiosas, podemos observar critérios referentes à observância da *Regra*, à frequência da oração no Coro, ao trabalho em comunidade, sejam as tarefas mais nobres, como a leitura no coro ou na missa, sejam os trabalhos mais humildes, como a limpeza das celas ou o auxílio aos doentes na enfermaria. Além disso, muitas vezes, são mencionados os atos de penitência e de mortificação que estas religiosas praticavam, sendo que são mesmo indicadas algumas técnicas para o realizarem. Na incapacidade de elegermos um caso exemplificativo, decidimos retirar uma expressão – neste caso, utilizada para descrever a

---

<sup>63</sup> LEAL, Ivone Freitas – “As Mulheres na via religiosa portuguesa: fontes, itinerários e problemáticas”. In FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Tiago Pires (cord.) – “*Vozes da vida Religiosa Feminina: Experiências, Textualidades e Silêncios (Séculos XV-XXI)*”, p. 18.

<sup>64</sup> Manuel Bernardes foi um presbítero da Congregação do Oratório de S. Filipe de Nery que viveu na passagem do século XVII para o século XVIII.

<sup>65</sup> CONDE, Antónia Fialho – “Expressões de religiosidade e misticismo no jardim fresco de S. Bento de Cástris”, p. 93.

<sup>66</sup> Para aprofundar a questão da Perfeita Religiosa em Portugal consultar: CONDE, Antónia Fialho – “Modelos em vida, paradigmas na morte. A construção da perfeita religiosa em Portugal”. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (et al.) – “*Sociabilidades na vida e na morte (Séculos XVI-XX)*”. Braga: CITCEM, 2014.

<sup>67</sup> CONDE, Antónia Fialho – “Expressões de religiosidade e misticismo no jardim fresco de S. Bento de Cástris” p. 93.

sóror Helena do Paraíso – recorrente na narrativa dos dois autores da fonte, que ilustra claramente as principais técnicas de mortificação que compõem os modelos de exemplaridade religiosa: “usando disciplinas de sangue, cilícios, e por camiza hum habito de pano grosseiro, assim trazia o corpo cheyo de chagas”<sup>68</sup>.

A identidade da mulher, em geral, e particularmente da religiosa, fundamentava-se, igualmente, no silêncio – como corrobora Isabel Morujão – e este silêncio acompanhava-a na vida de clausura e recolhimento, visto que era valorizado como um meio especialmente eficaz de oração e intimidade com Deus<sup>69</sup> e, como tal, assistimos a casos de mulheres que declararam voto de silêncio e clausura. A título de exemplo, devemos destacar a sóror Branca de S. João, freira do convento de S. Clara de Amarante, que, a partir do momento em que professou na Ordem de S. Clara, se afastou dos pais e família, sem nunca mais falar com eles (“pois nuqua mais quis falar cõ os seus pais e irmãos; & menos co as domésticas religiosas...”<sup>70</sup>). Nesta linha de pensamento, consideramos essencial, ainda, evidenciar, uma vez mais, a caridade e a assistência aos pobres, sendo que se verificam religiosas que dedicaram a sua vida a servir os outros, como por exemplo, Isabel de S. João que dedicou a vida a cuidar de uma companheira paralítica. De igual forma, a virgindade e a castidade são condutas que pautavam a vida das religiosas portuguesas, aliás constituíam uns dos critérios mais defendidos.

Atendendo, agora, à mulher Leiga é premente, antes de tudo, separar a mulher casada da mulher viúva, uma vez que as distintas condições lhe conferiam comportamentos diferentes. Neste sentido, intrinsecamente tida como afetada por qualificativos negativos, a mulher no seu geral, particularmente a leiga, era ainda, no século XVII e XVIII, vista como um perigo para os homens, como a encarnação do pecado, “tagarela, maldizente e lasciva, é interesseira e propensa ao capricho e mau gosto...”<sup>71</sup>. Todavia, como foi perceptível, a mulher solteira é preferível a qualquer outro estado, dado que a pureza da sua condição a aproxima do divino. Por esta razão, como vimos, a virgindade e a castidade eram critérios de exemplaridade muito prezados na Igreja Católica. As mulheres que optavam pela vida religiosa deviam seguir rigorosamente estes preceitos, de modo a viverem em conformidade com a tradição cristã

---

<sup>68</sup> SOUSA, António Caetano de – “*Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varones illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1744, p. 532.

<sup>69</sup> Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – “*Mulher: espírito e norma*”, pp. 52-53.

<sup>70</sup> CARDOSO, Jorge – “*Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varones illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. II. Lisboa: Officina Henrique Valente D’ Oliveira, 1657, p. 600.

<sup>71</sup> LOPES, Maria Antónia, “Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”, p. 33.

e, portanto, eram qualidades suas que obrigatoriamente tinham de ser defendidas. O caso apresentado no *Agiológio Lusitano* que melhor retrata a defesa destes princípios corresponde à biografia da já referida, Maria da Cortiçada. Maria era uma jovem pastora que foi morta por um cruel mancebo quando pastava as ovelhas do seu pai. Esta jovem foi considerada uma *mártir virgem* uma vez que, segundo o padre Jorge Cardoso, “padeceu por guardar inestimável margarita da castidade”<sup>72</sup>, ou seja, faleceu para preservar a sua honra e virtude.

Relativamente à mulher casada da época Moderna, ninguém questiona a sua subordinação, imposta pela natureza e pelo próprio Deus, já que, segundo Antónia Lopes, ao longo dos quatro séculos que constituem o período histórico estudado, poucos conseguiram perspetivar os dois géneros como idênticos. No fundo, são seres radicalmente distintos e, por isso, logicamente hierarquizados por essa diferença<sup>73</sup>. Assim, na mentalidade da época, as casadas nascem e vivem para obedecer ao marido e para serem mães, sendo que estes devem ser a sua vocação natural. Partindo deste pressuposto, compreende-se que além de critérios como a oração mental, a humildade ou a discricção, a mulher casada devia caracterizar-se pela fidelidade e submissão, pelo apoio e zelo do marido. Só assim atingia a *perfeição conjugal* que lhes era imposta. Desta forma, os comportamentos e regras a adotar prendiam-se na sua maioria com o bom governo e administração da casa e a educação dos filhos. Um exímio exemplo de *boa esposa* representado na fonte documental é a rainha Filipa de Lencastre, esposa de D. João I, um modelo de nobre e esposa portuguesa, uma vez que, como referem os autores, governou com prudência ao lado do seu marido, ajudou-o na pacificação do reino e esteve sempre ao seu lado. Além disso, caracterizou-se pela caridade, através da atribuição de grandes esmolas aos pobres e na assistência aos doentes.

Aliás, os critérios de carácter atuante têm maior representatividade nas mulheres casadas já que, por um lado, o amor preferencial pelos pobres e a apologia da pobreza constituem dois princípios primordiais católicos na época Moderna e, por outro, as mulheres casadas, sobretudo, da classe mais elevada, tinham maior facilidade em fornecer a ajuda necessária aos mais necessitados. Exemplo disso foi D. Filipa de Castro, esposa de D. João de Castro, procurou fazer da sua casa um hospital para os pobres pelo que

---

<sup>72</sup> CARDOSO, Jorge – “*Agiológio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. II. Lisboa: Officina Henrique Valente D’ Oliveira, 1657, p. 416.

<sup>73</sup> LOPES, Maria Antónia, “Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”, p. 33.

aplicou a sua vida no auxílio dos outros, constituindo, por isso, um notável *exempla*. No fundo, a mulher casada tinha o seu papel no âmbito familiar reduzido à procriação, ao agrado do marido e à educação dos seus filhos e, como tal, os seus comportamentos eram orientados no sentido de satisfazer as suas funções, pelo que assistimos à defesa da fidelidade, da caridade e assistência ou da humildade.

Por último, importa tratarmos da mulher viúva para a qual, como a historiografia indica, não é fácil propor um modelo inequívoco, como acontece com as casadas, pois as condições que o estado de viuvez coloca às mulheres é bastante distinto. Precisamente entre estas se firmava, mesmo que nem sempre possível, a tendência para a chamada viuvez casta, que a doutrina cristã encorajava. Perante esta situação, adivinhavam-se três possibilidades: um novo casamento, passando a reger-se, novamente, pelas condutas de casada, a vida religiosa ou embora não professando viviam como se o tivessem feito. Relativamente ao segundo caminho, só as que dispunham de meios ou enquadramento social, facilitador de uma vivência religiosa, é que elegiam a religião como opção de vida, por exemplo, é o caso da sóror Catarina de Cristo ou de Madalena das Chagas, que só professaram numa ordem religiosa depois dos 50 anos de idade. No entanto, verificaram-se mulheres que optaram pela terceira hipótese e nunca professaram, contudo procuraram viver recolhidas e em concordância com a tradição católica, sendo que, por isso, fundaram Recolhimentos, de que são modelos D. Aldonça de Mendonça e Maria do Lado, duas nobres portuguesas que após a morte dos respetivos maridos procuraram retirar-se do mundo.

A literatura hagiográfica da época Moderna escorava a construção da santidade, em grande parte, na valorização de virtudes como a Caridade, a Misericórdia e a Assistência. Assim, à semelhança do que ocorre com as casadas, também, eram comportamentos esperados nas viúvas. Aliás, podemos destacar a figura de D. Joana de Vilhena, Condessa de Vimioso que, segundo D. António de Sousa, após enviuar se dedicou aos mais pobres e os ajudou sempre com esmola e assistência na enfermidade.

### **Considerações finais**

Fruto e reflexo da ideologia católica que caracterizava a cronologia histórica em estudo, compreendemos que a Igreja controlava e influenciava o pensamento, mentalidades e comportamentos da sociedade portuguesa.

Partindo deste pressuposto, a análise da fonte – considerada como uma das mais completas e influentes obras hagiográficas da época Moderna – permitiu-nos contactar com o modelo feminino português eleito. Deste modo, tendo em atenção a proveniência da mulher, nobre ou de ascendência mais humilde, percebemos que o modelo de *religiosa solteira* era o mais representado. De facto, a Igreja católica valorizava, acima de tudo, a vida conventual, demonstrando-se como a opção de vida mais popularizada pelas autoridades católicas, no século XVII. Aliado a isto, como verificamos, as mulheres eram, igualmente, classificadas segundo a sua conduta sexual. Por isso, a mulher virgem, ou seja, a mulher que renunciava consciente e voluntariamente à sexualidade, era a mais louvada pela Igreja, já que esta instituição, associava o estado virginal – que a solteiras e comprometidas deveriam preservar – a uma condição de pura castidade e inocência.

Atendendo a uma perspectiva mais espiritual, este artigo proporcionou conhecer as principais tendências espirituais. No *Agiolégio Lusitano*, a Ordem de S. Clara e a Ordem dos Pregadores foram as mais referidas, o que significa que foram as ordens religiosas que maior número de ilustres veneráveis albergaram e “produziram”. Todavia, como ficou esclarecido, não é possível estabelecer uma ligação entre estas religiosas, em particular, com as características e comportamentos que justificassem a sua maior presença na fonte.

Neste seguimento, foi-nos permitido, de igual modo, realizar uma abordagem em termos de idade à morte e sua distribuição geográfica. Em primeiro lugar, este estudo possibilitou compreender o “ideal de morte”, isto é, perceber qual o tipo de morte eleito pela Igreja, concluindo-se que, além do martírio – morte gloriosa na visão cristã – todo o tipo de morte que envolvesse sofrimento e desespero era preferido. Em segundo, foi viável perceber a distribuição na sua filiação religiosa no território português, com uma maior incidência em Lisboa e na área circundante, reflexo da maior presença de instituições e ordens religiosas.

Na cronologia estudada, a mística e o extraordinário constituíram elementos fundamentais para alcançar e corroborar o caminho para a santidade. Assim, através de alguns casos em concreto, conseguimos conjecturar quais as manifestações e práticas extraordinárias que caracterizavam as correntes de misticismo em Portugal. Como ficou comprovado, as visões, aparições e revelações correspondiam aos tipos de práticas maravilhosas mais referenciadas no *Agiolégio*, sendo, por isso, possível afirmar que, na sua grande maioria, diziam respeito a acontecimentos que ocorreram em vida. No entanto, encontraram-se mencionados, igualmente, milagres pós-morte, ainda que num número



mais reduzido de casos. Relativamente a estes aspetos, importa evidenciar que a cura de doentes – embora fosse uma das manifestações mais apreciadas – correspondia a um dos milagres menos comuns no *Agiolégio*.

Por último, pensamos estar consolidada a ideia de que as mulheres sempre foram alvo de uma forte e rigorosa orientação por parte da Igreja, pelo que consideramos estar claro, que os critérios de exemplaridade estão amplamente divulgados na obra hagiográfica analisada. Posto isto, propusemos a existência de três tipologias distintas para o perfil e atuação que suscitavam a santidade: *Atuante*, *Espiritual* e *Pessoal*. Neste sentido, ficou perceptível, tendo em atenção o estado civil e a função da mulher na sociedade, que os comportamentos poderiam deferir ligeiramente. No fundo, a grande maioria dos critérios referidos no *Agiolégio Lusitano* são de carácter espiritual, como a oração mental, a penitência, as mortificações, mas também se verificaram critérios atuantes, nomeadamente a caridade e a assistência e, ainda, critérios do foro pessoal, sendo de destacar a virgindade, a castidade e a honestidade.

Para concluir, a História da Mulher é uma temática fundamental na compreensão da realidade feminina atual, e foi com o intuito de contextualizar o estatuto e a situação da Mulher, refletida na espiritualidade da época Moderna, que se realizou o presente estudo. Urge, ainda, ressaltar que seria importante aprofundar mais esta temática com a introdução de novas fontes que permitissem ter um fundamento mais sólido, como por exemplo, *O Jardim de Portugal* de Frei Luís dos Anjos.

## Fontes

### Fontes Impressas

CARDOSO, Jorge – “*Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652. [Em Linha] [Consult. a 11 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquist... \(purl.pt\)](http://purl.pt/10744/1/10744.pdf)

CARDOSO, Jorge – “*Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. II. Lisboa: Officina Henrique Valente D’ Oliveira, 1657. [Em Linha] [Consult. a 11 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquist... \(purl.pt\)](http://purl.pt/10744/1/10744.pdf)

CARDOSO, Jorge – “*Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. III. Lisboa: Officina de Craesbeeck de Mello, 1666. [Em Linha]

[Consult. a 11 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [Agiologia lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquist... \(purl.pt\)](http://purl.pt/10400/14/13496)

CARDOSO, Jorge – “*Agiologia Lusitano*”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. Edição Facsimilada. [Em Linha] [Consult. a 11 Out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=001478&set\\_entry=000002&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=001478&set_entry=000002&format=999)

SOUSA, António Caetano de – “*Agiologia Lusitano dos Sanctos e Varones illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1744. [Em Linha] [Consult. a 11 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [Agiologia lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquist... \(purl.pt\)](http://purl.pt/10400/14/13496).

## Estudos

AZEVEDO, Carlos Moreira – “*Dicionário de História Religiosa de Portugal*”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Vol.1, 2, 3 e 4. [Em Linha]. [Consult. a 12 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: <http://hdl.handle.net/10400.14/13496>.

CAEIRO, Maria Margarida – “A Mulher na Família nos séculos XVI e XVII”. In *A Mulher na História: Actas do colóquio sobre temática da Mulher*. Moita: Câmara Municipal da Moita, 2000. p. 192-202. [Em Linha]. [Consult. a 14 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://www.academia.edu/924842/A\\_Mulher\\_na\\_Hist%C3%B3ria\\_Actas\\_do\\_Col%C3%B3quio\\_sobre\\_a\\_tem%C3%A1tica\\_da\\_Mulher](https://www.academia.edu/924842/A_Mulher_na_Hist%C3%B3ria_Actas_do_Col%C3%B3quio_sobre_a_tem%C3%A1tica_da_Mulher).

CONCEIÇÃO, Joaquim Fernandes da – “*Espiritualidade e religiosidade no Portugal moderno*”. Porto: [Edição do Autor], 1996. [Em Linha]. [Consult. a 22 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=002618&set\\_entry=000005&format=405](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002618&set_entry=000005&format=405)

CONDE, Antónia Fialho – “Expressões de religiosidade e misticismo no jardim fresco e ameno de S. Bento de Cástris”. In FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Marques, Tiago Pires (cord.) – “*Vozes da vida Religiosa Feminina: Experiências, Textualidades e Silêncios (Séculos XV-XXI)*”. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, 2015. ISBN 978-972-8361-61-7.

CONDE, Antónia Fialho – “Modelos em vida, paradigmas na morte: a construção da perfeita religiosa em Portugal”. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (et. al) – “*Sociabilidades da vida e na morte (Séculos XVI-XX)*”. Braga: CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória), 2014. ISBN: 978-989-8612-10-6.

DIAS, José da Silva – “*Correntes de Sentimento Religioso em Portugal: séculos XVI a XVIII*” (Tomos I e II). Coimbra: Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.) – “*História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*”. Porto: Edições Afrontamento, [D.I. 1993-1995]. Vol.3. ISBN:972-36-0334-9.

Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões 4 – “*Mulher: espírito e norma*”: Atas de São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2009.

Espiritualidade e Corte em Portugal – “*Espiritualidade e corte em Portugal: séculos XVI a XVIII*”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Cultura Portuguesa, 1993. (Anexo da Revista da Faculdade de Letras). [Em Linha] [Consult. a 24 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=002692&set\\_entry=000006&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002692&set_entry=000006&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Agiologia Lusitano: Estudo e Índices (Encontros e compromissos da literatura hagiográfica e da história religiosa)*”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2002. [Em Linha]. [Consult. a 12 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=002692&set\\_entry=000006&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002692&set_entry=000006&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Entre a família e a religião: a vida de João Cardim: 1585-1615”. Separata In *Lusitana sacra: revista do Centro de Estudos de História Religiosa*. 2ª serie, tomo V (1993). p. 93-120. [Em Linha]. [Consult. a 27 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=002852&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002852&set_entry=000001&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*Espelhos, Cartas e Guias: Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*”. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995. [Em Linha]. [Consult. a 27 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=002864&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002864&set_entry=000001&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Francisco de Monzón e a “princesa cristã””. Separata In *Espiritualidade e corte em Portugal: séculos XVI a XVIII*”. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987. (Anexo da Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas), p. 109-121. [Em Linha]. [Consult. a 27 out. 2020] Disponível em: <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=002888&set\\_entry=000002&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002888&set_entry=000002&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “História, santidade e Identidade. O Agiologia Lusitano de Jorge Cardoso e o seu contexto”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 1996. Vol.3, p. 25-68. [Em Linha]. [Consult. a 13 out.

2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=001490&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=001490&set_entry=000001&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Recordar os ‘Santos vivos’: leituras e práticas devotas em Portugal nas primeiras décadas do século XVII português”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 1994. Vol. 1, p. 133-157. [Em Linha]. [Consult. a 12 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=001495&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=001495&set_entry=000001&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “Viúvas ideais, viúvas reais: modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”. Separata in *Faces de Eva: estudos sobre a mulher*, 1999. n.º 1-2, p. 51-86. [Em Linha]. [Consult. a 27 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=002899&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002899&set_entry=000001&format=999)

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – “*A biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor de Agiologóio Lusitano: cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2000. [Em Linha]. [Consult. a 12 Out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23\\_1/apache\\_media/MUFFM35XTG32FBS34N2S\\_DIV8G483A6.pdf](https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/MUFFM35XTG32FBS34N2S_DIV8G483A6.pdf)

FONTES, João Luís – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”. In *Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2015. n.º 31, p. 51-71. [Em Linha]. [Consult. a 01 nov. 2020] Disponível em: WWW <URL: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/5640/5461>.

FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Marques, Tiago Pires (cord.) – “*Vozes da vida Religiosa Feminina: Experiências, Textualidades e Silêncios (Séculos XV-XXI)*”. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, 2015. ISBN 978-972-8361-61-7.

LEAL, Ivone Freitas – “As Mulheres na via religiosa portuguesa: fontes, itinerários e problemáticas”. In FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Marques, Tiago Pires (cord.) – “*Vozes da vida Religiosa Feminina: Experiências, Textualidades e Silêncios (Séculos XV-XXI)*”, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, 2015. ISBN 978-972-8361-61-7.

LOPES, Maria Antónia - “Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”. In Maria Antonietta Rossi – *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*. Viterbo: Sette Città, 2017. p. 27-44. [Em Lina]. [Consult. em 15 out. 2020] Disponível em: WWW <URL:

[https://www.academia.edu/34344301/LOPES\\_Maria\\_Ant%C3%B3nia\\_Estere%C3%B3tipos\\_d\\_e\\_a\\_mulher\\_em\\_Portugal\\_dos\\_s%C3%A9culos\\_XVI\\_a\\_XIX](https://www.academia.edu/34344301/LOPES_Maria_Ant%C3%B3nia_Estere%C3%B3tipos_d_e_a_mulher_em_Portugal_dos_s%C3%A9culos_XVI_a_XIX)

MENDES, Paula Cristina Almeida – “‘Vidas’, ‘Histórias’, ‘Crónicas’, ‘Tratados’: sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (séculos XVI -XVIII)” In *Lusitana Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2013. Vol.28, pp. 173-214. [Em Linha] [Consult. a 13 dez. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13202/1/LS\\_2013%2828%29\\_173-214.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13202/1/LS_2013%2828%29_173-214.pdf)

MENDES, Paula Cristina Almeida – “A pobreza e a caridade como "virtudes heroicas" no Portugal da época Moderna: textos e contextos”. In *Via Spiritus: Representações dos pobres: espiritualidade, estética, sociologia*. Porto: CITCEM, 2018. n°25, pp. 91-125. [Em Linha]. [Consult. a 01 nov. 2020] Disponível em: WWW < URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16615.pdf>

MENDES, Paula Cristina Almeida – “Entre a aprendizagem da santidade e a predestinação divina: algumas notas sobre a infância e a adolescência em «Vidas» de religiosas portuguesas (séculos XVII-XVIII)”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 2012. Vol. 19, pp. 123-143. [Em Linha]. [Consult. a 01 nov. 2020] Disponível em: WWW < URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=003022&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=003022&set_entry=000001&format=999)

MENDES, Paula Cristina Almeida – “*Paradigmas de papel: a escrita e a edição de «vidas» de santos de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*”. Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017. [Em Linha]. [Consult. em 16 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=001589&set\\_entry=000002&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=001589&set_entry=000002&format=999)

RANGEL, Leonardo Coutinho de Carvalho – “*Esposas de Cristo: santidade e fingimento no Portugal seiscentista*”. Salvador: [Edição do Autor], 2018. [Em Linha]. [Consult. a 01 nov. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=003023&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=003023&set_entry=000001&format=999)

SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini – “*Direito e Gênero: Rui Gonçalves e o Estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)*”. Goiás: Universidade Federal de Goiás. Faculdade de ciências Humanas e Filosofia, 2007. [Em Linha]. [Consult. a 01 nov. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://www.academia.edu/3323217/DIREITO\\_E\\_G%C3%80NERO\\_RUI\\_GON%C3%87ALVES\\_EO\\_ESTATUTO\\_JUR%C3%8DDICO\\_DAS\\_MULHERES\\_EM\\_PORTUGAL\\_NO\\_S%C3%89C\\_XVI\\_1521\\_1603](https://www.academia.edu/3323217/DIREITO_E_G%C3%80NERO_RUI_GON%C3%87ALVES_EO_ESTATUTO_JUR%C3%8DDICO_DAS_MULHERES_EM_PORTUGAL_NO_S%C3%89C_XVI_1521_1603)

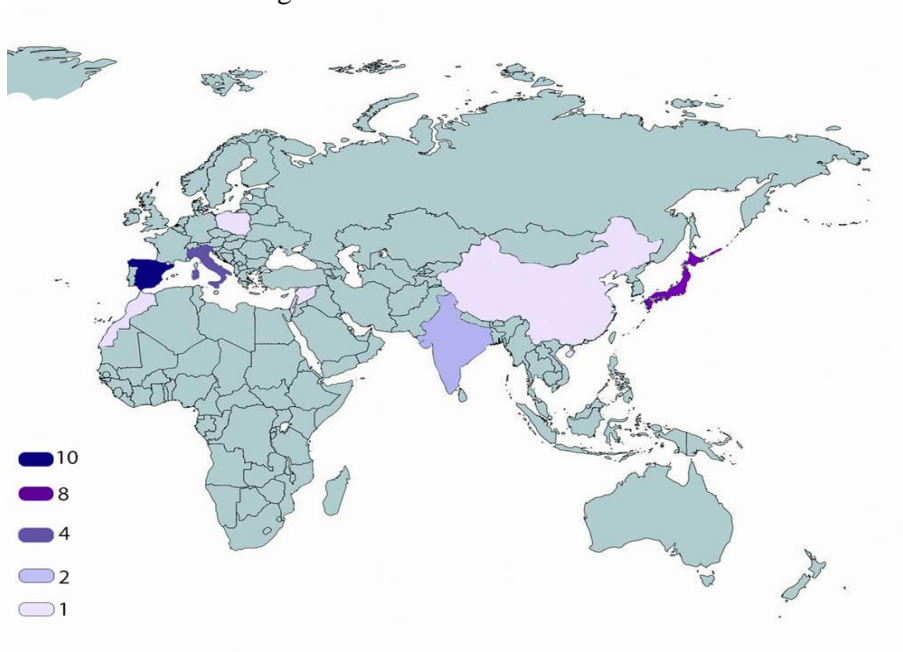
SERRA, Pedro – “*Da figura histórica à voz anónima. Aproximação aos exempla femininos no discurso moralístico sobre o casamento (séculos XVI- XVIII)*”. In *eHumanista*: Universidade da

Califórnia, 2001. Vol.1, p.98-118. [Em Linha]. [Consult. em 14 out. 2020] Disponível em: WWW <URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=7270>

TAVARES, Pedro Vilas Boas – “Caminhos e invenções da santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII: Alguns, dados, problemas e sugestões”. In *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 1996. Vol.3, p.163-216. [Em Linha]. [Consult. a 01 nov. 2020] Disponível em: WWW <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=003114&set\\_entry=000002&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=003114&set_entry=000002&format=999)

## Anexos

### Anexo 1: Países estrangeiros de Residência



**Fonte:** CARDOSO, Jorge – “Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas”. Vol. IV.

### Anexo 2: Tabela referente à classificação dos Critérios de Exemplaridade

Classificação	Critério de Exemplaridade	Nº de biografadas
Atuante	Assistência	65
	Benignidade	1
	Bondade	4
	Brandura	19
	Caridade	156
	Doação	1



	Generosidade	2
	Misericórdia	16
	Pacificação	1
	Perfeição Conjugal	2
	Solidariedade	1
<b>Espiritual</b>	Abatimento	5
	Abstinência	78
	Alegria na Morte	33
	Amor a Deus	5
	Amor ao inimigo	2
	Amor ao próximo	9
	Ânimo	2
	Autoflagelo	23
	Benevolência	1
	Choro	114
	Clausura	23
	Compaixão	10
	Contemplação	50
	Continência	1
	Desprezo de si própria	10
	Desprezo do mundano	23
	Devoção	175
	Disciplinas	131
	Humildade	206
	Inimiga da Ociosidade	13
Jejum	155	
Mansidão	17	
Meditação	52	
Mortificação	223	
Não renunciar à Fé	14	
Obediência	77	
Observância	117	



<b>Espiritual</b>	Oração	280
	Paciência	131
	Penitência	209
	Piedade	43
	Pobreza	97
	Pureza	85
	Recolhimento	60
	Resignação	30
	Reverência	5
	Serenidade	7
	Silêncio	79
	Sinceridade	5
	Submissão	6
	Temor	6
	Tolerância	3
	Vida austera	23
	Vigilância	1
	Vigílias	16
Zelo	21	
<b>Pessoal</b>	Candidez	10
	Castidade	20
	Constância	2
	Discrição	9
<b>Pessoal</b>	Encerramento	1
	Gravidade	3
	Honestidade	22
	Inocência	21
	Instrução	7
	Modéstia	34
	Prudência	31
	Pudicícia	4

LOPES, Ana Catarina Lebres – “A mulher e a espiritualidade na Época Moderna: modelos comportamentais e critérios de exemplaridade no Agiologio Lusitano”, in *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 159-197.

	Seriedade	1
	Simplicidade	9
	Trabalhadora	21
	Virgindade	34
<b>TOTAL</b>		<b>3183</b>

**Fonte:** CARDOSO, Jorge – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. I, II, III. e SOUSA, António Caetano de – “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varones ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*”. Vol. IV

## Santa Casa da Misericórdia e Câmara Municipal em Arrifana de Sousa: vínculos entre as estruturas de poder entre 1741 e 1751

Ana Catarina Mota  
ana.catarinamota04@hotmail.com

### Resumo

As Misericórdias foram, desde a sua fundação, instituições sob jurisdição régia com grande poder económico e prestígio social em Portugal. Tal converteu-as em entidades poderosas e influentes nas localidades onde eram implementadas, atraindo para o seu meio os grupos social e economicamente mais prestigiados que, frequentemente, estavam ainda envolvidos no poder político local. No presente trabalho é proposta a realização de um estudo de caso em Arrifana de Sousa (atual Penafiel) no qual, através do cruzamento de dados das fontes *Termos de Entrada e Aceitação*, *Termos de Posse e Eleição*, pertencentes ao fundo da Misericórdia, e do *Livro de Registos da Câmara*, se tentará aferir a existência desse mesmo tipo de vínculos entre a Misericórdia local, aí instalada desde 1509, e a Câmara Municipal, entre 1741 e 1751 — os primeiros dez anos de atividade desta estrutura de poder na vila.

**Palavras-chave:** Misericórdias; Arrifana de Sousa; Elites; Poder local.

### Abstract

The Misericórdias were, from their establishment, institutions under Portuguese Crown's jurisdiction with great economic power and social prestige. Those factors let them become powerful and influential entities in the areas where they were established, attracting the most socially and economically prestigious social groups which, frequently, were also involved in the local political power. This essay will carry on a case study centered in Arrifana de Sousa (nowadays, Penafiel) in which, by intersecting data from primary sources, like *Termos de Entrada e Aceitação*, *Termos de Posse e Eleição* from the Misericórdia fond and the *Livro de Registos da Câmara*, we will try to check the existence of such kind of bonds between the local Misericórdia, established in 1509, and the local political power, between 1741 and 1751 — the first ten years of activity of this last structure of power in Arrifana de Sousa.

**Keywords:** Misericórdias; Arrifana de Sousa; Elites; Local political power.

### Introdução

Desde a sua fundação, as Misericórdias detiveram o patrocínio da Coroa, tendo a primeira sido fundada em Lisboa pela Rainha-viúva D. Leonor, em 1498. O alargamento da rede desta instituição é atribuído ao Rei D. Manuel I, que as dotou de privilégios e incentivou a sua implementação nas cidades e vilas do reino de Portugal. Dessa forma, D. Manuel abriu caminho para estas instituições deterem o primado em matéria de assistência social, em detrimento de outras confrarias. Devido à posição de destaque no plano da assistência portuguesa e à sua relação de proximidade com a Coroa, estas

instituições foram alvo de vários estudos, sejam eles de caráter mais geral — nomeadamente de autores como Isabel dos Guimarães Sá<sup>1</sup> e Maria Antónia Lopes<sup>2</sup> —, ou mais particular, de que é exemplo o trabalho de Maria Marta Lobo de Araújo<sup>3</sup>. Destaca-se também a importância da coleção *Portugalia Monumenta Misericordiarum*, coordenada por José Pedro Paiva (volumes 1<sup>4</sup>, 3<sup>5</sup> e 10<sup>6</sup>), reúne nos seus volumes vários trabalhos e perspetivas de estudo acerca das Misericórdias desde a sua fundação até aos finais do século XX.

Por serem instituições privilegiadas e sob jurisdição da Coroa portuguesa, as Misericórdias tornaram-se entidades poderosas e influentes a nível local, com interesse para as elites e oligarquias municipais — uma problemática abordada em vários trabalhos de Laurinda Abreu (2000<sup>7</sup>, 2002<sup>8</sup> e 2010<sup>9</sup>).

---

<sup>1</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães — *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. [Em linha] Lisboa: Livros Horizonte, 2001. [Consultado em 03/11/2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45007/1/Sa%cc%81-As%20Misericordias%20Portuguesas%20de%20D.%20Manuel%20I%20a%20Pombal.pdf>

<sup>2</sup> LOPES, Maria Antónia — *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna: Guia de estudo e de investigação*. [Em linha] Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. [Consultado em 07/10/2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30059/1/Lopes,%20Maria%20Antonia.Protec%C3%A7%C3%A3o%20Social%20em%20Portugal.pdf>

<sup>3</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*. [Em linha]. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. [Consultado em 28/08/2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8814>

<sup>4</sup> PAIVA, José Pedro (coord.) — *Fazer a História das Misericórdias*. In *Portugalia Monumenta Misericordiarum*. [Em linha] Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. vol. I. [Consultado em 11/10/2020] Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8630/1/PMM\\_Vol1.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8630/1/PMM_Vol1.pdf)

<sup>5</sup> SÁ, I. G.; PAIVA, J. P. (dir.) — *A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*. In *Portugalia Monumenta Misericordiarum*. [Em linha] Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2004. vol. III. [Consultado em 11/10/2020] Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8634/1/PMM\\_Vol3.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8634/1/PMM_Vol3.pdf)

<sup>6</sup> PAIVA, José Pedro (coord.) — *Novos Estudos*. In *Portugalia Monumenta Misericordiarum*. [Em linha] Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2017. vol. X. p. 256. [Consultado em 08/11/2020] Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22166/1/PMM\\_vol10.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22166/1/PMM_vol10.pdf)

<sup>7</sup> ABREU, Laurinda — *Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)*. *Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque. Historiam Illustrandam* [Em linha]. Vol. 20 (2000), pp. 395-415. [Consultado em 09/11/2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://ddd.uab.cat/pub/dynamis/02119536v20/02119536v20p395.pdf>

<sup>8</sup> ABREU, Laurinda — *A Especificidade do Sistema de Assistência Pública Português: linhas estruturantes*. *ARQUIPÉLAGO. História* [Em linha] 2ª série. Vol. 6 (2002), pp. 417-434. [Consultado em 07/11/2020]. Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/378/1/Laurinda\\_Abreu\\_p417-434.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/378/1/Laurinda_Abreu_p417-434.pdf)

<sup>9</sup> ABREU, Laurinda — *Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII: continuidades e alteridades*. *Varia Historia* [Em linha]. Vol. 24, n.º 44 (2010), pp. 347-371. [Consultado em 10/11/2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v26n44/a02v2644.pdf>

Desta forma, era frequente encontrar os membros das famílias locais com mais poder divididos entre o Paço da Câmara, centro da vida política, e a Santa Casa da Misericórdia, detentora do primado da assistência social e representantes de proximidade com o poder régio. É nesse contexto político e social que se pretende fazer um estudo de caso — visto que o tema principal, as Misericórdias, já foi alvo de vários outros estudos —, analisando a relação da Santa Casa da Misericórdia de Arrifana de Sousa (Penafiel) com o poder político local.

A Santa Casa da Misericórdia de Arrifana de Sousa foi fundada na freguesia homónima em 1509. Contudo, à data, a localidade não possuía uma administração local própria e estava sob a jurisdição da Câmara Municipal do Porto, fazendo parte do seu vasto termo. Arrifana de Sousa apenas adquiriu independência administrativa no ano de 1741, quando a povoação foi elevada a vila e foi criado o concelho.

Deste modo, a Misericórdia foi a primeira das duas instituições de poder a instalar-se no local, atraindo para a sua administração os grupos locais mais influentes, que reunissem as condições sociais e/ou económicas necessárias para a integrar. Assim, as duas categorias de Irmãos da Misericórdia — a primeira constituída por membros da nobreza e a segunda por oficiais mecânicos — foram sendo preenchidas, refletindo, desde o início, a hierarquia social local.

Tal suscita algumas questões às quais se procurará responder. Aquando da formação do corpo político que participaria na nova administração de Arrifana de Sousa, terão os Irmãos da Misericórdia e as suas famílias sido, num primeiro momento, considerados os mais aptos a exercer as competências políticas necessárias por já possuírem mais experiência no âmbito da administração? Será que estiveram presentes na assistência social e na vida política tal como ocorre em outros locais do resto do país? Se sim, quem são eles? Como se movem entre esses dois meios?

Tendo em conta estas questões, recorrer-se-á principalmente a fontes relativas à Santa Casa da Misericórdia, assim como à Câmara Municipal: *Termos de Entrada e Aceitação*<sup>10</sup>, *Termos de Posse e Eleição*<sup>11</sup> e *Livro de Registos da Câmara*<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e de Aceitação*: Livro 1 (1660-1814) [PT/AMPNF/SCMP/A/B/B/002]

<sup>11</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Posse e Eleição*: Livro 1 (1707-1790) [PT/AMPNF/SCMP/A/B/B/004]

<sup>12</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Livro de Registos da Câmara*: Livro 1 (1741-1775) [PT/AMPNF/CMPNF/B/A-001]

O Livro de *Termos de Entrada e Aceitação* contém os registos de aceitação e juramento dos irmãos da Misericórdia — de primeira e segunda condição — entre 1660 e 1814, permitindo conhecer os elementos que foram integrando a Santa Casa ao longo dos anos e, também, observar a mobilidade dos Irmãos entre as duas condições.

Os *Termos de Posse e Eleição* englobam os assentamentos de eleição para os cargos constituintes da Mesa da Misericórdia, como Provedor, Escrivão e Irmãos da Mesa, entre os anos de 1707 e 1790. Contém entradas referentes aos Eleitores que escolherão o novo Provedor, que registam a eleição do novo Provedor e Escrivão, assim como entradas relativas à eleição de outros cargos da Mesa, como o de Procurador, de Tesoureiro e dos Irmãos que constituem a Junta. Tal como os livros de *Termos de Entrada e Aceitação*, esta fonte permite observar a mobilidade dos Irmãos dentro da Misericórdia e, desta vez, a partir da perspetiva eletiva, através das eleições para os cargos de maior poder dentro da instituição, que eram realizadas anualmente.

O *Livro de Registos da Câmara*, já referente à Câmara Municipal, contém o registo dos documentos da Câmara, entre 1741 e 1775, e a respetiva transcrição. Entre as várias transcrições, encontram-se as Pautas de Eleição anuais dos Oficiais Municipais, assim como cartas do Rei de Portugal dirigidas à administração local, sendo que um dos seus principais assuntos é referente à nomeação do Juiz de Fora e, por vezes, de outros cargos municipais. A partir da análise desta fonte, será possível saber quais seriam as pessoas mais indicadas para exercerem os cargos políticos na Câmara e, assim, tentar rastrear as suas conexões familiares — nomeadamente, se as mesmas estão relacionadas com a Misericórdia da vila ou não.

A partir do cruzamento dos dados das fontes mencionadas, o que se pretende aferir é, sobretudo, a existência ou não de vínculos familiares entre as instituições da Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal em Arrifana de Sousa, nomeadamente nos primeiros dez anos de funcionamento da última — colocando-se a hipótese que, numa primeira fase, os grupos locais mais influentes, presentes na Misericórdia, poderão terão sido os que tenham assumido a liderança da organização política do novo concelho, levando a que a sua influência tenha sido possivelmente mais evidente —, talvez traduzindo-se na presença de membros das mesmas famílias nos dois polos.

## 1. As Santas Casas da Misericórdia em Portugal

A fundação da primeira Misericórdia em Portugal, localizada em Lisboa, no ano de 1498 pela Rainha-viúva D. Leonor<sup>13</sup>, poderá ser inserida num quadro de reestruturação das políticas assistenciais levado a cabo durante a centúria de Quinhentos, face ao crescimento dos problemas sociais derivados do aumento da pobreza e dos períodos de pestes, fenómenos que se repercutem por toda a Europa<sup>14</sup>. Dada a necessidade da realização do Concílio de Trento devido ao cenário de conflitos religiosos que se vive durante o século XVI, é aí que são debatidas as medidas da Igreja Católica para o combate a esses problemas que, no caso português, viria a consolidar aquelas que seriam as bases do sistema de assistência pública em Portugal<sup>15</sup>, protagonizado pelas Misericórdias.

Assente nos valores espirituais e na caridade leiga, a Misericórdia de Lisboa acabaria por ser a primeira de uma rede de irmandades que se expandiria por todo o reino e territórios ultramarinos por incentivo do irmão de D. Leonor, o Rei D. Manuel I. Estando estas sob proteção régia e fora da esfera de influência eclesiástica, nomeadamente diocesana, como estipulado pelo Concílio de Trento<sup>16</sup>, D. Manuel tratou de prover as Misericórdias de privilégios e regalias que despertariam a atração por estas instituições, e de incitar o seu estabelecimento junto dos poderes locais<sup>17</sup>. Deste modo, o monarca estimulou não só a criação de uma rede de instituições dedicadas à assistência controladas pela Coroa, gradualmente instituídas ao longo do território português, mas também a maior aproximação entre o poder central e as administrações locais, podendo ser encarado como parte integrante de uma estratégia política com vista à afirmação e centralização do poder régio<sup>18</sup>.

A organização interna e funcionamento das Misericórdias foram estruturadas pela administração manuelina no Compromisso de 1516, que define, por exemplo, como devia ser a composição social do órgão diretivo destas instituições — mais tarde conhecido por “Mesa” —, sendo composto por um Provedor, de origem nobre, e doze conselheiros, seis

---

<sup>13</sup> LOPES, *Proteção*, p. 50.

<sup>14</sup> ABREU, “A Especificidade”, p. 417.

<sup>15</sup> ABREU, “A Especificidade”, p. 418.

<sup>16</sup> LOPES, *Proteção*, p. 52.

<sup>17</sup> LOPES, *Proteção*, p. 51.

<sup>18</sup> ABREU, “Purgatório”, p. 397.



oficiais mecânicos e outros seis de maior condição social<sup>19</sup>, refletindo-se aí a própria divisão binária dos seus membros, designados por Irmãos<sup>20</sup>.

O projeto de expansão de Misericórdias pelo reino continuou a desenvolver-se com os sucessores de D. Manuel após a morte deste<sup>21</sup>, seguindo-se um período de atribuição de mais privilégios de forma individual às Misericórdias e de reajustes, nomeadamente de natureza social, adquirindo um caráter cada vez mais restrito.

Ao contrário do Compromisso de 1516, que não impunha limites ao número de membros das Misericórdias ou a exclusão pelo seu género, requerendo apenas que estes fossem batizados, na fé cristã, o Compromisso de Lisboa de 1577 impôs várias restrições: *numerus clausus* de Irmãos homens, excluindo as mulheres do ingresso; idade superior a 25 anos; limpeza de sangue; necessidade de saber ler e escrever; e, finalmente, com tempo livre. Maria Antónia Lopes afirma que, a partir deste Compromisso, o início do processo de elitização das Misericórdias começa a ser notório<sup>22</sup>.

O Compromisso de 1577, a par das três administrações da dinastia filipina, acabou por delinear a composição interna das Misericórdias à imagem da hierarquia da sociedade em si, em que a admissibilidade dos indivíduos deveria passar pela “qualidade social dos candidatos, às suas competências de literacia, e ao bom comportamento moral e social.”<sup>23</sup> A continuação do percurso por essa linha progressivamente mais elitista continuou com os reinados filipinos, de que foi exemplo o Compromisso de 1618, em que o domínio oligárquico nas gestões das Santas Casas — “supostamente melhor preparadas para administrar e distribuir os bens das instituições de beneficência”<sup>24</sup> — é aí justificado através da *nobilitação das Mesas*<sup>25</sup>, em que o Escrivão e o Tesoureiro deveriam ser de origem nobre como o Provedor já o era, ou que, pelo menos, deveria ter um estatuto equivalente a tal a nível local<sup>26</sup>.

Deste modo, os monarcas portugueses conseguiram, com sucesso, criar uma rede de confrarias destinadas ao provimento de assistência à população sob a sua jurisdição, que foi crescendo e expandindo por todo o reino, em troca de privilégios concedidos às

---

<sup>19</sup> SÁ, *As Misericórdias*, p. 71.

<sup>20</sup> SÁ, *As Misericórdias*, p. 65.

<sup>21</sup> LOPES, *Proteção*, p. 52.

<sup>22</sup> LOPES, *Proteção*, p. 54.

<sup>23</sup> SÁ, *As Misericórdias*, pp. 61-62.

<sup>24</sup> ABREU, “A Especificidade”, p. 428.

<sup>25</sup> ABREU, “A Especificidade”, pp. 425-426.

<sup>26</sup> ABREU, “A Especificidade”, p. 428.

Misericórdias locais<sup>27</sup>, de autonomia e grande liberdade de atuação por parte das elites locais para gerir as instituições e assegurar o exercício das funções assistenciais<sup>28</sup>.

## 2. Arrifana de Sousa

Arrifana de Sousa, atual Penafiel, foi uma povoação localizada num importante local de ligação entre a cidade do Porto e Trás-os-Montes e a Beira Alta<sup>29</sup>, pertencente ao julgado de Penafiel que se encontrava sob a jurisdição da Câmara Municipal do Porto, integrando o vasto termo da cidade desde o século XIV<sup>30</sup>.

A primeira estrutura de poder a estabelecer-se na comunidade foi a Misericórdia, fundada durante o reinado de D. Manuel, no ano de 1509<sup>31</sup>. Após um século em funcionamento, em 1613 a Misericórdia de Arrifana de Sousa faz um pedido de oficialização régia, de modo que o monarca lhe pudesse conceder privilégios semelhantes às restantes Misericórdias, “considerando-se onerada com responsabilidades assistenciais idênticas às das suas congêneres”<sup>32</sup>.

Apesar de a Santa Casa da Misericórdia do Porto ter dado conhecimento do seu desagrado a Filipe II (de Portugal) em relação a este pedido — que encararia a oficialização da congênera como o aparecimento de uma rival<sup>33</sup> —, o monarca concede permissão à Misericórdia de Arrifana de Sousa para utilizar o Compromisso de Lisboa e usufruir dos mesmos privilégios em 1614<sup>34</sup>.

Esta concessão à Misericórdia de Arrifana de Sousa não só formalizou a existência e o funcionamento da instituição, mas também terá, de certo modo, reconhecido o desenvolvimento e um certo grau de autonomia da comunidade em relação à cidade do Porto<sup>35</sup>, com o apoio da Coroa.

---

<sup>27</sup> SÁ, *As Misericórdias*, p. 39.

<sup>28</sup> SÁ, *As Misericórdias*, p. 75.

<sup>29</sup> FERNANDES, Paula Sofia Costa — *O hospital da misericórdia de Penafiel (1600-1850)*. [Em linha] Braga: Universidade do Minho, 2015. Tese de Doutoramento. p. 18. [Consultado em 12/12/2020]. Disponível em [WWW:<URL: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40782/3/Paula%20Sofia%20Costa%20Fernandes.pdf](http://www.repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40782/3/Paula%20Sofia%20Costa%20Fernandes.pdf)

<sup>30</sup> MATIAS, Carlos Alberto Fonseca — *Pequenos Mundos em Penafiel: Redes de sociabilidade e de parentesco espiritual*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006. Dissertação de Mestrado. p. 11.

<sup>31</sup> SÁ; PAIVA, *Portugalie*, III, p. 365.

<sup>32</sup> PAIVA, *Portugalie*, I, p. 48.

<sup>33</sup> PAIVA, *Portugalie*, I, p. 49.

<sup>34</sup> PAIVA, *Portugalie*, I, p. 48.

<sup>35</sup> PAIVA, *Portugalie*, I, p. 47.

Sendo a Misericórdia considerada um órgão de representatividade local do monarca, a presença destas instituições nas terras mais remotas do interior faria com que fosse possível estabelecer um meio de aproximação e de comunicação entre o poder central e esses locais<sup>36</sup>, o que se revelaria particularmente importante durante o período da União Ibérica devido à distância a que se encontravam os monarcas, que governavam dois reinos de forma simultânea.

No entanto, após várias tentativas de obter a independência em relação à cidade do Porto, a localidade de Arrifana de Sousa alcança-a no reinado de D. João V, em 1741. Nesse ano, o povoado obteve a elevação a vila e a criação do pequeno concelho do mesmo nome, constituído apenas por duas freguesias: São Martinho de Arrifana de Sousa, sede do novo concelho, e Santiago de Subarrifana<sup>37</sup>. O novo concelho, da jurisdição da Coroa, passou a ser tutelado por um Juiz de Fora, de nomeação régia, com o auxílio de três Vereadores, um Procurador e um Escrivão — também eles deveriam ter a aprovação do monarca para exercer funções.

### **3. Santa Casa da Misericórdia de Arrifana de Sousa**

A Misericórdia foi a primeira instituição de poder a ser fundada em Arrifana de Sousa, datando dos inícios do século XVI, num período em que esta localidade ainda não alcançara a plena autonomia do Porto, o que apenas acontece cerca de dois séculos depois.

As Santas Casas da Misericórdia eram, conforme o Compromisso de 1618, geridas pelas elites, compostas pelos homens mais ilustres a nível local e respetivas famílias, que seriam aquelas que estariam mais bem preparadas para lidar com as tarefas administrativas que fossem exigidas. Em Arrifana de Sousa, o cenário presente é invertido — a Misericórdia já estava em pleno funcionamento há mais de dois séculos quando o poder político local é instaurado em 1741 —, o que leva a questionar se a instituição vocacionada para a assistência se terá constituído como um elemento de “preparação” administrativa, e política, para os seus Irmãos e respetivas famílias serem integradas no corpo da administração camarária local posteriormente.

Neste quadro, a investigação pretende analisar os participantes ativos na Santa Casa da Misericórdia e na Câmara Municipal entre 1741 e 1751, o primeiro ciclo de dez anos de atividade administrativa do concelho de Arrifana de Sousa, e averiguar a existência de vínculos familiares entre os mesmos em ambas as instituições.

---

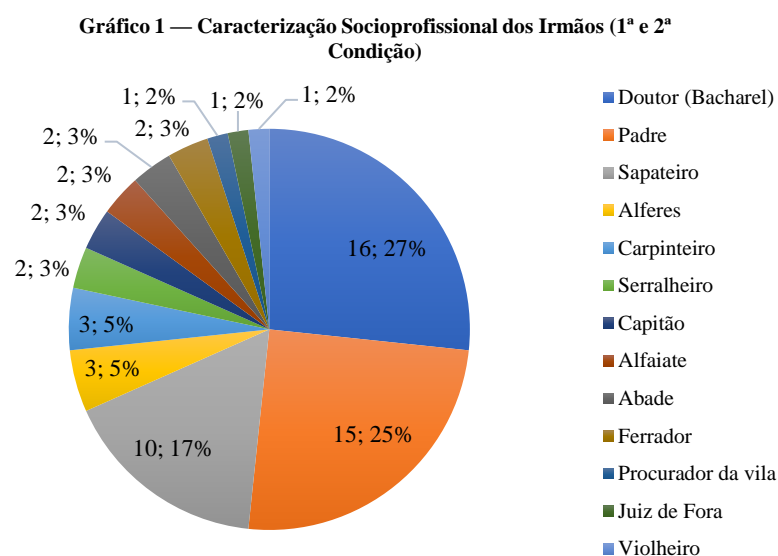
<sup>36</sup> PAIVA, *Portugalie*, X, p. 256.

<sup>37</sup> MATIAS, *Pequenos*, pp. 12-14.

### 3.1. Composição Social da Misericórdia

Entre 1741 e 1751, a Santa Casa da Misericórdia de Arrifana de Sousa regia-se pelo Compromisso de 1653 — o mais recente à época —, que estipulava que na Confraria poderiam apenas integrar 140 irmãos, pertencentes às duas condições. Todos eles deveriam ter mais de 25 anos (no caso de serem solteiros), terem uma boa reputação, seguirem os princípios cristãos, serem alfabetizados e terem tempo para estar ao serviço da Misericórdia<sup>38</sup>.

Atendendo à composição social da Misericórdia, entre os 160 Irmãos apurados (número total de Irmãos das duas condições) para o período temporal em estudo, apenas são identificadas a ocupação profissional e/ou habilitações académicas de 60 indivíduos.



Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) e *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Paula Sofia da Costa Fernandes afirma que a localidade de Arrifana de Sousa viveu um momento de grande desenvolvimento durante o século XVIII com o alargamento da malha urbana, proliferando o número de igrejas, capelas, tendas de ofícios e de residências, tanto de notáveis como pequenas habitações<sup>39</sup>.

Tal poderá explicar, por exemplo, a afluência de membros do Clero na composição social da Misericórdia — como mostra o Gráfico 1, estes representavam cerca de 28% (Padres e Abades) dos Irmãos —, assim como a de Oficiais Mecânicos que, no seu conjunto, representavam cerca de 33% dos 60 indivíduos. Dessa forma, pode-se

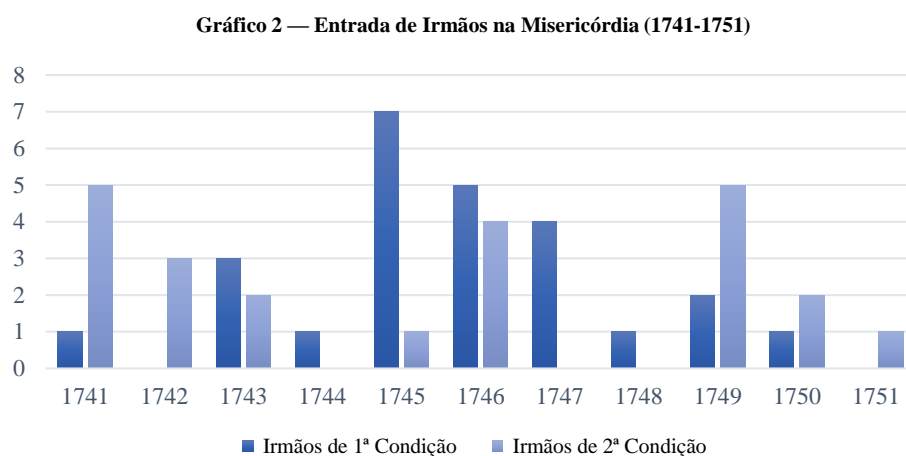
<sup>38</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa* (Livro 1), pp. 25-26

<sup>39</sup> FERNANDES, *O hospital*, p. 31.

demonstrar a multiplicação do número de tendas de ofícios, visto que, de acordo com o Compromisso da Misericórdia, todos eles deveriam ser donos de tendas ou ser, pelo menos, “mestres de obras”<sup>40</sup>, para puderem ser admitidos na Santa Casa.

O Gráfico 1 apresenta, assim, não só uma pequena amostra da composição social da Santa Casa como também do próprio concelho, onde estão presentes pessoas de todos os estratos da Sociedade: desde notáveis e doutores (cuja percentagem é considerável no conjunto da Misericórdia, cerca de 27%) a sapateiros, carpinteiros, alfaiates e outros, que proviam o abastecimento da população aí residente e das pessoas que aí paravam durante as suas viagens para o Porto ou para Trás-os-Montes<sup>41</sup>.

Em relação à entrada de Irmãos entre 1741 e 1751, entre os 160 Irmãos da Misericórdia apurados, um total de 48 pessoas foram admitidas na Misericórdia nas duas condições.



Fonte: *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Note-se que a entrada de Irmãos na Segunda Condição parece ser um pouco mais consistente ao longo do período em estudo do que a admissão de Irmãos de Primeira Condição, não havendo grandes disparidades no número de ingressos na menor condição, ao contrário do que acontece com a primeira. Os primeiros três anos de independência administrativa do concelho (1741, 1742 e 1743) mostram que entraram 4 Irmãos na primeira condição, contrastando com os 10 novos Irmãos de segunda condição que ingressaram no mesmo período. Esta disparidade pode ser possivelmente explicada

<sup>40</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa* (Livro 1), p. 26

<sup>41</sup> FERNANDES, *O hospital*, p. 32.

através do aumento de número de tendas, favorecido pelo maior desenvolvimento da localidade como local de passagem em direção ao Porto ou a Trás-os-Montes, que pode ter contribuído para que vários Oficiais Mecânicos enriquecessem o suficiente para abrir as suas próprias tendas e se tornassem elegíveis para admissão na Santa Casa.

No entanto, Maria Marta Lobo de Araújo identificou uma situação semelhante na Misericórdia de Ponte de Lima durante o século XVIII, constatando-se a existência de dificuldades da Santa Casa em atrair para a instituição as pessoas detentoras de estatuto social elegível para integrar a Primeira Condição<sup>42</sup>.

No Gráfico 2, identifica-se como único período em que o número de entradas de Irmãos na primeira condição superou o de ingressos na segunda foi em meados da década, entre 1745 e 1747, tendo sido admitidas 16 pessoas, enquanto na menor condição apenas entraram 5. Tal pode dever-se, possivelmente, ao ganho de poder social, um processo que pode ser demorado, resultante do estabelecimento de amizades ou de relações familiares com outros Irmãos mais proeminentes na Santa Casa ou com participantes na vida política local. Contudo, este número de entradas na maior condição sofre de novo um revés a partir de 1748, com apenas 4 ingressos, sendo novamente suplantado pelas 9 admissões na segunda condição.

Comparativamente com o estudo sobre a Misericórdia de Ponte de Lima da autoria de Maria Marta Lobo de Araújo, os dados recolhidos neste trabalho relativos às entradas dos Irmãos mostram ser semelhantes aos referidos pela autora. Ambos os trabalhos apresentam um maior número de admissões de Irmãos na Segunda Condição nos primeiros anos da década de 1740 e, em meados da década, assistiu-se a um aumento do número de entradas de Irmãos na Primeira Condição. Tal como no início da década, esta termina com uma maior subida no número de ingressos na Segunda Condição face à Primeira<sup>43</sup>. A coincidência entre as tendências sociais demonstradas pelas Misericórdias de Arrifana de Sousa e de Ponte de Lima na mesma década leva a questionar se os números mais baixos de admissões na Primeira Condição se poderão ter constituído como um problema igualmente verificado noutras Santas Casas neste período, possuindo uma natureza mais transversal.

### **3.2. Análise dos Indivíduos presentes na Misericórdia e na Câmara**

---

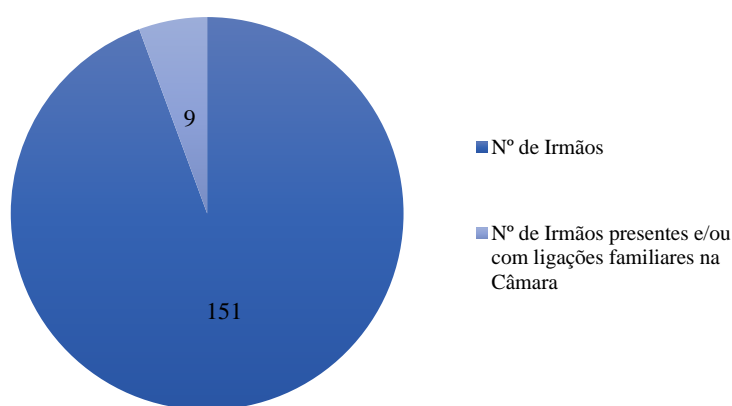
<sup>42</sup> ARAÚJO, *Dar*, p. 396.

<sup>43</sup> ARAÚJO, *Dar*, p. 397.

A partir do cruzamento dos dados contidos nos *Termos de Posse e Eleição*, *Termos de Entrada e Aceitação* com o *Livro de Registos da Câmara* — fonte relativa às composições camarárias —, realizou-se uma filtragem dos Irmãos que tiveram uma intervenção ativa durante o período em estudo na Misericórdia e que, simultaneamente, estavam presentes e/ou possuíam relações familiares na Santa Casa e na Câmara Municipal de forma simultânea.

Nesse seguimento, foi possível averiguar que do número total de 160 Irmãos apurados, apenas 9 indivíduos tiveram uma participação ativa e/ou possuíam relações familiares nos dois meios.

Gráfico 3 — Presença de Irmãos na Câmara (1741-1751)



Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) e *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel; *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Uma das questões que se procurava responder no presente trabalho implicava conhecer de forma mais detalhada os indivíduos que estivessem presentes na Misericórdia e na vida política, ou que possuíssem ligações nos dois meios. Através de alguns dados biográficos dos 9 indivíduos referenciados, tentar-se-á reconstituir os seus percursos individuais ao longo do período em estudo e, deste modo, compreender a forma como alcançaram as suas posições sociais e criaram as suas relações de poder, dando resposta à questão colocada.

### 3.2.1. António Teixeira da Mota

António Teixeira da Mota nasceu em 1700 na Honra de Louredo, localizada no atual concelho de Paredes, como filho de Matias Teixeira da Mota, licenciado em



Cânones pela Universidade de Coimbra<sup>44</sup>, e de Clara Moreira de Figueiredo<sup>45</sup>. Formado em Cânones e Leis pela Universidade de Coimbra<sup>46</sup>, foi Abade de Besteiros, tendo entrado na Santa Casa da Misericórdia de Arrifana de Sousa como Irmão de Primeira Condição em 1737<sup>47</sup>, tendo sido um membro bastante ativo na Misericórdia entre 1741 e 1747. O elemento que o interligava à Câmara Municipal durante este período foi a presença simultânea do seu irmão mais novo, Francisco Teixeira da Mota, na liderança do concelho.

Francisco Teixeira da Mota foi o primeiro Juiz de Fora de Arrifana de Sousa, tendo sido nomeado por D. João V. Já havia sido Juiz de Fora da Torre de Moncorvo anos antes e, pelo bom trabalho que tinha feito enquanto exerceu esse cargo, o monarca nomeou-o para ser a primeira cabeça da Câmara Municipal de Arrifana de Sousa<sup>48</sup>.

Francisco Teixeira da Mota era igualmente natural da Honra de Louredo, localizada no atual concelho de Paredes, tendo nascido em 1702, e tendo-se formado em Leis pela Universidade de Coimbra em 1723<sup>49</sup>.

**Quadro 1 — Cargos exercidos por António Teixeira da Mota e Francisco Teixeira da Mota (1741-1751)**

	António Teixeira da Mota	Francisco Teixeira da Mota
<i>Ano</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<i>Câmara Municipal</i>
1741	Irmão Conselheiro da Mesa	Juiz de Fora
1742	Provedor	
1743		
1744		
1745	Irmão da Junta e Definidor	
1746	-	
1747	Irmão Conselheiro da Mesa	
1748	-	-
1749	-	-
1750	-	-
1751	-	-

<sup>44</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra — Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *Matias Teixeira da Mota* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/011395)

<sup>45</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Louredo*, Registos de Batismos, fl. 5 (PT/ADPRT/PRQ/PPRD14/001/0002)

<sup>46</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra — Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *António Teixeira da Mota* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/011185)

<sup>47</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 88v.

<sup>48</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Livro de Registos da Câmara*, Livro 1, fl. 4v

<sup>49</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra — Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *Francisco Teixeira da Mota* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/011249)

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

A partir dos dados presentes no Quadro 1, é possível observar que, durante o período em que o seu irmão exerceu funções enquanto Juiz de Fora na vila, António Teixeira da Mota ocupou cargos de liderança na Santa Casa da Misericórdia: foi um dos Irmãos Conselheiros que compõem a Mesa, o órgão a que compete a administração da Misericórdia, pelo menos duas vezes, em 1741 e em 1747; fez parte do Definitório como Irmão da Junta e Definidor em 1745, sendo este um órgão diretivo composto pelos irmãos com mais experiência administrativa na Santa Casa e que era convocado para decidir assuntos de importância primordial na confraria, exercendo a sua influência sobre várias das práticas da instituição<sup>50</sup>; e, finalmente, foi o Provedor da Misericórdia, assumindo a liderança da instituição durante três anos, entre julho de 1742 e julho de 1745.

Deste modo, entre 1741 e 1747 (nomeadamente entre 1742 e 1745), as esferas política e assistencial — sendo que a confraria se constituía também como uma “força” económica e financeira — em Arrifana de Sousa estiveram sob controlo de dois irmãos oriundos do atual concelho de Paredes, António e Francisco.

### **3.2.2. Luís Machado Coelho**

Um caso de presença simultânea na Misericórdia e na Câmara é o Luís Machado Coelho, um dos primeiros Vereadores de Arrifana de Sousa.

---

<sup>50</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa* (Livro 1), pág. 52.

Quadro 2 — Cargos exercidos por Luís Machado Coelho (1741-1751)

<i>Ano</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<i>Câmara Municipal</i>
1741	Escrivão (até julho) Procurador dos Negócios da Santa Casa	Vereador
1742	Procurador dos Negócios da Santa Casa	
1743	-	
1744	-	-
1745	-	-
1746	-	-
1747	Irmão da Junta e Definidor	Vereador Juiz de Fora ( <i>interregno</i> )
1748	-	-
1749	-	-
1750	-	-
1751	-	-

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Luís Machado Coelho, nascido em dezembro de 1694 em Arrifana de Sousa e filho de João Machado Coelho e de Jerónima Teixeira<sup>51</sup>, era formado em Cânones pela Universidade de Coimbra<sup>52</sup> e foi um advogado na vila<sup>53</sup>.

Entrou para a Santa Casa da Misericórdia como Irmão de Primeira Condição no ano de 1735<sup>54</sup>, tendo sido um Irmão que passou pelo risco, por razões não identificadas, e foi posteriormente readmitido na instituição. O seu próprio pai, João Machado Coelho, havia sido também um Irmão da Misericórdia que tinha ascendido à primeira condição em 1681<sup>55</sup>.

No ano em que o concelho de Arrifana de Sousa foi criado, em 1741, Luís Machado Coelho era o Escrivão da Misericórdia, cargo em que foi substituído por outro irmão na eleição ocorrida em julho. No entanto, Luís foi eleito para outro cargo, o de Procurador dos Negócios da Santa Casa, sendo responsável pela gestão dos negócios financeiros que a Misericórdia mantinha, nomeadamente em termos de empréstimos.

Tendo acumulado o cargo de Procurador dos Negócios na Misericórdia com o de Vereador na Câmara até julho de 1743, Luís Machado Coelho esteve simultaneamente

<sup>51</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Batismos, fl. 99 (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0002)

<sup>52</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra — Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *Luís Machado Coelho* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/009223)

<sup>53</sup> MATIAS, *Pequenos*, 118.

<sup>54</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 82.

<sup>55</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 31v.

encarregado da parte financeira da esfera assistencial e presente na administração concelhia nos primeiros três anos de funcionamento da Câmara Municipal.

No ano de 1747, volta a acumular cargos nos dois meios. Fez parte do Definitório como Irmão da Junta e Definidor na Misericórdia e foi também Vereador da Câmara Municipal. No espaço político, teve de assumir o cargo de Juiz de Fora temporariamente no interregno entre a saída de Francisco Teixeira da Mota e o início do exercício de funções do seu sucessor, Manuel Soares Barbosa.

Luís Machado Coelho não só foi um membro que esteve presente na Misericórdia e na Câmara como também foi um dos indivíduos que possuía ligações familiares nos dois meios.

### 3.2.3. Manuel de Sousa Grelho

Um dos seus familiares é o seu sogro, Manuel de Sousa Grelho, nascido no ano de 1680 em Arrifana de Sousa, sendo filho de Bento de Sousa Grelho e de Catarina Ferreira<sup>56</sup>. Do seu casamento com Maria da Mota, nasceu Maria Caetana Antónia de Sousa, com quem Luís Machado Coelho viria a casar em 1737<sup>57</sup>.

Ao longo da sua vida, Manuel de Sousa Grelho foi mercador e, posteriormente, Capitão da Honra de Barbosa<sup>58</sup>.

Manuel de Sousa Grelho ascendeu a Irmão de Primeira Condição em 1707<sup>59</sup>, tendo entrado primeiramente na Segunda Condição em 1706 em conjunto com a sua esposa<sup>60</sup>, Maria da Mota<sup>61</sup>, conseguindo ser eleito para Provedor da Misericórdia em 1716<sup>62</sup>.

---

<sup>56</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Batismos, fl. 40 (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0002)

<sup>57</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Casamentos, fl. 131v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0003)

<sup>58</sup> MATIAS, *Pequenos*, 125.

<sup>59</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 53.

<sup>60</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 199v.

<sup>61</sup> Apesar da entrada das mulheres como Irmãs ter sido autorizada durante a fase inicial das Misericórdias, o Compromisso de Lisboa de 1577 estabeleceu a obrigatoriedade dos novos Irmãos admitidos pertencerem ao sexo masculino (Lopes, *Proteção*, 54). Contudo, em Arrifana de Sousa estão documentados alguns casos de Irmãos, principalmente de Segunda Condição, que foram admitidos na instituição conjuntamente com as suas esposas.

<sup>62</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 63v.

**Quadro 3 — Cargos exercidos por Manuel de Sousa Grelho (1741-1751)**

<i>Ano</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<i>Câmara Municipal</i>
1741	Irmão Visitador	-
1742	Irmão Conselheiro Eleitor	-
1743	-	-
1744	-	-
1745	Irmão da Junta e Definidor	-
1746	-	-
1747	Irmão Conselheiro da Mesa	-
1748	Irmão da Junta e Definidor	-
1749	-	-
1750	-	-
1751	Irmão Conselheiro Eleitor	-

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Enquanto o seu genro participou na administração concelhia, Manuel de Sousa Grelho manteve a sua atividade centrada na Misericórdia, como é possível observar no Quadro 3.

No ano de fundação do concelho, foi um dos irmãos eleitos para ser Irmão Visitador, com a função de visitar os doentes na Igreja Matriz da vila<sup>63</sup>. Em dois momentos, em 1742 e em 1751, foi eleito como um dos Irmãos Conselheiros Eleitores, que deveriam eleger a Mesa que estaria em funções durante o ano subsequente.

Fez também parte do Definitório como Irmão da Junta e Definidor em 1745 e 1748, sendo que em 1745 o seu irmão, Bernardo, era o Provedor. Foi ainda um membro da Mesa em 1747 — neste mesmo ano, Luís Machado Coelho era um dos Irmãos constituintes do Definitório e, também, Vereador da Câmara Municipal, assim como temporariamente Juiz de Fora (Quadro 2). Deste modo, sogro e genro estiveram em posições de liderança nos meios assistencial e político durante o período de um ano.

No entanto, Manuel de Sousa Grelho teve também o seu irmão mais novo, Bernardo Ferreira Grelho, a exercer cargos na Misericórdia e na Câmara entre 1741 e 1751.

<sup>63</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1), fl. 142v.

### 3.2.4. Bernardo Ferreira Grelho

Bernardo Ferreira Grelho, nascido em janeiro de 1694 em Arrifana de Sousa<sup>64</sup>, foi também um homem de negócios como o irmão, estando registado como sendo mercador na certidão de casamento da sua sobrinha, Maria Caetana Antónia, com Luís Machado Coelho, do qual foi uma das testemunhas do matrimónio<sup>65</sup>.

Bernardo Ferreira Grelho iniciou o seu percurso na Santa Casa da Misericórdia quando entrou como Irmão de Primeira Condição no ano de 1718, tendo a sua admissão sido proposta pelo irmão, Manuel, que à data exercia o cargo de Provedor da instituição<sup>66</sup>.

Quadro 4 — Cargos exercidos por Bernardo Ferreira Grelho (1741-1751)

<i>Ano</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<i>Câmara Municipal</i>
1741	Irmão da Bolsa Irmão da Junta e Definidor	-
1742		Tesoureiro
1743	Escrivão	-
1744		-
1745	Provedor	-
1746		-
1747	Irmão da Junta e Definidor	-
1748	Irmão Conselheiro da Mesa Tesoureiro	-
1749	Irmão da Bolsa Irmão da Junta e Definidor	-
1750	Escrivão	-
1751		Tesoureiro

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Grelho manteve uma carreira ativa durante os primeiros dez anos do concelho de Arrifana de Sousa, tal como é apresentado no Quadro 4, tendo exercido cargos de destaque do foro administrativo na Misericórdia e de competência financeira na Câmara Municipal, sendo que tais atribuições estavam alinhadas com a sua própria ocupação profissional: a gestão de negócios.

Pertenceu três vezes ao Definitório como Irmão da Junta e Definidor em 1741, 1747 e 1749 — tendo acumulado o cargo com o de Irmão da Bolsa, cobrador de juros e rendas, em 1741 e 1749 —, sendo que em dois desses momentos, em 1741 e 1747, o genro do seu irmão, Luís Machado Coelho, ocupava o cargo de Vereador na Câmara e,

<sup>64</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Batismos, fl. 92v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0002)

<sup>65</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Casamentos, fl. 131v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0003)

<sup>66</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 64v.

temporariamente, o de Juiz de Fora, e pertencia igualmente ao Definitório no ano de 1747 (Quadro 2). Nesse mesmo ano, Manuel de Sousa Grelho mantinha a posição de Conselheiro da Mesa.

Outro elemento coincidente com Luís Machado Coelho é o ano de 1742. Nesse ano, Grelho ocupou os cargos de Escrivão na Misericórdia — função que exerceu durante toda a Provedoria de António Teixeira da Mota — e de Tesoureiro na Câmara, enquanto que Coelho foi Procurador dos Negócios da Santa Casa e Vereador do concelho. Desse modo, o irmão e genro de Manuel de Sousa Grelho estiveram simultaneamente envolvidos na administração e na gestão financeira tanto da Misericórdia como da Câmara.

Assim como o seu irmão havia sido décadas antes, Bernardo Ferreira Grelho conseguiu chegar ao mais alto cargo da Santa Casa, tendo sido eleito Provedor em 1745 — ano em que Manuel de Sousa Grelho pertenceu ao Definitório — e em 1746. Nos anos posteriores, Grelho continuaria a exercer importantes cargos na Misericórdia e voltaria a ser Tesoureiro na Câmara em 1751, função que acumularia, de novo, com o Escrivão na Santa Casa.

### **3.2.5. Francisco Solano Moreira Barbosa**

Francisco Solano Moreira Barbosa foi o primeiro Procurador do concelho de Arrifana de Sousa. Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1738<sup>67</sup>, era um advogado<sup>68</sup> que terá nascido na vila, em data desconhecida, onde os seus pais, João Fonseca da Mata e Maria Moreira Denês, haviam contraído matrimónio no ano de 1713 e da qual a sua mãe era natural<sup>69</sup>.

A sua trajetória em Arrifana de Sousa começou na Santa Casa da Misericórdia, onde entrou como Irmão de Primeira Condição em 1736<sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra — Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *Francisco Solano Moreira* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/010806)

<sup>68</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 119.

<sup>69</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Casamentos, fl. 20. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0003)

<sup>70</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 86v.



**Quadro 5 — Cargos exercidos por Francisco Solano Moreira Barbosa (1741-1751)**

<i>Ano</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<i>Câmara Municipal</i>
1741	-	Procurador
1742	Irmão Conselheiro Eleitor Irmão Visitador	
1743	Irmão Visitador	
1744	-	-
1745	-	-
1746	-	-
1747	Irmão da Junta e Definidor	Vereador
1748	Irmão Conselheiro Eleitor	-
1749	Tesoureiro	-
1750	Irmão Conselheiro Eleitor	Escrivão
1751	-	

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Entre 1741 e 1751, Francisco Solano Moreira Barbosa foi um participante ativo na Misericórdia e na Câmara Municipal, tendo exercido nesse período os três principais cargos camarários: o de Procurador entre 1741 e 1743, de Vereador em 1747 e o de Escrivão em 1750 e 1751, tendo-os acumulado com funções na Santa Casa.

No ano em que assumiu a posição de Vereador, pertenceu ao Definitório como Irmão da Junta e Definidor, a par de Luís Machado Coelho — também Vereador nesse ano — e do irmão do sogro deste último, Bernardo Ferreira Grelho.

### **3.2.6. Manuel Teixeira dos Guimarães**

Oriundo de Guimarães, Manuel Teixeira dos Guimarães provavelmente estabeleceu-se em Arrifana de Sousa após o seu primeiro casamento em 1717 com Maria de Sousa, que daí era natural<sup>71</sup>, tendo-se constituído como um dos mais importantes mercadores da vila<sup>72</sup> — se seguir uma carreira no mundo dos negócios fosse, originalmente, a sua ambição, a razão para a sua presença em Arrifana de Sousa após o matrimónio pode ser daí derivada, na medida em que a vila se localizava num dos principais pontos de ligação ao Porto, onde a atividade mercantil era abundante. Foi também Capitão de Bustelo<sup>73</sup>.

<sup>71</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Casamentos, fl. 42v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0003)

<sup>72</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 125.

<sup>73</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 113.

No entanto, o seu percurso nos principais meios de poder em Arrifana de Sousa apenas começou décadas depois, em 1744, quando foi admitido na Santa Casa da Misericórdia como Irmão de Primeira Condição<sup>74</sup>.

Quadro 6 — Cargos exercidos por Manuel Teixeira dos Guimarães (1741-1751)

Ano	Santa Casa da Misericórdia	Câmara Municipal
1741	-	-
1742	-	-
1743	-	-
1744	-	-
1745	Irmão Conselheiro da Mesa Irmão da Bolsa	-
1746	Irmão Conselheiro da Mesa	Procurador
1747	Tesoureiro	-
1748	Escrivão	-
1749		-
1750	Irmão da Junta e Definidor	-
1751	-	-

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Guimarães começou desde logo a desempenhar funções de notável importância na Misericórdia, sendo eleito como um dos Irmãos Conselheiros da Mesa nos dois anos subsequentes à sua entrada na confraria — precisamente o período em que Bernardo Ferreira Grelho, igualmente um homem de negócios, foi Provedor da instituição.

Em 1746, ano em que ainda desempenhava esse cargo na Misericórdia, foi nomeado para a governança do concelho, assumindo a posição de Procurador. Curiosamente, em 1747, Manuel Teixeira dos Guimarães casou-se pela segunda vez com Joana Maria de Sousa Salgado, também natural da vila, filha de Francisco Fernandes Salgado<sup>75</sup> — possivelmente o mesmo homem que havia sido nomeado para Procurador do concelho nos anos de 1747 e 1748<sup>76</sup>, apesar de já ter falecido. Esta hipótese parece ganhar força quando, segundo Carlos Alberto Fonseca Matias, foi estipulado que seria Guimarães a assumir as funções camarárias que haviam sido delegadas ao falecido<sup>77</sup>.

Dessa forma, enquanto continuou a exercer as funções na Câmara em nome do seu possível sogro, Manuel Teixeira dos Guimarães continuou a proliferar na Misericórdia como Escrivão e Irmão da Junta e Definidor.

<sup>74</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 93v.

<sup>75</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Casamentos, fl. 133v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0004)

<sup>76</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1), fl. 98 e fl. 118v.

<sup>77</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 173.

### 3.2.7. Manuel Lourenço Leal

Nascido em Arrifana de Sousa em outubro de 1700 como filho de António de Sousa Ferreira e de Serafina Leal<sup>78</sup>, Manuel Lourenço Leal era licenciado, Cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>79</sup> e um dos advogados residentes na vila<sup>80</sup>, tendo entrado na Santa Casa da Misericórdia como Irmão de Primeira Condição em 1736<sup>81</sup>.

Quadro 7 — Cargos exercidos por Manuel Lourenço Leal (1741-1751)

<i>Ano</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<i>Câmara Municipal</i>
1741	Irmão Conselheiro Eleitor	-
1742	Irmão da Junta e Definidor	-
1743	Irmão Visitador	-
1744	-	Vereador
1745	-	
1746	Irmão da Junta e Definidor	-
1747	Irmão Visitador	-
1748	-	Vereador
1749	-	-
1750	-	-
1751	-	-

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Ao contrário dos indivíduos anteriormente aludidos, Manuel Lourenço Leal desfasou o desempenho de funções na Santa Casa da Misericórdia e na Câmara Municipal ao longo do período em estudo, ao invés de os acumular como os anteriores.

De acordo com o Quadro 7, Leal apenas entrou na governança em 1744, quando lhe foi delegado o cargo de Vereador do concelho, cujas funções desempenhou também no ano de 1745 e, mais tarde, em 1748. Previamente, Manuel Lourenço Leal já havia desempenhado funções na Misericórdia de Arrifana de Sousa, tendo sido escolhido para Irmão Conselheiro Eleitor — ou seja, um dos Irmãos que tem poder de voto na eleição dos Conselheiros da Mesa, realizada anualmente — e, durante a provedoria de António Teixeira da Mota em 1742, pertenceu ao Definitório, órgão a que voltaria a pertencer em 1746, quando o Provedor era já Bernardo Ferreira Grelho.

### 3.2.8. Manuel Soares Barbosa

<sup>78</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Batismos, fl. 134v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0002)

<sup>79</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Mesa de Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mc. 34, n.º 6 (PT/TT/MCO/A-C/002-011/0034/00006); Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 19, fl. 175v (PT/TT/RGM/0019/91801)

<sup>80</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 119.

<sup>81</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 85v.

Natural de Santa Marinha do Zêzere no concelho de Baião e formado em Leis pela Universidade de Coimbra em 1737<sup>82</sup>, o Dr. Manuel Soares Barbosa foi o segundo Juiz de Fora de Arrifana de Sousa, tendo sucedido a Francisco Teixeira da Mota no cargo em 1747<sup>83</sup>.

Quadro 8 — Cargos exercidos por Manuel Soares Barbosa (1741-1751)

<i>Ano</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia</i>	<i>Câmara Municipal</i>
1741	-	-
1742	-	-
1743	-	-
1744	-	-
1745	-	-
1746	-	-
1747	Provedor	Juiz de Fora
1748	Irmão da Junta e Definidor	
1749	Irmão Conselheiro Eleitor	
1750	-	
1751	-	-

Fontes: *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1) do fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1) do fundo da Câmara Municipal de Penafiel [Arquivo Municipal de Penafiel]

Aquando do início da sua liderança do concelho, Manuel Soares Barbosa entrou no mesmo ano, em junho de 1747, na Santa Casa da Misericórdia como Irmão de Primeira Condição — que conheceu alguma resistência pela parte da Mesa, que se recusava a conceder-lhe a limpeza de sangue, embora esta fosse reconhecida pelo Desembargo do Paço<sup>84</sup> — e, no mês seguinte, sucedeu a Bernardo Ferreira Grelho como Provedor da instituição. Assim, entre julho de 1747 e julho de 1748, Manuel Soares Barbosa foi o dirigente das duas principais estruturas de poder a nível local em simultâneo, acumulando a posição de Juiz de Fora do concelho com a de Provedor da Misericórdia.

Apesar deste cenário apenas se ter mantido por um ano, Barbosa continuou a envolver-se na administração da Misericórdia, nomeadamente como Irmão da Junta e Definidor, durante quase todo o seu mandato como Juiz de Fora de Arrifana de Sousa.

<sup>82</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra — Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, *Manuel Soares Barbosa* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/001372)

<sup>83</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1), fl. 98v.

<sup>84</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 96v.

### 3.2.9. Gonçalo de Meireles Guedes

Natural de Arrifana de Sousa e nascido em novembro de 1700 como filho primogénito de Manuel Guedes da Fonseca de Carvalho e de D. Mariana de Meireles<sup>85</sup>, Gonçalo de Meireles Guedes foi um dos principais fidalgos locais como senhor do morgadio da Quinta da Aveleda<sup>86</sup>, ainda existente no atual concelho de Penafiel.

Apesar de ter sido Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arrifana de Sousa entre 1736 e 1739<sup>87</sup>, teve uma intervenção pouco ativa durante os primeiros dez anos de independência administrativa do concelho, tendo apenas desempenhado dois cargos durante este período: foi eleito Irmão Conselheiro Eleitor em 1742<sup>88</sup> e, em 1751, foi nomeado para Vereador na administração concelhia<sup>89</sup> — contudo, acabou por ser retirado do cargo por ordem de D. João V, sendo substituído pelo Capitão António Coelho Pinto Camelo<sup>90</sup>.

## 4. Ascensão Social e Vínculos Familiares

Nuno Gonçalo Monteiro afirma que nos pequenos concelhos, como era o caso de Arrifana de Sousa, se observa, por norma, “a resistência das elites sociais locais a integrarem diretamente as instituições camarárias”<sup>91</sup>, visto que essa participação não aumentaria o prestígio social daqueles que já o possuíam. Laurinda Abreu partilha da mesma opinião<sup>92</sup>. Como contraponto, Paula Sofia da Costa Fernandes afirma que, em Arrifana de Sousa, a integração nas administrações camarárias pelos mais ilustres da comunidade tornava-se num objetivo apetecido, “quer pela visibilidade que conferia a estas famílias, quer pelos privilégios que auferiam”<sup>93</sup>.

Em Arrifana de Sousa, encontram-se exemplos para as duas perspetivas. O caso de Gonçalo de Meireles Guedes é exemplificativo da afirmação de Nuno Gonçalo Monteiro e de Laurinda Abreu, visto que este homem, apesar de ser um dos representantes da principal fidalguia local, quase que não participa na governança local e na

---

<sup>85</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Batismos, fl. 135v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0002)

<sup>86</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 107.

<sup>87</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Entrada e Aceitação* (Livro 1), fl. 87v-89.

<sup>88</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1), fl. 145.

<sup>89</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1), fl. 133v.

<sup>90</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1), fl. 145.

<sup>91</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo — Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social* [Em linha]. Vol. XXXII (1997), p. 357. [Consultado em 01/05/2021]. Disponível em WWW:<URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841114L2pRA2hp0W144RL7.pdf>>

<sup>92</sup> ABREU, “Limites”, pp. 361-362.

<sup>93</sup> FERNANDES, *O hospital*, p. 33.

administração da Misericórdia. Tal leva a pressupor que parte dos seus motivos possam derivar da teoria enunciada por Nuno Gonçalo Monteiro: a sua participação na administração local não era atrativa porque não iria aumentar o prestígio social que já possuía, que consistia na nobreza do seu nome de família, das terras e riqueza económica que detinha.

Por outro lado, assiste-se a várias trajetórias de mobilidade social protagonizadas por indivíduos de origens humildes ou oriundos de famílias que poderiam ser detentoras de algum poder económico, mas não necessariamente de poder social. Na maioria desses casos, a Misericórdia teve um papel fundamental nesses processos.

Atente-se no caso dos irmãos Grelho e de Luís Machado Coelho. Manuel de Sousa Grelho foi o primeiro a ser admitido como Irmão de segunda condição na Misericórdia em 1706, tendo conseguido ascender à primeira condição no ano seguinte e, uma década mais tarde, chegou ao cargo de Provedor em 1716. Esse percurso de ascensão traçado por Grelho favoreceu mais tarde a entrada do seu irmão mais novo e mercador, Bernardo Ferreira Grelho, visto que este foi diretamente admitido na primeira condição, ao contrário do que tinha acontecido com Manuel de Sousa Grelho anos antes, e viria a exercer cargos de grande importância na Misericórdia e, também, na Câmara. Carlos Alberto Fonseca Matias afirma que o seu parentesco e o poder económico que foi acumulando pela via da atividade mercantil contribuiu grandemente para o grande prestígio que Bernardo Ferreira Grelho conseguiu alcançar<sup>94</sup>.

Luís Machado Coelho viria também a fazer parte da família Grelho pela via matrimonial, a partir do seu casamento com uma filha de Manuel de Sousa Grelho. O próprio pai de Coelho, João Machado Coelho, tinha também iniciado o seu próprio percurso de ascensão social, quando passa da segunda condição para a primeira em 1681. No entanto, se João Machado Coelho tinha em vista o reconhecimento da nobreza da sua família, esse processo apenas se iria concluir após a sua morte, com o seu filho Luís, a quem foi concedida uma Carta de Brasão de Armas — uma das várias formas de nobilitação<sup>95</sup> — em 1751 por D. José<sup>96</sup>.

A nobilitação proporcionada pela concessão de uma Carta de Brasão de Armas a Luís Machado Coelho terá, certamente, contribuído para o aumento do prestígio social adquirido por Manuel de Sousa Grelho e pela sua família a nível local, devido aos laços

---

<sup>94</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 125.

<sup>95</sup> LOPES, *Proteção*, p. 214.

<sup>96</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Livro de Registos da Câmara* (Livro 1), fl. 146v.

de parentesco próximos que o uniam a Coelho, seu genro, e aos filhos nascidos do casamento deste com a filha de Grelho.

Outro possível exemplo de ascensão e, de certa forma, reconhecimento social proporcionado pela Misericórdia poderá ser o de Manuel Teixeira dos Guimarães, que se estabeleceu em Arrifana de Sousa e adquiriu grande poder económico através da sua ocupação como mercador. A sua entrada na primeira condição na Misericórdia e o desempenho quase imediato de funções de considerável importância na administração da instituição poderão ter sido meios de reconhecimento da sua posição e prestígio social localmente.

No entanto, quando o concelho de Arrifana de Sousa é criado, Paula Sofia Costa Fernandes afirma que a integração na administração local se tornou numa das principais ambições de vários dos notáveis residentes na vila<sup>97</sup>. Esse desejo poderia não derivar necessariamente da possibilidade de ascender na hierarquia social, mas sim do reconhecimento desse mesmo processo de mobilidade social, já traçado por vários deles, que os cargos camarários confeririam<sup>98</sup>.

Por essa razão é que, provavelmente, as funções da administração local são atribuídas a homens como Luís Machado Coelho, Francisco Solano Moreira Barbosa, Manuel Teixeira dos Guimarães, Manuel Lourenço Leal ou a Bernardo Ferreira Grelho. Como já foi referido, a maior parte destes homens viriam de famílias mais humildes ou com algum poder económico — que pelo menos seria suficiente para conseguir providenciar os filhos com uma formação universitária, não muito acessível à época —, que não significaria necessariamente a detenção de poder social.

É nas administrações camarárias e, também, nas Misericórdias, que se pode mencionar outra característica dos participantes analisados e que iria adquirir uma grande importância posteriormente: a formação universitária. Vários dos homens analisados ao longo do presente trabalho possuíam uma educação superior, o que já se constituiria como um passo de ascensão social por si só<sup>99</sup>.

Maria Antónia Lopes afirma que em Coimbra, na viragem do século XVIII para o século XIX, as elites dirigentes da Misericórdia local passaram por uma fase de

---

<sup>97</sup> FERNANDES, *O hospital*, p. 33.

<sup>98</sup> MONTEIRO, “Elites”, pp. 360-361.

<sup>99</sup> MONTEIRO, “Elites”, pp. 367-368.



transição entre a elite fidalga, tradicional, para uma elite mais intelectual, cuja formação académica foi o elemento decisivo para a sua ascensão e prestígio social<sup>100</sup>.

No caso de Arrifana de Sousa, coloca-se a hipótese de o mesmo ter começado a acontecer com as elites locais no período em estudo. A grande afluência de licenciados na administração local e nos cargos da Misericórdia entre 1741 e 1751 parece ter sido o início de um novo processo de transição no seio dos notáveis, em que a elite tradicional vai abdicando da sua posição nos poderes locais para dar lugar à dita elite mais intelectual, academicamente formada e provavelmente mais vocacionada para intervir na vida política, que, com a renovação geracional, se iria reproduzindo. Um exemplo será o casamento entre Jacinto José Leal de Lemos Reimão, licenciado e filho de Manuel Lourenço Leal (também ele licenciado), com Maria Rosa Angélica Soares de Azevedo e Queirós, filha de Manuel Soares Barbosa, licenciado e segundo Juiz de Fora de Arrifana de Sousa, em 1762<sup>101</sup>.

Jacinto José, tal como o seu pai, viria também a envolver-se na governança local<sup>102</sup>, assim como Roque Jacinto Moreira de Barbosa, filho de Francisco Solano Moreira Barbosa<sup>103</sup>, e Carlos Ferreira Grelho, filho de Bernardo Ferreira Grelho<sup>104</sup>, cuja assinatura já aparecia num documento da Misericórdia em 1749<sup>105</sup>.

Deste modo, é possível observar que a Misericórdia teve um papel fundamental na ascensão e aquisição de prestígio e poder social dos vários atores analisados.

## Conclusão

Aquando da criação do concelho de Arrifana de Sousa em 1741, a Santa Casa da Misericórdia, aí estabelecida desde 1509, tinha já uma atuação bastante consistente na vila, não só em termos de assistência, a sua função primordial e motivo de fundação, mas também no espaço social.

Ao analisar os indivíduos que foram intervenientes ativos nos dois meios entre 1741 e 1751, revelam-se indícios de presença simultânea de pessoas ou membros da mesma família na Misericórdia e na Câmara Municipal, sejam eles laços de sangue, como no caso de António Teixeira da Mota e de Francisco Teixeira da Mota e dos irmãos

---

<sup>100</sup> LOPES, *Proteção*, p. 213.

<sup>101</sup> Arquivo Distrital do Porto — *Paróquia de Penafiel*, Registos de Casamentos, fl. 236v. (PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0006)

<sup>102</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 186.

<sup>103</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 189.

<sup>104</sup> MATIAS, *Pequenos*, p. 215.

<sup>105</sup> Arquivo Municipal de Penafiel — *Termos de Posse e Eleição* (Livro 1), fl. 177v.

Grelho, ou relações estabelecidas através do casamento, como se deu com Luís Machado Coelho e o seu sogro, Manuel de Sousa Grelho.

É também possível concluir que a Misericórdia terá sido um meio de preparação administrativa para os Irmãos apurados e suas famílias integrarem as novas dinâmicas da vida política local após a independência de Arrifana de Sousa face à jurisdição da Câmara Municipal do Porto e, em alguns casos, poderá também ter servido como uma “alavanca” social dos mesmos, cuja ascensão seria posteriormente reconhecida com a nomeação de vários destes homens para integrar as vereações camarárias.

Tal foi o caso de Luís Machado Coelho, cujo pai havia ascendido à primeira condição quando originalmente pertencia à segunda e, eventualmente, este filho foi construindo a sua influência e posição social através do trabalho que desempenhou, sendo-lhe concedida uma Carta de Brasão de Armas. O mesmo aconteceu com o seu sogro, Manuel de Sousa Grelho que, sendo primeiramente um irmão de segunda condição, conseguiu eventualmente chegar ao topo da Misericórdia, o que facilitou a entrada do seu irmão, Bernardo, na instituição, permitindo-lhe a admissão direta na maior condição.

Identifica-se ainda uma certa “renovação” das elites dirigentes, em que se parece estar perante o início de um processo de transição entre as elites tradicionais e elites intelectuais, cujo elemento definidor parece passar pela formação académica e não pela nobreza do seu sangue. Do conjunto de homens analisados, a maioria não dá qualquer indício de ter nascido no seio de famílias que tivessem, na sua origem, grande poder ou influência social. Ainda assim, foram trilhando o seu percurso em direção à ascensão na hierarquia social ao longo de várias gerações, através da educação universitária ou da sua ocupação profissional, e da presença ativa nas estruturas de poder locais.

## Fontes

### Arquivo Municipal de Penafiel

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel

*Termos de Entrada e de Aceitação*: Livro 1 (1660-1814) [PT/AMPNF/SCMP/A/B/B/002],

*Termos de Posse e Eleição*: Livro 1 (1707-1790) [PT/AMPNF/SCMP/A/B/B/004]

*Compromissos*: Livro 1 (1653) [PT/AMPNF/SCMP/A/A/002].

Fundo da Câmara Municipal de Penafiel

*Livro de Registos da Câmara*: Livro 1 (1741-1775) [PT/AMPNF/CMPNF/B/A-001].

### **Arquivo Distrital do Porto**

Paróquia de Penafiel

*Registo de Batismos* [PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001].

*Registo de Casamentos* [PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002].

### **Arquivo da Universidade de Coimbra**

Índice de alunos da Universidade de Coimbra

*António Teixeira da Mota* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/011185).

*Francisco Solano Moreira* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/010806).

*Francisco Teixeira da Mota* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/011249).

*Manuel Soares Barbosa* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/B/001372).

*Matias Teixeira da Mota* (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/011395).

### **Bibliografia**

ABREU, Laurinda — Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). *Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque. Historiam Illustrandam* [Em linha]. Vol. 20 (2000), pp. 395-415. [Consultado em 09/11/2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://ddd.uab.cat/pub/dynamis/02119536v20/02119536v20p395.pdf>>. ISSN 2340-7948.

ABREU, Laurinda — A Especificidade do Sistema de Assistência Pública Português: linhas estruturantes. *ARQUIPÉLAGO. História* [Em linha] 2ª série. Vol. 6 (2002), pp. 417-434. [Consultado em 07/11/2020]. Disponível em WWW:<URL:[https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/378/1/Laurinda\\_Abreu\\_p417-434.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/378/1/Laurinda_Abreu_p417-434.pdf)>. ISSN 0871-7664.

ABREU, Laurinda — Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII: continuidades e alteridades. *Varia Historia* [Em linha]. Vol. 24, n.º 44 (2010), pp. 347-371. [Consultado em 10/11/2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.scielo.br/pdf/vh/v26n44/a02v2644.pdf>>.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*. [Em linha]. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. [Consultado em 28/08/2022]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8814>>

FERNANDES, Paula Sofia Costa — *O hospital da misericórdia de Penafiel (1600-1850)*. [Em linha] Braga: Universidade do Minho, 2015. Tese de Doutoramento. [Consultado em 12/12/2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40782/3/Paula%20Sofia%20Costa%20Fernandes.pdf>>

LOPES, Maria Antónia — *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna: Guia de estudo e de investigação*. [Em linha] Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. [Consultado em 07/10/2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30059/1/Lopes,%20Maria%20Antonia.Protec%C3%A7%C3%A3o%20Social%20em%20Portugal.pdf>>. ISBN 978-989-26-0203-5.

MATIAS, Carlos Alberto Fonseca — *Pequenos Mundos em Penafiel: Redes de sociabilidade e de parentesco espiritual*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006. Dissertação de Mestrado.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo — Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social* [Em linha]. Vol. XXXII (1997), pp. 335-368. [Consultado em 01/05/2021]. Disponível em WWW:<URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841114L2pRA2hp0WI44RL7.pdf>>

PAIVA, José Pedro (coord.) — *Fazer a História das Misericórdias*. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. [Em linha] Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. vol. I. [Consultado em 11/10/2020] Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8630/1/PMM\\_Vol1.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8630/1/PMM_Vol1.pdf)>. ISBN 972-989904-0-4.

SÁ, I. G.; PAIVA, J. P. (dir.) — *A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. [Em linha] Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2004. vol. III. [Consultado em 11/10/2020] Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8634/1/PMM\\_Vol3.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8634/1/PMM_Vol3.pdf)>. ISBN 972-98904-2-0.

PAIVA, José Pedro (coord.) — *Novos Estudos*. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. [Em linha] Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2017. vol. X. [Consultado em 08/11/2020] Disponível em WWW:<URL: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22166/1/PMM\\_vol10.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22166/1/PMM_vol10.pdf)>. ISBN 978-989-8375-08-7.

MOTA, Ana Catarina – “Santa Casa da Misericórdia e Câmara Municipal em Arrifana de Sousa: vínculos entre as estruturas de poder entre 1741 e 1751”, in *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 199-228.

SÁ, Isabel dos Guimarães — *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*.

[Em linha] Lisboa: Livros Horizonte, 2001. [Consultado em 03/11/2020]. Disponível em

WWW:<URL:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45007/1/Sa%cc%81->

[As%20Misericordias%20Portuguesas%20de%20D.%20Manuel%20I%20a%20](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45007/1/Sa%cc%81-As%20Misericordias%20Portuguesas%20de%20D.%20Manuel%20I%20a%20)

[Pombal.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45007/1/Sa%cc%81-As%20Misericordias%20Portuguesas%20de%20D.%20Manuel%20I%20a%20Pombal.pdf)>. ISBN 972-24-1149-7.

## As representações da rainha Nzinga

Beatriz Sousa Rocha  
up201805808@edu.letras.up.pt

### Resumo

O seguinte trabalho procura apresentar as várias representações literárias da rainha africana Nzinga, governadora do Ndongo e de Matamba no século XVII, com base na informação disponibilizada nas obras do padre Giovanni António Cavazzi de Montecúcolo, de António de Oliveira de Cadornega e nos documentos de Fernão de Sousa, transcritos e publicados. Assim, o principal objetivo é o de realizar uma análise das fontes através da visão dos seus autores, de modo a compreender como duas realidades e culturas distintas (a europeia e a africana) coexistem, como a rainha é representada nas múltiplas perspetivas e como os episódios relatados são descritos.

**Palavras-chave:** Rainha Nzinga; Representações Literárias; Cavazzi de Montecúcolo; António de Cadornega; Fernão de Sousa.

### Abstract

This paper seeks to present the many literary representations of the African queen Nzinga, ruler of Ndongo and Matamba in the 17th century based on the information available in the work of the priest Giovanni António Cavazzi de Montecúcolo, António de Oliveira de Cadornega and in the published documents of Fernão de Sousa. Therefore, the main goal is to conduct an analysis of the sources through the view of the authors in order to understand how two distinct realities and cultures (european and african) coexist, how the queen is represented in these multiple perspectives and how the reported episodes are narrated.

**Key-words:** Queen Nzinga; Literary Representations; Cavazzi de Montecúcolo; António de Cadornega; Fernão de Sousa.

### Introdução

O estudo que agora se apresenta tem como principal objetivo responder à questão “Como é que autores com distintos perfis, estatutos e funções representam a rainha Nzinga?”, através da análise de obras e da documentação produzida por três autores diferenciados, sendo estes o padre capuchinho António Cavazzi, António de Oliveira de Cadornega e Fernão de Sousa. A curiosidade e o interesse perante este tema surgiram quando, após a leitura de uma vasta bibliografia dedicada à rainha Nzinga, reparamos que a problemática em estudo não havia sido devidamente explorada. Assim, procuramos trazer ao leitor uma nova perspetiva das fontes e uma nova forma de as analisar e compreender, evidenciando ainda a história dos autores e como esta pode ter influenciado

a sua escrita. Com três pessoas totalmente diferentes entre si – um religioso, um militar e um governador – poderemos também esperar que cada um nos apresente uma Nzinga diferente ou será que encontraremos pontos em comum? Será que as suas visões pendem mais para o lado positivo ou para o lado negativo da rainha Nzinga? Contarão eles os mesmos episódios e da mesma maneira?

Para organizar a informação e permitir uma leitura mais facilitada deste trabalho, começaremos por analisar a bibliografia utilizada, bem como as fontes e os seus respetivos autores. Em seguida, iremos apresentar a análise quantitativa dos dados recolhidos, dividindo-a em dois pontos fundamentais: os eventos relatados e a adjetivação usada. Foi importante recolher todos os eventos relatados nas fontes, diretamente relacionados com a rainha Nzinga, de modo a podermos caracterizá-los, ao mesmo tempo tentamos compreender se estes vão ao encontro da realidade da época e da informação encontrada em estudos mais recentes. A adjetivação, por sua vez, será relevante para analisar a perspetiva dos autores perante as atitudes e ações da rainha Nzinga.

## 1. Estado da Arte

Uma vez que estamos a analisar, acima de tudo, a perspetiva dos autores das fontes, é importante saber quem foram estas pessoas e qual o seu percurso de vida. Para tal, destacamos a obra de Beatrix Heintze<sup>1</sup> que permite conhecer um pouco mais sobre os autores, bem como a sua escrita, sobretudo no que diz respeito a Cadornega. Para o mesmo autor destacamos os artigos de Priscila Weber<sup>2</sup> e de Roberta Franco<sup>3</sup> que apresentam a ambiguidade das palavras que são utilizadas na obra deste militar, um fator fundamental para conseguirmos compreender a sua visão e os relatos que analisamos. Quanto a Cavazzi, recorreremos a um artigo de Joseph Levi<sup>4</sup> que refere todo o seu percurso religioso, a altura em que chegou ao continente africano e qual o objetivo da sua escrita.

---

<sup>1</sup> HEINTZE, Beatrix – *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

<sup>2</sup> WEBER, Priscila Maria – “A rainha Ginga descrita, adjetivada e metaforizada: uma análise textual da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega (século XVII)”. *Cadernos do CEOM*. Vol. 33, Nº 53 (2020) pp. 10-22.

<sup>3</sup> FRANCO, Roberta Guimarães – “Conquista e resistência na *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira de Cadornega. XIV Jornadas Interescuelas: Atas. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013.

<sup>4</sup> LEVI, Joseph Abraham – “Padre Giovanni Antonio Cavazzi, (1621-1678), nos reinos do “Congo, Matamba et Angola.” *Primeiros Contactos Europeus com a África*”. *Estudos Portugueses e Africanos*. Campinas, 1999. pp. 29-47.



Para este autor, também utilizaremos a obra de José Redinha<sup>5</sup> sobre a cultura africana, uma vez que Cavazzi demonstra ou faz entender, à luz da época, não compreender as características de uma civilização diferente da sua, fazendo por vezes afirmações que não correspondem à realidade.

No que diz respeito à rainha Nzinga, Fernão de Sousa teceu várias ofensas e críticas, as quais procuramos compreender, como a sua ilegitimidade ao trono do Ndongo. Este episódio é fundamental para podermos analisar, por exemplo, se o governador tinha razão em acusar a rainha de ser tirana ou se tudo não passava de um mero ataque sem fundamento. Assim, utilizamos as obras de Joseph Miller<sup>6</sup> e de John Thornton<sup>7</sup>, bem como um artigo do último autor, historiadores que se debruçaram sobre esta questão e que nos conseguem fornecer as respostas que procurávamos. Contudo, sentimos que é importante apresentar opiniões opostas, optando pela obra de Adriano Parreira<sup>8</sup> que discorda e critica a opinião de Miller<sup>9</sup>. Num estudo em que é impossível questionar os autores sobre as suas verdadeiras intenções, devemos analisar todas as hipóteses que estudos mais recentes fornecem. Por último, a bibliografia mais utilizada neste trabalho foi a obra de Linda Heywood<sup>10</sup>, uma obra geral que nos fornece todos os dados sobre a vida de Nzinga, analisados nas mais diversas áreas, ao mesmo tempo apresenta uma datação e localização mais exatas, o que nos auxiliou na contextualização dos eventos.

## 2. Fontes e Autores

### 2.1. Fontes

No que diz respeito às fontes, foram utilizadas três obras impressas: “Descrição Histórica dos Três Reinos: Congo, Matamba e Angola”<sup>11</sup>; “História Geral das Guerras Angolanas”<sup>12</sup> e “Memórias, relações e outros manuscritos da colectânea documental de

---

<sup>5</sup> REDINHA, José – *Etnias e culturas de Angola*. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2009.

<sup>6</sup> MILLER, Joseph C. – *Poder Político e Parentesco: os Antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

<sup>7</sup> THORNTON, John K. – “Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624–1663. *The Journal of African History*”, Vol. 32, Nº1 (1991) p. 25-40. THORNTON, John K. – *A History of West Central Africa to 1850: New approaches to African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

<sup>8</sup> PARREIRA, Adriano – *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga (século XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. ISBN: 972-33-0759-6.

<sup>9</sup> Os dois autores divergem na questão da legitimidade da Rainha Nzinga, ao trono do Ndongo.

<sup>10</sup> HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola: A Rainha Guerreira de África*. 1ª ed. Alfragide: Casa das Letras, 2018. Tradução de: Luís Santos. ISBN: 978-989-741-895-2.

<sup>11</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de - *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

<sup>12</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas: 1680*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3 vol.

Fernão de Sousa (1622-1635)”<sup>13</sup>. Quanto à primeira fonte, redigida pelo padre capuchinho António Cavazzi de Montecúcolo, apenas nos centramos no segundo volume, uma vez que é o único que faz referência à rainha Nzinga. Antes de mais, é necessário mencionar que, apesar de o autor relatar eventos que o próprio experienciou, a maioria da informação foi adquirida por via oral, como é referido na própria obra. Neste segundo volume, Cavazzi apresenta-nos a rainha Nzinga e todo o seu percurso de vida, desde o seu nascimento até ao momento em que deu o seu último suspiro, ao lado do autor. No decorrer da leitura e tendo sempre em conta a intenção de quem escreve, seria impossível não reparar no cariz religioso com que os episódios são relatados e até mesmo quais os episódios que o autor escolhe apresentar ao leitor.

Da segunda obra, escrita por António de Oliveira de Cadornega e finalizada em 1680, também utilizamos apenas dois dos três volumes, ou seja, as partes que fazem referência à rainha Nzinga. Esta fonte fornece-nos, acima de tudo, relatos em contexto militar e diplomático onde a rainha interferiu, pormenorizando as ações praticadas desde estratégias bélicas a tratados e alianças acordados. É uma das fontes mais importantes para a História de Angola do século XVII, feita com base em testemunhos escritos e orais e é escrita com o objetivo de não deixar cair no esquecimento os feitos portugueses no continente africano “e a este respeito foi, absolutamente, parcial, unilateral (...) ingénuo e pouco crítico”<sup>14</sup>. No subponto seguinte, explicaremos melhor o motivo de a sua obra procurar enaltecer as ações portuguesas. Cadornega foi, acima de tudo, um autor atento no sentido em que, tendo noção da fragilidade da informação que recolhia, fazia questão de informar o leitor quando não tinha confiança suficiente no que relatava e, se faltava informação ou quando não se recordava de algum pormenor, aludia a tal. O autor consultava com regularidade os seus informantes que incluíam missionários, soldados, capitães, mercadores, gente do mar e até mesmo o próprio sogro.

Por último, a documentação de Fernão de Sousa, que apesar de cobrir um curto período da vida da rainha Nzinga, entre 1624 a 1630, permite-nos atribuir uma datação e localização mais exatas aos eventos e obter uma informação mais correta das atitudes da rainha e das suas relações com os portugueses. De todos os governadores de Angola que entraram em contacto com a rainha, Fernão de Sousa foi por nós escolhido por ter sido quem iniciou a rivalidade e o clima de conflito entre Nzinga e a Coroa portuguesa. Assim,

---

<sup>13</sup> HEINTZE, Beatrix – *Memórias, relações e outros manuscritos da colectânea documental de Fernão de Sousa (1622-1635)*. Stuttgart: Franz Steiner, 1985. 419 p. ISBN 3-515-04260-1.

<sup>14</sup> HEINTZE, Beatrix – *Angola nos séculos XVI e XVII...* p. 140.

ao analisarmos os vários documentos escritos por Fernão de Sousa, conseguimos ter acesso à gênese de várias questões, como, por exemplo, a questão levantada pelo governador quanto à legitimidade da rainha Nzinga na subida ao trono e a sua classificação como inimiga dos portugueses.

## 2.2. Autores

O padre Giovanni António Cavazzi de Montecúcolo, mais conhecido apenas pelo apelido “Cavazzi”, foi um monge capuchinho que escrevia as suas experiências para guiar os futuros missionários em África e, assim, não partirem para novas terras sem qualquer conhecimento prévio daquilo que os esperava<sup>15</sup>. A falta de compreensão que o autor revela ou pretende dar a entender dos costumes de culturas distintas não lhe permitiu ver a realidade em toda a sua plenitude, sendo vincada a sua perceção dos acontecimentos. Contudo, os escritos dos Capuchinhos da Missio Antiqua transmitem-nos informações relevantes sobre a África Centro-Occidental, durante quase dois séculos da história<sup>16</sup>. Vindo de um padre capuchinho, era de esperar que, nesta altura, não interpretasse a religião destes povos como verdadeira, justificando todos os acontecimentos como obra do demónio<sup>17</sup> e procurando sempre divulgar a fé cristã e promover a conversão das pessoas que se cruzassem no seu caminho. Ainda que os depoimentos de Cavazzi sejam comprometidos, acima de tudo, com a sua missão e com a convicção da superioridade inequívoca do Cristianismo, este fornece informações relevantes sobre o vestuário, os instrumentos utilizados, as crenças e superstições, a vida em sociedade, entre outros, o que revela um olhar atento e um registo detido sobre a realidade em observação.

Ao contrário da maioria dos missionários capuchinhos, António Cavazzi não completou os estudos em Filosofia e Teologia. Joseph Levi afirma ter sido devido à sua falta de preparação e de aptidão intelectual para os estudos religioso-teológicos e foi esta lacuna nos seus estudos que não lhe permitia pregar nas congregações ou em qualquer outro local de evangelização<sup>18</sup>. Só em 1653 é autorizada a sua participação numa missão com o objetivo de evangelizar Matamba, local onde viverá durante uma década. Esta situação levanta uma questão pertinente para compreender o que poderiam ter sido as intenções deste padre capuchinho: será que a persistência em relatar a vida da rainha Nzinga, desde o seu nascimento até à sua morte já como uma devota cristã, pretende

---

<sup>15</sup> LEVI, Joseph Abraham – “Padre Giovanni Antonio Cavazzi...” p. 31.

<sup>16</sup> LEVI, Joseph Abraham – “Padre Giovanni Antonio Cavazzi...” p. 30.

<sup>17</sup> LEVI, Joseph Abraham – “Padre Giovanni Antonio Cavazzi...” p. 31.

<sup>18</sup> LEVI, Joseph Abraham – “Padre Giovanni Antonio Cavazzi...” p. 31.

evidenciar que, mesmo não tendo realizado um percurso igual ao dos seus pares, conseguiu converter uma das figuras africanas mais marcantes e conseguiu com que a fé cristã triunfasse num local considerado diabólico? Uma figura que, durante décadas, pareceu esquecer a fé em que tinha sido batizada, sobretudo por motivos políticos, e finalmente, nos seus últimos anos de vida aceitou Deus. A presença de Cavazzi na corte da rainha Nzinga, em meados do século XVII, de acordo com os seus relatos, terá exercido uma grande influência na sua mudança de hábitos e de crenças, não obstante todas as críticas que lhe são tecidas ao longo da sua obra.

O segundo autor em estudo, António de Oliveira de Cadornega, pisou o solo africano juntamente com o seu irmão em 1639, onde ficaram sob a alçada do governador de Angola da época, Pedro César de Meneses. Cadornega começa por exercer funções como soldado raso, acabando por atingir o cargo de capitão antes de assumir funções na administração do território<sup>19</sup>. Durante quase três décadas residiu em Massango, detendo o cargo de juiz ordinário em 1660 e fundando a Irmandade da Misericórdia da cidade. Na altura em que chegou a Luanda, recebeu notícias de que, em Portugal, a sua família havia sido alvo de uma perseguição da Inquisição, coincidindo com o início da escrita da sua obra<sup>20</sup>. Este acontecimento foi fundamental para a sua permanência em África, pois corria o risco de ser vítima do mesmo destino, caso regressasse a Portugal. Assim, acredita-se que a sua devoção à Coroa tem aqui as suas bases, ou seja, ao redigir os grandes feitos das tropas portuguesas no continente africano, Cadornega prestava provas da sua lealdade para com o rei, referindo ainda que a sua principal motivação residia na conservação destes feitos para a posterioridade<sup>21</sup>. Como era de esperar, os fracassos dos portugueses, nas mais diversas áreas, foram por ele ocultados ou abafados e talvez seja este o motivo pelo qual Cadornega procura integrar a rainha Nzinga, uma inimiga poderosa<sup>22</sup>, justificando, desta forma, algumas falhas e dando destaque à força portuguesa quando as tropas a conseguem derrotar. Deste modo, a adjetivação direcionada à rainha muda conforme a sua narrativa<sup>23</sup>, não permitindo uma perceção exata dos sentimentos do autor para com esta figura e criando uma escrita ambígua, ao longo de toda a obra. Não podemos negar a existência de relatos que evidenciam um claro elogio à rainha Nzinga, uma vez que “o capitão se rende, inúmeras vezes, a uma visão de admiração diante

---

<sup>19</sup> HEINTZE, Beatrix - *Angola nos séculos XVI e XVII...* p. 136.

<sup>20</sup> WEBER, Priscila Maria – “A rainha Ginga...” p. 11.

<sup>21</sup> FRANCO, Roberta Guimarães – “Conquista e resistência...” p. 3.

<sup>22</sup> WEBER, Priscila Maria – “A rainha Ginga...” p. 13.

<sup>23</sup> WEBER, Priscila Maria – “A rainha Ginga...” p. 13.

daquela figura”<sup>24</sup>, principalmente quando menciona as suas ações no campo de batalha ou quando faz uma comparação direta às grandes mulheres da história e da mitologia clássica.

Fernão de Sousa, o último autor em análise, foi governador de Angola entre 1624 e 1630 e, quando chegou para ocupar o seu cargo, as relações entre o Ndongo e os portugueses não se encontravam harmoniosas, devido à morte de Ngola Mbandi e às exigências de Nzinga quanto ao cumprimento do que se havia acordado com o antigo governador. Este reino era de elevada importância por ser o principal fornecedor de escravos destinados à exportação a partir de Luanda, fazendo a ligação com as terras do interior de onde eram provenientes os mesmos<sup>25</sup>. Assim, a preocupação do novo governador centrava-se na manutenção do comércio de escravos e no pagamento de tributos dos vassallos, tornando-se central para si resolver a questão do Ndongo. Contudo, os seus planos não correram como planeado e inicia-se um longo período de conflitos entre a rainha Nzinga e os portugueses, uma rivalidade que continuará mesmo após a partida do governador. Assim, aos olhos de Fernão de Sousa, a rainha será sempre representada como uma inimiga da Coroa, uma perturbadora da paz e um entrave ao livre comércio. Será que, sem as intervenções de Fernão de Sousa, sobretudo o não reconhecimento de Nzinga como líder do Ndongo, a história teria sido diferente e uma aliança conseguida mais atempadamente? Isto são questões que ficam no ar e para as quais, provavelmente, poderemos nunca obter resposta.

### 3. Análise de Dados

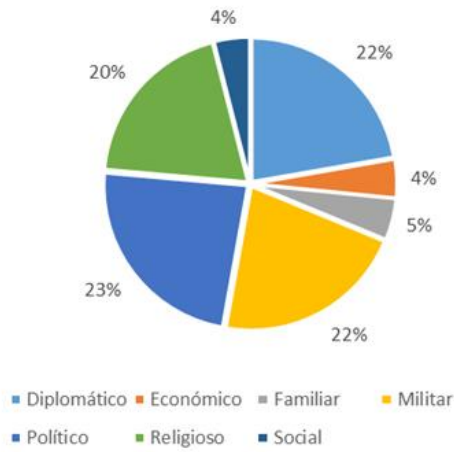
#### 3.1. Os Eventos

Os eventos relatados foram divididos em várias categorias e analisados de duas perspetivas diferentes, ou seja, a perspetiva que consideramos ser a que o autor pretende transmitir e uma perspetiva pessoal com o conhecimento adquirido através da bibliografia, permitindo verificar se estas duas visões divergem ou se vão ao encontro uma da outra. Assim, em primeiro lugar, apresentaremos a análise das diferentes categorias e seguiremos para a comparação de perspetivas.

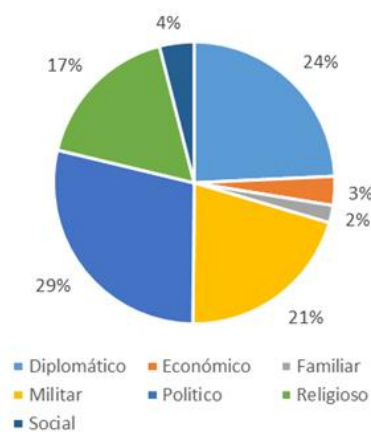
---

<sup>24</sup> FRANCO, Roberta Guimarães – “Conquista e resistência...” p. 7.

<sup>25</sup> HEINTZE, Beatrix - *Angola nos séculos XVI e XVII...* p. 279.



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

Antes da análise dos gráficos em si, explicaremos o que entendemos por cada tipologia. A tipologia “familiar” aplica-se a eventos ocorridos no seio da família da rainha Nzinga, relacionados com os seus pais ou irmãos. A tipologia “religioso” enquadra eventos relacionados com a religião, tanto católica como local, incluindo cerimónias, rituais, entre outros. A tipologia “político” engloba os eventos que revelaram atitudes e ações políticas, como demonstrações de poder ou conquistas, por exemplo. A tipologia “militar” refere todos os eventos que relatassem batalhas, estratégias de combate ou acontecimentos derivados de um conflito bélico. A tipologia “diplomático” aplica-se a relatos de alianças e de tratados ou de tentativas de os criar, entre os portugueses e a rainha Nzinga. A tipologia “económico” direciona-se para situações que envolvessem o comércio, a captura ou venda de escravos ou ainda a perturbação das trocas comerciais. Por último, a tipologia “social” aplica-se a relatos que nos revelam os costumes praticados pela rainha Nzinga ou pelo seu povo, como os casamentos, as danças, os trajes ou as cerimónias fúnebres.

No gráfico 1 podemos observar que os autores, no geral, relatam em maior quantidade eventos de cariz político, militar, diplomático e religioso. O mesmo acontece no gráfico 2, destacando-se um ligeiro aumento na percentagem dos episódios políticos e diplomáticos e uma redução nos religiosos. Através desta breve leitura, podemos de imediato constatar que, de facto, a perspetiva que atribuímos aos autores e as nossas divergem. São direcionadas categorias distintas aos mesmos eventos, porque, acima de tudo, existe uma perceção diferente dos autores perante a realidade que experienciaram ou que recolheram através dos seus testemunhos e a que aprendemos através da bibliografia. Procuraremos, então, exemplificar alguns dos eventos cujas categorias divergem e explicar o porquê de a perspetiva pessoal se afastar da perspetiva dos autores.



Cavazzi assume que a rainha Nzinga procura vingar-se do irmão, estando envolvida no suicídio do mesmo e no assassinato do sobrinho, conseguindo assim honrar o seu falecido filho. Estes eventos, na nossa perspetiva do autor, referem-se a um contexto familiar, enquanto, na verdade, são políticos, ou seja, a sua aproximação do filho de Ngola Mbandi tratou-se de uma estratégia política para conseguir o poder e, desse modo, assumir a regência do Ndongo<sup>26</sup>. Os estratagemas políticos da rainha também se revelam na altura do seu primeiro batismo em 1622, em Luanda, um evento que o autor considera como religioso, mas o objetivo da rainha era, através do batismo, conquistar o respeito dos portugueses, ao mesmo tempo adquiria o apoio dos Mbundu já integrados na fé católica e que se encontravam cativos ou refugiados na região<sup>27</sup>. As divergências voltam a ocorrer quando o padre capuchinho demonstra o seu desconhecimento quando, já nos anos finais da vida de Nzinga, vê a rainha dançar num ato que caracterizamos como sendo social, e pede-lhe que pare de apresentar aquela dança inútil à imaculada santidade, atribuindo a este evento um carácter religioso. O que Cavazzi não compreendeu foi que a dança correspondia a um dos mais importantes elementos da vida social dos Mbundu, existindo várias danças para as mais diversas circunstâncias<sup>28</sup>.

No exemplo de Cadornega, este relata que a rainha Nzinga vestia os seus concubinos em trajes femininos, caracterizando-se este evento como social, mas tratava-se novamente de uma estratégia política, tal como a sua “mudança de género”. Quando Nzinga se apercebeu que não estava a conseguir afirmar o seu poder enquanto mulher, assumiu a atitude radical de se comportar como um homem e enveredou em atos claramente varonis. Este foi um dos métodos que encontrou para demonstrar o seu poder que, de acordo com Thornton, servia para diminuir os homens em seu redor ao tratá-los como mulheres, enquanto a própria adotava características masculinas<sup>29</sup>. Cadornega volta a revelar a sua aparente incompreensão das verdadeiras intenções da rainha Nzinga quando assume, num evento religioso, que a rainha havia esquecido o seu batismo ao adotar os costumes *Imbangala*. Todavia, a integração neste povo nómada e guerreiro permitiu-lhe ganhar poder, bem como um exército forte para se proteger e atacar quando fosse necessário, outra estratégia política de Nzinga.

---

<sup>26</sup> THORNTON, Jonh K. - *A History of West Central Africa...* p. 150.

<sup>27</sup> HEYWOOD, Linda M. - *Nzinga de Angola...* p. 89.

<sup>28</sup> REDINHA, José - *Etnias e culturas de Angola...* p. 334.

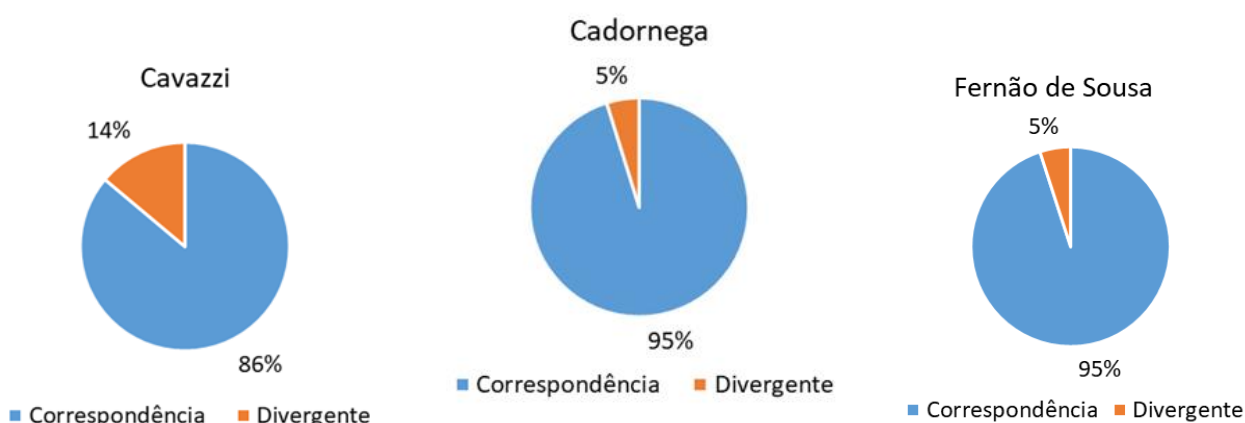
<sup>29</sup> THORNTON, John K. – “Legitimacy and Political Power...” p. 38.



Para manter a lealdade dos *Imbangala* a rainha teve, inevitavelmente, de aprender e praticar os seus costumes, tornando-se “uma especialista em rituais *imbangala*, realizando uma transformação profunda de rainha *mbundu* exilada para capitã *imbangala* por direito próprio”<sup>30</sup>. De facto, o seu percurso dentro dos *Imbangala* foi, em parte, um dos grandes impulsos para Nzinga se tornar numa líder poderosa, obedecida e temida. Tal como Linda Heywood afirma, a rainha conseguiu tornar-se numa poderosa líder africana, para o qual “havia contribuído a sua transformação em líder *Imbangala*”<sup>31</sup>, ao mesmo tempo tornou o seu exército numa vigorosa máquina de guerra.

Por fim, com Fernão de Sousa as divergências acontecem, sobretudo, nos eventos categorizados como económicos e que acreditamos serem militares, por ocorrerem em situações de conflito ou de guerra. Contudo, como o governador se preocupava sempre com a questão do comércio, destaca que as tropas portuguesas conseguiam, no final de cada conflito, capturar escravos que seriam úteis para o trato. Não obstante, a existência de eventos cuja categoria se iguala em ambas as perspetivas não significa que o autor tenha, de facto, compreendido os episódios ou eventos, na sua totalidade. No episódio político em que o autor procura tornar Ngola Hari rei do Ndongo e espera que, de acordo com o que acreditava, Nzinga aceitasse e desistisse de reivindicar o trono, parece esquecer que, apesar de Nzinga não ser legítima ao trono, as mulheres continuavam a ser elementos importantes nos sistemas de governação do reino, ou seja, nunca a rainha aceitaria a submissão, muito menos aceitaria afastar-se na liderança política do Ndongo, a sua terra<sup>32</sup>.

**Gráfico 3** – Percentagem dos eventos correspondentes e divergentes de cada autor



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

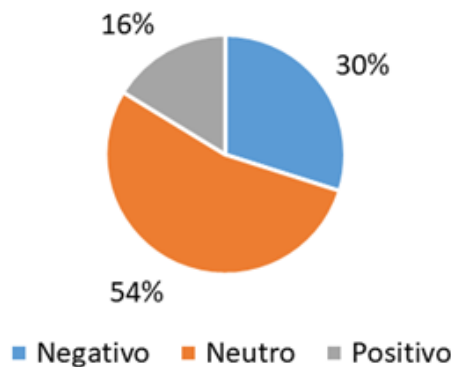
<sup>30</sup> HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola...* p. 137.

<sup>31</sup> HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola...* p. 146.

<sup>32</sup> HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola...* p. 115.

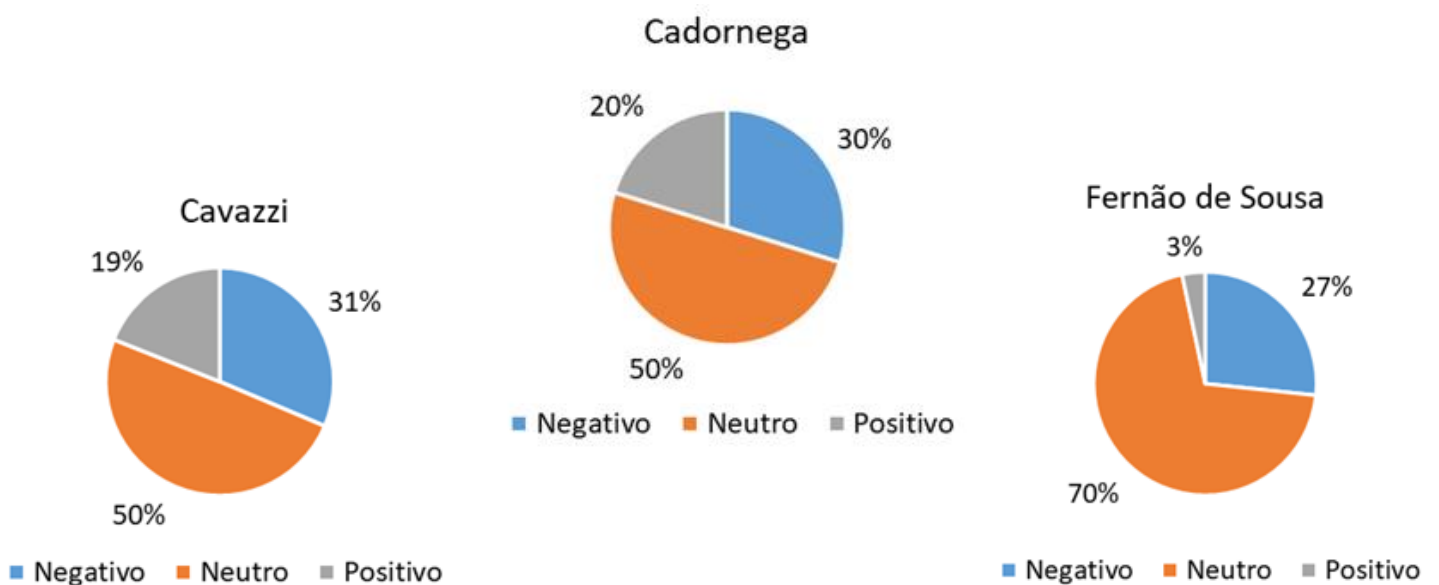
Observemos agora os gráficos que apresentam a percentagem, por autor, de quantos episódios corresponderam e quantos divergiram em relação à nossa visão. Podemos concluir que, de todos, é António Cavazzi quem apresenta a maior percentagem de eventos divergentes, enquanto Cadornega e Fernão de Sousa apresentam 95% de correspondência, revelando que os seus relatos são os mais credíveis, na nossa opinião. Esta interpretação pode ser explicada pelo facto de Cavazzi ser o autor que mais tarde chegou à região, ao contrário de Cadornega que rumou a África em 1639 e Fernão de Sousa que começou a exercer o cargo de governador em 1624, não lhe permitindo ter acesso à mesma informação que os restantes autores.

**Gráfico 4** – Percentagem Geral do Valor dos Eventos



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

**Gráfico 5** – Percentagem do Valor dos Eventos de cada Autor



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

No que diz respeito ao valor atribuído a cada evento, o valor positivo corresponde a eventos que apresentam um claro elogio à rainha Nzinga, enquanto os negativos relevam críticas à mesma. Como podemos observar no gráfico 4, ao contrário da ideia inicial de que os eventos negativos seriam superiores, a junção dos valores “neutro” e “positivo” correspondem à maioria. Talvez os autores não tivessem uma visão tão sombria da rainha Nzinga nos relatos que chegaram aos nossos dias e o mesmo se repete na análise individual de cada um. É de realçar que Fernão de Sousa, em comparação com outros autores, apresenta a documentação com menos informação relevante para este estudo, mas é o autor com uma maior percentagem de eventos neutros, o que nos leva a acreditar que será o mais credível dos três. Contudo, é também quem evidencia a menor percentagem de eventos positivos, facto que não surpreende, uma vez que os dados analisados fazem várias vezes referência aos conflitos e desentendimentos com a rainha, durante o curto período que residiu em Angola e todas as perturbações consequentes dos mesmos. Contamos apenas com dois episódios positivos na documentação de Fernão de Sousa e nenhum foi diretamente referido pelo autor que, mesmo assim, escolheu dá-los a conhecer. O novo rei do Ndongo, Ngola Hari, não foi recebido como esperado e poucos eram os súbditos que lhe obedeciam, uma vez que o povo considerava Nzinga como a verdadeira *Ngola*<sup>33</sup>. Apesar de este acontecimento ir contra os objetivos do governador, podemos observar que faz um claro elogio à rainha Nzinga, relatando que os habitantes do Ndongo nunca haviam deixado de depositar, em Nzinga, o cargo de liderança.

No caso de António Cadornega, é de referir novamente a ambiguidade que, de acordo com a nossa análise, a sua obra revela. Deste modo, apesar de termos determinado uma definição para o que seria um evento positivo e um evento negativo, nesta situação em concreto, não podemos afirmar com certezas de que, de facto, os acontecimentos relatados por este autor se enquadrem na nossa designação. Quanto a António Cavazzi, os eventos negativos dizem respeito, acima de tudo, a críticas contra as atitudes da rainha Nzinga, atitudes estas que não iam ao encontro do seu pensamento religioso que condenava os atos demoníacos praticados pela líder *Imbangala*. Por sua vez, os episódios positivos apresentam elogios à rainha Nzinga pelos seus atos católicos ou pelo respeito que, de forma discreta, demonstrava pela fé dos religiosos cativos, como aconteceu com o padre Jerónimo, a quem foi concedido o direito de vaguear pelo quilombo de Nzinga e confortar os restantes prisioneiros<sup>34</sup>.

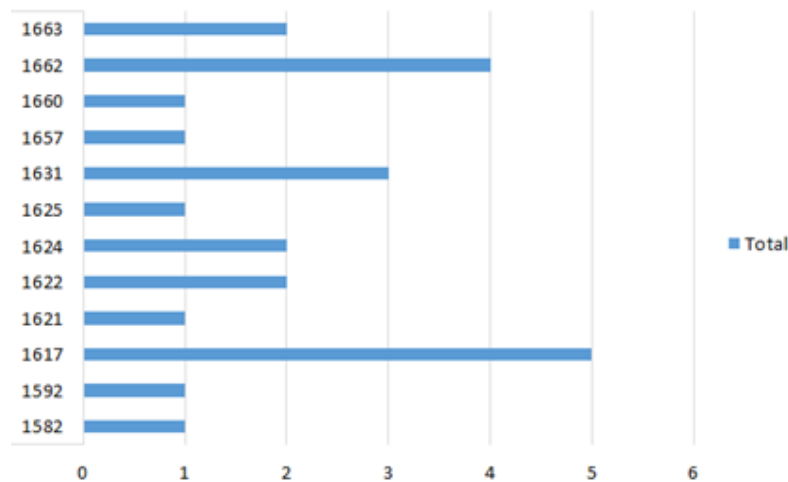
---

<sup>33</sup> HEINTZE, Beatrix – *Memórias, relações e outros manuscritos...* p. 210.

<sup>34</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 74.

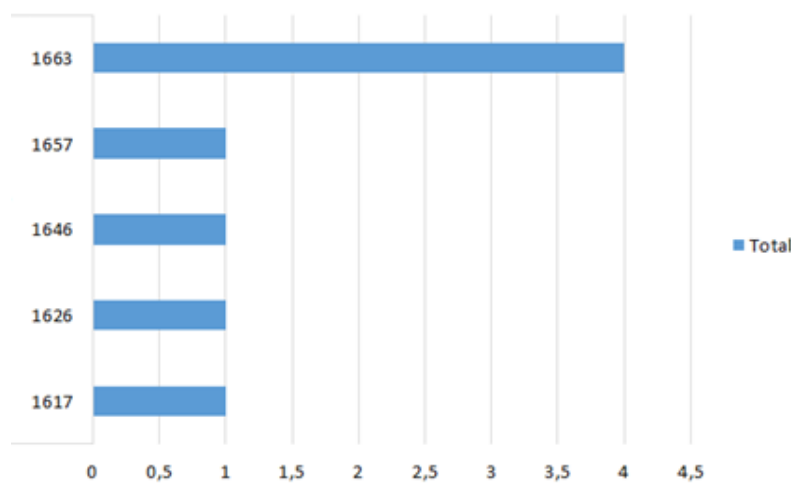
Por último, dentro da análise dos eventos, iremos observar os dados biográficos de Nzinga e as referências às várias entidades políticas onde ocorreram os eventos. Com a primeira análise pretendemos compreender quais os acontecimentos da vida da rainha que os autores escolheram relatar e os que tiveram um maior impacto. Quanto à segunda, tentaremos observar quais os locais que apresentam uma maior atividade, no que diz respeito ao decorrer dos episódios relatados.

**Gráfico 6** – Contagem das datas biográficas em Cavazzi



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

**Gráfico 7** – Contagem das datas biográficas em Cadornega



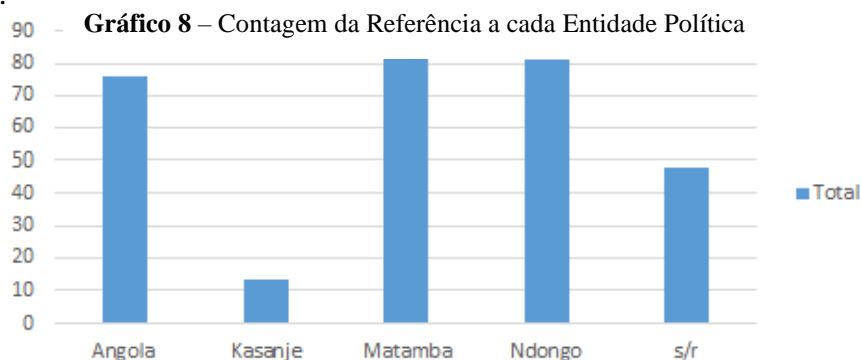
**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

Dos três autores, Fernão de Sousa não faz referência a dados biográficos de Nzinga, pelo qual apenas nos debruçamos sobre Cavazzi e Cadornega. Para o padre capuchinho, os anos com mais impacto foram 1617 e 1662, estando o primeiro relacionado com o período em que Ngola Mbandi, desesperado por poder, assassinou o

filho recém-nascido da irmã e “ordenou a esterilização de Nzinga e das duas irmãs mais novas”<sup>35</sup>. Este ano marca a data em que a rainha prometeu vingar-se e que, segundo o autor, terá adquirido “um ódio bestial contra todas as crianças do sexo masculino”<sup>36</sup>. A segunda data é referente ao período final da vida de Nzinga, quando se encontrava em paz com os portugueses e com Deus. No ano de 1662, Cavazzi caracteriza os vários costumes que a rainha havia adotado, como vestir trajes europeus e lavar-se com frequência, mas a sua devoção a Deus é o fator que mais se destaca:

“Eu mesmo ficava envergonhado, porque, em comparação dela, podia ser considerado preguiçoso, de maneira que me reconheço obrigado a divulgar a admirável devoção daquela senhora, na qual se via muito evidente a metamorfose dum coração idolatra num coração que só palpitava pelos progressos da verdadeira religião”<sup>37</sup>

Quanto a Cadornega, podemos observar que o ano mais vezes referenciado é 1663, ou seja, o ano em que Nzinga morre. Na sua obra, o autor tece vários elogios à rainha defunta, como já referimos, afirmando que “com outras muitas Mulheres Varonil e insignes Matronas se pudera comparar esta ditoza e bem-afortunada Rainha que houve no Mundo”<sup>38</sup> e que apenas o seu tom de pele e o seu local de nascimento a distinguiam das mesmas.



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

No que diz respeito à localização dos vários eventos que estes autores evidenciam, são as entidades políticas de Angola<sup>39</sup>, de Matamba e do Ndongo que apresentam maior representatividade. Contudo, é Matamba que detém um maior número de eventos, sendo

<sup>35</sup> HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola...* p.57.

<sup>36</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 66.

<sup>37</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 147.

<sup>38</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas...* p. 221.

<sup>39</sup> Utilizamos o título de “Angola”, uma vez que é o nome do local referido nas próprias fontes.

a primeira entidade política que Nzinga apropriou enquanto líder *Imbangala*<sup>40</sup> e onde encontrou um segundo lar, talvez por ser governada por mulheres e onde saberia que, muito provavelmente, seria aceite. A conquista de Matamba permitiu que a rainha se tornasse na primeira líder *Imbangala* a dirigir um Estado e a permanecer no estilo de vida que esta seita impunha<sup>41</sup>. Não podemos falar em Nzinga sem mencionar os *Imbangala*, um povo nómada e guerreiro onde a rainha encontrou refúgio, poder e obediência, destacando-se o reino de Kasanje que, apesar de ser referido com menor frequência, é o local onde Nzinga aprende tudo sobre os costumes dos *Imbangala*. É Cavazzi quem relata a maioria destes eventos, fazendo alusão ao cariz demoníaco de atos como o consumo de carne humana, o contacto com os antepassados ou a adoração de ossos<sup>42</sup>.

É em Angola onde ocorrem vários episódios diplomáticos, uma vez que é a sede dos governadores portugueses, o local onde se discutiam os problemas e se decidiam soluções. Por exemplo, é neste território que Fernão de Sousa decide nomear um novo rei para o Ndongo, substituindo Nzinga. Um rei fantoche que apenas servia para garantir o pagamento de tributos e a circulação de escravos, garantindo assim a abertura das feiras que Nzinga tanto perturbou<sup>43</sup>. Quanto ao Ndongo, o local de nascimento da rainha, é neste local que originaram os primeiros eventos, como a morte de *Ngola Mbandi* que abriu caminho para a ascensão de Nzinga, bem como conflitos bélicos entre a rainha, os portugueses e *Ngola Hari*. Todavia, como podemos observar no gráfico, existem eventos sem referência, lacunas que nem a bibliografia conseguiu responder.

### 3.2. A Adjetivação

Passaremos agora para a última análise deste trabalho, a adjetivação pessoal que cada autor atribui à rainha. Como podemos observar no gráfico 9, dos três autores em estudo, é António de Oliveira de Cadornega quem recorre mais vezes à adjetivação quando se refere à rainha Nzinga, durante os seus relatos. A fraca quantidade de adjetivos presentes nos dados recolhidos sobre Fernão de Sousa, poder-se-á dever ao facto de ser o autor com menos documentação referente a Nzinga, uma vez que o seu período em Angola foi mais curto do que os restantes. Quanto ao padre capuchinho João Montecúccolo Cavazzi, é de realçar que, mesmo sendo a fonte com mais informação recolhida, não consegue superar a quantidade de adjetivos de Cadornega. Novamente, o

<sup>40</sup> HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola...* p. 144.

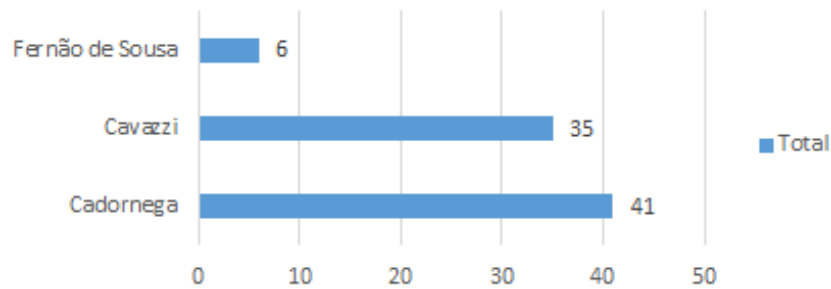
<sup>41</sup> HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola...* p. 145.

<sup>42</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* pp. 72-73.

<sup>43</sup> HEINTZE, Beatrix – *Memórias, relações e outros manuscritos...* p. 200.

militar português leva-nos a questionar as suas verdadeiras intenções. O elevado uso de adjetivos poderá explicar a sua admiração pela Rainha Nzinga, não se contendo na atribuição de características que lhe faz, como também poderá servir para lhe dar mais ênfase enquanto inimiga dos portugueses.

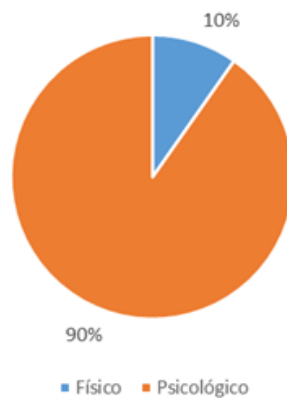
**Gráfico 9** – Total de adjetivos utilizados por autor



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

Os adjetivos analisados foram divididos em categorias que permitissem, não só facilitar a sua análise, mas também tentar conhecer a opinião destes autores quanto à personagem central deste estudo. Assim sendo, como vemos nos gráficos seguintes, a atenção geral dos autores centra-se nas características psicológicas da rainha e não nas suas características físicas.

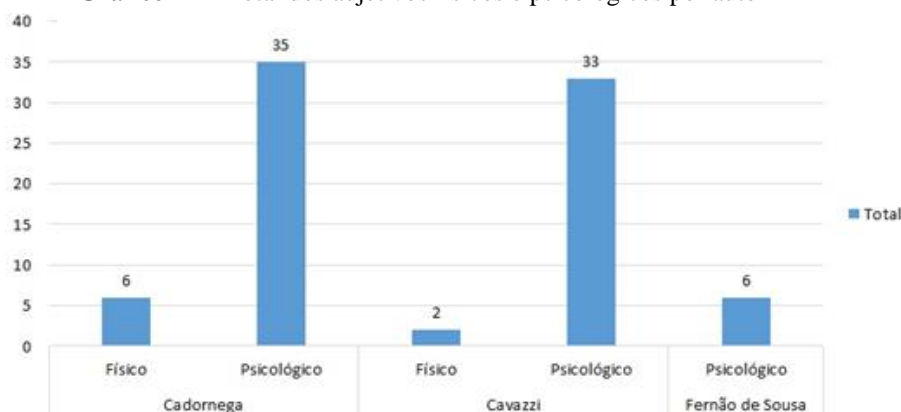
**Gráfico 10** – Percentagem geral dos adjetivos físicos e psicológicos



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*



**Gráfico 11** – Total dos adjetivos físicos e psicológicos por autor



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

Não obstante, não podemos ignorar a importância dos poucos adjetivos físicos que são atribuídos a Nzinga. Começando por Cavazzi, este utiliza somente duas características físicas e a primeira ocorre quando, em 1621, a rainha se encontra em Luanda, no seu papel de Embaixatriz ou *Ngambele*<sup>44</sup>. Na primeira audiência com o governador de Angola da altura, João Correia de Sousa, o padre capuchinho apresenta-nos a seguinte descrição de Nzinga:

"A primeira vez que foi levada à audiência, apareceu carregada de gemas preciosas, bizarramente enfeitada de penas de várias cores, majestosa no porte e rodeada por grande grupo de donzelas, de escravas e de oficiais da sua corte"<sup>45</sup>.

O adjetivo “majestosa”, além de fornecer uma descrição física de Nzinga, nesta situação específica também apresenta a força política que o autor pretende transmitir. Não há dúvida de que a ida a Luanda foi muito oportuna para a rainha, uma vez que, perante o seu desejo de tomar o trono do Ndongo que se encontrava na posse do seu irmão, Ngola Mbandi, esta foi a altura ideal para demonstrar as suas capacidades aos portugueses. A audiência começou com uma afirmação claramente política, quando Nzinga se recusa a sentar no chão, uma posição de inferioridade perante o governador, e ordena que uma das suas escravas lhe sirva de assento<sup>46</sup>. No fim do evento, Nzinga havia alcançado o seu objetivo, uma vez que todos os presentes se encontravam admirados pela sua postura. O segundo adjetivo, “extravagante”, é utilizado por Cavazzi quando, nos anos finais da vida da rainha Nzinga, esta começa a utilizar os trajes europeus ao ponto de trocar várias vezes as suas vestes durante o dia e quando, em várias ocasiões, saía da corte “vestida à maneira

<sup>44</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 66.

<sup>45</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 67.

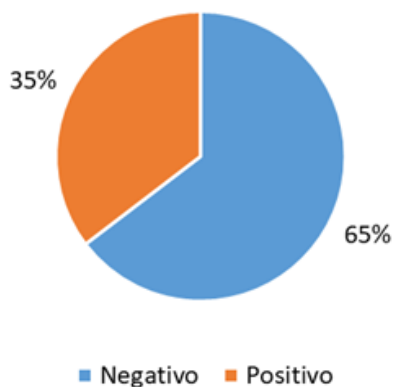
<sup>46</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 68.

etíope” e regressando “à maneira portuguesa”<sup>47</sup>. Assim, o padre capuchinho tinha conseguido impor a realidade que conhecia e transformar a rainha Nzinga, tornando-a semelhante às mulheres europeias e fazendo-a adquirir os costumes que conhecia e aceitava.

Quanto a Cadornega, sendo este um oficial e um militar, não é de admirar que as características físicas atribuídas a Nzinga acontecessem num contexto bélico. De todos os adjetivos utilizados, é “varonil” que se repete mais vezes, sobretudo quando este autor compara a rainha a grandes figuras da mitologia e da História, “parecia immortal, de que podéra fazer grande escritura, a qual se podia comparar ou ainda preferir a Semiramis, a Pantasileja, a Cleopatra, e a outras Raynhas de que as histórias nos dão noticia, governando a seus Vassallos a nossa opposição com valor e animo varonil”<sup>48</sup>

Esta não será a primeira vez que o autor apresenta ao leitor esta comparação e quando Nzinga falece, em 1663, é novamente associada a estas mulheres. Aliás, Cadornega assume que a rainha as ultrapassou a todas<sup>49</sup>. Como vimos, este é um autor que entendemos ter uma escrita ambígua, não facilitando uma leitura exata das suas intenções. Contudo, não podemos negar que esta comparação é, sem dúvida alguma, um elogio às atitudes de Nzinga ao longo da sua vida, sendo um claro exemplo da provável admiração que o autor detinha por esta figura.

**Gráfico 12** – Percentagem geral do valor dos adjetivos



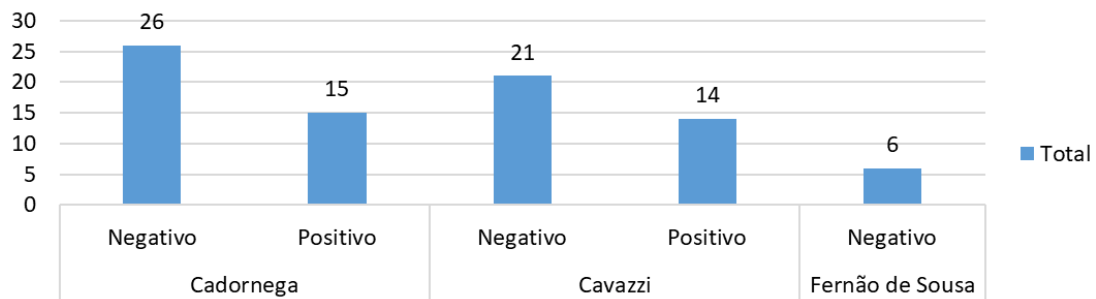
**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

<sup>47</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 137.

<sup>48</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas...* p. 55.

<sup>49</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas...* p. 220.

**Gráfico 13** – Total do valor dos adjetivos por autor



**Fontes:** Cadornega, *História*; Montecúccolo, *Descrição*; Heintze, *Memórias*

Passando agora para a segunda análise, os adjetivos atribuídos a Nzinga foram separados em positivos e negativos, seguindo a visão de um historiador do século XXI que tem acesso a bibliografia recente e que consegue analisar, através numa posição atual, o que entende por negativo e positivo. Claro está que, não se conseguindo compreender a conotação que estes adjetivos teriam na cultura ocidental e na cultura africana do século XVII, a solução debruça-se numa análise filtrada pela visão dos nossos dias. Como podemos observar, a maioria apresenta uma conotação negativa (65%). É de realçar que todos os adjetivos utilizados por Fernão de Sousa foram negativos, destacando-se “tirana” e “inimiga”. Face à morte de Ngola Mbandi e ao assassinato do seu filho, é Nzinga quem assume o trono do Ndongo, mas o governador português considera que “Gingua não herava Rainha, ne o podia ser sendo mulher, e estava tiranicamente yntruza no Reyno”<sup>50</sup>. De facto, apesar de Nzinga lutar toda uma vida pelo trono a que dizia ter direito, de acordo com a bibliografia analisada, acreditamos que esta não tinha legitimidade para tal. Joseph C. Miller refere que os *Mbundu*, o povo onde Nzinga estava integrada, apesar de ser matrilinear, a autoridade encontrava-se entregue aos homens<sup>51</sup> e as várias posições titulares possuíam uma relação de parentesco no sentido pai e filho, tio e sobrinho, etc.<sup>52</sup> John K. Thornton partilha da mesma opinião e apresenta-nos uma perspetiva interessante sobre a questão levantada por Fernão de Sousa quanto ao facto de Nzinga não poder exercer a autoridade, devido ao facto de ser mulher. Segundo o autor, a rainha terá compreendido que este aspeto enfraquecia a sua legitimidade e vendo que a falta de herdeiros masculinos continuava a não ser suficiente para a legitimar, Nzinga adota outra

<sup>50</sup> HEINTZE, Beatrix – *Memórias, relações e outros manuscritos...* p. 254.

<sup>51</sup> MILLER, Joseph C. – *Poder Político e Parentesco...* p. 42.

<sup>52</sup> MILLER, Joseph C. – *Poder Político e Parentesco...* p. 45.

estratégia e casa-se com homens seus dependentes, que governariam como reis, enquanto, na verdade, era a rainha quem exercia o poder<sup>53</sup>. Além disso, começou a participar em atos mais viris, os mesmos atos que estarão na base da admiração e dos elogios tecidos pelo militar português, descrevendo-a como “hum valente Generalíssimo”<sup>54</sup>.

Ainda assim, autores como Adriano Parreira defendem que o estatuto social de Nzinga lhe permitia alcançar a mais elevada posição política *Mbundu*, ou seja, a posição de *Ngola*<sup>55</sup>. Contudo, nem o próprio irmão de Nzinga, Ngola Mbandi, que tinha governado o Ndongo após o falecimento do seu pai, era legítimo ao trono, dado que este lugar estava reservado a um outro irmão que Ngola Mbandi terá assassinado, na mesma altura que assassinou o filho de Nzinga<sup>56</sup>. Ao contrário da ideia inicial de que Nzinga tinha sido injustiçada, compreendemos agora que Fernão de Sousa tinha razão, demonstrando algum conhecimento acerca do sistema político do Ndongo e que a rainha estava, de facto “intrusa” naquele reino.

Quanto a Cadornega e a Cavazzi, apesar de os adjetivos negativos continuarem a ser a maioria, o número de positivos apresenta-se elevado. Claro está que, quando nos referimos ao primeiro autor, os principais adjetivos utilizados vão representar a sua ambiguidade e, deste modo, características como “astuciosa” e “belicosa” surgem em pé de igualdade com “valerosa” e “varonil”. Por sua vez, com o segundo, os adjetivos mais utilizados, como “feroz” e “manipuladora”, apresentam uma conotação negativa da rainha, à exceção de “inteligente” e de “independente”. Sem dúvida que estas duas características captam a atenção de quem lê a obra de Cavazzi. A inteligência da rainha Nzinga, segundo os seus relatos, era notória na sua infância, valendo-lhe a atenção prioritária do pai face aos restantes irmãos<sup>57</sup>. Esta característica é novamente mencionada no seu encontro com o governador de Angola, em 1621. A valorização da sua independência também se revela cedo, logo em 1626, quando lhe é proposta uma aliança em troca do pagamento de um tributo anual, uma ofensa aos olhos de uma soberana como Nzinga se considerava ser.

"Alterou-se extremamente a feroz rainha com estas propostas, julgando que era grave afronta pretender homenagem duma soberana independente e absoluta. Respondeu, por conseguinte, que

---

<sup>53</sup> THORNTON, John K. – “Legitimacy and Political Power...” p. 38.

<sup>54</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas...* p. 405.

<sup>55</sup> PARREIRA, Adriano – *Economia e Sociedade em Angola...* p. 180.

<sup>56</sup> DELGADO, Ralph – *História de Angola*. Luanda: Banco de Angola, 1971. p. 51.

<sup>57</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 65.

tais pretensões deviam ser feitas a um vencido desanimado e não a quem tinha por si todos os direitos e a coragem para sustenta-los.”<sup>58</sup>

Por outro lado, até que ponto podemos considerar que um adjetivo conotado como negativo, assim o é, na prática? Pegando no exemplo deste último autor, o adjetivo que mais se repete é “feroz” e, analisando a transcrição anterior, podemos classificar esta palavra como característica de uma personalidade forte que, nesta situação, reconhecia o seu poder enquanto soberana e não se deixaria diminuir perante as exigências de outrem. Casos semelhantes são encontrados na análise feita aos outros autores, como a atribuição de “poderosa” que Fernão de Sousa faz à rainha, quando esta começa a aumentar o seu poder com escravos fugidos dos portugueses<sup>59</sup> ou “belicosa” na obra de Cadornega. A palavra poderosa não tem, objetivamente, um peso negativo, mas ganha-o quando, aos olhos do governador, Nzinga não só perturbava o comércio de escravos ao retirá-los aos portugueses, como também os enfraquecia militarmente. Belicosa segue a mesma linha de pensamento, porque, apesar de Cadornega querer transmitir que Nzinga era perigosa, em contexto militar, ao ponto de criar um medo generalizado (“muito medo que tinha desta bellicoza Rainha, e de seus Jagas”<sup>60</sup>), o adjetivo revela-nos que a rainha estava bem preparada para qualquer conflito, não fosse também uma guerreira e líder no campo de batalha. Esta faceta guerreira de Nzinga é notória em vários relatos de Cadornega, como o confronto de 1646 junto ao rio Dande, onde a rainha de Matamba, depois de uma noite a atormentar as tropas portuguesas, surge num alto “de baixo de grande Chapeo de Sol (...) vestida a modo de guerra com divizas e aparato”<sup>61</sup>, comandando e liderando os ataques dos seus fiéis seguidores. Sem dúvida que a força das tropas de Nzinga intimidava qualquer oponente e mesmo sendo esta apontada como uma característica negativa, não deixa de realçar a mulher guerreira que foi. Todavia, continuamos às cegas quanto às verdadeiras intenções do autor: estaria Cadornega, com estes relatos, a demonstrar a sua admiração pelas capacidades bélicas de Nzinga ou estaria apenas a criar uma inimiga feroz para realçar a grandiosidade portuguesa, após cada vitória?

## Conclusões Finais

Ao longo deste trabalho esperamos ter conseguido evidenciar as diferenças e semelhanças entre as obras em análise, bem como entre os seus respetivos autores,

---

<sup>58</sup> MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica...* p. 77.

<sup>59</sup> HEINTZE, Beatrix – *Memórias, relações e outros manuscritos...* p. 202.

<sup>60</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas...* p. 237.

<sup>61</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas...* p. 405.

colocando sob um microscópio três perspetivas sobre a mesma figura. Aos olhos do padre capuchinho Giovanni António Cavazzi de Montecúcolo, a rainha Nzinga foi um caso de sucesso, tendo-se convertido à fé católica, definitivamente, abandonando as suas velhas crenças (consideradas) demoníacas. Ainda assim, os relatos de Cavazzi apresentam a maior percentagem de divergência, um dado que não favorece a credibilidade da sua obra e que se poderá justificar pela sua chegada tardia ao continente africano e pelo modo como adquiriu a informação. Não obstante, é o autor que mais dados biográficos nos consegue fornecer sobre Nzinga, relatando todo o seu percurso de vida de forma detalhada, desde o seu nascimento até ao dia em que faleceu.

António de Oliveira de Cadornega apresenta-se, segundo a nossa análise, com a escrita mais ambígua e de difícil leitura, no sentido de tentarmos decifrar os sentimentos por trás de cada relato. Deste modo, encontramos um autor que nos fornece algumas hipóteses para a sua indecisão: tanto poderá ter uma grande admiração por Nzinga e tenta escondê-la para agradar à Coroa, como pode ter escolhido integrar a rainha nos seus relatos para enaltecer as tropas portuguesas que combatiam uma feroz inimiga, enquanto a mesma servia como justificação das suas falhas e derrotas. Assim, a sua obra revelou-se um verdadeiro desafio e, embora seja difícil de penetrar nos pensamentos deste autor, existe um claro deslumbre pela rainha Nzinga, sobretudo pelas suas características de líder e de guerreira.

Por sua vez, Fernão de Sousa revela, ao longo de toda a sua documentação, a principal preocupação de manter o comércio de escravos ativo e lucrativo, uma situação que Nzinga perturbava, quer fosse através do recrutamento de prisioneiros dos portugueses ou através do encerramento dos caminhos para as feiras. Desde cedo que a rainha é apresentada como um entrave nos planos do governador de Angola, desencadeando um período de conflitos e desentendimentos, agravados com a ilegitimidade de Nzinga ao trono do Ndongo e a nomeação de um novo rei que não causasse problemas a Fernão de Sousa. De todos os autores, é quem revela mais neutralidade nos seus relatos, tornando-se o mais credível de todos e quem, de toda a adjetivação analisada, apenas evidencia uma descrição negativa de Nzinga.

Finalmente, este estudo permitiu contrariar algumas das nossas perceções iniciais. Ao analisarmos os eventos descritos pelos autores, observamos que os episódios neutros e positivos correspondem à maior percentagem, uma conclusão oposta ao que esperávamos encontrar. Contudo, apesar de os eventos de valor negativo apresentarem uma menor porção, não podemos esquecer que, no que diz respeito à adjetivação atribuída

a Nzinga, a grande fatia revela-se negativa. Podemos concluir que, de forma geral, existia uma visão mais depreciativa da rainha Nzinga, embora seja possível encontrar relatos positivos em que são tecidos elogios à mesma.

### Fontes

CADORNEGA, António de Oliveira de – *História Geral das Guerras Angolanas: 1680*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3 vol.

HEINTZE, Beatrix – *Memórias, relações e outros manuscritos da colectânea documental de Fernão de Sousa (1622-1635)*. Stuttgart: Franz Steiner, 1985. 419 p. ISBN 3-515-04260-1

MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de – *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. (Agrupamento de estudos de cartografia antiga)

### Bibliografia

DELGADO, Ralph – *História de Angola*. Luanda: Banco de Angola, 1971.

FRANCO, Roberta Guimarães – “Conquista e resistência na “História Geral das Guerras Angolanas”, de António de Oliveira de Cadornega”. XIV Jornadas Interescuelas: Atas. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013

HEINTZE, Beatrix – *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007. (Ciências humanas e sociais)

HEYWOOD, Linda M. – *Nzinga de Angola: A Rainha Guerreira de África*. 1ª ed. Alfragide: Casa das Letras, 2018. Tradução de: Luís Santos. ISBN: 978-989-741-895-2

LEVI, Joseph Abraham – “Padre Giovanni Antonio Cavazzi, (1621-1678), nos reinos do “Congo, Matamba et Angola.” Primeiros Contactos Europeus com a África”. Estudos Portugueses e Africanos. Campinas, 1999. p. 29-47

MILLER, Joseph C. – *Poder Político e Parentesco: os Antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

PARREIRA, Adriano – *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga (século XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. ISBN: 972-33-0759-6

REDINHA, José – *Etnias e culturas de Angola*. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2009.



THORNTON, John K. – “Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624–1663”. *The Journal of African History*, Vol. 32, Nº1 (1991) p. 25-40.

THORNTON, John K. – *A History of West Central Africa to 1850: New approaches to African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

WEBER, Priscila Maria – “A rainha Ginga descrita, adjetivada e metaforizada: uma análise textual da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega (século XVII)”. *Cadernos do CEOM*. Vol. 33, Nº 53 (2020) p. 10-22.

Página em branco

**III**  
**É p o c a   C o n t e m p o r â n e a**

## Marcas e denominações de origem de vinhos no início da República

Jacinta Rocha  
jacintam.rocha19@gmail.com

### Resumo

Se hoje parece comum o registo de marcas, como uma forma de proteção legal no meio comercial, tal nem sempre foi um dado adquirido. Para se compreender esta questão deve-se ter em conta que o direito das marcas comerciais se efetiva na legislação de modo a contrariar a crescente concorrência desleal existente. Esta prática implicava a venda de produtos imitados ou adulterados como autênticos, aumentando a desconfiança do consumidor, que se julgava induzido em erro.

O século XIX foi um momento de transformações profundas neste campo, o que vir-se-ia a refletir nos séculos seguintes. Assim, neste artigo, a cronologia foca-se no período imediatamente após a implantação da República portuguesa, um momento onde apesar de já estar em prática o registo de marcas, existia uma nova crise no setor vitivinícola. De modo a ter-se uma perspetiva mais detalhada deste assunto serão analisados os pedidos de registo de marcas, para se compreender qual o peso dos vinhos nas marcas registadas, estudados relativamente às empresas, geografia, detentores de marcas de vinho e imagens. Em relação à República é investigada a sua influência na questão vitivinícola, quanto às políticas promotoras do combate desta crise e nas referências republicanas presentes nas marcas de vinhos<sup>1</sup>.

**Palavras-chave:** Primeira República; Propriedade industrial; Registos; Marcas de vinhos; Rótulos.

### Abstract

If today it seems common to register trademarks as a form of legal protection in the commercial environment, this has not always been taken for granted. In order to understand this issue, it must be taken into account that trademark law is effective in legislation as a means to counter the existing growing unfair competition. This practice implied the sale of imitated or adulterated products as authentic, increasing consumer distrust, who believed himself to be misled.

The 19th century was a time of profound transformations in this field, which would be reflected in the following centuries. Thus, in this article, the chronology focuses on the period immediately after the establishment of the Portuguese Republic, a time when, despite the fact that trademark registration was already in practice, there was a new crisis in the wine sector. In order to have a more detailed perspective on this subject, applications for trademark registration will be analyzed, to understand the weight of wines in registered trademarks, studied in relation to companies, geography, holders of wine brands and images. In relation to the Republic, its influence on the wine sector is investigated, regarding the policies that promote the fight against this crisis and the republican references present in the wine brands.

**Keywords:** First Republic, industrial property, registration, wine brands, labels.

---

<sup>1</sup> Colabora no projeto «Made in Portugal: marcas e denominações de origem, entre o local e o global» do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

## Introdução

A questão em torno das marcas comerciais tem especial consideração a partir do século XIX, quando a sua aplicação deixa de ser uma prática realizada apenas em alguns setores comerciais, adquirindo enquadramento legal. Deste modo, começa a estar consignada na legislação de vários países a possibilidade de, através de um sinal se reconhecer a legitimidade de um determinado produto, independentemente do local onde seja adquirido.

Em Portugal, esta prática também será aprovada e passará a ser recorrente, pelo que no presente artigo serão investigadas as origens da implementação da proteção da propriedade industrial e a sua aplicação no setor vitivinícola. Face ao período de transformação política e de particular renovação durante a Primeira República, há que se atentar nas palavras de Oliveira Marques referindo que a “proclamação da República ocorreu num período de crise para a viticultura nacional”<sup>2</sup>, por isso deve-se dar atenção às consequências que tal poderia trazer também para o registo de marcas.

Pelo disposto, este trabalho irá incidir a sua cronologia nos meses posteriores à sua implantação. Assim, serão examinados os pedidos de registo de marcas apresentados entre 01.11.1910 e o final de 1911, através de pesquisa documental no *Diário do Governo*, uma publicação periódica que, entre outras funções, divulgava publicamente os registos de marcas solicitados através da rubrica “Repartição da Propriedade Industrial”. Pela existência de várias categorias de produtos registados, que compreendiam bens de setores variados, como os lacticínios, metalurgia ou a saúde e cosmética, será essencial a análise do peso dos vinhos nas marcas registadas. Considerando-se o peso significativo dos vinhos do Douro/Porto para cronologias mais recuadas, será tido em conta se esse peso é conservado ou altera-se, pela influência das políticas republicanas na questão vitivinícola.

Na investigação será indagada a forma como a legislação reguladora do registo de marcas potenciou o combate das práticas generalizadas de imitação/adulteração de vinhos, que eram repetidas pela falta de legislação que enquadrasse devidamente e punisse esta conduta. Nesse sentido, será procurada a legislação criada, bem como o contexto em que esta surgiu ao nível internacional e nacional. Seguidamente, é necessário explorar as fontes, de modo a encontrar, como já vimos, os pedidos de registo de marcas

---

<sup>2</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira; ROLLO, Fernanda – “Agricultura, Pecuária e Pescas”. In MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Portugal. Da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 104.

de vinho fornecedores de dados referentes às empresas, geografia, detentores de marcas de vinho e imagens apresentadas.

Para além disso, será que o combate à crise no setor vitivinícola se espelhou nas políticas republicanas? Esta questão pode ser analisada na vertente política, isto é, pela análise das políticas aplicadas para contrariar essa crise que vinha a agastar o setor. Num contexto diferente, na análise em si das marcas de vinhos deve ser orientada a atenção para a existência de referências republicanas nas imagens das marcas de vinhos. Durante o período em que vigorou a monarquia foram usados como formas de distinção, elementos como figuras históricas da realeza, pelo que se a situação se inverteu poderão ser incluídas figuras admiradas pelos republicanos, algo que não inviabiliza a permanência de figuras monárquicas, que por algum motivo eram dignas de homenagem.

No que se refere às fontes, para além dos dados retirados do *Diário do Governo*, foram também alvo de consulta a legislação de época e retiradas outras informações complementares na bibliografia existente. Relativamente à legislação, esta é composta por diplomas como a Carta de lei de 4 de junho 1883, o Decreto-lei nº 6 de 15 de dezembro 1894, o Regulamento para a execução do decreto n.º 6, de 15 de dezembro de 1894, de 28 de março 1895, a Carta de lei de 21 de maio 1896, o Decreto-lei de 1 de março de 1901, o Decreto de 10 de maio de 1907 e o Regulamento de 27 de novembro de 1908. Nestes documentos são facultadas informações que tornavam clara a forma como se poderia proceder ao pedido de registo de marcas. Do conjunto das leis, o Decreto de 10 de maio de 1907 e o Regulamento de 27 de novembro de 1908 proporcionam ainda esclarecimentos quanto à forma como seria regulado o comércio de vinho do Porto e a proteção das denominações de origem.

Já o Estado da Arte engloba livros e artigos publicados entre 1935 e 2020, onde se procura analisar o contexto vinícola português em geral, ou em concreto o caso dos vinhos do Porto e do Douro, mas também o registo de marcas em Portugal. É de destacar de entre as várias obras consultadas o artigo de Paul Duguid, John Mercer e Teresa da Silva Lopes assim como o artigo de Teresa da Silva Lopes, Andrea Llunch e Gaspar Martins Pereira, que permitem estabelecer um contexto internacional sobre o registo de marcas de vinhos nos finais do século XIX e inícios do século XX; o tomo *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*, sobretudo nos capítulos 2 e 3 mostra a estruturação ao nível institucional e comercial do setor do vinho do Porto, enquanto o livro de Pedro Lains permitiu traçar um quadro da economia portuguesa no século XIX e início do século XX quanto ao setor vitivinícola. O livro de Conceição Andrade Martins

mostra um quadro geral do Vinho do Porto e os livros de Carla Sequeira estabelecem as características e mutações ocorridas no Douro vinhateiro. Por último, mas talvez aquele cuja leitura se revelou mais essencial para este trabalho, o artigo de Gaspar Martins Pereira e Marlene Cruz traça um quadro do registo de marcas nos finais do século XIX, também com recurso aos pedidos de registo de marcas do *Diário do Governo* cuja realização foi posta em prática entre 1883 e 1900.

Assim, através da análise do conteúdo anteriormente referido, nomeadamente por meio de uma abordagem estatística e cruzamento de fontes (*Diário do Governo*/legislação), conjugada com a abordagem da bibliografia, é possível apresentar algumas considerações referentes ao registo de marcas de vinho em Portugal nos 14 meses posteriores à implantação da República.

## **1. A legislação de registo de marcas em Portugal**

As mudanças ocorridas ao nível da economia e negócios levaram a uma evolução comercial, entre os finais do século XIX e inícios do século XX, que foi conseguida em determinadas áreas, mas não foi alcançada pelo setor vitivinícola. No contexto português, tal seria preocupante porque o vinho figurava como um dos produtos mais relevantes, contribuindo para as receitas nacionais ao ser o produto mais exportado até 1926<sup>3</sup>.

Em Portugal, tal pode-se explicar pela influência de vários fatores dos quais se destacam as doenças que atingem os vinhos (oídio (1852) e a filoxera (1863)), o fecho do mercado francês, mas também as imitações e adulterações crescentes, que, embora não fossem uma prática exclusiva no caso dos vinhos, afetavam sobretudo este setor.

Os produtores viam-se assim prejudicados pela eclosão e expansão de fraudes e, por outro lado, também o consumidor era lesado, já que comprava um produto de menor qualidade pensando tratar-se do original. Tal leva a reivindicações por parte dos produtores e a que sejam solicitadas medidas que combatessem sobretudo a crise existente na região do Douro, o que desencadeou a contestação e a falta de harmonia dentro do território nacional. Surgem conflitos entre as diversas regiões, nomeadamente o Norte que criticava o Sul pelo seu vinho permitir a concretização de falsificações no território nacional. Contudo, estas não eram obra exclusiva realizada no território português, já que no exterior também se falsificavam os vinhos portugueses, não sendo, pois, de admirar que

---

<sup>3</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. II – Das Revoluções Liberais aos nossos dias. 3ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1976, p. 197.



no mercado inglês surgissem vinhos como “Spanish Port”, ou seja, um vinho fabricado em Espanha que se pretendia mostrar análogo ao vinho do Porto<sup>4</sup>.

Apesar das várias medidas para ultrapassar a crise com procedimentos de carácter ora livre-cambista ora protecionista, não houve um retrocesso nas fraudes. Assim, era preciso criar um mecanismo que certificasse a genuinidade e origem dos produtos, para que estes pudessem ser diferenciados entre si, independentemente do local onde fossem adquiridos. Embora existissem leis que regulavam certos aspetos do comércio, até ao momento não tinha sido concretizada uma lei que tivesse como finalidade principal regular o uso das marcas. No contexto português o caso era alarmante, pela inexistência de meios legais que combatessem esta situação, mas não era algo exclusivo deste território, já que também noutros países só no século XIX é que são concretizadas leis nesse sentido, quando as marcas surgem num contexto de defesa da propriedade. Em países como a França, a Inglaterra ou os Estados Unidos da América são instituídos sistemas nacionais de registo de marcas neste século<sup>5</sup>.

A concretização de convenções internacionais que procuravam meios para ultrapassar a falta de um sistema de registo de marcas vai ser frequente, pelo que a primeira a mencionar é a Convenção internacional para a proteção da Propriedade Industrial realizada em Paris a 20 de março de 1883, que contou com a assinatura nesse ano e no seguinte de um total de 12 países<sup>6</sup>. No seguimento desta convenção, em Portugal após a discussão na Câmara dos Pares do Reino (07.04.1883) é aprovada a Carta de lei

---

<sup>4</sup> LOPES, Teresa da Silva; LLUNCH, Andrea; PEREIRA, Gaspar Martins – “The Changing and Flexible Nature of Imitation and Adulteration: The Case of the Global Wine Industry, 1850-1914”. *Business History Review* [Em linha]. Vol. 94, nº 2 (2020), p. 351. [Consult. 27 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/business-history-review/article/changing-and-flexible-nature-of-imitation-and-adulteration-the-case-of-the-global-wine-industry-18501914/35A94870B7EDBC4363E75CC93105C639#>>>.

<sup>5</sup> A França instituiu o seu sistema nacional de registo de marcas precocemente, face aos outros países, uma vez que este é concretizado em 1803. Já os Estados Unidos da América concretizam-no em 1870 (DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva – “Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States”. In DUGUID, Paul; LOPES, Teresa da Silva (ed.) – *Trademarks, Brands, and Competitiveness*. Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 10). No caso inglês, é estabelecido um sistema de registo de marcas em 1875, pela sua consagração no Trade Marks Act (BENTLY, Lionel – “The making of modern trade mark law: the construction of the legal concept of trade mark (1860-1888)”. In BENTLY, Lionel; DAVIS, Jennifer; GINSBURG, Jane C. (ed.) – *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 10-18).

<sup>6</sup> Os países signatários desta convenção foram: Bélgica, Brasil, Espanha, França, Grã-Bretanha, Guatemala, Itália, Holanda, Portugal, Salvador, Sérvia e Suíça. (HIGGINS, David M. – “The making of modern trade mark law: the UK, 1860-1914. A business history perspective”. In BENTLY, Lionel; DAVIS, Jennifer; GINSBURG, Jane C. (ed.) – *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 55).

de 4 de junho de 1883, a designada “Lei das Marcas”, que entra em vigor a 23 de outubro, passando os produtores ou negociantes a poderem registar as suas marcas.

Posteriormente, são realizadas outras Convenções como a de Roma (1886) e a de Madrid (1891), ratificada a 11 de outubro de 1893, em que se procura conter as imitações e adulterações<sup>7</sup>. Inclusivamente, como refere o professor de Direito da Propriedade Intelectual Dev Gangjee<sup>8</sup>, na Convenção de Madrid o delegado português alertava para o facto de os produtos agrícolas não deverem ter designações de outras regiões, para não se tornarem produtos genéricos. No caso concreto dos vinhos seria imprudente dar uma designação genérica, pois vinhos com origens específicas como o Vinho do Porto, poderiam ver a sua produção ser realizada em zonas aleatórias sem as características específicas do Douro, afetando ainda mais a sua reputação, já maculada pelas fraudes. Assim, esta ideia viria a ser plasmada na lei portuguesa, ao ser transposta para o Decreto-lei nº 6 de 15 de dezembro de 1894 e no seu respetivo regulamento a 28 de março de 1895.

Todavia estas leis nem sempre estavam completamente acabadas, sendo necessários, como já vimos, ajustes de forma a introduzir novos conceitos que prevenissem as imitações de uma marca registada, pelo que a lei portuguesa teve ligeiras alterações que conduziram à nova legislação reguladora do uso de marcas. São posteriormente publicadas a Carta de lei de 21 de maio de 1896 e o Decreto-lei de 1 de março de 1901, que ajustam a forma como se procederia à realização do registo de marcas. É de dar especial valor a este último decreto, concretizado segundo o disposto no art.º 236.º da Carta de Lei de 21 de maio de 1896, e que apresenta na tabela II uma organização mais sistematizada do que os anteriores para as categorias, que passaram a ser 9<sup>9</sup>, desdobradas em 80 classes, permitindo assim perceber a que se destinavam as várias marcas presentes no *Diário do Governo*, uma vez que esta fonte nem sempre enuncia o que contemplavam.

---

<sup>7</sup> Porém, neste caso, há uma diminuição do número de países signatários face à Convenção de Paris (8 países): Brasil, Espanha, França, Guatemala, Grã-Bretanha, Portugal, Suíça e Tunísia. (LOPES, Teresa da Silva; LLUNCH, Andrea; PEREIRA, Gaspar Martins – “The Changing and Flexible Nature of Imitation and Adulteration: The Case of the Global Wine Industry, 1850-1914”, p. 359).

<sup>8</sup> GANGJEE, Dev. – “(Re)Locating Geographical Indications: a response to Bronwyn Parry”. In BENTLY, Lionel; DAVIS, Jennifer; GINSBURG, Jane C. (ed.) – *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 386.

<sup>9</sup> As categorias são: Produtos agrícolas – Matérias em bruto; Matérias parcialmente preparadas; Ferramentas, máquinas, transportes; Construção; Mobiliário e artigos domésticos; Fios, tecidos, tapeçarias e vestuário; Artigos de fantasia; Alimentação e Ensino, ciências, belas-artes, diversos.

Não só a legislação, como as estratégias aplicadas vão variando conforme o contexto, sendo, por vezes, influenciadas pelas circunstâncias políticas.

Relativamente aos vinhos portugueses, e em particular aos vinhos generosos do Douro, vale a pena destacar a precocidade de medidas de regulação e controlo da qualidade para evitar falsificações e proteger a origem do produto. No tempo do Marquês de Pombal, este procura aplicar aos vinhos da região duriense medidas de carácter mais protecionista, nomeadamente ao instituir a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Alvará de 10 setembro 1756).

Ao tempo das lutas liberais, vive-se de novo um contexto de crise, pelo que em 1834 extingue-se o poder regulador da Companhia, mas face a novos problemas, como fraudes e falsificações, ser-lhe-á reatribuído por 20 anos em 1838. Com o fontismo, a Companhia perderá definitivamente esse poder, em 1852, abrindo-se caminho para a total liberdade de produção e de comércio, instituída em 1865.

Já na fase final da monarquia surgem conflitos entre interesses opostos: dos produtores contra os comerciantes, dos viticultores do Douro desfavoráveis às regiões centro e sul do país e entre os defensores das ideias protecionistas em oposição aos ideais livre-cambistas<sup>10</sup>. A oposição entre comerciantes e viticultores não esmorece e vai manter-se recorrente, para além de que se associam ainda os problemas com as doenças que afetavam as vinhas.

Com João Franco, volta-se a ter um regime de carácter protecionista de inspiração pombalina na região demarcada do Douro<sup>11</sup>, que se encontrava, em parte<sup>12</sup>, destruída pela doença da filoxera e a atravessar uma crise comercial, enquanto há uma estagnação do comércio vinícola nacional. Para além disso, surge também uma crise social e conflitos entre regiões, uma vez que os viticultores do Sul e os comerciantes do Porto eram acusados de imitarem o famoso vinho do Porto. Apesar de alguns esforços desenvolvidos pelo governo ou outras entidades decisoras, os produtores nortenhos exigiam um maior cuidado com o seu vinho, nomeadamente através de medidas que efetivassem a proteção das denominações de origem, para não se tornarem genéricas a todo o país. Nos finais da

---

<sup>10</sup> SEQUEIRA, Carla – *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional* [Em linha]. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» /Edições Afrontamento, 2011, p. 9-10. [Consult. 4 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.researchgate.net/publication/233381570\\_O\\_Alto\\_Douro\\_entre\\_o\\_livre-cambismo\\_e\\_o\\_proteccionismo\\_a\\_questao\\_duriense\\_na\\_economia\\_nacional](https://www.researchgate.net/publication/233381570_O_Alto_Douro_entre_o_livre-cambismo_e_o_proteccionismo_a_questao_duriense_na_economia_nacional)>.

<sup>11</sup> Pelo Decreto de 10 de maio de 1907 são demarcadas 4 regiões que eram denominações de origem de vinhos: Madeira, Carcavelos, Moscatel de Setúbal e o vinho do Porto.

<sup>12</sup> Seria incorreto afirmar uma destruição total, pela simultânea progressão da vinha para o Douro Superior.

monarquia vemos já deputados republicanos<sup>13</sup> próximos da questão duriense, apelando que este problema deveria ser solucionado o quanto antes.

Embora sejam feitas demarcações, a situação agrava-se e os últimos anos da monarquia são marcados por tumultos no Douro. A ideologia republicana colhia simpatia na região duriense, onde as medidas imediatas para promover a acalmia passam pela nomeação de uma nova Comissão de Viticultura da Região Duriense (11 janeiro de 1911), que é nomeada a 16 de janeiro. Esta pautou-se pela procura da realização de estudos para reverter a situação, como a instituição de um certificado para a entrada de vinhos na região concedido por esta Comissão, a regulamentação de outros componentes que eram introduzidos no vinho (como a aguardente, a sacarose ou a baga de sabugueiro), ou ainda uma fiscalização mais alargada também para Vila Nova de Gaia, entre outras medidas. Apesar dos esforços empreendidos, a entrada de vinhos de outras regiões em Vila Nova de Gaia manteve-se como uma preocupação nos anos seguintes, acrescendo também a falta de fiscalização que se opusesse à concorrência do Sul.

## **2. Marcas e denominações: os vinhos no início da República**

Traçado assim um breve contexto do que foram as alterações ao nível legislativo e político aplicadas ao direito das marcas comerciais, em função das alterações no setor vitivinícola e também das falsificações (adulterações ou imitações), as marcas permitiram garantir a “genuinidade dos produtos”<sup>14</sup>. Nesse sentido, o artigo orienta-se agora para a análise das marcas, cujo pedido de registo foi publicado no *Diário do Governo* na cronologia selecionada.

### **2.1. O peso dos vinhos nas marcas registadas**

No século XIX, as marcas alcançam, como já vimos, um carácter de defesa da propriedade industrial. Era, por isso, importante registar as marcas de vinho, de modo a permitir que a marca estivesse mais salvaguardada de atos que levassem o consumidor a pensar que foi lesado por uma marca que lhe impingiu um produto de menor qualidade.

---

<sup>13</sup> De referir, por exemplo Afonso Costa que olha para o problema de outro prisma e mostra a existência de duas crises vinícolas simultâneas: uma no Douro e outra nacional (SEQUEIRA, Carla – *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional*, p. 255). Mais tarde, acusa o Estado de ser o causador do problema por não orientar a política vinícola, de modo a fazer face à conjuntura externa (SEQUEIRA, Carla – *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional*, p. 269).

<sup>14</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; CRUZ, Marlene – “Origem e distinção: As Marcas de Vinhos no Final no Século XIX”. *CEM Cultura, Espaço & Memória*. [Em linha]. n.º 8 (2017), p. 410. [Consult. 4 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=001714&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=001714&set_entry=000001&format=999)>.

Após o início do registo de marcas (desde a criação da Carta de lei de 4 de junho de 1883), a percentagem de marcas de bebidas alcoólicas registadas era de 23%, e deste valor 73% eram registos de vinho do Porto<sup>15</sup>, mas há que ter em conta que, pelo seu carácter voluntário, algumas casas reputadas de vinho do Porto não procederam logo ao registo das suas marcas<sup>16</sup>. Vinte e sete anos depois, será que esta situação se alterou?

Antes de tudo temos de ter em conta que este trabalho se foca apenas nas edições dos últimos dois meses de 1910, que contemplam pedidos de registo de marcas efetuados a partir do dia 06.10.1910 (o dia seguinte à Implantação da República em Portugal) e no ano seguinte, ou seja, num período de tempo mais reduzido comparativamente ao estudado por Teresa da Silva Lopes, Andrea Llunch e Gaspar Martins Pereira.

Em 1910<sup>17</sup>, dos registos efetuados neste período (167), 49% eram bebidas e 51% outros produtos. Tomando em atenção cada uma das classes e excetuando os registos de vinhos, um produto que se insere dentro da categoria da alimentação, mas que foi analisado à parte por ser o objeto de estudo da investigação, podemos ver que os produtos que mais se destacam, para além dos vinhos, eram os produtos destinados à alimentação. Em ambos os casos eram produtos ligados ao sustento da população, sendo por isso do uso recorrente de um espectro alargado da sociedade. Em seguida, com uma percentagem vincadamente menor encontram-se os artigos de fantasia, o que pode ser compreensível pela inclusão neste segmento de produtos para a higiene ou beleza, e os artigos para ensino ciências, belas-artes e diversos, que envolviam produtos de papel, tintas, objetos científicos ou sem enquadramento nas classes anteriores. Quanto aos produtos têxteis foram registadas 9 marcas, das quais podem-se mencionar por exemplo tecidos de algodão e um carrinho de linhas, ou seja, produtos que seriam utilizados nomeadamente para a produção de vestuário. Com valores mais residuais encontramos as matérias parcialmente preparadas e as ferramentas, máquinas, transportes (que possuem o mesmo número de registos), os artigos para construção, os produtos agrícolas/matérias em bruto e, por fim, o mobiliário e artigos domésticos. Este último encontra-se meramente registado uma única vez e era destinado a bicos de incandescência, ou seja, um artigo

---

<sup>15</sup> Estes valores compreendem o período entre 1883 e 1900. LOPES, Teresa da Silva; LLUNCH, Andrea; PEREIRA, Gaspar Martins – “The Changing and Flexible Nature of Imitation and Adulteration: The Case of the Global Wine Industry, 1850-1914”, p. 363.

<sup>16</sup> LOPES, Teresa da Silva; LLUNCH, Andrea; PEREIRA, Gaspar Martins – “The Changing and Flexible Nature of Imitation and Adulteration: The Case of the Global Wine Industry, 1850-1914”, p. 363.

<sup>17</sup> O termo 1910 será usado de forma genérica para referir os dois últimos meses, que são os únicos em tratamento para esse ano. É ainda de referir que todas as médias foram arredondadas à unidade.

para iluminação, produto este que não seria tão procurado e por isso não registado, porque não estaria ao dispor da maioria da população.

Tabela 1: Registos realizados por categoria entre 01.11.1910 – 30.12.1910

Categorias	Nº de registos	Percentagem
Produtos agrícolas/matérias em bruto	3	2%
Matérias parcialmente preparadas	6	4%
Ferramentas, máquinas, transportes	6	4%
Construção	4	2%
Mobiliário e artigos domésticos	1	1%
Fios, tecidos, tapeçarias e vestuário	9	5%
Artigos de fantasia	13	8%
Alimentação	43	25%
Vinhos	69	41%
Ensino, ciências, belas-artes e diversos	13	8%
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

Tabela 2: Peso dos Vinhos nas marcas registadas entre 01.11.1910 – 30.12.1910

Bebidas	Nº de registos	Percentagem
Bebidas não vinho	14 <sup>18</sup>	17%
Bebidas à base de vinho	0	0%
Vinhos de origem indeterminada	18 <sup>18</sup>	21%
Vinho do Douro	3	4%
Vinho de Lisboa	3	4%
Vinho de Pombal	1	1%
Vinho do Porto	41	50%
Vinho Verde	3	4%
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>100%</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

O conjunto das bebidas engloba também bebidas que não eram vinhos (como água mineral, cerveja, xarope ou licor) e vinhos de regiões indeterminadas ou de zonas que os proprietários não identificaram de forma clara, aquilo que corresponderia aos vinhos correntes ou da terra, que não têm denominação de origem, porque são para consumo diário das camadas populares. Os vinhos correspondem à maioria dos registos efetuados, sendo que dentro desta categoria se destacam os Vinhos do Porto com 41 registos, enquanto a totalidade de marcas das outras regiões identificadas perfazia apenas 10 registos, uma quantidade ínfima comparativamente com os primeiros. Pelo disposto, nos primeiros dois meses após a queda da monarquia manteve-se destacada a afluência para registar vinho do Porto como nos finais do século XIX.

<sup>18</sup> O registo 13:152 foi desdobrado em 2, por ser destinado tanto a vinhos como a licores.



O conjunto de produtos dos quais se efetuou um pedido de registo eram então submetidos a um exame para se reconhecer a sua exclusividade, já que pelo art.º 63.º da Carta de Lei de 21 de maio de 1896, “O registo de uma marca não importa o reconhecimento pelo Estado de que ela seja nova ou distinta de outra anteriormente registada”<sup>19</sup>. A marca poderia ser recusada quando o pedido não fosse realizado em conformidade com a lei, os exemplares das marcas não fossem iguais, a marca “ofenda os bons costumes ou a religião”, o requerente não tenha permissão para usar a imagem de personalidades/armas de família ou, ainda, porque não possuía legitimidade para usar o nome de um proprietário ou firma, caso usasse gratificações concedidas pelo governo português ou então que não tenham sido alcançadas, indicações erróneas de proveniência, ou quando houvesse outra marca com a qual pudesse ser confundida.

Por conseguinte, afigura-se relevante perceber quantos pedidos de registo de vinho foram concedidos ou recusados. Nos registos efetuados a partir de outubro e até aos finais de 1910, 62% foram concedidos, 26% recusados e 12% não foi possível apurar nas fontes utilizadas.

Tabela 3: Vinhos que conseguiram obter o seu pedido concedido 01.11.1910 – 30.12.1910

Denominação	Concedido	Recusado	Indeterminado
Vinhos de origem indeterminada	13	5	-
Vinho do Douro	1	2	-
Vinho de Lisboa	3	-	-
Vinho do Pombal	-	1	-
Vinho do Porto	24	9	8
Vinho Verde	2	1	-
<b>Total: 69</b>	<b>43</b>	<b>18</b>	<b>8</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

Dos 18 pedidos recusados, dez remeteram para o art.º 85.º, n.º 9 da Carta de lei de 21 de maio de 1896 onde se compreende que tal é motivado pela sua semelhança com outra marca (“Quando no exame sumário a que se proceder, se reconheça que há outra marca que com ela se confunde”). Os motivos de recusa apresentados para as restantes marcas são bastante diversificados: recusa por referência a um cargo honorífico (“Conselheiro”), por não constituir uma denominação de fantasia, por não possuir elementos caraterísticos ou pelos desenhos poderem perpetuar uma concorrência desleal ou semelhamem medalhas não obtidas em exposições. Um motivo de recusa que se prende com as alterações ao nível político é o facto de, num pedido da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, figurar o escudo de armas português com a Coroa

<sup>19</sup> Neste trabalho optou-se pela atualização da grafia do texto das fontes.



real que agora deixava de ser usado com a transição para uma República. Não se pense, porém, que todos os registos que mostravam uma adesão à República veriam, por isso, o seu pedido concedido, já que foram recusados pedidos de registo por apresentarem datas históricas que não poderiam ser usadas exclusivamente pelo requerente, como acontece com a marca “5 de outubro de 1910”, que remete para a data da implantação da República em Portugal ou pelas palavras usadas, “Saudação à República”, não constituírem uma denominação de fantasia, como fora proposto.

No ano de 1911, cujos registos foram analisados na totalidade, o que fez 982 registos, destes 37% eram destinados a bebidas e 63% a outros produtos, sendo de destacar neste contexto que 273 registos eram apenas destinados a vinhos, ou seja 28% dos registos efetuados. Dos outros produtos registados encontrámos uma tendência semelhante à já apresentada para os dados dos dois últimos meses de 1910, onde os vinhos, produtos alimentares, artigos destinados ao ensino, ciências, belas-artes e diversos e os artigos de fantasia eram, por esta ordem, os artigos mais registados no *Diário do Governo*.

Comparativamente com os dados de 1910, há um aumento do registo dos produtos agrícolas, matérias parcialmente preparadas, ferramentas, máquinas e transportes, materiais para construção, mobiliário e artigos domésticos, fios, tecidos, tapeçarias e vestuário e materiais para ensino, ciências, belas-artes ou produtos diversos. Em 1911 as matérias parcialmente preparadas e os produtos agrícolas/matérias em bruto conseguem ultrapassar, respetivamente, os registos de fios, tecidos, tapeçarias e vestuário e os materiais de construção. Por outro lado, mantêm-se a mesma tendência com os vinhos, os produtos alimentares e os artigos de ensino, ciências, belas-artes e diversos a ocupar o “pódio” dos produtos mais registados, mas com uma margem percentual menor.

Tabela 4: Registos realizados por categoria entre 03.01.1911 – 30.12.1911

<b>Categorias</b>	<b>Nº de registos</b>	<b>Percentagem</b>
Produtos agrícolas/matérias em bruto	32	3%
Matérias parcialmente preparadas	65	7%
Ferramentas, máquinas, transportes	58	6%
Construção	27	3%
Mobiliário e artigos domésticos	23	2%
Fios, tecidos, tapeçarias e vestuário	61	6%
Artigos de fantasia	72	7%
Alimentação	256	26%
Vinhos	273	28%
Ensino, ciências, belas-artes e diversos	114	12%
<b>Total</b>	<b>981</b>	<b>100%</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1911.

**Tabela 5: Peso dos Vinhos nas marcas registadas entre 03.01.1911 – 30.12.1911**

<b>Bebidas</b>	<b>Nº de registos</b>	<b>Percentagem</b>
Bebidas não vinho	89 <sup>20</sup>	25%
Bebidas à base de vinho	1	0,2%
Vinhos de origem indeterminada	124 <sup>20</sup>	34%
Vinho dos Arcos	1	0,3%
Vinho de Colares	2	0,5%
Vinho do Douro	11	3%
Vinho de Lisboa/Setúbal	2	0,5%
Vinho da Madeira	2	0,5%
Vinho do Porto	124	34%
Vinho Verde	7	2%
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>100%</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1911.

Dentro da categoria dos vinhos registados, tal como ocorreu em 1910, também em 1911 (e agora com uma amostra mais alargada) o peso do Vinho do Porto é significativo, já que possui 124 registos, contudo tantos quantos os vinhos cuja origem não se pôde determinar. Com valores mais modestos figuram o Vinho do Douro (11), o Vinho Verde (7), o Vinho da Madeira, de Lisboa/Setúbal e o de Colares (cada um com 2 registos) enquanto, por último, com apenas um registo, se encontra o Vinho dos Arcos. Assim, durante o ano de 1911 mantém-se um elevado número de registos referentes ao Vinho do Porto, mas denota-se que também começa a ser importante para outros proprietários ou firmas registarem os seus vinhos, todavia, em grande parte não se conseguiu identificar a sua origem.

**Tabela 6: Vinhos que conseguiram obter o seu pedido concedido 03.01.1911 – 30.12.1911**

<b>Denominação</b>	<b>Concedido</b>	<b>Recusado</b>	<b>Indeterminado</b>
Vinhos de origem indeterminada	54	22	48
Vinho dos Arcos	1	-	-
Vinho de Colares	1	1	-
Vinho do Douro	6	3	2
Vinho de Lisboa/Setúbal	-	2	-
Vinho da Madeira	-	-	2
Vinho do Porto	59	22	43
Vinho Verde	6	-	1
<b>Total: 273</b>	<b>127</b>	<b>50</b>	<b>96</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1911.

Na sua maioria, os vinhos que foram registados no *Diário do Governo* conseguiram obter o seu pedido concedido – 47% – enquanto aqueles que viram o seu pedido recusado detêm uma percentagem baixa de 18%. Há ainda que notar que em 35%

<sup>20</sup> O registo 14:016 foi desdobrado em 2, por ser destinado tanto a vinhos como a aguardentes.

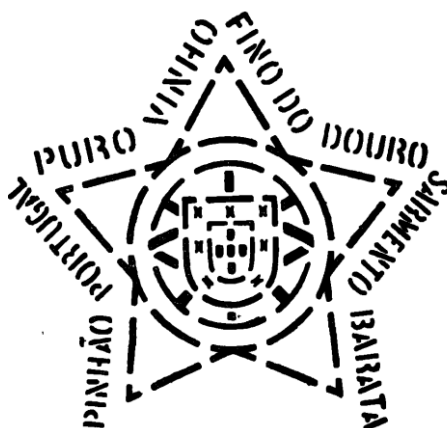
dos registos não foi possível apurar se foram ou não concedidos, uma vez que os dados relativos a esse grupo de registos, apenas surgirão em edições posteriores, ou seja, fora da cronologia em tratamento nesta investigação. Um estudo mais alargado poderá então fazer variar o valor dos pedidos concedidos e recusados.

Observando agora com mais pormenor os 50 registos recusados, é possível encontrar uma constante também observada nos registos analisados para o ano de 1910, já que da mesma forma há uma maioria (42 registos) que remete para o facto de não terem sido concedidos, dada a sua similitude com marcas já registadas. Nos restantes casos, as marcas foram recusadas por motivos variados e distintos dos apresentados em 1910. Uma marca registada por Armando Carinhas foi recusada porque “Carinhas” é um apelido de família, que, apesar de ser o seu, não pode ser usado em exclusivo. Também a empresa Santos, Santos (Filho) & C.<sup>a</sup> procurou registar uma marca que era um nome de família (“Le Bargy”), que não provou ter o direito de usar. O facto de a marca apresentar um nome geográfico foi o motivo que levou as marcas “Granada” (cidade espanhola), da J. H. Andresen, Sucessores e “Livramento” (povoação no concelho de Mafra), da Correia Ribeiro & Filhos, a não serem reconhecidas pela repartição da propriedade industrial. Por outro lado, como o nome que figurava na marca não era o mesmo de quem requereu o registo, tal levou a que um dos registos de vinho não fosse concedido. Outro motivo encontrado foi o facto de a marca que se queria registar ser igual a outra já registada pelo mesmo requerente, a Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado, pelo que, apesar dos produtos serem diferentes (no 1º caso aguardente e no 2º vinho), pertenciam à mesma classe, não sendo o seu registo admitido.

Há que ter em conta que os motivos que levam à recusa de um registo não se prendem somente com os elementos inseridos na imagem da marca, mas também com as informações descritas no próprio pedido de registo. O facto de os requerentes serem três proprietários que não tinham uma sociedade constituída para o efeito e, que, por isso, atuavam em nome próprio, fez com que a marca “Três Repúblicas” não pudesse ser registada pela sua indivisibilidade, para além de que nesta figuravam igualmente emblemas que estes não poderiam utilizar.

Por último e o único que remete para este motivo, um vinho do Porto que o brasileiro Praxedes Sarmento Barata requereu, não é aceite por ofender “os bons costumes e a religião”. Tal afigura-se mais provavelmente como um erro da fonte, já que, analisando os elementos presentes no rótulo, não se encontra qualquer elemento que pudesse causar esta infração, pois apenas é mencionado o nome do proprietário, a região

de origem do vinho e uma esfera armilar dentro de uma estrela, uma imagem comum à época, o que não causaria escândalo.



**Imagem 1:** Rótulo de Vinho Fino do Douro, propriedade de Sarmiento Barata, Pinhão. Disponível no *Diário do Governo* n.º 53, 07/03/1911.

**Propriedade das marcas de vinhos: empresas que registam as marcas de vinhos**

Em 1910, das 30 empresas/proprietários que procederam ao registo de marcas apenas 1 registou outros produtos que não bebidas (Lino Aguiar registou uma marca de produtos alimentares – azeite). Na sua maioria, as empresas que fizeram mais do que um registo encontravam-se sempre dentro da categoria de vinhos, sendo que apenas 3 empresas para além dos vinhos registaram bebidas que não vinho ou outros produtos (licores, xaropes, outras bebidas, ou o já referido caso de azeite). Com mais de 5 registos encontramos poucas empresas, sendo de destacar, por exemplo, no caso do Vinho do Porto, a Gonzalez, Byass & Company (5), Honório Johnston (5), David Ribeiro dos Santos (6) e a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (8).

**Tabela 7:** Número de registos de marca por empresa entre 01.11.1910 – 30.12.1910

Frequência dos registos	N.º empresas
1	15
2	5
3	1
4	1
5	6
6	1
8	1
<b>Total</b>	<b>30</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

**Tabela 8:** Número de registos de marca por empresa entre 03.01.1911 – 30.12.1911

Frequência dos registos	N.º empresas
1	32
2	11

3	6
4	3
5	3
6	4
7	5
8	1
9	2
10	1
11	1
12	1
13	4
16	1
18	1
22	1
33	1
<b>Total</b>	<b>78</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1911.

Em 1911, o número total de requerentes é 78, ou seja, mais do dobro dos obtidos na análise para 1910. Quanto ao número de registos efetuados por empresa, em 1911 a moda é o registo de uma marca por empresa (32 casos). Acima dos 10 registos apenas encontramos 11 proprietários/empresas: Offley Forrester, Limitada (10), Osório Pereira & Pacheco (11), Sociedade «Clemente Menéres», Limitada (12), J. Paula Antunes (13), Santos & Krohn & C.<sup>a</sup> (13), António Ferreira Menéres, Sucessor (13), William & John Graham & C.<sup>a</sup> (13), Adriano Ramos Pinto & Irmão (16), Antero & Filho (18), Cotelo & C.<sup>a</sup> (22) e Correia, Ribeiro & Filhos (33). Tendo em conta que uma boa parte destes requerentes registou vinhos do Porto, podemos ver que houve uma maior aposta no registo deste produto por empresas que diversificaram a sua área de atuação, sendo que as empresas que se envolveram mais neste processo tinham um prestígio menor (por exemplo, acima dos 15 registos surgem empresas emergentes, mas ainda não consolidadas à época, enquanto, por exemplo, a Diederich Mathias Feuerheerd apenas realiza 3 registos, 2 deles para vinho do Porto).

Assim, em 1910 existe a mesma quantidade de empresas/proprietários a fazerem um só registo, como mais do que um registo (15), enquanto em 1911 existem mais pedidos de registo de mais do que uma marca (46) do que apenas só um registo (32). Há que destacar que 50% das empresas ou detentores que registaram as suas marcas em 1910 também o fizeram em 1911. Na sua maioria aumentaram o número de registos em 1911<sup>21</sup>,

---

<sup>21</sup> Estes proprietários ou empresas são a Antero e Filho (1910: 1 registo, 1911: 18 registos); a J. H. Andresen, Sucessores (1910: 1 registo, 1911: 9 registos); Constantino d’Almeida (1910: 1 registo, 1911: 5 registos); Tomás Francisco de Almeida (1910: 1 registo, 1911: 2 registos); Borges e Irmão (1910: 1 registo, 1911: 9 registos); Vale, Filho e Genros (1910: 1 registo, 1911: 2 registos); Wiese & Krohn, Sucessores (1910: 2

contudo, nos casos da A. R. Romariz Júnior e Bento, Cunha & C.<sup>a</sup>, os registos de marcas mantiveram-se iguais (1 único registo em ambos os anos). Por outro lado, também houve empresas em que decresceu o número de registos efetuados, como aconteceu com a Sandeman & C.<sup>a</sup> (Brothers) e Lino Aguiar, já que em ambos os casos em novembro/dezembro de 1910 registaram 5 marcas, enquanto durante todo o ano de 1911 concretizaram apenas 2 pedidos de registo de marcas.

## 2.2. Os detentores das marcas de vinhos

Em 1910, na sua maioria as empresas que procederam ao registo das marcas operavam em nome coletivo (60%) em vez de serem proprietários singulares (40%). Há uma maior frequência de negociantes/exportadores envolvidos neste ato de querer registar as suas marcas (91% dos registos), sendo ainda de referir que se envolvem no registo de marcas tanto promotores mais consolidados, como aqueles cujas casas se virão a afirmar.

Tal como vimos em 1910, existem variáveis que se mantêm em ambos os casos, já que também em 1911 há uma prevalência de negociantes/exportadores (em 1910 eram 28 e em 1911 passam a 71, o que é natural já que a amostra é superior).

**Tabela 9: Profissões a que se dedicavam os elementos que efetuaram o pedido de registo de marca de vinhos entre 01.11.1910 – 30.12.1910**

Profissão	Frequência
Industrial	1
Negociante/Exportador	28 <sup>22</sup>
Proprietário	1 <sup>22</sup>
Indeterminado	1
<b>Total</b>	<b>30</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

**Tabela 10: Profissões a que se dedicavam os elementos que efetuaram o pedido de registo de marca de vinhos entre 03.01.1911 – 30.12.1911**

Profissão	Frequência
Produtor	3 <sup>23</sup>
Negociante/Exportador	71 <sup>23</sup>
Proprietário	1
Indeterminado	5
<b>Total</b>	<b>78</b>

registos, 1911: 6 registos); William & John Graham & C.<sup>a</sup> (1910: 2 registos, 1911: 13 registos); Santos, Santos & C.<sup>a</sup> (1910: 3 registos, 1911: 4 registos); A. Nicolau d’Almeida & C.<sup>a</sup> Limitada (1910: 5 registos, 1911: 7 registos) e Gonzalez, Byass & Company (1910: 5 registos, 1911: 6 registos). No caso da William & John Graham & C.<sup>a</sup>, há que referir que um elemento da família, William Graham Júnior, registou ainda em nome próprio, em 1910, um produto alimentar (conservas de peixe) e em 1911 registou 9 marcas de produtos alimentares (conservas de peixe) e 2 marcas de produtos têxteis, neste caso produtos de algodão.

<sup>22</sup> 1 proprietário era proprietário e negociante.

<sup>23</sup> 2 proprietários possuíam mais do que uma profissão: produtor/exportador e produtor/negociante.

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1911.

Em 1910, existia ainda 1 proprietário que tinha mais do que uma profissão (proprietário e comerciante) e, dentro da categoria dos comerciantes/exportadores, 18 eram descritos simultaneamente com ambas as profissões. Por sua vez, em 1911, existiam também 2 proprietários que tinham mais do que uma profissão (um era produtor e exportador e outro produtor e comerciante) e, dentro da categoria dos comerciantes/exportadores, 35 surgem com ambas as profissões nas fontes consultadas. É de referir que quanto aos exportadores surgiam em ambos os casos em número reduzido, o que causou alguma desconfiança, já que os vinhos portugueses, apesar de terem uma redução do valor de exportações entre 1898 e 1910, continuavam a crescer quanto à taxa média do volume anual das exportações (1,6%)<sup>24</sup>. Para uma análise mais aprofundada, foi necessário cruzar os dados do *Diário do Governo* com as listas dos exportadores dos vinhos do Porto<sup>25</sup>, concretizadas através de um registo anual na 1ª repartição da Alfândega do Porto, no seguimento do Regulamento de 27 de novembro de 1908, onde o artigo 8.º, §1.º, refere “Será, anualmente, publicada, no *Diário do Governo*, até 15 de janeiro, a lista dos exportadores inscritos, sendo, sobre essa lista, permitidas reclamações às entidades que na mesma inscrição tiverem direito a ser incluídas”<sup>26</sup>. Pela verificação dos dados foi possível perceber que os valores residuais correspondentes aos exportadores não eram realistas, já que vários proprietários/empresas para além da profissão que enunciavam no pedido de registo de marcas eram também exportadores de vinho do Porto.

Por outro lado, não existiam proprietários ou firmas que se identificassem como produtores no primeiro caso enquanto em 1911, apesar de não serem abundantes, eram 3 (produziam vinho de origem indeterminada, vinho de Colares e vinho do Douro) e, por outro lado, o número de industriais passa a ser nulo. Já os proprietários surgem num número reduzido (1 no período em estudo de 1910 – Manuel da Silva Carneiro – e

---

<sup>24</sup> LAINS, Pedro – *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo (1851-1913)*. Lousã: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, p. 75-95.

<sup>25</sup> Seria interessante perceber se quanto a outros vinhos os proprietários ou empresas também desenvolviam outras atividades, como neste caso a de serem exportadores, contudo, só dispomos de dados para o caso dos vinhos do Porto, devido às questões em torno das falsificações que tornaram necessárias políticas para fiscalizar quem poderia exportar os vinhos.

<sup>26</sup> Regulamento para o comércio de Vinho do Porto de 27 de novembro 1908. [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, n.º 273, 1 de dezembro de 1908 [Consult. 10 abr. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/93/129/p750>>. Em 1910 essa lista foi publicada no *Diário de Governo* n.º 16 de 21 de janeiro 1910 e, em 1911, foi publicada no *Diário de Governo* n.º 12 de 16 de janeiro de 1911.



também só 1 em 1911 – Manuel dos Santos Robala). No entanto, também em relação a este aspeto seria interessante proceder a uma análise mais fina e casuística dos requerentes de registos de marcas, pois várias empresas exportadoras de vinhos do Porto são proprietárias de quintas no Douro (por exemplo, Warre, J. H. Andresen, Borges & Irmão, Offley, Forresters, Taylor’s, etc.). Obviamente, numa análise transversal como esta, torna-se inviável proceder a tal distinção.

Quanto à sede, em 1910, a maioria dos requerentes do registo das marcas estavam sediados na cidade do Porto ou em Vila Nova de Gaia (71%), seguidos de Lisboa (26%) e, por fim, de Lamego e do Brasil, ambos com apenas um registo. Dentro destes dados, quanto ao Vinho do Porto este foi registado por 38 empresas do Porto/Vila Nova de Gaia e por 3 empresas de Lisboa.

Tabela 11: Distribuição geográfica das residências/sedes dos proprietários/firmas que registaram marcas de vinho entre 01.11.1910 – 30.12.1910

Residência /Sede		Porto/ Vila Nova de Gaia	Lisboa	Lamego	Brasil
<b>Portugal</b>	68	49	18	1	-
<b>Estrangeiro</b>	1	-	-	-	1
<b>Total:</b>	69	49	18	1	1

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

Quanto à sua naturalidade, eram maioritariamente portugueses (80%), mas existiam também 3 estrangeiros (2 ingleses e 1 brasileiro) e 3 proprietários/empresas cuja naturalidade não foi mencionada.

Tabela 12: Naturalidade dos proprietários das marcas de vinho entre 01.11.1910 – 30.12.1910

Naturalidade	Frequência dos registos
Brasil	1
Inglaterra	2
Portugal	24
Indeterminado	3
<b>Total</b>	<b>30</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

Tabela 13: Distribuição geográfica das residências/sedes dos proprietários/firmas que registaram marcas de vinho entre 03.01.1911 – 30.12.1911

Residência/Sede	Portugal	Estrangeiro
<b>Porto/Vila Nova de Gaia</b>	225 <sup>27</sup>	-
<b>Armamar</b>	1	-
<b>Arcos de Valdevez</b>	1	-

<sup>27</sup> Em 3 casos a sede era simultaneamente no Porto e no Brasil.

<b>Brasil</b>	-	7 <sup>27</sup>
<b>Coimbra</b>	6	-
<b>Lamego</b>	2	-
<b>Lisboa</b>	20	-
<b>Angola (Luanda)</b>	-	1
<b>Inglaterra (Londres)</b>	-	1
<b>Macieira de Cambra</b>	3	-
<b>Madeira</b>	1	-
<b>Mirandela</b>	2	-
<b>Sintra</b>	1	-
<b>Indeterminado (Portugal)</b>	5	-
<b>Total: 276</b>	<b>267</b>	<b>9</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1911.

Também em 1911 a maioria dos requerentes do registo das marcas tinha a sua sede na cidade do Porto/Vila Nova de Gaia (cerca de 82%) ou em Lisboa (7%), contudo, pela maior amplitude há também um maior número de registos, que quadruplicam, pelo que é natural que existam sedes localizadas em espaços mais díspares. Assim, dentro do território português encontramos proprietários/empresas com assento em espaços sobretudo no norte e centro. Com 6 registos encontramos a Companhia Central Vinícola de Portugal sediada em Coimbra; em Macieira de Cambra existem 3 registos todos de António Tavares Coutinho; já em Lamego apenas 2, assim como em Mirandela. Com um registo cada, surgem Armamar, Arcos de Valdevez, Madeira e Sintra. Existem ainda 5 registos que pelo nome da rua nota-se que se encontravam no território português, mas desconhece-se a cidade onde se localizavam. Fora de Portugal também foram encontrados registos numa maior variedade de localizações: Brasil (7), Inglaterra (1) e Angola (1). Dentro destes dados, quanto ao Vinho do Porto este foi registado 126 vezes: 118 no Porto/Vila Nova de Gaia, 3 no Brasil e 5 por empresas de Lisboa, sendo, contudo, de destacar que em três casos a sede indicada era simultaneamente no Porto e no Brasil. Relativamente à naturalidade, os detentores dos vinhos também eram na sua maioria portugueses (igualmente 80%), mas existem ainda 11 estrangeiros (8 ingleses e 3 brasileiros) e 6 eram proprietários/empresas de naturalidade desconhecida.

Tabela 14: Naturalidade dos proprietários das marcas de vinho entre 03.01.1911 – 30.12.1911

<b>Naturalidade</b>	<b>Frequência dos registos</b>
Brasil	3
Grã-Bretanha/Inglaterra	8
Portugal	62
Estrangeiro/Indeterminado	5
<b>Total</b>	<b>78</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1911.

Cruzando os dados apresentados, podemos concluir que na totalidade dos dados analisados há uma predominância no negócio do vinho de portugueses que eram simultaneamente exportadores e negociantes.

### 2.3. Os valores destacados nas marcas de vinhos

As ilustrações tinham cada vez mais importância no contexto das imagens das marcas, mas existiam também outros dados contidos nos rótulos de vinhos, já que esta era a forma utilizada para diferenciar e destacar esta bebida nos mercados, de modo a não ser confundida com possíveis embustes e a chamar a atenção do consumidor para adquirir um dado vinho, uma “forma possível de comunicação com os consumidores”<sup>28</sup>.

Como referem Gaspar Martins Pereira e Marlene Cruz, juntamente com a preocupação da imagem de marca e do rótulo (por meio da utilização de símbolos sociais, religiosos ou históricos, entre outros que permitissem a diferenciação), acresce ainda o cuidado para que se associe “a marca simultaneamente ao nome do proprietário, à quinta e à localidade ou região de origem do vinho”<sup>29</sup>. Estes eram elementos fundamentais que estes autores destacam e que também podem ser aplicados no contexto pós-implantação da República que se encontra a ser estudado, contudo com algumas *nuances*.

Ao proceder-se à análise dos rótulos pode-se reconhecer que os elementos de distinção se mantêm como no século XIX, pelo que se julgou necessária a elaboração de um esquema semelhante ao concretizado pelos autores acima referidos, para se organizar a informação abundante que as fontes ofereceram (Tabelas 15 e 16). Distinguem-se na maioria dos rótulos elementos ligados à empresa ou ao proprietário que detém a marca, procurando mostrar de alguma forma a quem pertence (seja pela inclusão do nome, das iniciais, da assinatura do proprietário ou de algum símbolo distintivo que possibilite a identificação da empresa). Para além destas informações, por vezes, são apresentados dados como a data da fundação e o seu fundador ou a profissão exercida pelo proprietário. De destacar, em 1911, a inclusão por parte de William & John Graham do lema da família Graham (“Ne Oublie”), num dos seus vinhos do Porto, mostrando assim um elemento característico da família que poderia fazer com que este produto alcançasse outro impacto no mercado ao salientar a tradição.

---

<sup>28</sup> GUICHARD, François – “O vinho do Porto e mais alguns: gestão da imagem”. *DOURO – Estudos & Documentos* [Em linha]. Vol. I, nº 3 (1997), p. 151. [Consult. 15 fev. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9345.pdf>>.

<sup>29</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; CRUZ, Marlene – Origem e distinção: As Marcas de Vinhos no Final no Século XIX, p. 417.

Também na cronologia estudada são utilizados símbolos nacionais/históricos que mostram uma ligação ao passado que não se perde com o iniciar de uma nova forma de governo, existindo, inclusivamente, elementos ligados à Monarquia ainda incorporados. Nesse sentido, em 1910 tanto encontramos vinhos que querem fazer uma “Saudação à República” como outros que preferem mostrar a sua conexão com a Monarquia, fundadora da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, por isso mantiveram a coroa sobre as armas nacionais (algo que, como já vimos, trouxe a recusa desta marca). Em 1911, a figura de João Franco é ainda invocada num vinho, que, porém, não é recusado pelo uso de uma ilustração deste, mas antes por se confundir com outra marca. Há ainda que dar relevo à inclusão em vários rótulos de figuras conhecidas do contexto cultural português, que atrairiam o consumidor pela popularidade, como o Zé Povinho (em ambos os anos), símbolo do povo que expressa uma opinião, Augusto Hilário, figura do fado de Coimbra, Maria da Fonte, pelo seu carácter insigne ou o anónimo campino, personagem típica do Ribatejo. Nas ilustrações surgem assim elementos díspares e não apenas os convencionais símbolos de ruralidade que, contudo, não são descurados, surgindo por vezes associados com outros elementos, como por exemplo Augusto Hilário a tocar a sua guitarra, acompanhado por um cacho de uvas ou a alegoria à República, que leva uma bandeira numa mão e ergue um copo de vinho na outra.

Há, assim, uma associação entre elementos de distinção que surgem nos rótulos, e, no caso do vinho, são usadas características próximas das apresentadas para o século XIX, destacando-se o uso da origem do vinho, da referência à sua antiguidade (com designações como Vinho Velho do Porto ou Old Port Wine) e a categoria (Very Old Port Wine, Old Vintage, Clarete, etc.). Todavia, em termos da apresentação, os anos da colheita em 1910 não surgem sequer e em 1911 apenas num registo de vinho do Douro surge o ano (“Novidade de 1907”), assim como as castas também aparecem com menor destaque (por exemplo, são notados os Moscatéis e o vinho Malvasia).

Dando agora maior atenção às imagens utilizadas e à sua relação com o tema em questão, aparecem referências à República, através dos nomes aplicados ou das figuras que surgem e têm conexão com esta forma de governo, para o caso português ou associadas a outras repúblicas.

Em 1910, era visível um vinho do Porto, da Vianna Leal & C.<sup>a</sup> que lembrava Hermes da Fonseca, presidente da República brasileira, à época, e os escudos de armas português e brasileiro, associando os dois países, o que mostra assim o mercado que

pretendia atingir e invocava uma figura ligada aos ideais republicanos que tinha visitado o país recentemente. É ainda de referir que na imagem estes são identificados como exportadores, mas não surgem na lista dos exportadores de Vinho do Porto, pelo que provavelmente seriam exportadores também de outros produtos.



**Imagem 2:** Rótulo de Vinho do Porto, marca «Hermes da Fonseca», da casa Vianna Leal & C.ª L.ª, Lisboa-Porto. Disponível no *Diário do Governo* n.º 32, 11/11/1910.

Outros vinhos cuja identificação da região não foi possível apurar também usam designações similares, através da nomeação desta forma de Governo (“República” ou “Saudação à República”) ou através da invocação de datas históricas (“5 d’Outubro de 1910”). Ao nível estético surgem ainda em 1911 alusões à alegoria da República vista, inclusivamente, como a fonte da vida da Nação, através da expressão latina “Fons Vitae”, acompanhada de uma ilustração com uma figura feminina a amamentar uma criança, rodeada por elementos naturais e símbolos como barretes (referentes à República, assim como a inclusão da data 5 de outubro de 1910, relativa à data da implantação da República em Portugal). Não deixa também de identificar o proprietário (Constantino de Almeida) e a sede, assim como o uso do escudo de armas da cidade do Porto.

O elemento de distinção mais usado ao longo dos registos são personificações femininas representativas da República, contudo, também há casos onde aparecem enunciados cargos que apenas surgiram devido ao novo contexto político como “Presidente” ou “Vice-Presidente”, o nome “Cidadão”, ou seja, aquilo que os republicanos queriam formar, ou também datas históricas (“Revolução de 1910”, “5 d’Outubro de 1910”). Há ainda referências a outras ideologias políticas, como

“Socialista” (duas marcas, uma registada por Adriano Ramos Pinto<sup>30</sup> e outra por G. Afonso & C.<sup>a</sup>).



**Imagem 3:** Rótulo de Vinho Velho do Porto, marca «Fons Vitae», da casa Constantino D’Almeida, Porto. Disponível no *Diário do Governo* n.º 202, 30/08/1911.

Por outro lado, as referências à Monarquia surgem, ora por uma conexão do proprietário da marca a estes ideais, ora pela inércia em alterar uma determinada marca, que até então era conhecida com um determinado termo que remetia para a conceção monárquica e constituía uma designação comum neste período (marcas como “Coroado”, “Imperador”, “Príncipe”, “Princesa” e “Imperial”). A Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro mostra a ligação à Monarquia ao destacar a sua fundação real, com a designação “Real Companhia de Vinhos do Porto” e ao usar as armas com a Coroa encimada, o que levou à recusa de uma das suas marcas. É importante fazer menção a um vinho que remete para o ministro João Franco, num vinho do Porto da Nova Companhia de Vinhos Finos do Douro. A mesma empresa registou também uma marca que mencionava, pelo contrário, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Barão do Rio Branco, pelo que, apesar desta referência mostrar um mercado que pretendia atingir, não deixa de ser curioso que uma empresa que regista uma marca com menção a um dos últimos ministros da Monarquia, registasse também um dos intervenientes que reconheceu a República Portuguesa no exterior<sup>31</sup>. Neste sentido, mostra-se então mais determinante não a ideologia política, mas a sua ação, isto é, não aparece propriamente por ser monárquico, mas antes por ser o responsável pelas denominações de origem

<sup>30</sup> Adriano Ramos Pinto não era alheio às novas ideologias políticas, pelo que simpatizava com os ideais republicanos, sendo natural a aposta em marcas que apelassem também a outros ideais políticos.

<sup>31</sup> O Brasil fora das primeiras nações a reconhecer o novo regime político implantado em Portugal e era também ele uma República.



portuguesas. No Douro, era uma figura valorizada no setor, inclusivamente pelos republicanos, sendo considerado como um “herói” protetor destes vinhos.

**Imagem 4:** Rótulo de Vinho Velho do Porto, marca «João Franco», da Nova Companhia de Vinhos Finos do Douro, Porto.

Disponível no *Diário do Governo* n.º 138, 15/06/1911.



Para além das referências ao Brasil, há ainda uma marca que remete para uma das colónias (“Angola”), mas outro país que surge enfatizado é o Peru, através da sua menção (“Republica del Perú” ou “Peruano”) ou, no caso de um vinho de origem indeterminada da Adriano Ramos Pinto & Irmão chamado “San Martin”, cuja marca de fogo remete para um herói da proclamação da República do Peru e seu 1º Presidente. Existiam produtores que faziam menção à República para se solidarizarem com o regime, ou também porque eram já militantes do Partido Republicano ou simpatizantes com estes mesmos ideais. Todavia, seria necessária uma análise mais profunda sobre o perfil de cada um, que poderá ser objeto de estudo em futuras investigações, mas no presente trabalho não é central.

Podemos assim concluir que no início da instauração da República em Portugal vemos ainda designações que remetem para o regime monárquico, mas são mais expressivas as que se ligam à nova forma de governo.

## Conclusão

Numa época de grandes transformações, a proliferação de formas de adulteração dos vinhos mostrou ser um problema que era necessário combater, pelo que várias nações procuraram reverter a situação, nomeadamente através de Convenções onde discutiram o tema e criaram mecanismos para fazer recuar a situação. Portugal era um dos países que se debatia com este problema, sendo este mais notório quanto ao vinho do Porto, que era imitado quer por estrangeiros quer por nacionais, o que provocou um clima de mal-estar



entre as diversas regiões vitícolas. Assim, os mecanismos para a proteção das marcas foram acionados com o seu registo, destacando-se a incidência dos vinhos no registo de marcas, sobretudo por empresas com residência no Porto/ Vila Nova de Gaia, o que é compreensível por ser “um dos principais centros mercantis do País [...] simultaneamente centros exportadores, mercados urbanos e plataformas de distribuição no mercado nacional”<sup>32</sup>.

Ao longo dos 14 meses em análise é possível ver que o vinho do Porto foi a principal denominação de origem registada e, cujas marcas conseguiram chegar aos mercados, já que os pedidos de registo foram na sua maioria concedidos. Porém, há pedidos de registo cujo estado não é possível determinar, pois o despacho não se insere na cronologia proposta, pelo que a sua análise futura poderá trazer uma nova perspetiva, uma vez que, por exemplo em 1911, quanto aos vinhos do Porto ou sem denominação o valor dos indeterminados ultrapassa o dos recusados. É de destacar a forte presença de negociantes e exportadores portugueses envolvidos no negócio dos vinhos, apesar de figurarem alguns estrangeiros. O facto de não surgirem mais estrangeiros nos registos de marcas não invalida o seu envolvimento, porque poderiam não proceder ao seu registo. Investigações futuras poderão focar-se mais em concreto no perfil de cada um dos proprietários/empresas, para se perceber se estas eram mais antigas ou recentes, qual a sua importância económica, mas também qual a sua vinculação ao nível político, influenciadora, por exemplo, das imagens usadas nos rótulos de vinhos.

Uma última questão que não foi levantada ao longo do trabalho, por não se inserir nos objetivos propostos, mas que poderá também ser interessante no futuro, é o facto de existirem registos cujos números são inexistentes: 13:268, 13:356, 13:432, 13:916, 14:105 e 14:106, sem se mencionar na fonte o porquê dessa supressão. No caso do n.º 13:356 (que deveria ser registado no *Diário do Governo* n.º 7, 10.01.1911), aparece posteriormente referência à marca como “FALCON BRAND” no *Diário do Governo*, n.º 59, de 14.03.1911, por receber uma proteção da marca numa província ultramarina, ou seja, não é um registo inexistente, mas não é mencionado o motivo pelo qual surge num momento posterior. Daqui fica a dúvida se os anteriores também serão referidos ou não em edições posteriores e, no caso de tal acontecer, se se deve ao mesmo motivo – a proteção numa província ultramarina.

---

<sup>32</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; CRUZ, Marlene – “Origem e distinção: As Marcas de Vinhos no Final do Século XIX”, p. 416.

A questão das marcas comerciais no concenrente aos vinhos é um assunto que tem vindo a ser cada vez mais estudado, porém ainda de forma limitada quanto ao contexto português, por isso espera-se que esta breve análise contribua pela investigação de um curto período de tempo, mas também pela abertura da consciencialização para o seu estudo em futuras pesquisas.

## Fontes e bibliografia

### Fontes

#### *Diário do Governo*

*Diário da República Eletrónico* [Lista em linha]. [S. l.]: República Portuguesa, 2020. [Consult. 6 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/advanced/normal?filterEnd=1911-12-31&advanced.search=Pesquisa+Avan%C3%A7ada&filterStart=1910-11-01&filterAction=TRUE&ano=1910&advancedPublicSearch\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_perPage=100&types=DR](https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/advanced/normal?filterEnd=1911-12-31&advanced.search=Pesquisa+Avan%C3%A7ada&filterStart=1910-11-01&filterAction=TRUE&ano=1910&advancedPublicSearch_WAR_drefrontofficeportlet_perPage=100&types=DR)>.

### Legislação

Carta de lei 4 de junho 1883 do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 129, 11 de junho de 1883 [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/57/42/p154>>.

Decreto-lei nº 6 de 15 de dezembro 1894. [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 286, 17 de dezembro de 1894 [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/80/117/p1077>>.

Decreto-lei nº 6 de 15 de dezembro 1894. [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 286, 17 de dezembro de 1894 [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/80/117/p1077>>.

Regulamento para a execução do decreto n.º 6, de 15 de dezembro de 1894, sobre a propriedade Industrial, de 28 de março 1895, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 75, 4 de abril de 1895. [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/81/123/p415>>.

Carta de lei de 21 de maio 1896. [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 119, 28 de maio de 1896 [Consult. 28 dez. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/77/122/p431>>.

Decreto-lei de 1 de março 1901 do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Direção Geral do Comércio e Indústria. [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 52, 6 de março de 1901

[Consult. 15 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p85>>.

Decreto-lei de 10 de maio 1907 do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Direção Geral da Agricultura [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 115, 24 de maio de 1907 [Consult. 20 abr. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/95/139/p351>>.

Decreto-lei de 27 de novembro 1908 do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Direção Geral da Agricultura [Em linha]. *Diário do Governo*, I Série, nº 273, 1 de dezembro de 1908 [Consult. 20 abr. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/93/129/p750>>.

## Estudos

BENTLY, Lionel; DAVIS, Jennifer; GINSBURG, Jane C. (ed.) – *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva – “Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States”. In DUGUID, Paul; LOPES, Teresa da Silva (ed.) – *Trademarks, Brands, and Competitiveness*. Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 9-30.

GUICHARD, François – “O vinho do Porto e mais alguns: gestão da imagem”. *DOURO – Estudos & Documentos* [Em linha]. Vol. I, nº 3 (1997), p. 145-157. [Consult. 15 fev. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9345.pdf>>.

GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) – *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*. Vol. 5 de *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: Afrontamento, 2019.

LAINS, Pedro – *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo (1851-1913)*. Lousã: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.

LOPES, Teresa da Silva; LLUNCH, Andrea; PEREIRA, Gaspar Martins – “The Changing and Flexible Nature of Imitation and Adulteration: The Case of the Global Wine Industry, 1850-1914”. *Business History Review* [Em linha]. Vol. 94, nº 2 (2020), p. 347-371. [Consult. 27 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/business-history-review/article/changing-and-flexible-nature-of-imitation-and-adulteration-the-case-of-the-global-wine-industry-18501914/35A94870B7EDBC4363E75CC93105C639#>>.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. II – Das Revoluções Liberais aos nossos dias. 3ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1976.

MARQUES, A. H. de Oliveira; ROLLO, Fernanda – “Agricultura, Pecuária e Pescas”. In MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Portugal. Da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 64-114.

MARTINS, Conceição Andrade – “A agricultura”. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. 2, p. 219-255.

MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.

PEREIRA, Gaspar Martins; CRUZ, Marlene – “Origem e distinção: As Marcas de Vinhos no Final no Século XIX”. *CEM Cultura, Espaço & Memória*. [Em linha]. n.º 8 (2017), p. 409-425. [Consult. 4 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set\\_number=001714&set\\_entry=000001&format=999](https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=001714&set_entry=000001&format=999)>.

PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal*. Vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, 1935.

RAMOS, Rui – *A Segunda Fundação (1800-1926)*. Vol. 6 de *História de Portugal* (dir. de José Mattoso). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SEQUEIRA, Carla – *A Questão Duriense e o Movimento dos Paladinos (1907-1932)* [Em linha]. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2000. [Consult. 4 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.researchgate.net/publication/233381596\\_A\\_questao\\_duriense\\_e\\_o\\_movimento\\_dos\\_Paladinos\\_1907-1932\\_Da\\_Comissao\\_de\\_Viticultura\\_Duriense\\_a\\_Casa\\_do\\_Douro](https://www.researchgate.net/publication/233381596_A_questao_duriense_e_o_movimento_dos_Paladinos_1907-1932_Da_Comissao_de_Viticultura_Duriense_a_Casa_do_Douro)>.

SEQUEIRA, Carla – *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional* [Em linha]. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» /Edições Afrontamento, 2011. [Consult. 4 out. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.researchgate.net/publication/233381570\\_O\\_Alto\\_Douro\\_entre\\_o\\_livre-cambismo\\_e\\_o\\_proteccionismo\\_a\\_questao\\_duriense\\_na\\_economia\\_nacional](https://www.researchgate.net/publication/233381570_O_Alto_Douro_entre_o_livre-cambismo_e_o_proteccionismo_a_questao_duriense_na_economia_nacional)>.

## **Anexos**

Tabela 15: Valores destacados nas marcas de vinho entre 01.11.1910 – 30.12.1910

<b>Elementos de distinção</b>	<b>Exemplos (novembro/dezembro 1910)</b>
<b>Proprietário/ empresa e informações inerentes</b>	Nome do proprietário/empresa; Sigla a partir do nome do proprietário/empresa; Assinatura do proprietário; Escudo de armas da família do proprietário/empresa; Referência à sede; Profissão exercida (exportadores); Data da fundação e fundador.
<b>Símbolos Nacionais e Históricos</b>	Escudo de armas nacional; Armas da monarquia; Datas históricas: “5 d’Outubro de 1910”; Conotação com a nova forma de governo: “Saudação à República”, “República”; Personagens típicas: Zé Povinho, figura feminina representativa da República; Designações: “Heróis de Lisboa”, “Era Nova”.
<b>Símbolos religiosos e da mitologia</b>	Nome que remete para invocação (“Imploração”, “Redenção”); Santos (Santo António); Figuras/elementos ao estilo clássico (gladiador, figuras femininas tocando lira, coroa de louros); Mitologia cristã (pomba, figura alada tocando trompa); outros símbolos: dragão.
<b>Vinhos</b>	Nome da marca; Nomes qualificativos (Generoso, Fino, Especial); Propriedades terapêuticas (antifebril estomacal; quinado); Características do vinho (região de proveniência, antiguidade, casta (ex. Malvasia, Moscatel), categoria, vinificação e envelhecimento); Medalhas alcançadas em Exposições; Imagem de figuras femininas/masculinas a consumir a bebida; Tipo de vinho (Vinho Verde, Clarete, etc.); Expressões: “Tónico Antifebril Estomacal”.
<b>Mercados a atingir</b>	Figuras humanas/animais simbólicas relacionadas com o mercado que pretendem atingir (homem/mulher africanos, leão, colibri – América do Sul, águia); Figuras do contexto político (Hermes da Fonseca); Escudos de armas de cidades (Porto), nações ou associados entre dois países (Portugal/Brasil).
<b>Símbolos de ruralidade e proveniência</b>	Imagens relacionadas com o produto (cachos de uvas, bagos de uvas, parras, cesto de uvas); Figuras humanas envolvidas no processo de fabrico do vinho; Plantas (trevo); Animais (carneiro); Paisagens (montanha).

Fonte: *Diário do Governo*, 01.11.1910 – 30.12.1910.

Tabela 16: Valores destacados nas marcas de vinho entre 03.01.1911 – 30.12.1911

Elementos de distinção	Exemplos (1911)
<b>Proprietário/ empresa e informações inerentes</b>	Nome do proprietário/empresa; Sigla a partir do nome do proprietário/empresa; Símbolo da firma; Referência à sede ou à quinta onde é produzido o vinho (Quinta do Castelo – Alto Douro, Quinta do Romeu); Data da fundação; Identificação da profissão exercida (exportadores); Escudo de armas da família do proprietário/empresa; Lema da família ("Ne oublie", da família Graham); Descrição do armazém ("Grandes Armazéns e Depósitos dos Vinhos do Alto Douro").
<b>Símbolos Nacionais e Históricos</b>	Escudo de armas nacional; Esfera armilar; Figuras históricas: João Franco, Augusto Hilário (fado de Coimbra), Maria da Fonte; Datas históricas: 5 de outubro de 1910, 4 de março; Personagens típicas: Zé Povinho, Campino; Elementos que remetem para a Expansão ultramarina: caravelas/naus, âncora, nomes de marcas como “Conquistador”; Símbolos culturais: Guitarra Portuguesa, músicos: guitarrista, tocador de alaúde; Outros símbolos: coroa, castelo, soldados, figuras ligadas à revolução (efígie da República); Expressões: “Alma Nacional”.
<b>Símbolos religiosos e da mitologia</b>	Nome remete para invocação (“Livração”, “Livramento”), espaços de culto (“Moscatel da Abbadia”) ou figuras ligadas ao culto religioso (“Lágrimas de Freira”, “Sacristão”); Santos (Nossa Senhora do Carmo, S. João, S. Mateus, S. Miguel); Ordens religiosas (Ordem de Cristo, Ordem de Santiago); Mitologia cristã (figura alada tocando trompa, cruz, Sagrado Coração); Figuras da mitologia (Noé); Seres/Objetos simbólicos ou da mitológicos: cavaleiro, ancião, hipogrifo, grifo, coroa de louros, caduceu de Hermes.
<b>Vinhos</b>	Nome da marca (alguns casos remetem para ideologias/acontecimentos políticos: “Socialista”, “Cidadão”, “Vinho Republicano da República Portuguesa”, “Três Repúblicas”, “Revolução de 1910” ou para um público em concreto: “Paraíso das Damas”, “Taça das Damas”); Nomes qualificativos (Genuíno, Puro, Velho, Virgem, Particular, Nutritivo, Superior, Fino, Especial, Seco); Apresentação de características do vinho (região de proveniência, antiguidade, casta (ex. Malvasia, Moscatel), categoria, vinificação e envelhecimento); Medalhas alcançadas em Exposições; Processo de vinificação (emadurece em madeira); Tipo de vinho (Vinho Verde, Clarete, etc.); Propriedades terapêuticas ("Recomendado às pessoas de organismo débil"); Forma como poderá ser consumido,

	<p>nomeadamente apresentando uma receita; Preço (ex. R\$ 208); Designação “Marca registada”; Expressões: latinas: “Magis Bacchaeum Ecce Nectar”, “In Hoc Signo Vinces”, “Fons Vitae”; do local de origem/engarrafamento: “Genuíno das propriedades de [...]”, “Bottled in Bond London”; destinatários: “Vida dos Velhos! Para Sãos, Doentes e Convalescentes”; recompensas: “As mais valiosas recompensas em todas as exposições”, “Última Recompensa: Medalha de Ouro na Exposição do Rio de Janeiro de 1900”, “Premiado em Diversas Exposições”, “Novidade de 1907”, “Premiado com as mais altas recompensas em todas as exposições a que tem concorrido”.</p>
<b>Mercados a atingir</b>	<p>Figuras conhecidas do contexto político (Hermes da Fonseca, José Maria da Silva Paranhos Júnior – Barão de Rio Branco, San Martin); Associação entre dois países (Portugal/Brasil); Marcas evocativas dos mercados (“República del Perú”, “Peruano”, “Ypiranga”); Expressões: “Omenaje á la Republica del Perú”, “Ominage à La Ciudad de Iquitos”, “Labor Omnia Vincit”); Edifícios (ilustração do Museu de História Natural, no Ipiranga).</p>
<b>Símbolos de ruralidade e proveniência</b>	<p>Imagens relacionadas com o produto (cachos de uvas, parras); Paisagem rural; Regiões de origem reconhecidas (Douro, Minho, Alto Minho, Madeira); Elementos animais (ovino, coelho/lebre, cão, pintainho); Alfaias agrícolas (machado, vasilhame); Plantas (açucena, trevo, girassol); Expressões: “Pinhão, Puro Vinho Fino do Douro”.</p>

Fonte: *Diário do Governo*, 03.01.1911 – 30.12.1



## O auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto às crianças desprotegidas (1915-1917)

Joana Filipa Cardoso Moreira  
joanafilipacm1@hotmail.com

### Resumo

Atendendo ao facto de que ao longo dos séculos XIX e XX se assinalou uma crescente preocupação com a infância e com a consolidação de um sistema público de assistência aos menores desamparados, neste artigo procuraremos analisar o auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto às crianças desprotegidas entre 1915 e 1917. Neste sentido, numa perspetiva heurística, estudaremos, concomitantemente, questões de dimensão coletiva e individual – ou seja, questões que se articulam com o funcionamento do estabelecimento, com o perfil das crianças auxiliadas e com o seu percurso na instituição. A fim de alcançar o propósito delineado, esquadriharemos os *Livros das Entradas* que cobrem o período temporal aludido, uma vez que nestes se registam os assentos individuais de todas as crianças acolhidas.

**Palavras-chave:** Infância; Casa-Hospício do Porto; Crianças Desprotegidas; Assistência.

### Abstract

Considering the fact that, throughout the 19th and 20th centuries, there was a growing concern with children and the consolidation of a public system of assistance to unprotected minors, in this article we will seek to analyze the aid granted by Casa-Hospício do Porto to unprotected children between 1915 and 1917. In this sense, from the heuristic point of view, we will study, concomitantly, issues of collective and individual dimension – that is, issues that are articulated with the functioning of the establishment, with the profile of the children assisted and with their journey in the institution. To achieve the intended purpose, we will scan the Entry Books that cover the alluded period of time, since the individual entries of all foster children received are recorded in there.

**Keywords:** Childhood; Casa – Hospício do Porto; Unprotected Children; Assistance.

### Introdução

A definição do objeto de estudo inaugura o conjunto de etapas indispensáveis para a realização de um percurso de investigação, motivo pelo qual, nesta fase inicial, importa mencionar que o presente artigo versará sobre o auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto à infância desvalida, o perfil das crianças acolhidas entre 1915 e 1917 e o seu percurso na instituição, segundo os dados recolhidos a partir dos *Livros das Entradas* que cobrem o período temporal aludido. Tratar-se-á, pois, de um estudo que se insere na História da Infância, uma área de estudo que se encontra em desenvolvimento em Portugal.

O processo de investigação histórica pressupõe que se esquadrinhe a documentação, de forma minuciosa e reiterada, com o intuito de analisar uma determinada realidade localizada no tempo e no espaço, motivo pelo qual é impreterível indicar os objetivos orientadores da pesquisa e a problemática delineada. Partindo deste pressuposto, revela-se profícuo mencionar que este artigo centrar-se-á, simultaneamente, na dimensão coletiva e individual – ou seja, em questões que se encontram diretamente interligadas com o modo de funcionamento da Casa-Hospício do Porto na cronologia delimitada e com o perfil e o percurso das crianças sob a sua jurisdição. Neste sentido, procuraremos: compreender em que medida a Casa-Hospício outorgava (anual, sazonal e mensalmente) assistência às crianças portuenses desprotegidas; apurar a existência de tendências capazes de patentear o perfil dos menores que ingressavam na instituição, tendo em consideração o género, a naturalidade, a idade de abandono e o enxoval que as acompanhava; conhecer o fluxo de entradas/saídas das crianças e as respetivas causalidades, as razões de abandono, os intervenientes no encaminhamento para o estabelecimento e ainda a mortalidade assinalada.

A elaboração de trabalhos de cariz científico requer igualmente uma argumentação assente em bibliografia – aliás, tendo em conta o carácter fulcral desta componente, torna-se mesmo primordial o cruzamento de estudos gerais e específicos. Assim, perante a impossibilidade de mencionar todos os produtores de informação selecionados, importa destacar a relevância de alguns trabalhos que auxiliaram a presente investigação<sup>1</sup>. Dessarte, no que concerne à contextualização da temática, devemos destacar a importância das obras coordenadas por Irene Vaquinhas, Philippe Ariès e George Duby, na medida em que estes historiadores contribuíram para a inteligibilidade da proteção infantil no século XX. De igual modo, as teses de Isabel dos Guimarães Sá e Ana Martins Moreira revelaram-se essenciais para a consciencialização dos princípios bases que nortearam a Casa-Hospício do Porto até 1915. Finalmente, interessa salientar a importância dos trabalhos da autoria de Joana Paulino e de Teodoro Afonso da Fonte, uma vez que estes possibilitam estabelecer uma comparação, em múltiplas dimensões, entre a realidade do Porto e a de outros pontos geográficos.

De igual modo, torna-se imprescindível dar nota de que a principal fonte selecionada foram os *Livros 132 e 133 das Entradas* das crianças na Casa-Hospício.

---

<sup>1</sup> Todos os trabalhos consultados são citados ao longo do estudo e encontram-se referenciados na parte final do mesmo.

Posto isto, mencionar que as metodologias e técnicas adotadas para a recolha, tratamento e sistematização das informações foram escolhidas tendo em conta os objetivos definidos e os pressupostos que orientam o estudo. É aqui que radica a justificação para a construção de uma base de dados, para o tratamento intensivo do corpo documental, para a abordagem qualitativa e quantitativa e para a apresentação dos resultados da investigação com recurso a quadros e a gráficos.

## 1. Os Livros das Entradas da Casa-Hospício do Porto

Fonte histórica é tudo aquilo que usamos para tentar compreender e interpretar o passado, ou seja, é todo o material que auxilia o historiador na operação histórica. É neste sentido que se revela adequado indicar alguns dados relativamente aos *Livros das Entradas* que cobrem o período compreendido entre 1915 e 1917<sup>2</sup>.

A documentação da Casa-Hospício do Porto consultada encontra-se no Arquivo Distrital do Porto, mais concretamente no fundo intitulado *Casa da Roda do Porto*, pois, apesar de esta ter deixado de ser a designação oficial da instituição em 1865, a verdade é que perdurou no tempo, consagrada pelo uso. Agrega, portanto, um amplo conjunto documental resultante do longo período de assistência à infância desprotegida portuense, o qual se reparte por secções, séries e unidades de instalação. É entre este conjunto, mais especificamente na secção *Assistência aos Expostos* e na série *Entradas*, que se insere a fonte selecionada, os *Livros das Entradas* dos expostos.

No que concerne à cronologia, é conveniente referir que a série correspondente às *Entradas* é composta por registos produzidos entre 08-02-1683 e 06-12-1955, todavia, tendo por base um critério pragmático, foram selecionados os anos que integram o intervalo de tempo entre 1915 e 1917. Esta escolha deve-se, por um lado, à necessidade da articulação entre a fonte e a bibliografia disponível para sustentar a análise e, por outro, ao facto de não existirem estudos que se debrucem sobre estes anos. Note-se que os *Livros das Entradas* das crianças, apesar de ordenados cronologicamente, não se encontram organizados tendo em conta os anos civis completos, tal como se reflete no livro *133 Entradas*<sup>3</sup>, o qual abarca os registos efetuados entre 08-07-1915 e 15-11-1918. Por este motivo, de modo a aceder à informação correspondente aos meses de janeiro a julho de

---

<sup>2</sup> Arquivo Distrital do Porto (ADP). Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915-1917.

<sup>3</sup> O livro designado *133 Entradas*, referenciado com o código PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0536, é constituído por documentos produzidos entre 08-07-1915 e 15-11-1918.

1915, revela-se necessário consultar igualmente parte do livro *132 Entradas*<sup>4</sup>. Os dois livros apresentam uma extensão de 400 folhas cada um, sendo que em cada folha consta uma média de dois registos (Anexo 1). Para o período em estudo, de 1915 a 1917, devemos, desde já, indicar que foram analisados um total de 765 assentos individuais.

Os *Livros das Entradas* na Casa-Hospício do Porto são constituídos por assentos individuais, nos quais eram inscritos os dados sobre cada criança admitida. Regem-se por um formato pré-estabelecido, ao longo do qual, de forma mais ou menos completa, indicam o nome da criança, data e hora da entrada, género, idade (em alguns casos aproximada), data e local de nascimento, filiação (nome e, por vezes, profissão e morada), e o oficial/instituição de diligência que a entregou na instituição. É relevante salientar ainda que alguns assentos patenteiam informações complementares de múltipla índole: vacinação, motivo de abandono, grau de parentesco com outras crianças já entregues à instituição, saída(s) (para amas, tratamento hospitalar ou para outras instituições), reentrada(s), passagem para o livro de maiores de sete anos, a data de falecimento da criança e eventualmente o local (dentro da instituição, em poder da ama ou no hospital). Na sequência das informações aclaradas e da articulação destas com a problemática enunciada na introdução deste artigo, torna-se evidente que a fonte selecionada tem potencial para auxiliar e viabilizar o desenvolvimento do presente estudo.

A elaboração deste projeto de investigação histórica pautou-se por um processo faseado e evolutivo. Partindo deste pressuposto, naturalmente se compreende que o presente artigo transpareça conhecimento e lucidez sobre a fonte selecionada – o qual, inclusivamente, possibilita discernir as suas virtudes e limitações. Neste sentido, além da já referida potencialidade para auxiliar a responder às questões orientadoras deste estudo, os *Livros das Entradas* primam pelo facto de os registos seguirem sempre a mesma estrutura e por apresentarem uma caligrafia legível – o que a par do seu bom estado de conservação e da qualidade da digitalização facilitam a leitura e análise desta fonte. Atendendo aos aspetos positivos apontados, é plausível considerar a fonte satisfatória para a investigação, no entanto, revela-se, igualmente, oportuno tecer algumas considerações quanto aos aspetos negativos. Assim sendo, importa salientar que a fonte selecionada se demonstra redutora para determinadas dimensões, uma vez que não apresenta dados complementares importantes para o estudo – tal como se constata com o facto de não apresentar informação referente às causas das mortes e dos internamentos

---

<sup>4</sup> O livro designado *132 Entradas*, referenciado com o código PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0535, é constituído por documentos produzidos entre 20-07-1911 e 07-07-1915.

para tratamento e de apenas esporadicamente referir os motivos de abandono. Esta realidade acentua-se nos registos do ano de 1917, visto que se verificam algumas lacunas e diferenças pontuais relativamente à informação até então registada – o que nos leva a crer que, fruto de invalidez, morte ou até mesmo da conjuntura resultante da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, possa ter ocorrido uma troca do responsável pelos registos. A hipótese levantada reforça-se no facto de se verificar nesse ano uma caligrafia diferente, evidente sobretudo na escrita da letra “A”, bem como em pontuais ausências de informação, sobretudo no que diz respeito à existência de irmãos – os quais, por vezes, só se tornam perceptíveis através do cruzamento que efetuamos da informação respeitante à parentalidade.

## **2. As políticas republicanas de apoio à infância desprotegida**

Atendendo à temática e à cronologia sobre a qual o presente estudo se irá debruçar, apraz, nesta fase inicial, enquadrar, ainda que de forma sintética, a Casa-Hospício do Porto nas políticas de proteção à infância levadas a cabo durante a I República.

Neste sentido, revela-se oportuno referir que, com o intuito de lançar as “bases para um regime assistencial moderno e distanciado das velhas medidas caritativas”<sup>5</sup>, os primeiros governos republicanos produziram um vasto conjunto legislativo que visava conceder apoio e proteção à infância desvalida, abandonada e indigente. Assim, para evitar ou atenuar alguns dos problemas que se revelavam tão perniciosos à sociedade, o governo reorganizou os serviços de assistência pública, colocando-os sob a autoridade e superintendência do Ministério do Interior; criou a Direção Geral da Assistência, o Fundo Nacional de Assistência e o Conselho Nacional de Assistência Pública, para fiscalizarem e coordenarem a assistência pública e a privada; fundou a Tutoria da Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças a fim de atuarem de forma direta com crianças abandonadas, pobres, maltratadas, desamparadas e delinquentes; concedeu de subsídios de aleitação e consagrou, ainda, o direito à assistência pública na Constituição de 1911.

Ademais, importa referir que face ao “número crescente de crianças que jorrava por todos os canais e que desaguavam nas grandes cidades, particularmente em Lisboa e

---

<sup>5</sup> MATTOSO, José (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. In VAQUINHAS, Irene (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011 (vol. 3), p. 136.

no Porto”<sup>6</sup> foram tomadas medidas específicas para estas duas cidades. Relativamente ao Porto, interessa ressaltar o facto de o governo ter criado na cidade uma comissão de assistência pública e de a Câmara ter lançado, em 1914, um plano de assistência destinado a mulheres e crianças oriundas dos meios mais carenciados.

Após o panorama apresentado, devemos esclarecer que, não obstante o esforço dos republicanos para instituírem serviços que intentavam prestar ajudar à infância ou acolher menores, a verdade é que os seus programas não contemplavam medidas com potencial para alterar substancialmente o quadro normativo e institucional que haviam herdado do regime monárquico, nem logravam de apoios financeiros suficientes – pelo que podemos asseverar que “os resultados ficaram aquém das iniciativas legislativas”<sup>7</sup>.

Este enquadramento permitirá problematizar os resultados da pesquisa empírica que doravante serão apresentados.

### **3. O auxílio concedido pela Casa-Hospício Porto às crianças desprotegidas**

O fenómeno do abandono infantil em Portugal tem-se registado de forma perene e diacrónica, pelo que, desde já, se deve esclarecer que não corresponde a uma problemática exclusiva da Época Contemporânea. Partindo deste pressuposto, facilmente se compreende que ao longo dos séculos se tenha assinalado uma crescente preocupação com a infância e com a institucionalização de um sistema público de concessão do indispensável amparo e abrigo às crianças desprotegidas – na sequência da qual foram criadas instituições como a Casa-Hospício do Porto.

Fruto e reflexo da passagem do tempo, a partir do século XIX assinala-se uma gradual consciencialização da importância e do valor da infância, motivo pelo qual se afirma que “no século XIX a criança está mais do que nunca no centro da família”<sup>8</sup> e que “o século XX foi anunciado como o século da criança”<sup>9</sup>. Assim, a criança, até então vista

---

<sup>6</sup> TOMÉ, Maria Rosa – *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. Tese de Doutoramento em Letras, área de História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade de Coimbra, p.150.

<sup>7</sup> MATTOSO, José (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. In VAQUINHAS, Irene (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011 (vol. 3), p. 136.

<sup>8</sup> PERROT, Michelle (dir.) – “História da vida privada: Da Revolução à Grande Guerra”; trad. por Armando Luís de Carvalho Homem. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. Porto: Afrontamento, 1990 (vol. IV), p. 146.

<sup>9</sup> TOMÉ, Maria Rosa – *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*, p. 19

como um “adulto em miniatura”<sup>10</sup>, passa a ser “objeto de um investimento a todos os níveis: afectivo, certamente, mas também económico, educativo, existencial”<sup>11</sup>. Neste sentido, não surpreende que, na medida do possível, ao longo do século XIX e XX o seio familiar se tenha dedicado mais e melhor aos interesses das crianças – uma mudança deveras importante uma vez que, sobretudo nos primeiros anos de vida da criança, os parentes próximos são os transmissores da educação e das diretrizes sociais. Na sequência da corresponsabilização da família e da sociedade na orientação infantil, rapidamente se compreende que a infância desvalida, exposta e abandonada<sup>12</sup> tenha passado a ser alvo de maior atenção. Tal conceção é possível de corroborar com o aumento de normas e instituições cuja finalidade assentava na prestação de protecção e auxílio às crianças vítimas de abandono<sup>13</sup>.

### 3.1. A fundação da Casa-Hospício e os seus desígnios

Entre o conjunto de mecanismos institucionais destinados à assistência do abandono infantil consta a Casa-Hospício do Porto – estabelecimento que constitui o caso de estudo da presente investigação. A compreensão da importância desta instituição para auxiliar o abandono de crianças no Porto pressupõe que se conheçam, ainda que de forma breve, as circunstâncias da fundação da Casa-Hospício portuense e os seus desígnios.

Neste sentido, devemos, desde já, aclarar que a assistência à infância portuense se pautou sempre por um conjunto de particularidades que lhe conferiam destaque no panorama nacional – uma realidade que se interliga com o facto de as medidas tomadas para o distrito do Porto terem sido suporte da legislação central. De facto, tal como Ana Dorinda Moreira esclarece na sua tese, de acordo com José de Magalhães, diretor do Hospício, “desde 1858 que a ideia de extinção da Roda e a sua transformação numa instituição de admissão restrita se havia começado a delinear”<sup>14</sup>, pelo que não admira que

---

<sup>10</sup> MARTINS, Ernesto Candeias – “As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada: estudo histórico do século XIX a meados do século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça*, nº 3 (jul./set.2002), p. 57.

<sup>11</sup> PERROT, Michelle (dir.) – “História da vida privada: Da Revolução à Grande Guerra”. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. Porto: Afrontamento, 1990 (vol. IV), p. 148.

<sup>12</sup> Estas terminologias serão aclaradas no ponto 4.1 referente às tipologias de admissão.

<sup>13</sup> MARTINS, Ernesto Candeias – “A Infância Desprotegida Portuguesa na Primeira Metade do Século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça*, nº 4 (out./dez.2006), p. 95 e 96.

<sup>14</sup>MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: [Edição do autor], 2011. Dissertação de mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 45.



a Junta Geral de Distrito do Porto<sup>15</sup> tenha determinado a supressão da Casa da Roda e a sua conseqüente transmutação para a Casa-Hospício do Porto em 1864 – uma decisão que antecede a deliberação nacional, a qual só se efetua três anos depois, em 1867. Efetivamente, tal como expresso no decreto de 21 de novembro de 1867, os Hospícios deveriam “admitir não só expostos, mas também crianças abandonadas [...] e indigentes. O princípio fundamental é o da admissão justificada”<sup>16</sup>. Note-se que em março de 1868, este decreto foi revogado a nível nacional, todavia a instituição portuense em análise deu continuidade a este sistema de admissão que se caracterizava por ser mais restrito e por, contrariamente ao anonimato da Roda, exigir identificação parental. Torna-se, portanto, inteligível que a nova legislação procurava acabar com os expostos, dar maior atenção à proteção de crianças desprotegidas ou ainda conceder subsídios de lactação a mães solteiras e/ou pobres – objetivos que, claramente, nos elucidam sobre a importância da Casa-Hospício do Porto.

A referida passagem da Roda para a Casa-Hospício não implicou mudanças estruturais no quadro de assistência distrital. Assim, até à passagem da tutela para as Juntas Gerais conservou-se a divisão do distrito em dois círculos administrativos – Porto e Penafiel – os quais contavam com a presença de uma Casa-Hospício no concelho<sup>17</sup>. Relativamente a esta questão devemos salientar que ambas as estruturas de acolhimento de crianças se localizavam em centros urbanos, pelo que, embora sem confirmação científica, poderemos associar esta realidade ao facto de a cidade proporcionar o anonimato desejado por todos aqueles que abandonavam os seus filhos. Ademais, tendo em consideração o propósito desta abordagem, deve-se salientar que a Casa-Hospício do Porto desempenhava um papel fulcral no amparo das crianças desprotegidas ou abandonadas – mais concretamente de “desvalidas”; desvalidas com “admissão provisória”; “expostas”; ou “abandonadas”<sup>18</sup> – no núcleo urbano do Porto e nos concelhos compreendidos pelo círculo de influência portuense.

---

<sup>15</sup> Em 1878, na sequência de um novo Código Administrativo, as competências das Câmaras Municipais em relação à administração dos expostos cessaram e foram transferidas para a tutela das Juntas Gerais de Distrito.

<sup>16</sup> LOPES, Maria Antónia – “Os pobres e a assistência pública”. In MATTOSO, José (dir.) – “História de Portugal”. Vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 505 Citado por MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: [Edição do autor], 2011. Dissertação de mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 46.

<sup>17</sup> MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*, p. 49

<sup>18</sup> Mais à frente, no ponto 4.1 procederemos à explicação das distintas tipologias de admissão das crianças, pelo que estas dissemelhanças serão esclarecidas.

### 3.2. Os números e o ritmo das entradas de crianças na Casa-Hospício do Porto

O século XX primou pela crescente preocupação e valorização da criança, motivo pelo qual se ampliou a teia de instituições de assistência à infância. No caso do Porto, notabiliza-se a Casa-Hospício do Porto, na medida em que, entre os anos de 1915 e 1917, esta concedeu o necessário amparo e abrigo a 765 crianças abandonadas e desprotegidas.

De modo a aprofundar o presente estudo, além do já mencionado valor total de exposições ao longo dos três anos, revela-se igualmente apropriado descrever o ritmo de entradas anuais, sazonais e mensais verificado com o intuito de averiguar uma possível interligação entre a quantidade de assentos registados em determinada cronologia e a conjuntura política ou económica.

No que concerne aos valores das matrículas anuais, podemos dizer que a instituição recebeu um total de 200 menores em 1915; 241 em 1916 e 324 em 1917 – valores que demonstram um aumento gradual que se acentua sobretudo nos dois últimos anos. Em termos absolutos, importa ainda referir que o ano de 1917 se destaca em virtude de ter recebido mais 124 crianças face a 1915 e mais 83 do que em 1916. Embora sem sustentação por parte da fonte ou da bibliografia, parece concebível equacionar a conjectura de o elevado valor de exposições assinaladas em 1917 estar associado com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial e com o terrível inverno de 1916-1917. De facto, tal como Rui Ramos nos lembra, Portugal, à semelhança da maioria dos países beligerantes, “sofreu inflação, fomes, greves, motins de rua e insurreições militares”<sup>19</sup>, pelo que parece apropriado considerar que os efeitos económicos e sociais citados tenham influenciado de forma direta as dificuldades de criação e sustento das crianças – razão pela qual a entrega dos menores na instituição poderia constituir a derradeira solução para assegurar a sua sobrevivência.

No que diz respeito aos ingressos sazonais e mensais, constata-se que, contrariamente ao que se sucede nos casos de Viana, Ponte de Lima e Penafiel, na Casa-Hospício do Porto, entre 1915 e 1917, não se verifica um contínuo padrão de comportamento diferenciado de acordo com as estações ou meses do ano. Perante a ausência de uma tendência incessante, apresentar uma breve descrição de cada um dos três anos parece ser a forma mais circunspecta de abordar esta questão. Neste sentido, relativamente a 1915 podemos dizer que os meses com maior incidência de exposições correspondem a maio, março e julho – na medida em que receberam 27, 24, e 20 menores,

---

<sup>19</sup> RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (Vol. VI), p. 519.

respetivamente –, ao passo que os meses com menor movimento de entrada foram novembro, agosto e junho – pois apenas acolheram 9, 11 e 12 menores, pela ordem indicada.

Num cenário bastante dissemelhante, destaca-se a entrada de 62 crianças no mês de dezembro de 1916 – um elevado valor que poderá estar intrinsecamente associado com o clima do vigoroso inverno de 1916/1917, as implicações do mesmo na agricultura e a consequente dificuldade de acesso a produtos alimentares<sup>20</sup>, os quais poderiam, por isso, escassear na mesa das famílias dos bebés e infantes que entraram na instituição. A elevada entrada de crianças poderá, de igual modo, relacionar-se com a crise de subsistências, o aumento dos preços e o custo de vida que se agravaram, ao longo do ano, em todo o país durante a Grande Guerra. Relativamente a este quadro de crise económica e social, Arnold Van Rossum destaca a carestia de bens essenciais como o milho para produzir o pão ou ainda o açúcar, sendo que esta última questão “assumira no Porto um ponto de extrema gravidade, não só pelo prejuízo causado ao comércio, mas também ao consumidor”<sup>21</sup>. Quanto a 1916 é ainda de assinalar 30 matrículas no mês de abril e 22 em março, números que, embora mais reduzidos que o anterior, transparecem, ainda assim, uma assídua entrada que em tudo se distancia das 4 entradas em julho e das 11 quer em janeiro, quer em outubro.

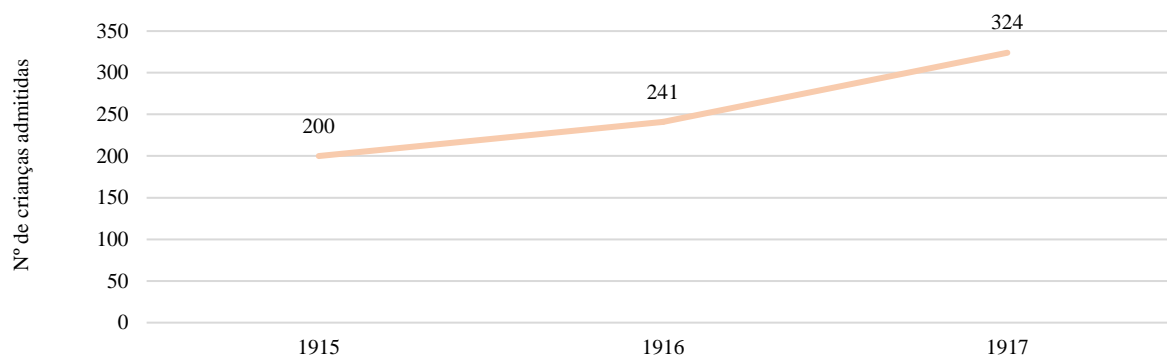
Em conformidade com o ano antecedente, dezembro é o mês que, em 1917, assinala mais entradas, um total de 93 – um valor que poderá surgir da interseção entre as, já mencionadas, questões de índole climatérica e o final do primeiro ano de participação dos portugueses na Primeira Guerra Mundial. Aliás, de acordo com os *Livros das Entradas*, em 1917, nos meses de outono e inverno o número de entradas acentuou-se, uma vez que deram entrada 56 crianças em setembro e 37 tanto em outubro como em novembro. Por outro lado, os meses com menor afluência coincidem com a primeira metade do ano: 5 matrículas em junho, 6 em fevereiro e 8 em agosto e abril.

---

<sup>20</sup> RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”, p. 519.

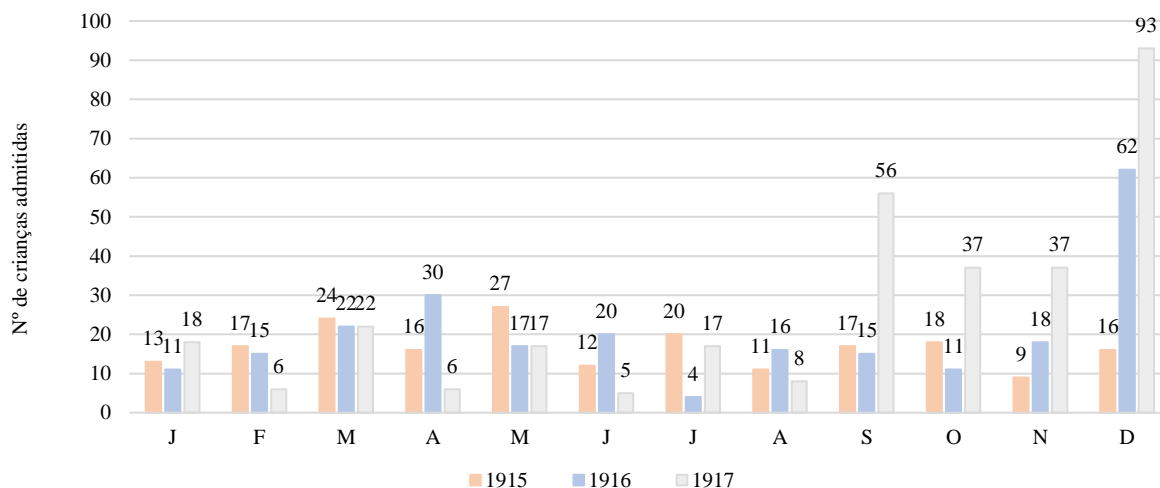
<sup>21</sup> VAN ROSSUM, Arnold Arie – *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*. Porto: [Edição do Autor], 2011. Dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 60.

**Gráfico 1: Movimento anual das entradas na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915 – 1917.

**Gráfico 2: Movimento mensal das entradas na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915-1917.

#### **4. O perfil das crianças desprotegidas acolhidas pela Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**

Os assentos individuais registados nos *Livros das Entradas* da Casa-Hospício do Porto apresentam um conjunto de dados da esfera individual de cada criança, nomeadamente o género, naturalidade, idade de abandono e enxoval. Conscientes da relevância e interesse destas informações singulares, de seguida procederemos a uma abordagem quantitativa e qualitativa que visa assinalar tendências capazes de patentear o perfil dos menores amparados pela instituição portuense nos anos de 1915 a 1917.

#### 4.1. As crianças da Casa-Hospício por género

Atendendo à natureza e propósito da presente investigação histórica, revela-se pertinente averiguar se a passagem da tutela familiar para a da Casa-Hospício do Porto se encontrava, de algum modo, associada a uma discriminação por género, isto é, se se assinala alguma inclinação para abandonar um maior número de rapazes ou de raparigas. A partir da recolha das informações facultadas pela fonte e da sua análise por sexos, constata-se que, tal como expresso no Quadro 1, entre os anos de 1915 e 1917 deram entrada na instituição 470 crianças do sexo masculino e 295 do sexo feminino – valores que se traduzem percentualmente em 61% e 39%, respetivamente, e que, por esse motivo, patenteiam uma maior admissão de crianças do género masculino. Do mesmo modo, os índices de masculinidade concernentes a cada um dos três anos em estudo demonstram a propensão já referida: 122,2 em 1915; 148,5 em 1916 e de 200 em 1917 (Quadro 2).

Os valores anteriormente mencionados parecem refletir uma entrada discriminatória por género, todavia, o aprofundamento desta questão demonstra que essa ideia pode ser, na verdade, ilusória. A justificação para esta questão deve ser apurada através da consulta de bibliografia capaz de sustentar a conjectura levantada: é o caso das *Estatísticas Históricas Portuguesas*, da tese de Teodoro Afonso da Fonte e ainda do relatório da autoria de Vilma Cardoso.

Considerando que seria profícuo proceder a um cruzamento dos números dos nascimentos e dos óbitos, por sexos, consultamos as *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* a fim de apurar os quantitativos registados no distrito do Porto ao longo dos três anos em estudo. De acordo com os dados oficiais, no ano de 1915 nasceram 3337 rapazes e 3294 raparigas; em 1916 nasceram 3420 bebés do sexo masculino e 3192 do sexo feminino e, seguindo a mesma trajetória, em 1917 ocorreram 96 786 nascimentos de rapazes e 91 605 de raparigas<sup>22</sup> – valores que não surpreendem, visto que o nascimento de mais rapazes corresponde a um comportamento demográfico estrutural. Por outro lado, verificamos que, do total de bebés que tinham idades até 1 ano, em 1915 pereceram 2145 crianças do género masculino e 1837 do género feminino; em 1916 morreram 2154 meninos e 1819 meninas; e, de igual modo, no ano de 1917 faleceram 1804 meninos e 1574 meninas<sup>23</sup>. Atendendo aos números assinalados,

---

<sup>22</sup> Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1917*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 61.

<sup>23</sup> Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1917*, p. 70.

evidenciamos que o género masculino apresenta, concomitantemente, uma maior taxa de nascimentos e de mortes (até 1 ano), todavia, após calcularmos a diferença entre os dados quantitativos, constatamos que no distrito do Porto continua a haver uma predominância de bebés do sexo masculino. Dessarte, ainda que eventualmente de forma equívoca, poderemos considerar que o maior acolhimento de crianças do género masculino estaria relacionado com a existência de mais meninos que meninas.

A fundamentação do argumento acima referido assenta ainda no facto de a tese de Teodoro da Fonte explicitar que, em Ponte de Lima, entre 1792 e 1910, e em Viana, entre 1851 e 1870, foram expostas mais crianças do sexo masculino, ao passo que em Penafiel, entre 1872 e 1902 se registaram mais exposições femininas. Embora este último indício pareça ilógico, o certo é que os casos referidos remetem para uma cronologia aproximada, que inclui o século XIX e o dealbar do século XX, e para espaços geográficos pertencentes a distritos limítrofes, (os quais, por sua vez, integram a região norte de Portugal), pelo que se crê que o quotidiano, as tradições e vivências incluíssem traços comuns. Portanto, o maior ingresso do sexo masculino em Viana do Castelo e no Porto e do sexo feminino verificada em Penafiel poderá ser ilustrativa da variação registada a nível regional e da não existência de uma entrada baseada no género.

Assim, após este esclarecimento, espera-se ter ficado claro que, de acordo com os motivos apresentados, a entrada das crianças na instituição parece estar isenta de uma articulação com o género, pelo que estaria, tal como iremos abordar mais tarde, somente associada a dificuldades vividas no seio familiar.

**Quadro 1: Crianças acolhidas na Casa-Hospício do Porto por género (1915-1917)**

Género	Crianças acolhidas	
	Número	Percentagem
Masculino	470	61%
Feminino	295	39%
<b>Total</b>	765	100%

**Fonte:** ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917

**Quadro 2: Relação de masculinidade nos anos de 1915, 1916 e 1917**

Anos	Crianças acolhidas			Relação de masculinidade
	Masculino	Feminino	Total	

1915	110	90	200	122,2
1916	144	97	241	148,5
1917	216	108	324	200

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

#### 4.2. A proveniência geográfica das crianças acolhidas na instituição em estudo

Outra dimensão que devemos analisar é a da proveniência geográfica das crianças que nos anos de 1915 e 1917 deram entrada na Casa-Hospício do Porto. A informação levantada dos 765 assentos individuais demonstra, como o Quadro 3 evidencia, que 642 crianças, ou seja, cerca de 84%, eram naturais de freguesias que integravam o núcleo urbano do concelho do Porto. Entre estas destacam-se as do Bonfim, Cedofeita, Miragaia, Paranhos ou ainda Santo Ildefonso, na medida em que correspondem ao local de nascimento de um total de 182 das crianças que entraram na Casa-Hospício – 56, 46, 20, 30 e 30, respetivamente (Anexo 4). Note-se que a percentagem acima referida inclui já os valores referentes aos menores que, de acordo com o registo de entrada na instituição, nasceram em unidades hospitalares localizadas em Miragaia e em Bonfim. Relativamente a este aspeto, importa ainda salientar que das 363 crianças cujo parto decorreu ao abrigo de cuidados médicos, 359 nasceram no Hospital Geral de Santo António – uma realidade que transparece a importância deste estabelecimento e dos profissionais que prestariam auxílio à população residente na área geográfica envolvente.

Num panorama distinto, encontram-se 91 crianças cuja naturalidade remetia para subdivisões do distrito administrativo do Porto (Quadro 3), como é o caso dos fronteiriços concelhos de Gaia, Matosinhos, Gondomar e Maia e dos concelhos de Valongo, Paredes, Penafiel, Lousada, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião, localizados mais periféricamente (Anexos 3 e 4). Embora sem comprovação científica, poderemos presumir que esta convergência de crianças provenientes das áreas circundantes estava relacionada com a relevância da Casa-Hospício do Porto na região.

Ademais, a fonte revelou que 19 das crianças acolhidas na instituição eram naturais de locais exteriores ao distrito portuense, mais concretamente Luanda, África Ocidental, Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, Coimbra e Lisboa. Refere-se ainda o caso de uma criança que terá nascido "a bordo do vapor holandês Zelandia, nas alturas da ilha de São Vicente, arquipélago dos Açores"<sup>24</sup>

<sup>24</sup> ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 18 dezembro 1915.



(Anexo 2) – uma declaração que indica erradamente que a ilha de São Vicente se localiza nos Açores e não em Cabo Verde. Não podemos deixar de consignar que em 13 assentos individuais não constava a naturalidade – os quais coincidem com crianças órfãs e/ou abandonadas inicialmente em locais que não o Hospício.

**Quadro 3: A proveniência geográfica das crianças acolhidas na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**

Proveniência geográfica	Crianças acolhidas	
	Número	Porcentagem
Distrito do Porto – concelho do Porto	642	84%
Distrito do Porto – outros concelhos	91	12%
Concelhos fora do distrito do Porto	19	2%
Sem informação	13	2%
<b>Total</b>	<b>765</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

### 4.3. A idade das crianças à entrada na Casa-Hospício do Porto

A idade das crianças expostas, por sua vez, corresponde a uma componente de grande importância administrativa, visto que seria a partir da idade, confirmada ou presumida, que se determinaria o tempo a permanecer na instituição até ao final do período da criação, quando completavam os sete anos de idade<sup>25</sup>. De acordo com Teodoro da Fonte, esta questão administrativa está de forma direta interligada com a obrigatoriedade de o escrivão da instituição ter de indicar sempre a data de nascimento das crianças, ainda que o valor registado represente uma estimativa – daí que, do total de assentos individuais analisados, 14 mencionem que a idade apontada é a “provável”.

Os dados quantitativos apurados a partir da fonte revelaram que, das 765 crianças que deram entrada na Casa-Hospício do Porto na cronologia em estudo, 364, ou seja, cerca de 48%, tinham idades entre 1 mês e 1 ano – uma tendência que permite perceber qual o perfil dos menores acolhidos pela instituição. Contudo, embora a faixa etária indicada seja a mais frequente, devemos assinalar uma forte presença de crianças cuja idade de abandono é superior a 1 ano, mas inferior a 7 anos, visto que se registam 207 casos nesta circunstância, ou seja, 27%. Após os valores enunciados, o intervalo etário

<sup>25</sup> FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 291.

que compreende mais resultados absolutos, 129, corresponde às crianças com mais de 7 anos. Relativamente a estes últimos, importa aclarar que, apesar de nos dois primeiros anos só terem entrado na instituição 26 menores – os quais na maioria dos casos tinham ficado órfãos –, a verdade é que, no ano de 1917 registaram-se 103 matrículas, um valor que manifesta um aumento exponencial e a inversão da propensão verificada até então. Por último, interessa referir que, embora com menor assiduidade, o Hospício recebeu 65 crianças com idade igual ou inferior a 1 mês (Quadro 4).

**Quadro 4: A idade das crianças à entrada na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**

Idade	Crianças acolhidas	
	Número	Percentagem
<=1 mês	65	8%
>1 mês a 1 ano	364	48%
>1 ano a 7 anos	207	27%
>7 anos	129	17%
<b>Total</b>	765	100%

**Fonte:** ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

#### **4.4. O enxoval que acompanhava as crianças no momento de entrada na instituição**

A última componente de estudo associada ao perfil incide sobre o enxoval dos menores, isto é, o conjunto de roupas e eventuais adereços que acompanhava as crianças no momento de entrada na instituição. Devemos, desde já, salientar que a realidade registada em 1915 e 1916 contrasta vigorosamente com a de 1917, pelo que se considerou necessário dividir esta explicação em duas partes, correspondentes a dois períodos diferenciados.

No que concerne aos anos de 1915 e 1916, é relevante salientar que a inventariação de um conjunto alargado de enxovais revelou que, apesar da grande heterogeneidade ao nível das peças e quantidades, comumente estes eram compostos por: camisa, camisola, chambre, baba, baeta, faixa, lenço, panos, saia, calças, vestido, touca, apertador, corpete, meias e sapatos. Por vezes, a somar aos anteriores, contávamos ainda com um “bilhete com o nome da criança”, “medalhas” ou “brincos d’ouro”, os quais em tudo contrastam com anotações como a de “pano velho”. Além disso, dos 441 assentos individuais, assinalam-se 10 casos de ausência de enxoval – o que seria reflexo de uma pobreza

extrema – e, um caso particular em que a instituição hospitalar onde a mãe do menor se encontrava internada enviou um generoso enxoval. Neste sentido, constata-se que, à semelhança do que acontecia noutros hospícios, o enxoval dos menores portuenses amparados pela Casa-Hospício refletia a condição socioeconómica das famílias de onde provinham.

Num quadro completamente díspar, os assentos atinentes ao ano de 1917 dão conta de uma escassez de referências ao enxoval. De facto, entre o universo de 324 crianças que entraram na instituição no ano em questão, somente 7 registos mencionam o enxoval e um indica expressamente que "a criança não trouxe enxoval"<sup>26</sup>. Assim, uma vez que não temos conhecimento de qualquer alteração legislativa sobre esta questão, fica por esclarecer se efetivamente diminuiu significativamente o número de crianças que entraram na instituição com enxoval ou se, eventualmente, tal situação é uma lacuna da fonte fruto de mudanças de funcionários ou até mesmo do descurar de pormenores nos registos.

## **5. Fluxo de entradas/saídas das crianças e respetiva causalidade**

### **5.1. Os valores estatísticos associados às circunstâncias de admissão dos menores: tipologias e causas**

A Casa-Hospício do Porto amparava menores que, por infortúnios vários, se viam impossibilitados de permanecer no seio familiar. Embora tudo aponte para uma prestação de cuidados isenta da história de vida que antecede a matrícula, a verdade é que, dependendo da circunstância de admissão, a criança integrava a instituição na qualidade de “desvalida”, “desvalida – admissão provisória”, “exposta” ou “abandonada”. Perante tal averiguação, considera-se oportuno aclarar as terminologias apontadas e as tendências que as mesmas registaram.

A análise dos assentos das 765 crianças que entraram na instituição entre 1915 e 1917 demonstra que a admissão mais reiterada, num total de 655 casos, corresponde à tipologia “desvalida”. A articulação entre os dados expressos nos *Livros das Entradas* e a argumentação desenvolvida no artigo de Maria Antónia Lopes indica que eram consideradas desvalidas todas as crianças que eram expostas no Hospício na sequência da morte, prisão, degredo ou doença dos progenitores.

---

<sup>26</sup> ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 22 dezembro 1917.

Não muito distante desta realidade estavam as 93 crianças que deram entrada na Casa-Hospício do Porto como desvalidas, mas com a particularidade de se tratar de uma admissão provisória, o que significa que se previa que a permanência na instituição fosse provisória, geralmente dias ou meses, como acontecia em circunstância de internamento hospitalar da mãe. Relativamente a estes últimos, importa adicionar 5 casos em que, apesar de o menor ter ingressado no Hospício de forma provisória, a matrícula acabou posteriormente por adquirir um caráter permanente.

Seguem-se 8 expostos filhos de pais incógnitos e por eles abandonados, motivo pelo qual na quase totalidade das situações se estime a data de nascimento e desconheça a naturalidade e a filiação. Temos igualmente de dar nota de 3 menores acolhidos na instituição como “abandonados”, ou seja, “filhos de pais conhecidos que desapareceram sem deixar ninguém velando por elas”<sup>27</sup>. Por último, devemos também assinalar um caso excepcional, em que o registo apresenta a seguinte inscrição “Desvalida. Exposta”, uma referência que só parece compreensível como sendo um erro da parte do redator do assento em questão<sup>28</sup>(Anexo 5).

**Quadro 5: As circunstâncias de admissão das crianças na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**

Tipologia de admissão	Número de crianças
Desvalida	655
Desvalida – admissão provisória	93
Provisória com passagem para permanente	5
Expostos	8
Abandonados	3
Desvalida e Exposta	1
<b>Total</b>	<b>765</b>

**Fonte:** ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

## 5.2. As saídas das crianças da Casa-Hospício: tipologias e causas

Os *Livros das Entradas* patenteiam, de igual modo, um fluxo inverso e complexo – as saídas da instituição. De acordo com a informação recolhida a partir da análise dos assentos de 1915, 1916 e 1917, 715 crianças, ou seja, cerca de 93%, saíram do Hospício pelo menos uma vez – e, em casos esporádicos, duas ou mais vezes – por questões de

<sup>27</sup> LOPES, Maria Antónia – “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”. In CAPELA, José Viriato [et al.] (org.) - *Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico*. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT, 2016, p. 5.

<sup>28</sup> ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 9 abril 1917.

índole administrativa, hospitalar, familiar ou educativa. Procuraremos, por isso, analisar individualmente as tendências e os contextos inerentes a cada uma das tipologias.

Partindo das informações recolhidas a partir da fonte, podemos afirmar que, das crianças que saíram da instituição, 275, isto é, aproximadamente 36%, saíram em determinado(s) momento(s) para serem acolhidas e criadas por amas. A utilização do plural justifica-se pelo facto de em muitos casos, as crianças serem submetidas pelas amas a uma nova entrada no Hospício – à qual por vezes se seguia, uma vez mais, outra saída (relativamente a esta última não se sabe, com certeza, se o destino seria a mesma ama e respetiva família ou se existiria algum tipo de rotação). Os valores apurados para esta categoria, por sinal a mais frequente, evidencia a mutabilidade que marcava a vida destas crianças.

Intrinsecamente articuladas com a mudança de ambiente encontram-se também as 215 crianças que foram transferidas para outras instituições com o intuito de as preparar e formar técnica e profissionalmente. À exceção das transferências para o Hospício de Penafiel e para o Hospício Sidónio Pais, esta situação apresenta a particularidade de se realizar mediante o género dos menores transferidos: os rapazes ingressavam no Asilo do Barão de Nova Sintra e em instituições de assistência infantil administradas pela Junta Geral do Distrito do Porto como a Colónia Agrícola Ferreira Lapa, a Casa Pia de Paço de Sousa e a Casa Paterna, para onde iam os mais capacitados ou com aptidões naturais; enquanto que as raparigas eram reencaminhadas para a Escola Materna (onde aprendiam, por exemplo, costura e bordados), a Escola Profissional Feminina e Escola Rosa Santos (para obter formação em cozinha e outros ofícios relacionados com trabalhos domésticos).

Contrariando a tendência de afastamento do seio familiar que vinha sendo delineada, 129 crianças regressaram aos cuidados dos progenitores. O cruzamento da informação apurada a partir da fonte e da bibliografia parece indicar um regresso a casa resultante do cessar de tratamento hospitalar a um dos progenitores ou, em algumas situações, da reunião de condições (económicas, logísticas, emocionais, etc.) que possibilitavam acolher novamente a criança. Note-se ainda que parte deste valor integra, igualmente, os 48 assentos articulados com a tipologia de “saída maiores de 7 anos”, uma categoria assente em questões administrativas, na medida em que após esta idade as crianças, que até então eram distribuídas pelas amas, passavam a receber formação profissional e de preparação para o futuro. Igualmente com um total de 48 menções em assentos encontra-se a tipologia de “saídas para internamento”, a qual engloba saídas para

o Hospital Joaquim Urbano (um centro hospitalar de referência em doenças infetocontagiosas), para o Hospital da Junta Geral (um convénio que se entende à luz da coincidência de administração da Casa-Hospício do Porto), para o Hospital do Bonfim e ainda, segundo alguns registos para a “enfermaria de isolamento”, sem que, contudo, se especifique a localização da mesma<sup>29</sup>.

**Quadro 6: As saídas das crianças da Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**

Tipologia de saída	Número de crianças
Entregues a amas	275
Transferidas para outras instituições	215
Entregues à família	129
Saída maiores de 7 anos	48
Saídas para internamento hospitalar	48
<b>Total</b>	<b>715</b>

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

## **6. O abandono infantil: razões e intervenientes no encaminhamento para a Casa-Hospício do Porto**

### **6.1. Motivos de entrada das crianças acolhidas pela Casa-Hospício do Porto**

Uma das questões mais frequentes e controversas na investigação sobre a questão do abandono infantil – e, por isso, um ponto incontornável no presente estudo – diz respeito às razões para a transferência das crianças da esfera familiar para a esfera pública. No entanto, interessa, de antemão, advertir para o facto de que qualquer tentativa para expor e hierarquizar as causas do abandono de crianças “será tão redutora como excessivamente pretensiosa, por se tratar de um problema que tanto poderia ser público e socialmente aceite como permanecer no foro mais íntimo e privado”<sup>30</sup>. Paralelamente, importa mencionar que a análise que se segue tem por base os 63 assentos (de um total de 765) que expressam de forma direta a causa do ingresso, pelo que se deve salvaguardar a possibilidade de esta poder não estar em concordância com a realidade.

Posto isto, importa referir que entre os motivos indicados nos registos, o internamento hospitalar da progenitora para a realização de tratamento médico no Hospital de Santo António prevalece como a causa mais frequente para a entrada na instituição portuense, na medida em que se verificam 31 casos nesta circunstância.

<sup>29</sup> Exemplo: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 28 dezembro 1917

<sup>30</sup> FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 109.

Seguem-se 2 situações em que ambos os progenitores se encontravam presos, 11 casos de uma entrada na instituição motivada pelo cumprimento de pena de prisão por parte da mãe e 2 por parte do pai. Relativamente a estes dois últimos, à informação da detenção do pai, o registo acrescenta que a “mãe vivia na mais extrema miséria”<sup>31</sup>. De igual maneira, a análise da fonte demonstra 5 casos em que a razão que impulsionou a matrícula se ficou a dever à morte da mãe, sendo que em um deles se especifica que, após o falecimento da progenitora, o pai abandonou a criança. Entre os assentos que referem a causa do abandono, incluem-se 2 situações em que a mãe da criança a entregou aos cuidados de outra família, a qual, por sua vez, a entregou no Hospício; 3 em que os menores foram deixados à porta de uma casa; 4 que foram encontradas na via pública e 1 em que se regista apenas que “a mãe abandonou”<sup>32</sup> (Quadro 7).

As causas indicadas encontram-se explicitamente assinaladas nos registos como sendo as que determinaram a entrada dos menores na Casa-Hospício Porto. Todavia, não podemos negligenciar outras informações que, indiretamente, poderão justificar o ato de entregar as crianças aos cuidados institucionais: é o caso dos estados civis e das profissões constantes no parâmetro alusivo aos pais, a partir dos quais poderemos inferir as prováveis condições económicas e sociais da família das crianças. De facto, ao longo da análise realizada, frequentemente nos deparamos com casos de menores cuja mãe era solteira e o pai era, ora incógnito, ora casado – o que nos leva a presumir que a entrega da criança às entidades públicas competentes poderia ser uma tentativa de salvaguardar a honorabilidade familiar ou, até mesmo, de subtrair os menores à fome. Suscetíveis de especulação estão também a grande maioria dos casos que indicam que os pais exerciam modestas profissões – como serviçal, fiandeira, costureira, gaspeadeira, dobadeira, doméstica, forradeira de chapéus, peixeira, operária ou padeira – ou até que eram meretrizes, indigentes ou mendigos, uma vez que tais referências poderão correlacionar-se com realidades familiares pautadas por dificuldades económicas e, em casos mais extremos, por miséria, motivo pelo qual a entrada no Hospício constituía uma solução.

**Quadro 7: Motivo de entrada das crianças na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)**

Motivo de abandono	Número de crianças
Falecimento de um ou dos dois progenitores	7

<sup>31</sup> ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 16 outubro 1917.

<sup>32</sup> ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 26 março 1917.



"a mãe falecera, tendo o pai abandonado a filha" <sup>33</sup>	1
Tratamento hospitalar da progenitora	30
Cumprimento de pena de prisão da parte de um ou dos dois progenitores	15
Criança encontrava-se aos cuidados de outra família	2
Encontrada à porta de uma casa	3
Encontrada na via pública	1
Encontrada em campos/bouças	3
“Mãe abandonou a criança” <sup>34</sup>	1
<b>Total</b>	<b>63<sup>35</sup></b>

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

## 6.2. Os intervenientes na condução das crianças para a instituição: entidades e contexto da entrada

A análise e tratamento dos assentos individuais que compõem os *Livros das Entradas* na Casa- Hospício do Porto nos anos de 1915 e 1917 demonstrou a existência de um conjunto de entidades cujos oficiais conduziam as crianças para o Hospício – uma situação que reflete a influência e importância reconhecida à instituição em estudo. Tal como expresso no Quadro 8, entre as várias entidades mencionadas, a Junta Geral do Distrito do Porto destaca-se nitidamente das demais, visto que 672 registos (cerca de 87% do total analisado) referenciam que o acompanhamento das crianças foi efetuado por oficiais deste órgão administrativo. Tal ênfase poderá, de algum modo, estar associada ao facto de, desde 1878, a Junta Geral do Distrito assumir a tutela da administração do Hospício, pelo que se debruçaria de forma direta no auxílio à infância desamparada. Aliás, talvez pela razão mencionada, encontramos inclusivamente um caso em que a responsabilidade da entrada na instituição está repartida entre a Junta Geral do Distrito do Porto e o juiz de Direito do Distrito Criminal da Comarca do Porto; 4 em que se faz menção à Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Porto e 27 assentos que atribuem uma corresponsabilidade à Junta Geral do Distrito do Porto e à Tutoria Central da Infância – uma instituição que se define como “um tribunal colectivo especial,

<sup>33</sup> ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 22 novembro 1915.

<sup>34</sup> A inscrição do assento individual somente indica que “a mãe a abandonou”.

ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 26 março 1917.

<sup>35</sup> Note-se que este valor corresponde ao total de registos que indicam o motivo de abandono.

essencialmente de equidade, que se destina a guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa: «Educação e Trabalho»<sup>36</sup>

Além do mencionado, deve salientar-se a referência a oficiais pertencentes ao Hospital Geral de Santo António e à Cadeia Civil do Porto, os quais são indicados, respetivamente, em 33 e 7 registos, devido a internamento hospitalar ou cumprimento de pena de prisão das mães. Entre os dados apresentados evidenciamos 7 casos em que, no seguimento da participação do abandono de um recém-nascido na via pública, os agentes da Polícia Civil do Porto entregaram o bebé no Hospício, e 13 situações em que, perante o abandono de crianças nos concelhos de Gaia, Gondomar, Matosinhos e Vila do Conde, as administrações concelhias as encaminharam para a mesma instituição de assistência. De referir ainda que em 2 registos a entidade indicada é o juiz de Direito do Distrito Criminal da comarca do Porto; que em 1 caso se remete para a Casa-Hospício de Penafiel, com guia de transferência, e que 2 assentos não contêm informação quanto a este parâmetro.

**Quadro 8: Entidades que encaminharam as crianças para a Casa-Hospício do Porto (1915 e 1917)**

Entidades	Ocorrências
Junta Geral do Distrito do Porto	672
Junta Geral do Distrito do Porto; Juiz de Direito do Distrito criminal da comarca do Porto	1
Junta Geral do Distrito do Porto/ Tutoria Central da Infância	27
Casa Hospício de Penafiel	1
Cadeia Civil do Porto	7
Polícia Civil do Porto	7
Hospital Geral de Santo António	33
Juiz de Direito do Distrito criminal da comarca do Porto	2
Administração do concelho de Gaia	9
Administração do concelho de Gondomar	1
Administração do concelho de Matosinhos	2
Administração do concelho de Vila do Conde	1
Sem informação	2

**Fonte:** ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

<sup>36</sup>TOMÉ, Maria Rosa – “A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância: a criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 10, Tomo II (2010), p. 491.

## **7. A mortalidade das crianças da Casa-Hospício do Porto**

### **7.1. Valores da mortalidade registada na Casa-Hospício entre 1915 e 1917: comparação com os anos antecedentes e com outras instituições destinadas à assistência e proteção infantil**

Nos séculos XIX e XX a mortalidade infantil persistia e grassava nas Casas da Roda e nas Casas-Hospícios. Assim, revela-se imprescindível analisar os cenários desoladores associados aos valores da letalidade registada em contexto institucional.

A fim de apresentar um discurso claro e objetivo, consideramos pertinente estruturar o presente ponto em dois momentos distintos: primeiramente, trataremos de esquadrihar os valores da mortalidade assinalados nos anos antecedentes à cronologia em estudo; na segunda parte, procuraremos, examinar os dados concernentes à Casa-Hospício do Porto nos anos de 1915, 1916 e 1917 e, simultaneamente, estabelecer uma comparação com o mesmo tipo de informação apurada noutras instituições destinadas à assistência e proteção infantil.

As taxas de mortalidade registadas aquando da existência das Casas da Roda são de tal modo elevadas que, de acordo com Teodoro da Fonte:

Alguns autores não hesitaram em apelidar esta mortalidade como um “massacre dos inocentes” ou “sacrifício dos inocentes”, sem esquecer aqueles que a consideraram um “infanticídio deferido”, culpabilizando os responsáveis por essas exposições, no pressuposto de que a probabilidade de sobrevivência seria muito reduzida.<sup>37</sup>

De facto, segundo estudos empreendidos para analisar instituições de apoio à infância desprotegida desta natureza, muitas das crianças expostas nas Casas da Roda faleciam ainda nos primeiros meses de vida: veja-se o caso da Roda de Lisboa, a qual só no ano de 1862 registou 369 óbitos recém-nascidos. Em conformidade com o panorama enunciado, não surpreende que, em 1867, o relatório contíguo ao regulamento nacional para o serviço dos expostos declare que «os cálculos da mortalidade ferem tão profundamente o coração do homem»<sup>38</sup>.

Com o intento de averiguar a perpetuidade da “hecatombe”<sup>39</sup> acima descrita, tornou-se primordial analisar os dados quantitativos atinentes à mortalidade registada entre 1915 e 1917 na Casa-Hospício do Porto. Note-se, contudo, que perante o hiato

---

<sup>37</sup> FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 269.

<sup>38</sup> FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 271 e 272.

<sup>39</sup> Note-se que este termo é utilizado por Teodoro da Fonte e por Maria Antónia Lopes.

verificado nos registos dos *Livros das Entradas*, a abordagem que se segue somente poderá indicar o valor total da letalidade e alguns dados (escassos face ao conjunto de assentos analisados) complementares relativos ao local da morte.

Dessarte, no que respeita ao total de 765 crianças que passaram para a alçada da instituição portuense ao longo dos três anos mencionados, concerne dizer que, de acordo com as informações explicitamente inscritas nos assentos individuais, faleceram 381 crianças, ou seja, 49,8%: 324 na Casa-Hospício do Porto, 31 em poder da ama (ou seja, na casa da ama), 11 no Hospital da Junta Geral, 10 no Hospital Joaquim Urbano, 3 na Enfermaria de Isolamento, 1 no Hospital Santos Pousada e 1 que “faleceu em poder da ama à porta d’esta Casa Hospício”<sup>40</sup> (Quadro 9). Posto isto, é plausível afirmar que este significativo valor se distancia dos objetivos subjacentes à criação da instituição: conceder proteção e assistência à infância desvalida, exposta e abandonada.

A elevada mortalidade infantil registada na Casa-Hospício do Porto era, na verdade, em maior ou menor grau, extensiva a outras regiões de Portugal e, inclusivamente, a pontos geográficos além-fronteiras nacionais, razão pela qual é exequível estabelecer uma analogia com os dados obtidos para outras instituições. Note-se que, em congruência com a bibliografia selecionada, avançaremos com informação respeitante aos casos de Lisboa e Coimbra. Nesta lógica, no que concerne a estas duas cidades portuguesas, Joana Paulino e Maria Antónia Lopes demonstram que, ainda que se assinale um decréscimo face aos valores registados pela Casas da Roda, a mortalidade infantil nos Hospícios permanecia elevada: em Lisboa – onde entre 1863-1870 chegaram a morrer 2124 crianças por ano – assinalam-se em 1903, 93 mortes<sup>41</sup>; por seu turno, em Coimbra – onde entre 1854-1870 faleceram 5268 expostos sob tutela da Roda – registam-se entre 1873-1890, 565 óbitos de menores a cargo do Hospício<sup>42</sup>.

**Quadro 9: Local de falecimento das crianças da Casa-Hospício do Porto (1915 e 1917)**

Local de falecimento das crianças	Número de crianças
Casa-Hospício do Porto	324
Hospital da Junta Geral	11

<sup>40</sup> ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 5 maio 1915.

<sup>41</sup> PAULINO, Joana Catarina Vieira – “Os expostos em números: uma análise quantitativa do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)”. In PEREIRA, Ana Catarina [et al.] (coord.) - *Actas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2014, p.200.

<sup>42</sup> LOPES, Maria Antónia – “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”, p. 14.

Hospital Joaquim Urbano	10
Enfermaria de Isolamento	3
Hospital Santos Pousada	1
“faleceu em poder da ama à porta d’esta Casa Hospício”	1

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

## 7.2. Causas da mortalidade e medidas implementadas para a atenuar

A morte precoce constituiu o destino mais frequente da infortuna vida das crianças que, por múltiplos motivos, entre 1915 e 1917, foram submetidas à jurisdição da Casa-Hospício do Porto<sup>43</sup>. Revela-se, por isso, profícuo finalizar a abordagem desta problemática com a análise das possíveis causas da elevada letalidade e com o apuramento da implementação de medidas que a visavam atenuar.

Antes de procedermos ao aprofundamento das duas vertentes delineadas, revela-se conveniente indicar que os assentos individuais que compõem os *Livros das Entradas* não nos informam diretamente sobre as causas da morte dos menores ou sobre as medidas tomadas para de reduzir a mortalidade infantil dentro da instituição em estudo. Efetivamente, no que concerne às duas dimensões aludidas, a fonte selecionada limita-se a mencionar a data de falecimento e, em situações esporádicas, o local da morte ou outras informações complementares, pelo que importa advertir para o facto de que a análise que se segue será fundamentada com dados indiretamente fornecidos pela fonte e pela bibliografia.

Embora, tal como aclarado, os registos individuais não indiquem expressamente o motivo da morte da criança, a verdade se assinala alguma informação que nos permite clarear a penumbra que marca esta questão: é o caso da referência a uma criança com varíola e de frequentes alusões a internamentos no Hospital Joaquim Urbano, unidade hospitalar reconhecida pelo tratamento de doenças infetocontagiosas. Se a estes indícios somarmos o facto de que “segundo os estudos desenvolvidos por alguns investigadores, as principais causas dos óbitos destas crianças estão ligadas a enfermidades que afectavam as crianças dos países da Europa Meridional”<sup>44</sup> – como a varíola, a difteria, as perturbações gastrintestinais, a tosse convulsa, o sarampo, a escarlatina ou a rubéola – é

<sup>43</sup> Note-se que esta constatação é feita com base na análise dos assentos individuais das crianças que entraram na instituição entre 1915 e 1917, pelo que não inclui as crianças matriculadas em anos anteriores e que permaneciam na instituição.

<sup>44</sup> FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 235.

possível deprender que entre os motivos da letalidade constariam sobretudo doenças infetocontagiosas.

No seguimento do enunciado, interessa, igualmente, dar nota de situações em que a criança morre no(s) dia(s) seguinte(s) e inclusivamente “à porta d’ esta Casa Hospício” – ocorrências que demonstram que alguns menores seriam admitidos no estabelecimento em mau estado de saúde. Note-se que os críticos e complexos quadros clínicos das crianças vítimas desta fatalidade poderiam estar articulados com precárias condições higiénico-sanitárias, a ausência de auxílio médico nos partos, a precoce transferência dos cuidados maternos para os cuidados institucionais ou com as inúmeras saídas para amas e consequentes reentradas na Casa-Hospício ao fim de um determinado período.

Por sua vez, quanto à determinação de medidas profiláticas, o certo é que desconhecemos as deliberações tomadas nesse sentido na cronologia em estudo. Porém, atendendo novamente a menções indiretas nos registos, é viável referir a vacinação, visto que 35 assentos individuais em 1916 e 28 em 1917 referem que a criança recebeu vacina. Ainda que não se saiba o contexto ou propósito deste procedimento (ou seja, as doenças que aspiravam combater), constatamos que os registos de 1915 não fazem menção a vacinação, pelo que tudo aponta para um início desta prática no ano de 1916. Além disso, tendo em linha de conta um cruzamento entre informações singulares que encontramos nos *Livros das Entradas* e estudos dos autores selecionados, podemos mencionar a adoção de Enfermarias de Isolamento, as quais cremos que existiam na Casa-Hospício do Porto em virtudes de notas que apontam que a criança foi “internada na Enfermaria de Isolamento” ou até mesmo que “faleceu na Enfermaria de Isolamento”<sup>45</sup>.

## Conclusão

Concluída a nossa análise, apresentamos agora as principais conclusões do quadro traçado de acordo com os objetivos previamente delineados e as limitações evidenciadas.

Tal como ficou perceptível, fruto e reflexo de um extenso processo evolutivo impulsionado, simultaneamente, pela persistência do abandono infantil em Portugal e pela preocupação crescente, embora lenta, com a infância, assistimos à institucionalização de um sistema público de auxílio e proteção às crianças desamparadas que procurava responder às necessidades dos séculos XIX e XX. Entre o conjunto de mecanismos institucionais consta a Casa-Hospício do Porto, fundada em 1864 – a qual,

---

<sup>45</sup> Exemplo: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 11 novembro 1916

embora demarcada por regulamentação distinta, alberga o legado da anterior Casa da Roda.

Entre 1915 e 1917, a Casa-Hospício do Porto acolheu 765 crianças impedidas de permanecer no seio familiar – um valor, efetivamente, significativo que corrobora o caráter imprescindível do estabelecimento na concessão do indispensável amparo e abrigo. De acordo com os assentos individuais dos *Livros 132 e 133 Entradas*, o perfil dos menores transferidos da alçada familiar para a Casa-Hospício portuense era marcadamente masculino, com idade compreendida entre 1 mês e 1 ano e naturais do distrito do Porto. Tornou-se igualmente perceptível que entre o conjunto de razões associadas à entrada e entre as entidades responsáveis pela condução à instituição prevalece, respetivamente, o internamento hospitalar da progenitora e o acompanhamento dos oficiais da Junta Geral do Distrito do Porto. Ademais, a fonte analisada evidenciou uma elevada mortalidade registada em contexto interno, pelo que é possível comprovar, na prática, um acentuado desvio entre o principal desígnio que norteava a instituição – proteger a infância desvalida – e a realidade quotidiana da Casa-Hospício do Porto.

Atendendo ao enunciado, apraz dizer que a recolha da informação realizada e a análise desenvolvida ao longo do estudo responde, em maior ou menor grau, a todos os objetivos que integravam a questão histórica criada. Note-se que o parêntesis alusivo à intensidade se deve, sobretudo, ao facto de, em virtude de lacunas da fonte, não ter sido possível apurar as causas da morte das crianças acolhidas e a adoção de medidas implementadas para atenuar a elevada letalidade. Além da questão da mortalidade, num estudo mais detalhado, seria ainda vantajoso procurar analisar o trajeto de vida das crianças acolhidas no período posterior à sua passagem pela instituição.

Em suma, o presente estudo sobre o auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto à infância desvalida, o perfil das crianças acolhidas entre 1915 e 1917 e o seu percurso na instituição demonstra que, independentemente das circunstâncias que motivaram a entrada no estabelecimento, estes menores tinham em comum a infelicidade de vivenciarem uma infância pautada por infortúnios – razão qual podemos dizer que a investigação prima por dar voz a histórias de vida silenciadas.

## **Fontes**

### **Fonte manuscrita**

Arquivo Distrital do Porto (ADP). Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915-1917

### **Fontes impressas**



Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1915* [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921. [Consult. 28 jun.2021]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=285184979&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=285184979&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2)

Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1916* [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921. [Consult. 28 jun.2021]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=285185653&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=285185653&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2)

Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1917* [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922. [Consult. 28 jun.2021]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=285186313&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=285186313&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2)

## Estudos

CARDOSO, Vilma – *Os órfãos e expostos de Penafiel (1872- 1902)*. [Penafiel]: [Edição de autor], 2004

FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)* [Em linha]. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004. [Consult. 5 mar.2021]. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho. Disponível em WWW: <URL: <https://core.ac.uk/download/pdf/55602517.pdf>

GUEDES, Ana Isabel Marques – “Os órfãos em Portugal (séculos XVII – XIX)”. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura (org.) – *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. Pp. 17-29

LOPES, Maria Antónia – “A assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”. In CAPELA, José Viriato [et al.] (org.) – *Da caridade à*

- solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico* [Em linha]. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT, 2016. [Consult. 20 fev. 2021], pp.173-191. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33343>
- MARTINS, Ernesto Candeias – “A Infância Desprotegida Portuguesa na Primeira Metade do Século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça* [Em linha], nº 4 (out./dez.2006), pp. 93-130. [Consult. 20 fev.2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/907>
- MARTINS, Ernesto Candeias – “As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada: estudo histórico do século XIX a meados do século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça* [Em linha], nº 3 (jul./set.2002), pp. 55-93. [Consult. 20 fev.2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/848>.
- MATTOSO, José (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. In VAQUINHAS, Irene (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011 (vol. 3)
- MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)* [Em linha]. Porto: [Edição do autor], 2011. [Consult. 20 fev.2021]. Dissertação de mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em WWW: <URL: [https://catalogo.up.pt/F/?func=short0&set\\_number=006144](https://catalogo.up.pt/F/?func=short0&set_number=006144)
- PAULINO, Joana Catarina Vieira – “Os expostos em números: uma análise quantitativa do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)”. In PEREIRA, Ana Catarina [et al.] (coord.) – *Actas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2014. [Consult. 22 fev. 2020], pp.185-215. Disponível em WWW:<URL:[https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3096696/IHC\\_Joana\\_Paulino\\_Os\\_Expostos\\_em\\_Numeros\\_Uma\\_Analise\\_Quantitativa\\_do\\_Abandono\\_Infantil\\_na\\_Santa\\_Casa\\_da\\_Misericordia\\_de\\_Lisboa\\_1850\\_1903\\_.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3096696/IHC_Joana_Paulino_Os_Expostos_em_Numeros_Uma_Analise_Quantitativa_do_Abandono_Infantil_na_Santa_Casa_da_Misericordia_de_Lisboa_1850_1903_.pdf).
- PERROT, Michelle (dir.) – “História da vida privada: Da Revolução à Grande Guerra”; trad. Por Armando Luís de Carvalho Homem. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. Porto: Afrontamento, 1990 (vol. IV)
- RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (Vol. VI)

SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Assistência aos Expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição do Autor], 1987. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Abandono de crianças, ilegitimidades e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos Recentes e Perspetivas”. In PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.) – *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica: do século XVI ao presente: actas do Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH) 3*. Porto: Edições Afrontamento, [D.l. 1996]

TOMÉ, Maria Rosa – “A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância: a criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* [Em linha], nº 10, Tomo II (2010), pp. 481-500. [Consult. 10 abr.2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39532/1/A%20cidadania%20infantil%20na%20Primeira.pdf>

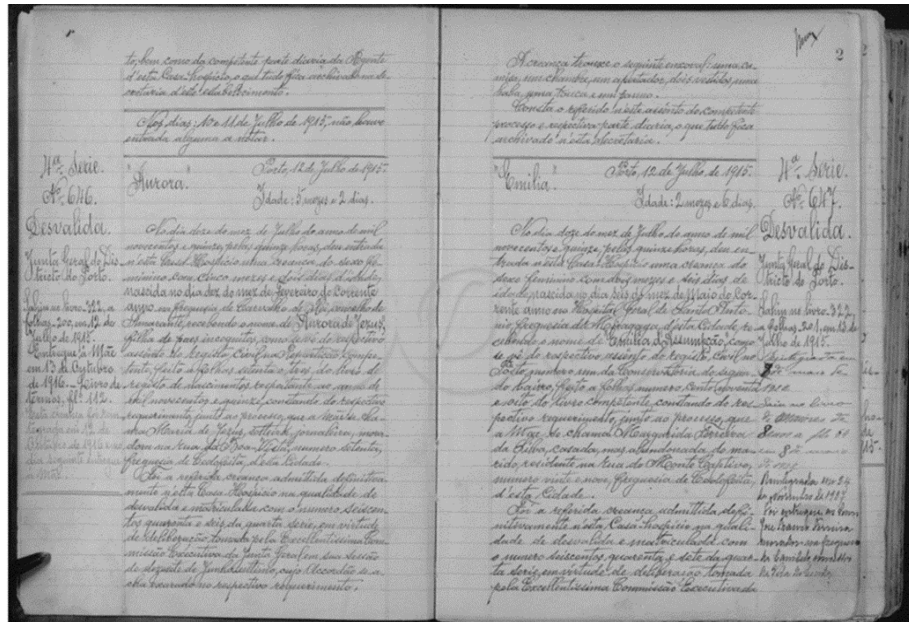
TOMÉ, Maria Rosa – *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra* [Em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. [Consult. 29 jun.2021]. Tese de Doutoramento em Letras, área de História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade de Coimbra. Disponível em WWW: <URL: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23812/3/Tese\\_RosaTom%C3%A9.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23812/3/Tese_RosaTom%C3%A9.pdf)

VALÉRIO, Nuno (coord.) – *Estatísticas Históricas Portuguesas* [Em linha]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001. [Consult. 20 abr.2021]. Disponível em WWW:<URL:[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=138364&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=138364&PUBLICACOESmodo=2)

VAN ROSSUM, Arnold Arie – *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra* [Em linha]. Porto: [Edição do Autor], 2011. [Consult. 26 jun. 2021]. Dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto Disponível em WWW: <URL:[https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23\\_1/apache\\_media/IYBAEU9V978UBD5F76MPDJL2DUUGP.pdf](https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/IYBAEU9V978UBD5F76MPDJL2DUUGP.pdf)

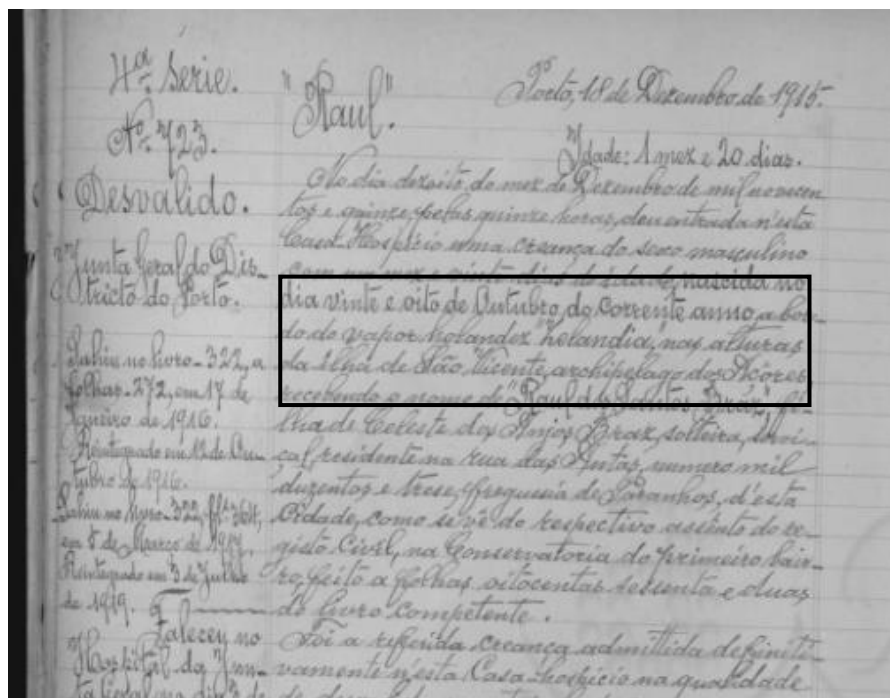
## Anexos

### Anexo 1: Páginas do Livro 133 Entradas.



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 12 julho 1915.

### Anexo 2: Assento individual da criança que nasceu “a bordo do vapor holandês Zelandia, nas alturas da ilha de São Vicente, arquipélago dos Açores”.

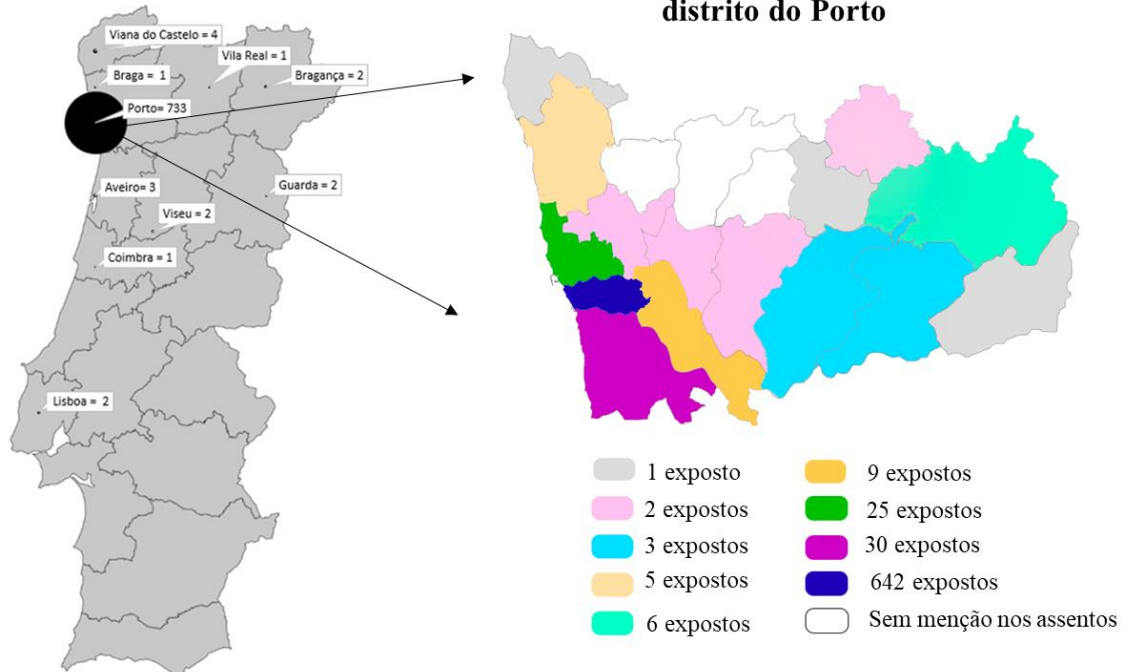


Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 18 dezembro 1915.

**Anexo 3:** Naturalidade das crianças que entraram na Casa-Hospício do Porto entre 1915 e 1917, por distrito e por concelhos do distrito do Porto.

**Naturalidade das crianças por distritos**

**Crianças naturais de concelhos do distrito do Porto**



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915 – 1917

**Anexo 4:** Naturalidade das crianças que entraram na Casa-Hospício do Porto entre 1915 e 1917, por distrito, concelho e freguesia.

Local de nascimento	Nº de crianças
<b>Distrito do Porto</b>	
<b>Concelho do Porto</b>	
Miragaia, Hospital Geral de Santo António	359
Bonfim, Hospital do Bonfim	1
Bonfim, Hospital Joaquim Urbano	3
Vitória, Cadeia Civil do Porto	1
Vitória	14
Aldoar	2
Bonfim	56
Campanhã	22
Cedofeita	46
Foz do Douro	4
Lordelo de Ouro	5

Massarelos	7
Miragaia	20
Paranhos	30
Ramalde	9
Santo Ildefonso	30
São Nicolau	3
São Pedro de Campanhã	1
Sé	29
Concelho de Vila Nova de Gaia	
Grijó	2
Mafamude	4
Oliveira do Douro	1
Sandim	1
Santa Marinha	17
São Félix da Marinha	2
Valadares	2
Vilar do Andorinho	1
Concelho de Matosinhos	
Matosinhos	18
Lavra	1
Leça da Palmeira	4
Leça do Balio	1
Custóias	1
Concelho de Gondomar	
Fânzeres	2
Jovim	1
Rio Tinto	4
São Cosme	2
Concelho da Maia	
Gemunde	1
Vila Nova da Telha	1
Concelho de Valongo	
Valongo	1
Sobrado	1
Concelho de Paredes	



Gondalães	1
Mouriz	1
Concelho de Penafiel	
Penafiel	1
Bustelo	1
São Vicente do Pinheiro	1
Concelho de Lousada	
Lustosa	1
Concelho de Vila do Conde	
Vila do Conde	2
Bagunte	1
Vilar do Pinheiro	2
Concelho de Marco de Canaveses	
Tabuado	1
Santa Clara do Torrão	1
Santa Marinha de Fornos	1
Concelho de Amarante	
Carvalho de Rei	1
São Gonçalo	2
São Martinho de Mancelos	1
Travanca	2
Concelho de Felgueiras	
Pombeiro	1
Rande	1
Concelho de Baião	
São João de Ovil	1
Concelho de Póvoa de Varzim	
Hospital da Misericórdia da Vila de Póvoa de Varzim	1
<b>Outros distritos</b>	
<b>Distrito de Aveiro</b>	
Concelho de Espinho	
Anta	1
Concelho de Santa Maria da Feira	
Oleiros	1
Concelho de Castelo de Paiva	

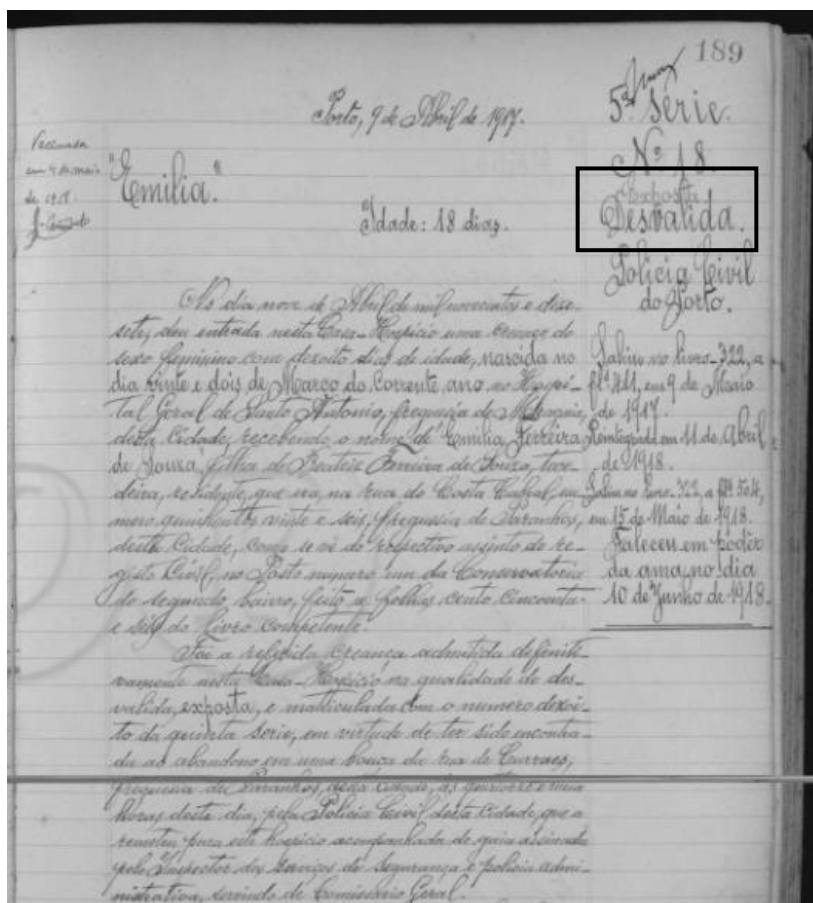


Sobrado	1
<b>Distrito de Braga</b>	
Concelho de Vila Verde	
Valdreu	1
<b>Distrito de Vila Real</b>	
Concelho de Vila Real	
Feira de Constantino	1
<b>Distrito de Viana do Castelo</b>	
Concelho de Valença	
Cristelo Covo	1
Concelho de Paredes de Coura	
Paredes de Coura	1
Concelho de Melgaço	
Santa Maria da Porta	1
<b>Distrito de Viseu</b>	
Concelho de Resende	
Resende	1
Concelho de São João da Pesqueira	
Ervedosa do Douro	1
<b>Distrito de Bragança</b>	
Concelho de Macedo de Cavaleiros	
São Pedro de Macedo de Cavaleiros	1
Concelho de Miranda do Douro	
Duas Igrejas	1
<b>Distrito da Guarda</b>	
Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	
Reigada	1
São Vicente Mártir	1
<b>Distrito de Coimbra</b>	
Concelho de Coimbra	
Sé Nova	1
<b>Distrito de Setúbal</b>	
Concelho de Almada	
São Tiago	1
<b>Distrito de Lisboa</b>	

Concelho de Lisboa	
Hospital de São José, Lisboa	1
<b>Locais externos a Portugal</b>	
Cabo Verde, ilha de São Vicente	1
África Ocidental, São José da Vila Sá da Bandeira	1
Angola, Luanda	1
<b>Sem informação</b>	13

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915-1917.

**Anexo 5:** Assento individual da criança que indica, concomitantemente, duas qualidades de admissão na instituição.



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 9 abril 1917.

## Marcas da construção da identidade brasileira na imprensa – dois exemplos de 1849

Nicole Ferreira de Noronha Silva  
nicole.noronha5@gmail.com

### Resumo

Foi realizado um estudo acerca da construção da identidade nacional brasileira num momento primordial para o Segundo Reinado, utilizando como fonte a imprensa periódica. Este estudo teve por objetivo identificar as marcas da construção da identidade nacional na imprensa do Rio de Janeiro, de acordo com dois exemplos da imprensa periódica fluminense de 1849: *O Grito Nacional* e a *Sentinela do Trono*. Apresenta-se, portanto, o objetivo de compreender parte do processo de difusão identitária e da criação do “ser brasileiro” influenciados pelos periódicos fluminenses neste período. Este estudo foi realizado por meio da análise de conteúdo e comparação das fontes, permitindo a compreensão de uma imprensa com posicionamento firme e uma ideia bem formada do que seria necessário para a construção de uma Nação solidificada no Brasil, conjuntamente com uma identidade que não pudera ainda ser expressa e explorada de maneira plena, seja por conta da movimentação liberal, seja por conta da presença estrangeira no Brasil.

**Palavras-chave:** Identidade nacional; Brasil; Pátria; Nacionalismo.

### Abstract

A study was carried out about the construction of the Brazilian national identity in a primordial moment for the Second Reign, using the periodical press as a source. This project aimed to identify the marks of the construction of national identity in the press of Rio de Janeiro, according to two examples from 1849, to understand the diffusion of the identity process and the creation of the "Brazilian being" influenced by the Rio de Janeiro periodicals in this time course. This study was carried out through content analysis and comparison of sources, that allowed the understanding of a press with a firm position and a well-formed idea of what would be needed to build a solidified Nation in Brazil, together with an identity that did not could still be fully expressed and explored, either because of the liberal movement or because of the foreign presence in Brazil.

**Keywords:** National identity; Brazil; Homeland; Nationalism.

### Introdução

O século XIX se caracteriza pelo afloramento do nacionalismo, das novas dimensões relacionadas a formação educacional, em conjunto com o desenvolvimento da ciência e do industrialismo. Observamos uma mudança social, política e intelectual decisórias para as revoluções que ocorrem por todo o globo, nomeadamente na América Latina. A transformação das estruturas sociais e o ritmo com que estes eventos ocorrem

ao longo da História Contemporânea no ocidente mostram uma sincronia complexa num emaranhado de relações entre diferentes povos. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar e debater a construção da identidade nacional do povo brasileiro num momento de afirmação do segundo reinado, portanto o tema deste trabalho é: “Marcas da construção da identidade brasileira na imprensa – dois exemplos de 1849”.

No que concerne o desenvolvimento do nacionalismo durante o século XIX na Europa ocidental pode-se afirmar, de acordo com o autor José Carlos Chiaramonte, que o pertencimento a uma Nação decorre antes ao pertencimento a um Estado do que propriamente uma formação do senso de comunidade em consoante com características étnicas, por exemplo<sup>1</sup>, de modo que, em conformidade com a unidade política são propagados os aspetos identitários nacionais. De outra maneira, Hobsbawm afirma o mesmo quando refere “As nações não formam Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”<sup>2</sup>. A partir daí obtemos o que Benedict Anderson afirma como comunidade imaginada, ou seja, um produto cultural de carácter unificante capaz de provocar um senso de irmandade mesmo entre aqueles que possuem pouco ou quase nada em comum<sup>3</sup>. Ao descrever uma comunidade imaginada, Anderson propõe, como traço inerente, a soberania da Nação, ou seja, a Nação como fruto do Iluminismo seria superior à dinastia ou ao divino<sup>4</sup>. Neste sentido, este projeto irá dialogar com autores de referência neste campo de pesquisa, para o estudo de conceitos como Nação e História, tendo em vista que o conceito de Nação abrange um largo debate historiográfico pela dificuldade de tradução objetiva, como admitem Anderson<sup>5</sup> e Hobsbawm<sup>6</sup>.

Este trabalho pretende ainda destacar alguns dos momentos históricos relevantes para a formação da identidade nacional brasileira ao longo da cronologia destacada e, assim, compreender como estes processos políticos e sociais se relacionam com o nacionalismo emergente no Império. Portanto, a análise das fontes hemerográficas será primordial para traçarmos uma linha investigativa, de modo a identificar justamente estes traços da construção da Nação a partir das fontes, são elas: *O Grito Nacional* e a *Sentinela*

---

<sup>1</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII*. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 90.

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 19.

<sup>3</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 29.

<sup>4</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, p. 34.

<sup>5</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, p. 28.

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 15.

*do Trono*. Torna-se necessário, neste sentido, compreender qual foi seu contexto de produção dos periódicos e qual foi sua equipe fundadora e redatora, assim como quais foram seus objetivos. A partir daí, será possível interpretar como os eventos nacionais de carácter revolucionário são representados por estes jornais e quais são as influências destes eventos para o desenvolvimento da identidade brasileira. Estas interpretações nos permitirão por fim, compreender a identidade nacional vista de modo divergente ora sob uma perspectiva liberal, ora sob uma perspectiva conservadora. Neste contexto, refletiremos sobre quais são os conceitos que parecem contribuir para a construção da identidade brasileira em consoante com as fontes.

O recorte geográfico desta pesquisa foi delimitado a partir do papel de destaque interpretado pelo Rio de Janeiro desde servir como sede da família real a partir de 1808, atuar como capital do Império, até protagonizar os eventos republicanos que ocasionaram a proclamação da República em 1889. Justamente por ser a capital do Império brasileiro, sede central administrativa e governativa, o Rio de Janeiro torna-se ponto de partida para esta investigação à medida em que possui forte protagonismo político e se identifica como berço das atividades intelectuais no Brasil. Desse modo, o ano de 1849 foi crucial para este estudo à medida em que podemos analisar a o processo de formação e produção de uma identidade nacional em um país de dimensões continentais, em meio ao longo reinado de D. Pedro II, no decurso de um distinto processo centralizador. A partir dessa delimitação podemos em conjunto refletir sobre a qual a ligação entre Monarquia e identidade nacional e como isso se projetou no cenário brasileiro. Além disso, procuramos interpretar a forte ligação permanente entre Brasil e Portugal, ainda no século XIX, a qual impõe a problemática da identidade nacional brasileira em comparação com a identidade portuguesa no Brasil em 1849.

## **1. O Brasil da primeira metade do século XIX e a construção do Estado Nacional**

O desafio de construir um Estado-Nação numa antiga colónia com dimensões continentais revela-se a partir das divergências locais, como discorrem Miriam Dolhnikoff<sup>7</sup> e Leandro Macedo Janke, que destaca “um mosaico de identidades locais”<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 12.

<sup>8</sup> JANKE, Leandro Macedo. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. Em: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011, p. 4.

A visão de Ilmar Mattos contribui significativamente para este estudo à medida em que afirma que o fluxo do partido conservador a partir de 1840 contribui para a centralização do Império, e, como resultado, para a unificação do Estado-Nação e para a formação de uma identidade nacional, com a presença de uma elite institucionalizada nos cargos privilegiados das administrações públicas<sup>9</sup>. Isto deve-se também ao contexto do fim do período regencial com a maioria antecipada de D. Pedro II, em meados de 1840, contribuindo para o crescimento dos conflitos entre liberais e conservadores, juntamente com a crise institucional provocada pelos movimentos insurgentes nas províncias.

Acerca da capacidade centralizadora do Rio de Janeiro, Miriam Dolhnikoff declara que este fenômeno só foi possível devido a um “arranjo institucional” o qual ainda garantiria as autonomias das províncias e uma acomodação das elites provinciais, que também participariam do governo central<sup>10</sup>. Podemos citar, por exemplo, a interpretação do Ato Adicional de 1834, o qual visava a descentralização, ainda no ano de 1840 com a reforma do Código em 1841, uma das medidas impostas foi a perda da jurisdição das assembleias estaduais sobre os funcionários do governo central<sup>11</sup>. Ainda assim, o Rio de Janeiro revela-se peça chave para o funcionamento da máquina estatal, sendo primordial para a exportação assim como para o desfecho político da antecipação da maioria de D. Pedro II, amparando, assim, a centralização<sup>12</sup>. Sob outra perspectiva, podemos referenciar uma expansão cultural oriunda do Rio de Janeiro a qual influenciava, a partir da corte, a formação de uma identidade nacional. Associando assim uma expansão política e cultural, podemos interpretar os projetos políticos como legitimadores dos Estados emergentes, atuando em conjunto com a centralização na construção dessa identidade nacional<sup>13</sup>.

Desse modo, o estudo da década de 1840 torna-se importante para a compreensão da Monarquia brasileira, uma vez que o jovem imperador D. Pedro II consolidava o seu poder e a centralidade do Império, após um período de regência conturbado caracterizado pelos diversos conflitos, como a Sabinada na Bahia e a Balaiada no Maranhão. Mesmo

---

<sup>9</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/INL, 1987.

<sup>10</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 14.

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 255.

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo. As máscaras do período. Em: CARVALHO, José Murilo. *A Construção Nacional: 1830-1889*, vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pp. 19-37, p. 23.

<sup>13</sup> SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, pp. 55-56.

no fim da década de 1840, as revoltas liberais de 1842 e a Revolução Praieira, em curso desde 1848 até 1849 em Pernambuco, são constantemente debatidas e analisadas, como veremos mais adiante nesta investigação.

### 1.1. A Monarquia em 1849

O período da Monarquia da brasileira após o processo de independência em 1822, evidencia de modo lento e gradual uma identidade nacional emergente, de modo que é possível interpretar este processo a partir de diferentes vertentes. Sob o viés político torna-se de suma importância a compreensão do jogo político representado pelas relações entre o partido Conservador, sucessor ideológico do partido Restaurador, e o partido Liberal. José Murilo de Carvalho aponta a manipulação exercida pelos partidos, os quais coordenavam as eleições de acordo com seus interesses e ao mesmo tempo em que manejavam o Poder Moderador<sup>14</sup>. Poderes políticos como o Poder Moderador criado em 1824 pela Constituição outorgada de 1824, foram marcados pelas tensões ocasionadas pelas disputas “pela soberania e pela representação da nação”<sup>15</sup>.

As disputas protagonizadas pelos partidos políticos geram a manifestação de objetivos representados como “os objetivos do próprio Império, [...] objetivando uma restauração e mesmo uma expansão”<sup>16</sup>. Restava ao Poder Moderador escolher com sabedoria como seria efetuada sua ação através do Poder Executivo com as escolhas dos ministros e a junção de bons conselheiros. Mesmo com a presença de um sólido conservadorismo no governo desde 1848, exibido ao longo da Revolução Praieira, podemos identificar a tentativa liberal de evidenciar a resistência ao governo considerada como serviço ao Imperador, salientando o apoio ao Império e ao Imperador acima da insatisfação para com o governo, refere *O Grito Nacional*: “os descendentes daqueles que resistiram ao rei, para melhor servirem ao rei, saberão resistir aos ministros para melhor servirem ao imperador”<sup>17</sup>. Em 1849, portanto, observamos a consolidação imperial em meio a dualidade política crescente no Brasil.

---

<sup>14</sup> CARVALHO, José Murilo. As máscaras do período, p. 28.

<sup>15</sup> GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 141.

<sup>16</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 221.

<sup>17</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 36, 24 de fevereiro de 1849, p. 1.



## 1.2. As disputas de poder entre conservadores e liberais

Os conflitos liberais de 1842 com princípio em São Paulo e depois alastrado a Minas Gerais, marcam as disputas entre o partido conservador e o partido liberal. Nesse contexto, os chamados “liberais do Norte” em Pernambuco não teriam condições para juntarem-se às movimentações em vigor mais ao sul, aliando-se as causas defendidas através da expressão dos ideais no jornal *Diário Novo*, editado na Rua Praia, razão pela qual ficou conhecida posteriormente a Revolução Praieira<sup>18</sup>. Em suma, as movimentações de Pernambuco, lideradas pelo deputado Nunes Machado, teriam como principal objetivo a nacionalização do comércio a retalho<sup>19</sup>, é nesse sentido que esta revolta colocaria também em pauta questões relacionadas a identidade nacional, o papel das elites provinciais e do povo marginalizado.

A identidade nacional é colocada em perspectiva ao se deparar com a atuação dos portugueses enquanto dominantes no âmbito comercial, impulsionando o antilusitanismo, seja nas camadas populares ou nas elites, tornando as revoltas populares um desafio para o governo<sup>20</sup>. Enquanto os liberais tomariam estes acontecimentos como *Revolução*, que teriam como objetivo livrar o país da opressão e do domínio oligárquico em nome da *liberdade* e da *democracia*, a vitória do partido conservador não demorou ao classificar tais movimentos como *rebeliões*, contrárias a todos os princípios da *ordem* e integridade imperial<sup>21</sup>. É nesse contexto que Ilmar Mattos relata a denominação *luzias* aos liberais, por conta de uma derrota num combate armado em Santa Luzia, Minas Gerais; e a denominação de *squaremas* aos conservadores, por conta da ebulição conservadora em meados de 1845 partindo de Squarema, no Rio de Janeiro. Tais denominações se alastrariam pelo âmbito político do Brasil de oitocentos<sup>22</sup>.

Seriam justamente os *squaremas* que promoveriam personagens importantes para este período, como Eusébio de Queirós e Visconde do Uruguai, ao passo em que manejavam a centralização e moldavam o Império. Em outras palavras,

Os liberais eram por maior autonomia provincial, pela Justiça eletiva, pela separação da polícia e da Justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores defendiam fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*, p. 116.

<sup>19</sup> CARVALHO, Marcus J. M. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. Em: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, no 45, 2003, pp. 209-238.

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 250.

<sup>21</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*, p. 117.

<sup>22</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*, pp. 117-119.

<sup>23</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 206.

Caberia, então, a elite governativa manter a centralização do Estado enquanto o Império encontrava-se num jogo de poderes, ao mesmo tempo em que tentava manter o que restava de sua soberania no meio de uma ebulição liberal.

### 1.3. A ameaça republicana

Os processos emancipacionistas ocorridos na América Latina colocavam em pauta as possibilidades político-administrativas e os rumos que tomariam estas novas Nações, recém-independentes, como foi o caso do distinto processo de formação da República Argentina em comparação com a formação do Império do Brasil. Neste sentido, entre diferentes projetos, o Brasil acabou por seguir com a centralização e a Monarquia seguiria vencedora no embate político. De acordo com José Murilo de Carvalho, essa conquista para o regime monárquico-constitucional seria devida à independência obtida de maneira “relativamente tranquila”, além da inspiração da separação de poderes pelo Vintismo português<sup>24</sup>.

A Monarquia brasileira possui dessa forma seu início como espécie de processo reverso, enquanto observa as implementações de Repúblicas por toda a América Latina neste período, ou seja, a transição de colônia para Império decorre, então, de um processo político único e inovador. Posteriormente, no que concerne à cronologia destacada, observamos que o republicanismo não se consolida nas elites liberais<sup>25</sup>, permanecendo antes a ideia de uma Monarquia Constitucional, neste sentido, o próprio Partido Republicano seria formado apenas em 1870. Ainda assim, vale ressaltar que José Murilo de Carvalho aponta que os conservadores seriam maioria na província do Rio de Janeiro entre 1840 e 1889<sup>26</sup>, o que pode ter sido um fator significativo no que diz respeito a influência republicana neste período.

---

<sup>24</sup> CARVALHO, José Murilo. *As máscaras do período*, p. 27.

<sup>25</sup> Consideremos então a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda: “O Constitucionalismo foi a solução encontrada para aceitar o progresso na ordem, salvar a liberdade e escapar à licença, ao fantasma do Despotismo”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003, p. 215.

<sup>26</sup> Em relação ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco o autor afirma: “essas três províncias tinham 57% de conservadores e 35% de liberais”. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 217.

## 2. A identidade nacional brasileira em construção

A identidade nacional brasileira é desenvolvida diante de diversas vertentes, sobretudo nota-se uma ex-colônia latino-americana com características metropolitanas tentando encontrar seu lugar como Nação nas Américas. As bases coloniais do Brasil fazem parte, de facto, do processo de construção da sua nacionalidade e sua identidade, contudo, esses aspetos não apontam a existência de uma identidade nacional que remeta ao período colonial e nem que isto, de alguma forma, influenciasse o decurso identitário do século XIX<sup>27</sup>. Considerar a pré-existência de uma nacionalidade que precede a construção dos Estados nacionais é considerado, então, um anacronismo que pode levar a “encobrir aspetos importantes do processo de formação dos Estados nacionais”<sup>28</sup>.

É nesse contexto que a nova mentalidade do século XIX, com o nacionalismo emergente, leva a moldagem da identidade nacional, a seguir a imposição dos Estados Nacionais. Por isso, as vertentes sociais, políticas, culturais e económicas se entrelaçam para que a construção de uma identidade nacional se conceda de maneira completa. Um exemplo seria a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 no Rio de Janeiro, como parte do repensar a História e parte do percurso de formação da Nação, de modo que “uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a «Nação Brasileira»”<sup>29</sup>.

Ainda de acordo com as novas perspectivas com relação a educação e ao resgate do passado em vigor no século XIX, é notável a utilidade da História tanto para os conservadores da *Sentinela do Trono* quanto para os liberais do *Grito Nacional*, de modo que a própria História exibiria as marcas de sua identidade nacional. O periódico liberal *O Grito Nacional*, por exemplo, recorre a diferentes exemplos históricos franceses, como os ideais de Benjamin Constant<sup>30</sup> e mesmo as declarações republicanas de Napoleão Bonaparte<sup>31</sup>, isto nos indica suas marcas identitárias e a partir de quais modelos seria influenciada a construção de uma identidade nacional para este jornal.

---

<sup>27</sup> SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*, p. 255.

<sup>28</sup> SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*, p. 11.

<sup>29</sup> GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Em: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, no 1, 1988, pp. 5-2.

<sup>30</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 72, 11 de julho de 1849, p. 1.

<sup>31</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 43, 25 de março de 1849, p. 4.

## 2.1. Os conceitos que se relacionam com a identidade nacional

Para a identificação e análise de tais conceitos é primordial que haja uma compreensão do contexto histórico em que foram referidos, a fim de que não cometamos um anacronismo, como explica Marcelo Jasmin: “os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos”<sup>32</sup>. Os conceitos frequentemente utilizados pelos periódicos para descrever seus ideais ou condenar ideias opositoras podem ajudar a interpretar seus objetivos e sua identidade, assim como distinguir suas concepções do nacionalismo.

O estudo do impacto político e social da utilização de tais conceitos pode, desse modo, servir de apoio para a compreensão da sociedade brasileira do século XIX, ainda que possamos admitir que um mesmo conceito possa ter mais de um sentido. Inicialmente, podemos notar que o conceito de *Nação*, frequentemente utilizado pelos dois periódicos em análise, aparece maioritariamente com letra maiúscula quando referido pelo *Grito Nacional*, e, o contrário, com letra minúscula quando referido pela *Sentinela do Trono*. Este detalhe pode, dessa forma, elucidar diferentes significações atribuídas pelos periódicos a este conceito, ainda de acordo com os estudos apresentados neste trabalho. Um outro conceito geralmente abordado pelos periódicos é o conceito de *pátria*, habitualmente associado ao conceito de *liberdade* pelo *Grito Nacional*<sup>33</sup>, enquanto a *Sentinela do Trono* usualmente associa *pátria* à *ordem*<sup>34</sup>. Outros conceitos são frequentemente associados aos conceitos de *Nação* e *pátria*, de acordo com cada periódico, e estes podem ser observados nos seguintes quadros e mapa:

---

<sup>32</sup> JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, fascículo 57. ANPOCS: São Paulo, 2005, p. 31.

<sup>33</sup> O periódico chega mesmo a se referir as “liberdades pátrias”. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 36, 24 de fevereiro de 1849, p. 3.

<sup>34</sup> O periódico afirma: “bastava-nos o manto imperial que protege o cidadão amante da pátria, do trono e da ordem”. *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, no 9, 16 de maio de 1849, p. 1.

**Quadro 1 – Conceitos que parecem legitimar a nacionalidade brasileira**

<i>O Grito Nacional</i>	<i>A Sentinela do Trono</i>
Heroísmo	Heroísmo
Patriotismo	Patriotismo
Patrimônio	Patrimônio
Liberdade	Ordem
Revolução	Trono
Independência	Império
Povo	Civilização
Americano	Virtude

Fonte: *O Grito Nacional*, 01.01.1849 – 29.12.1849.

*A Sentinela do Trono*, 21.03.1849 – 01.12.1849.

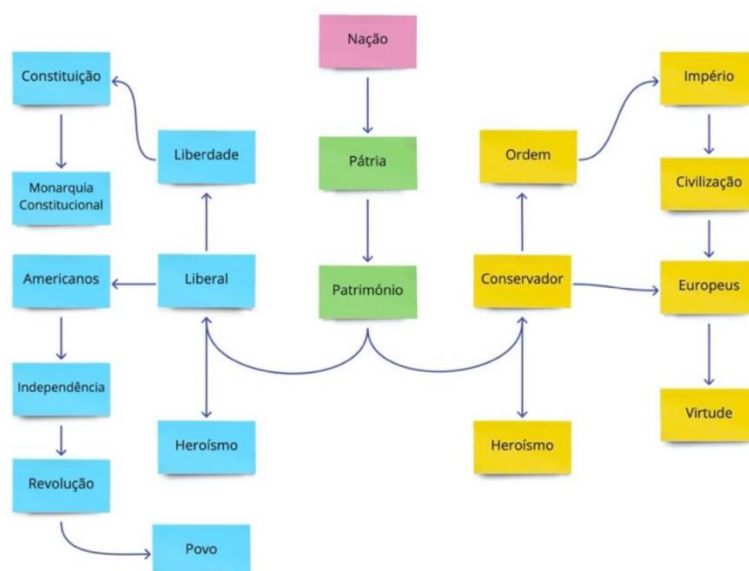
**Quadro 2 – Conceitos que ferem a nacionalidade brasileira**

<i>O Grito Nacional</i>	<i>A Sentinela do Trono</i>
Inconstitucionalidade	Barbárie
Fratricídio	Revolução
Despotismo	Despotismo
Opressão	Fanatismo
Estrangeiro	Liberalismo
	República

Fonte: *O Grito Nacional*, 01.01.1849 – 29.12.1849.

*A Sentinela do Trono*, 21.03.1849 – 01.12.1849.

**Figura 1 – Mapa conceitual, ligações da nacionalidade brasileira**



Fonte: *O Grito Nacional*, 01.01.1849 – 29.12.1849.

*A Sentinela do Trono*, 21.03.1849 – 01.12.1849.

## 2.2. As relações nacionais entre Monarquia e República

A questão da nacionalidade permanece fluída e é nesse momento em que nos perguntamos se a identidade nacional partiria estreitamente do indivíduo e seus parâmetros não-estatais ou se esta identidade estaria antes ligada ao Império/Monarquia, a partir dessa lógica poderemos interpretar se para os brasileiros de oitocentos a Nação poderia ser equivalente a Império.

Como discorrido anteriormente, em consoante com os novos aspetos políticos e sociais do século XIX, a Nação seria superior a dinastia ou ao divino e é nesse contexto de revoluções liberais que a soberania passa a ser atribuída ao povo. Por isso, Hobsbawm elabora que os reinos dinásticos precisariam se adaptar, pois, todos os fatores que sustentavam sua soberania residiam agora enfraquecidos<sup>35</sup>. Esta adaptação demandaria um equilíbrio entre o investimento no patriotismo estatal e o nacionalismo fundamentado na língua, território ou historicidade, gerando uma padronização facilmente reconhecível pelos indivíduos<sup>36</sup>. No caso brasileiro, a centralização política e administrativa dos territórios seria vital para a manutenção de um governo sólido, isso explicaria o motivo pelo qual a forma governativa da Monarquia no pós-independência teria feito mais sentido do que as propostas republicanas federalistas presentes por toda a América Latina no século XIX<sup>37</sup>.

Em contrapartida com o modelo monárquico de governo, o republicanismo defende o governo como representante do povo, ao invés de um governo que teria sido predestinado a guiar a população. Diferente da Monarquia, a República teria como alicerce “um amor da convivência política”<sup>38</sup>, manter a integração política e social, que, por sua vez, resultariam na pátria. Antônio Manuel Hespanha relata que, ainda assim, a naturalidade permanece como fator importante no que concerne a nacionalidade, de modo que o lugar de nascimento seria combinado com outros fatores como a cidadania e a virtude para dar lugar ao amor a pátria<sup>39</sup>.

É nesse sentido que surge um governo mais palpável, livre do misticismo e apoiado nas propriedades eletivas, governo esse que permite espelhar e formular as

---

<sup>35</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 105.

<sup>36</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, pp. 107-114.

<sup>37</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial*, p. 12.

<sup>38</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijui/Fapesp, 2003, p. 99.

<sup>39</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo, p. 100.

questões nacionais através do voto<sup>40</sup>. O próprio periódico liberal *O Grito Nacional* afirma com convicção: “A força da NAÇÃO reside na SOBERANIA do povo”<sup>41</sup>, contudo, esta declaração não aponta uma inclinação republicana, a medida em que o jornal refere em outra edição, “Viva a LIBERDADE! Viva a NAÇÃO! Viva o IMPERADOR CONSTITUCIONAL! Guerra de morte ao DESPOTISMO!”<sup>42</sup>. A partir destas afirmações, podemos interpretar uma ligação entre Nação e Império, mesmo entre os liberais.

### 2.3. As divergências identitárias liberais e conservadoras

Nesse contexto, o embate de ideias parece tomar outra proporção à medida em que a identidade nacional permanece ligada as subjetividades políticas, do ponto de vista liberal, vemos um Brasil recém-liberto do controle português, que ainda não tivera a oportunidade de exercer plenamente sua liberdade como Nação independente. Consequentemente, encontramos uma identidade nacional urrante que deseja se ver livre de influências estrangeiras a fim de criar e conhecer a própria Nação, é o que nos indica, por exemplo, a Revolução Praieira. Já no caso conservador, a liberdade da Nação seria assegurada pelas instituições e, acima de tudo, pelo Império.

A ligação com os portugueses, por sua vez, seria reflexo de uma relação quase parental para com aqueles que teriam lhes introduzido à civilização e a ordem, num padrão culto e moderno com os aspetos da racionalização e da virtude. Ao considerarmos um grupo conservador, conseguimos correlacionar aspetos como a ordem, o Império e as Instituições Públicas como fundamentos do nacionalismo, ou, ao contrário, sob uma perspectiva liberal correlacionamos aspetos como a liberdade, a independência e a Constituição como tais fundamentos. Tais divergências substanciais criam um afastamento entre estes dois grupos que, por vezes, parecem superar os elementos nacionalistas que os unem. Nesse sentido, os dois periódicos demonstram clara consciência do que é ser brasileiro, ao passo em que demonstram intensas preocupações com o futuro da Nação. *O Grito Nacional*, por exemplo, afirma numa nota em março de

---

<sup>40</sup> Hobsbawm refere que a democratização política possibilita a interpretação daquilo que o cidadão considera como “nação” e como “sua nacionalidade”. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 105.

<sup>41</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 43, 25 de março de 1849, p. 2.

<sup>42</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 73, 14 de julho de 1849, p. 1.



1849 que reconhece o Brasil como Nação cheia de futuro e de vida, mas que está em sofrimento por uma fação antinacional<sup>43</sup>.

Apesar de apresentarem motivações distintas, os dois jornais se apresentam como atentos à política nacional, a fim de discorrerem sobre assuntos que consideram de maior interesse nacional para elucidar a população, no caso a elite letrada, e se mostram convictos em suas posições. Algumas divergências são notadas a partir dos periódicos, no que concerne a questão identitária do *ser brasileiro*, *O Grito Nacional* refere: “os Brasileiros, a quem lembramos que são antes de tudo o mais – Americanos”<sup>44</sup> realçando ainda características próprias dos “brasileiros natos”<sup>45</sup> como a liberdade, a independência e o patriotismo. Já o conservador *A Sentinela do Trono* associa a significação do “ser brasileiro” à ordem, como “os únicos que são brasileiros”<sup>46</sup> referenciando ainda os “genuinamente brasileiros”<sup>47</sup> como ilustres, patriotas e monárquicos, ao longo de suas edições.

#### **2.4. A identidade nacional brasileira em comparação com a identidade nacional portuguesa**

A urgência de liberdade proclamada pelo periódico *O Grito Nacional* demonstra uma conturbada visão da presença dos portugueses no Brasil de oitocentos, consideremos a citação a seguir:

Nunca em tempo algum, e em todas as nossas dissensões políticas de todas essas Províncias, que tem passado por arriscadas crises, constou que viesse o braço estrangeiro armado aniquilar os Brasileiros, e muito menos o braço improbo lusitano, que mau grado seu nos via INDEPENDENTES: nunca o Sr. D. Pedro I, posto que lá nascido, viu a sua Imperial Coroa tinta de sangue Americano pelas mãos dos portugueses! Nunca... Nunca!<sup>48</sup>

De acordo com este periódico a liberdade nunca poderia ser alcançada em plenitude com a presença dos portugueses no Brasil, já que a sua influência motivara os conflitos que dividiriam os brasileiros. Desse modo, para a solidificação de uma identidade nacional brasileira seria necessário um país livre e sem a interferência da *Mãe*

---

<sup>43</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 38, 3 de março de 1849, p. 1.

<sup>44</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 37, 28 de fevereiro de 1849, p. 2.

<sup>45</sup> Esta denominação é utilizada nas seguintes edições: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 37, nº 38, nº 56; e nº 72, 1849.

<sup>46</sup> *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 9, 16 de maio de 1849, p. 1.

<sup>47</sup> *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 1, 21 de março de 1849, p. 1.

<sup>48</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 41, 18 de março de 1849, p. 2.

*Pátria*. Já a *Sentinela do Trono* afirma a injustiça perante estes imigrantes, uma vez que eles contribuiriam para a riqueza da Nação e tal repúdio por parte dos liberais seria injustificável pois “guerreiam a portugueses sem outra causa se não a de serem portugueses” e que envolvem “até a odiosidade da nacionalidade”<sup>49</sup>. Nota-se nestas afirmações o uso de uma identidade nacional como discurso político e do reconhecimento de conflitos por conta da nacionalidade.

Nesse sentido, pode-se atribuir este sentimento nacionalista radical brasileiro à releitura de sua história colonial, incentivada pelos movimentos nacionalistas do século XIX, e não a um nacionalismo puro, ou seja, uma superioridade apenas pela nacionalidade brasileira, tendo em vista que outras nacionalidades não são mencionadas pelo periódico como alvos de revoltas. A nacionalidade portuguesa, então, já estaria imediatamente sujeita a associações e suas relações seriam distintas de acordo com os diferentes grupos políticos.

Nesse contexto, o Brasil como tela em branco representava inúmeras possibilidades, constantemente com uma áurea de futura prosperidade e sucesso político e económico: seria o Brasil uma eterna promessa. As relações políticas ou comerciais com países estrangeiros revelam um rumo característico que tomaria a Nação brasileira, nomeadamente referente a Portugal, esta ligação transpareceria os aspetos do que seria o Brasil. Após a independência a comparação entre identidade portuguesa e a identidade brasileira serve de motor para a consolidação dos moldes do que é “ser brasileiro”. Numa outra perspectiva, as rivalidades entre portugueses e brasileiros no século XIX podem evidenciar um embate entre nacionalidades:

A emergência da nação, e a formação e afirmação de sentimentos de nacionalidade, decorreriam, nessa perspectiva, das contradições do sistema colonial, e os conflitos entre “brasileiros” e “portugueses” que precederam e se seguiram à Independência formal seriam, conseqüentemente, expressão de um confronto de nacionalidades inerentes às relações entre metrópole e colônia e exacerbado pela política recolonizadora das cortes<sup>50</sup>.

### **3. O papel da imprensa na construção do Estado Nacional**

No que diz respeito à imprensa, pode-se considerar sua forte ligação com o desenvolvimento da formação da identidade nacional, uma vez que, numa sequência diária ou semanal, consegue transmitir mensagens a um largo número de indivíduos,

---

<sup>49</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 15, 30 de junho de 1849, p. 1

<sup>50</sup> ROWLAND, Robert. Patriotismo, Povo e Ódio aos portugueses: Notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. Em: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 368.

considerando a elite letrada, e conseqüentemente estimulando o apoio a diferentes causas a partir de diferentes personagens. Benedict Anderson expõe ainda que o facto de observarmos cotidianamente o mesmo jornal sendo consumido por aqueles que fazem parte do mesmo corpo social provocaria uma reafirmação de comunidade<sup>51</sup>. Além disso, a respeito da imprensa brasileira no período imperial, observamos uma intensa ligação entre os partidos políticos e os jornais em circulação, esse vínculo evidencia mesmo uma parcela de jornalistas como também políticos, os quais por esse motivo mantinham muitas vezes o anonimato ao redigir os periódicos<sup>52</sup>.

Em relação ao anonimato podemos citar ainda Nelson Sodré, que elabora as particularidades dos denominados *pasquins*, jornais em circulação no século XIX com características específicas, as quais se encaixam nos periódicos em análise: geralmente possuem quatro páginas, eram impressos e vendidos nas tipografias e não traziam o nome do redator<sup>53</sup>. De facto, durante as primeiras análises dos periódicos não é possível identificar assinaturas atribuídas aos artigos, porém ao longo das edições observamos a publicação de artigos a fim de criar uma comunicação entre os dois periódicos, como forma de resposta às críticas por sua oposição. Nesses artigos de resposta, os próprios jornais identificam o redator do jornal opositor e assim é possível distinguir alguns aspectos sobre a equipe redatora dos periódicos. *O Grito Nacional*, por exemplo, na edição de 3 outubro de 1849 aponta Luiz Antonio Navarro de Andrade como “único proprietário e redator” da *Sentinela do Trono* e o questiona sobre sua reprovação no primeiro ano da escola militar e sua demissão da alfândega<sup>54</sup>. Como resposta, na edição de 6 de outubro de 1849, *A Sentinela do Trono* faz crítica direta ao *Grito Nacional* e ao seu redator Joaquim Feliciano Gomes, enquanto em seguida discorre sobre a formação dos próprios redatores da *Sentinela* como estudantes militares que seguem a carreira como professores, os quais posteriormente atuaram na alfândega e por fim assinando o artigo como Luiz Antonio Navarro de Andrade<sup>55</sup>. Estes homens contribuíram, nesse sentido, para a formação do Estado Nacional em conjunto com a unificação do Império, diz Ilmar Mattos que

Nesse sentido, o redator de uma folha local não raro se constituía em agente da centralização muito mais significativo do que um empregado público. Os valores de Ordem, de adesão ao Império e ao Imperador, de respeito à Constituição e aos Poderes

<sup>51</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, p. 68.

<sup>52</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, p. 54.

<sup>53</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 158.

<sup>54</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 92, 3 de outubro de 1849, p. 4.

<sup>55</sup> *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, no 29, 6 de outubro de 1849, p. 3.

Políticos que as folhas locais difundiam, ao lado das campanhas em prol dos melhoramentos materiais, cumpriam papel conservador e integrador que não encontrava comparação no desempenho do mais diligente dos empregados públicos<sup>56</sup>.

### 3.1. O Grito Nacional

O periódico liberal *O Grito Nacional* se caracteriza como revolucionário, o qual nos remete ao que seria a essência do “ser brasileiro”. Logo na primeira página de suas edições é possível observar a representação de uma figura indígena, esta figura é representada de modo simples nas primeiras duas edições de 1849<sup>57</sup>, enquanto nas seguintes edições, até o final do ano, a figura indígena apresenta-se mais detalhada e com maiores elementos visuais. Esta representação pode ser interpretada a partir de um possível objetivo do periódico de remeter o leitor a uma ideia de uma identidade original brasileira, antes representada pelo indígena do que representada pelo colonizador português<sup>58</sup>.

De acordo com as interpretações das edições dos periódicos, nomeadamente do ano de 1849, retrata-se uma certa urgência para a conquista da liberdade nacional. O periódico afirma os homens envolvidos nos movimentos liberais como heróis e mártires, com o objetivo de lutar pela pátria. Conforme a leitura das edições captamos o lamento pela violência e pelas vítimas, mas tal derramamento de sangue seria atribuído a represália do governo: “não é novo que os defensores do povo sejam vítimas de seu patriotismo”<sup>59</sup>. É estabelecida aqui uma associação notória entre a ação opressora governamental em apoio a interferência estrangeira, sobretudo portuguesa, no país, interferência essa que estaria promovendo “traidores da pátria”<sup>60</sup>.

De maneira elucidativa o periódico impõe seu posicionamento a medida em que declara: “Os *squaremas* matam o Rei, porque tendem a concitar a desmembração da Monarquia, ferem o Povo, porque assassinam, e fuzilam seus representantes; desonram a Pátria, porque a vendem ao ouro do estrangeiro”<sup>61</sup>. Tal citação nos permite salientar que, para o periódico, a queda da Monarquia estaria sendo fomentada antes pelo próprio partido conservador, de acordo com sua ação política, do que pelo partido liberal, o qual não se associa a um possível republicanismo.

---

<sup>56</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 225.

<sup>57</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 22 e nº 23, 1 e 2 de janeiro de 1849, p. 1.

<sup>58</sup> Nesse contexto: “Urgia, pois, não só eliminar o elemento português como também estabelecer um profundo corte com o passado colonial”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p. 156.

<sup>59</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 39, 7 de março de 1849, p. 1.

<sup>60</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 43, 25 de março de 1849, p. 4.

<sup>61</sup> *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 45, 31 de março de 1849, p. 4.

### 3.2.A *Sentinela do Trono*

A *Sentinela do Trono* torna-se potencial fonte para a compreensão do Brasil sob uma perspectiva conservadora no século XIX, na medida em que deixa claro seus ideais e seus princípios ao longo de suas edições. De acordo com o que foi estudado ao longo das edições de 1849, o periódico mantém-se firme referente ao seu posicionamento político e possui uma opinião consolidada a respeito dos eventos correntes. De facto, é perceptível que o periódico leva em grande consideração a imprensa opositora e disponibiliza boa parte das edições para registar respostas às críticas liberais, respostas estas muito opinativas. O periódico revela-se como conservador monárquico a partir do apoio incondicional ao Império e à ordem, estes parecem ser os dois pilares os quais o jornal se apoia.

Além disso, as características sacras do monarca brasileiro levam a um questionamento constante das motivações liberais, que se afirmam antipatrióticas, anárquicas e imorais ao questionarem o governo e por vezes a Monarquia. O conceito de *pátria* permanece muito presente ao longo das edições, ao passo em que o periódico exalta o Brasil como Nação com uma História glorificante graças às ações de D. Pedro I, este reconhecimento, então, possibilita uma aproximação para com os portugueses, a quem o periódico reconhece como “irmãos”<sup>62</sup>. Um outro ponto característico é a constante presença de insultos e injúrias à oposição<sup>63</sup>. Pode-se afirmar, portanto, que a manutenção da ordem e dos parâmetros imperiais se tornam aspetos que necessitam de maior defesa.

Os movimentos liberais tomam, nesse contexto, papéis de *rebeliões* bárbaras e antipatrióticas, sendo “não coerentes com os princípios irrecusáveis da nacionalidade”<sup>64</sup>. A medida em que o periódico relata os correntes acontecimentos na província de Pernambuco, observamos uma intensa repulsa que leva a recusa do reconhecimento dos liberais como compatriotas ao descrevê-los como: “fratricidas”; “ingratos filhos”; “não possuem sangue brasileiro”; etc<sup>65</sup>. Ao analisarmos este jornal, fica claro o tom anárquico usado para descrever os acontecimentos da década de 1840, nesse sentido, a liberdade almejada pela oposição seria vazia e usada como desculpa para causar guerras civis numa

---

<sup>62</sup> A *Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 17, 14 de julho de 1849, p. 1.

<sup>63</sup> Estas características de insultos presentes nos periódicos no que concerne a oposição é discorrida de maneira clara por Nelson Sodré, que salienta tais posições como comuns à imprensa da época. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, p. 156.

<sup>64</sup> A *Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 11, 30 de maio de 1849, p. 1.

<sup>65</sup> A *Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 4, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1849, p. 1.

busca ambiciosa pelo poder. Assim, com a análise das fontes, percebemos este esforço da elite conservadora dominante de correlacionar *pátria* e *trono*, de modo que a *Sentinela do Trono* firma o conceito de nacionalidade a partir do Império: “O Trono firma-se no apoio da nação, portanto enquanto existir a nação existirá o Império”<sup>66</sup>.

### 3.3. A relação entre a imprensa e a política em 1849

É nesse contexto que os periódicos parecem ter uma complexa noção da jovem Nação brasileira e com urgência defendem os melhores meios para mantê-la, outros métodos ou ideais são considerados irracionais movimentos antipatrióticos. Alguns princípios da nacionalidade como o território, a língua ou passado histórico em comum, deixam de ser fatores determinantes na medida em que a inclinação partidária revela ser contra ou a favor da Nação. Tal constatação pode ser observada nas próprias fontes quando o jornal conservador *A Sentinela do Trono* faz menção ao *Grito Nacional* como “Grito Antinacional”, o qual teria desprezo pelos brasileiros por seus artigos de oposição “anárquicos”<sup>67</sup>.

Além disso, como relatado anteriormente, os periódicos possuem significativa influência na política, tanto regional como nacional. As fortes convicções partidárias acabam por direcionar diversos artigos, de acordo com a análise dos dois periódicos, os quais têm por objetivo confrontar a imprensa opositora, a fim de defender sua inclinação política. São referenciados outros jornais como *O Brasil* e *O Mercantil*, além da interlocução direta entre o *Grito Nacional* e a *Sentinela do Trono*, evidenciando que estes diálogos se tornam importante via de comunicação para o debate político. Constatamos, desse modo, uma expressividade que entrelaça a imprensa e a política de modo passionista, no que concerne o estudo dos dois periódicos aqui tratados, que infere suas opiniões de maneira clara e sem restrições.

## Conclusão

Ao passo em que as fontes em análise representam uma fração dessa construção com posicionamentos firmes, e, aparentemente, uma ideia muito bem formada do que seria necessário para que o Brasil pudesse se identificar como Nação solidificada. Ainda que suas convicções sejam muito bem-apresentadas, as fontes revelam uma identidade

---

<sup>66</sup> *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 5, 18 de abril de 1849, p. 1.

<sup>67</sup> *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 16, 7 de julho de 1849, p. 3.

conflituante que ainda não tivera a oportunidade de se constituir em plenitude, seja por conta da presença estrangeira e da opressão governamental, ou seja por conta da movimentação liberal que impediria o Império de exercer sua grandeza como sustentáculo da Nação. Vale ressaltar ainda que as ideias defendidas pelos periódicos podem mudar de sentido de acordo com o leitor, é dessa forma que a identidade nacional apresentada nos jornais pode ser concebida a partir de diferentes leituras. No entanto, não seria possível perceber ainda no século XIX que esta identidade nacional persistiria em constante formação, e até hoje permanece como miscelânea de diferentes identidades e diferentes povos. A questão da identidade nacional deve, portanto, ser interpretada e compreendida de acordo com os diferentes contextos, os quais geram diferentes discursos e impulsionam a propagação de diferentes ideias. Cabe a nós, historiadores, tornar acessível estas interpretações identitárias, de modo a contribuir para a construção de conhecimento e a compreensão do próprio ser.

## Fontes

*A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (site da Biblioteca Nacional do Brasil).

*O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, 1848-1858. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (site da Biblioteca Nacional do Brasil).

## Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, nº1, Rio de Janeiro, FGV, 1988.



GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.

JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.

JANCSÓ, István.; PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000)*. Formação: História. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

JANKE, Leandro Macedo. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. Em: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, fascículo 57. ANPOCS: São Paulo, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2014

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*. vol. 5, nº 10, 1992.

MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. Em: *História Unisinos*, vol. 12, nº3, 2008, pp. 263-270.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/INL, 1987.

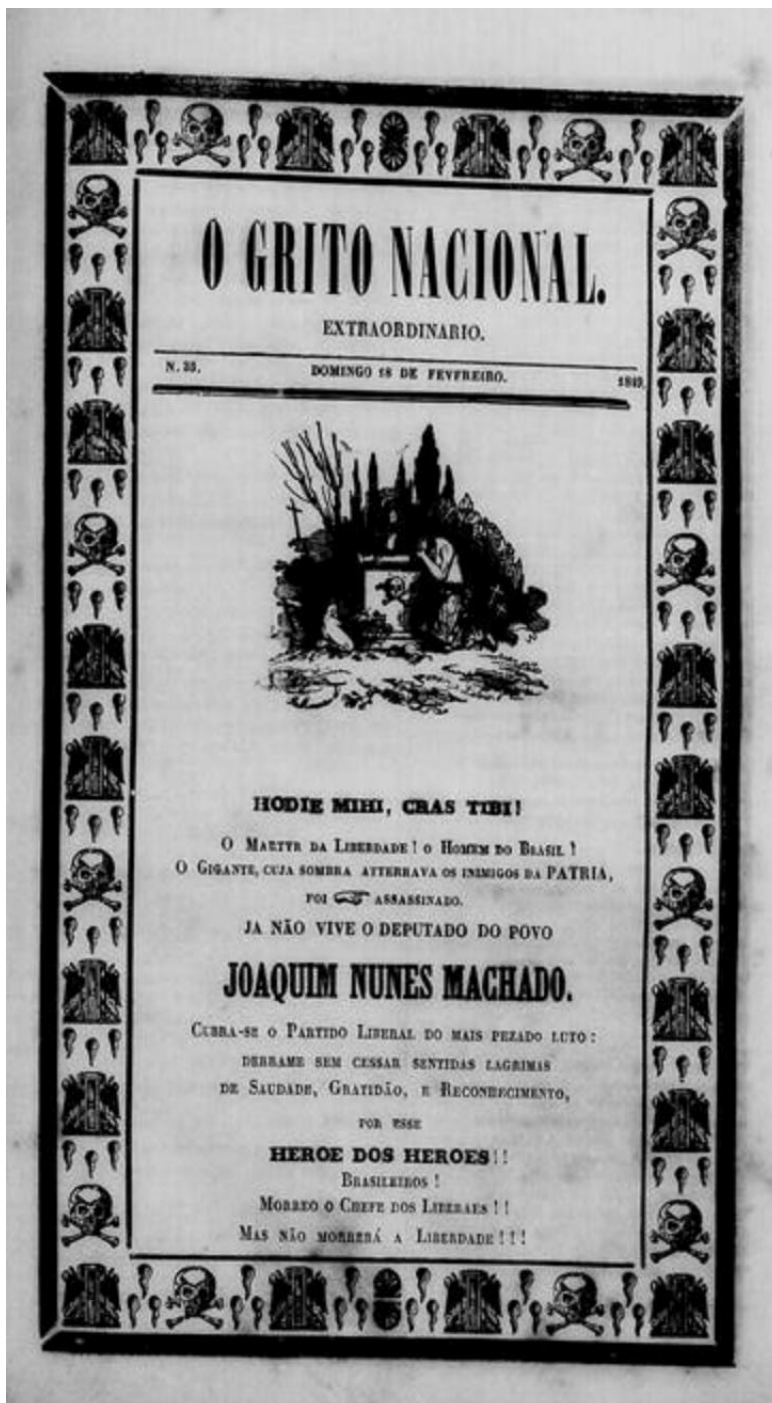
MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Um imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência, 1820/1822*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Garamond, 2ª ed, Rio de Janeiro, 2015.

## Anexos

### Anexo 1 – Capa da edição extraordinária nº 35 do *Grito Nacional*



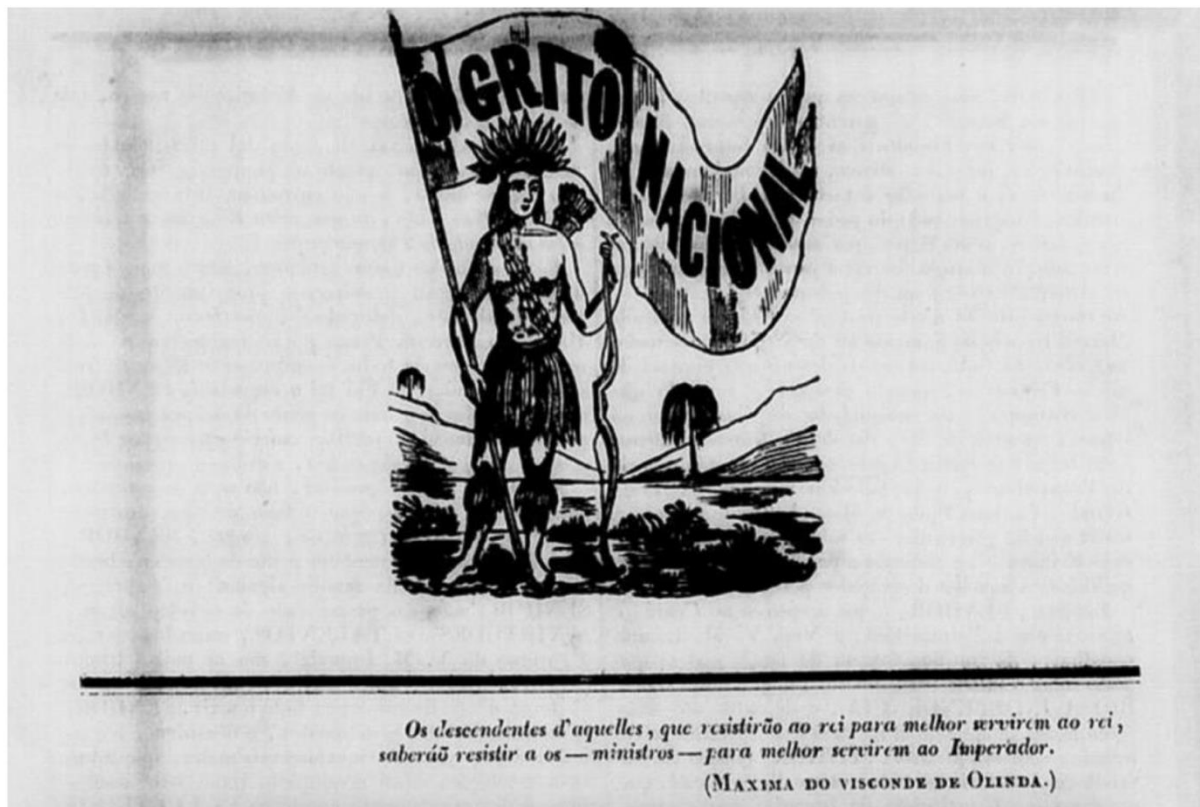
Fonte: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 92, 18 de fevereiro de 1849, p. 1.

Anexo 2 – Capa da *Sentinela do Trono*, edição n° 36



Fonte: *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, n° 36, 1 de dezembro de 1849, p. 1.

Anexo 3 – Representação indígena na capa do *Grito Nacional*



Fonte: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, no 36, 24 de fevereiro de 1849, p. 1.

**Anexo 4 – Transcrição do artigo “O Grito Nacional e a Santa Casa de Misericórdia”**

– O Brasil é dos brasileiros – dizem os admiráveis turbulentos dessa folha anárquica e asquerosa. É tão verdade o que dizem esses cacetistas que apesar de terem desejos de afastar o ilustre e distinto brasileiro herói da nossa independência o Sr. José Clemente Pereira da administração da Santa Casa de Misericórdia, foi ele reeleito com geral assentimento e aprovação de todos os homens de bem, amigos do seu país e que bem longe estão de se igualarem aos distintos diretores do *Grito Antinacional*. No momento em que por infelicidade os irmãos da Santa Casa, se houvessem lembrado, de ingratos e esquecidos, fecharem os ouvidos à fama que apregoa os relevantes serviços que à Santa Casa e ao país há prestado o Exm.o Sr. José Clemente Pereira nós veríamos cair na sepultura essas magnificas obras que embelezam a capital do Império e que levarão à posteridade o nome sempre respeitado do digno senador e provedor. Todas as vozes se têm elevado para elogiarem o gênio empreendedor infatigável do Sr. Clemente Pereira, todos sabem que o Estado nada tem despendido com essas obras tão necessárias e importantes; só esse varão que todos conhecem seria capaz de levar a efeito isso que há muito se desejava fazer, porém que por falta de meios, e de um homem de prestígio, se não havia efetuado. Que digam aqueles que visitarão o novo hospital e o recolhimento das órfãs. Que digam aqueles que tem admirado o hospício de Pedro II na praia vermelha, que digam se não nos merece o maior acatamento a maior estima esse homem que incansável em suas contínuas fadigas, só tem feito imensos bens ao país e a Santa Casa que outrora jazia sem governo, sem administração que fosse capaz de qualquer coisa. A Santa Casa tem lucrado em todos os sentidos com a sábia administração do Sr. Clemente Pereira; seus rendimentos são atualmente o sêxtuplo do que outrora foram, e estes são sempre aplicados em benefício dos hospitais e casa dos expostos. O país bem conhece o varão que tanto há feito em seu favor; e quando os amigos de S. Ex.a se lembraram que a capital do Império poderia mudar de aspecto, se pertencesse ele a municipalidade, e para isso envidaram seus esforços. Bem sabiam que as simpatias que tem granjeado o Sr. C. Pereira e seus serviços o fariam eleger talvez que por unanimidade, porém o que aconteceu? Seu nome foi riscado de centenas de listas e ainda assim não puderam evitar que a porção de votos adquiridos o fizesse primeiro suplente. Oh! Vergonha! Oh! Miséria! Esse governo que aviltou o país, que sustentou as ideias de destruição e imoralidade, que se pôs atesta das eleições ou antes de esses despachos que foram dados pelos clubes anarquistas que então dominavam o ministério e que ele submetto referendou; foi quem apoiou os Joaquins Vicentes, os Manoés José, os Getúlios e outros quejandos. Foi certamente uma glória para o Exm.o Sr. Clemente Pereira não chegar a fazer parte de uma municipalidade em que inevitavelmente teria de sentar-se a par da mais crassa ignorância se não estupidez elevada ao último grau. Examinemos os dignos camaristas que compõe a maioria da Câmara Municipal; 1o. Um valetudinário incapaz por falta de conhecimentos e de inteligência, de qualquer serviço mesmo material, salvo o de intercetar as correspondências dos correios; 2o. Um químico sem estudos, ignorante e impostor; que nem vê o estado da rua em que mora, nem da providencias para a sua limpeza; intrigante com patente, só protege alveitares e charlatões; o 3o. Um antigo caixeiro de um perverso usuário e judeu; em sua fisionomia está estampada a estupidez, a brutalidade, enfim um miserável que se supõe um Cícero... Paremos por agora em outra ocasião faremos uma resenha mais circunstanciada. Continuemos em nossa principal questão: o nosso maior desejo e de nossos amigos foi satisfeito; o Sr. Clemente Pereira foi novamente reeleito, agora resta-nos outro desejo que elevamos à Providência para que se digne afastar de sua Exc. qualquer mal que lhe possa ser funesto, e que o iniba de continuar a prestar aqueles serviços, que o país e a humanidade dele requerem. *Srs. Mercantis, Filantropos, e Gritos Nacionais*, vós que por instinto natural, e por conveniências particulares, proclamando-vos *liberais humanitários e filantrópicos* procurais com vossos discursos fofos e sem lógica, nodoar reputações conceituadas no país, recebei mais essa prova de desprezo para vós, e amor da pátria e da humanidade que acabam de dar-vos os ilustres irmãos eleitores da Santa Casa da Misericórdia.

Fonte: *A Sentinela do Trono*. Rio de Janeiro, nº 16, 7 de julho de 1849, p. 3.

**Anexo 5 – Transcrição do artigo “A – Sentinela – e o provedor da Misericórdia”**

Temos presente a *Sentinela do Trono* e o aranzel do *nauseabundo* artigo de um desses miseráveis, que não se pejam de endeusar a um *pesado galego* como o é o constante inimigo dos Brasileiros, José Clemente Pereira; e sem que, por desnecessários, recapitulemos o que sobre este decantado *herói* temos dito e provado, e que em momento oportuno, nas vésperas das eleições em 1848 para a Câmara Municipal tanto efeito produziu, que apesar do exército de *sebosos da Candelária, quitanda, e rosário*, escoltado por *ilhêus* puxadores de carroças, não pôde ser mais que o *presidente dos suplentes*. O triunfo daquela época, em que a Nacionalidade patenteou que jamais poderá ser suplantada, teria para todo o sempre sepultado nos antros do inferno a pequena fração de degenerados Brasileiros *saquaremas* e o *bando infame* de portugueses que



os apoia para acobertarem seus inúmeros crimes, patentes ao mundo, se causas, e causas não se dessem, que contra a expectativa pública apresentassem em resultado o cataclisma político do dia de S. Miguel, em que triunfou o *demônio*. O asqueroso *Sentinela*, que ninguém o vê, porque se oculta como covarde, sacudiu toda a lama que o cobre contra os do partido Liberal, e para fazer melhor a apoteose do seu *varão*, depois de escarnecer *infame*, e *insolentemente* do bom senso dos Brasileiros sinceros e verdadeiros sustentáculos da Monarquia Constitucional, da o título de herói da Independência a José Clemente Pereira, que a ela se opôs, por temer que a República fosse imediatamente proclamada, uma vez que o Sr. D. Pedro, então Príncipe Regente, em vista dos exemplos dos governos europeus, não conservasse a *união* do Brasil com Portugal, por meio do *divino sistema*, pelo qual a Inglaterra conserva *unida* a si a sua Irlanda. Ele ousada e atrevidamente declarou ao mesmo Augusto Senhor o seguinte: “Exige a salvação da pátria que V. A. R. viva no Brasil, para o conservar UNIDO a Portugal. Ah! Senhor, se V. A. R. nos deixa, a desunião é certa. O partido da independência, que não dorme, levantará o seu império; e, em tal desgraça, oh! Que de horrores, e de sangue, que terrível cena aos olhos de todos se levanta! Dê-se ao Brasil um centro próximo de união, e atividade, dê-se-lhe uma parte do corpo legislativo, e um ramo do poder executivo, com poderes competentes, amplos, fortes, e tão bem ordenados, que formando um só corpo legislativo, e um só poder executivo, só umas cortes, e só um Rei, possa Portugal, e o Brasil – fazer sempre uma família irmã, um só povo, uma só nação”. Este, sentinela do inferno, é o homem, a quem dais o glorioso título de herói da Independência? Oh! Como tudo entre nós está profanado! Sem que nos demorem em refutar as *sandices*, e *insultos* com que um *infame* sentinela que se intitula do Trono, como se o Augusto e Excelso Trono do Sr. D. Pedro II, não estivesse firmado sobre os peitos dos Brasileiros NATOS pertencentes ao partido Liberal, e precisasse de um sentinela que ao mesmo passo que como tal se apregoa, é o defensor de José Clemente Pereira, e como tal prostituído; passamos a declarar alto e bom som, que por isso mesmo que o rendimento da Misericórdia tem aumentado, é que ele se esforçou pela conservação na vitaliciedade do lugar de provedor com a reeleição, que *nada significa*, por depender ela de dúzia e meia de votos, dos *digníssimos* e *chumbaticos* eleitores que tem invadido a tudo no Brasil, cujos *demônios*, muito acima do cólera-morbo de todo tem desgraçado o Brasil. *Sentinela* do opróbrio e da desonra, quereis santificar o vosso herói, o herói dos *lusos*, e pretendeis mostrar a necessidade que tem a Misericórdia, desse homem, e para isto apresentais com ufania o vosso artigo noticiando a sua reeleição, como se fora bastante para nos capacitar que caiu ele do Céu por descuido para ser o perpétuo provedor, não vos recordando que muitos *assassinos*, e *ladrões*, por muitas vezes tem pelos governos, e pelos sufrágios populares do Universo ocupado importantes lugares, e que enquanto de todo não são completamente desmascarados são conservados nos lugares. Exemplos citaríamos aos milhares. Uma circunstância, porém, que menciona a favor do estabelecimento da Santa Casa pelo crescido número de convalescentes que apresentou, cumpre que o Público a saiba, como muito bem sabe o *Sentinela* vendido, e é que os *roliços ilhéus* que trabalham arregimentados no hospício de Pedro II foram aqueles que se apresentaram como tais, e por cujo sacrifício, além do jornal que percebem, tiveram uma boa esportula, talvez ainda de resto dos 600 reais que S. M. o Imperador Se Dignou dar o ano passado para os enfermos, além de uma lauta mesa na qual em *orgia* saudaram o seu chefe José Clemente! Oh! Astúcia! E em astúcia quem levará a palma ao astucio provedor, e seu roliço escudeiro Vassimon? Sem que um poder qualquer possa inspecionar os dinheiros da Misericórdia, e tudo o mais que formam os mistérios da misteriosa administração da Santa Casa, pretende o *Sentinela* que as obras que formoseiam esta cidade, se devam ao seu *mimoso*, pondo assim a alguém em dúvida sobre aqueles que para elas tem concorrido, e das quais é apenas o provedor, quem as administra. Uma tal defesa só própria do autor que a empreendeu, e daquele que a pagou é a que temos presente no antinacional periódico *Sentinela*, que neste momento passa a ter, como todos os mais da infernal pandilha *saquarema*, o conveniente destino.

Fonte: *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, nº 72, 11 de julho de 1849, p. 3.

*Omni Tempore*

*Atas dos Encontros da Primavera 2021*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto